



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1935

Quinta-feira - 18 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Garopaba.....	221	Ouro Verde.....	409
Alto Bela Vista.....	4	Gaspar.....	223	Palhoça.....	410
Antônio Carlos.....	5	Governador Celso Ramos.....	226	Palmitos.....	412
Arabutã.....	6	Grão Pará.....	231	Penha.....	414
Ascurra.....	8	Guaraciaba.....	264	Petrolândia.....	424
Balneário Piçarras.....	11	Guaramirim.....	265	Pinheiro Preto.....	425
Balneário Rincão.....	12	Guarujá do Sul.....	266	Planalto Alegre.....	437
Barra Bonita.....	13	Herval d'Oeste.....	267	Pomerode.....	438
Bela Vista do Toldo.....	14	Ibiam.....	270	Ponte Serrada.....	439
Benedito Novo.....	15	Ilhota.....	273	Porto Belo.....	440
Biguaçu.....	16	Imbituba.....	277	Porto União.....	441
Blumenau.....	34	Indaial.....	280	Presidente Castello Branco.....	442
Bom Jardim da Serra.....	41	Ipumirim.....	283	Presidente Nereu.....	443
Bom Jesus do Oeste.....	42	Irineópolis.....	285	Rio dos Cedros.....	468
Bom Retiro.....	44	Itá.....	300	Rio do Sul.....	461
Botuvera.....	62	Itaiópolis.....	302	Santa Cecília.....	476
Braço do Trombudo.....	99	Itapema.....	303	Santa Terezinha do Progresso.....	477
Brunópolis.....	106	Itapiranga.....	304	Santiago do Sul.....	479
Brusque.....	107	Itapoá.....	306	São Bento do Sul.....	480
Caçador.....	114	Jacinto Machado.....	314	São Domingos.....	482
Camboriú.....	125	Jaraguá do Sul.....	324	São João do Oeste.....	491
Campo Alegre.....	126	Joaçaba.....	326	São Joaquim.....	492
Canelinha.....	142	Lages.....	334	São José.....	493
Canoinhas.....	143	Lajeado Grande.....	339	São José do Cedro.....	503
Catanduvas.....	146	Lauro Muller.....	345	São Lourenço do Oeste.....	522
Caxambu do Sul.....	148	Lebon Regis.....	346	São Miguel da Boa Vista.....	554
Celso Ramos.....	149	Leoberto Leal.....	347	São Pedro de Alcântara.....	556
Chapadão do Lageado.....	150	Lindóia do Sul.....	348	Schroeder.....	564
Chapecó.....	152	Luzerna.....	350	Serra Alta.....	572
Cocal do Sul.....	153	Macieira.....	351	Sombrio.....	576
Concórdia.....	155	Mafrá.....	352	Tigrinhos.....	578
Cordilheira Alta.....	183	Maracajá.....	354	Timbé do Sul.....	579
Coronel Freitas.....	185	Maravilha.....	375	Timbó.....	580
Coronel Martins.....	186	Marema.....	388	Timbó Grande.....	598
Correia Pinto.....	193	Massaranduba.....	390	Treze Tilias.....	599
Corupá.....	194	Meleiro.....	392	Trombudo Central.....	600
Curitibanos.....	197	Modelo.....	394	União do Oeste.....	603
Dionísio Cerqueira.....	198	Mondaí.....	395	Urussanga.....	644
Faxinal dos Guedes.....	200	Monte Carlo.....	396	Videira.....	645
Flor do Sertão.....	202	Morro da Fumaça.....	401	Vitor Meireles.....	649
Forquilha.....	211	Navegantes.....	402	Xanxerê.....	651
Fraiburgo.....	212	Nova Trento.....	405	Xavantina.....	652
Frei Rogério.....	219	Orleans.....	407		
Galvão.....	220	Ouro.....	408		

### Associações

AMESC.....	653	AMURC.....	653
------------	-----	------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



# Diário Oficial dos Municípios

## de Santa Catarina

Edição Nº 1935

Quinta-feira - 18 de Fevereiro de 2016

Florianópolis/SC

### Sumário

#### Consórcios

CIGA .....	665
CIMVI.....	679
CIS Nordeste .....	680
CIS/AMUREL.....	680
CIS/AMURES.....	680

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)

# Água Doce

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO

#### CONVOCAÇÃO

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições.

Convoca o(a) Senhor(a) Alan Adalberto Toigo, aprovado no Concurso Público 015/2014, no cargo de Assistente Administrativo para apresentar-se em quinze dias úteis, contados a partir desta convocação, para assumir a vaga em caráter efetivo.

O não comparecimento no prazo assinalado implica na desistência tácita.

Água Doce, 17 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alan Adalberto Toigo

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

### PORTARIA 052/2016

PORTARIA Nº 052/2016 de 17 de fevereiro de 2016

"NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Nomear para o cargo em Comissão de Diretor do Departamento de Ensino Fundamental a servidora, MARINES LUCIA CASAGRANDE TONIAL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 518.029.969-15, a partir de 17/02/2016.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

### PORTARIA 053/2016

PORTARIA Nº 053/2016 de 17 de fevereiro de 2016

"EXONERA POR MORTE FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a funcionária Andrea Macagnan Compiani, CPF nº 015.755.459-77 efetiva no cargo de Fonoaudiólogo, na data de 22/01/2016, conforme certidão de óbito em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 22/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 17 de fevereiro de 2016

Novelli Sganzerla

Prefeito

# Alto Bela Vista

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALTO BELA VISTA - SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 005/2016 FMS

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2016 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, com julgamento do tipo menor preço por item, objetivando o Registro de Preços para possível aquisição de fraldas e leites especiais destinados ao Fundo Municipal de Saúde, de acordo com as normas consoantes na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e, no que couber, com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993. O recebimento dos envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação, se dará até à 08h50 do dia 07 de março de 2016, tendo a abertura da sessão pública marcada para as 09h da mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet, no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações". Alto Bela Vista (SC), em 17 de fevereiro de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

O Município de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma Presencial, com julgamento pelo Menor Preço Por Item, objetivando a Contratação de emissoras de radiodifusão AM para divulgação de matérias institucionais do Município de Alto Bela Vista, tudo conforme descrição detalhada no objeto do Edital, conforme as disposições da Lei Federal nº 10.520/02 e, no que couber com a Lei Federal nº 8.666/93. E que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e aqueles dos documentos de habilitação, até as 13h50, do dia 02 de março de 2016, em sessão pública com abertura para às 14h na mesma data. A íntegra do Edital e informações complementares, pelo telefone (49) 3455-9022 e na internet no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br>, link "licitações".

Alto Bela Vista, em 17 de fevereiro de 2016.

Catia Tessmann Reichert

Prefeita Municipal.



# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 012/2016; Modalidade: Pregão Presencial nº 009/2016 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição de vigas e madeiramento de Eucalipto para manutenção de pontes no Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 01 de março 2016 às 14:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-8617 ou (48) 3272-8618, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de fevereiro de 2016.  
ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N 071/2016

#### PORTARIA Nº 071/2016

Concede licença sem vencimento a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92.

#### Resolve:

Artigo 1º - Conceder licença sem vencimento por 06 meses a servidora MARIA DAS GRAÇAS HOFFMANN MULLER, ocupante do cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS - 20H, a partir de 16 de fevereiro de 2016, para tratar de assuntos particulares.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Antônio Carlos, em 17 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de fevereiro de 2016.

### PORTARIA N 072/2016

#### PORTARIA Nº 072/2016

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 558/92,

#### Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora FRANCIELLY KELM, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 02 de março de 2016, relativo ao período aquisitivo de 05/01/2015 a 04/01/2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de fevereiro de 2016.

### PORTARIA N 073/2016

#### PORTARIA Nº 073/2016

Concede Licença Maternidade a servidora.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 1225/2009,

#### Resolve:

Artigo 1º - Conceder, LICENÇA MATERNIDADE, a servidora GISELI GELSLEICHTER, ocupante do cargo temporário (ACT) de MONITOR TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 05 de fevereiro de 2016 a 02 de agosto de 2016.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 18 de fevereiro de 2016.

# Arabutã

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO 27/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 027/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, MCHELE KUSSLER, celebrado em 16 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. MARCELO MORCHE, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 2.130.730 e do CIC-MF nº 949.173.109-20, residente e domiciliado na Rua Vitor Basei, 92, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor MICHELE KUSSLER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 077.530.689-46 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica rescindido o contrato primitivamente celebrado entre as partes, no dia 17 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Marcelo Morche – Prefeito em Exercício

Michele Kussler  
Contratado

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

### 1 TERMO ADITIVO 30/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 030/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DAGMARA SCHWARZ, celebrado em 16 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. MARCELO MORCHE, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 2.130.730 e do CIC-MF nº 949.173.109-20, residente e domiciliado na Rua Vitor Basei,

92, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor DAGMARA SCHWARZ, inscrita no CPF/MF sob o nº. 090.478.379-08 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica rescindido o contrato primitivamente celebrado entre as partes, no dia 18 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 18 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ

Marcelo Morche – Prefeito em Exercício

Dagmara Schwarz  
Contratado

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MF nº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

### 1 TERMO ADITIVO 32/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 032/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, DANIELI FLORINDA VORTMANV, celebrado em 16 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. MARCELO MORCHE, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 2.130.730 e do CIC-MF nº 949.173.109-20, residente e domiciliado na Rua Vitor Basei, 92, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor DANIELI FLORINDA VORTMANN, inscrita no CPF/MF sob o nº. 087.245.729.00 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica rescindido o contrato primitivamente celebrado entre as partes, no dia 17 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE ARABUTÃ  
Marcelo Morche – Prefeito em Exercício

Danieli Florinda Vortmann  
Contratado

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

### 1 TERMO ADITIVO 9/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 009/2016

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, BEATRIZ BAUER, celebrado em 10 de fevereiro de 2016.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício Sr. MARCELO MORCHE, brasileiro, casado, servidor público, portador da Cédula de Identidade nº 2.130.730 e do CIC-MF nº 949.173.109-20, residente e domiciliado na Rua Vitor Basei, 92, Centro, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outra parte senhor BEATRIZ BAUER, inscrita no CPF/MF sob o nº. 069.691.859.58 têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: da Vigência, fica rescindido o contrato primitivamente celebrado entre as partes, no dia 18 de fevereiro de 2016, conforme requerimento da contratada em anexo.

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 18 de fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE ARABUTÃ  
Marcelo Morche – Prefeito em Exercício

Beatriz Bauer  
Contratado

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi  
CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier  
CPF/MF: 009.112.609-60

### PORTARIA 064/2016

PORTARIA Nº 064/2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Marcelo Morche Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR, a partir de 17 de fevereiro de 2016 a servidora CLARICE TIEMANN WEIMER inscrita no CPF sob nº. 023.953.959-19, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização.

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã/SC,  
17 de fevereiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pelas publicações

### PORTARIA 065/2016

PORTARIA Nº 065/2016

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA A SERVIDORA MUNICIPAL

Marcelo Morche, Prefeito em Exercício de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a servidora MARA ESTER KUNZ, inscrita no CPF-MF sob nº. 018.618.319-43, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Agente de Copa e Higienização, para exercer função de confiança FG 80, Assistente Administrativo, conforme Lei Complementar nº. 158 de 29 de dezembro de 2014 e suas posteriores alterações no período de 04 de janeiro a 02 de fevereiro de 2016.

Art.2º Os efeitos da presente portaria retroagem à data de 04 de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 17 de fevereiro de 2016.

MARCELO MORCHE  
Prefeito em Exercício

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag  
Responsável pela publicação.

# Ascurra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2819, de 26/01/2016

DECRETO Nº 2819, de 26 de Janeiro de 2016.

Atualiza tabelas de vencimentos em decorrência da revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro, e fundado na Lei Complementar nº 169, de 26 de janeiro de 2016; e

Considerando-se que a revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, concedida através da Lei Complementar nº 169 de 26 de janeiro de 2016, foi no percentual de 7,00%.

Decreta:

Art. 1º - O Anexo IX da Lei Complementar nº 0075/2007; os anexos IV - (Item "B" – Cargos Comissionados); Anexo VI (Tabela aposentados e pensionistas) e Anexo VII – (Tabela Única de Vencimentos) da LC nº 118, de 19/12/2011 (Plano de Cargo, carreira e vencimentos dos Servidores Públicos Municipais); os Anexos IV; IV-A; IV-B e IV-C da LC 119, de 19/12/2011 (Plano de Carreira do Magistério); e o quadro de pessoal da Lei Complementar nº 065/2006, alterada pelas Leis Comp. 083/2008(PSF) e 096/09 (NASF); e os subsídios do Prefeito e Vice-Prefeito previstos na Lei Complementar nº 121/2012, ficam atualizados na forma do "caput" deste artigo.

§ 2º – A revisão geral de que trata este artigo, abrangerá também, os subsídios dos conselheiros tutelares.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 26 de janeiro de 2016.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 26 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

### DECRETO Nº 2820 de 26/01/2016

DECRETO Nº 2820, de 26 de janeiro de 2016.

DISCIPLINA O PAGAMENTO DO PISO SALARIAL DO MAGISTÉRIO ATÉ A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA, NA FORMA DA LEI Nº 11.738/2008, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito Municipal de Ascurra/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 53 combinado com o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, fundado no artigo 206, VIII, da Constituição Federal, e Lei Federal nº 11.738, de 16/07/2008; e

Considerando-se a declaração da constitucionalidade da Lei que fixou o Piso Salarial do Magistério, na forma da decisão adotada na ADI 4167 em 27/04/2011;

Considerando-se a necessidade de garantia do pagamento do valor mínimo estabelecido, dando prosseguimento a política de

valorização dos profissionais do Magistério e a melhoria da educação no Município,

Considerando-se que a revisão geral anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos municipais, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição Federal, concedida através do Decreto nº 2819 de 26 de janeiro de 2016, foi no percentual de 7,00%, e

Considerando-se que o reajuste do piso nacional do magistério da educação básica para janeiro/2016, ficou estabelecido no percentual de 11,36%, segundo os critérios adotados pelo Ministério da Educação – MEC.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento imediato do Piso Salarial de que trata a Lei Federal nº 11.738/08 aos profissionais do Magistério que detenham a habilitação mínima preconizada pela LDB, adotando-se verba de complemento salarial pela diferença entre o salário básico e o valor atual daquele, que conforme divulgado pelo MEC corresponde a R\$ 2.135,64 (dois mil cento e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A aplicação do disposto no "caput" deste artigo inclui o pagamento dos reflexos das vantagens pessoais de cada profissional do magistério que detenham por base o salário, os quais também terão incidência sobre a verba de "Complementação Piso Salarial" recebida.

§ 2º As despesas com a aplicação deste decreto correm a conta das dotações orçamentária próprias da Secretaria de Educação, autorizando a suplementação necessária, na forma da Lei.

§ 3º Fica determinado à Secretaria de Administração e Planejamento para que, conjuntamente com a Secretaria de Educação desta municipalidade, promova levantamento e estudos de impacto financeiro para adequação orçamentária destinada ao pagamento de que trata o § 1º deste artigo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros à 1º de Janeiro do corrente.

Município de Ascurra em, 26 de janeiro de 2016.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Município de Ascurra em, 26 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo  
Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2821, de 26/01/2016**

DECRETO Nº 2821, de 26 de janeiro de 2016.

EQUIPARA-SE O SALÁRIO MÍNIMO MUNICIPAL AO SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas inciso IV de Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO, o inciso IV do Art. 7º da CF/88, que prevê salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.618/2015 que está em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2016, estabelecendo o Salário Mínimo no valor de R\$ 880,00.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a equiparar o piso mínimo municipal ao salário mínimo nacional.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2016.

Município de Ascurra, em 26 de janeiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 26 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2822, de 29/01/2016**

DECRETO Nº 2822, de 29 de Janeiro de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 11.724,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
07	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001	SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
07.001.0015	URBANISMO
07.001.0015.0452	SERVICOS URBANOS
07.001.0015.0452.0030	MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO MUNICIPAL
07.001.0015.0452.0030.2018	MANUTENCAO CONVENIO CONSORCIOS
3317100000000000	TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS
00030000	Recursos Ordinários
	Valor: ( 11.724,00 )

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do superávit financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 29 de janeiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 29 de janeiro de 2016.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo

**DECRETO Nº 2823, de 01/02/2016**

DECRETO Nº 2823, de 01 de Fevereiro de 2016.

Altera o disposto no artigo 3º, artigo 5º e 7º do Decreto nº 2732, de 04 de maio de 2015, que Regulamenta o Uso da Casa Mortuária - "Companheiro Dante Zonta".

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com base no artigo 69 da LC nº 100 de 16 de abril de 2010, C/C com o Art. 471 da LC nº 043, de 10 de dezembro de 2002, e

CONSIDERANDO que a empresa Funerária do Médio Vale ME, através do Processo Licitatório n 04/2015; modalidade Concorrência Pública, obtendo a delegação exclusiva dos serviços funerários no âmbito do Município de Ascurra, nos termos da LC 100 de 16 de abril de 2010;

CONSIDERANDO a reivindicação da empresa delegada em se responsabilizar pela locação e manutenção da Casa Mortuária a fim de agilizar e minimizar os transtornos acarretados as famílias enlutada; e

CONSIDERANDO que a administração entendeu ser procedente a reivindicação;

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 3º, do Decreto nº 2732, de 04 de maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:

Art.1º - Para utilização da Casa Mortuária deverá o responsável ou a Empresa funerária Contratada realizar a reserva, preenchendo o formulário constante do Anexo Único, bem como efetuar os seguintes pagamentos:

a) da quantia de 15 UFM - Unidade Fiscal Municipal, para locação da mesma;

b) da quantia de 50 UFM - Unidade fiscal Municipal, para a Funerária responsável, pela manutenção, limpeza e conservação da Casa Mortuária.

:

Art. 2º - O artigo 5º do Decreto nº 2732, de 04 de maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:

Art. 5º - O responsável pela reserva pagará a quantia estabelecida no item "a" e "b" do artigo 3º diretamente a Empresa delegada.

Parágrafo único: A empresa delegada se responsabilizará pela retirada e quitação da guia referente ao item "a", junto ao setor competente no prazo de 05 (cinco) dias.

Art. 3º - O artigo 7º do Decreto nº 2732, de 04 de maio de 2015, passa a ter a seguinte redação:

Art. 7º - A reserva da Casa Mortuária será feita junto à Empresa Delegada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 01 de fevereiro de 2015.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Município de Ascurra em, 01 de fevereiro de 2015.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo



**EXTRATO DE ATA DE PREGÃO 11/2016**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato da ata do pregão presencial n. 11-2016

Objeto: Aquisição de veículo tipo micro-ônibus que será utilizado para transporte escolar.

Empresa participante e vencedora: E.J.C. CAMINHOES E ACESORIOS LTDA

CNPJ: 12.246.167/0001-16

Valor ofertado: R\$ 170.000,00

A empresa foi considerada habilitada.

Ascurra, 17 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 18/2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 29/2/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PADARIA PARA GARANTIR UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA AOS ALUNOS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PARA A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, PARA CONSUMO NO EXERCÍCIO DE 2016, conforme informações no Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ATA DE PREGÃO 3/2016 FMS**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato da ata do pregão presencial n. 3-2016

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de fisioterapia para atender a população acometida de lesões nervosas e físicas, conforme prescrito nas ações de atenção básica em Saúde Pública, através do Fundo Municipal de Saúde, vinculada a Secretaria de Saúde deste Município de Ascurra (SC).

Empresa participante e vencedora: CLINICA DE FISIOTERAPIA DR. JAIME JUNIOR MOSER

CNPJ: 03.372.496/0001-12

Valores ofertados:

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unit.	Valor Total
1	4.500,00	UND	PATOLOGIAS TRAUMÁTICAS E ORTOPÉDICAS	14,00	63.000,0000
2	1.500,00	UND	PATOLOGIAS NEUROLÓGICAS	15,00	22.500,0000
3	350,00	UND	PATOLOGIAS RESPIRATÓRIAS	13,00	4.550,0000
4	250,00	UND	FISIOTERAPIA DOMICILIAR	52,00	13.000,0000

Valor total: R\$ 103.050,00

A empresa foi considerada habilitada.

Ascurra, 17 de fevereiro de 2016.

Moacir Polidoro

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO N. 19/2016**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 1/3/2016 às 8h30min, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA ATENDER AS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS, BEM COMO PARA UTILIZAÇÃO NAS ATIVIDADES DO PROJETO DESPERTAR, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, conforme informações no Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site [www.ascurra.sc.gov.br](http://www.ascurra.sc.gov.br).

Ascurra, 18 de fevereiro de 2016.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 11/2016**

Prefeitura Municipal de Ascurra

Extrato de contrato nº 11/2016 ref. Dispensa de Licitação n. 14/2016

Contratante: Município de Ascurra

Contratada: José Henrique da Silva Júnior

Objeto: Locação e manutenção de impressoras com franquia mínima de 8.000 páginas por mês, pelo prazo de 12 (doze) meses, a serem utilizadas pelas Secretarias de Administração, Educação e Cultura e pelo Setor da Assistência Social.

Valor: O valor total previsto é de R\$ 5.760,00 (cinco mil setecentos e sessenta reais), mais R\$ 0,06 (seis centavos) por folha excedente a 8.000 (oito mil) folhas em cada mês.

Vigência: até 31/12/2016.

Ascurra, 17 de fevereiro de 2016.

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO 001/2016 FME

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 005/2016-FME

Pregão Presencial nº 001/2016-FME – SRP

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de preços visando à contratação de empresa para realização de serviços de Transporte Escolar dos alunos vinculados as Unidades de Escolas Básicas de Balneário Piçarras, Transporte Escolar Universitário e Transporte Escolar para Saída de Estudos no ano letivo de 2016, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

GRUSA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. Ata 29/2016 – Valor: R\$1.646.000,00

Balneário Piçarras(SC), 16 de fevereiro de 2016.

Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação

### ATA PREGÃO 27/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

Processo Administrativo nº 001/2016-FMS

Pregão Presencial 001/2016-FMS

Sistema de Registro de Preços

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa especializada na promoção de curso de capacitação e atualização e empresa especializada no fornecimento de coffee-break, conforme especificações do Anexo I – Termo de Referência, atendendo solicitações da Secretaria Municipal de Saúde, anexas ao Processo, nos termos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I, não obrigando o ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

Empresas Participantes Habilitadas:

WRS-SOLUCOES EM SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA. – ME - Ata 027/2016 Valor: R\$70.400,00

Balneário Piçarras(SC), 04 de fevereiro de 2016.

Lucimir Alcides Uller Bittencourt – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### PREGÃO PRESENCIAL 006/2016-FME/ PROCESSO LICITATÓRIO 014/2016-FME

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016- FMED

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016 – FMED/SRP

Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações, demais legislações pertinentes. Pregão Presencial para Registro de preços visando a contratação de empresa para prestar serviço de manutenção predial para a Secretaria Municipal de Educação. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até: 03/03/2016 às 09h. Data da Sessão Pública: 03/03/2016 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras(SC), 17 de fevereiro de 2016. Laureci Bernadete Schneider Pereira – Gestora do Fundo Municipal de Educação.

### TOMADA DE PREÇO 004/2016 - PMBP/PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2016-PMBP

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Processo Licitatório nº 009/2016-PMBP

Tomada de Preço nº 004/2016-PMBP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos Lei nº 8.666/93 e suas alterações, demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Tomada de Preço, Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa para execução de obras e serviços de engenharia para Pavimentação, Drenagem Pluvial e Sinalização das Rua das Figueiras - Trecho 1. Recebimento dos Envelopes até: 10/03/2016 às 14:00h. Data da Sessão Pública: 10/03/2016 às 14:00h, na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, endereço acima citado, no horário das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net.

Balneário Piçarras(SC), 17 de fevereiro de 2016. Leonel José Martins - Prefeito Municipal.

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

#### EXTRATO DE CONTRATO - RETIFICAÇÃO

CONTRATO Nº. 012/PMBR/2016; BEIRA MAR MONITORAMENTO LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de serviços de monitoramento de alarme à distância para vigilância Onde se lê: ... da Central do Cidadão, ... Leia-se da Casa do Artesanato, pertencente ao Município de Balneário Rincão/SC. No valor global de R\$ 1.320,00 (Um mil trezentos e vinte reais). VIGENCIA: 12 (doze) meses; ASSINATURA: 12/01/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Itair Norbak Joris.



# Barra Bonita

## PREFEITURA

### **EDITAL PREGÃO Nº02/2016 FMDR**

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC  
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº 002/2016

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão Presencial, objetivando a FORNECIMENTO DE SEMENTES DE PASTAGEM FISCALIZADAS COM GARANTIA MINIMA DE GERMINACAO DE 80%, DESTINADAS A AGRICULTORES DO MUNICIPIO, ATRAVES DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 03 de março de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 17 de fevereiro de 2016.

VALMIR LUIZ MARANGON  
Gestor FMDR

### **INEXIGIBILIDADE Nº03/2016 FMDR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BARRA BONITA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2016  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 003/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, PARA O EXERCÍCIO 2015, CONFORME AÇÕES DESCRITAS NO PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT.

FORNECEDOR: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUARIA E EXTENSAO RURAL DE SANTA CATARINA S.A.  
ENDEREÇO: RUA SANTOS DUMONT, N. 134, CENTRO DE SÃO MIGUEL DO OESTE – SC.  
CNPJ: 83.052.191/0025-30  
Valor Contratado: R\$ 29.500,02 (vinte e nove mil quinhentos reais e dois centavos).

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR – O serviço foi escolhido com base no vasto conhecimento da empresa na região, grande experiência do serviço prestado nas demais prefeituras. Além disso, o preço fixado pelo fornecedor é considerado baixo perante os demais prestadores de serviços do mesmo objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO: O preço ajustado para a contratação dos serviços técnicos são os praticados no mercado regional.

Barra Bonita - SC, 17 de fevereiro de 2016.  
VALMIR L. MARANGON  
Gestor do Fundo Municipal de Desenv. Rural

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### TERMO DE REVOGAÇÃO 01

TERMO DE REVOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2015  
MODALIDADE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

O Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Damaso da Silveira, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, resolve, revogar totalmente o Edital de Licitação nº 033/2015, bem como todos os atos posteriores, que tem por objeto a contratação de empresa para elaboração, assessoria e realização de leilão de bens inservíveis de propriedade deste município.

MOTIVO: Revogação com suporte no art. 49 da Lei nº 8.666/93 em decorrência de fato superveniente.

OBS: A íntegra da decisão do Sr. Prefeito Municipal encontra-se a disposição junto ao Paço Municipal.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de fevereiro de 2016.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

### TERMO DE REVOGAÇÃO 02

TERMO DE REVOGAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2016  
MODALIDADE LEILÃO Nº 001/2016  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

O Prefeito Municipal, Sr. Gilberto Damaso da Silveira, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, resolve, revogar totalmente o Edital de Licitação nº 003/2016, bem como todos os atos posteriores, que tem por objeto a realização de leilão público para venda de bens inservíveis de propriedade deste município.

MOTIVO: Revogação com suporte no art. 49 da Lei nº 8.666/93 em decorrência de fato superveniente.

OBS: A íntegra da decisão do Sr. Prefeito Municipal encontra-se a disposição junto ao Paço Municipal.

Bela Vista do Toldo - SC, 05 de fevereiro de 2016.  
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA  
Prefeito Municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 016/2016 - ANULA PROCESSO LICITATÓRIO

Decreto nº 016/2016, de 17 de fevereiro de 2016.

Anula o Processo Licitatório Pregão

Presencial nº 05/2016, e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");

Considerando-se o Art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993, que reza: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

Considerando que nenhum proponente interessado compareceu na licitação, tornando-a Deserta;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica anulado o processo licitatório Pregão Presencial nº 05/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 17 de fevereiro de 2016.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 16/2016 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 17 de fevereiro de 2016.

Marília Panoch

Agente Administrativo

### EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 130/2015

PUBLICAÇÕES LEGAIS - MURAL

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO (PRIMEIRO) ADITIVO AO CONTRATO Nº 130/2015

Referente: Processo Licitatório nº 54/2015

Contratada: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONCLUSÃO DA AMPLIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DA ARQUIBANCADA, FECHAMENTO E PISO DA QUADRA E GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO ALBERTO PIZOLATTI, NA RUA CRUZ E SOUZA, BAIRRO RIBEIRÃO TIGRE, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER NA CIDADE, CONTRATO DE REPASSE Nº 0239916-16/2007, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO ESPORTE, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL

Finalidade do Aditivo: SUPRESSÃO DOS SERVIÇOS QUE NÃO FORAM EXECUTADOS

Valor Total Contratado: R\$ 29.924,88

Vigência: 17/02/2016 a 29/02/2016

Data Assinatura: 17/02/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

### EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO 134/2014

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2014

Referente: Processo Licitatório nº 65/2014

Contratada: LC EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME PROPOSTA DE REPASSE Nº 10624466000113001 DO PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS, CELEBRADAS ENTRE O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Finalidade do Aditivo: PRORROGA VIGÊNCIA

Vigência: 14/01/2016 a 13/05/2016

Data Assinatura: 12/01/2016

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

# Biguaçu

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/2016 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 – FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Ângelo Ramos Vieira, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 1790/2015), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MARMITAS, CAFÉ DA MANHÃ E CAFÉ DA TARDE DE ACORDO COM O CARDÁPIO EM ANEXO PARA ATENDER O CENTRO PSICOSSOCIAL (CAPS) cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/02/2016, às 14h59min do dia 01/03/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 15h00min do dia 01/03/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (01/03/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (01/03/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 18/02/2016.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados – CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação – Ângelo Ramos Vieira  
Secretário de Saúde

### ERRATA Nº 02 - EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 03/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 03/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 03/2016

Em razão da necessidade de se incluir a Autorização de Funcionamento da Empresa Licitante (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), deste modo visando a qualidade dos serviços oferecidos na Saúde, altera-se o edital:

Onde se lê no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 08/2016 – FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.(...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 03/02/2016, às 09h59min do dia 18/02/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 10h00min do dia 18/02/2016, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (18/02/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.(...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (18/02/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

LEIA-SE no Aviso de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...) AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS E CLÍNICA DE FISIOTERAPIA cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.(...)

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 03/02/2016, às 09h59min do dia 02/03/2016;

Início da Sessão de Licitação: às 10h00min do dia 02/03/2016, no

endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu – Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (02/03/2016), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.(...)

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (02/03/2016), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto. (...)

Onde se lê no Preâmbulo do Edital – (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)data da realização: 18/02/2016

horário: 10 horas recebimento das propostas: das 14:00h do dia 03/02/2016 às 09:59h do dia 18/02/2016. (...)

LEIA-SE no Preâmbulo do Edital (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)data da realização: 02/03/2016

horário: 10 horas recebimento das propostas: das 14:00h do dia 03/02/2016 às 09:59h do dia 29/02/2016.(...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 18/02/2016, às 10h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 02/03/2016, às 10h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro(a) com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)3.3.4. Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (18/02/2016) (...)

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)3.3.4. Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (02/03/2016) (...)

Onde se lê no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)(...)6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados: (...)

i - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

LEIA-SE no Edital de Licitação (Pregão Presencial nº. 03/2016 – FMS)

(...)6.1. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados: (...)

i - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

j – Autorização de Funcionamento da Empresa Licitante (AFE), emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

As demais informações constantes no Edital de Licitação permanecem inalteradas. No entanto, as informações contidas na errata nº 01 do edital de licitação pregão presencial nº. 03/2016, devem ser desconsideradas.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

ÂNGELO RAMOS VIEIRA

Secretário Municipal de Saúde

## LICENÇA AMBIENTAL

### PEDIDO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, torna público que requereu à Fundação do Meio Ambiente (FATMA) a Licença Ambiental Prévia para o Projeto de Fixação da Barra do Rio Biguaçu, localizado em Biguaçu/SC.

Foi determinado Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Rua Felipe Schmidt, 485 – Centro

88010-001 – Florianópolis – Santa Catarina

Fone: +55 48 3216-1700

E-mail: fatma@fatma.sc.gov.br

URL: www.fatma.sc.gov.br

## PORTARIA Nº 525/2016

PORTARIA nº 541 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA ANA DA SILVA FEIJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 535/2016

PORTARIA nº 535 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:



Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIERSE APARECIDA BRAZ KUHLE, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 536/2016**

PORTARIA nº 536 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSE CHAINIUK VILLANOVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (HISTÓRIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 537/2016**

PORTARIA nº 537 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LISETTE ADELAIDE BERGER ZAMBRANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 538/2016**

PORTARIA nº 538 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ERICA ZACARIAS FLORIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 539/2016**

PORTARIA nº 539 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRA REGINA BATISTA ANTONIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 540/2016**

PORTARIA nº 540 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARCELO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLÊS), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/01/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/01/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 541/2016**

PORTARIA nº 541 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA ANA DA SILVA FEIJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (INGLES), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 546/2016**

PORTARIA nº 546 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOÃO RAPHAEL COUTINHO BERTONCELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 547/2016**

PORTARIA nº 547 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MIRIAM FESSICA GIMENEZ FALCÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 548/2016**

PORTARIA nº 548 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSIANE MACHADO SCHUSLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 549/2016**

PORTARIA nº 549 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANGELICA RODRIGUES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 550/2016**

PORTARIA nº 550 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIOVANI WILBERSTAEDT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 551/2016**

PORTARIA nº 551 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) INGRID GONZAGA PIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 552/2016**

PORTARIA nº 552 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RODRIGO KAUFFMANN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 553/2016**

PORTARIA nº 553 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EDSON DO ESPIRITO SANTO BEZERRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 554/2016**

PORTARIA nº 554 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JESSICA LAMAISSON MALHEIROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 555/2016**

PORTARIA nº 555 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOICE CARLA PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 556/2016**

PORTARIA nº 556 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISELE DALMOLIN PALADINI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 557/2016**

PORTARIA nº 557 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) HADJANE QUINTINO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 558/2016**

PORTARIA nº 558 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 559/2016**

PORTARIA nº 559 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA PAULA KARLING SOARES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 560/2016**

PORTARIA nº 560 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIO ARAUJO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 561/2016**

PORTARIA nº 561 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DOUGLAS GENARO SCHELLES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 562/2016**

PORTARIA nº 562 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SABRINA SILVA RICARDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 563/2016**

PORTARIA nº 563 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARIANY DOS SANTOS SCHUWARTZ, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 564/2016**

PORTARIA nº 564 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PABLO ADOLFO CANHETTI POSTIGO DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 565/2016**

PORTARIA nº 565 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOCELINO ZADIR BONORINO FIGUEREDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 568/2016**

PORTARIA nº 568 de 16 de fevereiro de 2016

Designar o (a) Servidor (a) Léia Roselaine Raupp Trajano, ocupante do cargo efetivo de Escriturário, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Léia Roselaine Raupp Trajano, ocupante do cargo Efetivo de Escriturário, matrícula 15448, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, com ônus para o destino, a partir de 16/02/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 569/2016**

PORTARIA nº 569 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIAS ELSON RAYCH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 569/2016**

PORTARIA nº 569 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIAS ELSON RAYCH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 570/2016**

PORTARIA nº 570 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL MARIA RODRIGUES CONSTACIO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/05/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 571/2016**

PORTARIA nº 571 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSE DALVO BORBA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 572/2016**

PORTARIA nº 572 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IVOLINE IVONE MACHADO SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 573/2016**

PORTARIA nº 573 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELAINE DA SILVA ZEFERINO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 574/2016**

PORTARIA nº 574 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JILIANA MULLER MACHADO DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 575/2016**

PORTARIA nº 575 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) OSNILDA KUHN HASKEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 576/2016**

PORTARIA nº 576 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAGDA ELENA SUELI GARCIA DE AZEVEDO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 577/2016**

PORTARIA nº 577 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KELLY SIEGEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 578/2016**

PORTARIA nº 578 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARILZA DA SILVA KLOEPPEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 12/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 579/2016**

PORTARIA nº 579 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALINY BORGES PEIXOTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 580/2016**

PORTARIA nº 580 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DENAIR PEREIRA SOTERO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 581/2016**

PORTARIA nº 581 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA CATARINA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 582/2016**

PORTARIA nº 582 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JEDILSON CELSO FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 583/2016**

PORTARIA nº 583 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GERALDINO ORELLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 584/2016**

PORTARIA nº 584 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DARSONIA ALCI DOS SANTOS PEREIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 585/2016**

PORTARIA nº 585 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSIMERE MARIA SIQUEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 586/2016**

PORTARIA nº 586 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEONICE CLARICE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 587/2016**

PORTARIA nº 587 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) BEATRIZ DE SOUZA E CUNHA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TECNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 588/2016**

PORTARIA nº 588 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) EUNICE SOARES DA SILVA MARIANO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 589/2016**

PORTARIA nº 589 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MONICA DE ABREU DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 590/2016**

PORTARIA nº 590 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CELIA MARIA ANTÔNIA DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 591/2016**

PORTARIA nº 591 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LARISSA MARA VECHI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 592/2016**

PORTARIA nº 592 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RAQUEL CORREIA FRANÇA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 593/2016**

PORTARIA nº 593 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE IIMA FERNANDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 594/2016**

PORTARIA nº 594 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELIANE MORAES TEODORO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 595/2016**

PORTARIA nº 595 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DULCE ERICA KLOCH FLORES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 596/2016**

PORTARIA nº 596 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JADAIR HERCILIA CARDOSO SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 597/2016**

PORTARIA nº 597 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CINTIA CRISTINA MACHADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 598/2016**

PORTARIA nº 598 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GISLAINE BEATRIZ AMARAL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 599/2016**

PORTARIA nº 599 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) TANIA ELIZABETE MIGUEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 600/2016**

PORTARIA nº 600 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PRISCILA SILVA DE MORAES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V (SERVENTE), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 601/2016**

PORTARIA nº 601 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLEIDE STAWNY, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 602/2016**

PORTARIA nº 602 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAYARA CRISTINA DA COSTA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 603/2016**

PORTARIA nº 603 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RITA DE CASSIA MULLER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 03/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 604/2016**

PORTARIA nº 604 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIANE RODRIGUES MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 605/2016**

PORTARIA nº 605 de 16 de fevereiro de 2016

Admitir Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ARMANDO DE BONA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (FILOSOFIA), com regência de classe e jornada de 40 horas semanais, acrescidas de 02 aula excedente, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 606/2016**

PORTARIA nº 606 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JULIETA MARIA DOS SANTOS REIS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (GEOGRAFIA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/01/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 21/01/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 607/2016**

PORTARIA nº 607 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARITZA TRINIDAD ODREMAN MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ESPANHOL), com jornada de 20 horas semanais, na SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICO a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/01/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 608/2016**

PORTARIA nº 608 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ADRIANA JANES PAZZON, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 609/2016**

PORTARIA nº 609 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KARINA HOFFMANN HEINZEN, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 610/2016**

PORTARIA nº 610 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MAYCON JOSÉ CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 611/2016**

PORTARIA nº 611 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KELLY DE AQUINO MULLER COUTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 612/2016**

PORTARIA nº 612 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOÃO RAPHAEL COUTINHO BERTONCELLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LÍNGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 11/02/2016 a 15/12/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11A/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 613/2016**

PORTARIA nº 613 de 17 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 269/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 269 de 18 de fevereiro de 2016, que designava o servidor Francisco de Souza Pereira, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 614/2016**

PORTARIA nº 614 de 17 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 2048/2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2048 de 27 de junho de 2013, que designava o servidor Luciene Machado Pacheco, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 615/2016**

PORTARIA nº 615 de 17 de fevereiro de 2016

Designar o (a) Servidor (a) Alice Maria Borba, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Sala, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o (a) servidor (a) Alice Maria Borba, ocupante do cargo Efetivo de Auxiliar de Sala, matrícula 7168, a disposição da Câmara Municipal de Vereadores de Biguaçu, com ônus para o destino, a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 617/2016**

PORTARIA nº 617 de 17 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Olinda Maria Xavier Figueiroa, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são a partir de 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 618/2016**

PORTARIA nº 618 de 17 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Rosemari do Nascimento Vitorino, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente), com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 22/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 22/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 620/2016**

PORTARIA nº 620 de 17 de fevereiro de 2016

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Charles Alfred Grander Pedozo, detentor do cargo de provimento temporário de Médico de Emergência, com jornada semanal conforme escala de plantão, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 621/2016**

PORTARIA nº 621 de 17 de fevereiro de 2016

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Felipe Gomes Vieira, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Assistente Técnico, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 12/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/02/2016.

Biguaçu, 22 de janeiro de 2016.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 622/2016**

PORTARIA nº 622 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSE NILTON GOEDERT, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de CALCETEIRO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 01/02/2016 a 01/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 623/2016**

PORTARIA nº 623 de 17 de fevereiro de 2016

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JOSE DE MEDEIROS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (OPERÁRIO BRAÇAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, a partir de 16/02/2016 a 16/02/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 625/2016**

PORTARIA nº 625 de 17 de fevereiro de 2016

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), VALCIDES MANOEL DE FARIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de CALCETEIRO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/12/2015 a 31/01/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 626/2016**

PORTARIA nº 626 de 17 de fevereiro de 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

ART. 1º - A Comissão Permanente encarregada do julgamento das licitações ficará também, incumbida de realizar os Pregões Oficiais do Município de Biguaçu, estabelecidas pela Lei Federal nº 10.520/02.

ART. 2º - Designar a servidora NABEL ANA MARCELINO DE CAMPOS

para presidir a Comissão Permanente de Licitação – CPL.  
ART. 3º - Designar o servidor GIOVANNI RAFAEL GASPARETTO para exercer a atividade de Pregoeiro da CPL, conforme art. 111 caput da Lei Complementar nº 47/2011.  
ART. 4º - Designar os servidores EDUARDO LOPES JONKER, MARISTELA LIRA, OIZES VIEIRA MENDES e ZILSA ROSENY CORRÊA, para comporem a CPL e a Equipe de Pregão.  
ART. 5º - Fica instituída uma Gratificação mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), nos termos do art. 114 caput da Lei Complementar nº 47/2011.  
Parágrafo único. Ao servidor designado para participar como membro titular da CPL que injustificadamente faltar às reuniões deverá ser observada a aplicação do art. 118 caput da Lei Complementar nº 47/2011.  
ART. 6º - Fica revogada a Portaria nº 2280/2015, bem como, todas as disposições em contrário.  
ART. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de fevereiro 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 627/2016**

PORTARIA nº 627 de 17 de fevereiro de 2016

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Paloma Andrade Pereira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Patrimônio, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Administração, a contar de 17/02/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 628/2016**

PORTARIA nº 628 de 17 de fevereiro de 2016

Torna sem efeito a Portaria nº 451/2013, do servidor Sidnei Osmar Garcia, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 451 de 04 de fevereiro de 2013, do servidor Sidnei Osmar Garcia, a qual o nomeava para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços de Pavimentação do Interior, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.  
Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 629/2016**

PORTARIA nº 629 de 17 de fevereiro de 2016

Nomeia o servidor, para exercer a Função de Confiança, nos termos do inciso II do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o servidor Joelcio Elio Schmitt, detentor do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal), inscrito na matrícula funcional nº 7124, para exercer a Função de Confiança de Coordenador de Serviços de Pavimentação do Interior, nos termos do inciso III do art. 28, caput da Lei Complementar nº 50/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/02/2016.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PP 12-2016-PMB-SRP**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 12/2016 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E FAMABI. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 10 março, 2016, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 17 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO PP272-2015-PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÃO

RETIFICAÇÃO E REPUBLICAÇÃO DO PP 272/2015-PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 272/2015-PMB, que tem como objeto “contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de softwares para a gestão pública, para uso das Secretarias e Fundos da PMB”, que devido ao pedido de impugnação impetrado pelas Empresas IPM INFORMÁTICA



LTDA E BETHA SISTEMAS LTDA, ocorreu à suspensão do referido processo.

Após Parecer emitido pela Procuradoria geral do Município, o Recurso feito pela Empresa IPM INFORMÁTICA LTDA foi totalmente INDEFERIDO e o recurso feito pela Empresa BETHA SISTEMAS LTDA foi parcialmente DEFERIDO.

Diante do exposto, fica retificado o edital nos itens conforme abaixo relacionados:

1. Da obrigatoriedade de abertura de conta corrente: Fica excluído este item do edital;
2. Divergência quanto aos prazos de pagamento: O prazo de pagamento é de 30(trinta) dias, contados da data do registro contábil da liquidação da despesa efetuada na respectiva nota fiscal e/ou no boletim de medição, observada a ordem cronológica de vencimento das faturas para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 5º da lei nº 8666/93;
3. Prestação de serviço após o encerramento do contrato: os serviços de manutenção do software e a prestação de serviços de suporte serão prestados durante a vigência do contrato e eventuais prorrogações contratuais.
4. Da ilegalidade do item 7.13.1 do edital: O item 7.13 passa a ter a seguinte redação: O prazo para as melhorias no sistema será acordado futuramente entre as partes e em prazo flexível, sem ônus ao Município.
5. Da possível aglutinação ilegal de objetos: Ficam excluídos os incisos XXVI e XXVII da cláusula vigésima do contrato parte integrante do edital.
6. Qualificação Técnica letra "a": Passa a ter a seguinte redação: Apresentação de Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente implantou e que mantém em funcionamento locação de sistemas integrados de gestão pública, atestando seu efetivo desempenho, com firma reconhecida ou, na falta desta, acompanhada de cópia autenticada dos respectivos contratos.
7. Fica alterado o inciso XXXV do contrato parte integrante do edital, passando a ter a seguinte redação: Será permitida a proponente a subcontratação parcial dos softwares em percentual de até 25% (vinte e cinco por cento) do total dos sistemas, devendo a empresa se responsabilizar solidariamente pela interoperabilidade entre sistemas bem como pela subcontratação e responsabilidades

de acordo com os termos do edital.

8. O item 04 do Termo de Referência, que trata do suporte técnico passa a ter a seguinte redação: O suporte será feito por acesso remoto ou em plataforma própria de abertura de chamadas. O suporte deverá atender a demanda dentro do horário de funcionamento da Contratante, com o objetivo de:

- 4.1 Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização dos sistemas;
  - 4.2 Auxílios na recuperação da base de dados por problemas originados em erros de operação, queda de energia ou falha de equipamentos, desde que não exista backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança;
  - 4.3 Novo treinamento dos usuários da Administração Municipal na operação ou utilização do sistema em função de substituição de pessoal, tendo em vista demissões, mudanças de cargos, etc.,
  - 4.4 Elaborações de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização dos sistemas após a implantação e utilização dos mesmos, como: gerar/validar arquivos para Órgão Governamental, Instituição Bancária, Gráfica, Tribunal de Contas, auxílio na legislação, na contabilidade e na área de informática, entre outros;
  - 4.5 Serão aceito suporte aos sistemas licitados via acesso remoto mediante autorização previa, sendo de responsabilidade da contratada o sigilo e segurança das informações, devendo ser garantido atendimento para pedidos de suporte telefônico no horário das 8h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira;
  - 4.6 O recebimento dos serviços de suporte técnico in loco se dará mediante liquidação, pelo setor competente, dos serviços indicados em documento próprio da proponente, que pormenorizadamente relate os serviços prestados e o tempo despendido para tanto.
- A data de abertura do referido Processo será:  
Data de Recebimento da Documentação e Proposta de Preços: dia 08 de março de 2016, até 13h45min horas no Setor de licitação da PMB.  
Data de Abertura da Documentação e Proposta de Preços: Dia 08 de março de 2016, às 14h00min horas no Setor de licitação da PMB.

Biguaçu, 18 de fevereiro de 2016.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO N. 007/2016

Extrato do Contrato n. 007/2016 – Dispensa de Licitação n. 002/2016

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para serviços e manutenção em central telefônica, ramais e servidores.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: SILVIO WOLLINGER ME - CNPJ n.72368376/0001-64.

Valor contratado: R\$ 3.000 (três mil reais), referente a 50 horas de serviço de mão de obra, sendo R\$ 60,00 por hora.

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado mensalmente em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal.

Data da Ratificação e Homologação: 15/02/2016.

Data da Assinatura do contrato: 16/02/2016.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2016, a contar da assinatura do contrato pelas partes.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.00.0.

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 17 de fevereiro de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

# Blumenau

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 10.887/2016

DECRETO Nº 10.887, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, 'c', da Lei Municipal nº. 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 705.000,00 (setecentos e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut.Implem.Ações de Proteção Básica

Modalidade 3.3.50 (87) Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr. R\$ 130.000,00

Modalidade 3.3.90 (86) Aplicações Diretas R\$ 125.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Modalidade 3.3.90 (88) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Modalidade 4.4.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0665.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155–Manut.Implem.Serv.Prot.Soc. Média Compl.

Modalidade 3.3.50 (91) Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr. R\$ 10.000,00

Modalidade 3.3.90 (90) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Modalidade 3.3.90 (92) Aplicações Diretas R\$ 11.400,00

Modalidade 4.4.90 (93) Aplicações Diretas R\$ 600,00

Fonte de Recursos 0665.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159–Manut.Implem.Serv.Prot.Esp. Alta Compl. c/famílias

Modalidade 3.3.90 (94) Aplicações Diretas R\$ 14.200,00

Modalidade 4.4.90 (95) Aplicações Diretas R\$ 7.800,00

Fonte de Recursos 0665.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2311 – Gestão do SUAS

Modalidade 3.3.90 (96) Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2312 – Gestão do Programa Bolsa Família

Modalidade 3.3.90 (97) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Modalidade 4.4.90 (98) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0635.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.888/2016

DECRETO Nº 10.888, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.  
ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, § 1º, I, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, 'c', da Lei Municipal nº. 8.220, de 11 de dezembro de 2015,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por conta do superávit financeiro, no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

#### 30 – FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 – Fundo Munic.dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atividade30.01.08.243.0004.2163– Manut.Ativ.Incent.Guarda Cças/Adol.

Modalidade 3.3.50 (26) Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr. R\$ 20.000,00

Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0609.00000

Atividade30.01.08.243.0004.2164–Manut.Ações Def.Direit.Cças/Adolesc.

Modalidade 3.3.50 (28) Transf.a Inst.Priv.s/Fins Lucr. R\$250.000,00

Modalidade 3.3.90 (29) Aplicações Diretas R\$100.000,00

Fonte de Recursos 0609.00000

Atividade 30.01.08.243.0004.2165 – Manut.Ativ.do Fundo Cça/Adolesc.

Modalidade 3.3.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Modalidade 4.4.90 (31) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0609.00000

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 10.891/2016

DECRETO Nº 10.891, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.  
DELEGA COMPETÊNCIA AO DIRETOR GERAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor Geral da Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, ANDERSON ROSA, para ordenar e autorizar despesas, bem

como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 16 a 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.410/2016**

PORTARIA Nº 19.410, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

PROMOVE A READAPTAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLEOCIR MARIA DE MIRANDA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com os arts. 6º, 8º, II, 28 e 29, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de conformidade com o Decreto nº 8.603, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

READAPTAR

CLEOCIR MARIA DE MIRANDA, servidora pública municipal desde 02 de fevereiro de 1998, ocupante do cargo de provimento efetivo de Educador, com jornada de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, no cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do Grupo Ocupacional Funcional GF, Categoria 05, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento E, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, que constitui o Anexo I, da Lei Complementar n.º 661, de 28 de novembro de 2007, sem prejuízo de sua remuneração e carga horária, de conformidade com o Expediente emitido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal - SESOSP, nos autos do Processo de Readaptação nº 2015/07/865, a contar de 19 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.411/2016**

PORTARIA Nº 19.411, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO

DE CONDUÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MAYCON MIGUEL, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 045/2016, de 18/01/2016, resolve:

ALTERAR, a contar de 01 de dezembro de 2015, o percentual de gratificação de condução do servidor público municipal MAYCON MIGUEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, concedida pela Portaria nº 18.894, de 30/06/2015, para GC de 30%(trinta por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.412/2016**

PORTARIA Nº 19.412, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE EXONERAÇÃO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ALINE CARL DE MIRANDA PRADA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO à servidora pública municipal ALINE CARL DE MIRANDA PRADA, matrícula nº 223778, do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 04 de novembro de 2015, conforme Processo Administrativo nº 7007/11/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 12 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.414/2016**

PORTARIA Nº 19.414, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA TIAGO ALEXANDRE BOTTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE PATRIMÔNIO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito n. 00019/2016, de 15/02/2016, resolve:

EXONERAR, a contar de 18 de fevereiro de 2016, TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Patrimônio, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 18.988, de 31 de julho de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 19.415/2016**

PORTARIA Nº 19.415, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA TIAGO ALEXANDRE BOTTOS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE HABITAÇÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13/02/2015, atendendo ao Memorando Chefia do Gabinete do Prefeito nº 00019/2016, de 15/02/2016, resolve:

NOMEAR

TIAGO ALEXANDRE BOTTOS, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Habitação, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, a contar de 19 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de fevereiro de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

### **EXTRATO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/11**

EXTRATO – 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/11

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA GROSSENbacher ADMINISTRADORA LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DESTINADA A INSTALAÇÃO DA CENTRAL DE VEÍCULOS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-191/2010.

PREÇO: Altera o valor da locação para R\$ 7.527,07 (sete mil, quinhentos e vinte e sete mil e sete reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 90.324,84 (noventa mil trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos).

DATA: 29 de janeiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 013/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 013/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
SRA. MARIA ZILMA SIMAS.

OBJETO: Locação de duas edificações, sendo a primeira de alvenaria, contendo 125,00m², mais um galpão contendo 200,00m², situados nesta cidade, na Rua Francisco Benigno, nº 55, destinado ao funcionamento da Unidade de Estratégia de Saúde da Família – E.S.F. Tânia Leite - SEMUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa nº 08-200/2015.

PRAZO: 12 (doze) meses, com vigência a partir do dia 1º de janeiro até 31 de dezembro de 2016.

PREÇO: R\$ 2.577,52 (dois mil, quinhentos e setenta e sete reais e cinquenta e dois centavos) mensais, totalizando o valor contratual em R\$ 30.930,24 (trinta mil novecentos e trinta reais e vinte e quatro centavos).

DATA: 09 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATO CONTRATO Nº 015/2016**

EXTRATO – CONTRATO Nº 015/16

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA FERNANDO FAGUNDES ME.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e manutenção dos seis terminais urbanos de passageiros do sistema de transporte coletivo do município, assim como das quatro estações de embarque de

passageiros, com o fornecimento de materiais, pelo período de 06 (seis) meses, de acordo com as quantidades mínimas de pessoal/escalas/horários, materiais constantes dos anexos e Termo de Referência - SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação 08-004/2016.

PRAZO: 06 (seis) meses, a contar do dia 10 de fevereiro de 2016.

PREÇO: R\$ 93.679,89 (noventa e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e nove centavos), totalizando R\$ 562.079,34, (quinhentos e sessenta e dois mil, setenta e nove reais e trinta e quatro centavos).

DATA: 12 de fevereiro de 2016.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 115/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 115/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01(UMA) PONTE EM CONCRETO ARMADO/PROTENDIDO, LOCALIZADA NA RUA MARTIN JENSEN, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-043/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 03 (três) meses, ou seja, de 04 de fevereiro até 03 de maio de 2016.

DATA: 21 de janeiro de 2016.

### **EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 116/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA OBRAMASTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE 01(UMA) PONTE EM CONCRETO ARMADO/PROTENDIDO, LOCALIZADA NA RUA RIO BONITO, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL (LOTE 03).

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº. 03-043/2014.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 90 (noventa) dias, ou seja, de 04 de fevereiro até o dia 03 de maio de 2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 111.124,35 (cento e onze mil cento e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos). E suprime a quantia de R\$ 92.460,69 (noventa e dois mil quatrocentos e sessenta reais e sessenta e nove centavos).

DATA: 04 de fevereiro de 2016.



**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 300/2015**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 300/2015  
 PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
 E A EMPRESA  
 BANCO BRADESCO S/A.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA E/OU COOPERATIVA DE CRÉDITO, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBRANÇA SEM EXCLUSIVIDADE DE CARNÊS DE IMPOSTO PRE-DIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, TAXA DE LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL – TLL, IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (DE SOCIEDADES SIMPLES) – ISSQN E IMPOSTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS – ITBI, COTA CONTRIBUIÇÃO BATALHÃO, MULTA OBRAS E POSTURAS, MULTA PROCON E MULTA PSIU.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 145/2015.

PRAZO: Altera contrato primitivo, retificando a cláusula quarta, que passa a ser lida conforme segue: "CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO: O prazo de vigência do contrato para prestação dos serviços desta licitação será de 12 (doze) meses, a contar do dia 1º de janeiro de 2016, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses, de acordo com o inciso II, do art.57, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."

DATA: 1º de fevereiro de 2016.

**EXTRATO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº 181/2012**

EXTRATO – TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO Nº. 181/2012  
 PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
 E O  
 SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA ANESTECLIN LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE ANESTESIOLOGIA NOS PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DA MÉDIA COMPLEXIDADE (MC) CONSTANTES NA TABELA SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS E OPM DO SUS, EM CIRURGIAS A SEREM PRESTADAS AOS USUÁRIOS DO SUS ATENDIDOS NA SOCIEDADE DIVINA PROVIDÊNCIA - HOSPITAL SANTA ISABEL.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 107/2012.

DATA: 28 de janeiro de 2016.

OBS: Fica rescindido a partir do dia 31 de dezembro de 2016.

**EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 007/2014**

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 007/2014  
 PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
 E A  
 FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU –  
 HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Objeto: Repasse de recursos financeiros a título de subvenções sociais para auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, e conforme Plano de Trabalho previamente definido entre a SEMUS e a CONVENIADA, conforme Instrução Normativa N.TC – 14/2012 emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/93.

VALOR DO CONVÊNIO: Renova-se o valor anual para R\$ 8.086.000,00 (oito milhões e oitenta e seis mil reais).

PRAZO: Prorroga de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

DATA: 15 de dezembro de 2015.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/113**

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/113

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
 E A  
 INSTITUTO BRASILEIRO DE GERONTOLOGIA - IBGERON

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 16 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO TERMO DE REVOGAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 29.01.019/2015 - SEMUDES**

EXTRATO DO TERMO DE REVOGAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 29.01.019/2015

PARTES	MUNICIPIO DE BLUMENAU/ATRAVÉS DA SEMUDES/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO BLUMENAUENSE DE DEFICIENTES FÍSICOS.
--------	--

Fica denunciado o Convênio nº. 29.01.019/2015, na forma prevista na cláusula décima terceira do convênio, conforme requerimento expresso pela conveniada, através do ofício nº 011/2016. Tendo em vista que a operacionalização do objeto conveniado não chegou a se aperfeiçoar, têm-se o convênio por não celebrado, não gerando, portanto, repercussão financeira.

DATA: 26 de janeiro de 2016

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2240/15 - SAMAE**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
 Processo de DISPENSA Nº. 08-2240/2015 – Revisão geral do veículo 190 da Autarquia.  
 Empresa: TARPAN COMÉRCIO DE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA  
 Valor Total: R\$ 1.489,54

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 09-2238/15 - SAMAE****TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo de INEXIGIBILIDADE Nº. 09-2238/2015 – Arrecadação de faturas.

Empresa: BANCO SANTANDER S/A  
Valor Total: R\$ 25.000,00

BASE LEGAL: Artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**TERMO DE ANULAÇÃO PROCESSO DISPENSA Nº 08-2236/15 - SAMAE****TERMO DE ANULAÇÃO**

Processo de DISPENSA Nº. 08-2236/2015 – Revisão dos veículos 190 (placa OKH 3919), 192 (placa OKH 4479) e 208 (placa QHC 1822) desta Autarquia.

Empresa: Tarpan (81.018.202/0001-62)  
Valor Total: R\$ 2.000,64

BASE LEGAL: Artigo 24, XVII da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

**ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2201/2016 - SAMAE**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2201/2016 - Processo Licitação Pregão Presencial 2264/2015

Objeto: Registro de preços para aquisição de produtos químicos para uso no tratamento de água para abastecimento do município, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, pelo período de 01 (um) ano – SAMAE.

Empresa(s):

Mazzarollo Indústria Química Ltda. CNPJ: 05.963.469/0002-20  
Item 02: Valor unitário R\$ 1.189,54 (Hum mil, cento e oitenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e valor total R\$ 261.699,98 (duzentos e sessenta e um mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos).

Dryller Ind. Com. De Hidróxidos Ltda. CNPJ: 08.444.204/0002-04  
Item 01: Valor unitário R\$ 860,00 (oitocentos e sessenta reais) e valor total R\$ 567.600,00 (quinhentos e sessenta e sete mil, seiscentos reais).

Avanex Indústria E Comércio Ltda. CNPJ: 78.668.969/0001-22  
Item 03: Valor unitário R\$ 1.620,00 (hum mil, seiscentos e vinte reais) e valor total R\$ 356.400,00 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos reais)

Item 06: Valor unitário R\$ 1.625,00 (hum mil, seiscentos e vinte e cinco reais) e valor total R\$ 3.120.000,00 (três milhões, cento e vinte mil reais).

Hidromar Indústria Química Ltda. CNPJ: 46.481.156/0004-85

Item 04: Valor unitário R\$ 6,94 (seis reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 550.352,88 (quinhentos e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos).

Item 07: Valor unitário R\$ 6,94 (seis reais e noventa e quatro centavos) e valor total R\$ 31.659,18 (trinta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dezoito centavos).

SNF do Brasil Ltda. CNPJ: 00.834.286/0001-82

Item 05: Valor unitário R\$ 16,00 (dezesesseis reais) e valor total R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil, oitocentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com o referido Pregão Presencial, nos termos da Lei nº 10.520/02, Decretos Municipais nº 7.106/02 e 7.732/04, subsidiariamente Lei nº 8.666/93 e alterações, CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Blumenau, 01 de Fevereiro de 2016.

Valdair José Matias  
Diretor Presidente

**CÂMARA MUNICIPAL****EMENDA Nº 48 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.**

EMENDA Nº 48 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU. ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO ARTIGO 27, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte Emenda à Lei Orgânica do Município de Blumenau:

Art. 1º O inciso II do artigo 27, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27. ....

II – para tratar de assuntos de interesse particular, apenas quando o período de licença não for superior a 120 (cento e vinte) dias por Sessão Legislativa.”

Art. 2º Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Blumenau entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt  
Presidente

Marcos da Rosa  
Vice-Presidente

Célio Dias  
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky  
2º Secretário

**LEI 8242**

LEI Nº 8.242, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º, DA LEI Nº 5.285, DE 3 DE AGOSTO DE 1999.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º, da Lei nº 5.285, de 3 de agosto de 1999, que “Dispõe sobre a internação de idosos nos hospitais estabelecidos no Município”, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O benefício previsto no art. 1º é extensivo ao pernoite, sendo permitido ao acompanhante permanecer ao lado do paciente em tempo integral.” (NR).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt  
Presidente da Câmara Municipal

**LEI 8243**

LEI Nº 8.243, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE O RECEBIMENTO E DESCARTE DE MEDICAMENTOS COM PRAZO DE VALIDADE VENCIDO, PELAS FARMÁCIAS E DROGARIAS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 42, parágrafo 6º, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º As farmácias e drogarias estabelecidas no Município, ficam obrigadas a receber e dar o descarte correto às sobras de medicamentos domésticos não utilizados ou com prazo de validade vencido.

§ 1º O recebimento dos medicamentos será feito independentemente da origem de sua aquisição, dispensado de apresentação de comprovante fiscal.

§ 2º As farmácias e drogarias deverão disponibilizar coletores de medicamentos em locais visíveis, de fácil acesso, e identificados com os dizeres: "Entregue aqui seu medicamento vencido ou não utilizado".

§ 3º Os estabelecimentos de que trata esta lei não se obrigam a fornecer recibos, conceder descontos ou devolução do valor pago pelo medicamento vencido, não utilizado ou inservível entregue para descarte.

Art. 2º O responsável pelo estabelecimento deverá fazer o correto armazenamento, triagem e envio periódico dos medicamentos recolhidos ao seu fabricante.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata esta lei deverão manter levantamentos confiáveis sobre o volume de medicamentos descartados anualmente.

Art. 3º O descumprimento ao disposto desta lei sujeitará o estabelecimento infrator ao pagamento de multa, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), a ser cominada em dobro em caso de reincidência.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente da Câmara Municipal

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

Reunião Ordinária do dia 16 de fevereiro de 2016.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinson Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

**ORDEM DO DIA**

Aprovada, em única discussão e votação, a Redação Final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 81, ficando promulgada a Lei Orgânica nº 48.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 7.120, 7.121; o Projeto de Lei Complementar nº 1.564; o Projeto de Resolução nº 521. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovada, em única discussão e votação, a Cessão do Plenário à Câmara Mirim. Destino: comuniqué-se.

Transferido para a próxima sessão o Requerimento nº 85/2016.

Aprovadas, em única discussão e votação, as demais proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 101, 102, 103, 104, 105, 106 e 107/2016; e das Moções nºs 7 e 8/2016. Destino: à Secretaria para providências.

Entrada da Mensagem nº 3/2016 – encaminhando o Projeto de Lei Complementar nº 1.572, em regime de urgência, que "ALTERA DISPOSITIVOS E SUBSTITUI O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR Nº 751, DE 23 DE MARÇO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: às comissões de Constituição, Finanças e Mista.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.123, de autoria do Vereador Jens Juergen Mantau, que "DENOMINA DE ALVINO VOLPI, PONTE LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei nº 7.124, de autoria do Vereador Cezar João Cim, que "DETERMINA A COBRANÇA FRACIONADA NOS ESTACIONAMENTOS PARTICULARES NO MUNICÍPIO, NA FORMA QUE ESPECIFICA". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.567, de autoria do Vereador Zeca Bombeiro, que "CRIA MEDIDAS DE PROTEÇÃO PARA OS CASOS DE VIOLÊNCIA OU AMEAÇA PRATICADOS CONTRA INTEGRANTES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.568, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE A ASSISTÊNCIA MÉDICA PELO SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE AOS PRESOS E ADOLESCENTES INFRATORES NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.569, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O ACESSO DA POPULAÇÃO A INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.570, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O ASSÉDIO SEXUAL NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Entrada do Projeto de Lei Complementar nº 1.571, de autoria do Vereador Jefferson Forest, que "DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ASSISTÊNCIA AO MENOR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU". Destino: processar e à Comissão de Constituição.

Promulgadas as Leis Ordinárias nºs 8.242 e 8.243. Destino: comuniqué-se e publique-se.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 7.041, 7.045, 7.046 e 7.052.

## **RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

Reunião Extraordinária do dia 16 de fevereiro de 2016.

Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Cezar João Cim
Fábio Fiedler	Ivan Naatz
Jefferson Forest	Jens Juergen Mantau
José de Souza (Zeca Bombeiro)	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Robinsom Soares (Robinho)
Vanderlei Paulo de Oliveira	

### **ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais dos Projetos de Lei nºs 7.120 e 7.121; do Projeto de Lei Complementar nº 1.564; e do Projeto de Resolução nº 521. Destino: à sanção do Executivo.

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### CP 02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório: Nº 14/2016

Modalidade: DL 04/2016.

Forma de julgamento: credenciamento

Objeto: Chamada pública para Aquisição de maçãs orgânicas da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atendimento do PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE. o Prefeito municipal torna público que abrirá as propostas dia 17/03/2016 às 14horas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site: [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) ou na sede do município. Base legal Lei 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 15 de FEVEREIRO de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal

### TP 02/2016 TRANSPORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA/SC

Processo licitatório: Nº 15/2016

Modalidade: TP 02/2016

Forma de julgamento: menor preço

Objeto: CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADO PARA REALIZAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. O Prefeito municipal torna público que abrirá as propostas dia 04/03/2016 às 14horas em conformidade com o instrumento convocatório que está disponível no site: [www.bomjardimdaserra.sc.gov.br](http://www.bomjardimdaserra.sc.gov.br) ou na sede do município. Base legal Lei 8.666/93, LC 123/2006 e suas alterações.

Bom Jardim da Serra(SC), 17 de FEVEREIRO de 2016.

Edelvânio Nunes Topanoti

Prefeito Municipal



# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2º/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 2º/2016  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 48, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº101/2000 DE 04/05/2000- REFERENTE A AVALIAÇÃO DAS METAS QUADRIMESTRAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao disposto no artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal, nº101/2000 de 04/05/2000- Lei de Responsabilidade Fiscal nos artigos 8º, 9º e 10º e seus parágrafos, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os Municípios que, no dia 29 de fevereiro de 2016 as 8:30 horas nas dependências do Auditório da Prefeitura Municipal, será realizada a AUDIÊNCIA PÚBLICA, como instrumento de transparência da gestão fiscal do Município, em atendimento as disposições legais, para discutir e avaliar as metas quadrimestrais do 3º quadrimestre de 2015. Maiores informações sobre a Audiência Pública e da Meta Fiscal quadrimestral, objeto desta convocação, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste-SC, em horário normal de expediente.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste (SC),  
aos 17 de fevereiro de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 107-16 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016 DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL DO SETOR DE TESOUREARIA, DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (PUBLICAÇÕES LEGAIS DA CÂMARA) E GERENCIAMENTO DO PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE - SC.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 107/16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL DO SETOR DE TESOUREARIA, DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO (PUBLICAÇÕES LEGAIS DA CÂMARA) E GERENCIAMENTO DO PORTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BOM JESUS DO OESTE – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HARI SCHMIDT, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas na Seção IV (Atribuições da Câmara Municipal) artigo 44, incisos XXX, do Regimento Interno e a Lei Complementar Legislativa Nº 01/2013:

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto autorizado a Designação da Funcionária Charlaine Kreuz, que ficará também responsável pelo Setor da Tesouraria, Diário Oficial do Município (Publicações Legais da Câmara) e Gerenciamento do Portal da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste – SC.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º da Lei do Legislativo nº04/2013 de 18 de setembro de 2013.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Oeste - SC, aos 17 de fevereiro de 2016.

HARI SCHMIDT  
Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado na data supra

Janiara Keller Ceccon  
1º Secretária da Mesa Diretora

### DECRETO Nº. 4825/2016

DECRETO nº 4825 de 17 de fevereiro de 2016  
REVOGA O DECRETO MUNICIPAL Nº 4816 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

AIRTON ANTÔNIO REINEHR, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, artigo nº. 41, inciso V da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o decreto nº 4816 de 03 de fevereiro de 2016

Art. 2º Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto n.º 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina aos 17 de fevereiro de 2016

AIRTON ANTÔNIO REINEHR  
Prefeito

### PORTARIA Nº 015/2016 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 015/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERA Servidor Municipal SR. IVAN CARLOS DA SILVA, matrícula nº 715-3, portador do CPF sob. nº 100.298.069-09, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, contratado em caráter temporário, sendo sua exoneração a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 16 de fevereiro de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 016/2016 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 016/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de Saúde a Servidora Municipal Sra. MARILEI SALETE OLIVEIRA HORN, inscrita na matrícula sob nº 183-0, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme Atestado Médico, no período de 17 de fevereiro de 2016 a 02 de março de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;  
Publique-se;  
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 17 de fevereiro de 2016.  
AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 292/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 292/2016  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2016  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:00 horas do dia 01 de Março de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de semente de aveia preta em embalagens de 40 KG para distribuição gratuita a agricultores do município no exercício de 2016.  
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.  
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de Fevereiro de 2016.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 293/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 293/2016  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2016  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 09:30 horas do dia 01 de Março de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de gêneros de alimentação para manutenção de merenda escolar para o 1º semestre de 2016.  
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.  
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de Fevereiro de 2016.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 294/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 294/2016  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2016  
O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu  
Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 11:00 horas do dia 01 de Março de 2016, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de profissionais habilitados para exercer a função de instrutores de dança, patinação e música para atividades e projetos do departamento da cultura no exercício de 2016.  
O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.  
A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: [compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br](mailto:compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br) ou pelo site [www.bomjesusdooeste.sc.gov.br](http://www.bomjesusdooeste.sc.gov.br).

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 18 de Fevereiro de 2016.  
Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 11.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.PMBR

Decreto N.º 11/16 de 11 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

03.01- SECR. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
04.122.0014.2008 – MANUTENÇÃO DA SECR. DE ADM. E FAZENDA  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.39.44.00 (Fundo Especial Petróleo – Exercício Anterior) R\$ 11,61  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.89.00.00 (Alienações de bens Outros Progr. – Exercício Anterior) R\$ 2.785,42  
Sub Total R\$ 2.797,03

04.01- SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
12.361.0018.2012 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.37.59.00 (PDDE – Exercício Anterior) R\$ 153,44  
Sub Total R\$ 153,44

12.361.0018.2010 – MERENDA ESCOLAR  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.37.60.00 (Progr.Nac.Alimentação Escolar-PNAE – Exercício Anterior) R\$ 148,28  
Sub Total R\$ 148,28

12.361.0018.2013 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.62.00.00 (Transf.Conv.Educ.(transp.Esc.Estado) – Exercício Anterior) R\$ 843,20  
Recurso 03.37.61.00 (PNATE – Exerc. Anterior) R\$ 410,39  
Recurso 03.36.00.00 (Salário Educação – Exerc. Anterior) R\$ 812,94  
Sub Total R\$ 2.066,53

12.361.0018.1001 – CONSTR.REFORMA E AMPL.UNID.ESC.ENS. FUND.  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.32 - Recursos Transf.Conv.União/Educação(Esc.B.São José) ..... R\$ 43.397,48  
Recurso 03.32 - Recursos Transf.Conv.União/Educação(Esc.Barbaquá) ..... R\$ 11.725,27  
Sub Total R\$ 55.122,75

27.812.0021.2021 – APOIO AO DESPORTO AMADOR

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.80.43.01 (CME – Exercício Anterior) R\$ 138,15  
Sub Total R\$ 138,15

06.01- SECR. MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
20.122.0048.2023 – MANUTENÇÃO DA SECR. AGRICULTURA/ MEIO AMBIENTE  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Outros(Equip.Agrícolas) ..... R\$ 53.968,22  
Sub Total R\$ 53.968,22

20.391.0045.2024 – MANUTENÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÃO  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Outros(Reforma Centro Eventos) ..... R\$ 81.466,42  
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Outros(Reforma Churrasq.Parque)...R\$ 121.875,00  
Sub Total ...R\$ 203.341,42

07.01- SECR. MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS  
15.452.0031.2031 – MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.08.00.00 (COSIP – Exercício Anterior) R\$ 484,05  
Sub Total R\$ 484,05

26.782.0039.2037 – MANUTENÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA MUNICIPAL  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.07.00.00 (CIDE – Exercício Anterior) R\$ 41,03  
Sub Total R\$ 41,03

08.01 – SECR. MUN. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
04.122.0051.2039 - MANUTENÇÃO DA SECR. INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.34 - Recursos Transf.Conv.União/Outros(775921/2012-Portal Turístico)...R\$ 7.248,36  
Sub Total ..... R\$ 7.248,36

13.01- FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
17.512.0036.2042 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES  
3.3.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.64.00 Recursos Transf.Conv.Estado/Outros(Casan) R\$ 49.544,93  
4.0.00.00 – DESPESAS CAPITAL  
4.4.90.00 - Aplicações Diretas  
Recurso 03.64.00 Recursos Transf.Conv.Estado/Outros(Casan) R\$ 40.000,00  
Sub Total R\$ 89.544,93

Total Geral da Suplementação R\$ 415.054,19

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 12.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.FMS

Decreto N.º 12/16 de 11 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

12.01- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERIAS DE SAÚDE

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.64.06 (PSE-Progr.Saude Escola - Exercício Anterior) R\$ 5.187,11

Recurso 03.38.64.01 (PAB Fixo - Exercício Anterior) R\$ 25.099,91

Sub Total R\$ 30.287,02

10.301.0025.2202 - MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.67.01 (Farmácia Básica Federal - Exercício Anterior) R\$ 4.306,28

Recurso 03.67.00.02 (Farmácia Básica Estadual - Exercício Anterior) R\$ 3.522,05

Sub Total R\$ 7.828,33

10.301.0025.2211 - MANUTENÇÃO DO SAMU

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.57.00 (SAMU- Exercício Anterior) R\$ 40.000,00

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTE

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.57.00 (SAMU- Exercício Anterior) R\$ 65.906,78

Sub Total R\$ 105.906,78

10.304.0036.2207 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. SANITÁRIA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.01 (Vig. Sanitária - Exercício Anterior) R\$ 15.400,27

Sub Total R\$ 15.400,27

10.305.0036.2208 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIG. EPI-DEMIOLÓGICA

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.66.02 (Vig. Epidemiológica - Exercício Anterior) R\$ 20.907,86

Sub Total R\$ 20.907,86

10.306.0036.2209 - APOIO PARA ATIVIDADE DE COMBATE A DES-NUTRIÇÃO

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.38.71.00 (Outros Rec. Fundo Nac.Saúde- Exercício Anterior) R\$ 106,80

Sub Total R\$ 106,80

Total Geral da Suplementação R\$ 180.437,06

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

### 13.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.FMAS

Decreto N.º 13/16 de 11 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

11.01- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0028.2404 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.35.52.06 (Prot. Social Básica-Criança 0 à 6 - Exercício Anterior) R\$ 25.017,62

Sub Total R\$ 25.017,62

08.244.0030.2405 - MANUTENÇÃO DO ÍNDICE DE GESTÃO DES-CENTRALIZADA-IGD

3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.35.52.01 (IGD - Exercício Anterior) R\$ 24.305,14

Sub Total R\$ 24.305,14

08.244.0030.2406 - CRAS- CENTRO REFERÊNCIA ASSISTÊNCIA



**SOCIAL**

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.35.52.02 (CRAS – Exercício Anterior) R\$ 18.637,04

Sub Total R\$ 18.637,04

08.243.0056.2402 – CENTRO DE CONVIVÊNCIA E FORTALESCIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.35.52.07 (SCFV – Exercício Anterior) R\$ 7.548,87

Sub Total R\$ 7.548,87

Total Geral da Suplementação R\$ 75.508,67

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

**14.16 DEC. SUPL. SUPERÁVIT.FIA**

Decreto N.º 14/16 de 11 de fevereiro de 2016.

SUPLEMENTA RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DE BOM RETIRO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado no art. 5º, II da Lei n.º 2299 de 15 de dezembro de 2015;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam suplementadas as seguintes dotações orçamentárias:

10.01– FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

08.243.0027.2601 – MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.0.00.00 – DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 03.06.78.00 (FIA- Demais Recursos – Exercício Anterior) R\$ 5.231,79

Recurso 03.09.77.00 (FIA- Imposto de Renda – Exercício Anterior) R\$ 7.552,12

Sub Total R\$ 12.783,91

Total Geral da Suplementação R\$ 12.783,91

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior das respectivas fontes de recursos apurado no demonstrativo da apuração dos saldos das disponibilidades de recursos, excluído daqueles saldos os restos a pagar empenhados naquelas fontes.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 11 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita Municipal em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Administração e Fazenda

**15.16 - DEC. PONTO SAÚDE**

Decreto N.º 15/16 de 16.02.16.

DISPÕE SOBRE O CONTROLE DE FREQUÊNCIA DO PONTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS LOTADOS NA ÁREA DA SAÚDE.

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro, no uso das atribuições que lhe confere o art. 263, II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 16 de maio de 2011,

**DECRETA:**

Art. 1º A frequência diária dos servidores públicos municipais lotados na área da saúde será controlada por meio de registro eletrônico ou manual do ponto, com anotações dos horários de entrada, saída e intervalo para alimentação, na forma deste Decreto.

Art. 2º É obrigatório o registro eletrônico ou manual diário do ponto para todos os servidores lotados na área da saúde.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde providenciará na medida do possível a instalação de relógio ponto eletrônico em todas as unidades de saúde da rede pública municipal de saúde do Município.

Art. 4º Ao retirar-se do serviço temporariamente, o servidor deverá efetuar o registro eletrônico ou manual do ponto ao sair e ao voltar ao expediente.

Art. 5º Fica proibido a qualquer servidor registrar o ponto de terceiro, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 6º O servidor deverá comprovar o período de permanência em consulta ou tratamento de saúde (horário de entrada e saída), mediante a apresentação de atestado médico, do qual conste a necessidade ou não do seu retorno ao serviço.

Art. 7º É de responsabilidade da Secretaria de Saúde controlar o registro do ponto dos servidores e encaminhar ao Setor Responsável, entre os dias primeiro e cinco de cada mês, individualmente, por servidor, as folhas-ponto de registro eletrônico e manual, acompanhadas de planilha com o resumo dos registros do ponto de todos os servidores, devidamente homologadas.

§ 1º O Setor Responsável realizará a devida aferição das folhas-ponto e encaminhará as planilhas para o Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, até o dia quinze de cada mês, para lançamento dos registros em folha de pagamento.

§ 2º As horas não registradas, sem justificativa legal, serão descontadas na folha de pagamento do servidor.

Art. 8º O Secretário Municipal de Saúde, que responderá na forma da lei por eventuais abusos que cometer, poderá abonar a jornada de trabalho não cumprida, desde que compensada em horário extraordinário ou utilizada para participação em atividades, mediante





Ministério da Saúde do Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.33 - Transferência de Convênio União/Saúde, receita: 24.71.01.00.01 - Transferência de Convênio da União - SUS - Construção UBS- com objetivo de construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro - SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **160.02.16 - P. FÉRIAS JOAO B. SILVA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 160/16 de 11.02.16

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário João Batista da Silva, Ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Padrão I - Nível 37, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 011/2016 de 11 de fevereiro de 2016, para gozá-las a contar do dia 11 de fevereiro com término no dia 11 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

11 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **161.02.16 - P. FÉRIAS NILTON C. SANTOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 161/16 de 11.02.16

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente

ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) ao funcionário Nilton Cesar dos Santos, Ocupante do cargo de Assistente Administrativo, Padrão I - Nível 6, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 010/2016 de 11 de fevereiro de 2016, para gozá-las a contar do dia 11 de fevereiro com término no dia 11 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

11 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **162.02.16 - P. FÉRIAS IVANIR B. NECKEL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 162/16 de 11.02.16

Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Ivanir de Brida Neckel, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 01, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social - CRAS, para gozá-las a contar do dia 11 de fevereiro de 2016 com término no dia 11 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,

11 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### **163.02.16 - P. DES. PROF. DIONE K. STREY**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 163/16 de 11.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Designar Dione Keiser Strey, para atuar como Professora 20 horas semanais no CRAS, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT -, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 - Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo:

Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
11 de fevereiro de 2016.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **164.02.16 - P. CONSELHO DA APA CAMPO DOS PADRES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA Nº. 164/2016, de 11.02.16.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, considerando suas atribuições legais, que lhe são conferidas com base no artigo 95 da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 2.277/2015 e no Decreto Municipal nº. 78/2015; e

Considerando as indicações previstas, no Decreto Municipal nº. 78/2015, e considerando as correspondências recebidas das distintas entidades que possuem previsão de acento no Conselho Gestor da APA Campo dos Padres – Bom Retiro;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ficam designados como membros do Conselho Gestor da APA Campo dos Padres – Bom Retiro, na condição de titular e suplente, respectivamente:

I – JOÃO BATISTA DA SILVA, CPF nº 665.039.819-53, Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

II - NEIVA REGINA DEINANI MORETTI, CPF Nº 764.705.989-00, Contadora e ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA, CPF nº. 603.987.879-72, Assistente Administrativo, como representantes da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

III – JUCINARA CAPISTRANO DA CUNHA, CPF nº. 899.522.359-68, Procuradora Geral do Município, e MARIA ELIZA BIANCHI, CPF nº. 618.287.939-49, Fiscal de Tributos, como representantes da Procuradoria Geral do Município de Bom Retiro.

IV – CHARLES AROLD O GRUDTNER, CPF nº. 548.907.139-72, Engenheiro Agrônomo, e JOSÉ KAULING SOBRINHO, CPF nº. 613.339.219-34, Engenheiro Agrônomo, como representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

V – BÁRBARA LUCAS PACHACO, CPF nº. 529.530.840-53, Analista Técnica em gestão Ambiental e ANELISE CORREA WENDHAUSEN CLAUDINO DOS SANTOS, CPF nº. 060.821.839-16, Analista Técnica em gestão Ambiental, como representantes da Fundação de Meio Ambiente (FATMA).

VI - LUCIANO QUADROS, CPF nº. 018.489.789-01, Diretor-Presidente, e MAYLON WARMLING NIEHUES, CPF nº. 066.864.219-01, Sócio, como representantes da empresa Serra Azul Geradora de Energia S.A.

VII – JAIR PHILIPPI FILHO, CPF nº. 000.044.639-43, e ADERBAL JOÃO PHILIPPI, CPF nº. 002.354.289-20, representantes dos proprietários de terrenos.

VIII - CARLOS LEOMAR KREUZ, CPF nº. 408.789.969-15, Diretor, e RODE ANÉLIA MARTINS, CPF nº. 014.807.799-46, Advogada, como representantes da Associação Catarinense de Empresas de Desenvolvimento da Energia Renovável (ACEDER).

IX – DARIO CESAR DE LINS, CPF nº. 764.703.269-00, e CARLOS ARNO JENSEN, CPF nº. 547.745.869-00, como representantes da Associação Kaingangs da Serra.

X - MILTON GRACIANO PERON, CPF nº. 245.261.699-00, e ROBERTO WIGGERS FILHO, CPF nº. 149.111.599-87, como representantes do Sindicato do Produtor Rural de Bom Retiro.

Art. 2º. Havendo interesse da instituição representada em modificar seu representante antes do encerramento do mandato, deverá enviar ofício da substituição ao Presidente do Conselho Gestor, que tomará a providência para que o Chefe do Poder Executivo Municipal faça publicar a nova nomeação. Todavia, a mera apresentação do ofício é suficiente para validar a substituição.

Bom Retiro, 11 de fevereiro de 2016.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

#### **165.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZOLI F. COELHO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 165/16 de 12.02.16  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

#### **RESOLVE:**

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 15 (quinze) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 05 de fevereiro com término no dia 19 de fevereiro de 2016, ao Funcionário Zoli Fabiano Coelho, ocupante do cargo de Motorista Socorrista - Padrão I - Nível 4, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.  
MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**166.02.16 - P. DES. PROF. IVONETE AP. XAVIER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 166/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Ivonete Aparecida Xavier, para atuar como Professora 20 horas semanais na Escola do Campo Cambará, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT –, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**167.02.16 - P. DES. PROF. JAQUELINE S. ABREU**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 167/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Jaqueline Santos de Abreu, para atuar como Professora 40 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Artes, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**168.02.16 - P. DES. PROF. VANDERLI KRAUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 168/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Vanderli Kraus, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 13º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**169.02.16 - P. DES. PROF. ELIANA AP. ALVES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 169/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Eliana Aparecida Alves, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 05 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 19º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**17.16 - DEC. CRÉDITO ESPECIAL.FMS.CONSTR.UBS. CONTRAPARTIDA**

Decreto n.º 17/16 de 17.02.16

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por anulação de dotação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pela Lei n.º 2303/16 de 17 de fevereiro de 2016;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro na seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNID. BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.

MÁRCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES

Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**170.02.16 - P. DES. PROF. MARIANA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 170/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Mariana Deucher, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 10º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**171.02.16 - P. DES. PROF. IARA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 171/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Iara Deucher, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 11º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES

Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**172.02.16 - P. DES. PROF. DALISE B. VAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 172/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

**Resolve:**

Designar Dalise Buratto Vaz, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 14º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.



MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**173.02.16 - P. DES. PROF. GEAN K. M. VIEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 173/16 de 12.02.16  
Designa Professora Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Gean Karla Melo Vieira, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 18º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**174.02.16 - P. DES. PROF. OSNI BARBOSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 174/16 de 12.02.16  
Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Osni Barbosa, para atuar como Professor 20 horas semanais na Escola do Campo do Barbaquá, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**175.02.16 - P. DES. PROF. TAYSE T. SERAFIM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 175/16 de 12.02.16  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Tayse Trento Serafim, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**176.02.16 - P. DES. PROF. MARCELE AP. B. LAATSCH**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 176/16 de 12.02.16  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Marcelle Aparecida Becker Laatsch, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**177.02.16 - P. DES. PROF. JANETE AP. P. JESUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 177/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Janete Aparecida Paim de Jesus, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Andreia Cristina de Oliveira Deucher que está à disposição da Secretaria de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**178.02.16 - P. DES. PROF. LARISSA R. C. DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 178/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Larissa Regina da Cruz Deucher, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**179.02.16 - P. DES. PROF. VALERIA M. MASSUCHETTI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 179/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Valéria Moretti Massuchetti, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**180.02.16 - P. DES. PROF. RAQUEL L. RODRIGUES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 180/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Raquel de L. Rodrigues, para atuar como Professora 40 horas semanais sendo 20 horas no Núcleo Municipal São José e 20 horas na Fundação Cultural, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 1º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Artes – Não Habilitada, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**181.02.16 - P. DES. PROF. LUCIANA P. JESUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 181/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Luciana do Patrocínio de Jesus, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 17º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**182.02.16 - P. DES. PROF. MARIA L. H. OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 182/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar do Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 9º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**183.02.16 - P. DES. PROF. LUCRECIA B. H. ROSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 183/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar do Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 5º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**184.02.16 - P. DES. PROF. MAGDALENA M. AP. TAVARES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 184/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Magdalena Magali Aparecida Tavares, para atuar como Professora 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Barbaquá, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 4º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**185.02.16 - P. DES. PROF. ALAFER S. CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 185/16 de 12.02.16

Designa Professor Contratado em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Alafer Santelmo da Cruz, para atuar como Professor 20 horas semanais no Pré Escolar da Escola do Campo Cambará, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**186.02.16 - P. DES. PROF. MARIA AP. S. SIMIANO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 186/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Maria Aparecida da Silva Simiano, para atuar como Professora 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**187.02.16 - P. DES. PROF. RITA RASSWELLER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 187/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Rita Rassweller, para atuar como Professora 20 horas semanais na Escola do Campo Costão do Frade, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 7º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**188.02.16 - P. DES. PROF. MICHELLI P. POLMANN**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 188/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Michelli Paula Polmann, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**189.02.16 - P. DES. PROF. ROSEMARY AP. POGGERE**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 189/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Rosemary Aparecida Pogger, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Patrícia Deucher, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 3º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em ExercícioDARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda**190.02.16 - P. DES. PROF. JULIANO CRUZ**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 190/16 de 12.02.16

Designa Professor Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Juliano da Cruz, para atuar como Professor 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Física, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em ExercícioDARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda**191.02.16 - P. DES. PROF. TATIANI CASTANHEIRO**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 191/16 de 12.02.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Tatiani Castanheiro, para atuar como Professora 20 horas semanais no Núcleo Municipal São José, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de março de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Artes, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até a realização do concurso público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
12 de fevereiro de 2016.MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em ExercícioDARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda**192.02.16 - P. FÉRIAS FERNANDA R. GORGES**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINAPORTARIA N.º 192/16 de 15.02.16  
Concede Férias Regulamentares

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar correspondente ao período de 2014 (Dois Mil e Quatorze) a 2015 (Dois Mil e Quinze) a funcionária Fernanda Rosa Gorges, Ocupante do cargo de Recepcionista, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a partir do dia 11 de fevereiro de 2016 com término no dia 11 de março de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em ExercícioDARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda



**193.02.16 - P.DES. PROF. FABIANA A. NETO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 193/16 de 15.02.16

DISPÕE SOBRE A REINTEGRAÇÃO DE SERVIDORA, E DÁ OUTRA PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando das atribuições legais que lhe confere 10, inciso II, alínea “b”, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT e art. 8º, inciso VII do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Bom Retiro, Lei Complementar nº 01/2013.

RESOLVE:

Art. 1º. REINTEGRAR, a servidora Fabiana Andrieza Neto, ao quadro de Servidores Públicos Municipais, no Cargo Temporário de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, com lotação no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti nos termos do Art. 8º da Lei Complementar no 01 de 02 de Dezembro de 2003.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Público Municipal, e posteriormente, publicação no órgão de imprensa oficial do Município, produzindo efeitos a partir de 01.02.2016, conforme parecer jurídico datado de 15 de fevereiro de 2016, com término previsto para até cinco meses após o parto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**194.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IOLETE F. G. ZELAZOWSKI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 194/16 de 15.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 30 (trinta) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 28 de janeiro com término no dia 26 de fevereiro de 2016, a Funcionária Iolete de Fatima Guckert Zelazowski, ocupante do cargo de Agente de Saúde - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**195.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IARA DEUCHER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 195/16 de 15.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 15 de fevereiro com término no dia 19 de fevereiro de 2016, a Funcionária Iara Deucher, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão I - Nível 22 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**196.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ISABEL AP. T. SERAFIM**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 196/16 de 15.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 15 de fevereiro de 2016, a Funcionária Izabel Aparecida Trento Serafim, ocupante do cargo de Professor I – 3 - Padrão I - Nível 22 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**197.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 197/16 de 15.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 02 (dois) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2016, a Funcionária Rosemelia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 22 do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**198.02.16 - P. EXON. MARIA L. SANTOS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 198/16 de 15.02.16  
Exonera Servidora a Pedido

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

Resolve:

Conceder Exoneração a servidora Maria de Lourdes dos Santos, do Cargo de Diretora de Departamento – Padrão I - Nível – 32, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 307/14 de 01.04.14, com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 15 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**199.02.16 - P. DES. PROF. ANGELA M. OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 199/16 de 15.02.16  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Angela Maria de Oliveira, para atuar como Professora 20 horas semanais no NAES, no período de 01 de fevereiro com término no dia 15 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 6º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Séries Iniciais, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Desenvolver Projeto de Alfabetização de Adultos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**200.02.16 - P. DES. PROF. TATIANI D. BERNIERI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PORTARIA N.º 200/16 de 15.02.16  
Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Designar Tatiani Deucher Bernieri, para atuar como Professora 30 horas semanais na Creche Irmã Paula, no período de 15 de fevereiro com término no dia 02 de maio de 2016, em virtude de sua classificação em 21º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Cleodete Costa Tomé que encontra-se em Licença para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**201.02.16 - P. NOM. ALINE PRANGE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 201/16 de 15.02.16

Nomeia em Caráter Efetivo

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Aline Prange, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 13º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher, a contar do dia 15 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**202.02.16 - P. NOM. MARINELI CRUZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 202/16 de 15.02.16

Nomeia em Caráter Efetivo

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

Resolve:

Nomear por concurso Marineli Cruz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 12º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Servente - Padrão I – Nível – 1 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, a contar do dia 15 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**203.02.16 - P. DES. SERV. FRANCIELE BRUDER**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 203/16 de 15.02.16

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Franciele Bruder, para atuar como Servente 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Costão do Frade, no período de 15 de fevereiro com término no dia 30 de junho de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente – Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Até o término da construção da Escola do Campo Barbaquá, onde os alunos serão transferidos ao término da mesma.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
15 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**204.02.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE WANIA AP. FERNANDES**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 204/16 de 17.02.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

A Prefeita em Exercício do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar do dia 15 de fevereiro com término no dia 19 de fevereiro de 2016, a Funcionária Wania Aparecida Fernandes de Lins, ocupante do cargo de Profissional de Enfermagem – Padrão I – Nível 9, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício no Fundo Municipal de Saúde – Programa ESF Capistrano.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**205.02.16 - P. APOSENTADORIA IVONETE H. GARCIA**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 205/16 de 17.02.16  
Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item VIII, do artigo 95 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC;

**Resolve:**

Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, conforme Benefício 153.967.548-3, Espécie: 42 a servidora municipal Ivonete Hinckel Garcia - ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão I – Nível 03, enquadrado no Regime Geral de Previdência Social Cfe. Leis Municipais n.ºs 1494 de 16 de Março de 2000 e 1499 de 27 de Março de 2000, a partir da presente data 17.02.2016, bem como fica declarada a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do artigo 35, da Lei Municipal nº 01/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
17 de fevereiro de 2016.

MARCIA M. H. FERNANDES  
Prefeita em Exercício

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**2302.16 - L CRÉDITO ESPECIAL.FMS.CONSTR.UBS**

Lei n.º 2302/16 de 17.02.16

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por provável excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.33 - Recursos Transf.Conv.União/Saúde R\$ 81.600,00

Total R\$ 81.600,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso o saldo remanescente a ser depositado pelo Ministério da Saúde do Convênio referente Proposta cadastrada no SICONV de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde do Ministério da Saúde nº 13697277000113001, fonte de Recurso 01.33 - Transferência de Convênio União/Saúde, receita: 24.71.01.00.01 - Transferência de Convênio da União – SUS – Construção UBS – com objetivo de construção de unidade básica de saúde no município de Bom Retiro – SC.

Art. 3º - Fica incluído no PPA 2014-2017 e LDO/2016 a criação desta modalidade de aplicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.  
MÁRCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES  
Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**2303.16 - L CRÉDITO ESPECIAL.FMS.CONSTR.UBS. CONTRAPARTIDA**

Lei n.º 2303/16 de 17.02.16

Abre Crédito Especial no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro, Exercício Financeiro de 2016, por anulação de dotação.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC;  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro criando a seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.1201 - CONSTRUÇÃO DA UNID. BÁSICA DE SAÚDE CENTRAL

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para fazer face a presente suplementação, apresenta-se como fonte de recurso a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0025.2201 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE SAÚDE

4.0.00.00 - DESPESAS CAPITAL

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Recurso 01.02 - Recursos 15% Saúde R\$ 20.000,00

Total R\$ 20.000,00

Art. 3º - Fica incluído no PPA 2014-2017 e LDO/2016 a criação desta modalidade de aplicação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.  
MÁRCIA MARIZA HEMKMAIER FERNANDES  
Prefeita em Exercício

Registrado e Publicado  
Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS  
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**ERRATA CHAMADA PUBLICA 01/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC  
ERRATA EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

O Município de Bom Retiro vem a público retificar Edital Pregão Presencial 01/2016 de 03 de fevereiro de 2016, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar de cooperativas e associações, para atender os alunos matriculados nas escolas que ofertam a educação infantil, ensino fundamental, médio, da rede pública municipal de ensino de Bom Retiro/SC. INCLUIR DO EDITAL no Anexo I Planejamento de Compra:

Item 33 – 900 Kg de Bolacha Caseira Doce e Salgada: Valor Referência: R\$ 18,00

Item 34 – 500 Kg de Macarrão Caseiro: Valor Referência: R\$ 4,00  
Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

**ERRATA EXTRATO CONTRATO Nº 21/2016**

O Município de Bom Retiro torna público errata Extrato Contrato 21/2016

Onde se lê:

Extrato Contrato 21/2016 Pregão Presencial 02/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Infotriz Comercial Ltda. EPP

Objeto: Fornecimento de cartuchos de tinta, toners para impressoras e copiadoras e material de informática, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação e Gabinete do Prefeito no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 17.029,50 (dezessete mil vinte e nove reais e cinquenta centavos)

Leia-se:

Extrato Contrato 21/2016 Pregão Presencial 02/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Retiro

Contratado: Infotriz Comercial Ltda. EPP

Objeto: Fornecimento de cartuchos de tinta, toners para impressoras e copiadoras e material de informática, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Agricultura, Educação e Gabinete do Prefeito no exercício de 2016.

Valor Total: R\$ 15.644,50 (quinze mil seiscentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos)

Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes

Prefeita Municipal em Exercício

**ERRATA MINUTA PP 07/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO  
ERRATA MINUTA EDITAL PP 07/2016 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde vem a público retificar MINUTA Edital Pregão Presencial 07/2016 (FMS), de 16 de fevereiro de 2016, para Aquisição de Material Odontológico para atender os Postos de Saúde do município de Bom Retiro/SC. Alterar na Minuta de Publicação:

Onde se lê: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 25/02/16 as 09h30min  
Leia-se: Os interessados deverão apresentar documentos e propostas em envelopes fechados na Prefeitura Municipal de Bom Retiro à Av. Major Generoso, 19, Centro, até dia 26/02/16 as 09h30min.  
Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta efeito legal.

Bom Retiro, 17 de fevereiro de 2016.

Marcia Mariza H. Fernandes

Prefeita Municipal em Exercício



**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 1.875/2016**

DECRETO Nº 1.875/2016

"Nomeia membros para comporem a Comissão de Monitoramento do PMAQ, de conformidade com o Artigo 7º da Lei Municipal nº 1.312/2015."

JOSÉ LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o Art. 7º da Lei Municipal nº 1.312/2015.

Decreta:

Art. 1º- Fica criada a Comissão de Monitoramento do PMAQ, em consonância com o Art. 7º da Lei Municipal nº 1.312/2015.

Art. 2º- A Comissão será composta por 5 (cinco) membros e será responsável pelo acompanhamento do repasse dos recursos financeiros e tratativas pertinentes à Lei Municipal nº 1.312/2015, conforme a seguinte disposição:

**I – MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

Titular: Fábio Maestri Bagio

Suplente: Rosane Aguiar Tachini

**II – MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Titular: Eliana Bonomini Costa

Suplente: Roberto Cavanholli Fernandes

**III – MEMBROS DOS PROFISSIONAIS EFETIVOS DE NÍVEL SUPERIOR**

Titular: Daiana Tomio

Suplente: Everton de Luca

**IV – MEMBROS DOS PROFISSIONAIS EFETIVOS DE NÍVEL MÉDIO**

Titulares: Bruna Lais Buschirolli

Marlene Piccini K. Betinelli

Suplentes: Fernanda Kormann

Adriana Kormann

Parágrafo Único: O exercício da função da Comissão de que trata o presente Decreto será sem ônus para os cofres públicos.

Art. 3º- Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 16 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO DE DECRETO Nº 1.874/2016**

DECRETO Nº 1.874/2016

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO EXERCÍCIO DE 2016".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso IV, da Lei nº 1.320/2015, de 17 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 11.544,82 (Onze mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e oitenta e dois centavos), conforme abaixo especificado:

05.00	Secretaria De Assistencia Social E Habitação
05.01	Fundo Municipal De Assistencia Social
08-244-100-2.63	Centro De Referencia De Assistência Social - Cras
4.4.9.0.00.00(263)	Investimento ..... R\$ 11.544,82

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 16 de fevereiro de 2016.

Botuverá, 16 de fevereiro de 2016.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

## RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 6º BIMESTRE DE 2015



## MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>5.902.900,84</b>	<b>25,00</b>	<b>21.397.986,62</b>	<b>90,64</b>	<b>2.209.444,38</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.116.767,00</b>	<b>14.116.767,00</b>	<b>2.843.761,92</b>	<b>20,14</b>	<b>15.295.299,55</b>	<b>108,35</b>	<b>-1.178.532,55</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	916.243,00	916.243,00	228.558,93	24,95	1.190.073,02	129,89	-273.830,02
Impostos	783.741,00	783.741,00	191.112,56	24,38	981.602,53	125,25	-197.861,53
Taxas	132.502,00	132.502,00	37.446,37	28,26	208.470,49	157,33	-75.968,49
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	110.004,00	110.004,00	21.632,81	19,67	140.582,48	127,80	-30.578,48
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	110.004,00	110.004,00	21.632,81	19,67	140.582,48	127,80	-30.578,48
RECEITA PATRIMONIAL	129.317,00	129.317,00	71.536,97	55,32	342.699,26	265,01	-213.382,26
Receltas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receltas de Valores Mobiliários	127.534,00	127.534,00	70.995,97	55,67	338.917,70	265,75	-211.383,70
Recelta de Concessões e Permissões	1.783,00	1.783,00	541,00	30,34	3.781,56	212,09	-1.998,56
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receltas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recelta da Indústria Extrativa Mineral	252.772,00	252.772,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.772,00
Recelta da Indústria de Transformação	12.618.542,00	12.618.542,00	2.480.010,07	19,65	13.266.996,63	105,14	-648.456,63
Recelta da Indústria de Construção	12.379.161,00	12.379.161,00	2.361.957,66	19,08	12.881.007,17	104,05	-501.846,17
Outras Receltas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	25.000,00	25.000,00	110.000,00	440,00	110.500,57	442,00	-85.500,57
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Transferências de Convênios	211.381,00	211.381,00	8.052,41	3,81	275.940,89	130,33	-64.109,89
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 4



## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

PRREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

PRORREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										
	89.889,00	89.889,00	7.954,68	8,85	80.693,83	89,77	9.195,17			
Multas e Juros de Mora	43.968,00	43.968,00	4.125,10	9,38	26.992,55	61,39	16.975,45			
Indenizações e Restituições	16.609,00	16.609,00	98,35	0,59	384,75	2,32	16.224,25			
Receita da Dívida Ativa	18.847,00	18.847,00	3.731,23	19,80	13.893,72	73,72	4.953,28			
Receitas Decorrentes de Aportes Perjudicados para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas Correntes Diversas	10.465,00	10.465,00	0,00	0,00	39.422,81	376,71	-28.957,81			
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>9.490.664,00</b>	<b>9.490.664,00</b>	<b>3.059.138,92</b>	<b>32,23</b>	<b>6.102.687,07</b>	<b>64,30</b>	<b>3.387.976,93</b>			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00			
Operações de Crédito Internas	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
ALIENAÇÃO DE BENS	40.664,00	40.664,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.664,00			
Alienação de Bens Móveis	40.664,00	40.664,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.664,00			
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.550.000,00	8.550.000,00	3.059.138,92	35,78	6.102.687,07	71,38	2.447.312,93			
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Transferências de Convênios	8.550.000,00	8.550.000,00	3.059.138,92	35,78	6.102.687,07	71,38	2.447.312,93			
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Integralização de Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Enp. e Financ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>5.902.900,84</b>	<b>25,00</b>	<b>21.397.986,62</b>	<b>90,64</b>	<b>2.209.444,38</b>			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>5.902.900,84</b>	<b>25,00</b>	<b>21.397.986,62</b>	<b>90,64</b>	<b>2.209.444,38</b>			
<b>DÉFICIT (VI)</b>										
<b>TOTAL (VII) = (V + VI)</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>5.902.900,84</b>	<b>25,00</b>	<b>21.397.986,62</b>	<b>90,64</b>	<b>2.209.444,38</b>			

Continua 2/4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)										
Superávit Financeiro										
Reabertura de Créditos Adicionais										
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	23.607.431,00	27.895.557,40	2.303.452,78	22.945.302,91	4.950.254,49	3.351.016,49	20.158.954,21	7.736.603,19	20.083.018,74	2.786.348,70
DESPESAS CORRENTES	13.493.852,11	15.080.981,78	2.215.961,97	14.398.878,39	682.103,39	2.715.902,08	14.172.174,04	908.807,74	14.103.312,62	226.704,35
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.528.945,42	8.460.001,15	1.529.311,64	8.393.104,10	66.897,05	1.578.546,94	8.393.104,10	66.897,05	8.393.104,10	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.957.906,69	6.620.980,63	686.650,33	6.005.774,29	615.206,34	1.137.355,14	5.779.069,94	841.910,69	5.710.208,52	226.704,35
DESPESAS DE CAPITAL	10.076.578,89	12.777.575,62	87.490,81	8.546.424,52	4.231.151,10	635.114,41	5.986.780,17	6.790.795,45	5.979.706,12	2.559.644,35
INVESTIMENTOS	10.055.578,89	12.777.575,62	87.490,81	8.546.424,52	4.231.151,10	635.114,41	5.986.780,17	6.790.795,45	5.979.706,12	2.559.644,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	23.607.431,00	27.895.557,40	2.303.452,78	22.945.302,91	4.950.254,49	3.351.016,49	20.158.954,21	7.736.603,19	20.083.018,74	2.786.348,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	23.607.431,00	27.895.557,40	2.303.452,78	22.945.302,91	4.950.254,49	3.351.016,49	20.158.954,21	7.736.603,19	20.083.018,74	2.786.348,70
SUPERÁVIT (XIII)							1.239.032,41			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	23.607.431,00	27.895.557,40	2.303.452,78	22.945.302,91	4.950.254,49	3.351.016,49	21.397.986,62	7.736.603,19	20.083.018,74	2.786.348,70

FONTE: Sistema e-Pública (7628-6848-85). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:00.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Continua 3 / 4



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



Continuação  
**Em Reais**

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito  
Municipal

**FABIO MAESTRI BAGIO**  
Contador  
CRC 024298/O-0

**ADRIANO BOSIO**  
Controlador  
Interno

4 / 4





# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RRRRO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Em Reais
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		% (b/total b)	No Bimestre			Até o bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	23.607.431,00	27.895.557,40	2.303.452,78	22.945.302,91	100,00	4.950.254,49	20.138.954,21	100,00	7.736.603,19	2.786.348,70
LEGISLATIVA	768.000,00	768.000,00	57.147,21	655.129,65	2,86	112.870,35	655.129,65	3,25	112.870,35	0,00
Ação Legislativa	768.000,00	768.000,00	57.147,21	655.129,65	2,86	112.870,35	655.129,65	3,25	112.870,35	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.785.004,72	1.873.046,33	275.278,52	1.838.433,84	8,01	34.612,49	338.187,06	9,08	42.796,50	8.184,01
Planejamento e Orçamento	83.500,00	21.941,19	-309,33	21.209,47	0,09	731,72	266,33	0,11	731,72	0,00
Administração Geral	844.504,72	896.248,67	127.439,52	880.033,50	3,84	16.215,17	163.301,64	4,34	21.084,18	4.869,01
Administração Financeira	815.000,00	919.840,23	147.758,33	905.464,27	3,95	14.375,96	167.508,73	4,48	17.690,96	3.315,00
Formação de Recursos Humanos	42.000,00	35.016,24	390,00	31.726,60	0,14	3.289,64	7.110,36	0,16	3.289,64	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	96.674,00	116.862,11	4.749,64	48.578,92	0,21	68.283,19	12.100,90	0,23	70.270,82	1.987,63
Policimento	91.539,00	111.727,11	4.689,64	46.471,04	0,20	65.256,07	11.522,30	0,22	67.243,70	1.987,63
Defesa Civil	5.135,00	5.135,00	60,00	2.107,88	0,01	3.027,12	578,60	0,01	3.027,12	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	483.442,00	730.940,63	91.119,52	646.180,08	2,82	84.760,55	118.358,64	3,13	100.810,00	16.049,45
Assistência ao Idoso	20.000,00	32.052,75	13.728,77	31.919,58	0,14	133,17	7.261,07	0,13	6.600,87	6.467,70
Assistência ao Portador de Deficiência	2.033,00	2.120,65	1.540,00	1.540,00	0,01	580,65	1.540,00	0,01	580,65	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	42.000,00	42.000,00	0,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00	0,00	42.000,00	0,00
Assistência Comunitária	419.409,00	654.767,23	75.850,75	612.720,50	2,67	42.046,73	109.557,57	2,99	51.628,48	9.581,75
PREVIDÊNCIA SOCIAL	44.000,00	43.000,00	7.937,71	42.586,44	0,19	413,56	7.937,71	0,21	413,56	0,00
Previdência do Regime Estatutário	44.000,00	43.000,00	7.937,71	42.586,44	0,19	413,56	7.937,71	0,21	413,56	0,00
SAÚDE	3.121.500,54	3.701.897,52	609.124,72	3.350.158,33	14,60	351.739,19	745.080,29	16,05	466.607,42	114.868,23
Administração Geral	113.478,00	113.478,00	10.151,57	105.386,54	0,46	8.091,46	10.151,57	0,52	9.141,46	1.050,00
Atenção Básica	2.667.270,54	3.117.270,18	468.740,24	2.819.064,31	12,29	298.205,87	571.037,39	13,43	410.228,23	112.022,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	80.000,00	186.563,03	66.058,82	186.067,56	0,81	495,47	66.058,82	0,92	495,47	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	200.000,00	192.192,64	40.676,53	172.359,87	0,75	19.832,77	53.919,82	0,86	19.832,77	0,00
Vigilância Sanitária	30.771,00	43.739,15	43,51	24.204,82	0,11	19.534,33	13.343,15	0,12	19.534,33	0,00
Vigilância Epidemiológica	29.981,00	48.654,52	23.454,05	43.075,23	0,19	5.579,29	30.569,54	0,20	7.375,16	1.795,87
EDUCAÇÃO	3.126.184,74	4.001.282,10	570.180,16	3.750.990,42	16,35	250.291,68	833.975,14	18,47	278.509,08	28.217,40
Alimentação e Nutrição	105.669,00	86.742,76	18.104,86	72.108,45	0,31	14.634,31	20.708,54	0,36	14.634,31	0,00
Ensino Fundamental	2.331.557,74	3.097.469,86	405.140,29	2.968.011,76	12,94	129.458,10	651.693,17	14,59	156.975,50	27.517,40
Ensino Médio	2.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Superior	130.000,00	84.085,51	28.673,44	84.085,51	0,37	0,00	28.673,44	0,42	0,00	0,00
Educação Infantil	556.868,00	732.983,97	118.261,57	626.784,70	2,73	106.199,27	132.899,99	3,11	106.899,27	700,00



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRR - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

PRREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")											
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)			% (d/total d)
CULTURA	232.000,00	253.133,33	-36,27	197.680,29	0,86	55.453,04	966,60	197.680,29	0,98	55.453,04	0,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	32.000,00	15.000,00	0,00	14.260,60	0,06	739,40	966,60	14.260,60	0,07	739,40	0,00
Difusão Cultural	200.000,00	238.133,33	-36,27	183.419,69	0,80	54.713,64	0,00	183.419,69	0,91	54.713,64	0,00
DIREITOS DA CIDADANIA	170.000,00	179.799,25	20.786,43	177.099,61	0,77	2.699,64	23.808,15	176.979,61	0,88	2.819,64	120,00
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	170.000,00	179.799,25	20.786,43	177.099,61	0,77	2.699,64	23.808,15	176.979,61	0,88	2.819,64	120,00
URBANISMO	695.953,00	1.181.988,30	65.496,53	647.375,18	2,82	534.613,12	112.331,26	622.978,78	3,09	559.009,52	24.396,40
Administração Geral	75.665,00	168.121,98	10.746,07	168.013,09	0,73	108,89	25.426,07	154.443,09	0,77	13.678,89	13.570,00
Infra-Estrutura Urbana	195.000,00	513.000,00	0,00	2.280,80	0,01	510.719,20	0,00	2.280,80	0,01	510.719,20	0,00
Serviços Urbanos	425.288,00	500.866,32	54.750,46	477.081,29	2,08	23.785,03	86.905,19	466.254,89	2,31	34.611,43	10.826,40
HABITAÇÃO	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	140.000,00	90.330,00	6.429,31	89.525,42	0,39	804,58	16.205,39	88.525,42	0,44	804,58	0,00
Saneamento Básico Urbano	140.000,00	90.330,00	6.429,31	89.525,42	0,39	804,58	16.205,39	88.525,42	0,44	804,58	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	6.368,00	1.564,50	45,00	597,80	0,00	966,70	45,00	597,80	0,00	966,70	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	6.368,00	1.564,50	45,00	597,80	0,00	966,70	45,00	597,80	0,00	966,70	0,00
AGRICULTURA	1.172.438,00	1.163.519,60	164.752,25	986.768,21	4,30	176.751,39	167.064,32	953.596,09	4,73	209.923,51	33.172,12
Extensão Rural	1.172.438,00	1.163.519,60	164.752,25	986.768,21	4,30	176.751,39	167.064,32	953.596,09	4,73	209.923,51	33.172,12
INDÚSTRIA	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	215.000,00	179.400,00	24.748,06	171.539,11	0,75	7.860,89	27.916,66	171.311,51	0,85	8.088,49	227,60
Turismo	215.000,00	179.400,00	24.748,06	171.539,11	0,75	7.860,89	27.916,66	171.311,51	0,85	8.088,49	227,60
COMUNICAÇÕES	20.000,00	14.500,00	1.058,22	13.777,41	0,06	722,59	1.615,58	13.777,41	0,07	722,59	0,00
Serviços Urbanos	20.000,00	14.500,00	1.058,22	13.777,41	0,06	722,59	1.615,58	13.777,41	0,07	722,59	0,00
TRANSPORTE	11.081.730,00	13.255.415,23	403.342,85	10.033.670,29	43,73	3.221.744,94	775.948,75	7.477.777,23	37,09	5.777.638,00	2.555.893,06
Transporte Rodoviário	11.081.730,00	13.255.415,23	403.342,85	10.033.670,29	43,73	3.221.744,94	775.948,75	7.477.777,23	37,09	5.777.638,00	2.555.893,06
DESPORTO E LAZER	213.136,00	143.878,50	8.519,64	142.444,00	0,62	1.434,50	15.728,87	139.211,20	0,69	4.667,30	3.232,80
Desporto Comunitário	199.551,00	137.793,50	2.459,64	136.384,00	0,59	1.409,50	12.368,87	135.851,20	0,67	1.942,30	532,80
Lazer	13.585,00	6.085,00	6.060,00	6.060,00	0,03	25,00	3.360,00	3.360,00	0,02	2.725,00	2.700,00
ENCARGOS ESPECIAIS	193.000,00	160.000,00	-7.226,72	152.767,91	0,67	7.232,09	38.297,38	152.767,91	0,76	7.232,09	0,00
Serviço da Dívida Interna	28.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Encargos Especiais	165.000,00	160.000,00	-7.226,72	152.767,91	0,67	7.232,09	38.297,38	152.767,91	0,76	7.232,09	0,00

Continua 2 / 4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00
Reserva de Contingência	37.000,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00	0,00	37.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>23.607.431,00</b>	<b>27.895.557,40</b>	<b>2.303.452,78</b>	<b>22.945.302,91</b>	<b>4.950.254,49</b>	<b>3.351.016,49</b>	<b>20.158.954,21</b>	<b>7.736.603,19</b>	<b>2.786.348,70</b>

Continua 3 / 4



## Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRRO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FONTE: Sistema e-Pública (1349-3915-700). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:01.

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64,



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Jan/2015	Fev/2015	Março/2015	Abril/2015	Mai/2015	Junho/2015	Julho/2015					
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.529.173,91	1.426.213,71	1.312.537,32	1.422.790,31	1.689.970,26	1.576.945,20	1.498.814,38					
Receita Tributária	36.809,28	69.097,31	100.660,94	109.012,79	235.265,00	91.106,70	69.196,09					
IP/TU	0,00	0,00	0,00	115,21	177.249,87	11.635,12	8.580,48					
ISS	34.069,25	35.185,25	41.347,54	41.333,96	23.425,58	45.887,75	20.208,62					
ITBI	1.249,44	0,00	6.358,30	18.600,00	6.133,00	3.600,00	7.282,00					
IRRF	179,70	14.557,06	16.725,10	17.808,36	24.155,47	16.022,65	19.894,39					
Outras Receitas Tributárias	1.310,89	19.355,00	36.230,00	31.155,26	4.301,08	13.961,18	13.230,60					
Receitas de Contribuições	0,00	10.220,92	11.199,26	12.939,96	14.125,05	14.141,84	13.794,53					
Receita Patrimonial	33.773,33	22.861,77	24.462,48	-6.365,22	35.188,71	35.826,32	36.371,52					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	11.179,25	22.881,73	18.721,85	18.005,13	48.629,78	20.471,85	23.904,40					
Transferências Correntes	1.444.491,89	1.299.207,83	1.155.817,29	1.286.466,83	1.350.184,68	1.375.395,80	1.346.344,75					
Cota-Parte FPM	599.335,67	611.805,61	445.610,52	480.931,82	591.411,98	514.588,39	381.036,57					
Cota-Parte do ICMS	526.235,09	469.304,38	471.326,14	506.649,30	479.419,31	459.436,20	466.904,15					
Cota-Parte do IPVA	25.695,14	36.257,44	59.352,56	53.709,14	73.814,53	72.250,92	106.206,15					
Cota-Parte do ITR	87,83	41,26	148,21	124,11	64,68	25,22	1.193,47					
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	8.021,89	2.005,47	2.005,47	2.005,47					
Transferências da LC 61/1989	11.098,22	6.602,80	6.477,21	6.783,82	7.652,91	7.389,40	6.715,02					
Transferências do FUNDEB	102.249,85	94.801,79	92.454,67	100.043,04	100.964,00	95.930,49	91.846,47					
Outras Transferências Correntes	179.790,09	80.394,55	80.447,98	130.203,71	94.851,80	223.869,71	290.437,45					
Outras Receitas Correntes	2.920,16	1.944,15	1.675,50	2.730,82	6.577,04	40.002,69	9.263,09					
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	232.490,18	224.802,14	196.582,71	211.243,79	230.873,58	211.118,91	192.811,99					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	232.490,18	224.802,14	196.582,71	211.243,79	230.873,58	211.118,91	192.811,99					
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	1.296.683,73	1.201.411,57	1.115.954,61	1.211.546,52	1.459.096,68	1.365.826,29	1.306.002,39					

1 / 2





**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



Continuação  
**R\$ 1,00**

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						
	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015	Dezembro/2015	Total Últimos 12 Meses	Previsão atualizada 2015
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	1.380.232,12	1.276.954,33	1.406.242,60	1.363.602,89	1.890.948,13	17.774.425,16	16.655.476,00
Receita Tributária	76.861,73	75.558,53	97.945,72	61.593,17	166.965,76	1.190.073,02	916.243,00
IPTU	5.669,03	548,18	359,94	331,98	528,96	205.018,77	220.000,00
ISS	32.349,68	33.379,21	42.086,16	23.992,81	30.655,38	403.921,19	240.000,00
ITBI	195,00	1.000,00	27.603,60	3.896,49	63.960,00	139.877,83	100.000,00
IRRF	22.520,12	18.049,26	15.125,69	16.322,83	51.424,11	232.784,74	223.741,00
Outras Receitas Tributárias	16.127,90	22.581,88	12.770,33	17.049,06	20.397,31	208.470,49	132.502,00
Receitas de Contribuições	14.955,41	12.662,95	14.969,75	14.554,24	7.078,57	140.382,48	110.004,00
Receita Patrimonial	37.267,67	30.736,71	21.039,00	24.808,58	46.728,39	342.699,26	129.317,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	26.976,50	27.383,92	22.029,46	16.276,64	17.791,82	274.352,33	252.772,00
Transferências Correntes	1.221.488,87	1.129.222,07	1.246.705,06	1.241.069,14	1.649.730,03	15.746.124,24	15.157.251,00
Cota-Parte FPM	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38	549.022,36	5.891.264,88	6.460.000,00
Cota-Parte do ICMS	442.451,23	465.029,98	480.836,02	483.721,88	472.221,79	5.723.535,47	5.500.000,00
Cota-Parte do IPVA	60.646,63	59.231,44	58.897,12	30.609,81	20.655,51	657.326,39	619.663,00
Cota-Parte do ITR	280,61	1.506,44	4.575,94	1.232,99	49,50	9.330,26	10.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.005,47	2.005,47	2.005,47	2.005,47	2.005,47	24.065,65	23.007,00
Transferências da LC 61/1989	7.145,09	7.124,80	8.264,19	7.529,40	7.434,82	90.117,68	80.875,00
Transferências do FUNDEB	94.408,71	90.038,49	95.532,49	94.358,76	97.161,33	1.149.790,09	985.010,00
Outras Transferências Correntes	168.902,21	132.745,19	173.719,43	144.152,45	501.179,25	2.200.693,82	1.478.696,00
Outras Receitas Correntes	2.681,94	1.390,15	3.553,61	5.301,12	2.653,56	80.693,83	89.889,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	191.635,33	181.287,48	195.490,40	200.511,40	210.277,70	2.479.125,61	2.538.709,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	191.635,33	181.287,48	195.490,40	200.511,40	210.277,70	2.479.125,61	2.538.709,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)</b>	1.188.596,79	1.095.666,85	1.210.752,20	1.163.091,49	1.680.670,43	15.295.299,55	14.116.767,00

FONTE: Sistema e-Pública (1869-2445-256). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:01.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito  
Municipal

**FABIO MAESTRI BAGIO**  
Contador  
CRC 024298/O-0

**ADRIANO BOSIO**  
Controlador  
Interno



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**PLANO FINANCEIRO**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PLANO FINANCEIRO

## ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RRR - ANEXO 04 (LRF Art. 53, inciso II)										Continuação
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)										Em Reais
ADMINISTRAÇÃO										
Despesas Correntes										
Despesas de Capital										
PREVIDÊNCIA										
Pessoal Civil										
Aposentadorias										
Pensões										
Outros Benefícios Previdenciários										
Pessoal Militar										
Reformas										
Pensões										
Outros Benefícios Previdenciários										
Outras Despesas Previdenciárias										
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS										
Demais Despesas Previdenciárias										
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)										
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)										
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)										

**APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR**

## APORTES REALIZADOS

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00
Plano Financeiro		
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00
Plano Previdenciário		
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00

**RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS**

**PREVISÃO  
ORÇAMENTÁRIA**

Continua 2 / 4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

### PLANO FINANCEIRO

### ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação  
Em Reais

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Valor

BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA	
			2015	2014
Caixa			0,00	0,00
Bancos Conta Movimento			0,00	0,00
Investimentos			0,00	0,00
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

### PLANO FINANCEIRO

#### ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II) Continuação  
Em Reais

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1500-4564-649). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:02.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.





# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

### ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recargas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recarga de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recargas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recargas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014		Até o Bimestre 2015	Em 2014



MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



	Continuação				Em Reais
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES REALIZADOS

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR

TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atualial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

Continua 2 / 4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

### ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Continuação

Em Reais

Valor

BENS E DIREITOS DO RPPS		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2015	2014
Caixa		0,00	0,00
Bancos Conta Movimento		0,00	0,00
Investimentos		0,00	0,00
Outros Bens e Direitos		0,00	0,00
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>		<b>RECEITAS REALIZADAS</b>	
	<b>PREVISÃO INICIAL</b>	<b>PREVISÃO ATUALIZADA</b>	<b>Até o Bimestre 2014</b>
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Recelita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Recelita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)</b>	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

### ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação  
Em Reais

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2014	Em 2015	Em 2014
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1722-9490-646). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:03.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RESULTADO NOMINAL

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2014 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
Deduções(II)	3.964.936,75	3.352.613,58	5.185.613,50
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.026.377,22	3.352.613,58	5.261.548,97
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	61.440,47	0,00	75.935,47
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-3.964.936,75	-3.352.613,58	-5.185.613,50
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)</b>	<b>-3.964.936,75</b>	<b>-3.352.613,58</b>	<b>-5.185.613,50</b>

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-1.832.999,92	-1.220.676,75

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

### REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2014	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
( - ) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
<b>Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1624-0522-740). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 16:03.





**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**RESULTADO PRIMÁRIO**



**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		13.989.233,00	14.956.381,85	13.150.378,21	
Recargas Tributárias		916.243,00	1.190.073,02	846.538,19	
IPTU		220.000,00	205.018,77	159.226,43	
ISS		240.000,00	403.921,19	304.345,21	
ITBI		100.000,00	139.877,83	46.000,71	
IRRF		223.741,00	232.784,74	216.465,59	
Outras Receitas Tributárias		132.502,00	208.470,49	120.500,25	
Recargas de Contribuições		110.004,00	140.582,48	125.894,93	
Recargas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições		110.004,00	140.582,48	125.894,93	
Recarga Patrimonial Líquida		1.783,00	3.781,56	3.441,68	
Recarga Patrimonial		129.317,00	342.699,26	219.279,08	
(-) Aplicações Financeiras		127.534,00	338.917,70	215.837,40	
Transferências Correntes		12.618.542,00	13.266.998,63	11.829.075,22	
FPM		5.168.000,00	4.713.012,25	4.773.764,06	
ICMS		4.400.000,00	4.578.829,40	4.280.579,69	
Convênios		211.381,00	275.490,89	365.731,54	
Outras Transferências Correntes		2.839.161,00	3.699.666,09	2.408.999,93	
Demais Receitas Correntes		342.661,00	354.946,16	345.428,19	
Dívida Ativa		18.847,00	13.893,72	15.904,92	
Diversas Receitas Correntes		323.814,00	341.052,44	329.523,27	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		9.490.664,00	6.102.687,07	7.507.503,34	
Operações de Crédito (III)		900.000,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		40.664,00	0,00	0,00	
Transferência de Capital		8.550.000,00	6.102.687,07	7.507.503,34	
Convênios		8.550.000,00	6.102.687,07	7.507.503,34	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		8.550.000,00	6.102.687,07	7.507.503,34	
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>		22.539.233,00	21.059.068,92	20.657.881,55	



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## RESULTADO PRIMÁRIO

### ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em2015	Em2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.080.981,78	14.398.878,39	9.238.637,69	14.172.174,04	0,00	226.704,35	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.460.001,15	8.393.104,10	4.647.771,79	8.393.104,10	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.620.980,63	6.005.774,29	4.590.865,90	5.779.069,94	0,00	226.704,35	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.080.981,78	14.398.878,39	9.238.637,69	14.172.174,04	0,00	226.704,35	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.777.575,62	8.546.424,52	6.054.685,92	5.986.780,17	0,00	2.559.644,35	0,00
Investimentos	12.777.575,62	8.546.424,52	6.054.685,92	5.986.780,17	0,00	2.559.644,35	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	12.777.575,62	8.546.424,52	6.054.685,92	5.986.780,17	0,00	2.559.644,35	0,00
Reserva de Contingência (XVI)	37.000,00						
Reserva RPPS (XVII)	0,00						
<b>DESPA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	27.895.557,40	22.945.302,91	15.293.323,61	20.158.954,21	0,00	2.786.348,70	0,00
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	-5.356.324,40	-1.886.233,99	5.364.557,94	900.114,71	20.657.881,55		
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>		0,00	0,00	3.839.609,52	0,00	0,00	0,00
<b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b>							
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência						<b>VALOR CORRENTE</b>	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1352-2063-036). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:09.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

Em Reais

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Saldo (a)	Cancelados	Pagos	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	61.440,47	0,00	0,00	61.440,47	0,00	18.355,66	18.355,66	18.355,66	0,00	0,00
EXECUTIVO											
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ	0,00	44.617,97	0,00	0,00	44.617,97	0,00	15.189,98	15.189,98	15.189,98	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOTUVERÁ	0,00	16.822,50	0,00	0,00	16.822,50	0,00	3.165,68	3.165,68	3.165,68	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	0,00	61.440,47	0,00	0,00	61.440,47	0,00	18.355,66	18.355,66	18.355,66	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1849-6134-788). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:09.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
1-Receita de impostos	803.133,00	803.133,00	994.023,93	123,77
1.1-Receita resultante do IPTU	234.467,00	234.467,00	215.077,60	91,73
1.1.1-IPTU	220.000,00	220.000,00	205.018,77	93,19
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.041,00	1.041,00	851,28	81,78
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	10.700,00	10.700,00	7.320,55	68,42
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.726,00	2.726,00	1.887,00	69,22
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2-Receita resultante do ITBI	100.700,00	100.700,00	139.877,83	138,91
1.2.1-ITBI	100.000,00	100.000,00	139.877,83	139,88
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	200,00	200,00	0,00	0,00
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	200,00	200,00	0,00	0,00
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	300,00	300,00	0,00	0,00
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3-Receita resultante do ISS	244.225,00	244.225,00	406.283,76	166,36
1.3.1-ISS	240.000,00	240.000,00	403.921,19	168,30
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	71,00	71,00	1.098,85	1.547,68
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	3.636,00	3.636,00	1.157,43	31,83
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	518,00	518,00	106,29	20,52
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4-Receita resultante do IRRF	223.741,00	223.741,00	232.784,74	104,04
1.4.1-IRRF	223.741,00	223.741,00	232.784,74	104,04
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	12.693.545,00	12.693.545,00	12.723.694,49	100,24
2.1-Cota Parte FPM	6.460.000,00	6.460.000,00	6.219.319,04	96,27
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	6.460.000,00	6.460.000,00	5.891.264,88	91,20
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	328.054,16	0,00
2.2-Cota Parte ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	5.723.535,47	104,06
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	23.007,00	23.007,00	24.065,65	104,60
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	80.875,00	80.875,00	90.117,68	111,43
2.5-Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.330,26	93,30
2.6-Cota-Parte IPVA	619.663,00	619.663,00	657.326,39	106,08
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)</b>	<b>13.496.678,00</b>	<b>13.496.678,00</b>	<b>13.717.718,42</b>	<b>101,64</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	8.473,68	8.473,68	32.530,04	383,90
5-Transferências do FNDE	216.024,00	216.024,00	245.922,15	113,84
5.1-Transferências do Salário-Educação	99.592,00	99.592,00	139.183,12	139,75
5.2-Transferências Diretas - PDDE	3.146,00	3.146,00	1.400,00	44,50
5.3-Transferências Diretas - PNAE	42.940,00	42.940,00	33.286,92	77,52

1 / 4



## MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	63.591,00	63.591,00	62.319,09	98,00
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	6.755,00	6.755,00	9.733,02	144,09
6-Transferências de convênios	113.759,00	113.759,00	178.717,69	157,10
6.1-Transferências de convênios	112.381,00	112.381,00	177.225,95	157,70
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.378,00	1.378,00	1.491,74	108,25
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)</b>	<b>338.256,68</b>	<b>338.256,68</b>	<b>457.169,88</b>	<b>135,15</b>

## FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.538.709,00	2.538.709,00	2.479.125,61	97,65
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.292.000,00	1.292.000,00	1.178.252,63	91,20
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.100.000,00	1.100.000,00	1.144.706,07	104,06
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	4.601,00	4.601,00	4.813,09	104,61
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	16.175,00	16.175,00	18.023,57	111,43
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.865,94	93,30
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	123.933,00	123.933,00	131.464,31	106,08
11-Receitas recebidas do FUNDEB	989.131,00	989.131,00	1.156.281,37	116,90
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	985.010,00	985.010,00	1.149.790,09	116,73
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	4.121,00	4.121,00	6.491,28	157,52
<b>12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.553.699,00</b>	<b>-1.553.699,00</b>	<b>-1.329.335,52</b>	<b>85,56</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	791.304,80	933.125,30	933.086,45	100,00	933.086,45	100,00	0,00
13.1-Com Educação Infantil	270.000,00	395.625,99	395.587,14	99,99	395.587,14	99,99	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	521.304,80	537.499,31	537.499,31	100,00	537.499,31	100,00	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	197.826,20	212.088,46	212.088,46	100,00	212.088,46	100,00	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	197.826,20	212.088,46	212.088,46	100,00	212.088,46	100,00	0,00
<b>15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)</b>	<b>989.131,00</b>	<b>1.145.213,76</b>	<b>1.145.174,91</b>	<b>100,00</b>	<b>1.145.174,91</b>	<b>100,00</b>	<b>0,00</b>

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	8.144,94
17.1- FUNDEB 60%	8.144,94
17.2- FUNDEB 40%	0,00
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	8.144,94
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) <sup>1</sup>	1.137.029,97
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	79,99
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	18,34
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	1,67
<b>CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE</b>	<b>Valor</b>
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	8.144,94
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 <sup>2</sup>	8.144,94

Continua 2 / 4





# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100			
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.374.169,50	3.374.169,50	3.429.429,60	101,64			
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	416.868,00	608.412,83	606.074,01	99,62	605.374,01	99,50	700,00
23.1-Creche	56.000,00	36.000,00	34.063,74	94,62	33.363,74	92,68	700,00
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	56.000,00	36.000,00	34.063,74	94,62	33.363,74	92,68	700,00
23.2-Pré-escola	360.868,00	572.412,83	572.010,27	99,93	572.010,27	99,93	0,00
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	270.000,00	395.625,99	395.587,14	99,99	395.587,14	99,99	0,00
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	90.868,00	176.786,84	176.423,13	99,79	176.423,13	99,79	0,00
24-ENSINO FUNDAMENTAL	1.686.130,74	2.051.136,32	2.021.058,13	98,53	2.010.940,63	98,04	10.117,50
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	719.131,00	749.587,77	749.587,77	100,00	749.587,77	100,00	0,00
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	966.999,74	1.301.548,55	1.271.470,36	97,69	1.261.352,86	96,91	10.117,50
25-Ensino Médio	2.090,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26-Ensino Superior	130.000,00	84.085,51	84.085,51	100,00	84.085,51	100,00	0,00
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28-Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.235.088,74	2.743.634,66	2.711.217,65	98,82	2.700.400,15	98,42	10.817,50
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor	
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-1.329.335,52	
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00	
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						6.491,28	
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						8.144,94	
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00	
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00	
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00	
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-1.314.699,30	
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						3.941.831,44	
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						28,74	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10	
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41-Custeadas com contrib social salário-educação	104.121,00	192.573,56	187.690,41	97,46	170.290,51	88,43	17.399,90
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	104.121,00	192.573,56	187.690,41	97,46	170.290,51	88,43	17.399,90
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	208.242,00	385.147,12	375.380,82	97,46	340.581,02	88,43	34.799,80
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.443.330,74	3.128.781,78	3.086.598,47	98,65	3.040.981,17	97,19	45.617,30
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM (g)	
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00	0,00	
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00	0,00	
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR		
					FUNDEB (h)		FUNDEF
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014					8.144,94	0,00	
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					1.149.790,09	0,00	
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					1.153.319,85	0,00	

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		<b>R\$ 1,00</b>
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	1.153.319,85	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.491,28	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	11.106,46	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1200-4869-013). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:11.

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	Em Reais	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		900.000,00	0,00	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	900.000,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL		12.777.575,62	8.546.424,52	5.986.780,17	4.231.151,10
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte		0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)		12.777.575,62	8.546.424,52	5.986.780,17	4.231.151,10
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		(a - d)	(b - e)	-	(c - f)
		-11.877.575,62	-8.546.424,52	-	-3.331.151,10

FONTE: Sistema e-Pública (1690-6074-842). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:11.

Notas:

1 -> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE**  
**PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
 Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2



**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE  
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

Continuação

**R\$ 1,00**

2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1840-0661-085). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:12.





# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015



RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)				Em Reais	
		RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)				
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00		0,00				0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00		0,00				0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00		0,00				0,00
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS (e)</b>	<b>DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)</b>	<b>SALDO A PAGAR (g) = (d - e)</b>
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>	<b>2014 (h)</b>	<b>2015 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))</b>				<b>SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)</b>	
VALOR (III)	0,00	0,00				0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1312-1685-146). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:12.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	803.133,00	803.133,00	994.023,93	123,77
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	220.000,00	220.000,00	205.018,77	93,19
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	139.877,83	139,88
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	240.000,00	240.000,00	403.921,19	168,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	223.741,00	223.741,00	232.784,74	104,04
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.312,00	1.312,00	1.950,13	148,64
Dívida Ativa dos Impostos	14.536,00	14.536,00	8.477,98	58,32
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	3.544,00	3.544,00	1.993,29	56,24
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.693.545,00	12.693.545,00	12.395.640,33	97,65
Cota-parte FPM	6.460.000,00	6.460.000,00	5.891.264,88	91,20
Cota-parte ITR	10.000,00	10.000,00	9.330,26	93,30
Cota-parte IPVA	619.663,00	619.663,00	657.326,39	106,08
Cota-parte ICMS	5.500.000,00	5.500.000,00	5.723.535,47	104,06
Cota-parte do IPI - Exportação	80.875,00	80.875,00	90.117,68	111,43
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	23.007,00	23.007,00	24.065,65	104,60
Desoneração ICMS (LC 87/96)	23.007,00	23.007,00	24.065,65	104,60
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>13.496.678,00</b>	<b>13.496.678,00</b>	<b>13.389.664,26</b>	<b>99,21</b>

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	1.634.757,00	1.634.757,00	1.454.388,46	88,97
Provenientes da União	790.431,00	790.431,00	882.601,21	111,66
Provenientes dos Estados	46.722,00	46.722,00	79.947,34	171,11
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	797.604,00	797.604,00	491.839,91	61,66
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>2.534.757,00</b>	<b>2.534.757,00</b>	<b>1.454.388,46</b>	<b>57,38</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	2.822.254,54	3.260.907,65	3.088.426,69	94,71	3.044.968,71	93,38	65.159,01
Pessoal e Encargos Sociais	1.975.510,00	2.178.331,87	2.137.323,85	98,12	2.153.247,47	98,85	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	846.744,54	1.082.575,78	951.102,84	87,86	891.721,24	82,37	65.159,01
DESPESAS DE CAPITAL	276.218,00	417.961,87	242.859,45	58,11	194.477,20	46,53	49.709,22
Investimentos	276.218,00	417.961,87	242.859,45	58,11	194.477,20	46,53	49.709,22
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>3.098.472,54</b>	<b>3.678.869,52</b>	<b>3.331.286,14</b>	<b>90,55</b>	<b>3.239.445,91</b>	<b>88,06</b>	<b>114.868,23</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECRESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	11.304,21	0,34	11.304,21	9,84	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	819.363,00	1.125.130,19	840.031,91	25,22	732.286,37	637,50	107.745,54
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	819.363,00	1.125.130,19	840.031,91	25,22	732.286,37	637,50	107.745,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	819.363,00	1.125.130,19	851.336,12	25,56	743.590,58	647,34	107.745,54
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)</b>	2.279.109,54	2.553.739,33	2.479.950,02	74,44	2.495.855,33	77,05	7.122,69

**PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%<sup>4 e 5</sup>** **18,69**

**VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]<sup>6</sup>** **494.528,38**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2011	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (VIII)</b>	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2010	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2010 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
<b>Total (IX)</b>	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PRECESSADOS
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	2.667.270,54	3.117.270,18	2.819.064,31	84,62	2.707.041,95	83,56	112.022,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	80.000,00	186.563,03	186.067,56	5,59	186.067,56	5,74	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	200.000,00	192.192,64	172.359,87	5,17	172.359,87	5,32	0,00

Continua 2 / 3



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	30.771,00	43.739,15	24.204,82	0,73	24.204,82	0,75	0,00
Vigilância Epidemiológica	29.981,00	48.654,52	43.075,23	1,29	41.279,36	1,27	1.795,87
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	90.450,00	90.450,00	86.514,35	2,60	108.492,35	3,35	1.050,00
<b>Total</b>	<b>3.098.472,54</b>	<b>3.678.869,52</b>	<b>3.331.286,14</b>	<b>100,00</b>	<b>3.239.445,91</b>	<b>100,00</b>	<b>114.868,23</b>

### DESPESA COM SAÚDE EXECUTADA EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

DESPESAS COM SAÚDE EXECUTADAS EM CONSÓRCIO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DE ITAJAÍ - AMMVI	VALORES TRANSFERIDOS POR CONTRATO DE RATEIO (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100	Até o Bimestre (c)	% (c/a)x100
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	21.701,03	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	15.923,62	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	5.777,41	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	1.326,97	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	1.326,97	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.028,00</b>	<b>0,00</b>

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
	Até o Bimestre (d)	% (d/Ib)x100	Até o Bimestre (f)	% (f/Ic)x100
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = (I - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>23.028,00</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema e-Pública (1294-3764-290). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:13.

<sup>1</sup> Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.<sup>2</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".<sup>3</sup> O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".<sup>4</sup> Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.<sup>5</sup> Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.<sup>6</sup> No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$ .



MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro



RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)													R\$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2014 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015				Saldo Total (c) = (a+b)									
		No bimestre	Até o bimestre(b)												
TOTAL DE ATIVOS															
Direitos Futuros															
Ativos Contabilizados na SPE															
Contrapartida para Provisões de PPP															
TOTAL DE PASSIVOS(I)															
Obrigações Não Relacionadas a Serviços															
Contrapartida para Ativos da SPE															
Provisões de PPP															
GARANTIAS DE PPP(II)															
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)															
PASSIVOS CONTINGENTES															
Contraprestações Futuras															
Riscos Não Provisionados															
Outros Passivos Contingentes															
ATIVOS CONTINGENTES															
Serviços Futuros															
Outros Ativos Contingentes															
DESPESAS DE PPP															
Do Ente Federado (IV)															
Das Estadais Não-dependentes															
TOTAL DAS DESPESAS															
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)															
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%) (VI)=(IV)/(V)															
FONTE: Sistema e-Pública (2037-6474-704). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:14.															

FONTE: Sistema e-Pública (2037-6474-704). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:14.





## MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ



RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre			
RECEITAS					
Previsão Inicial		23.607.431,00			
Previsão Atualizada		23.607.431,00			
Receitas Realizadas		21.397.986,62			
Déficit Orçamentário		0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		3.839.609,52			
DESPESAS					
Dotação Inicial		23.607.431,00			
Créditos Adicionais		4.288.126,40			
Dotação Atualizada		27.895.557,40			
Despesas Empenhadas		22.945.302,91			
Despesas Liquidadas		20.158.954,21			
Despesas Pagas		20.083.018,74			
Superávit Orçamentário		1.239.032,41			
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas		22.945.302,91			
Despesas Liquidadas		20.158.954,21			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida		15.295.299,55			
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00			
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		0,00	-1.220.676,75	0,00	
Resultado Primário		0,00	900.114,71	0,00	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		61.440,47	0,00	61.440,47	0,00
Poder Executivo		61.440,47	0,00	61.440,47	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		18.355,66	0,00	18.355,66	0,00
Poder Executivo		18.355,66	0,00	18.355,66	0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		79.796,13	0,00	79.796,13	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		3.941.831,44	25,00	28,74	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		924.941,51	60,00	79,99	
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito		0,00	900.000,00		
Despesa de Capital Líquida		8.546.424,52	4.231.151,10		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00



# MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ



## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2015/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.495.855,33	15,00	18,69
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1330-2159-229). Unidade Responsável: . Data da emissão: 17/02/2016 e hora de emissão: 17:16.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2016 - SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2016  
EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 8/2016 - SRP

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 08h30min do dia 02.03.2016, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para Aquisição de tubos de concreto para construção e manutenção de Redes Pluviais, em diversas localidades do município de Braço do Trombudo., informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: [licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br](mailto:licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br) ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 17de fevereiro de 2016. Charles Rafael Schwambach - Prefeito Municipal.

### PORTARIA 003/2016

PORTARIA Nº 003/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e nos termos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei nº 009/99 de 17.11.09, etc...

Resolve:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipais MÔNICA DALILA SELL DALMARCO, Pedagoga, nomeada pela portaria nº 0103/2001, DENISE SCHUSSLER WERTER, Secretária Executiva, nomeada pela portaria nº 123/2005, e CLOBER SCHNEIDER, Professor, nomeado pela portaria nº 026/2011, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar destinada a apurar os fatos que envolvem o servidor CONRADORINNERT NETO, Engenheiro Civil, nomeado pela portaria nº 098/2009, em razão do ofício nº 0523/2015/01PJ/TRO, da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Trombudo Central, o qual informa que o referido servidor teria violado, em tese, dever funcional, ao analisar e aprovar procedimento administrativo de parcelamento do solo urbano no qual era requerente/interessado (processo nº 689/2015) ferindo, assim, no mínimo, o princípio da impessoalidade, regente da atividade administrativa.

Art. 2º - O prazo para conclusão do inquérito não excederá a 60 (sessenta) dias, nos termos do disposto no artigo 101, do Estatuto dos Servidores Públicos de Braço do Trombudo.

Art. 3º - Os integrantes da Comissão ora nomeada ficam dispensadas de suas atividades normais, durante o período que se dedicarem aos trabalhos para os quais ora são designados, até a conclusão do relatório final.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 16 de fevereiro de 2016.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada nos lugares de costume, em data supra.

### PORTARIA 004/2016

PORTARIA Nº 004/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar os efeitos da portaria 0165/2015, concede licença para tratamento de saúde a servidora Angélica Silva de Oliveira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, pericia agendada para 12.01.2016, foi remarcada para 07.04.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 12.01.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016..  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 005/2016

PORTARIA 005/2016

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Gratificação de 80% do nível I-A, a servidora Loni Arndt de Souza para responder pela direção e coordenação da Escola KM 15 e CEI Tecla Georg a partir de 01.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17de fevereiro de 2016.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

### PORTARIA 006/2016

PORTARIA 006/2016

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora

Zenaide Kniss Felga para responder pela direção da Escola Nucleada Braço do Trombudo Km 20 a partir de 01.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 007/2016**

PORTARIA 007/2016

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora Geisa Luana Marmitt Teske para responder pela Coordenação do Centro de Educação Infantil Emília Rinnert a partir de 01.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 008/2016**

PORTARIA 008/2016

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Gratificação de 50% do nível I-A, a servidora Dulce Iara Larsen Kurth para responder pela Coordenação do Centro de Educação Infantil Tia Edith a partir de 01.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 009/2016**

PORTARIA 009/2016

Concede Gratificação

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado no artigo 60 da Lei Complementar nº 097/2011 de 08.07.2011, e suas alterações etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Conceder Gratificação de 80% do nível I-A, a servidora Luciane Bertelli Kniss para responder pela direção e coordenação da Escola Adriano Mosimann e Centro de Educação Infantil Edson Arndt a partir de 01.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

### **PORTARIA 010/2016**

PORTARIA 010/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

RESOLVE:

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Soraia Schmidt	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 011/2016**

PORTARIA 011/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Gilciara Correa Goulart Cruz	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 012/2016**

PORTARIA 012/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Regiane da Silva Neumann	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 013/2016**

PORTARIA 013/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Rosana Baade Leonhardt	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 014/2016**

PORTARIA 014/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Maria Ivonete Meurer	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 015/2016**

PORTARIA 015/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Luciana Pinto de Farias Almeida	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 016/2016**

PORTARIA 016/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Silvana Jordina Goedert de Souza	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal



**PORTARIA 017/2016**

PORTARIA 017/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Mara Santos de Souza Pereira	40	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 018/2016**

PORTARIA 018/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Bruna Chaiane Alves	20	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 019/2016**

PORTARIA 019/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Leticia Vogel	15	Professor Habilitado Inglês	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 020/2016**

PORTARIA 020/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Cristiane Valente Fuck	20	Professor Habilitado Educação Infantil e Séries Iniciais	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 021/2016**

PORTARIA 021/2016

Admite Professor para atuar em caráter temporário, ACT – nos termos da Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, etc...

O prefeito do Município de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir para atuar em caráter temporário, conforme Lei Complementar nº 097/2011, de 08.07.2011, a professora a seguir relacionada, conforme específica, para atuar na rede municipal de ensino:

Nome	Carga Horária Semanal	Habilitação	Período da Admissão
Lucimara Wiessner	20	Professor não Habilitado Ciências	01.02.2016 a 23.12.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 022/2016**

PORTARIA 022/2015

Prorroga efeitos de Portaria.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc...

**Resolve:**

Art. 1º Prorrogar pelo período de 1 (um) ano os efeitos da Portaria 007/2015, de 03.02.2015, que coloca servidor a disposição de outro órgão - cessão de servidor público municipal Cristiano Hadlich, para prestar serviços junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, Cartório da 57ª Zona Eleitoral da Comarca de Trombudo Central.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 023/2016**

PORTARIA Nº 023/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1st. Exonerar a pedido, a servidora Scheila Andréia Klug, ocupante do cargo de Secretário Executivo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 064/2002, a partir de 03.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos á 03.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 024/2016**

PORTARIA Nº 024/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 009/99 de 17.11.99, artigo 30, inciso I, etc...

**RESOLVE:**

Art. 1st. Exonerar a pedido, a servidora Daianny Carvalho Vaz, ocupante do cargo de Enfermeira (ESF), do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, que foi nomeada pela Portaria nº 138/2015, de 04.09.2015, a partir de 15.02.2016.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da lei 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos á 15.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 025/2016**

PORTARIA Nº 025/2016

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, ao servidor Nelson Teske ocupante do cargo de Motorista, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 10.02.2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 10.02.2016.

Braço do Trombudo, em 17 de fevereiro de 2016.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 05/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 05/2016

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial SRP nº 05/2016. Processo licitatório 08/2016. Objeto: Registro de preços para aquisição de pedra ardósia para manutenção de diversas pontes do Município de Braço do Trombudo - SC. Após análise e julgamento das propostas, foi declarada vencedora do certame:

EMPRESA	CNPJ	ITEM	R\$ VALOR
ALPHA MINERADORA DE PEDRAS LTDA ME	07.829.250/0001-88	1,2	32.400,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 17/02/2016.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 09/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

Processo Licitatório nº 08/2016 – Edital de Pregão Presencial nº 09/2016

Objeto: Aquisição de Equipamento/Implemento Agrícola. Data e horário: o recebimento dos envelopes de “proposta comercial” e “documentação de habilitação” será até às 09h00min do dia 01/03/2016, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário. Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Brunópolis, Rua Armino Leobet, 441, Centro, Brunópolis/SC, CEP 89634-000. A íntegra do edital está disponível no endereço eletrônico na Internet [www.brunopolis.sc.gov.br](http://www.brunopolis.sc.gov.br). Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3556-0019/3556-0020 ou no endereço citado.

Ademil Antonio da Rosa - Prefeito Municipal.

### LEI MUN. Nº 862

LEI Nº 862 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S/A – EPAGRI.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, Prefeito Municipal de Brunópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes do município de Brunópolis que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Brunópolis, autorizado a firmar Termo de Contrato de Prestação de Serviços com a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI.

Art. 2º. O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela EPAGRI ao Município de Brunópolis, conforme Plano de Trabalho daquele Órgão e de acordo com as Cláusulas do Contrato a ser firmado entre as partes.

Art. 3º. O Contrato ora autorizado terá vigência no período de fevereiro 2016 até 31/12/2016, podendo ser prorrogado por períodos anuais sucessivos.

Art. 4º. Para execução deste Contrato de Cooperação entre as partes, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar o repasse de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), em (10) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

Art. 5º. Fica convalidado o Termo de Contrato de Prestação de Serviços entre esta Prefeitura e a EPAGRI.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 7º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis, 17 de fevereiro de 2016.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FAZENDA

REGISTRADA E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS.

# Brusque

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 10.534, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.534, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Egidio Paoli do cargo de Agente de Serviços Especiais, matrícula 131814, lotado na Secretaria de Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de dezembro de 2015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.539, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.539, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sandra Regina Aguiar para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada na Escola de Educação Básica João Hassmann, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 348/2016**

PORTARIA Nº 348/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. VALÉRIA MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 486485-03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/02/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.520, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.520, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidores, ocupantes de cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar os servidores, abaixo nominados, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola, a partir de 31 de janeiro de 2016:

NOME	LOTAÇÃO
JOSEANE E. DUBIELLA TODT	Escola de Ensino Fundamental Angelo Dognini
JOSIANE AMARAL GOIS REIS	Centro Municipal de Educação Infantil Laura Cattani
JAQUELINE MEDEIROS	Centro de Educação Infantil Prof. Noêmia Fialho
JERUSA OLINGER	Centro de Educação Infantil Paquetá

JANAINA PASCHOAL ALVES

Escola de Educação Básica João Hassmann

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/01/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.529, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.529, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Monique Aparecida Silva Gomes do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria da Educação, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.530, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.530, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Zenilda da Aparecida Padilha Reis do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

### **PORTARIA Nº 10.532, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.532, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar Miriam Sandra Sassi Schaefer do cargo de Enfermeira, matrícula 4200, lotada na Secretaria de Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete



**PORTARIA Nº 10.537, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.537, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Carla Cristina Bonamente para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Prof. Noêmia Fialho II, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.538, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.538, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Rosangela Maçaneiro Cuchi para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada na Escola de Ensino Fundamental Prefeito Alexandre Merico, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.540, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.540, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sinvaldiana Viana Debrassi para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Emília Floriani I, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.541, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.541, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Cria e nomeia membros para compor Comissão de Verificação de Regularidade de Constituição de Despesa, relativo ao contrato nº 113/2014, firmado entre o Município de Brusque/Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a empresa MARCO TUBOS LTDA., e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea c do art. 111 da Lei Orgânica do Município, e considerando o exposto no Memorando nº 1111/2015, expedido pelo Diretor do DGI – Departamento Geral de Infraestrutura,

**RESOLVE:**

Art. 1º Criar COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE DESPESA, relativo ao contrato nº 113/2014, no valor total de R\$ 573.792,00 (quinhentos e setenta e três mil, setecentos e noventa e dois reais), afeta à empresa MARCO TUBOS LTDA, referente aquisição de galerias de concreto armado para uso em obras de drenagem no Município.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo tem por finalidade acompanhar e propor ações para pagamento da despesa de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º A Comissão criada será composta pelos seguintes servidores, lotados na Secretaria de Educação:

- Roxelana Moa
- Rafael Lopes de Lima
- Vanderlei Luís Dietrich

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **PORTARIA Nº 10.542, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.542, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Carmen Lucia Cabral Alessio para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Prof. Emília Floriani II (FIP), fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/11/2015.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/  
SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS  
Chefe de Gabinete

#### **AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA 003/2015**

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA  
003/2015

A Prefeitura Municipal de Brusque torna Público que fará realizar Audiência Pública para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre de 2015, nos termos do parágrafo 4º, Art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF.

Local: Câmara Municipal de Brusque

Data: 29/02/2015.

Hora: 16:00 horas.

Brusque, 17 de fevereiro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO  
Prefeito Municipal

#### **DECRETO Nº. 7.747, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

DECRETO Nº. 7.747, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 20º da Lei nº 3.948 de 18.12.15, a Lei nº 3.910 de 04.09.15, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal em vigência do Município, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

3.3.90.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - Anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0018.0451.0320.1002 Macro Drenagem, Saneamento e Obras de Contenção de Cheias

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 300.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 16/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/  
SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 16 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDENCIO NETO  
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR  
Procurador Geral do Município

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DE TERMO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE Nº 01/2015 - LEGISLATIVO**

Câmara Municipal de Brusque

Extrato de Termo de Aplicação de Penalidade Nº 01/2015

Processo Administrativo nº 01/2015

Contrato Administrativo Nº 04/2014

Pregão Presencial nº 03/2014

Empresa penalizada: Elevadores Craisfelt Ltda (ADLER ELEVADORES)

CNPJ n. 13.401.770/0001-98

Resumo da decisão: com fundamento no art. 78, inciso I e IV, da Lei nº 8.666/93, rescindir o contrato nº 04/2014; - com base no item 5.3 do contrato, aplicar a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total pactuado; - a devolução da quantia de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) acrescidos de juros de mora e correção monetária, contados a partir da data do efetivo pagamento; - com fundamento no item 3, da Cláusula Sexta do Contrato 04/2014 e inciso IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, Declarar Inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública a empresa ELEVADORES CRAISFELT LTDA, inscrita no CNPJ nº 13.401.770/0001-98, representada pelo Sr. André Craisfelt Marques.

Jean Daniel dos Santos Pirola

Presidente

**PORTARIA Nº 362/2016**

PORTARIA Nº 362/2016

Considerando ATA da Junta Médica da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Brusque, realizada na data de 27 de Janeiro de 2016, em que foi analisado o pedido da Secretaria de Orçamento e Gestão, para reavaliação da readaptação de função do Servidor RAINOLDO NASCIMENTO, por apresentar patologias que acarretam limitações ao pleno desempenho da função para a qual prestou concurso público, e que após análise, pela Junta Médica Oficial, da patologia apresentada, decidiu-se por parecer favorável a manutenção da readaptação do servidor;

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Manter a readaptação, do servidor RAINOLDO NASCIMENTO, em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que apresenta em sua capacidade física, verificada em inspeção por junta médica oficial, pelo período de 01 (um) ano a contar de 27/01/2016;

Parágrafo Único. A continuidade da readaptação que trata o artigo supracitado da-se, com fulcro no art. 30, da LC 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 27/01/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de Fevereiro de 2016

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 373/2016**

PORTARIA Nº 373/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c Decreto Municipal de nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º – Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a licença para tratar de assuntos particulares, concedida pela Portaria nº 395/2015, da Servidora GRAZIELA ORÉLIA PANINI LOEWEN, matrícula nº 876631, efetiva no cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, a contar de 18/02/2016.

Parágrafo 1º – A licença de que trata o caput deste artigo, se dá com fulcro no Art. 137, da LC 147/2009, nos termos do pedido da servidora e, a anuência da Administração Municipal.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Fevereiro de 2016.

2. CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

JOEL CESAR SCHWAMBERGER

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 10.527, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.527, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Elaine Calixto do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria da Fazenda, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 13 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.528, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.528, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar, a pedido, Joce Moraes Romancini do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria da Saúde, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.531, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.531, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidora.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Sydney Gomes do cargo de Assistente de Administração, matrícula 3581, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.533, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.533, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera servidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar Euclides Tomio do cargo de Agente de Obras, matrícula 110876, lotado na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do quadro de cargos de provimento efetivo da Administração Pública Municipal, em virtude de aposentadoria.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso IV do art. 41 da Lei Complementar Municipal nº 147/09.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de janeiro de 2016.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.535, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.535, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Declara vacância de cargo público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º DECLARAR VACÂNCIA, de acordo com o inciso VI do art. 41 da Lei Complementar nº 147/09, de uma vaga para o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, em razão do falecimento de Adenilde Correia, ocorrido no dia 16 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/01/2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.536, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.536, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Diretora de Escola.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea a do artigo 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 146/09 e alterações,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Ana D'Arc Pereira Cardoso para ocupar o cargo de provimento em comissão, como Diretora de Escola, lotada no Centro de Educação Infantil Raio de Sol I, fixando-lhes os vencimentos mensais estabelecidos na Lei Complementar nº 146/2009 e alterações, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/02/2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 10.543, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA nº 10.543, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Declara vacância do cargo de provimento efetivo de Motorista Socorrista, lotado na Secretaria de Saúde do Município/SAMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 111, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Declarar a vacância do cargo de Motorista Socorrista, ocupado pelo servidor FABIANO FREY, matrícula nº 741531/0, por motivo de posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 41, inciso V da Lei Complementar nº 147/09 e alterações.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 12 de fevereiro de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº 275/2016**

PORTARIA Nº 275/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 7.056/2013,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Afastar em decorrência de licença – Auxílio Doença – concedido nos termos da Lei pelo Instituto Brusquense de Previdência - IBPREV, a servidora Sra. NEIVA DAMIAN BATSCHAUER, matrícula nº 425648-06, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência do atestado do dia 05/02/2016 de 30 (trinta) dias, sendo seu afastamento no dia 20/02/2016.

Parágrafo Único - A licença concedida no art. 1º está em conformidade com o art. 39, parágrafos 1º e 3º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 05 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 349/2016**

PORTARIA Nº 349/2016

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque, Decreto nº 7.056/2013 e o disposto na Lei Complementar 147/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Retornar ao exercício do cargo de provimento efetivo a servidora Sra. LEILA DOS SANTOS WOLINGER, matrícula nº 412937-05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 14/02/2016.

Paragrafo único - O retorno ao exercício do cargo do artigo supracitado é em decorrência da alta médica concedida pelo IBPREV - Instituto Brusquense de Previdência, com fulcro no art. 39, § 2º da LC 174/2011.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 14/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 15 de fevereiro de 2016.

Cristiano Bittencourt

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Joel Cesar Schwamberger

Diretor de Recursos Humanos



# Caçador

## PREFEITURA

### AVISO DE SUSPENSÃO – CONCORRÊNCIA 02/2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

CNPJ: 83.074.302/0001-31  
AV. SANTA CATARINA, 195  
C.E.P.: 89500-000 - CAÇADOR - SC

#### AVISO DE SUSPENSÃO –CONCORRENCIA 02/2016

O Município de Caçador/SC torna público a Suspensão do processo Licitatório na modalidade de Concorrência nº 02/2016, CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DAS SALAS COMERCIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO, INTEGRANTES DO TERMINAL RODOVIÁRIO COMENDADOR SELVINO CARAMORI, para análise dos valores do aluguel.

Maiores Informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 6.700

DECRETO Nº 6.700, de 16 de fevereiro de 2016.  
Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem a Comissão de elaboração do Plano de Ação e Aplicação do Fundo Municipal da Infância e Adolescência - FIA:

- I – Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti;;
- II – Arlete Torrezan;
- III – Neuzeli da Silva;
- IV – Lucianita Furlanetto.

Parágrafo único. A Comissão contará com a participação das colaboradoras Marizete Fátima Iaczkinski e Luciana Marta Debarba Cereza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

### ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016-FUNDEMA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE  
ERRATA

EDITAL: Processo Licitatório - Pregão Presencial nº 01/2016  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA INSTALAÇÃO DE TRÊS ACADEMIAS AO AR LIVRE NAS PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

1. No item 4.2, alínea “f” onde consta: f) Certificado de garantia dos equipamentos de no mínimo 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da aquisição, resistência à corrosão por exposição à meteorização de no mínimo 1.200 horas, quando ensaiado conforme a NBR 5841/1974 e ferrugem conforme a NBR 5770/1984. Passa a ser: f) Certificado de garantia dos equipamentos emitido pela empresa, de no mínimo 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da aquisição;

3. Fica acrescido ao presente edital no item 4.2, a seguinte alínea: g) Laudo técnico afirmando que os equipamentos resistem à corrosão por exposição à meteorização de no mínimo 1.200 horas, quando ensaiado conforme a NBR 5841/1974 e ferrugem conforme a NBR 5770/1984. Expedido por profissional habilitado.

4. As quantidades dos itens constante da tabela do item 1.1 foi alterada no todo.

A abertura passa ser para o dia 03 de março de 2016 às 14:10 horas.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), telefone: (049) 3666.2431 ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 16 de fevereiro de 2016.  
DENISE CHIARELLO HARTMANN  
Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente

### PORTARIA Nº 26.428

PORTARIA nº 26.428, de 25 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento do Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, lotado e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente, em razão de faltas injustificadas no período de 16/12/2015 a 15/01/2016, especificando: códigos, nomes e quantidade de horas ou dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Dias/Horas
64	Mauricio de Oliveira	12hs00min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 25 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 26.437**

PORTARIA Nº 26.437, de 26 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS e ADICIONAL NOTURNO, referente ao período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

I – HORAS EXTRAS			
Código	Nome	Nº de horas	
72	David Rodrigues Rocha	30hs43min	
101	Dirlei de Oliveira Andrade	36hs47min	
73	Izaltino Fernandes	40hs	
93	Jocelim Gonçalves de Freitas	40hs	
70	Marcio Silveira Pinto	40hs	
74	Maria Aparecida de Lima	31hs05min	
83	Mauri Bueno de Oliveira Andrade	40hs	
99	Rita de Cassia de Oliveira	30hs45min	

II – ADICIONAL NOTURNO		
Código	Nome	Nº de horas
1242	José Aldo Moraes da Silva	63hs
674	Joventino Rodrigues dos Passos	105hs

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.438**

PORTARIA Nº 26.438, de 26 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na DITTESC, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS e ADICIONAL NOTURNO, referente período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nomes e quantidade de horas:

I – HORAS EXTRAS			
Código	Nome	Nº de horas	Lotação - motivação
10300	Carlos Venancio dos Santos	36hs	Operador CECOP
7993	Diogo Borges Barbosa	43hs	Ação Social – Evento Unimed – Corrida SESC – Evento Natal
10292	Edgar Aimi	30hs	Tg05-006 – Natal – Feriado - Unimed
7991	Eduardo de Bittencourt	12hs	Feriado 01/01/16
8334	Eveline Semke Moraes	30hs	Ação Social - Unimed – SESC – Natal
9200	Fabio de Lima Garcia	12hs	Feriado 25/12/15
8336	Fernando Antonio Sinhorin	02hs	Evento Natal
9195	Gustavo Pedrotti Boscardi	26hs	Natal – Aeroporto – Reforço Trânsito
9201	José Augusto Moreira Prado	32hs	Ação Social - Unimed – SESC – Natal
1444	José Scheffemacher Ribeiro	96hs	Subst. Servidor Posto
1457	José Vilmar Soares de Miranda	12hs	Feriado 01/01/16
8339	Luciara Garcez Coelho	12hs	Feriado 25/12/15
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	96hs	Subst. Servidor Posto
7994	Raquel de Fatima Galina	36hs	Operador CECOP – Feriado 01/01/16
12603	Sandro Claudinei Kieski	19hs	Corrida SESC – Unimed - Natal

II – ADICIONAL NOTURNO			
Código	Nome	Nº de horas	Lotação
8628	Angela Knebel	144hs	DITTESC
10300	Carlos Venâncio dos Santos	162hs	DITTESC
7993	Diogo Borges Barbosa	144hs	DITTESC
10292	Edgar Aimi	144hs	DITTESC
9201	José Augusto Moreira do Prado	45hs	DITTESC

1444	José Scheffemacher Ribeiro	144hs	DITTESC
1457	José Vilmar Soares de Miranda	144hs	DITTESC
780	Oscar Ribeiro Gonçalves	144hs	DITTESC
12603	Sandro Claudinei Kieski	54hs	DITTESC

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 26.442

PORTARIA Nº 26.442, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS e ADICIONAL NOTURNO, prestados no período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nomes, quantidade de horas e Secretaria de lotação e/ou exercício:

I - HORAS EXTRAS			
Código	Nome	Nº de Horas	Secretaria
3521	Airton Rogerio Bick	40hs	003
1836	Aldecir Barp	46hs36min	006
476	Altair Jorge Machado	15hs	003
3382	Anderson José de Oliveira	02hs30min	003
1384	Antonio Vanderlei Pires	40hs	003
10179	Carlos Alberto Machado	06hs	003
10345	Cleuza Aparecida Ferreira da Luz	18hs	003
576	Daniel Pires de Camargo	40hs	003
1817	Darci Roque alves	06hs10min	003
11076	Edina Aparecida Domingues	40hs	003
1278	Eurico Antonio de Oliveira	48hs	003
1452	Evaldo Maurilio	40hs	003
1026	Ilario Bachi	22hs15min	003
1347	João Maria Hornburg	60hs	003
2501	José Adelir Soares	02hs30min	003
1451	José Vandir Mroz	06hs	003
3949	Luiz Carlos Ribeiro	12hs	003
902	Pedro Cesar Locatelli	45hs	003
2628	Rui Mattana	47hs	003
1963	Silvio dos Santos Varela	45hs	003
3416	Valcyr Nedival Vasconcelos	36hs	003
1328	Valmir do Prado Geraldo	48hs	003
609	Valsir Gribinski	02hs30min	003
786	Vilmar Moreira dos Santos	40hs	003
II – ADICIONAL NOTURNO			
Código	Nome	Nº de Horas	
1836	Aldecir Barp	35hs03min	
576	Daniel Pires de Camargo	100hs00min	
1303	Dioclecio Alves de Moura	132hs00min	
1276	Geraldo Moraes da Silva	128hs00min	
1347	João Maria Hornburg	144hs00min	

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.443**

PORTARIA Nº 26.443, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e local/setor/tipo de serviço de lotação e/ou exercício, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Local – setor - serviços
1089	Francisco de Assis Machado	60hs	Transportes e Interior
10823	Jocemara Silva	40hs	Auxiliar Serv. Gerais

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.444**

PORTARIA nº 26.444, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados nas Secretarias Municipais da Administração e da Educação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestado no período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e Secretaria/órgão de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Secretaria/Órgão
12875	Adriele Belli Carlim Danese	08hs	002
764	Darci Pires de Camargo	04hs30min	002
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	05hs	002
1517	Iria dos Prazeres de Souza	36hs	002
1210	Ivanir Baseggio	60hs	030
6647	Monica Senn	06hs50min	002
569	Oracides Pires de Camargo	24hs	030
1993	Parcival Antonio Pinzigher	30hs	030
7827	Sandra Aparecida Sicka Rodrigues	40hs35min	002

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.445**

PORTARIA nº 26.445, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS e ADICIONAL NOTURNO prestado no período de 15/12/2015 a 14/01/2016, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e local de atuação:

I – HORAS EXTRAS			
Código	Nome	Nº de horas	Local
2512	Altino Inacio Carneiro	60hs	SMAS
13204	Doraci Maia Ruppel	52hs	Casa de Passagem
13191	Edmar Sampaio	60hs	Conselho Tutelar
8612	Elizeni Batista Amaral	60hs	Casa Lar São José

7785	Elizete Farias	24hs30min	SMAS
11139	Eunice Misayo Ueda	18hs	SMAS
14086	Fabio Barbosa de Miranda	13hs	Casa de Passagem
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	60hs	Casa Lar São José
13201	Gerson José Teles de Souza	52hs	Casa de Passagem
7670	Isolete Renon Farias	08hs	Bolsa Familia
13207	João Berthier Brasil Neto	60hs	Casa de Passagem
10470	Liane Capelin	13hs	SMAS
2529	Lucia Ribeiro Luz Caveletti	36hs	Casa Lar São José
7848	Neiva Vieceli	18hs	Bolsa Familia
4606	Regiane Aparecida Resende	30hs	Casa Lar São José
7746	Santina Piacentini	60hs	Casa Lar São José

## II – ADICIONAL NOTURNO

Código	Nome	Nº de Horas	Local
12857	Doraci Maia Ruppel	38hs	Casa de Passagem
14086	Fabio Barbosa de Miranda	08hs	Casa de passagem
4081	Fatima Rozana Gomes Damaceno	112hs	Casa Lar São José
13201	Gerson José Teles de Souza	49hs	Casa de Passagem
13207	João Berthier Brasil Neto	35hs	Casa de Passagem
3384	Lucimeri Aparecida Vieira da Silva	240hs	Casa Lar São José
7746	Santina Piacentini	120hs	Casa Lar São José

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.446**

PORTARIA nº 26.446, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

## RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS e ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 01/12/2015 a 31/12/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

## I – HORAS EXTRAS

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	60hs			
7982	Adriana Bento Grobe	31hs09min			
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	40hs			
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	55hs22min			
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	36hs45min			
1453	Alvaro Santos de Castro	60hs			
11809	Clairton Mario Correa	40hs			
831	Clarice Abraao	36hs			
8413	Cludete Maria Bento Corrente	30hs28min			
364	Delma Leticia Dri Ficagna	40hs			
12794	Doraci de Jesus Soares	38hs52min			
2027	Edezio Recalcatti	51hs24min			
10766	Edina Ferreira Lopes	23hs58min			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	17hs18min			
7744	Elisandra Diedrich	24hs37min			
830	Eloir do Carmo Antunes	11hs57min			
103	Eltes Francisco Sinhorin	58hs35min			
3745	Erenilda Americano	36hs19min			
12771	Erica Tasca	34hs57min			
3278	Frenezi de Oliveira	17hs48min			
769	Geni Aparecida dos Santos	48hs07min			

10485	Helio Luiz Wirschum	40hs			
7707	Ivanir Weber	36hs21min			
7742	Ivonete Zollner Lara	12hs			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	38hs51min			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	16hs34min			
10831	Katia Possamai	19hs13min			
1307	Laura Henrique de Andrade	20hs07min			
7981	Laurita Aparecida Faustino	40hs			
967	Leila Alves Speggiorin	40hs			
11851	Leticia Maria Rostirolla	18hs10min			
12590	Loraine Borghetti Rotta	16hs40min			
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	25hs15min			
11032	Luiz Antônio Wanciw	36hs42min			
7824	Maicon Sgarbossa	82hs41min			
7784	Mara Rubia Cordeiro	37hs24min			
1725	Maria de Jesus Souza	36hs47min			
9385	Maria Eva Martins da Silva	40hs			
3273	Maria Estela Cavichioli	32hs19min			
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	34hs11min			
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	11hs54min			
8331	Mônica Michele Witiuk	22hs48min			
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	12hs10min			
8479	Rejane Serafini	17hs02min			
10102	Rosa Meri Coluzzi	40hs			
9699	Salette Noll	10hs28min			
1720	Sandro José Neres da Rocha	60hs			
3437	Sayonara Galina	39hs56min			
135	Sueli Terezinha Bueno	11hs08min			
10785	Vagner Gonçalves	36hs43min			
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	60hs			
749	Valdecir José Pereira da Silva	60hs			
1376	Veroni Salete Dalaqua	40hs			
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	40hs			
1535	Vilmar Miguel Dobner	50hs11min			
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	24hs27min			
12588	Willian Schroder	18hs30min			

## II – ADICIONAL NOTURNO

Código	Nome	Nº de Horas			
1964	Adelar Geraldo Piran	25hs03min			
7982	Adriana Bento Grobe	03hs04min			
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	23hs56min			
1928	Alex Anderson Moraes dos Santos	08hs37min			
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	17hs02min			
1453	Alvaro Santos de Castro	29hs58min			
11809	Clairton Mario Correa	32hs			
831	Clarice Abraao	93hs20min			
364	Delma Leticia Dri Ficagna	02hs04min			
12794	Doraci de Jesus Soares	09hs07min			
2027	Edezio Recalcatti	21hs49min			
10766	Edina Ferreira Lopes	07hs59min			
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	04hs09min			
7744	Elisandra Diedrich	01hs58min			
830	Eloir do Carmo Antunes	02hs12min			
103	Eltes Francisco Sinhorin	21hs17min			
12771	Erica Tasca	03hs06min			
3278	Frenezi de Oliveira	04hs22min			
7707	Ivanir Weber	23hs56min			
11890	Jorge Jair de Moura Borges	13hs58min			
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	04hs31min			
7981	Laurita Aparecida Faustino	04hs49min			
967	Leila Alves Speggiorin	19hs28min			
11851	Leticia Maria Rostirolla	06hs59min			
12590	Loraine Borghetti Rotta	02hs04min			

11055	Luciana Aparecida Cristaldo	15hs57min					
11032	Luiz Antônio Wanciw	73hs06min					
7784	Mara Rubia Cordeiro	00hs54min					
3273	Maria Estela Cavichioli	07hs59min					
13465	Marilei Dallagnol	80hs04min					
12893	Marlene Aparecida dos Anjos	09hs49min					
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	06hs59min					
8479	Rejane Serafini	90hs					
10764	Sandra Aparecida Correa	80hs					
1720	Sandro José Neres da Rocha	60hs42min					
10785	Vagner Gonçalves	102hs02min					
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	14hs15min					
749	Valdecir José Pereira da Silva	31hs37min					
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	09hs04min					
1535	Vilmar Miguel Dobner	09hs18min					
10790	Wilian Cardoso Ribeiro	15hs57min					
12588	Willian Schroder	01hs					

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

### PORTARIA Nº 26.449

PORTARIA nº 26.449, de 27 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/12/2015 a 31/12/2015, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
10788	Aires Roberta da Rosa	01hs18min
13950	Anderson Luiz Ramos	58hs24min
11207	Any Luiz Rodrigues de Lima	07hs
1771	Aurelio Luiz Arrabar	08hs02min
13967	Caroline Tramontini	21hs39min
1992	Catarina Stankevicz	18hs22min
5021	Cristiane dos Santos Lima	15hs14min
13450	Cristiane Zonin	00hs40min
13983	Cibelly Aparecida Ribeiro dos Santos	04hs04min
11937	Dirce Teresinha Mantovani	04hs23min
13571	Douglas Pereira Carniel	16hs56min
11860	Edemir Januario da Costa	02hs40min
10766	Edina Ferreira Lopes	03hs10min
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	03hs24min
10768	Elisangela de Fatima Borges	07hs
395	Elizabeth Mary Kinceler	25hs11min
13986	Erica Brustolin	04hs
13196	Ivone Weingartner	08hs
11858	Izaira Castanheira Mezomo	04hs48min
13971	Janaina Ester Oliveira	08hs08min
11858	Jane Terezinha Souza Didone	24hs19min
13985	Jessica Luana da Silva Lopes	15hs57min
13776	Johnny Maicou Damiao da Silva	03hs47min



12017	Josiane Domingos Camargo	05hs47min
13972	Josiane Guadagnin	00hs43min
13979	Kassia de Lima	07hs35min
9355	Leandro Souza de Matos	03hs49min
5635	Luciano Caregnato	08hs40min
11967	Lucimar dos Santos	16hs24min
11974	Maria Aparecida Alves	01hs37min
11873	Maria Salete Moraes dos Santos	39hs12min
113974	Marissol de Santana Neves	04hs
13958	Matheus Lobato Farinon	20hs51min
12056	Matheus Moro	04hs58min
13891	Meghi Cristine Nizer	04hs
10461	Mirian Ficagna	04hs
11944	Neiva da Aparecida de Lima Carlim do Prado	07hs11min
13890	Neiva de Lurdes Pires	05hs05min
856	Paulo Cesar Jarschel	59hs48min
7828	Pollyana Sibeli Gioppo	02hs40min
13887	Renata Machado Aires	08hs51min
3266	Roselaine Aparecida Roesener	01hs12min
14017	Rosilda Cristina Regert	14hs59min
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	23hs50min
11951	Silvana Maria Cristaldo	11hs40min
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	01hs54min
13976	Tanally Antunes de Lima	01hs19min
11871	Tatiana Moraes	13hs46min
7678	Terezinha Dobler Huçulak	03hs21min
13833	Vanessa Petrykowski	02hs06min

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 27 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 26.458**

PORTARIA Nº 26.458, de 29 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

#### **RESOLVE:**

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados e/ou em exercício nas diversas Secretarias Municipais, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS – folha complementar, especificando código, nome dos servidores, quantidade de horas e locais de atuação, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas	Local – setor - serviços
2651	Adão Juarez Rosa de Oliveira	60hs	Secr. Agricultura
7739	Alice Loreni Gomes Lafavera	53hs08min	Secr. Saúde
11140	Maria Aparecida Matos Oliveira	40hs	Fundema (Rodoviária)
3273	Maria Estela Cavichioli	56hs09min	Secr. Saúde
8331	Monica Michele Witiuk	42hs05min	Secr. Saúde
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	38hs31min	Fundema (Rodoviária)
855	Osvaldir Costa Schaphauser	36hs	Secr. Agricultura
1164	Sebastião Ribeiro dos Santos	38hs	Fundema
10928	Serly de Goes dos Santos	24hs35min	Fundema (Rodoviária)
3418	Zenita A. Antunes de Moreira	39hs15min	Fundema (Rodoviária)

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 29 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.459**

PORTARIA Nº 26.459, de 29 de janeiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

Resolve:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando código, nome, cargo, órgão de lotação, conversão e período de aquisição, para pagamento no mês de fevereiro de 2016, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Lotação	Conv.	Período Aquisitivo
3354	Laudeny Fagundes	Fiscal do PROCON	PROCON	1/3	19/08/2002 a 19/08/2007

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, 29 de janeiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.503**

PORTARIA Nº 26.503, de 10 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre nomeação de Servidora do Magistério Público Municipal, aprovada em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

NOMEAR, em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015 e Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015, que homologou o resultado final do concurso, a cidadã abaixo relacionada, para ocupar o cargo efetivo, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, carga horária semanal, referência, local de lotação, data de posse e de início do exercício, na forma que segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁ- RIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE E INÍ- CIO DO EXERCÍCIO
Carla Capellari Nunes	Professor de Educação Infantil	40 hs	1/A	CMEI João Maria Fernandes	10/02/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 10 de fevereiro de 2016.

Gilberto Amaro Comazzetto

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.509**

PORTARIA Nº 26.509, de 11 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso IIII, alínea "b", da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Resolve:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Governo, Licença para ausentar-se do serviço (nojo), pelo passamento de familiar, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
14087	Jaisson Augusto Cruz Martins	Operador de Estação Aeronáutica	08	30/01/2016

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de fevereiro de 2016.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 26.516**

PORTARIA Nº 26.516, de 15 de fevereiro de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

Resolve:

RETIFICAR a PORTARIA Nº 26.508, de 11 de fevereiro de 2016, que contrata por tempo determinado, SUSANA RIBEIRO, cargo de Psicóloga, no que se refere ao local de atuação, sendo na Secretaria Municipal da Saúde, permanecendo inalterados demais dados da Portaria retificada.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 15 de fevereiro de 2016.  
Gilberto Amaro Comazzetto  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
PROCESSO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – 06-2016 - PREFEITURA

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 01/03/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 01/03/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 05 de fevereiro de 2016.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

**REPUBLICAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

REPUBLICAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – 01 - 2016 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA DIGITAL, DESTINADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 10/03/2016 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 10/03/2016 às 14h10min.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [caçador.sc.gov.br](http://caçador.sc.gov.br) no ícone licitações, no horário de expediente em vigor; Não será fornecida informação por telefone

Caçador, 17 de fevereiro de 2016.  
GILBERTO AMARO COMAZZETO  
PREFEITO MUNICIPAL

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA Nº 881, DE 25 DE JANEIRO DE 2016.**

PORTARIA nº 881, de 25 de janeiro de 2016.

Aposenta o Servidor Público Municipal GELSON LUIZ SAVI.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 91, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com o §1º, inciso I, do art. 40 da Constituição Federal/1988, mais o previsto no §1º, do art. 19, da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

Resolve:

Art. 1º Conceder aposentadoria por invalidez permanente ao Servidor Público Municipal GELSON LUIZ SAVI, Matrícula nº 4.594 na atividade, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras e Posturas, Referência 22, Nível 05, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, pertencente ao Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Caçador, a contar de 04 de janeiro de 2016, passando à Matrícula nº 3384, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos proporcionais, correspondentes a 89,93% (oitenta e nove vírgula noventa e três por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de dezembro de 2015, na modalidade sem paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos totais de R\$ 2.835,36 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e seis centavos), sobre o qual incide a proporcionalidade, correspondendo o valor do benefício de aposentadoria a R\$ 2.549,84 (dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 25 de janeiro de 2016.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE.

**PORTARIA Nº 883, DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA nº 883, de 04 de fevereiro de 2016.

Encerra o benefício de aposentadoria de NILDA TEODORA DE LIMA.

O Diretor Presidente e a Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, mais a redação do art. 12, inciso I, do mesmo diploma legal,

RESOLVEM:

Art. 1º Encerrar o pagamento do benefício de aposentadoria concedido a NILDA TEODORA DE LIMA, matrícula IPASC nº 748, por motivo de seu falecimento, ocorrido no dia 26/01/2016, com efeitos a contar da data do óbito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 04 de fevereiro de 2016.

Alcedir Ferlin

DIRETOR PRESIDENTE

Édina Carla Bressan

DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

# Camboriú

## PREFEITURA

### ANULAÇÃO CV 001/2016 - FMC

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
ANULAÇÃO

CARTA CONVITE Nº. 001/2016- FMC- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 004/2016 cujo objeto é: "AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO, CAMISAS POLO PARA UNIFORME FACILITANDO A IDENTIFICAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E EVA E TNT PARA OS CURSOS E EVENTOS REALIZADOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL. A FIM DE MELHORAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO E NO AMBIENTE DE TRABALHO.". RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES.

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 17 de Fevereiro de 2016.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeit Municipal

### PR 003/2016 - FUNDESP

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2016-FUNDESP - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO CAMPO DO ESTÁDIO MUNICIPAL ROBERTO SANTOS GARCIA - MATERIAIS QUE SE REFEREM A IRRIGAÇÃO DO CAMPO, JÁ QUE O MESMO PASSOU POR TROCA DE GRAMA E NECESSITA DE CUIDADOS DE IRRIGAÇÃO DIARIAMENTE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 07 (Sete) de Março de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriui.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriui.sc.gov.br).

Camboriú, 17 de Fevereiro de 2016.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 01/2015- FMS

RESUMO DE CONTRATO  
RESCISÃO CONTRATUAL  
FMS

TERMO DE RESCISÃO AO

Contrato nº 001/2015

Processo: Pregão Presencial Nº 041/2014

Contratado: COOPEMESC – Cooperativa de Especialidades Médicas de Santa Catarina Ltda

Data: 12/02/2016

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 001/2015 de "O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa na área de saúde para prestação de serviços médico hospitalares a serem prestados na Fundação Hospitalar de Camboriú, da seguinte forma:

- os serviços médicos serem exercidos na modalidade de plantão, mantendo-se 1 profissional médico 24 Horas, ininterruptamente, durante todos os dias da atuando exclusivamente junto ao Pronto Socorro da Fundação Hospitalar de Camboriú e obedecendo às especificações constantes deste Contrato",

DO DISTRATO: As partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, e resolvem, de comum acordo e de livre e espontânea vontade rescindi-lo nesta data, tendo em vista a homologação de um novo processo licitatório, razão pela qual dão as partes mútua quitação, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

MARCIO DA ROSA  
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2015 - Modalidade Pregão Eletrônico

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de suco natural para servir aos alunos do CRAS nas Oficinas do PAIF desenvolvidas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Campo Alegre – SC e para eventos de confraternização do final do ano, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e a empresa EKO SUPERMERCADO LTDA, CNPJ: 08.087.295/0001-97, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 09/2015 FMAS, modalidade Pregão Eletrônico, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	100	Galão	Suco natural de laranja, pasteurizado, galão de 5 litros.	38,50	3.850,00
02	100	Galão	Suco natural de uva, pasteurizado, galão de 5 litros.	38,90	3.890,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.740,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

EKO SUPERMERCADO LTDA

Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (frutas, suco de uva e iogurte) destinados a alimentação escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA, CNPJ: 00.750.862/0001-31, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 06/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 01					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	2.000	Quilo	Mamão - tipo formosa, procedente de plantas sadias. Superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração amarela, aroma e sabor característicos. Livre de resíduos de fertilizantes, limpos, sem materiais terrosos, parasitas ou corpos estranhos, lesões físicas e mecânicas. Climatizado, devem estar aptos para consumo imediato, in natura e seu grau de desenvolvimento deve permitir a conservação. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	2,90	5.800,00
02	4.000	Quilo	Melancia - de 1ª qualidade; peso médio 10kg. Procedente de plantas sadias. Superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração amarela, aroma e sabor característicos. Livre de resíduos de fertilizantes, limpos, sem materiais terrosos, parasitas ou corpos estranhos, lesões físicas e mecânicas. Climatizado, devem estar aptos para consumo imediato, in natura e seu grau de desenvolvimento deve permitir a conservação. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	1,90	7.600,00



03	2.000	Quilo	Abacaxi pérola - de primeira qualidade, in natura, cor e formação uniforme, com polpa intacta e firme, sem danos físicos e/ou mecânicos. Apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação com condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas.	4,90	9.800,00
04	2.000	Unidade	Manga tommy - de primeira qualidade, aspecto globoso - mista verdes e maduros. Cor própria. Classificada como fruta com polpa firme e intacta, isenta de enfermidades, boa qualidade, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas, sem lesões de origem física.	3,25	6.500,00
05	200	Quilo	Limão - Limão Tahiti - 1ª qualidade - peso médio 60g, casca lisa livre de fungos.	8,90	1.780,00
06	3.000	Garrafa com 1L.	Suco de Uva Orgânico - Integral. Suco de uva 100% natural. Sem conservantes e sem corantes. Sem adição de açúcar e ou água. Garrafas de vidro para melhor preservação do alimento, com capacidade de 1 litro. Produto não alcoólico e não fermentado. Produto sem glúten. Extrato de uva bordô. Produzida organicamente. Tratado sob o processo de pasteurização. Validade de 2 anos.	17,90	53.700,00
07	5.000	Quilo	Maçã, tipo "Gala" ou "Fuji" Extra. As frutas devem ser procedentes de plantas sadias, destinadas ao consumo in natura devendo apresentar-se fresca e ter atingido o máximo grau de desenvolvimento, sendo ideal no tamanho, coloração, aroma e sabor próprios da variedade entregue. O seu grau de maturação deve permitir o manuseio, transporte e manipulação das frutas, sem prejudicar sua conservação. As frutas devem estar aptas ao consumo imediato, não conter elementos terrosos na casca, parasitas e outras sujidades, bem como produtos químicos ou corpos estranhos no seu interior e exterior. Tamanho médio e uniforme, obedecendo os padrões da ANVISA.	4,90	24.500,00
08	1.000	Quilo	Tomate – superfície lisa, intacta, sem lesões de origem física ou mecânica, tamanho graúdo, coloração vermelha característica, limpo, sem a presença de areia, poeiras, parasitas e sujidades. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	4,90	4.900,00
09	1.000	Quilo	Batata inglesa – Batata inglesa de 1ª qualidade, tamanho médio a grande, consistência firme, sem indício de germinação, isenta de sujidade.	2,90	2.900,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 01				R\$ 117.480,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA  
Representante legal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de 2016, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (frutas, suco de uva e iogurte) destinados a alimentação escolar da rede de ensino do município de Campo Alegre – SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa SALUBI LATICÍNIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, CNPJ: 00.326.856/0001-51, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 06/2016, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

LOTE 02					
ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)

10	5.000	Quilo	Iogurte integral – com polpa de fruta em pedaços, composto por leite integral pasteurizado, açúcar, espessante e estabilizante. Em embalagem PET de 2 KG, com rotulagem, informação nutricional e selo de inspeção SIF, SIE ou SIM. Pronto para beber, não necessitando diluição, com validade não inferior a 30 dias a partir da data de entrega, número do lote e procedência. A entrega deve ser realizada em carro refrigerado obedecendo às normas da vigilância sanitária. ENTREGA SEMANAL, conforme cronograma.	4,25	21.250,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE 02				R\$ 21.250,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ  
Pregoeira

SALUBI LATICÍNIOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP  
Representante legal

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ANA LUIZA DE LIMA, no Cargo Público de Atendente de Sala exercendo a Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 106.609.629-50, residente e domiciliada na Rua Adele Schultz, nº 103, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 17 de Fevereiro de 2016;  
Término: 21 de Dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.198,72 (Hum mil cento e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

EXTINÇÃO: Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

RESCISÃO DE CONTRATO: A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre

o valor total do contrato;

FORO: Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 17 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANA LUIZA DE LIMA Contratada
--	---------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 020/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 020/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ROSALINA LINZMEYER RONSKA, no Cargo Público de Agente Operacional I exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 548.149.449-34, residente e domiciliada na Rua dos Lirios, s/nº, Bairro Lageado, Município de Campo Alegre, SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 18 de Fevereiro de 2016;  
Término: 21 de Dezembro de 2016.

**REGIME JURÍDICO:** Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

**REMUNERAÇÃO:** R\$ 823,31 (Oitocentos e vinte e três reais e trinta e hum centavos).

**LOCAL DE TRABALHO:** No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

**HORÁRIO DE TRABALHO:** O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

**SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subsritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 18 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROSALINA LINZMEYER RONSKA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

## CONVÊNIO Nº 17/2016

### CONVÊNIO Nº 17

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E O CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA.

**CONCEDENTE:** Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

**CONVENENTE:** CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.654.475/0001-64, com sede na Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 551, Centro, Município de Campo Alegre/SC., neste ato representado pela sua

Presidente Sr<sup>a</sup>. MARIA GRACIEMA FUCKNER, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 041.692.359-32.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.409 de 25 de Novembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto de presente Convênio para a Manutenção das Atividades Recreativas durante o atual exercício, atividades estas: aquisição de materiais de consumo sendo gêneros alimentícios; materiais de limpeza e higienização da sede do CLUBE IDOSO AMOR E ESPERANÇA, situado na sede deste Município de Campo Alegre/SC.

### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE. Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.409 de 25 de Novembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir da publicação da Lei nº 4.409 de 25 de Novembro de 2015.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 4.020,00 (quatro mil e vinte reais), em 04 (zero quatro) parcelas no valor de R\$ 1.005,00 (um mil e cinco reais) cada parcela, nos meses de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 02.01.2009.335041.00 – Contribuições, do Projeto Atividades Subvenção a Entidades Educacionais e Assistências do Município, do Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em data de 1º de Janeiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

MARIA GRACIEMA FUCKNER

CLUBE DO IDOSO AMOR E ESPERANÇA

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

### CONVÊNIO Nº 18/2016

CONVÊNIO Nº 18/2016

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E O SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, OBJETIVANDO COOPERAÇÃO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL VISANDO A EXECUÇÃO DOS TRABALHOS DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E SUBSEQUENTE MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede e foro à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, representado por seu Prefeito Municipal RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, Carteira de Identidade nº 918.450-3, CPF/MF nº 379.515.489-87, residente e domiciliado à Rua Principal, snº, Distrito de Fragosos, nesta cidade de Campo Alegre/SC., doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Sindicato Rural de Campo Alegre, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.123.745/0001-75, estabelecido à Rua Cel. Raymundo Munhoz, nº 77, Centro, Campo Alegre/SC, neste ato representado por sua Presidenta LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES, estrangeira, solteira, agropecuarista, CPF/MF nº 044.124.638-93, residente e domiciliada à Rua Principal, snº, na localidade de Cubatão, Município de Campo Alegre/SC., doravante denominado simplesmente SINDICATO RURAL DE CAMPO ALEGRE, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Convênio de Cooperação ao Programa de Inseminação Artificial no Município de Campo Alegre/SC., tem como objetivo o estabelecimento de ações básicas em regime de parceria com o Sindicato Rural de Campo Alegre, no transcorrer do presente exercício.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

- 1 – Disponibilizar 1 (um) botijão e o Kit Básico de Inseminação Artificial;
- 2 – Divulgar o Programa aos produtores rurais juntamente com o Sindicato Rural de Campo Alegre;
- 3 – Orientar o inseminador quanto à seleção e cadastramento dos produtores interessados;
- 4 – Orientar o inseminador quanto a procedimentos de seleção zootécnica dos animais;
- 5 – Orientar o inseminador quanto a procedimentos de exames ginecológicos das fêmeas;
- 6 – Orientar o inseminador quanto à realização de exames sanitários dos rebanhos das propriedades;
- 7 – Orientar tecnicamente á nível de propriedade em questões de sanidade, manejo, nutrição e melhoramento.



8 – Sugerir, acompanhar os trabalhos de capacitação do Produtor Rural, mantendo os objetivos do Programa.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ATRIBUIÇÕES DO SINDICATO

1 – Responsabilizar-se pela contratação e colocação à disposição do Programa 01 (um) funcionário (inseminador) bem como capacitar os produtores rurais como Inseminadores visando o aprimoramento do homem do campo e permitindo que eles mesmos possam inseminar seus próprios rebanhos sob o monitoramento do Sindicato,

2 – Disponibilizar aos produtores rurais capacitados para inseminação, botijões de sêmen e o material necessário para a realização do trabalho. Os botijões poderão ser adquiridos com recursos próprios do Sindicato ou obtidos na modalidade de “comodato” das empresas parceiras dos produtores rurais.

3 – Colocar à disposição do Programa um veículo, responsabilizando-se pelo seu abastecimento e manutenção;

4 – Responsabilizar-se pela reposição do nitrogênio líquido de todos os botijões alocados no Município, luvas descartáveis, sêmen, pipetas e outros materiais de consumo (técnico e administrativo), necessários ao bom andamento dos trabalhos;

5 – Fornecer suporte à realização dos exames sanitários do rebanho da propriedade, em especial brucelose e tuberculose, bem como outras doenças da reprodução que possam representar riscos à propriedade ou região.

Obs: os exames de brucelose e tuberculose são pré-requisitos para a realização de Inseminação Artificial e devem ser feitos em todo o rebanho e não apenas nos animais a serem inseminados.

6 – Manter atualizados os cadastros de produtores e fichas dos animais contemplados pelo Projeto;

7 – Cobrar dos produtores o mínimo necessário à cobertura dos custos dos exames sanitários e da inseminação (aquisição de sêmen, reposição de material descartável, etc);

8 – Responsabilizar-se pelo controle de trabalho do inseminador, priorizando os serviços do Programa de Inseminação Artificial, não permitindo quaisquer desvios de função que venham a trazer prejuízos ao Programa;

9 – Elaborar relatórios mensais até o dia 10 (dez) do mês subsequente e encaminhar ao Servi de Agropecuária e Meio Ambiente da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico do Município de Campo Alegre/SC.

10 – Contabilizar os recursos financeiros repassados pelo presente Termo de Convênio;

11 – Fornecer informações e dados quando solicitados pelo Município de Campo Alegre/SC., ou - pessoa por ele delegada;

12 – Realizar Palestras, Cursos. Seminários voltados à capacitação do Produtor Rural incluindo o Jovem e a Mulher com o objetivo de incrementar a Renda melhorando a qualidade de vida e mantendo o homem no campo;

13 – Responsabilizar-se pela reciclagem dos produtores rurais, pelos treinamentos específico na área de inseminação artificial, pastagens, melhoramento do leite, melhoramento do gado de corte, seja no próprio Município ou em centros de treinamentos das diferentes entidades (EPAGRI/SENAR);

14 – Aplicar os recursos para os fins a que se destina;

15 – Prestar Contas ao Município no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento sob pena, do não recebimento, da próxima parcela;

16 – Excluir o Município de Campo Alegre/SC. de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O presente Convênio terá vigência, pelo prazo de 10 (dez) meses a partir de 1º de Fevereiro de 2016 até 30 de Novembro de 2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E FORMA DE REPASSE

Para execução do objetivo deste instrumento, o Município efetuará o repasse em 10 (dez) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela no mês de Fevereiro de 2016, as demais parcelas nos meses subsequentes, perfazendo ao final do período o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

§1º - O valor acima mencionado será repassado mediante depósito bancário em conta individualizada em Instituição Bancária Oficial a favor do Sindicato Rural de Campo Alegre, pagável no último dia útil de cada mês.

§2º - Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a custear a execução das ações previstas no Programa de Inseminação Artificial.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes do presente Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 07.01.2128.335041.00 – Contribuições – da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Convênio com Sindicato Rural de Campo Alegre/SC.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO

A qualquer tempo, as partes convenientes, em comum acordo, poderão modificar, adicionar, retificar ou excluir os termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos por Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento de 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os legítimos efeitos de direito.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI	LUCIA MABEL SAAVEDRA BOUSSES
Prefeito Municipal	Presidente do Sindicato Rural de Campo Alegre

## TESTEMUNHAS:

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA	
CPF/MF nº 005.522.529-21	
Nome: JOSÉ LUIS SILVA	
CPF/MF nº 304.385.869-72	

**CONVÊNIO Nº 19/2016**

CONVÊNIO Nº 19/2016

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENIENTE: "APP DA EMEB – ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.498.979/0001-32, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 500, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. LUCIANI APARECIDA DE LIMA WOLLNER, brasileira, portadora do CPF/MF nº 808.384.059-91. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.428 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

## Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes a Prática de Esporte Regrado Futsal.

## Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.



O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.428 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela no ano de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

A CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 21.100,00 (vinte e um mil e cem reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.110,00 (dois mil cento e dez reais), repassadas nos meses de Fevereiro de 2016 ao mês Novembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP DA EMEB – MARIA JOSÉ DUARTE SILVA BERNARDES  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

### CONVÊNIO Nº 20/2016

CONVÊNIO Nº20/2016

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROF. JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "APP DA EMEF – ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.536.953/0001-04, com sede na Rua Fernando Jung, snº, Distrito de Fragosos, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Sr. MARCIA GISLENE BIAOBOCK DALCAMPI, brasileira,

portadora do CPF/MF nº 970.187.599-00.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.425 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

#### Cláusula Primeira – OBJETO

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da "APP DA EMEF – ESCOLA MUNICIPAL ENSINO FUNDAMENTAL JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO", a prática de Oficinas de Dança, Coral e Música.

#### Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.425 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), repassadas nos meses de Fevereiro de 2016 ao mês de Novembro do ano de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

**Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO**

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO**

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO**

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

**Cláusula NONA – FORO LEGAL**

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP DA EMEF JERÔNIMO FRANCISCO COELHO PACHECO  
CONVENENTE

**TESTEMUNHAS**

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

**CONVÊNIO Nº 21/2016**

CONVÊNIO Nº 21/2016

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DA EMEB – PAULO FUCKNER.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "APP DA EMEB PAULO FUCKNER, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.367.454/0001-55, com sede na Estrada Principal, snº, na Localidade de Bateias de Cima, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. SONIA KRUGER SCHIESSL, brasileira, casada, portadora do CPF/MF nº 936.994.099-53. Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.426 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

**Cláusula Primeira – OBJETO**

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos da Escola Municipal de Educação Básica "Paulo Fuckner", oficina de dança e coral.

**Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENIENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.426 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENIENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela de 2016.

#### Cláusula Terceira – DO VALOR

O CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE Contribuição de até R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cada parcela, nos meses de Fevereiro a Novembro de 2016.

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP EMEB PAULO FUCKNER  
CONVENIENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
CPF/MF: 005.522.529-21  
Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA  
CPF/MF: 304.385.869-72  
Assinatura:

**CONVÊNIO Nº 22/2016**

CONVÊNIO Nº 22/2016

CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC. E A APP DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO.

CONCEDENTE: Município de Campo Alegre, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, CEP: 89294-000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, representado por seu Prefeito Municipal Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, brasileiro, casado, agente político, com mesmo endereço profissional.

CONVENENTE: "APP DO CMEI – CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.071.529/0001-21, com sede na Rua Prof. Rufino Blaszkowsky, nº 134, no Distrito de Bateias de Baixo, Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente Srª. TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN, brasileira, portadora do CPF/MF nº 022.922.039-70.

Os conveniados acima qualificados, ambos subordinados às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Municipal nº 4.427 de 16 de Dezembro de 2015, mutuamente se outorgam as seguintes cláusulas do presente Convênio:

**Cláusula Primeira – OBJETO**

O objeto do presente Convênio visa oferecer aos alunos a partir de 04 (zero quatro) anos do Centro Municipal de Educação Infantil, oficinas de Musicalização.

**Cláusula Segunda – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

O CONVENENTE deverá Prestar Contas do valor recebido, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento, junto ao Serviço de Contabilidade do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC.

A Prestação de Contas será instruída com os seguintes documentos:

I	Processo de concessão dos recursos;
II	Balancete de Prestação de Contas, assinado pelo representante legal da Entidade beneficiária e pelo tesoureiro;
III	Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
IV	Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;
V	Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);
VI	Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
VII	Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;
VIII	Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;
IX	Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;
X	Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;
XI	Relatório sobre a execução física e o cumprimento do objeto do repasse ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;
XII	O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

A Prestação de Contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis do CONVENENTE.

É obrigatório o depósito dos recursos em conta individualizada e vinculada em Instituição Bancária Oficial, movimentada por cheques ou transferências.

Os cheques deverão ser reproduzidos por processo de fotocópias simples, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os comprovantes de ordens bancárias e transferência eletrônica de numerário para pagamento das despesas, deverão integrar a Prestação de Contas ao CONCEDENTE.

Os recursos financeiros repassados poderão ser aplicados no Mercado Financeiro, devendo os rendimentos obtidos, integrarem a respectiva Prestação de Contas.

O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos na Lei Municipal nº 4.427 de 16 de Dezembro de 2015, acarretarão na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal de Campo Alegre/SC.

O saldo não aplicado dos recursos financeiros será obrigatoriamente devolvido ao Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com a Prestação de Contas.

São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos, o Presidente e o Tesoureiro do CONVENENTE.

Para fins de comprovação de gastos, serão consideradas as despesas efetuadas com despesas correntes a partir do Recebimento da Primeira parcela de 2016.

**Cláusula Terceira – DO VALOR**

O CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE Contribuição de até R\$ 15.796,50 (quinze mil setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos), em 09 (nove) parcelas, sendo a primeira no repassada no mês de Março de 2016 no valor de R\$ 3.088,50 (três mil e oitenta e



oito reais e cinquenta centavos) e as demais nos meses de Abril a Novembro de 2016 no valor de R\$ 1.588,50 (mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos).

#### Cláusula Quarta – PRAZOS DE EXECUÇÃO

A execução do presente objeto inicia-se da assinatura deste Convênio e encerra-se com a aprovação total da Prestação de Contas pelo Controle Interno.

#### Cláusula Quinta – CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

As despesas decorrentes deste Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente: 05.02.12.361.0008.6.009-3.3.5043.00.519 – Subvenções Sociais.

#### Cláusula SEXTA – FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

A execução do Convênio deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Agente do Controle Interno deste Município.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA E SUA PRORROGAÇÃO

O presente Convênio inicia-se em Fevereiro de 2016 e encerra-se em 31 de Dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido, de pleno direito por manifestação por escrito por qualquer das partes ora contratantes, ficando isenta a parte que manifestou tal vontade, no pagamento de qualquer indenização, a qualquer título que for.

#### Cláusula NONA – FORO LEGAL

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir qualquer dúvida ou solucionar qualquer conflito surgido do presente Convênio. Assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Campo Alegre/SC., 07 de Janeiro de 2016.

Município de Campo Alegre  
CONCEDENTE

APP CMEI CHAPEUZINHO VERMELHO  
CONVENENTE

#### TESTEMUNHAS

Nome: JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

CPF/MF: 005.522.529-21

Assinatura:

Nome: JOSÉ LUIS SILVA

CPF/MF: 304.385.869-72

Assinatura:

### **DECRETO Nº 9.636 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.636 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002, em seu Artigo 91; Decreta:

Art.1º) Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000725, Registro no Sistema sob nº 955232, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Atendente de Sala, lotada na Secretaria Municipal de Educação, declarando vacância no respectivo Cargo Público, a partir de 17 de Fevereiro de 2016.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito



**DECRETO Nº 9.637 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.637 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seu Artigo 300;

DECRETA:

Art.1º) Contratar ANA LUIZA DE LIMA, para o Cargo Público e exercer a Função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob nº 955592, Regime Jurídico Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 088, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Código 4, Nível 41, Referência A, no valor de R\$ 1.198,72 (um mil, cento e noventa e oito reais, setenta e dois centavos) mensais, pelo período de 17 de Fevereiro de 2016 a 21 de Dezembro de 2016.

Art.2º) A contratação de que trata o Artigo 1º deste Decreto em virtude da contratada ter sido aprovada no Processo Seletivo nº 001/2015, em 14º lugar, Homologado pelo Decreto nº 9.058 de 16 de Junho de 2015.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 9.638 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**  
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.638 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016  
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 088 de 15 de Março de 2012, em seu Artigo 22; Decreta:

Art.1º) Nomear JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000874, Registro no Sistema sob nº 955593, ao Cargo Público de Professor III, para exercer a Função de Professor de Artes, Atividades de Nível Superior, com provimento de caráter Efetivo, Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, cujas atribuições e responsabilidades constam do Anexo III da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de Março de 2012, que autorizou sua criação.

Art.2º) O padrão de vencimentos, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 088/12, é o Código P1, Nível 1, Referência A,

no valor de R\$ 2.117,90 (dois mil cento e dezessete reais, noventa centavos) mensais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.3º) A presente nomeação, dá-se em razão da classificação de JOCELINE DOS SANTOS LINZMEYER, aprovada em 11º lugar no Concurso Público Municipal nº 002/2015, homologado pelo Decreto nº 9.025 em data de 25 de Maio de 2015.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe do Gabinete do Prefeito

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 019/2016**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ANA LUIZA DE LIMA, no Cargo Público de Atendente de Sala exercendo a Função de Atendente de Sala, portadora do CPF/MF nº 106.609.629-50, residente e domiciliada na Rua Adele Schultz, nº 103, Bairro Belo Horizonte, Município de Campo Alegre/SC.

OBJETO: Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

PRAZO: Início: 17 de Fevereiro de 2016;  
Término: 21 de Dezembro de 2016.

REGIME JURÍDICO: Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.198,72 (Hum mil cento e noventa e oito reais e setenta e dois centavos).

LOCAL DE TRABALHO: No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

HORÁRIO DE TRABALHO: O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

SEGURIDADE SOCIAL: Na vigência deste Contrato, aplica-se o Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 17 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ANA LUIZA DE LIMA Contratada
--	---------------------------------

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 020/2016**

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 020/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 83.102.749/0001-77, com sede à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, RUBENS BLASZKOWSKI.

CONTRATADA: ROSALINA LINZMEYER RONSKA, no Cargo Público de Agente Operacional I exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, portadora do CPF/MF nº 548.149.449-34, residente e domiciliada na Rua dos Lirios, s/nº, Bairro Lageado, Município de Campo Alegre, SC.

**OBJETO:** Realização de atividades suplementares para restaurar o padrão indispensável mínimo, prevista no Inciso e VII Artigo 300 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

**PRAZO:** Início: 18 de Fevereiro de 2016;  
Término: 21 de Dezembro de 2016.

**REGIME JURÍDICO:** Especial Administrativo, previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, devendo sua interpretação e aplicação atender aos princípios e regras próprias ao direito não cabendo em nenhuma hipótese a contratação ser efetivada pelo Regime Celetista, conforme estabelecido pela Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002.

**REMUNERAÇÃO:** R\$ 823,31 (Oitocentos e vinte e três reais e trinta e hum centavos).

**LOCAL DE TRABALHO:** No âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Alegre/SC.

**HORÁRIO DE TRABALHO:** O horário de trabalho da contratada é de 40 (quarenta) horas semanais.

**SEGURIDADE SOCIAL:** Na vigência deste Contrato, aplica-se o

Regime Geral de Previdência Social, nos termos do § 13 do Artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil.

**EXTINÇÃO:** Este Contrato extingue-se, automaticamente pelo decurso de prazo da contratação.

**RESCISÃO DE CONTRATO:** A extinção do contrato por iniciativa do contratado deverá ser comunicada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

**FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC., para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas deste contrato.

Assim, por estarem às partes de inteiro acordo com os termos desta contratação, firmam o Contrato em duas vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo subscritas, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.

Campo Alegre/SC., 18 de Fevereiro de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI Prefeito Municipal	ROSALINA LINZMEYER RONSKA Contratada
--	---

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

#### **PORTARIA Nº 12.782 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.782 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 03 (zero três) dias de férias ao Secretário Municipal, Saneamento Ambiental PETERSON ALUISIO KOHLER, Registro no Sistema sob nº 955162, lotado na Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, referente ao período aquisitivo: 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Secretário gozará as férias no período de 17 de Fevereiro de 2016 á 19 de Fevereiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 12.783 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.783 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE VIGILÂNCIA A SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SIRLONE DE SOUZA CARNEIRO, Matrícula Funcional nº 000428, Registro no Sistema sob nº 954286, ocupante do Cargo Público de Técnico em Ensino Médio, exercendo a Função de exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Vigilância a Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Agosto de 2014 a 31 de Julho de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2014 a 31 de Julho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 17 de Fevereiro de 2016 á 26 de Fevereiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
17 de Fevereiro de 2016.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 18/02/2016.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Canelinha

## PREFEITURA

**EXTRATO EDITAL 19/2015 - PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 19/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 15/2016

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de gêneros alimentícios destinados a operacionalização dos cursos oferecidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, parte integrante do Edital. DATA DE ABERTURA: 01 de março de 2016, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site [www.canelinha.sc.gov.br](http://www.canelinha.sc.gov.br). Canelinha/SC, 17 de fevereiro de 2016. ELORI JOÃO REIS – Prefeito em exercício

# Canoinhas

## PREFEITURA

### OFÍCIO CIRCULAR COMPLAN Nº 38/2016

Canoinhas, 17 de Fevereiro de 2016

Ofício Circular COMPLAN nº 38/2016

Prezado(a) Senhor(a)

O CONSELHO MUNICIPAL DO PLANO DIRETOR do Município de Canoinhas - COMPLAN, representado neste ato pelo seu Presidente, Engº Cleison Tarcísio Fuck, vem convidar Vossa Senhoria para comparecimento à reunião a ser realizada no dia 18 de Fevereiro, com início às 19:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores Municipal, sito à Rua Três de Maio, Centro, Canoinhas.

Esclarecemos que está em pauta: Audiência Pública referente ao GSP Loteamento SPE LTDA, localizado na Rua Bernardo Olsen, s/n, no Bairro Alto da Tijuca e Assuntos Gerais.

Por fim, solicitamos que no caso do impedimento da presença do titular à reunião, a Entidade/Órgão possa estar sendo devidamente representada pelo suplente, tendo em vista a importância e relevância das discussões, além da necessidade de emissão de pareceres no tocante às matérias em debate.

Certos da sua presença, antecipadamente agradecemos a atenção dispensada, sendo que eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao telefone (47) 3621-7791, com Fernanda.

Atenciosamente,

Engº CLEISON TARCISIO FUCK  
Presidente

### PORTARIA Nº 01/FCC/2016

PORTARIA Nº 01/FCC/2016

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com as Leis Municipais nº 3.803 de 18/03/2005 e 5.727 de 26/11/2015;  
Resolve:

#### NOMEAR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

Art.1º - Fica nomeado para exercer o cargo de Instrutor de Violino/Violoncelo, com lotação na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", o profissional LEANDRO DE OLIVEIRA IZÍDIO, aprovado em hábil e competente concurso público previsto no Edital nº 001/2014, inscrito sob nº 44437, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 04/02/2016.

Art.2º - A efetiva posse do aprovado será contada nos termos do artigo 18 e seus parágrafos da Lei nº 2.305 de 03/07/1990.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas(SC), 26 de janeiro de 2016.

ALFREDO EIKE BACH  
Presidente da Fundação Cultural  
Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 26/01/2016.

### PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 05/2016 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/16

CONTRATADO: HOBI-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO, PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA, GRANILHA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, PEDRA BRITADA (BICA CORRIDA 4A), PEDREGULHO LIMPO E CASCALHO BRITADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/16

CONTRATADO: RODRIGO LUIS HOBI

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO, PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA, GRANILHA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, PEDRA BRITADA (BICA CORRIDA 4A), PEDREGULHO LIMPO E CASCALHO BRITADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.587.950,00 (dois milhões quinhentos e oitenta e sete mil novecentos e cinquenta reais)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6/16

HOMOLOGAÇÃO: 17/02/16

CONTRATADO: CERÂMICA OURO DA TERRA EIRELE- EPP  
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE PEDREGULHO DE CAVA - SUJO, PEDRA LASCÃO, BRITA GRADUADA, PÓ DE BRITA, GRANILHA, BRITA Nº 01, BRITA Nº 02, PEDRA BRITADA (BICA CORRIDA 4A), PEDREGULHO LIMPO E CASCALHO BRITADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 368.175,00 (trezentos e sessenta e oito mil cento e setenta e cinco reais)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.



**PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 150/2015 (PRESENCIAL)**

CONTRATADO: SUPERMERCADO EUGENIO STEIDEL CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 719.531,94 (setecentos e dezenove mil quinhentos e trinta e um reais e noventa e quatro centavos)  
DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 727.321,90 (setecentos e vinte e sete mil trezentos e vinte e um reais e noventa centavos)  
DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: JULIAN ODACHOWOSKI & FILHOS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.025.682,08 (um milhão vinte e cinco mil seiscentos e oitenta e dois reais e oito centavos)  
DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: SUPERMERCADO HILARIO FUCHS LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 749.048,96 (setecentos e quarenta e nove mil e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos)  
DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 124.698,00 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e oito reais)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CONTRATADO: ALIMENTAR DISTRIBUIDORA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 1.561.467,70 (um milhão quinhentos e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: AP OESTE COMÉRCIO LTDA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 448.265,22 (quatrocentos e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e cinco reais e vinte e dois centavos)  
DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 150/15  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/15  
HOMOLOGAÇÃO: 16/02/16

CONTRATADO: ILG COMERCIAL LTDA ME

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, DESTINADOS ÀS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA CIVIL E MILITAR, PELO PERÍODO DE 12 MESES.

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.604,50 (trinta e um mil seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos)

DATA: 17/02/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

**PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº FMS 05/2016 (PRESENCIAL)**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 08/2016

EDITAL DE PREGÃO N.º FMS 05/2016 (PRESENCIAL)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 02/03/2016, às 09h05min, licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS



E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORAMENTO E ALARME NO PRÉDIO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA 24H) E PARA FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAL TELEFONICA E REDE DE INFORMÁTICA NA POLICLINICA MUNICIPAL. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 02/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rinkoski Faria  
Prefeito/Presidente do Fundo

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 14/2016 (PRESENCIAL)**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 26/2016  
EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 14/2016 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/03/2016, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO 01 CILINDRO HIDRAULICO DE PROFUNDIDADE, COMPLETO, PARA A ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, ANO 2009. Recebimento de propostas até as 09h00min do dia 01/03/2016. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-16/2014**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO N.º PMC 7-16/2014  
SUPRESSÃO DE VALOR  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o termo aditivo n.º PMC 7-16/2014, referente ao contrato n.º PMC 16/2014. Data do Aditivo: 29/01/2016. Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA RELATIVA A CONSTRUÇÃO DA COZINHA COMUNITÁRIA SITUADA NA AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS, BAIRRO CAMPO D'ÁGUA VERDE NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIO. Contratada: ALINE DAIANE RUTHES IARENHUK DA SILVA CNPJ: 09.080.541/0001-41. Contratante: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CNPJ: 83.102.384/0001-80. CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR. Fica SUPRIMIDO ao presente contrato o valor de R\$ 2.567,50 (dois mil quinhentos sessenta e sete reais e cinquenta centavos). Portanto o valor de presente contrato que era de R\$ 321.907,45 (trezentos e vinte e um mil novecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos), passará a ser R\$ 319.339,95 (trezentos e dezenove mil trezentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos). PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 03/2014. TOMADA DE PREÇO N.º PMC 01/2014.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

# Catanduvás

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2016 - PREGÃO Nº 0017/2016

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2016  
PREGÃO Nº 0017/2016

Objeto: Aquisição de material para construção de quadra de areia no bairro Sebaldo Kunz, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação.

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 01 de março de 2016.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de fevereiro de 2016, no endereço <http://www.catanduvás.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvás.sc.gov.br](http://www.catanduvás.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvás – SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvás – SC, 17 de fevereiro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

### DECRETO Nº 2.136 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.136/2016, DE 17/02/2016.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CATANDUVÁS”.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás -SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 2.506, de 11 de agosto de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Catanduvás-SC, crédito adicional SUPLEMENTAR no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa.

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
Unidade Orçamentária: 0601 – Serviços Urbanos  
451 – Infraestrutura Urbana  
Pavimentação de Ruas, Estradas e Passeios  
183 – Receita de Operações de Créditos  
4490 – Despesas de Capital .....  
..... 800.000,00

Art. 2º De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 2.506, de 11 de agosto de 2015.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 17 de fevereiro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal

DAVI PECINATO  
Resp. pela Secretaria de Administração

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 17/02/2016.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016  
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás -SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei nº 101/00 de 04 de maio de 2000.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a todos os habitantes do Município, à participarem da Audiência Pública onde será avaliado o cumprimento das metas fiscais do 3º Quadrimestre do exercício de 2015.

Art. 2º - A AUDIÊNCIA PÚBLICA de que trata o artigo 1º será realizada no dia 26 de fevereiro de 2016, às 14:00 h, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás.

Parágrafo Único – Poderão participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA todos os cidadãos Catanduvenses maiores de 16 anos.

Catanduvás SC 15 de fevereiro de 2016.  
GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

Catanduvás SC, 15 de fevereiro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 0002/2016 A CONTRATO DE LOCAÇÃO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO N. 0002/2016 A CONTRATO DE LOCAÇÃO

Termo Aditivo nº 0002/2015 ao Contrato de Locação firmado em 04/03/2013.

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas – SC, CNPJ sob nº 73.240.236/0001-79.

Contratado: Vilmar Schmidke, CPF nº 294.782.279-04 .

Termo Aditivado: Objeto: Prorrogação da vigência do Contrato firmado entre as partes em 04/03/2013 de 01/02/2016 a 31/01/2017 e reajuste do aluguel através do INPC acumulado do ano para R\$ 1.597,55 (um mil quinhentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos previstos na Cláusula Nona do contrato de locação.

Valor total do Contrato: R\$ 19.170,60 (dezenove mil cento e setenta reais e sessenta centavos).

Prazo: 12 (doze) meses.

Data do Aditivo: 10.02.2016

MONALISA RUARO

Presidente da Câmara Municipal de Catanduvas

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 26-2016

DECRETO N. 26/2016

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

VILMAR FOPPA, Prefeito Municipal do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado para o Cargo de Diretor do Departamento de Administração, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento o Senhor Adilso José De Oliveira, brasileiro, Conviventes, portador do CPF/MF sob nº . 966.737.880-20 e da Cédula de Identidade sob o nº . 3.570.101 título de eleitor nº 034371670922, residente e domiciliado junto a Rua Almirante Barroso, centro, no município de Caxambu do Sul/SC.

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Caxambu do Sul/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Registre-se e Publique-se

VILMAR FOPPA  
Prefeito Municipal

# Celso Ramos

## PREFEITURA

**EDITAL 09/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EDITAL DE PREGAO PRESENCIAL 09/2016  
PROCESSO: 09/2016

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos/Fundo Municipal de Saude, tornam público que encontra-se aberto o Edital de TOMADA DE PREÇOS 09/2016, tipo MENOR PREÇO, OBJETIVANDO MANUTENÇÃO/SUPORTE, CONVERSÃO E ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA NA ÁREA DE SAÚDE "SAÚDE PLUS", JÁ UTILIZADO PELA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Entrega da documentação e proposta até as 16 horas do dia 01/03/2016, na SALA DE LICITAÇÕES.  
Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 18 de fevereiro de 2016.  
INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS – PREFEITA MUNICIPAL

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 012, DE 17.02.2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 012, DE 17.02.2016

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0650, de 22.12.2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), da seguinte dotação do orçamento vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 – Divisão de Obras  
15 – Urbanismo  
451 – Infra Estrutura Urbana  
13 – Urbanismo  
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações .....  
..... R\$ 11.500,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), fica aberto um crédito suplementar na seguinte dotação do Orçamento Vigente:

08 – Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços  
03 – Divisão de Obras  
15 – Urbanismo  
451 – Infra Estrutura Urbana  
13 – Urbanismo  
90 – Recursos Ordinários – Orçamentos Municipais  
4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas  
1031 - Construção de Pontes, Bueiros e Tubulações .....  
..... R\$ 11.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de fevereiro de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

### Portaria 071/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 071/2016

- CONSIDERANDO, apresentação do atestado Médico para Gestante;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99 e c/c o art. 2º § 1º

do Decreto nº. 03/2011 de 12.01.2011,

RESOLVE

Art.1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias a Licença Maternidade da Servidora Pública, MAIRA WEISS, ocupante do cargo de Professora ACT – 30 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, pelo período de 11.02.16 a 10.04.16.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 11.02.2016.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 17 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria 072/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 072/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 02/02/2014 à 01/02/2015, a servidora MARLISE NEUHAUS matriculada sob o nº 2518/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 18.02.2016 à 18.03.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### Portaria 073/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 073/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VII, do art. 50 e inciso II, do art. 70, da Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado –SC e disposições do art.19, §§ 2º e 4º da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99;

RESOLVE:



Art. 1º Designar EVA APARECIDA KEMPNER ABREU, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professora - 40 horas, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para atuar na área de orientação pedagógica junto a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 2º A designação de que trata o Art. 1º se estenderá até 31.12.2016.

Art. 3º Em decorrência das disposições do art. 1º, fica concedida a Gratificação de Incentivo a Atividade Administrativa e a Gratificação de Assiduidade, prevista no Art.19, §§ 2º e 4º da Lei Complementar nº 006 de 23.12.99, com percentuais fixados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 17 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

### **Portaria 074/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 074/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, JOÃO ALOIR FRANÇA DE OLIVEIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 18 de fevereiro de 2016, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2014/2015, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de fevereiro de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

# Chapecó

## CÂMARA MUNICIPAL

### ATA DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE

ATA DA ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA O CARGO DE VICE-PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ – ESTADO DE SANTA CATARINA

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, atendendo a prévia convocação, reuniram-se os Senhores Vereadores, em sessão ordinária, na sala de sessões da Câmara Municipal de Chapecó, às dezessete horas, sob a Presidência do Vereador Presidente João Maria Marques Rosa, com a presença da totalidade dos Senhores Vereadores. Dado início à sessão, foi realizado o Expediente e em seguida, passou-se ao intervalo regimental. Retornando aos trabalhos, Retornando aos trabalhos, e tendo em vista a eleição suplementar para o cargo de Vice-Presidente, conforme o que dispõe os artigos 26 e 30 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Chapecó, o Senhor Presidente suspendeu a reunião por dez minutos para que os Vereadores interessados procedessem a inscrição ao cargo de Vice-Presidente. Na sequência, o Senhor Presidente informou que foram apresentadas as inscrições dos Vereadores: Adão Valcir Teodoro e Marcilei Vignatti para o cargo de Vice-Presidente da Mesa Diretora. Não havendo mais inscritos para o referido cargo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Vereador Adão Valcir Teodoro para fazer sua explanação para o cargo de Vice-Presidente, o qual declinou. Em seguida a Vereadora Marcilei Vignatti fez uso da palavra para justificar sua inscrição. Após, o Senhor Presidente passou para a votação, através da chamada em ordem alfabética dos Senhores Vereadores, conforme preceitua o Regimento Interno, para que declarassem seus votos. Concluída a declaração de voto dos Vereadores, o Vereador Adão Valcir Teodoro recebeu quatorze votos dos Vereadores: Adão Valcir Teodoro, Arestide Fidelis, Astrit Maria Savariz Tozzo, Delvino Dall Rosa, Ildo Adão Antonini, Itamar Antonio Agnoletto, Ivaldo Pizzinatto, João Maria Marques Rosa, José Célio Portela, Luiz Antônio Agne, Marcio Ernani Sander, Neuri Mantelli, Valdemir Antonio Stobe e Valmor Scolari; e a Vereadora Marcilei Vignatti recebeu sete votos dos Vereadores: Cleber Ceccon, Cleiton Marcio Fossá, Diego Fernando Alves, Marcilei Vignatti, Paulinho da Silva, Nacir João Marchesini e Sérgio Luiz da Silva. Em ato contínuo, o Senhor Presidente declarou eleito e empossado o Vereador Adão Valcir Teodoro no cargo de Vice-Presidente da Mesa Diretora, o qual completará o período restante do titular originariamente eleito para o cargo, de acordo com o §4º, do artigo 26 do Regimento Interno. Após a eleição, a reunião prosseguiu com as deliberações das matérias da Ordem do Dia. Da sessão lavrou-se a presente ata, que se aprovada conterá a assinatura dos membros da Mesa Diretora e demais Vereadores.

### RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE FEVEREIRO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre licença de Vereador nos Termos do Artigo 38, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

A MESA DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida licença ao Vereador SÉRGIO LUIZ DA SILVA, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 22 de fevereiro de 2016, inclusive, para tratamento interesse particular, nos termos do Artigo 38, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Chapecó.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de fevereiro de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA  
Presidente

ADÃO VALCIR TEODORO  
Vice-Presidente

CLEBER CECCON  
1º Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI  
2º Secretário

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 01/FMAS/2016

CONTRATO Nº: 01/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: IMOBILIÁRIA MARCON LTDA

Objeto: Locação de uma casa residencial em alvenaria com a seguinte descrição: 4dormitórios, sala, cozinha, área de serviço, 2bwc e garagem, situada à rua Uberaba nº 1329, Bairro Jardim Elizabeth - Cocal do Sul - SC, com uso exclusivo para moradia. Ficando expressamente proibido o locatário, usar ou ceder o imóvel para fins ilícitos e desonestos, para clubes de danças, para centro de reuniões políticas e religiosas.

Assinatura: 13/01/2016

Vigência: Início: 13/01/2016 Término: 31/12/2016

Valor: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 39/2015

ADITIVO Nº: 01/2016

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – ACRÉSCIMO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: INOVA SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 39/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL: 19/PMCS/2015

Objeto do contrato: Contratação de empresa para implantação de sistema de telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP, contendo software para gerenciamento da plataforma IP e equipamentos em comodato para o funcionamento de 28 ramais, 45 linhas

analógicas, 73 ligações simultâneas SIP fixo e móvel Brasil geral com 33.000 minutos mês para atender a administração municipal. Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto o acréscimo de até 11,83% (onze vírgula oitenta e três por cento), ao valor do contrato firmado entre as partes, em 17/07/2015. .

Assinatura: 29/01/2016

Vigência: Início: 01/02/2016 Término: 18/07/2016

Valor: R\$ 5.394,60 (cinco mil trezentos e noventa e quatro reais e sessenta centavos)

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02/PMCS/2016

CONTRATO Nº: 38/2015.

ADITIVO Nº: 02/2016

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A. – PRORROGAÇÃO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

CONTRATADA: CANCELIER IND. DE METAIS E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – EPP.

TOMADA DE PREÇOS: 04/PMCS/2015

Objeto do contrato: Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa para fornecimento de material e serviço para construção da garagem de máquinas da prefeitura de Cocal do Sul. Objeto do Aditivo: O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação da vigência do contrato firmado entre as partes em 14/07/2015.

Assinatura: 03/02/2016

Vigência: Início: 03/02/2016 Término: 31/12/2016

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº 225/16

RESOLUÇÃO Nº 225/2016 , de 17 de fevereiro de 2016.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA DE VEREADORES DE COCAL DO SUL.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, ANGELA MARIA MENDES ANJO, nos termos do art. 19, inciso IV do Regimento Interno da Câmara e, nos termos do art. 51 da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

DESIGNA:

LUIZ CARLOS GONÇALVES – PRESIDENTE, LUCIANE TROMBIN NIEHUES – MEMBRO E MARIA SALETE SARTOR BEZ FONTANA – MEMBRO, servidores desta Casa Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, 17 de fevereiro de 2016.

ANGELA MARIA MENDES ANJO SIDNEY DUARTE DE OLIVEIRA

Presidente da Câmara 1º Secretário

Registrada e publicada a presente Resolução nesta Secretaria, no mural da Prefeitura e no DOM /SC , aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis.

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL****PREGÃO PRESENCIAL 03/2016**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:30 horas do dia 07 de Março de 2016, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL – TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 03/2016, para aquisição de Hidrômetros Multijato para água fria de ½”, conforme descrito no anexo I do edital, para uso em redes e ramais de água desta Autarquia. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:30 horas do dia 07 de Março de 2016. A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 17 de Fevereiro de 2016. Carla Cristina Possamai Della. Diretora do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 21/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 21/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS AGRICULTORES DE LINHA BOA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 02.805.517/0001-83, representada pelo seu Presidente, senhor LAÉRCIO AIRTON KÖPSELL.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de equipamento para auxiliar nas atividades da Associação.

PRAZO: 31.12.2016, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 29 de dezembro de 2015.

### EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 24/2015 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 24/2015

ESPÉCIE: Termo de Autorização de Uso Gratuito celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE ALTO BOA ESPERANÇA, inscrita no CNPJ sob nº 01.467.781/0001-91, representada pelo seu Presidente, senhor VALMIR GRIGOLO.

OBJETO: Autorização de uso gratuito, a título precário, à AUTORIZADA, de equipamentos para auxiliar nas atividades da Associação.

PRAZO: 31.12.2016, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 30 de dezembro de 2015.

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2016-PMC MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2016 – PMC

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios para a preparação de refeições nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, e nas Escolas do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/PNAC, para o exercício de 2016 conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 02/03/2016.

Início da Sessão: dia 02/03/2016, às 08h30min, no endereço

eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br), horário de Brasília – DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0\*\*49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 17 de fevereiro de 2016.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

### DECRETO Nº 49/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 49/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio ao servidor ANDRE HERMINIO MALESKI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, ao servidor ANDRE HERMINIO MALESKI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2002 a 3 de fevereiro de 2007.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 50/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 50/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Designa o servidor CLADEMIR CAMILO BEE para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado o servidor CLADEMIR CAMILO BEE, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 51/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 51/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora MERCEDES GLACI NIETIEDT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora MERCEDES GLACI NIETIEDT, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 19 de fevereiro de 1998 a 18 de fevereiro de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 52/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 52/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora ERSI FORTE DAROS ALTHAUS.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora ERSI FORTE DAROS ALTHAUS, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 102423-01, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de fevereiro de 2009 a 9 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 53/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 53/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.  
Concede gozo de licença-prêmio à servidora KATIA GERUSA BASEGGIO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, nos meses de fevereiro e março de 2016, à servidora KATIA GERUSA BASEGGIO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 81639-02, o gozo de 2 (dois) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 4 de setembro de 2007 a 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## DECRETO Nº 54/2016

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 54/2016, DE 26 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre o expediente dos servidores públicos municipais que integram os Grupos Ocupacionais Técnico – GT, Funcional – GF, Operacional – GO e Base – GB da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB e da Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 24, parágrafos 2º e 3º e 324, caput, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e considerando que os servidores públicos municipais que integram os Grupos Ocupacionais Técnico – GT, Funcional – GF, Operacional – GO e Base – GB, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente – SEMADRA, da Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras – SEMURB e da Secretaria Municipal de Transportes – SEMUT, exercem trabalhos externos, distantes do perímetro urbano, em que localizam-se as instituições bancárias, onde percebem seus vencimentos.

DECRETA:

Art. 1º O expediente dos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos constantes no Anexo Único deste Decreto, da SEMADRA, SEMURB e SEMUT, será efetuado em turno único, com jornada de 6 (seis) horas de trabalho, compreendida das 6 às 12 horas, nos dias abaixo:

I – dia 29 de janeiro de 2016;

II – dia 26 de fevereiro de 2016;

III – dia 24 de março de 2016;

IV – dia 29 de abril de 2016;

V – dia 27 de maio de 2016;

VI – dia 24 de junho de 2016;

VII – dia 28 de julho de 2016;

VIII – dia 26 de agosto de 2016;

IX – dia 30 de setembro de 2016;

X – dia 27 de outubro de 2016;

XI – dia 25 de novembro de 2016.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste Decreto os servidores que desempenham funções administrativas, os gratificados e os ocupantes de cargos comissionados.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 26 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
ANEXO ÚNICO

CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO	
Grupo Ocupacional	Cargo
Técnico – GT	Técnico em Telecomunicações
Funcional – GF	Eletricista de Manutenção
	Torneiro Mecânico
Operacional – GO	Agente de Serviços Gerais
	Agente de Obras
	Motorista
	Inseminador
	Eletricista Automotivo
	Mecânico
Base – GB	Operador de Equipamentos
	Agente de Manutenção
	Servente Braçal

CARGOS DO QUADRO SUPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO		
Grupo Ocupacional	Cargo	Função
Operacional – GO	Agente de Manutenção de Serviços Gerais	Agente de Manutenção de Serviços Gerais
	Auxiliar Operacional	Auxiliar de Limpeza
Base – GB Mestre de Obras Motorista Capataz		Calceteiro
		Marteleteiro
	Agente Operacional	Blaster Operador
	Capataz	Vigia
	Capataz	Capataz
	Mestre de Obras	
	Motorista Capataz	

## DECRETO Nº 55/2016

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 55/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Designa a servidora IDETE MARIA POZZO HERMANN para responder pelo cargo de Diretora de Obras; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora IDETE MARIA POZZO HERMANN, ocupante do cargo de Desenhista, para responder pelo cargo de Diretora de Obras, no período de 26 de janeiro a 2 de fevereiro de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 2, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa,

no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso VII do art. 4º do Decreto nº 419/2013, de 11 de abril de 2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## DECRETO Nº 56/2016

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 56/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora LIAMARA BONATTO MÜLLER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora LIAMARA BONATTO MÜLLER, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 3 de maio de 2010 a 2 de maio de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## DECRETO Nº 57/2016

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 57/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora LOINES LORENSI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora LOINES LORENSI, ocupante do cargo de Fiscal Sanitarista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 26 de dezembro de 2010 a 25 de dezembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

MARIA CRISTINA BERTA  
Secretária Municipal de Saúde, em exercício

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## DECRETO Nº 58/2016

### MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 58/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Designa a servidora NELSI DIAS para responder pela Coordenação do Abrigo Provisório Anjo Gabriel; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora NELSI DIAS para responder, pela Coordenação do Abrigo Provisório Anjo Gabriel, no período de 1º de fevereiro a 1º de março de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida à servidora NELSI DIAS, ocupante do cargo de Assistente Social, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento, no período de 1º de fevereiro a 1º de março de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	LAURI GARBOSSA Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação
---	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 59/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 59/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Designa o servidor MARCOS JOSE KLEIN para responder pelo cargo de Encarregado da Seção de Tecnologias.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o servidor MARCOS JOSE KLEIN, ocupante do cargo de Assistente de Suporte, para responder pelo cargo de Encarregado da Seção de Tecnologias, no período de 25 de janeiro a 13 de fevereiro de 2016, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 60/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 60/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Nomeia membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de

novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia – COMTUR, as pessoas abaixo relacionadas, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 6 de fevereiro de 2016, com os respectivos órgãos e entidades que representam:

I – representantes do Poder Público Municipal:

a) titulares:

1. CLELIO IVO DAL PIAZ, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Presidente;
2. MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, Assessoria Jurídica;
3. LUCAS PEREIRA, Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
4. JOSE ALBERTO MAZOCCO, Fundação Municipal de Cultura;
5. AMANDA CAROLINE SZLACHTA TECHIO, Fundação Municipal de Esportes;

b) suplentes:

1. RODINEI ZANELLA, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo – Secretário-Executivo;
2. DENISE MARCONATTO, Assessoria Jurídica;
3. EDNO GONÇALVES, Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
4. KELLEN CRISTINA ROGGIA SILVEIRA CASADO, Fundação Municipal de Cultura;
5. ROSILENE SALVADOR POLINA, Fundação Municipal de Esportes;

II – representantes de entidades do Município:

a) titulares:

1. AGENOR FRIGO, Águas do Oeste Catarinense Convention & Visitors Bureau;
2. GENI JOSE BONATTO, Associação Empresarial de Concórdia – ACIC;
3. ROBERTO KURTZ PEREIRA, Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC;
4. ELISETE LIDIA SCHNACK DE BORBA, Banco do Brasil;
5. MOACIR ZAT, Câmara de Dirigentes Lojistas de Concórdia – CDL;
6. ADEMILSON BARREIROS DA SILVA, Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC;
7. PAULO AFONSO CORBELLINI, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
8. MARISA NATALINA SANDRIN CADORIN, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA;
9. VILSON ANIVO HAEFLIGER, Grupo Escoteiro Concórdia;

10. MARIO LETTIERI TEIXEIRA, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Campus Concórdia;

11. CESAR ANTONIO SCHWERTZ, Lions Clube Concórdia – Centro;

12. OTAVIO MARQUES DE MELO, Lions Clube Concórdia – Vila São Miguel;

13. ARTEMIO VALTER DE SOUZA FILHO, Memorial Attilio Fontana;

14. LECI MARINA HARNISCH, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;

15. ROBERTO SCORTEGAGNA, Serviço Social do Comércio – SESC;

16. TERESINHA LANDO, Rotary Club de Concórdia;

17. VERONICA PAZ DE OLIVEIRA, Universidade do Contestado – UnC Concórdia;

b) suplentes:

1. LIZETE RHODEN, Águas do Oeste Catarinense Convention & Visitors Bureau;

2. MARLENE MARIA PALUDO, ACIC;

3. NEUSA POLETTO PUCCI, AMAUC;

4. RONALDO FURLAN, Banco do Brasil;

5. HELEMAR MACIEL, CDL;

6. JOSE CLAUDIO BORGES, CIDASC;

7. ANTONIO MARCOS CECONELO, CREA;

8. MONALISA LEAL PEREIRA, EMBRAPA;

9. ELIZABETE GAVAZZONI, Grupo Escoteiro Concórdia;

10. LUCIANE BASEGGIO, IFC – Campus Concórdia;

11. NEIVA SCHWERTZ, Lions Clube Concórdia – Centro;

12. ORESTES CORDEIRO DOS SANTOS, Lions Clube Concórdia – Vila São Miguel;

13. JOSIANE SOARES DA SILVA, Memorial Attilio Fontana;

14. MARTA MARIA MENIN, SENAC;

15. KETINY KAREN VARIZA SEHN, SESC;

16. MARCIA INES LORENZETT, Rotary Club de Concórdia;

17. JACIR FAVRETTO, UnC Concórdia.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **DECRETO Nº 61/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 61/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Designa a servidora LIDIANE DAL PRA para responder pelo cargo de Auditora Interna; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a servidora LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Auditora Interna, no período de 1º a 7 de fevereiro de 2016, enquanto perdurar o afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 1, acrescidos da gratificação de 80% (oitenta por cento).

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica suspensa, no mesmo período, a gratificação concedida à referida servidora, pelo inciso III do art. 3º do Decreto nº 145/2015, de 9 de fevereiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **DECRETO Nº 62/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 62/2016, DE 27 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a demissão do servidor RONEI DE CARLI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 168, III e 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e considerando:

- o processo protocolizado sob nº 8500/2014, em 7 de maio de 2014;

- a Portaria nº 100/2014, de 13 de maio de 2014 e alterações, que instauraram Processo Administrativo Disciplinar envolvendo o servidor RONEI DE CARLI;

- o Parecer nº 1604/2015, de 15 de dezembro de 2015, da Assessoria Jurídica do Município;

- o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, de 30 de dezembro de 2015;



- a Revisão da Secretária Municipal de Administração, de 8 de janeiro de 2016;

- a Decisão Final, de 8 de janeiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido o servidor RONEI DE CARLI, ocupante do cargo de Escriturário, a partir de 1º de fevereiro de 2016, nos termos do art. 168, III, c/c o art. 172, da Lei Complementar nº 90/1994.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
------------------------------------	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 27 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 63/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 63/2016, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

Concede gozo de licença-prêmio à servidora VALDIRENE CLAIRE GUGEL.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora VALDIRENE CLAIRE GUGEL, ocupante dos cargos de Professor, códigos 10.12, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, na forma abaixo:

I – matrícula 50237-03, pertinente ao quinquênio – período aquisitivo de 15 de setembro de 2009 a 14 de setembro de 2014;

II – matrícula 50237-04, pertinente ao quinquênio – período aquisitivo de 2 de agosto de 2010 a 1º de agosto de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 29 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 64/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 64/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Interrompe licença para acompanhar cônjuge, concedida à servidora ROSELEI MARTINI VITTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 113 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica interrompida, a pedido, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a licença para acompanhar cônjuge, concedida pelo Decreto nº 283/2007, de 23 de maio de 2007, à servidora ROSELEI MARTINI VITTO, ocupante dos cargos de Professor, código 10.12, matrícula 15768-00 e código 10.10, matrícula 15768-01.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DECRETO Nº 65/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 65/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede gratificação, pelo exercício de função de assessoramento, à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora integra o Projeto de temática histórico e cultural Afro-brasileira e Africana junto aos alunos da Rede Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, no período de 11 de fevereiro a 22 de dezembro de 2016, à servidora MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO, ocupante dos cargos de Professor, código 10.10, matrícula 40690-00 e código 10.12, matrícula 40690-04, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 66/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 66/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Revoga a alínea "c" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA :

Art. 1º Fica revogada a alínea "c" do inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica revogada, a partir de 2 de fevereiro de 2016, a gratificação pelo exercício de função de assessoramento, concedida à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 67/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 67/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.  
Concede gratificação, pelo exercício de função de chefia, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida, a partir de 2 de fevereiro de 2016, à servidora MARILENE CARMEN BONISSONI DO PRADO, ocupante do cargo de Escriturário, gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) sobre o vencimento, pelo exercício de função de chefia do Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, com dedicação exclusiva.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 68/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 68/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Comissão Coordenadora de Processos Seletivos para Contratação de Estagiários e designa Equipe Multidisciplinar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Comissão Coordenadora de Processos Seletivos para Contratação de Estagiários, com a incumbência de coordenar e desenvolver todos os procedimentos necessários, composta pelos servidores abaixo:

I – presidente: ELAINE ROMAN;

II – membros:

a) ANDIARA SGARABOTTO;

b) MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA;

c) CASSIA BORTOLI RONCAGLIO;

d) NEIVA MARIA MAIER.

Art. 2º Ficam designados para compor a Equipe Multidisciplinar com a finalidade de promover a avaliação das pessoas com deficiência, candidatas às vagas disponíveis nos Processos Seletivos para Contratação de Estagiários, bem como verificar a compatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições do estágio, relativo às vagas, os servidores abaixo:

I – ANA LORENA PRADO BRUM, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho;



II – ANDRE ROBERTO MENEGAT, ocupante dos cargos de Médico e Médico do Trabalho;

III – MARIA CRISTINA BERTA, ocupante do cargo de Enfermeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 61/2015, de 20 de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 69/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 69/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora DULCE JOANA WEIRICH.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a servidora DULCE JOANA WEIRICH, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 25836-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### **DECRETO Nº 70/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 70/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia SANDRO MARTINI no cargo de Encarregado da Seção de Programas e Custos; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor SANDRO MARTINI, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Programas e Custos – Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica exonerado o servidor SANDRO MARTINI, do cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Orçamento, Programa e Estatística, a partir de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 71/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 71/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia EMERSON BORTOLOTTTO no cargo de Encarregado da Seção de Orçamento, Programa e Estatística.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor EMERSON BORTOLOTTTO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 49220-05, para exercer o cargo de Encarregado da Seção de Orçamento, Programa e Estatística – Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 4, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 72/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 72/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI no cargo de Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e na Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 70912-01, para exercer o cargo de Chefe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, do Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal – Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 3 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação
--	---

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 73/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 73/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora NALU TEREZINHA FARINA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.  
No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do

Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a servidora NALU TEREZINHA FARINA, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 44075-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 74/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 74/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora ROSANE MARIA FORNER.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, a servidora ROSANE MARIA FORNER, ocupante do cargo de Fiscal de Cadastro Imobiliário, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 75/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 75/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ONEIDA LOURDES ZANELLA DE OLIVEIRA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora ONEIDA LOURDES ZANELLA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 8 de setembro de 2008 a 7 de setembro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

ALESSANDRO VERNIZE

Secretário Municipal de Saúde

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 76/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 76/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio ao servidor LEONIR PAULO GOMES.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 116 e seguintes da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida ao servidor LEONIR PAULO GOMES, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, licença-prêmio, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2015, na forma abaixo:

I – 1 (um) mês convertido em pecúnia, no mês de fevereiro de 2016;

II – 1 (um) mês para gozo, no mês de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	MAURÍ MARAN Secretário Municipal de Urbanismo e Obras
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 77/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 77/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora CECILIA CARNEIRO PETRI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de fevereiro de 2016, a servidora CECILIA CARNEIRO PETRI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO

Diretor Administrativo, em exercício

### **DECRETO Nº 78/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 78/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Acresce alínea "h" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e na Lei nº 4.252, de 13 de dezembro de 2010 e alteração, e considerando que além das atribuições inerentes ao cargo, a servidora desempenhará funções de assessoramento na avaliação de amostras dos produtos consumidos na merenda escolar da Rede Municipal de Ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescida alínea "h" ao inciso III do art. 2º do Decreto nº 233/2013, de 13 de fevereiro de 2013 e alterações, que constituem e designam Comissão Permanente de Avaliação de Amostras de Materiais, objetos de processos licitatórios, com a seguinte redação:

"Art. 2º (...)

h) ELISANGELA GABRIELA GERHARD." (NR)

Art. 2º Em face do disposto no art. 1º deste Decreto, fica concedida, a partir de 2 de março de 2016, à servidora ELISANGELA GABRIELA GERHARD, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, do quadro pessoal de provimento efetivo, gratificação pelo exercício de função de assessoramento, equivalente a 20% (vinte por cento) sobre os respectivos vencimentos enquanto perdurarem os trabalhos da referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016. JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO Diretor Administrativo, em exercício	SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 79/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 79/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dá nova redação à alínea "I" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 349/2015, de 1º de abril de 2015, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 5.028, de 13 de setembro de 2005.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "I" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 349/2015, de 1º de abril de 2015, que designa Pregoeiros e Equipe de Apoio, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I) ELISANDRO JULIO LEIDOW;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## DECRETO Nº 80/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 80/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia o servidor CIRIO ANTONIO SCHIAVINI para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Transportes.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 5º da Lei nº 3.966, de 23 de junho de 2008.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor CIRIO ANTONIO SCHIAVINI, ocupante do cargo de Diretor de Transportes, para responder pelo cargo de Secretário Municipal de Transportes, no período de 16 de fevereiro a 1º de março de 2016, em razão do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, subsídio previsto na legislação vigente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## DECRETO Nº 81/2016 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 81/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO para responder pelo cargo de Responsável do Setor da Juventude.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar



nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora JULIANA SALETE ROSSETTO, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa, para responder pelo cargo de Responsável do Setor da Juventude, no período de 3 de fevereiro a 1º de março de 2016, em face do afastamento da titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 82/2016**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 82/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dá nova redação ao inciso II do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 4º da Instrução Normativa nº TC-14/2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 124/2013, de 15 de janeiro de 2013 e alterações, que designam servidores responsáveis pela realização de despesas sob os regimes de adiantamento e autonomia de gestão financeira, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

II – JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO, Secretária Municipal de Administração;” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**DECRETO Nº 83/2016**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 83/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de fevereiro de 2016, à servidora MARIA ELISA ORTIGARA PUTTI, ocupante do cargo de Professor, código 10.10, matrícula 93840-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 84/2016**

**MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**

DECRETO Nº 84/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Altera expressão constante no art. 3º do Decreto nº 798/2015, de 1º de setembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 1.050, de 28 de dezembro de 2016, que dispõem sobre instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial no Âmbito da Administração Pública, para apurar possíveis irregularidades demonstradas no Relatório nº 02/2015, de 28 de agosto de 2015, da Auditoria Geral do Município.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, e considerando a CI nº 02/2016, da Comissão de Tomada de Contas Especial.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica alterada a expressão: “165 (cento e sessenta e cinco) dias” para: “180 (cento e oitenta) dias”, constante no art. 3º do Decreto nº 798/2015, de 1º de setembro de 2015, alterado pelo Decreto nº 1.050, de 28 de dezembro de 2016, que dispõem sobre instauração de procedimento de Tomada de Contas Especial no Âmbito da Administração Pública, para apurar possíveis irregularidades demonstradas no Relatório nº 02/2015, de 28 de agosto de 2015, da Auditoria Geral do Município.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA ASILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 85/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 85/2016, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora ROSANGELA ALVES DUTRA.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ROSANGELA ALVES DUTRA, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 29 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 86/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 86/2016, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora NILVA TAPPARO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora NILVA TAPPARO, ocupante do cargo de

Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 87/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 87/2016, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora NEUSA GOLLO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a servidora NEUSA GOLLO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Idade, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 3 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 4 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício



**DECRETO Nº 88/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 88/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, o servidor ELCIO VITORIO LONGO.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, o servidor ELCIO VITORIO LONGO, do cargo de provimento efetivo de Motorista.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 89/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 89/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora SOLANGE CRISTINA BERGAMIM COFFERI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora SOLANGE CRISTINA BERGAMIM COFFERI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Biblioteca.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 4 de fevereiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 90/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 90/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, a servidora CARINA BORTOLI SCHIAVINI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora CARINA BORTOLI SCHIAVINI, do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.  
JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

**DECRETO Nº 91/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 91/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o desligamento da servidora MARIA JANDIRA DE SOUZA BASSI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 20, § 2º da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Suplementar de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de fevereiro de 2016, a servidora MARIA JANDIRA DE SOUZA BASSI, ocupante do cargo de Professor, código 10.13, matrícula 90441-00, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 92/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 92/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre o desligamento da servidora MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 41, V, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, do Quadro Permanente de Cargos do Magistério Público Municipal, a partir de 5 de fevereiro de 2016, a servidora MARCIA SUELI MARCHESI GALEAZZI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 67407-04, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia – IPRECON.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 6086** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.086, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Receita de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do Exercício Anterior R\$ 16.600,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 16.600,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 29 de janeiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **DECRETO Nº 6087** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.087, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Acresce art. 8º-A ao Decreto nº 5.601, de 11 de julho de 2011 e alterações, que regulamentam a Lei nº 4.245, de 13 de dezembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre a edição de livros relacionados à cultura concordiense, pelo Município de Concórdia.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.245, de 13 de dezembro de 2010 e, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido art. 8º-A ao Decreto nº 5.601, de 11 de julho de 2011 e alterações, que regulamentam a Lei nº 4.245, de 13 de dezembro de 2010 e alterações, que dispõem sobre a edição de livros relacionados à cultura concordiense, pelo Município de Concórdia, com a seguinte redação:

“Art. 8º-A. Fica permitida a republicação de exemplares do livro selecionado, pelos autores, às suas custas.

§ 1º A republicação de que trata o caput deste artigo, somente poderá ser efetuada, no mínimo, 30 (trinta) dias após a impressão pelo Município.

§ 2º O autor deverá repassar ao Município, a título de direitos autorais, o valor de 150 (cento e cinquenta) Unidades Fiscais de Referência – UFIRs municipal, por novas edições que venha a publicar

após a primeira edição de domínio da Municipalidade, sujeito à aprovação pela Fundação Municipal de Cultura.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER Prefeito Municipal, em exercício	BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração
--	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 1º de fevereiro de 2016.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

## **DECRETO Nº 6088** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.088, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

Revoga o Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011, que regulamenta o art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 63, VI, e considerando a CI DRH 044/2016, de 1º de fevereiro de 2016.  
DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 5.656, de 7 de dezembro de 2011, que regulamenta o art. 52 da Lei Complementar nº 602, de 29 de novembro de 2011 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 2 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 6089** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.089, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Abre crédito suplementar.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto no art. 9º da Lei nº 4.835, de 18 de dezembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, a dotação constante no elemento

do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS  
Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras  
Projeto/Atividade 15.0512.0040.2030 Ações do Saneamento Urbano – SEMURB  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 75.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 75.000,00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de fevereiro de 2016.

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
Diretor Administrativo, em exercício

## **DECRETO Nº 6090** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 6.090, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Abre crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.846, de 5 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB 60% R\$ 282.362,27  
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil  
Projeto/Atividade 12.365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.370004 Outros Recursos do FNDE R\$ 50.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 332.362,27.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.0361.0025.1004 Ações do Ensino Fundamental Convênios – SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.370004 Outros Recursos do FNDE R\$ 50.000,00  
 Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração Escolar – SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 282.362,27

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 332.362,27.

Art. 3º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração  
 Projeto/Atividade 04.0122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON – SEMAD  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.800000 Outras Especificações – PROCON – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 34.248,81

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
 Projeto/Atividade 12.0361.0025.1004 Ações do Ensino Fundamental Convênios – SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.370004 Outros Recursos do FNDE – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 206.712,81  
 Fonte de Recursos 03.360000 Salário Educação – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 290.016,17  
 Projeto/Atividade 12.0365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.370004 Outros Recursos do FNDE – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 249.571,92  
 Fonte de Recursos 03.360000 Salário Educação – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 50.000,00  
 Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 550.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
 Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.020000 Receita de Impostos de Saúde – Superávit do  
 Exercício Anterior R\$ 200.000,00  
 Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em

Saúde – FMS  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.380004 Vigilância em Saúde R\$ 145.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
 Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das Atividades-Meio do FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350012 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa de Aprimoramento de Rede – Superávit do Exercício Anterior R\$ 351,28  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350005 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa IGD SUAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 5.677,37  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350004 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAIF – Superávit do Exercício Anterior R\$ 18.220,38  
 Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350006 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAIF – Superávit do Exercício Anterior R\$ 42.671,17  
 Fonte de Recursos 03.350010 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa BPC na Escola – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.178,28  
 Fonte de Recursos 03.350007 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa ACESSUAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 71.355,73  
 Fonte de Recursos 03.610001 Transferência de Convênio- Estado/ Assistência Social – Programa Benefícios Eventuais – Superávit do Exercício Anterior R\$ 15,49  
 Fonte de Recursos 03.610002 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Básica Custeio/Investimento – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.642,89  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 21.425,09  
 Fonte de Recursos 03.350009 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Bolsa Família – Superávit do Exercício Anterior R\$ 30.786,99  
 Fonte de Recursos 03.610002 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Básica Custeio/Investimento – Superávit do Exercício Anterior R\$ 36.716,19  
 Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350003 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAEFI – Superávit do Exercício Anterior R\$ 20.831,36  
 Fonte de Recursos 03.350002 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Ações Estratégicas do PETI – Superávit do Exercício Anterior R\$ 9.455,14  
 Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do Exercício Anterior R\$ 2.998,05  
 Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos



Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do Exercício Anterior R\$ 6.036,75  
 Projeto/Atividade 08.244.0070.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade – FMAS  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.350008 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Criança Adolescente – Superávit do Exercício Anterior R\$ 33.106,86  
 Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Abrigo – Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.940,73  
 Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Abrigo – Superávit do Exercício Anterior R\$ 20,21

#### Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes  
 Projeto/Atividade 27.0122.0080.2454 Manutenção do Centro de Convivência – FMEC  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.077,86

#### Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente  
 Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigatórias e Compensatórias – FUMDEMA  
 Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
 Fonte de Recursos 03.000001 Recurso Ordinários – Prefeitura – Superávit do Exercício Anterior R\$ 200.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.246.057,53.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER  
 Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.	
--	--

JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO  
 Diretor Administrativo, em exercício

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 1/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca Encontro Municipal.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001.

#### RESOLVE:

Art. 1º Convocar Encontro Municipal, com o objetivo de eleger os representantes das entidades não governamentais, incluindo idosos de grupos de convivência do meio rural, urbano, trabalhadores da área do idoso e que desenvolvam projetos ou programas voltados ao atendimento destes para integrar o Conselho Municipal do Idoso – CMI, com mandato de 2016 a 2018.

Art. 2º O Encontro de que trata o art. 1º deste Edital será realizado no dia 11 de março de 2016, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Leonel Mosele, 96, Centro, Concórdia, SC.

Art. 3º Fica constituída Comissão Organizadora com a incumbência de viabilizar os procedimentos necessários à realização do Encontro.

Art. 4º Ficam designadas, para integrar a Comissão de que trata o art. 3º deste Edital, as seguintes pessoas:

I – Presidente: ZELIR SALETE DALLA ROSA;

II – membros:

a) MELANIA POLINA ARGENTON;

b) JELLIDE BOSIO MARTINI;

c) MARISETE PAZ DE OLIVEIRA;

d) JOSE FUNEZ.

Art. 5º Cópia deste Edital, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação, situada na Rua Oswaldo Valentim Zandavalli, 511, Centro, Concórdia, SC, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (49) 3442 0118.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2016

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2016

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município, a liberação de recursos referente à 2ª parcela proveniente do SALÁRIO EDUCAÇÃO, no valor de R\$ 460.677,96 (quatrocentos e sessenta mil seiscentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Concórdia SC, 17 de fevereiro de 2016.

Joaquim Pedro de B. Bicca Neto Segundo  
 Secretário Municipal de Finanças

## **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2016

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso de suas atribuições legais, torna público o Primeiro Adendo ao Edital de Processo Seletivo Público nº 1/2016, de 2 de fevereiro de 2016.

Fica acrescida a expressão "Educação Física" na alínea "a" do subitem 1.1.2. do item 1. Das Vagas.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia,  
aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

## **LEI ORDINARIA Nº 4846** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.846, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza abertura de crédito suplementar e especial; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia, em exercício.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.361.0019.2015 Ações do Ensino Fundamental – FUNDEB  
Elemento 3.1.90.00.00.00.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.180000 Transferências do FUNDEB 60% R\$ 282.362,27  
Unidade Orçamentária 06.04 Educação Infantil  
Projeto/Atividade 12.365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs – SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.370004 Outros Recursos do FNDE R\$ 50.000,00

TOTAL ANULADO R\$ 332.362,27.

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.0361.0025.1004 Ações do Ensino Fundamental Convênios – SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 01.370004 Outros Recursos do FNDE R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2013 Ações da Administração

Escolar – SEMED

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 01.190000 Transferências do FUNDEB 40% R\$ 282.362,27

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 332.362,27.

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2015, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração  
Projeto/Atividade 04.0122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON – SEMAD  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.800000 Outras Especificações – PROCON – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 34.248,81

Órgão 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária 06.02 Ensino Fundamental  
Projeto/Atividade 12.0361.0025.1004 Ações do Ensino Fundamental Convênios – SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.370004 Outros Recursos do FNDE – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 206.712,81  
Fonte de Recursos 03.360000 Salário Educação – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 290.016,17  
Projeto/Atividade 12.0365.0025.1007 Modernização e Organização Administrativa – CMEIs SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.370004 Outros Recursos do FNDE – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 249.571,92  
Fonte de Recursos 03.360000 Salário Educação – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 50.000,00  
Projeto/Atividade 12.0361.0019.2017 Ações do Ensino Fundamental – SEMED  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.010000 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos da Educação – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 550.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde  
Projeto/Atividade 10.0301.0061.2102 Ações de Atenção Básica – FMS  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.020000 Receita de Impostos de Saúde – Superávit do  
Exercício Anterior R\$ 200.000,00  
Projeto/Atividade 10.0304.0063.2104 Ações de Vigilância em Saúde – FMS  
Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas  
Fonte de Recursos 03.380004 Vigilância em Saúde R\$ 145.000,00

Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social  
Projeto/Atividade 08.0122.0067.2201 Manutenção das



**Atividades-Meio do FMAS**

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350012 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa de Aprimoramento de Rede – Superávit do Exercício Anterior R\$ 351,28

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350005 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa IGD SUAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 5.677,37

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350004 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAIF – Superávit do Exercício Anterior R\$ 18.220,38

Projeto/Atividade 08.0244.0068.2202 Proteção Social Básica – CRAS – FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350006 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAIF – Superávit do Exercício Anterior R\$ 42.671,17

Fonte de Recursos 03.350010 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa BPC na Escola – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.178,28

Fonte de Recursos 03.350007 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa ACESSUAS – Superávit do Exercício Anterior R\$ 71.355,73

Fonte de Recursos 03.610001 Transferência de Convênio- Estado/ Assistência Social – Programa Benefícios Eventuais – Superávit do Exercício Anterior R\$ 15,49

Fonte de Recursos 03.610002 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Básica Custeio/Investimento – Superávit do Exercício Anterior R\$ 4.642,89

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 21.425,09

Fonte de Recursos 03.350009 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Bolsa Família – Superávit do Exercício Anterior R\$ 30.786,99

Fonte de Recursos 03.610002 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Básica Custeio/Investimento – Superávit do Exercício Anterior R\$ 36.716,19

Projeto/Atividade 08.244.0069.2203 Proteção Social Especial de Média Complexidade – FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350003 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa PAEFI – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 20.831,36

Fonte de Recursos 03.350002 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Ações Estratégicas do PETI – Superávit do Exercício Anterior R\$ 9.455,14

Fonte de Recursos 03.000001 Recursos Ordinários – PMC – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 2.998,05

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições privadas sem fins lucrativos

Fonte de Recursos 03.350001 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Serviço PSE Pessoas com Deficiência, Idosas e Famílias – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 6.036,75

Projeto/Atividade 08.244.0070.2204 Proteção Social Especial de Alta Complexidade – FMAS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.350008 Transferência do Sistema Único de Assistência Social – Programa Criança Adolescente – Superávit do Exercício Anterior R\$ 33.106,86

Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Abrigo – Superávit do Exercício Anterior R\$ 1.940,73

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.610004 Transferência de Convênio – Estado/ Assistência Social – Programa Abrigo – Superávit do Exercício Anterior R\$ 20,21

**Órgão 17 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES**

Unidade Orçamentária 17.01 Fundação Municipal de Esportes

Projeto/Atividade 27.0122.0080.2454 Manutenção do Centro de Convivência – FMEC

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 06.000000 Recursos Ordinários – Superávit do Exercício Anterior R\$ 7.077,86

**Órgão 18 FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 18.01 Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 18.0541.0082.2503 Melhoria Ambiental com Medidas Mitigatórias e Compensatórias – FUMDEMA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 03.000001 Recurso Ordinários – Prefeitura – Superávit do

Exercício Anterior R\$ 200.000,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 2.246.057,53.**

Art. 4º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.573, de 20 de setembro de 2013; 4.766, de 1º de junho de 2015 e 4.835, de 18 de dezembro de 2015, as ações mencionadas nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEURI ANTONIO SANTHIER

Prefeito Municipal, em exercício

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA Secretária Municipal de Administração	JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO Secretário Municipal de Finanças
---	--

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de fevereiro de 2016.	
--	--

**JOÃO PARAGUAÇU CARDOSO**

Diretor Administrativo, em exercício

**PORTARIA Nº 24/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 24/2016, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a CI nº 011, da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural

e Meio Ambiente, protocolizada sob nº 1157/2016, em 21 de janeiro de 2016.

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar, até 31 de dezembro de 2016, o horário especial de trabalho do servidor FABIO DILMAR XAVIER ACOSTA, ocupante do cargo de Médico Veterinário, fixado pela Portaria nº 13/2014, de 20 de janeiro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o horário especial de trabalho do servidor ANDRE RIVADAVIA ALVES, ocupante do cargo de Médico Veterinário.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 25/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 25/2016, DE 29 DE JANEIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – AGENOR NEOTTI, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2016;

II – AIRTON DAL BELLO, ocupante do cargo de Encarregado da Seção de Patrimônio, no período de 1º a 7 de fevereiro de 2016;

III – ANDERSON DAL PRA DAL VESCO, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2016;

IV – CLAIR SALETE POLETO, ocupante do cargo de Pedagogo, no período de 1º a 14 de fevereiro de 2016;

V – DANIELE ELIZA BONASSI FRONZA, ocupante do cargo de Farmacêutico, no período vespertino do dia 28 de janeiro de 2016;

VI – DARINE GRACIELE POTTRATZ, ocupante do cargo de Assistente Social, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2016;

VII - MARCIA ROSELI CORDEIRO DE SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, no período matutino do dia 26 de janeiro de 2016;

VIII – NILVA JUNG SCHELL, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 1º a 15 de fevereiro de 2016;

IX – ORELIO STORCHIO, ocupante do cargo de Diretor de Urbanismo, no período de 1º a 14 de fevereiro de 2016;

X – OTAVIO MARQUES DE MELO, ocupante do cargo de Diretor Tributário, nos dias 1º e 2 de fevereiro de 2016;

XI – TUANY ANDIARA ROSSAROLLA GONÇALVES KLEIN, ocupante do cargo de Responsável do Setor Administrativo, no período de 10 a 15 de fevereiro de 2016;

XII – VANDERLEI JOSE DE LIMA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76325-02, no período de 1º a 7 de fevereiro de 2016;

XIII – VILMAR DUARTE, ocupante do cargo de Responsável do Setor de Serviços Urbanos, a partir de 16 de fevereiro de 2016;

XIV – VIVIANE BORDIN MISSIO, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, no período de 1º a 7 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 26/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 26/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 128, II e § 2º, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, nas Leis nºs. 3.255, de 18 de abril de 2001 e alterações e 4.590, de 29 de outubro de 2013, e no Termo Aditivo ao Convênio de Cooperação Técnica nº 14/2014, de 5 de novembro de 2015, celebrado entre a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC e o Município de Concórdia.

**RESOLVE :**

Art. 1º Prorrogar, até 9 de dezembro de 2016, a cedência do servidor ANDRE RIVADAVIA ALVES, ocupante do cargo de Médico Veterinário, 35 (trinta e cinco) horas semanais, para desempenhar suas funções na Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, com ônus da remuneração ao Município, objeto da Portaria nº 220/2015, de 21 de dezembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 27/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 27/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de revisar e sistematizar a Proposta Curricular da Secretaria Municipal de

## Educação.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, as seguintes pessoas:

## I – Arte:

- a) CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND;
- b) CATI FERRI;
- c) GLAUCIA MARIA FERASO;
- d) MAURA PIERINA BACCIN;
- e) REJANE BASSEGGIO NESI;
- f) SUZANA DE ALMEIDA TAGLIARI;

## II – Xadrez:

- a) DAIANE CHIAPETTI;
- b) ELIANE SALETE BARP;
- c) GILSON WIGGERS;
- d) ROMIELE FRIEBEL;
- e) VALERIA SGANZERLA ZWIRTES;

## III – Língua Espanhola/Italiana:

- a) DIVANIA INEZ BOTECA CASADEI;
- b) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;
- c) GENOIR CONTE;
- d) MAIARA FERNANDA TITON;
- e) MARIZE APARECIDA MACHADO DA SILVEIRA DA ROSA;
- f) VANESSA FRIZON;

## IV – Ciências:

- a) EDINA DE SOUZA DA SILVA;
- b) EMERSON RODRIGO KOCH;
- c) FRANCIELE BARATO;
- d) IEDA SALETE PAGLIOCHI;
- e) MARCIA DE BONA LAZZARI;

## V – História:

- a) CLEONICE BISON;
- b) MONICA REGINA KNOBLAUCH;
- c) TEREZINHA PAGOTO;

## VI – Geografia:

- a) CRISTIANE THOME CAVALLI;

## VII – Ensino Religioso:

- a) CRISTIANE THOME CAVALLI;
- b) SERGIO ROBERTO COMASSETTO;

## VIII – Educação Especial:

- a) ARIANE BONATTO MUNARETTO;
- b) DENISE CLARA SCHUCK;
- c) IARA ELIANE SAATKAMP WUNDER;
- d) LACITA CRISTINA MAESTRI AMANT;
- e) NATALIA SILVEIRA LIMA;

## IX – Literatura Dramatizada:

- a) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;
- b) IVETE PRESOTTO COLOSSI;
- c) MIRACI APARECIDA CALZA FALKOSKI;
- d) SILVIA BERNARDI KAIBER;
- e) VANESSA CRISTINA CMIEL;
- f) VANESSA FRIZON;

## X – Matemática:

- a) ALINE LABA DE SOUZA PINTO;
- b) MARILEI FIORENTIN BOSETTI;
- c) NILSE DE LOURDES ZAGONEL RUBINI;
- d) ODAIR CERON;
- e) VANI TEREZINHA LOCATELLI MAJESKI;

## XI – Língua Portuguesa:

- a) ADRIANA RUPPENTHAL;
- b) DANIELE PEGORER FAZZIONI;
- c) FLAVIA ROSANE CAMILLO TIBOLLA;
- d) JANE CATARINA GRANDO;

## XII – Educação Física:

- a) ADRIANA PRETTO PAVAN;
- b) ALUANA COSTA;
- c) DIOLAINÉ SUZIN CAMARGO;
- d) ELISANDRA GOZZI;
- e) FABIANA ROMAN BISON;
- f) MARCIA CASAGRANDE;
- g) MARLENE LUISA LANZARIN;

h) TAYSON SANDER BASEGGIO;

XIII – Escolas do Campo:

a) ANGELICA PEDROTE;

b) EVA LUCIANA DE MOURA;

c) FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

d) MARCIA LISIANA SAATKAMP LAWRENZ;

e) MARIA LUIZA ALVES FAVARETTO;

f) MERLI THOME;

g) VANESSA FRIZON;

XIV – Educação de Jovens e Adultos:

a) CLEUNICE IVANA FINGER DE SOUZA;

b) CLEUZA BEATRIZ SPANHOL;

c) IDIONE MARIA PANSERA DA SILVA;

d) IVANDRO JOSE PISSOLO;

e) LILIAN CECCHET;

f) MARCIA FARINELLA SOARES DE CAMPOS;

g) NELIR DALLA COSTA;

h) RAQUEL CELESTE FAZOLO;

i) TIAGO BESEN;

j) WILLIAN SCARIOT;

XV – Pré-escola I:

a) ILKA SIEBAUER DE AZEREDO E SILVA;

b) IVANETE PRIOR VIVAN;

c) MARINES FATIMA COLOMBO;

d) SOLANGE BARTH PARAVIZI;

XVI – Pré-escola II:

a) ELIS BLANK;

b) LETICIA SAVARIS;

c) NADIA DIRLEI REDECKER;

d) SANDRA MARIA CECCHI;

e) VANIA BALBINOT BERNARDI;

XVII – 1º ano:

a) CATIA TERESINHA FAVERO BIAZZI;

b) ELISABETE REGINA SANTORI GASPARIN;

c) JOISE CARLA FINGER;

d) LOIRI ZERBIELLI BREITENBACH;

e) MARA LUCIA KUNTZE;

f) VANIA ANGELINA BIESUS;

XVIII – 2º ano:

a) FRANCIELI GUGEL VARELA;

b) IVANIR TEREZINHA DALMOLIN DAHMER;

c) LAURILEI SALETE GHIDORSI;

d) LEONICE TEREZINHA DE OLIVEIRA;

e) ZOLEIDE EMA HEEMANN DIERSMANN;

XIX – 3º ano:

a) FERNANDA SCHNEIDER;

b) MARISETE MACHADO KERN;

c) MARISTELA MACIEL;

d) MIRIA FATIMA RAFALOSKI;

e) NELSI SEHN;

XX – 4º ano:

a) ANDREIA CADORIN SCHIAVINI;

b) DAIANE FRIGO;

c) SIMONE LAZAROTTO;

d) ZELZA DIAS DE SIQUEIRA BRANDÃO;

XXI – 5º ano:

a) MARCIA SALETE BOMM LAZZARIN;

b) MARIA APARECIDA RIBEIRO DE SOUSA HASSEMER;

c) SIRIA NAIR SAVOLDI DE MATTOS;

d) TANIA MARIA MARCHETTI DALLA COSTA;

e) TERESINHA RUBERT ZOLETTI;

XXII – Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI – Grupo I:

a) ELIANE FRANCHINI;

b) ELIANE SCHEFFER POZZO;

c) FRANCIELE ELISABETH GERNHARDT;

d) INDIANARA ZAGONEL DE SOUZA BEGNINI;

e) MARILUCI GOMES DE ANDRADE;

f) SIRLEI FERREIRA LONGO BORTOLI;

g) VALDIRENE CLAIRE GUGEL;

XXIII – CMEI – Grupo II:

- a) ALEXANDRA CARINE SIMON;
- b) ELAINE SOARES LAZARIN;
- c) GISELI ADRIANA FERREIRA;
- d) JANIA PAULA BONASSI BET;
- e) MARIA EVA CLIMACO VARELA FREITAG;
- f) ROSELIA DE SOUZA;

XXIV – CMEI – Grupo III:

- a) EDIMAR GUGEL;
- b) ELIANE KUHN LEVANDOVSKI;
- c) KAREN SANDRA MAGEDANS WILSKÉ;
- d) PATRICIA LUANA ZAIONS;
- e) ROSANE DICK HERMES;
- f) ROSMARI EBERTS ZARDINELLO;

XXV – CMEI – Grupo IV:

- a) ALINE RISSO;
- b) CARLA ADRIANE FAZZIONE RAMÃO;
- c) DERCELI MARIA BISOLO ALLIEVI;
- d) ELIS REGINA FRACASSO;
- e) GEIZA NOEMI TEDESCO;
- f) MARISA ALINE MAGEDANS PEDROTTI;
- g) SAIURI SUELEN MARCHETTI.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 28/2016**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 28/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013.  
RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o Calendário Fiscal para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação asfáltica em trechos das Ruas Santa Andréia, Malásia, "A" do Loteamento Bom Jesus e Waldomiro Colombo/Travessa João Zampronio, de que trata o Edital nº 6/2015, prevista no art. 130 e seguintes do Código Tributário Municipal, conforme tabela abaixo:

Parcelas	Única	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela	5ª parcela
Vencimentos	10.3.2016	10.3.2016	10.4.2016	10.5.2016	10.6.2016	10.7.2016
6ª parcela	7ª parcela	8ª parcela	9ª parcela	10ª parcela	11ª parcela	12ª parcela
10.8.2016	10.9.2016	10.10.2016	10.11.2016	10.12.2016	10.1.2017	10.2.2017
13ª parcela	14ª parcela	15ª parcela	16ª parcela	17ª parcela	18ª parcela	19ª parcela

10.3.2017	10.4.2017	10.5.2017	10.6.2017	10.7.2017	10.8.2017	10.9.2017
20ª parcela	21ª parcela	22ª parcela	23ª parcela	24ª parcela	25ª parcela	26ª parcela
10.10.2017	10.11.2017	10.12.2017	10.1.2018	10.2.2018	10.3.2018	10.4.2018
27ª parcela	28ª parcela	29ª parcela	30ª parcela	31ª parcela	32ª parcela	33ª parcela
10.5.2018	10.6.2018	10.7.2018	10.8.2018	10.9.2018	10.10.2018	10.11.2018
34ª parcela	35ª parcela		36ª parcela			
10.12.2018	10.1.2019		10.2.2019			

Parágrafo único. Quando o vencimento da parcela ocorrer em dia não útil, será prorrogado para o primeiro dia útil posterior.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 29/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 29/2016, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

RESOLVE:

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DIRCE SALETE URBANSKI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no dia 1º fevereiro de 2016;

II – JULIANA SALETE ROSSETTO, ocupante do cargo de Controladora da Divisão de Logística Administrativa, no período matutino do dia 26 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 30/2016** MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 30/2016, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Educação, na CI SEMED 286, protocolizada em 2 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o inciso XLIII do art. 1º da Portaria nº 3/2016, de 4 de janeiro de 2016, que convoca o servidor NEUDI MIGUEL RAYMUNDI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, em gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de janeiro de 2016.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração



**PORTARIA Nº 31/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 31/2016, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar as servidoras abaixo relacionadas, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I – DIRLENE DE TONI, ocupante do cargo de Diretora de Acompanhamento de Processos, a partir de 17 de fevereiro de 2016;

II – LEONI STUMPF, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, no período de 4 a 17 de fevereiro de 2016;

III – MARISETE DA SILVA, ocupante do cargo de Encarregada da Seção de Atendimento ao Público, a partir de 16 de fevereiro de 2016;

IV – NADIR SIRLEI BLOCH, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, no período de 4 a 12 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 32/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 32/2016, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- as informações contidas no processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 21821/2015, em 11 de novembro de 2015, do qual se extrai que as servidoras SIMONE MAIA MORAES SOARES, ELENICE DE CARLI FORNARI, DANUZA PALINSKI, ELISA WIEDERKEHR, ADRIANA DE OLIVEIRA e CLADIR PADOAN ROSSI, em tese, mantiveram atitudes inapropriadas no Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI Regina Piola;
- que as servidoras infringiram, em tese, o disposto no art. 151, I, V, VI, IX, X e XI, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;
- o Parecer nº 110/2016, da Assessoria Jurídica do Município, no sentido de instauração de Sindicância;
- que, se comprovada a culpabilidade das servidoras, as mesmas poderão sujeitar-se à penalidade prevista no art. 163, I, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo as servidoras SIMONE MAIA MORAES SOARES,

DANUZA PALINSKI, ELISA WIEDERKEHR, ADRIANA DE OLIVEIRA, ocupantes do cargo de Auxiliar de Creche, e ELENICE DE CARLI FORNARI, código 10.12, matrícula 101940-00 e CLADIR PADOAN ROSSI, código 10.12, matrículas 52540-03 e 52540-10, ocupantes do cargo de Professor.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face da presente Sindicância:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: ANGELA MARLOVA SPERANDIO, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

III – vogais:

a) CARLOS ALBERTO BROCH, ocupante do cargo de Contador Adjunto;

b) ELISANGELA DE SOUZA STRINGHINI, ocupante do cargo de Agente de Controle Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 33/2016**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 33/2016, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 847/2013, de 13 de setembro de 2013, c/c o disposto na Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, art. 177 e seguintes e no Decreto nº 3.516, de 6 de julho de 1994, e considerando:

- o processo protocolizado na Secretaria Municipal de Administração sob nº 24850/2015, em 23 de dezembro de 2015, do qual se extrai que a servidora SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES deixou de comparecer ao trabalho por vários dias;

- que a servidora infringiu, em tese, o disposto no art. 151, I a IV e X, ausentando-se do serviço sem autorização do superior, e vindo a proceder de forma desidiosa, o que é proibido, nos termos do art. 152, I e XIII, ambos da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações;

- o Parecer da Assessoria Jurídica, no sentido de instauração de Processo Administrativo Disciplinar;

- que, se comprovada a culpabilidade da servidora, a mesma poderá sujeitar-se à penalidade prevista no art. 168, XIV, da Lei Complementar nº 90/1994 e alterações.

**RESOLVE:**

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora SANDRA MARIA CARNIEL GONÇALVES, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional – GO.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para proceder à tomada de depoimentos e demais providências que julgarem oportunas, em face do presente Processo Administrativo Disciplinar:

I – presidente: LENIR GENILSE MOLOSSI COMIN, servidora estável,

ocupante do cargo de Oficial Administrativo, Grupo Ocupacional Especialista – GE;

II – secretária: HILDA CAMINI, servidora estável, ocupante do cargo de Contador;

III – vogal: MARTA CORRADI, servidora estável, ocupante do cargo de Agente Administrativo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 3/2015**

Termo nº 4/2015

Processo nº 7056/2015

#### **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO Nº 3/2015**

Aos 10 dias do mês de dezembro de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI, doravante denominado MUNICÍPIO e a ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE TRÊS DE OUTUBRO, inscrita no CNPJ sob nº 08.199.502/0001-03, com sede em Três de Outubro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor VALDIR PERETTI, inscrito no CPF sob nº 580.558.789-00, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada AUTORIZADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Autorização de Uso Gratuito nº 3/2015, de 23 de julho de 2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica revogado o inciso III da Cláusula Primeira – Do Objeto, do Termo que a este dá causa.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

Ratificadas as demais cláusulas do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia, SC, 10 de dezembro de 2015.

JOÃO GIRARDI Prefeito Municipal	VALDIR PERETTI Presidente da Associação de Agricultores de Três de Outubro
------------------------------------	--

Testemunhas:

- |                     |                    |
|---------------------|--------------------|
| 1.<br>Nome:<br>CPF: | 2.<br>Nome<br>CPF: |
|---------------------|--------------------|

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N. 106/2016

DECRETO Nº106/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal Sra. SOLANGE MARIA D. LANZARIN ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 06/03/2014 a 05/03/2015, que serão gozadas a partir de 15/03/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

SOLANGE MARIA D. LANZARIN Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 107/2016

DECRETO Nº107/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal Sra. LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 06/02/2014 a 05/02/2015, que serão gozadas a partir de 09/03/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 108/2016

DECRETO Nº108/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal Sra. MARCIA ZANETTE, ocupante do cargo de Assistente de Farmácia, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/02/2014 a 31/01/2015, que serão gozadas a partir de 22/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI  
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO  
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

MARCIA ZANETTE Ciente em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016

### DECRETO N. 109/2016

DECRETO Nº109/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

## DECRETA

Art. 1º Conceder a Servidora Municipal Sra. ADRIANA DE CEZARO MORESCO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos Obras e Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal da Administração, Fazenda e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 06/10/2014 a 05/10/2015, que serão gozadas a partir de 29/02/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de fevereiro de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

ADRIANA DE CEZARO MORESCO Ciente em \_\_\_\_/ \_\_\_\_/2016

**DECRETO N. 110/2016**

DECRETO Nº110/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CLODOALDO BRIANCINI, Prefeito Municipal em Exercício de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

## DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. ALAN F. FAVARETO, ocupante do cargo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 16/02/2016.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de fevereiro de 2016.

CLODOALDO BRIANCINI

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO CONTRATOS Nº 10 E 11/2016**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2016

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Valor: Valor total de R\$ R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais), em 10

(dez) parcelas, no valor de R\$ 1.101,00 (um mil cento e um reais).

Vigência: 31/12/2016

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2016

Contratado: TIAGO DE MACEDO 05436556957

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço como professor para oficina de capoeira, abrangendo crianças e adolescentes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos do município de Coronel Freitas com carga horária de 8 (oito) horas semanais.

Valor: R\$ 14.933,30 (Quatorze mil novecentos e trinta e três reais e trinta centavos) durante o ano de 2016, sendo R\$ 1.493,33 (um mil, quatrocentos e noventa e três reais e trinta e três centavos) mensal.

Vigência: 31/12/2016

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 002/2016

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 002/2016  
MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: PMCM 002/2016  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/01/2016

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa para realização de shows e animação de bailes com os seguintes artistas:

Dia 06 /03/2016

1) Show com CLASSY (banda e bailarinos), tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 19h30min e término às 21h30min.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de março de 2016.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

- a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;
- b) Por livre acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais decorrentes do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 13.343.019/0001-82

CONTRATADA: REGINATTO SHOWS E EVENTOS LTDA ME

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 003 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 003 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: PMCM 003/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/02/2016

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa com fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação para a realização de shows e animação de bailes com os seguintes artistas:

Dia 04/03/2016

1) Show gospel com SAMARA LIMA, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 19h30min.

2) Show com o grupo SOCIAL SWING HOUSE, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 20h30min.

Dia 05/03/2016

1) Show com a dupla ANDRÉ E CRISTIANO, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 21h00min.

2) Show com a banda OS PIRILAMPÓS, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 22h30min.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de março de 2016.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

- a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;

b) Por livre acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais decorrentes do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 20.457.555/0001-74

CONTRATADA: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO ME

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 004 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 004 DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: PMCM 004/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 25/02/2016

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de empresa com fornecimento e instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação para a realização de shows e animação de bailes com os seguintes artistas:

Dia 06/03/2016

1) SHOW NACIONAL com a dupla MATOGROSSO E MATHIAS, tendo como local a Praça Pública Municipal, com início às 21h30min.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA CONTRATUAL E REAJUSTE DE PREÇOS

1. A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 31 de março de 2016.

2. O presente contrato poderá ser prorrogado em duas hipóteses:

- a) Por conveniência e interesse da Administração Pública;
- b) Por livre acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO COMPETENTE

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para adoção de medidas judiciais decorrentes do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 17.796.451/0001-80

CONTRATADA: B4 PRODUÇÕES ARTÍSTICAS EIRELI

### ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 005 DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 005 DE 28 DE JANEIRO DE 2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 005/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 28/01/2016

OBJETO DO CONTRATO: Apresentação Cultural da Orquestra Municipal de Violões de Itapiranga, no evento VI FEXPOCEL.

HORÁRIO: Das 19:00 às 20:15 Hrs



LOCAL: Praça Pública Municipal Otto May  
DATA: 05/03/2016  
VALOR: R\$ 5.970,00

Fica eleito o foro da comarca de Itapiranga/SC para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes deste contrato.

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 18.141.873/0001-80  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DA ORQUESTRA MUNICIPAL DE VIOLÕES DE ITAPIRANGA.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 007 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO 007 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 007/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 29/01/2016

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviço de instalação e fornecimento de link para acesso a internet através de fibra óptica para as Secretarias e demais Departamentos Municipais, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Anexo I – Lista de Itens, do edital de Processo Licitatório nº 002/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente Contrato tem início na data de sua assinatura e término em 01 de fevereiro de 2017, podendo ser prorrogado em caso de necessidade em conformidade com o Edital de Licitação Modalidade Pregão Presencial nº 002/2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO COMPETENTE**

Fica eleito o foro da Comarca de São Domingos - SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 00.744.497/0001-52  
CONTRATADO: SABER INFORMÁTICA LTDA

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 001/2016.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 001/2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 001/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC (CNPJ 01.336.261/0001-40) E O MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS/SC (CNPJ 95.993.093/0001-09).

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Coronel Martins, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense – AMNOROESTE, em conformidade com as

diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 002/2016.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 002/2016.

MÊS/ANO: JANEIRO/2016 NÚMERO CONTRATO: 002/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 04/01/2016

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato de Rateio é assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município de Coronel Martins, integrante da Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense – AMNOROESTE, em conformidade com as diretrizes do SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra-referência.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou procedimentos relacionados com o cumprimento deste contrato.

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 01.336.261/0001-40

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC.

**ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 003/2016.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONTRATO DE RATEIO PMCM FUNSAU Nº 003/2016.

MÊS/ANO: SETEMBRO/2015 NÚMERO CONTRATO: 003/2016

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 22/09/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Constitui objeto deste contrato o repasse de recursos financeiros destinados ao custeio dos projetos e atividades desenvolvidas pelo Consórcio, para execução de suas finalidades, previstas nos art. 4º e 5º do Estatuto Social.

Parágrafo 1º. – Os recursos repassados destinar-se-ão à execução das despesas Orçamentárias do Consórcio, tais como: pagamento

de água, energia elétrica, telefone e comunicação em geral, locomoção e transporte, hospedagem, consertos e reformas, manutenção de máquinas, equipamentos, bens móveis e imóveis, impostos e taxas, materiais de expediente, limpeza permanente, contratação de serviços técnicos e especializados e outros afins.

Parágrafo 2º. – As demais despesas necessárias à consecução do objeto, não previstas no § 1º, serão custeadas com outros recursos do consórcio.

Parágrafo 3º. – Integrará a receita própria do consórcio o produto da arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sobre os proventos de qualquer natureza, retidos nos pagamentos realizados.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência é de 12 (doze) meses, iniciando-se em 01 de janeiro de 2016 e término para 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Pato Branco, estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

TIPO DE PESSOA (2/1): 2 CNPJ: 00.136.858/0001-88

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 003/2016 DE TERMO DE CESSÃO DE USO.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 003/2016 DE TERMO DE CESSÃO DE USO.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO DO TERMO DE CESSÃO DE USO: 204/2013

PMCM Nº 026/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/04/2013

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo aditivo é o Termo de Cessão de Uso nº 204/2013, o qual tem como finalidade a cessão do(s) bem(s) abaixo relacionado(s):

(01) Distribuidor de adubo orgânico líquido, modelo daolv 5000, patr. nº 16.738, série nº 08.28.374; juntamente com manual de garantias e manual de operação, manutenção e garantia.

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 82.951.336/0001-02

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 004/2016 DE TERMO DE CESSÃO DE USO.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 004/2016 DE TERMO DE CESSÃO DE USO.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO DO TERMO DE CESSÃO DE USO: 205/2013

PMCM Nº 002/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 12/04/2013

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo aditivo é o Termo de Cessão de Uso nº 205/2013, o qual tem como finalidade a cessão do(s) bem(s) abaixo relacionado(s):

(01) Trator agrícola, marca massey Ferguson, modelo mf 4275/4, diesel, 4 cilindros, 75 cv, patrimônio nº 16.595, série nº 42.75.36.38.40

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 82.951.336/0001-02

CEDENTE: SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA.

#### **ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 002/2016 DE CONTRATO DE 25 DE JANEIRO DE 2016.**

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº. 002/2016 DE CONTRATO DE 25 DE JANEIRO DE 2016.

MÊS/ANO: ABRIL/2013. NÚMERO CONTRATO: 010/2013

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 03/04/2013

Celebram o QUARTO TERMO ADITIVO ao Contrato nº 010/2013, firmado em 03 de abril de 2013, originário do Edital do Processo Licitatório-Modalidade Pregão Presencial FUNSAU n. 003/2013, tipo menor preço por item e presencial e demais legislação aplicável, conforme condições abaixo estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR

O valor mensal pela prestação dos serviços fica reajustado em 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimos por cento), a partir de 1º de fevereiro de 2016, o equivalente ao Índice Geral de Preços de Mercado (IGP- M) acumulado nos últimos 12 (doze) meses, passando de R\$ 7.720,83 (sete mil setecentos e vinte reais e oitenta e três centavos) mensais, para R\$ 8.534,60 (oito mil quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta centavos) mensais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Ficam rerratificadas e inalteradas as demais Cláusulas e condições estabelecidas do Contrato-Mãe, que antecedeu a este Termo Aditivo.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Dr. Julcemar Comachio OAB/SC n. 18.445

TIPO PESSOA(1/2): 2 CNPJ: 07.100.523/0001-59

CONTRATADO: CLÍNICA DE DIAGNÓSTICO SCARIOTI & LONGO LTDA EPP.

#### **AVISO PÚBLICO Nº 002/2016 ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

AVISO PÚBLICO Nº 002/2016

ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS PARA ATUAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel Martins/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Dirceu Favretto, no uso das suas atribuições, emite aviso público aos acadêmicos que desejarem inscreverem-se para atuação perante a Secretaria Municipal de Educação do Município de Coronel Martins, para o ano letivo de 2016/2017 podendo haver a rescisão antecipada do contrato. O presente Aviso Público tem prazo de validade de até 02 (dois) anos.

**1. DAS INSCRIÇÕES:**

- 1.1. As inscrições estarão abertas dos dias 18 de Fevereiro a 26 de fevereiro de 2016, das 07h45m às 11h45m, junto ao setor de Recursos Humanos no Centro Administrativo Municipal.
- 1.2. Os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:
- a) Cópia dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG e Quitação Eleitoral);
  - b) Histórico escolar ou declaração de frequência de Ensino Superior ou tecnólogo com data atualizada.
  - c) Documentos comprobatórios dos seguintes critérios de avaliação: tempo de serviço profissional no magistério e participação em cursos na área de atuação;
  - d) Comprovante de que reside no Município de Coronel Martins;
  - e) Cópia da certidão de nascimento dos filhos.

Parágrafo Único: O não atendimento das alíneas "b" e "c" afetará na pontuação dos candidatos.

**2. DAS VAGAS:**

2.3. O processo de seleção de que trata este Aviso Público visa à contratação de estagiários para o ano letivo de 2016, podendo haver a rescisão antecipada do contrato.

**2.4. Quadro de vagas:**

Função	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Habilitação
Estagiário	01	30 horas semanais	R\$ 689,17	Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou matérias específicas.
Estagiário	Cadastro de reserva	30 horas semanais	R\$ 482,09	Acadêmico cursando magistério.

**3. DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:**

- 3.1. O processo de seleção será coordenado por uma comissão nomeada através de ato do Prefeito Municipal;
- 3.2. A Comissão de Seleção será composta por um funcionário interno do Setor de Recursos Humanos e por dois profissionais nomeados pela administração.

**4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO:**

A classificação será feita de forma objetiva mediante a aplicação de pontos em relação à escolaridade, tempo de serviço e conclusão de cursos de aperfeiçoamento/atualização, conforme tabela abaixo:

Cargos	Título	Pontuação
Acadêmico cursando Ensino Superior em Pedagogia ou Matérias Específicas.	1º fase	02 pontos
	2º fase	03 pontos
	3º fase	04 pontos
	4º fase	05 pontos
	5º fase	06 pontos
	6º fase	07 pontos
	7º fase	08 pontos
	8º fase	09 pontos
	Tempo de Serviço no Magistério	0,25 pontos a cada mês, desconsiderando-se frações inferiores.
	Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento	0,25 pontos a cada 10hs (dez horas), desconsiderando-se frações inferiores.
Acadêmico cursando magistério.	1º Ano	02 pontos
	2º Ano	03 pontos
	3º Ano	04 pontos
	4º Ano	05 pontos
	Tempo de Serviço no Magistério	0,25 pontos a cada mês, desconsiderando-se frações inferiores.
	Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento	0,25 pontos a cada 10hs (dez horas), desconsiderando-se frações inferiores.

**5. DA CLASSIFICAÇÃO:**

- 5.1. Os candidatos serão classificados utilizando-se da somatória dos pontos conforme critérios do item 4;
- 5.2. Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de filhos;
- 5.3. Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade e, por fim, sorteio.

**6. DOS PRAZOS:**

- a. Inscrição: 18 de Fevereiro a 26 de Fevereiro de 2016.
- b. Divulgação do resultado final: 02 de março de 2016.

**7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

O resultado será afixado em Mural na Prefeitura Municipal de Coronel Martins-SC e divulgado no site [www.coronelmartins.sc.gov.br](http://www.coronelmartins.sc.gov.br), 02 de março de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

FICHA DE INSCRIÇÃO  
AVISO PÚBLICO Nº 002/2016

(n.º \_\_\_\_\_)

Nome do Candidato (a): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais Documentos anexos:

( ) RG ( ) CPF ( ) Comprovante de quitação eleitoral ( ) Comprovante de Escolaridade - Histórico escolar ( ) Tempo de serviço ( ) Comprovante de cursos de aperfeiçoamentos ( ) certidão de nascimento dos filhos - caso possua.

Abaixo assinado, declaro conhecer e aceitar todas as normas do Aviso Público 002/2016 da Secretaria Municipal de Educação, bem como ser de minha responsabilidade a entrega dos documentos requeridos no item 1 – Das Inscrições.

Coronel Martins/SC, \_\_\_\_ de fevereiro de 2016.

Assinatura do Candidato (a)

FICHA DE INSCRIÇÃO (via do candidato)  
AVISO PÚBLICO Nº 002/2016

(n.º \_\_\_\_\_)

Nome do Candidato (a): \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_

Cargo

Estagiário - 30 horas semanais Visto do Responsável

**DECRETO Nº 024 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 024 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

PRORROGA PRAZO PARA PAGAMENTO DE ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do sistema de Tributação para geração dos alvarás de licença do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado até o dia 14 de Março de 2016, o prazo para pagamento do Alvará de Licença e Localização, referente ao Exercício de 2016, sem a incidência de juros e/ou correção monetária aos contribuintes.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC,  
em 03 de Fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 023 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 023 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016.

ESTABELECE VALOR DA UFM - UNIDADE FISCAL MUNICIPAL DESTES MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 94, VI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando que, o valor da UFM em 2015 era de R\$ 2,48 (dois reais e quarenta e oito centavos), e a variação do INPC no período de janeiro a dezembro de 2015 foi de 11,27% (onze inteiros e vinte e sete centésimos por cento) resolve;

**DECRETAR:**

Art. 1º Fica estabelecido que, para o exercício de 2016, o valor da UFM - Unidade Fiscal Municipal deste Município de Coronel Martins, em R\$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos), conforme artigo 270 da Lei 045/1994, de 24 de Agosto de 1994, com nova redação dada pela Lei Complementar nº. 006/2003, de 14 de Abril de 2003.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 03 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº. 025 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº. 025 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELOS AVISOS PÚBLICOS PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 038/2013 de 03/12/2013 e Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista a realização de Aviso Público, para preenchimento das necessidades de pessoal, em caráter temporário no Serviço Público Municipal, resolve:

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam nomeados para comporem, sob a Presidência do primeiro, a Comissão Responsável pelos Avisos Públicos para contratação de estagiários, junto à Secretaria Municipal de Educação, os servidores a seguir relacionados:

I – Gilson Eduardo Pahl;

II – Verlani Pelisser;

III – Neiva Teresinha Ghidini;

Parágrafo único. Na ausência do Presidente fica indicado o servidor indicado no inciso II como eventual substituto.

Art. 2º A Comissão terá a competência para organizar, elaborar peças, coordenar, fiscalizar e deliberar sobre a realização do processo de Aviso Público.

Art. 3º A Comissão terá a competência para acompanhar todos os

trabalhos relativos ao Aviso Público, avaliar e encaminhar, ao final do certame, a lista dos classificados ao Chefe do Executivo para homologação do resultado, sempre de acordo com o contido no edital de Aviso Público.

Art. 4º Compete, ainda, à Comissão realizar as inscrições dos candidatos, condicionando sua aprovação ao contido no edital do Aviso Público.

Art. 5º Compete à Comissão resolver sobre os casos omissos.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 10 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER

Chefe de Gabinete

**DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO AVISO PÚBLICO Nº001/2016 ESTAGIARIA - 30 HORAS SEMANAIS**

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO

AVISO PÚBLICO Nº001/2016

ESTAGIARIA - 30 HORAS SEMANAIS

CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
DIRLEI S. BARBOZA	1º	55,50 PONTOS
BRUNA D´SANTI	2º	31,22 PONTOS
MANOELA E. FERNANDES	3º	17,65 PONTOS
DIENEFFER DE OLIVEIRA	4º	15,01 PONTOS
LUCINÉIA BIAZIN	5º	7,85 PONTOS
DHJOVANA FIN	6º	6,00 PONTOS
CARLOS A. PICCHI	7º	4,00 PONTOS

OBS: Da inscrição da Candidata Dirlei de Fatima Santetti Barboza, que apresentou maior pontuação (55,50), ficando classificada em 1º lugar, restou dúvidas quanto à avaliação da Declaração de Matrícula apresentada pela candidata. Sendo assim, a mesma será notificada para apresentar o documento com os devidos esclarecimentos no prazo de 05 (cinco) dias a contar desta data. A não apresentação do mesmo implicará no indeferimento e desclassificação da inscrição da candidata.

COMISSÃO NOMEADA PELO DECRETO Nº025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016, RESPONSÁVEL PELO AVISO PÚBLICO 001/2016.

Gilson Eduardo Pahl

Presidente da Comissão

Verlani Pelisser

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos

Neiva Teresinha Ghidini

Professora - Área IV

Coronel Martins/SC, em 17 de fevereiro de 2016.



**SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 182, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.**

SEGUNDO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATA CLASSIFICADA NO CONCURSO PÚBLICO N. 001/2015, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 182, DE 05 DE OUTUBRO DE 2015.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013, faz saber a todos, que fica convocado a se apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, às 08h00min, no dia 21 de março de 2016, para a nomeação, posse e exercício de cargo de provimento efetivo do Poder Executivo Municipal, a seguinte candidata e respectivo cargo classificado no supramencionado concurso público:

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR DO CRAS	EDITE DE OLIVEIRA DIAS	1º

A candidata supra relacionada deverá apresentar-se até o dia 17 de março de 2016, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho – CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: Brasil, ou CEF...);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes junto ao INSS;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos contados da data de 06 de novembro de 2013, no exercício da função pública, penalidade disciplinar de demissão do serviço público.

Com relação ao documento previsto no item 14 (atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo), a candidata deverá comparecer junto a Secretaria Municipal de Saúde do município de Coronel Martins localizado na Rua Araranguá, nº 51, centro, Coronel Martins/SC, telefone nº (49) 3459-0014, no dia 11 de março de 2016, às 08h00min horas, a qual será atendida para realização de consulta médica, a ser realizado por profissional contratado pelo município para tal fim, o qual poderá solicitar os exames necessários para verificar a aptidão do paciente, cujos exames ficarão a cargo de cada candidato.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo

estabelecido implicará na exclusão da candidata aprovada e convocada.

Caso a candidata, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

A candidata empossada e nomeada entrará em exercício iniciando-se o estágio probatório conforme disposições legais vigentes. O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC, em 17 de fevereiro de 2016.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal



# Correia Pinto

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 46/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 46/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0123/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE CANCHA DE ARREMATES NA LOCALIDADE DE CORREIA PINTO VELHO, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2015TR001775, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº 27 8048/2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa ALAN MARCUS BLANC & CIA LTDA

CNPJ: 08.691.549/0001-81

Valor total da obra: 521.809,42 (Quinhentos e vinte e um mil oitocentos e nove reais e quarenta e dois centavos)

Vigência: 180 dias

Correia Pinto/SC 17 de fevereiro de 2016.

MARCOS BEFFART

Prefeito Municipal e.e.

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 56/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 56/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0124/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO INVERNADINHA, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2015TR001939, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 7353/2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa CONSTRUTORA DECA LTDA

CNPJ: 05.581.992/0001-01

Valor total da obra: 126.877,07 (Cento e vinte seis mil oitocentos e setenta e sete reais e sete centavos)

Vigência: 90 dias

Correia Pinto/SC 17 de fevereiro de 2016.

MARCOS BEFFART

Prefeito Municipal e.e.

### EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 57/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 57/2015  
EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0125/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTE SOBRE O RIO TRIBUTOS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO Nº 2015TR001938, ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL – LAGES E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, PROCESSO Nº SDR27 7351/2015.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa DECC CONTRUÇÕES LTDA EPP

CNPJ: 05.004.688/0001-00

Valor total da obra: 139.472,95 (Cento e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos)

Vigência: 90 dias

Correia Pinto/SC 17 de fevereiro de 2016.

MARCOS BEFFART

Prefeito Municipal e.e.

### EXTRATO DE CONTRATO/ADITIVO DE TEMPO - PROCESSO 37/2011 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 37/2011  
EXTRATO DE CONTRATO – ADITIVO DE VALOR

Instrumento: 0239/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DO RAMO DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA REALIZAR A GESTÃO DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS PELO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO NO ANO DE 2011, CONFORME ITENS DESCRITOS NO ANEXO I DO EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa SERRANA ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Valor do aditivo: 8.153,29 mensais

Vigência: 23/04/2015 a 31/12/2015

Correia Pinto/SC 14 de maio de 2015.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

# Corupá

## PREFEITURA

### I ERRATA PREGÃO 003/2016

I - ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/16

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/16

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados I Errata referente ao Edital de Pregão Presencial nº 003/16, ficando assim determinado:

Onde se lê:

#### ANEXO I

#### QUANTITATIVOS

Item	Descrição do Material	Preço Unitário Máximo
	LTCAT/PPRA	R\$ 14.575,00
	PCMSO	R\$ 6.530,00
1	TOTAL	R\$ 11.174,00

Leia-se:

#### ANEXO I

#### QUANTITATIVOS

Item	Descrição do Material	Preço Unitário Máximo
	LTCAT/PPRA	R\$ 14.575,00
	PCMSO	R\$ 6.530,00
1	TOTAL	R\$ 21.105,00

Corupá, 17 de Fevereiro de 2016.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

### LEI Nº 2209/16

LEI Nº 2209/16

AUTORIZA A FAZER, NO ANO DE 2016, REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ENTIDADES QUE MENCIONA

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor de até R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DOS BANANICULTORES DE CORUPÁ – ASBANCO, relativo ao exercício de 2016.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no serviço de assistência técnica aos agricultores, na implantação e acompanhamento do sistema de mitigação de risco (SMR), comercialização, monitoramento de doenças nas plantas, e coleta de solo e folhas para análise.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção da Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	48.000,00
		TOTAL	48.000,00

Art. 2º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE PLANTAS ORNAMENTAIS DE CORUPÁ - APROPLANT, relativo ao exercício de 2016.

§ 1º: Os recursos serão utilizados para auxiliar no pagamento de serviços de assistência do Engenheiro Agrônomo, visitas técnicas e viagens para participar de eventos/assuntos de interesse da instituição e seus associados.

§ 2º: As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão de Meio Ambiente	
018.541.0073.2006		Manutenção da Divisão de Meio Ambiente	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor total de R\$ 151.200,00 (cento e cinquenta e um mil e duzentos reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, de Jaraguá do Sul, relativo ao exercício de 2016.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para a manutenção de ações voltadas à educação especial, nos setores de educação infantil, ensino fundamental, educação para o trabalho, programa pedagógico específico e grupo de convivência, aos portadores de deficiência mental moderada, severa e profunda, proporcionando aos mesmos, atendimento conforme suas necessidades, possibilitando assim sua integração pessoal, social, e intelectual.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção de Ensino Fundamental	
33.50.00.00.00.00	01.01.00	Aplicações Diretas	151.200,00
		TOTAL	151.200,00

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros de até R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), para a ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2016.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para os serviços de atendimento pré-hospitalar no deslocamento de pacientes, manutenção da frota, combustível, pagamento de pessoal, alimentação e manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Voluntários de Corupá..

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção da Divisão de Tesouraria, Contabilidade e Tributação	
33.50.0000	01.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	144.000,00
		TOTAL	144.000,00

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a fazer repasse de recursos financeiros, no valor de até R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de forma parcelada e de acordo com a necessidade, para o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CORUPÁ, relativo ao exercício de 2016.

§ 1º - Os recursos serão utilizados para custear despesas de serviços odontológicos fornecidos aos associados, e encargos.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente repasse financeiro correrão por conta da dotação orçamentária a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010 301 0080 2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
33.50.0000	01.02	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	6.000,00
		TOTAL	6.000,00

Art. 6º - O valor total a ser repassado poderá ser dividido em parcelas mensais, facultando ao poder executivo a liberação até o dia 10 do mês subsequente ao de sua referência.

§ 1º - O repasse de valores fica condicionado a aprovação das contas do mês que antecede.

§ 2º - A beneficiária tem o prazo de 30 dias após o recebimento do repasse anterior para prestar contas dos gastos efetuados no mês.

§ 3º - Ficam homologados os repasses feitos as entidades mencionadas relativamente ao ano de 2016, ainda que tenham sido efetuados em momento anterior a sanção da presente lei.

Art. 7º - A execução dos repasses de que trata a presente Lei deve observar os ditames da Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 a qual "estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil" e dá outras providências.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01/01/2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, 17 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **LEI Nº 2210/16**

LEI Nº 2210/16

**ALTERA OS DISPOSITIVOS QUE MENCIONA DA LEI 2135/13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes de que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º -Dá nova redação ao § 2º do artigo 1º da Lei 2135/13, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

§2º - O valor a ser repassado a título de auxílio alimentação será de no mínimo R\$ 500,00 (quinhentos reais) e no máximo de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Corupá, 17 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

## **LEI Nº 2211/16**

LEI Nº 2211/16

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá no uso de suas atribuições constitucionais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), destinados à Pavimentação de Ruas, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica o Município autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 4º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 5º Por conta do financiamento estabelecidos no Artigo 1º desta Lei, o Município pagará encargos com taxa de juros de (SELIC + 3,75) a.a, o prazo das operações é de 5 anos, 1 ano de carência mais 4 para amortização.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 17 de fevereiro de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezessete dias do mês de fevereiro de 2016.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

# Curitibanos

## CÂMARA MUNICIPAL

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

O Poder Legislativo do Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a implantação e locação de SISTEMAS DE PROCESSOS LEGISLATIVO EM PLATAFORMA WEB, COM ENVIO EM TEMPO REAL PARA O PORTAL DA CÂMARA; TRANSMISSÕES DAS SESSÕES LEGISLATIVAS EM ÁUDIO E VÍDEO; PORTAL PARA O PODER LEGISLATIVO, INTEGRANDO AS INFORMAÇÕES DO SISTEMA E ATENDENDO AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO; VOTAÇÃO ONLINE; DIÁRIO OFICIAL E CERTIFICAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS, para toda a estrutura da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, conforme quantitativos e características descritas no Termo de Referência - Anexos I do edital, com a prestação de serviços técnicos correlatos, treinamento de pessoal e acompanhamento presencial realizado por técnico especializado nas primeiras 06 (seis) sessões legislativas pós-instalação do sistema. Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 01/03/2016, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitibanos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritibanos.sc.gov.br>, link Agenda.

<http://gcm.fecam.org.br/curitibanos/agenda/index/detalhes-item/codMapaItem/33619/codItem/31299/codAgenda/276>

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC, até o dia 29/02/2016, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitibanos/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico [contabilidade@camaracuritibanos.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaracuritibanos.sc.gov.br).

A partir das 14:30 horas do dia 01/03/2016, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitibanos/SC.

Curitibanos, 17 de fevereiro de 2016.

Márcio Damiani Poletto de Souza  
Presidente

Ronaldo Spricigo  
Pregoeiro

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5515/2016 NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

DECRETO Nº 5.515/2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS CONSIDERADOS INSERVÍVEIS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril 1990:

#### DECRETA:

Art. 1º – Fica nomeada a Comissão para Avaliação dos bens imóveis: Lote Urbano nº. 1, da Gleba nº 4 do Imóvel Tracutinga, sem benfeitorias, com área de 1.728,24 m2, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 11.733; e, Lote Urbano nº. 1, da Quadra nº 3, com 1.460,00, sito a Rua Rui Barbosa, centro em Dionísio Cerqueira/SC., registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Dionísio Cerqueira/SC. sob nº. 10.098; considerados inservíveis para o Município de Dionísio Cerqueira, para posterior alienação através de licitação modalidade Leilão, constituída pelos Senhores:

Jair Barbosa, Secretário de Administração;  
Ederson Miguel Schneider, Diretor de Fiscalização e Tributação;  
Leandro Dallanora, Funcionário Público;  
Rafael Gasperin, Engenheiro Civil;  
Nei Elpidio Fin, Corretor de Imóveis;

Parágrafo Único: A presente Comissão fica sob a Presidência do Senhor Jair Barbosa.

Art. 2º – A Comissão terá o prazo de até 05 (cinco) dias prorrogado por igual período para a apresentação da relação dos bens e sua avaliação proferidas em documentos fundamentados ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo Único: Os membros da comissão terão livres acesso aos bens a serem avaliados, bem como, poderão utilizar-se de outros meios indispensáveis a determinação correta da avaliação dos bens.

Art. 3º - Os serviços prestados pela comissão ora designada serão gratuitos e considerados como relevante serviço prestado a Comunidade Cerqueirense.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JEFERSON JONAS ÁVILA  
Secretário Municipal

### DECRETO Nº 5516 2016 NOMEIA MEMBROS CONSELHO DE TRÂNSITO CERQUEIRENSE

DECRETO Nº 5.516/2016.

NOMEIA MEMBROS CONSELHO DE TRÂNSITO CERQUEIRENSE – CONTRACER, DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril 1990 e Lei Municipal 3941/2009,

#### DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Trânsito Cerqueirense - CONTRACER órgão da Administração Municipal do Município, composta dos membros abaixo descritos.

ENTIDADE	MEMBRO TITULAR
Secretaria Municipal de Administração	Jair Rodrigues
Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo	Anilton Haifliger
Secretaria Municipal de Educação	Fabiane Marques da Silva
Secretaria de Planejamento e Governo e Gestão	Rodrigo Maronezi
Polícia Militar de Dionísio Cerqueira	Leozir de Lima
Delegacia de Polícia Civil e Circunscrição Regional de Trânsito-CITRAN	Paulo Justen
Associação Comercial e Industrial de Dionísio Cerqueira - ASCOAGRIN	Carlos Wanderlei Porfirio
Setor de Fiscalização da Prefeitura Municipal	Ederson Miguel Schneider
Auto Escola ( Centro de Formação de Condutores )	Volmir Salvi

Art.2º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art.3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revoga-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ALTAIR CARDOSO RITTES  
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

JEFERSON JONAS ÁVILA  
Secretário Municipal



**LICITAÇÕES 2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 021/2016. Objeto: Locação de Impressoras para a Administração Municipal. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 01/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 18/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 022/2016. Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual e pré Hospitalar para o Corpo de Bombeiros de Dionísio cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 10:30 horas do dia 01/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413. Dionísio Cerqueira, 18/02/2016

Altair Rittes – Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 015/2016. Objeto: Aquisição de Materiais para utilização em pequenas reformas nas Unidades Básicas de Saúde do Município.. Entrega da documentação e propostas até as 14:00 horas do dia 01/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONISIO CERQUEIRA

**AVISO DE LICITAÇÃO**

O Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 016/2016. Objeto: Aquisição de Materiais e serviços para reformas nos veículos do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e propostas até as 15:30 horas do dia 01/03/2016 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 18/02/2016

João Stahl – Gestor do FMS.

**PORTARIA Nº 108/2016 NOMEIA AUTORIDADE DE TRÂNSITO**

Portaria nº. 108, de 16 de fevereiro de 2016.

NOMEIA A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas constitucionais e legais vigentes,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas

administrativas cabíveis; e,

Considerando o relevante interesse público municipal na questão do trânsito neste Ente Federado,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica nomeado o servidor municipal RODRIGO MARONEZI, responsável pelo ÓRGÃO EXECUTIVO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dionísio Cerqueira, 16 de fevereiro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 116/2016 NOMEIA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES –JARI**

Portaria nº. \_\_\_\_/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES –JARI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas constitucionais e legais vigentes,

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para constituição da Junta Administrativa de Recursos de Infrações-JARI:

I – Nome: Rodrigo Maronezi

Suplente: Jair Barbosa

II - Nome: Leozir de Lima

Suplente: Gilmar Hart

III - Nome: Volmir Salvi

Suplente: Paulo Justen

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dionísio Cerqueira, 17 de fevereiro de 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### ADITIVO 3 IRES CARMIGNAN

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Locatário: Município de Faxinal dos Guedes  
Locador: Ires Salete Carmignan  
Objeto: Locação de imóvel destinado as atividades do programa crescer e ser coordenado pela secretaria de assistência social.  
Número do Contrato: 0016/2013  
Terceiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência e valor  
Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0019/2013 na Modalidade Dispensa de Licitação nº 0004/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 12 de fevereiro de 2016

DERLY JOSÉ TAFFAREL  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

### CONTRATO 00392016 AUTENTICAÇÃO IPTU

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0039/2016  
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Caixa Econômica Federal  
Objeto: Registro de preços para a contratação de instituição financeira para realizar a autenticação de tarifas bancárias para cobrança de IPTU, para o município de Faxinal dos Guedes.  
Valor: R\$ 12.250,00 (doze mil duzentos e cinquenta reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0009/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016  
DERLY JOSÉ TAFFAREL  
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

### EXTRATOS DIVERSOS\_1 MATERIAL HIG., E LIMP. EDUCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0028/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Adeval Bike Papelaria E Bazar Ltda Epp  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 24.102,00 (vinte e quatro mil cento e dois reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0029/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: AP Oeste Distribuidora e Comércio de alimentos Ltda Epp  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 9.535,00 (nove mil quinhentos e trinta e cinco reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0030/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Dental Xan Comércio de Produtos Hospitalares Ltda Epp  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0031/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia Ltda Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 35.744,00 (trinta e cinco mil setecentos e quarenta e quatro reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0032/2016

Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Marcelo Canello Me.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 2.463,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e três reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0033/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Mercado Kaeka Ltda Me.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 21.202,50 (vinte e um mil duzentos e dois reais e cinquenta centavos).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0034/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Nutri SC Comércio de Alimentos Ltda Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 17.415,00 (dezesete mil quatrocentos e quinze reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0035/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 39.963,30 (trinta e nove mil novecentos e sessenta e três reais e trinta centavos).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0036/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Pró Limpe Comércio de Produtos de Limpeza Ltda Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 8.090,00 (oito mil e noventa reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0037/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: Roberto Mistura Me  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 6.563,50 (seis mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.  
Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES  
EXTRATO DE CONTRATO  
Contrato n.º 0038/2016  
Contratante: Fundo Mun. de Saúde de Faxinal dos Guedes  
Contratado: SCS Comércio Ltda Me.  
Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene para a rede municipal de ensino e secretaria municipal de educação.  
Valor: R\$ 15.515,00 (quinze mil quinhentos e quinze reais).  
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0008/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0004/2016.

Faxinal dos Guedes, SC, em 16 de fevereiro de 2016.  
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### **RETIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA 00012016**

ESTADO DE SANTA CATARINA – PREFEITURA MUNICIPAL DE FAXINAL DOS GUEDES  
AVISO DE EDITAL E RETIFICAÇÃO DE EDITAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA 0001/2016 – PROCESSO LICITATÓRIO 0007/2016.  
O MUNICÍPIO de Faxinal dos Guedes, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, INCLUÍDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO, COM ENTREGA PARCELADA MEDIANTE REQUISITÃO ADMINISTRATIVA, está sendo republicado a fim de atender o requisito de publicação conforme Lei 8.666/93. Faz-se também a publicação da retificação.

FICAM RETIFICADOS:

1. Item V da Habilitação; 2 Da qualificação técnica;
2. Anexo VI – Descritivo dos itens da proposta;

As demais cláusulas permanecem inalteradas.  
Os interessados poderão adquirir o edital na íntegra de segunda a sexta feira no horário de expediente da prefeitura junto ao setor de licitações situado na AV. Rio Grande do Sul, 458 centro, Faxinal dos Guedes - SC ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).  
Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Faxinal dos Guedes, 17 de fevereiro de 2016.

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 184/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial – Registro de Preços  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 184/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 06/2016  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

**OBJETO.** A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA MECÂNICA ESPECIALIZADA PARA CONserto E MANUTENÇÃO DA MAQUINA TRATOR DE ESTEIRA KOMATSU D50.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 16 de fevereiro de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

**DATA:** Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 01 de março de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

**LEGISLAÇÃO:** A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PREGOEIRO OFICIAL

### CONTRATO Nº. 015/2016

CONTRATO Nº. 015/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 08/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa JOSE DARCI CASAGRANDE 66506565934, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 13.939.963/0001-05, estabelecida na Rua Presidente Jucelino, nº. 245, na cidade de Romelândia - SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. JOSE DARCI CASAGRANDE, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 665.065.659-34, portador da Cédula de Identidade nº. 2641191, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 08/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago por hora trabalhada será de R\$ 15,00, Consideram-se os custos da atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

O prazo de prestação dos serviços é ate 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los. Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS



As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária do município durante o ano de 2016.

Os recursos financeiros serão de origem própria e, transferências constitucionais e legais.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

- Fiscalizar a execução do contrato.

#### CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Compete ao titular de cada Secretaria onde será realizado o serviço e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato o Secretario de Administração – Leandro Neuhaus.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantia da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;

- Multas;

- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;

- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.

- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;

- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.

- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;

- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;

- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;

- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

- Judicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN		JOSE DARCI CASAGRANDE
CPF: 024.900.719-39		CPF: 665.065.659-34
CEDENTE		CREDENCIADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**CONTRATO Nº. 016/2016**

CONTRATO Nº. 016/2016

CREDENCIAMENTO Nº. 08/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa TRANSPORTE & OBRAS HAAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 17.561.194/0001-05, estabelecida na Rua Getulio Vargas, nº. 146, na cidade de Romeirão - SC, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. CLOVIS ROBERTO HAAS, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 897.832.479-72, portador da Cédula de Identidade nº. 2.353.956, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

O presente contrato decorre do credenciamento nº. 08/2015 que se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, PARA MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

O valor a ser pago por hora trabalhada será de R\$ 15,00, Consideram-se os custos da atividades, incluindo quaisquer gastos ou despesas com mão de obra, equipamentos, transporte, tributos, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou despesas incidentes desta contratação.

**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO**

O prazo de prestação dos serviços é até 31 de dezembro de 2016, contados da data de assinatura do contrato que poderá ser prorrogado por igual e assim sucessivamente até 31/12/2019, na forma da legislação vigente.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO**

O Contratante mensalmente, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a consulta, observado a produção mensal de cada prestador.

- O pagamento será efetuado até o 7º (sétimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal. Os pagamentos serão realizados por meio de crédito em conta corrente.

- A pessoa física deverá apresentar a Nota Fiscal avulsa, extraída da Prefeitura de FLOR DO SERTÃO no setor de Tributação e Arrecadação e não serão aceitos recibos de pagamento.

- O Contratante reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de

submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

- No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Contratante deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los.

Por ocasião do pagamento dos serviços o Contratante procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

- No caso de nota fiscal eletrônica (NF-e) o arquivo XML deverá ser encaminhado no e-mail: tesouraria@flordosertao.sc.gov.br para fins de arquivamento e via impressa para a Secretaria.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária do município durante o ano de 2016.

Os recursos financeiros serão de origem própria e, transferências constitucionais e legais.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratada:

- Responsabilizar-se pela execução dos serviços objeto da licitação, com observância dos prazos e condições gerais fixados no Edital e seus respectivos anexos.

- Responsabilizar-se por despesas e encargos relacionados à prestação dos serviços;

- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da utilização dos equipamentos necessários aos serviços.

- Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados direta ou indiretamente à Contratante ou a terceiros.

- Observar as normas técnicas e jurídicas aplicáveis ao serviço.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

- Efetuar pagamento à contratada no prazo e forma estipulados neste contrato, mediante a entrega de Nota Fiscal.

- Fiscalizar a execução do contrato.

**CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

Qualquer modificação de forma, prazo, quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderão ser determinadas pelo Contratante mediante assinatura de Termos Aditivos.

- Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o edital e as declarações firmadas pelos contratados por ocasião do credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

Compete ao titular de cada Secretaria onde será realizado o serviço e ao Controle interno do Poder Executivo a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.



Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato o Secretario de Administração – Leandro Neuhaus.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência e inexecução contratual e, após a garantida da ampla defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- Multas;
- Rescisão unilateral do Contrato sujeitando-se a Contratada ao pagamento de indenização Contratante por perdas e danos;
- Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste - SC, pelo período de até (02) dois anos.
- Indenização à Contratante da diferença de custo para contratação de outro licitante;
- A multa será aplicada à razão de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na prestação dos serviços.
- O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.
- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:
- Retardarem a execução do procedimento de credenciamento;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração no decorrer do contrato ;
- Firmarem declarações falsas ou cometerem fraude fiscal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

A rescisão do presente contrato poderá ser:

- Determinada por ato motivado da Administração ou por inexecução do contrato;
- Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- Judicial;

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos. Efetivada a rescisão, à Contratada caberá receber o valor dos serviços prestados até a data da eventual rescisão.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Flor do Sertão - SC para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN		CLOVIS ROBERTO HAAS
CPF: 024.900.719-39		CPF: 897.832.479-72
CEDENTE		CREDENCIADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**CONTRATO Nº. 017/2016**

CONTRATO Nº. 017/2016

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa PAULO ADRIANO BORGES SANTANA KUROSAKI – EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 22.336.651/0001-90, estabelecida na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº. 1909 – Rebouças na cidade de Curitiba - PR, neste ato representado por seu Sócio Administrador, Sr. Paulo Adriano Borges Santana Kurosaki, brasileiro, do comércio, inscrito no CPF nº 884.949.509-91, portador da Cédula de Identidade nº 6.767.467-7, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

O valor a ser pago pelo Município por lentes e armações será conforme relação abaixo:

**VISÃO SIMPLES**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	UND	VS LENTE ORGÂNICA	R\$ 100,00
02	UND	VS LENTE ANTI - REFLEXO	R\$ 100,00

**ARMAÇÕES DE ÓCULOS**

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	UND	ARMAÇÃO	R\$ 100,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO**

Os produtos e serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO**

Os produtos contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de produtos entregues, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de produtos;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.32.99.0000 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita

**CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO**

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 02/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no

Termo de Credenciamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN	PAULO ADRIANO BORGES SANTANA KUROSAKI
CPF: 024.900.719-39	CPF: 897.832.479-72
CEDENTE	CREDENCIADO

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

#### CONTRATO Nº. 018/2016

CONTRATO Nº. 018/2016

CREDENCIAMENTO Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogério Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa RELOJOARIA E ÓPTICA MARAVILHA LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.230.219-0002-95, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 534 na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado por sua Sócia Administradora, Sra. Loiva Maria Federizzi, brasileira, do comércio, inscrita no CPF nº 899.036.689-53, portadora da Cédula de Identidade nº 1.494.860, doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objetivo CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA FORNECIMENTO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA ÓCULOS DE GRAU PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA O ANO DE 2016.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O valor a ser pago pelo Município por lentes e armações será conforme relação abaixo:

##### VISÃO SIMPLES

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	UND	VS LENTE ORGÂNICA	R\$ 100,00
02	UND	VS LENTE ANTI - REFLEXO	R\$ 100,00

##### ARMAÇÕES DE ÓCULOS

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
01	UND	ARMAÇÃO	R\$ 100,00

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO

Os produtos e serviços serão realizados na sede da empresa, conforme necessidade do município, e mediante Autorização da Secretaria Municipal de Saúde.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO

Os produtos contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de produtos entregues, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de produtos;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

- Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;
- A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo. Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretaria da Saúde – Maristela Valer.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.32.99.0000 – Outros Materiais de Distribuição Gratuita

**CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO**

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 02/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

- a) pela ocorrência de seu termo final;
- b) por solicitação do CREDENCIADO;
- c) por acordo entre as partes;
- d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN		LOIVA MARIA FEDERIZZI
CPF: 024.900.719-39		CPF: 899.036.689-53
CEDENTE		CREDENCIADO
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**CONTRATO Nº. 019/2016**

CONTRATO Nº. 019/2016

CREDENCIAMENTO Nº 06/2015

Termo de credenciamento que entre si celebram o Município de Flor do Sertão e a empresa PROTEGY – SALA DE VACINAS E FONOAUDIÓLOGA LTDA EPP, para prestar Serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde para o ano de 2016.

O MUNICÍPIO DE Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Flor do Sertão, 696, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.566.621/0001-08 neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o Nº 024.900.719-39, doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa PROTEGY – SALA DE VACINAS E FONOAUDIÓLOGA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.205.676/0001-08, estabelecida na Avenida Sul Brasil, nº. 583 na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pela sua Sócia Administradora, Sra. Patrícia Simon, inscrita no CPF nº 020.559.369-05, portadora da Cédula de Identidade nº. 3.128.301, doravante denominado CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, em conformidade com a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objetivo credenciar de pessoas físicas e Jurídicas para serviços de Exames Médicos especializados para manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde para o ano de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR**

Os valores a serem pagos pelo Município por exame será conforme descrito abaixo:

Audiometria Tonal e Vocal – R\$ 80,00

Imitanciometria -----R\$ 70,00

Teste da Orelhinha – -----R\$ 40,00

Sessão de Fonoterapia ----- R\$ 40,00

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRAZO**

A CREDENCIADA devesse prestar os Serviços (Exames Especializados) na Sede da empresa ou Pessoa Credenciada, sendo que os serviços deverão ser executados conforme necessidade do município, mediante apresentação de autorização emitida pela prefeitura.

O prazo de vigência do Termo de Credenciamento começa a contar de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2016, podendo ser renovado ou prorrogado por iguais períodos até o prazo Máximo de 60 meses, nos termos no artigo 57, Inciso II, da Lei 8.666/93, havendo interesse das partes.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA E DO PRAZO DO PAGAMENTO**

Os Serviços contratados por este Termo de Credenciamento serão pagos, de acordo com a quantidade de exames realizadas, acompanhada de Nota Fiscal de Prestação de Serviço.

Os valores serão pagos a CREDENCIADA, junto à tesouraria do Município ou em conta corrente em nome da Credenciada.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

I - O credenciamento caracteriza uma relação contratual de aquisição de Serviço;

II - O CREDENCIADO deverá manter, durante a vigência deste Termo às condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

III - Todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do serviço serão de exclusiva responsabilidade da Credenciada.

IV - É vedado:

a) Não poderá fazer parte do quadro social ou de empregados da CREDENCIADA, sob pena de rescisão deste Termo, servidor público, contratado sob qualquer título; ocupante de cargo eletivo ou com registro oficial de candidatura a cargo no Município CREDENCIANTE;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo.

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO**

O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo.

Fica como responsável pela fiscalização dos Serviços deste Contrato a Secretária da Saúde – Maristela Valer.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para contratação do objeto desta licitação os recursos previstos correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

103010012.2.022000 – Manutenção de Atividades de Saúde Pública.

3.3.90.39.50.0000 – Serviços Médico-Hospital.

**CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO**

Este Termo de Credenciamento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 06/2015, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

**CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO**

A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes hipóteses:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação do CREDENCIADO;

c) por acordo entre as partes;

d) unilateral, pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou no Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha - SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em cinco vias de igual teor e forma.

Flor do Sertão (SC), aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN		PATRÍCIA SIMON
CPF: 024.900.719-39		CPF: 020.559.369-05
CEDENTE		CREDENCIADO

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

**ERRATA DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 164/2016****ERRATA**

AVISO DE LICITAÇÃO – Tomada de Preço

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 164/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 03/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA CONTINUADA PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E CÂMARA DE VEREADORES.

Onde lê-se:

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 02 de março de 2016.

Leia-se:

ABERTURA DA LICITAÇÃO: 04 de março de 2016.

Flor do Sertão – SC, aos 17 dias do mês de março de 2016.

ROGERIO PERIN	DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39	CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL	PRESIDENTE DA COMISSÃO

**PORTARIA Nº 085/2016**

	PORTARIA Nº 085/2016
	CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ROGÉRIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento a servidora municipal ROSANI TEREZINHA ZAMPROGNA RIZZI na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Fevereiro de 2016.

ROGÉRIO PERIN  
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS  
Responsável Dpto Pessoal



# Forquilha

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/FMS/2016;**

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 02/FMS/2016;

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para os participantes do Programa SISPRENATAL, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 04 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 17 de fevereiro de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/FMS/2016.**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHA
--	--

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 03/FMS/2016.

OBJETIVO: O presente Edital tem por objeto, a aquisição de materiais diversos para uso nas oficinas terapêuticas, vinculadas ao CAPS (centro de atenção psicossocial) por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de março de 2016 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br

Forquilha, 17 de fevereiro de 2016.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005\_2016-SF RP 0005

Aviso do Pregão Presencial nº 0005/2016 – SF

Registro de Preços nº 0005/2016

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS aquisições futuras de recompositor de pista usinado a quente para uso em conserto de pavimentação de ruas e avenidas da cidade, durante o período de março a junho 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: Março a Junho 2016. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até as 09:15 horas do dia 04.03.2016 Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia; Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br), E-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br)

Fraiburgo(SC), 17 de fevereiro de 2016.

Eloi Regalin – Presidente da SANEFRAI

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC., 17 DE FEVEREIRO 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

### LEI Nº 2328/2016

LEI Nº 2328, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE REVISÃO GERAL ANUAL DOS VENCIMENTOS AOS AGENTES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 77, inciso X, da Lei Orgânica Municipal;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica concedido a Revisão Geral Anual dos vencimentos dos agentes públicos municipais de Fraiburgo, no importe de 11,31% (onze inteiros e trinta e um décimos por cento).

Parágrafo único. A revisão geral tem por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), correspondente ao período compreendido entre os meses de fevereiro de 2015 e janeiro de 2016.

Art. 2º. A Revisão Geral de que trata a presente Lei, aplicam-se a todos os agentes públicos do Poder Executivo e Legislativo, incluindo-se os ocupantes de cargos em comissão, contratados em caráter temporário, servidores efetivos e demais modalidades de vinculação jurídicas previstas em Lei, à exceção dos Agentes Comunitários de Saúde, Auxiliar de Enfermagem Comunitário, Agente Epidemiológico e Estagiários, por se tratarem de categorias diferenciadas.

Art. 3º. A reposição salarial será paga em parcela única, com vigência a partir de competência de fevereiro de 2016.

Art. 4º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar o pagamento da diferença dos valores recebidos pelo Magistério Público Municipal abaixo do piso nacional do magistério, em rubrica própria e nominalmente identificada na folha de pagamento, retroativos a 1º de janeiro de 2016, conforme determina a Lei Federal n. 11.738/2008.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução financeira da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias previstas e consignadas nos orçamentos vigentes.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0017\_2016-PMF

Aviso de Pregão Presencial Nº 0017/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Aquisição de materiais e mão de obra para fechamento com vidro no Centro de Educação Municipal Fundamental Santo Antônio (localizado na Rua Hermes da Fonseca). Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 14:00 horas do dia 04.03.2016. Abertura: Às 14:00 horas do mesmo dia; Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 17 de fevereiro de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

### DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº 033, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATUALIZA O VALOR DA BOLSA RECEBIDA PELO ESTAGIÁRIO POR ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no parágrafo quinto, do artigo 8º, da Lei Municipal 1.989, de 04 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizado o valor da bolsa recebida pelo estagiário por estágio não obrigatório junto ao Município de Fraiburgo, que passa a partir da competência de fevereiro de 2016 a ser de R\$ 711,27 (setecentos e onze reais e vinte e sete centavos) para carga horária de 30 (trinta) horas semanais e 474,18 (quatrocentos e setenta e quatro reais e dezoito centavos) para carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0376/2016**

PORTARIA Nº 0376, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0026 de 27 de outubro de 2015, e Contrato Administrativo;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário RITA APARECIDA SCAINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 358.117.651-34, na função de AGENTE EPIDEMIOLÓGICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 18 de fevereiro de 2016 até 15 de abril de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0377/2016**

PORTARIA Nº 0377, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa Fiscal de Obra decorrente de  
Contrato Administrativo.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo CT16PMF20, Processo Administrativo Licitatório nº 0013/2016, Tomada de Preços nº 0003/2016, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação com pedras basálticas irregulares das Ruas 11, 12, 13 e 14, no Bairro São Cristóvão, nesta cidade, com extensões de 158,70 metros, 139,27 metros, 123,34 metros e 116,16 metros respectivamente, com fornecimento de material e mão de obra, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0378/2016**

PORTARIA Nº 0378, DE 17 DE FEVEREIRO 2016.  
NOMEIA COMISSÃO SINDICANTE

O Prefeito Municipal de Fraiburgo no uso de suas atribuições legais, especialmente o contido no Decreto Municipal nº 100, de 1º de Agosto de 2005; e em conformidade com a comunicação interna nº 052/2016, da Secretaria de Saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, para integrarem a Comissão Sindicante, as pessoas abaixo relacionadas:

MARCOS ANTONIO MAESTRI MIGUEL – Presidente;  
SALIMARA CLAIR MOLIN – Secretária;  
OSMAR GONÇALVES DA SILVA – Membro;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0379/2016**

PORTARIA Nº 0379, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 1689, de 01 de fevereiro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Afastar em 17 de fevereiro de 2016, a servidora IVONE-TE REGINA MARTINELLO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 844.869.969-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de Professor Grupo Ocupacional Magistério, com carga horária de 40 horas semanais, por Aposentadoria por Tempo de Serviço de Professor, com data de início fixada em 13 de outubro de 2015, Benefício nº 1697001332.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**PORTARIA Nº 0380/2016**

PORTARIA Nº 0380, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Licença Sem Remuneração a  
Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 87 da Lei Complementar nº 0109, de 03 de Março de 2010; e em conformidade com o Processo Administrativo nº 2067 de 11 de fevereiro de 2016;

**RESOLVE:**

Art. 1º Concede licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares para a servidora MARCIA REGINA CARDOSO, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 552.341.439-53, nomeada no cargo de provimento efetivo de Instrutor de Trabalhos Manuais, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de março de 2016 até 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de fevereiro de 2016.

IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CMDCA**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO Nº. 001/2016.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº.2299/15 e na Resolução nº 01 de 20/11/2014 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, após deliberação em reunião ordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, APROVOU REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE ASSISTÊNCIA AS DROGAS – PROERD, programa vinculado a Polícia Militar do estado de Santa Catarina. Concede Comprovante de Inscrição Nº. 007 no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao Programa executado pela Entidade com CNPJ nº 83.931.550/0001-51. A inscrição tem validade por tempo de 4 (quatro) anos, devendo a entidade inscrita anualmente apresentar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até 30 (trinta) de abril, Requerimento de renovação, Plano de Ação do Ano Corrente e Relatório de Atividades do ano anterior. Após o vencimento da inscrição é de responsabilidade do representante legal da entidade, requerer ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a sua renovação para regularização da situação cadastral.

Fraiburgo (SC), 16 de fevereiro de 2016.

DULCINEI BILIBIO  
PRESIDENTE CMDCA

**DECRETO Nº 034/2016****DECRETO Nº 034, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0002, DE 12 DE JANEIRO DE 2016.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0002 de 12 de janeiro de 2016, conforme listas anexas.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
FRAIBURGO, SC, 17 FEVEREIRO DE 2016.

**IVO BIAZZOLO**  
Prefeito Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0002 DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Monitor Social** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Monitor Social**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
22	MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA		Não preenche pré-requisito do Edital
21	JESSICA VALOSKI RAMOS PEREIRA		Não preenche pré-requisito do Edital
1	LÚCIA BUENO DOS SANTOS		Não preenche pré-requisito do Edital

quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016

Página 1 de 1





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0002 DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Monitor Social** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Monitor Social**

**Críticos de Desempate**

		1º	2º	3º	4º
Ordem Classific.	Número Inscrição	Cursos Área Esp.	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	10	JACIRA MENDES DOS SANTOS	1	NÃO	19/08/1973
2	14	PATRÍCIA APARECIDA MENDES HECKLER	1	NÃO	24/07/1985
3	26	VANESSA APARECIDA DE FRANÇA GARCIA	1	NÃO	02/03/1989
4	9	LORENI TEREZINHA POSSERA COLOMBELLI	1	NÃO	02/06/1969
5	20	JULIA KARINE MACHADO DOS SANTOS	2	NÃO	30/10/1979
6	27	DALMA APARECIDA VARELLA	0	NÃO	06/01/1968
7	25	CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL	1	NÃO	19/10/1971
8	7	LEONICE HAASE	1	NÃO	03/02/1978
9	12	DANIELE DA SILVA XAVIER	1	NÃO	01/11/1985
10	16	CLEONICE FRANCIONE	2	NÃO	30/09/1980
11	24	LUCIANO DE SOUZA BAUER	0	NÃO	12/02/1994
12	3	ELAINE DOS SANTOS RIBEIRO	0	NÃO	19/08/1993
13	11	DAIANE CRISTINA DE OLIVEIRA	1	NÃO	29/06/1990
14	2	JOSIANE MOREIRA DOS SANTOS SCHIMER	1	NÃO	24/01/1980
15	17	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	0	NÃO	23/12/1970
16	18	MARGARIDA FERREIRA	0	NÃO	14/07/1965
17	15	JOSEANE APARECIDA FERREIRA	1	NÃO	06/09/1980
18	4	KÁTIA DE SOUZA	2	NÃO	24/06/1981
19	8	FATIMA APARECIDA WELER DALAGNOL	0	NÃO	29/08/1964
20	6	GLAUCIMARA RAMOS	0	NÃO	13/05/1986
21	5	ELISANGELA SILVEIRA	1	NÃO	19/02/1989
22	23	LUCIA DA ROCHA	1	NÃO	14/06/1976

quarta-feira, 17 de fevereiro de 2016

Página 1 de 2

0	1	NÃO	19/07/1989
0	0	NÃO	20/09/1990

23	13	SIMONI VIEIRA	0
24	19	SIGLINDE MARIA SEISL	0

# Frei Rogério

## PREFEITURA

### RESUMO CONTRATO 024/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2016

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU CONTRATO Nº 024/2016 COM A CLINICA DE ORTOPEDIA E ACUPUNTURA MÉDICA KUTZKE LTDA – EPP, OBJETIVANDO CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS NA AREA DE ORTOPEDIA, NO PERÍODO DE FEVEREIRO A DEZEMBRO DE 2016, DEVENDO O CREDENCIADO EFETUAR OS SERVIÇOS DIRETAMENTE EM SEU CONSULTÓRIO, LOCALIZADO NA RUA ALTINO G. DE FARIAS , 1832, ANEXO AO HOSPITAL REGIONAL HELIO ANJOS HOTIZ, NA CIDADE DE CURITIBANOS- SC SEMPRE QUE NECESSARIO, COM DIA E HORARIO PREVIAMENTE AJUSTADOS ENTRE AS PARTES, CONFORME APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E HOMOLOGADOS PELO DECRETO Nº 785/2016  
OBS.: OS SERVIÇOS SERÃO PRESTADOS PELO DR MARCELO RICARDO KUTZKE, CRM/SC 7034

VALOR DA CONSULTA: R\$ 133,00 (cento e trinta e três reais)

Frei Rogerio - SC, 17 de FEVEREIRO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO FMAS 003/2016

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina e o FUNDO MUNICIPAL DE ASISTENCIA SOCIAL COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 003/2016, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 003/2016, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 02 de março de 2016, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS, MATERIAIS DE LIMPEZA PARA O CENTRO DA MELHOR IDADE, DO MUNICIPIO DE GALVÃO PARA O ANO DE 2016, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 17 de fevereiro de 2016.

Neri Pederssetti  
Prefeito Municipal `

Alana Renata Baccin  
Gestora do Fundo

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PE002/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2016

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARTICIPAÇÃO ME/EPP

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de água e gás, para atender as Secretarias Administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 15h00min do dia 01/03/2016. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 01/03/2016, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 17 de fevereiro de 2016.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 017/2016

DECRETO N.º 017, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 228.676,31 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.937 de 02/12/2015 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 228.676,31 (duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	3.600,00
0412292.006 - Func. E Manutenção da Secretaria de Administração	3.600,00
3.3.90.0.3.24.001007 - Aplicações Diretas	3.600,00
07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	41.131,31
12361282.025 - Func. E Manutenção do Ensino Fundamental	41.131,31
3.1.90.0.3.18.000000 - Aplicações Diretas	37.011,31
3.3.90.0.3.22.001002 - Aplicações Diretas	4.120,00
08.02 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.945,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	78.945,00
08244562.031 - Func. E Manutenção do Fundo Mun de Assistência Social	78.945,00
3.1.90.0.3.29.000004 - Aplicações Diretas	4.000,00
3.1.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.0.3.29.000007 - Aplicações Diretas	15.000,00
3.3.90.0.3.29.001055 - Aplicações Diretas	20.000,00

3.3.90.0.3.29.001056 - Aplicações Diretas	3.600,00
3.3.90.0.3.29.001057 - Aplicações Diretas	6.700,00
4.4.90.0.3.29.001068 - Aplicações Diretas	9.645,00
09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	105.000,00
26782352.051 - Func. E Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	105.000,00
3.3.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	10.000,00
3.3.90.0.3.64.000018 - Aplicações Diretas	50.000,00
3.3.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	15.000,00
4.4.90.0.3.64.000017 - Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.0.3.64.000018 - Aplicações Diretas	20.000,00
4.4.90.0.3.64.000019 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 228.676,31 (duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e um centavos), correrão por conta do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 18/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

### ERRATA Nº 1: DECRETO Nº 016/2016

ERRATA N.º 1: Decreto nº 016, de 16 de fevereiro de 2016

A Prefeitura Municipal de Garopaba por sua Secretaria de Administração, no uso de suas atribuições, torna público a seguinte alteração na publicação do Decreto nº 016/2016, publicado no DOM/SC, Edição 1934, em 17/02/2016.

Art. 1º onde se Lê:

44.90.0.1.24.001012 235.300,00

Leiam – se

44.90.0.1.24.001016 235.300,00

Os demais itens do decreto permanecem inalterados.

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Publicado a presente Errata no DOM/SC em 18/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# **HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2015**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO FINAL DO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 017/2015

FICAM HOMOLOGADO o Resultado Final do Processo Seletivo, Edital n.º 017/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: ENFERMEIRO

Classificação  
Candidato

001º  
LIZANDRA CHANE

CARGO: VIGILANTE

Classificação  
Candidato

001º  
ALDEMIR MARQUES DOS SANTOS (DESCCLASSIFICADO)

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL NASF

Classificação  
Candidato

001º  
VERA LÚCIA RAMOS FRAGA

002º  
LEIDIANE DE SOUZA

CARGO: FONOAUDIÓLOGO

Classificação  
Candidato

001º  
LUCIANA BRITO VEIGA

CARGO: MÉDICO EMERGENCISTA

Classificação  
Candidato

001º  
LEILA ANDERSON WESTPHALENDE GODOES

002º  
PETER MACIEL HABERLEHNER

003º  
FABIANE BATTISTELLA NIETO

004º  
ABRAÃO PEREIRA EULÁLIO

CARGO: TÉCNICO DE RAIOS-X

Classificação  
Candidato

001º  
ÂNGELA MARIA GONÇALVES BATISTA

002º  
VAGNER DA ROSA PIRES

003º  
DIEGO JOÃO PEREIRA

-  
MAÍNA NEIS (DESCCLASSIFICADO)

-  
NEYLOR CRAVO CARDOSO (DESCCLASSIFICADO)

-  
RODRIGO GOMES DE VARGAS (DESCCLASSIFICADO)

-  
PATRÍCIA RIBEIRO (DESCCLASSIFICADO)

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Classificação  
Candidato

001º  
ANA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA DE OLIVEIRA

002º  
MARIA RAIMUNDA MIRANDA DOS SANTOS

003º  
RAQUEL IVANI MENDONÇA

004º  
GIZELE APARECIDA DOS SANTOS FEIJÓ

005º  
ALESSANDRA HOFMANN ALLET

Garopaba, 17 de fevereiro de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 18/02/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.



# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.806, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.806, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

EXONERA A SERVIDORA ELISANGELA DE JESUS FREITAS DE OLIVEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora ELISANGELA DE JESUS FREITAS DE OLIVEIRA, CPF nº 971.668.635-87, do cargo efetivo de Servente/Merendeira, lotada com 40 horas semanais, nomeada pelo Decreto 6183/2015, a partir de 10/02/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/02/2016.

Gaspar, 12 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.810, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.810, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA O SERVIDOR MAURO JOSE GUBERT PARA O CARGO DE SUPERINTENDENTE DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado o servidor MAURO JOSE GUBERT, CPF nº 022.036.869-44 e RG nº 3437942, para exercer o cargo em comissão de Superintendente do Orçamento Participativo, nível CC, ref. 70, lotado no Gabinete, a partir de 15/02/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**DECRETO Nº 6.811, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO Nº 6.811, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação, feita através do decreto nº 6674/2016, do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2014, para o cargo abaixo descrito, em virtude de não assumir no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
HUGO CESAR DE LIMA SALES	ESCRITURÁRIO	40	19 º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**DECRETO Nº 6.816, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**  
DECRETO Nº 6.816, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

**DECRETA**

Art. 1º Ficam designados para exercício de função de confiança, nos termos do artigo 28 e seguintes da Lei Complementar nº 69, de 22 de dezembro de 2015, os servidores efetivos abaixo indicados:

**I - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

- a) FATIMA TEREZINHA CERUTTI ARRUDA, CPF nº. 443.825.619-49, Supervisor de Compras, Nível 1.
- b) ELIZABETH OTIQUIR, CPF nº. 038.463.449-40, Supervisor de Licitações, Nível 1.
- c) JOSE ARTUR BENACI, CPF nº. 692.714.029-87, Supervisor de Licitações, Nível 1.
- d) PRISCILA GONÇALVES, CPF nº. 070.970.569-75, Encarregado-Geral de Licitações, Nível 2.
- e) JOSE LORIVAL LANA, CPF nº. 463.331.429-72, Encarregado-Geral de Trânsito, Nível 2.
- f) MARCIA ZEN DOS SANTOS, CPF nº. 694.663.199-49, Supervisor de Recursos Humanos, Nível 1.
- g) DAIANE BECKER, CPF nº. 056.790.379-63, Supervisor de Cadastro e Benefício, Nível 1.
- h) PEDRO CANDIDO DE SOUZA, CPF nº. 055.361.039-20, Pregoeiro, Nível 1.
- i) RICARDO OSVALDO VENTURI, CPF nº. 270.070.848-26, Pregoeiro, Nível 1.

**II - SECRETARIA DA FAZENDA**

- a) JULIANA MULLER SILVEIRA, CPF nº. 070.665.929-56, Supervisor de Contabilidade, Nível 1.
- b) JOSEANE APARECIDA SCHMITT, CPF nº. 798.706.869-15, Supervisor de Relacionamento com Empresas, Nível 1.
- c) SARAH RIBEIRO RIBAS, CPF nº. 082.691.619-85, Encarregado de Atendimento, Nível 3.
- d) MARISTELLA MATOS VIEIRA, CPF nº. 019.691.469-82, Encarregado de Atendimento, Nível 3.
- e) CIRLENE TERESINHA SCHRAMM KUNEL, CPF nº. 586.757.879-87, Encarregado de Tesouraria, Nível 3.
- f) MARIA KRUMMENACKER, CPF nº. 247.370.549-68, Encarregado de Contas a Pagar, Nível 3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito de Gaspar

**INEXIGIBILIDADE Nº 25/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 25/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADO: Nosso Sistema de Ônibus Brusque (11.516.898/0001-71); com valor total julgado de R\$ 10.626,00

(dez mil, seiscentos e vinte e seis reais) . BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 28 de Janeiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 26/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 26/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADO: • Auto Viação Catarinense LTDA (82.647.884/0004-88); com valor total julgado de • Valor Total Julgado: R\$ 58.796,28 (cinquenta e oito mil, setecentos e noventa e seis reais e vinte e oito centavos) . BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 28 de Janeiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 27/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 27/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADO: Auto Viação Rainha LTDA (84.228.782/0001-00); com Valor Total Julgado: R\$ 23.782,00 (vinte e três mil e setecentos e oitenta e dois reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 28 de Janeiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 28/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 28/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os servidores da SEMED do Município de Gaspar, lotado na Secretaria Municipal de Educação. CONTRATADO: Auto Viação Santa Teresinha LTDA (82.988/858/0001-70); com Valor Total Julgado: R\$ 25.573,24 (vinte e cinco mil, e quinhentos e setenta e três reais e vinte e quatro centavos) . BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 28 de Janeiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 32/2016**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC  
Inexigibilidade Nº 32/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os funcionários da Diretoria, DITRAN- Departamento de Transito.. CONTRATADO: Auto Viação Verde Vale Ltda. (83.131.995/0001-57); com valor total julgado de Valor Total Julgado: R\$ 5.702,00 (cinco mil, setecentos e dois reais e quarenta centavos). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 03 fevereiro de 2016.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 33/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 33/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os funcionários da Diretoria, DITRAN - Departamento de Transito. CONTRATADO: Viação do Vale LTDA (05.255.508/0001-54); com Valor Total Julgado: R\$ 6.864,00 (seis mil, e oitocentos e sessenta e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 35/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 35/2016

OBJETO: Aquisição de vales-transportes para os funcionários da DITRAN – Diretoria de Transito. CONTRATADO: Auto Viação Rainha (84.228.782/0001-00); com Valor Total Julgado: R\$ 3.564,00 (três mil, quinhentos e sessenta e quatro reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso I, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 03 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**INEXIGIBILIDADE Nº 37/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 37/2016

OBJETO: A contratação do ESPETÁCULO DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA "Uma História: Que Presente Saboroso!", a realizar-se no dia 10 de fevereiro de 2016 as 8h30min na sede administrativa da EEB Angélica de Souza Costa e as 13h30min na sede administrativa da EEB Aninha Pamplona Rosa, como parte da programação da abertura do ano letivo. CONTRATADO: Emiliano Daniel de Souza; CPF (887.313.169-72), com Valor Total Julgado: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 04 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

**PORTARIA Nº 3.960, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 3.960, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR A LEGALIDADE DO DECRETO Nº 6.365, DE 15 DE ABRIL

DE 2015, QUE CONCEDE GRATUITAMENTE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA EM FAVOR DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA M. S. E. M. e da possível revogação do ato administrativo.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, em respeito ao disposto no artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição da República e, por interpretação analógica do artigo 50, incisos I, II e VIII da Lei Federal n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda considerando o teor da recomendação realizada pela 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gaspar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2011.00003992-5, através do ofício nº 0016/2016/02PJ/GAS,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instaurado processo administrativo para apurar a legalidade do Decreto nº 6.365, de 15 de abril de 2015, que concede gratuitamente direito real de uso de área pública em favor da empresa M. S. E. M., bem como da possível revogação do ato administrativo sob comento.

Art. 2º O processo administrativo será conduzido por Comissão Especial, composta pelos servidores efetivos Nilton Hening, Jean Carlos de Oliveira e Daiane Becker, sob presidência do primeiro.

Art. 3º A comprovação da suposta ilegalidade do Decreto nº 6.365, de 15 de abril de 2015 poderá importar em recomendação, por parte da Comissão, no sentido de revogação do referido ato administrativo.

Art. 4º O prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão será de 60 (sessenta) dias, a partir da data de publicação desta Portaria, podendo ser prorrogado por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2016**

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2016

OBJETO: Registro de preços de Serviços de Recapagem de Pneus. ENVELOPES: até às 09h do dia 01/03/2016. ABERTURA: às 09h30min. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar(SC), 17 de fevereiro de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

---

**SAMAE - GASPAR**

---

**PORTARIA N. 32 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA N. 32 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR SIDNEI LUCIANO DA SILVA.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 60 (sessenta) dias de Licença-Prêmio ao servidor

Sidnei Luciano da Silva, ocupante do cargo efetivo de Operador de ETA referente ao período aquisitivo de 17/05/2010 a 16/05/2015, que será gozada a partir de 15/02/2016 a 14/04/2016 convertendo-se 01 (um) mês em pecúnia, como lhe faculta o artigo 116 da mencionada Lei Municipal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaspar (SC), 15 de fevereiro de 2016.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

#### AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE MADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 28 dias do mês de janeiro do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos são registrados os preços da empresa EDMAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, estabelecida à Av. Ganchos, 531, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, CEP: 88.190-000, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 02.049.173/0001-20, neste ato representada pelo Sr. Edson Luiz Cardozo, brasileiro, casado, representante comercial, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 558.224.559-53, portador do RG nº 1.601.343 -SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS DE MADEIRA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 01/2016, objeto do Processo 07/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo fornecedor, os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LIXEIRA EM MADEIRA DE PINUS TRATADO AUTOCLAVE INCLUINDO PÉS DE MADEIRA. DIMENSÕES: • LIXEIRA: ALTURA: APROXIMADAMENTE 40 CENTÍMETROS LARGURA: 1,00 METRO COMPRIMENTO: 1,00 METRO • PÉS: ALTURA: 1 METRO E 25 CENTÍMETROS ESPESSURA: 15 CENTÍMETROS • COR: AMARELO CANÁRIO	UNID	100	R\$ 450,00	R\$ 45.000,00

Governador Celso Ramos/SC, 28 de Janeiro de 2016.

Edson Luiz Cardozo

EDMAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2016

#### AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 05 dias do mês de fevereiro do ano de 2016, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME, estabelecida à Rua Canal da Olaria Nº 159, Ganchos Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 10.332.112/0001-12, neste ato representado pela Sra. Monike Marlete dos Santos Sagas, brasileira, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 062.307.469-99, portadora do RG n.º 3.981.064, para AQUISIÇÃO DE

CESTAS BÁSICAS PARA O PRIMEIRO SEMESTRE DE 2016 PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL CADASTRADAS NA SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 02/2016, objeto do Processo 08/2016. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

CESTA BÁSICA						
ITENS COMPONENTES DA CESTA						
Item	Especificação	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
1	Arroz parbolizado pacote de 1kg	KIKA/SOLTINHO	KG	02	1,76	3,52
2	Açúcar refinado pacote de 1 kg	GLOBO/DA BARRA OU COMETA	KG	02	2,20	4,40
3	Farinha de mandioca pacote de 1 kg	ARARUNA	KG	01	2,65	2,65
4	Macarrão Espaguete pacote 500g	BORTOLINI	PCT	02	1,76	3,52
5	Óleo de soja 900 ml	LIZA/LEVE/CON- CORDIA/COAMO	UND	02	3,08	6,16
6	Café moído e torrado em pó pacote a vácuo 500gr.	COCAMAR/CRE- MOSO	PCT	01	7,04	7,04
7	Feijão preto pacote de 1 kg	STARKBOHNE	KG	02	3,52	7,04
8	Farinha de trigo pacote de 1kg	SUDOESTE/ROSA BRANCA	KG	01	1,76	1,76
9	Biscoito doce tipo Maria 400 gr.	PRODASA/ FAVILLE	PCT	02	2,65	5,30
10	Sal refinado pacote de 1kg	MIRAMAR/ZIZO	KG	01	1,06	1,06
11	Sardinha em lata com óleo	GOMES DA COSTA/ PESCADOR	LTA	02	2,48	4,96
12	Leite em pó integral 400 gr.	BIGLAC/SANCOR	PCT/ LTA	01	7,30	7,30
13	Doce de fruta 400 gr (sabor a ser escolhido pela Contratante)	NATUREZA/AUREA/ JUREIA	PTE	01	2,17	2,17
14	Achocolatado em pó 400 gr.	CHOKILAR/MUKY	LTA/ PCT	01	2,83	2,83
15	Farinha de milho pacote com 1Kg	SINHÁ	PCT	01	1,35	1,35
16	Suco em pó que faz 1 litro (sabor a ser escolhido pela Contratante)	NEILAR/POP FRUTA	PCT	03	0,48	1,44
VALOR UNITÁRIO POR CESTA BÁSICA					R\$ 62,50	
VALOR TOTAL POR 920 CESTAS BÁSICAS					R\$ 57.500,00	

Governador Celso Ramos/SC, 05 de Fevereiro de 2016.

Monike Marlete do Santos Sagas

MONIKE MARLETE DOS SANTOS - ME

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 04/2016

Extrato de Contrato Nº 04/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 12/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF

OBJETO DO CONTRATO: CESSÃO DE USO DO CARTÃO FÁCIL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE VALE TRANSPORTE SOB A FORMA DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL

VALOR DO CONTRATO: R\$ 112.030,00 (Cento e Vinte Mil e Trinta Reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal



**EXTRATO DO CONTRATO 05/2016**

Extrato de Contrato Nº 05/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
PROCESSO Nº 01/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF  
OBJETO DO CONTRATO: CESSÃO DE USO DO CARTÃO FÁCIL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE VALE TRANSPORTE SOB A FORMA DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE  
VALOR DO CONTRATO: R\$ 86.532,00 (Oitenta e seis mil quinhentos e trinta e dois reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 25/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 06/2016**

Extrato de Contrato Nº 06/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 13/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - SETUF  
OBJETO DO CONTRATO: CESSÃO DE USO DO CARTÃO FÁCIL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CARGA A BORDO DE VALE TRANSPORTE SOB A FORMA DE CRÉDITOS ELETRÔNICOS PARA OS ALUNOS MATRICULADOS E FREQUENTADORES DE CURSOS TÉCNICOS OU CURSO SUPERIOR, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 909/2013.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 215.838,15 (Duzentos e quinze mil oitocentos e trinta e oito reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 14/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 08/2016**

Extrato de Contrato Nº 08/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 04/2016

CARTA CONVITE Nº 02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLENAGEM DAS RUAS GREGÓRIO MONTEIRO E MANOEL FERNANDO PORTO NO BAIRRO FAZENDA DA ARMAÇÃO, PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

VALOR DO CONTRATO: R\$ 107.406,08 (Cento e sete mil quatrocentos e seis reais e oito centavos).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 30/06/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 25/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 09/2016**

Extrato de Contrato Nº 09/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 05/2016

CARTA CONVITE Nº 03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS COMPLEMENTARES DA RUA HIPÓLITA RITA DE JESUS NO BAIRRO CALHEIROS, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.660,01 (Cem mil seiscentos e sessenta reais e um centavo).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 30/06/2016.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 26/01/2016

Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO 07/2016**

Extrato de Contrato Nº 07/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 02/2016

CARTA CONVITE Nº 01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: F A BURGUENO LOPEZ EIRELI EPP

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REMOÇÃO, REALINHAMENTO E PINTURA DE MEIO FIO E REAPROVEITAMENTO E RECOLOCAÇÃO DE LAJOTA PARA O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 145.436,00 (Cento e Quarenta e Cinco Mil Quatrocentos e Trinta e Seis Reais).

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência contratual será até 30/06/2016.

**EXTRATO DO CONTRATO 10/2016**

Extrato de Contrato Nº 10/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 06/2016

CARTA CONVITE Nº 04/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADA: EMPREITEIRA PAVICON LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO, DRENAGEM PLUVIAL E OUTROS COMPLEMENTARES DA RUA ALOÍSIO J. DOS SANTOS NO BAIRRO COSTEIRA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 125.896,25 (Cento e vinte e cinco mil



oitocentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).  
**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência contratual será até 30/06/2016.  
**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 26/01/2016  
 Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.  
**JULIANO DUARTE CAMPOS**  
 Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO 11/2016

Extrato de Contrato Nº 11/2016  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.**  
**PROCESSO Nº 10/2016**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016**  
**CONTRATANTE:** PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
**CONTRATADA:** DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME  
**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DA ESTRUTURA DO EVENTO DO CARNAVAL 2016 INCLUINDO, DENTRE OUTROS, OS SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO, PALCO E ILUMINAÇÃO NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.  
**VALOR DO CONTRATO:** R\$ 134.000,00 (Cento e trinta e quatro mil reais).  
**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** O prazo de vigência contratual será até 29/02/2016.  
**DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO:** 01/02/2016.  
 Governador Celso Ramos, 03 de Fevereiro de 2016.  
**JULIANO DUARTE CAMPOS**  
 Prefeito Municipal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO 01/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO N.º 01/2015

1.º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A ENTIDADE INSTITUTO REDENÇÃO, TENDO POR OBJETO O ATENDIMENTO AOS ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL NO MUNICÍPIO.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, com a intervenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, neste ato representado pela Sra. Ellen Prim, doravante denominado MUNICÍPIO e a entidade INSTITUTO REDENÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, inscrito no CNPJ sob o nº 10.197.909/0001-35, com sede na Rua 1.926, n.º 42, Bairro Centro, Balneário Camboriú/SC, neste ato representado por seu Presidente o Sr. Alceu Daud de Mello, inscrito no CPF sob o nº 418.492.561-87 doravante denominado simplesmente Instituto Redenção – Lar de Marina, resolvem, de comum acordo, PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO POR MAIS UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, BEM COMO ATUALIZAÇÃO DO VALOR GLOBAL PELO IGP-M, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados ao Instituto Redenção – Lar de Marina, para custear as despesas com o abrigo aos adolescentes, o qual proporcionará o atendimento integral de 2 (dois) adolescentes, entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos de idade, que se encontram em situação de rua, órfãos, abandonados ou afastados da família por determinação judicial, alternativa de moradia, em caráter temporário, com a garantia do acolhimento afetivo e materiais adequados,

além do atendimento às necessidades básicas de saúde, educação, lazer, alimentação, vestuário e aos recursos comunitários, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso I, alínea "b" da Lei nº. 8666/93 e a Clausula Quinta e Sexta do referido Convênio nos termos que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO Nº 001/2015 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 26/01/2016 bem como reajustar em 10,69% o valor do Convênio, utilizando como base o índice de reajuste do IGP-M, conforme prevê a Cláusula Sexta do Convênio.

#### CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável a prorrogação deste Convênio, uma vez que existem ainda adolescentes abrigados no Institutos e que se encontram em situação de rua, órfãos, abandonados ou afastados da família por determinação judicial, e juntamente a Secretaria de Assistência Social do Município de Governador Celso Ramos, órgão fiscalizador, verificou a necessidade de prolongar o Convênio inicialmente firmado de forma que os serviços a serem executados mantenham as condições estabelecidas no Convênio.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor do Convênio será acrescido em 10,69% alterando o valor mensal para R\$ 3.984,84 (três mil novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), totalizando o valor anual de R\$ 47.818,08 (Quarenta e sete mil oitocentos e dezoito e reais e oito centavos).

3.2. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 20 de janeiro de 2016.

**JULIANO DUARTE CAMPOS**

Prefeito Municipal

**ELLEN PRIM**

Secretária Municipal

Desenvolvimento Social e Cidadania

#### INSTITUTO REDENÇÃO

Alceu Daud de Mello  
 Presidente

### REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO RP 03/2016

#### REPUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ NOVAMENTE A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 03/2016

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação Menor Preço.

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONFEÇÃO E INSTALAÇÃO DE ABRIGO DE PASSAGEIROS, INCLUINDO MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL, ATENDENDO A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

**NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES:** 01/03/2016 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 01/03/2016 às 14h30min.

Observações: Tendo em vista que não compareceram interessados para a primeira sessão pública, a Administração optou por republicar o Edital no intuito de comparecerem interessados.

Os interessados deverão retirar o edital na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitar o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 16 de Fevereiro de 2016.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

### **TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 37/2015**

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 037/2015.

PROCESSO Nº 48/2015

CARTA CONVITE Nº 17/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

CONTRATADO: BRESCIANI E PEREIRA PROJETOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA – ME

OBJETO: O presente Termo tem por objeto aditar o contrato original, readequando as quantidades inicialmente licitadas, suprimindo o valor de R\$ 12.750,00 (doze mil e setecentos e cinquenta reais), e acrescentando o valor de 12.750,00 (doze mil e setecentos e cinquenta reais), enquadrando-se dentro do limite legal permitido pela Lei 8.666/93 referente ao valor do contrato.

Governador Celso Ramos 27 de Janeiro de 2016.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

---

## **SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**

---

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL

A Comissão Especial de Pregão, da entidade SAMAE GOVERNADOR CELSO RAMOS, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 031/2016, de 15/02/2016, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 01/03/2016, as 09:00 horas, no endereço, Rod. SC 410 – km 14, Calheiros, Governador Celso Ramos-SC, sede do Samae a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº 001/2016-PR na modalidade PREGAO PRESENCIAL .

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado e no site do Samae, [samaegcr@samaegcr.com.br](mailto:samaegcr@samaegcr.com.br)

Objeto da licitação

AQUISIÇÃO DE HIPOCLORITO DE SODIO, HIPOCLORITO DE CALCIO E TRI CLORO COM 90% DE CLORO ATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO EDITAL.

Governador Celso Ramos, 18 de fevereiro de 2016.

AILSON JADIR PORTO

PREGOEIRO DO SAMAE

### **PORTARIA Nº 33/2016**

PORTARIA Nº 033/2016

O DIRETOR DO SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Governador Celso Ramos Autorizado pela Lei 369/91 e Lei 639/99,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE (Auxílio Doença) o servidor o Sr. ARILDO APARICIO COELHO, matrícula nº 071, no cargo de Leiturista do Quadro de Pessoal desta Autarquia – Samae.

A presente portaria entra em vigor na data de publicação.

Governador Celso Ramos, 17 de Fevereiro de 2016.

ALCIDES PEREIRA

Diretor Geral do Samae

# Grão Pará

## PREFEITURA

### CONTRATO N 01-2016 CONCURSO PUBLICO E PROCESSO SELETIVO UNISUL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 70/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 31/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E A FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS.

#### Contratante:

MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, com sede administrativa na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/Sc do, neste ato, representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Amilton Ascari, doravante denominado de CONTRATANTE.

#### Contratada:

FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, inscrita no CNPJ sob o nº 03.354.241/0001-27, situada na Av. José Acácio Moreira, nº 787, Bairro Dehon, CEP 88.704-900, Tubarão/SC, neste ato, representada por seu Diretor Presidente, Prof. Tarcisio dos Santos Junior, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA.

a) CONSIDERANDO que a CONTRATADA tem interesse em prestar serviços voltados ao Desenvolvimento Institucional no Município de Grão-Pará, em estrita consonância com as condições ora estabelecidas.

b) CONSIDERANDO que a CONTRATANTE prestou, dentre outras informações, a completa especificação dos serviços a serem prestados, bem como a infra-estrutura necessária para prestação dos serviços ora contratados.

c) CONSIDERANDO que a CONTRATADA declara reunir todas as condições técnicas, operacionais e econômicas para a prestação dos serviços objeto do presente Contrato de Prestação de Serviços e se declara, também, ciente dos riscos, expectativas e conveniências do negócio objeto deste instrumento.

d) RESOLVEM as PARTÍCIDES celebrarem o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços com as cláusulas e condições adiante pactuadas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1. O Objeto deste contrato consiste na Execução de Concurso Público e Processo Seletivo para provimento de Cargos vagos existente junto a Contratante, em conformidade com o Anexo Único deste Contrato.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2. Durante o prazo de vigência deste Contrato de Prestação de Serviços, sem prejuízo das demais obrigações assumidas e sob pena de rescisão imediata deste instrumento e consequente aplicação das penalidades previstas neste Contrato, a CONTRATADA obriga-se a:

2.1 Atender integralmente, durante o prazo de execução deste Contrato de Prestação de Serviços, os níveis de qualidade de serviços acordados na Assinatura deste instrumento, inclusive quanto aos prazos e condições de execução do objeto acordado, mantendo essas condições durante o período de vigência deste acordo;

2.2 Operar fornecendo todos os recursos necessários à execução dos serviços abrangidos por este Contrato de Prestação de Serviços, com exceção daqueles expressamente previstos neste instrumento como de obrigação do CONTRATANTE;

2.3 Planejar, conduzir e executar os serviços objeto deste Contrato de Prestação de Serviços, com rigorosa e integral observância às disposições deste instrumento, às determinações legais e atendendo às normas estabelecidas pelo CONTRATANTE;

2.4 Executar os serviços que lhe competem e que são objetos deste Contrato de Prestação de Serviços, utilizando-se de profissionais especializados e em número suficiente para realização e satisfação das necessidades dos serviços, no prazo acordado neste instrumento;

2.5 Responsabilizar-se, direta ou regressivamente, única e exclusivamente, pelos contratos de trabalho de seus profissionais, arcando integralmente com salários, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e tributários decorrentes da incidência ou que venham a incidir direta ou indiretamente sobre o custo dos serviços prestados, respondendo inclusive pelos eventuais inadimplementos trabalhistas em que possam incorrer não podendo ser arguida solidariedade ou subsidiariedade do CONTRATANTE, inexistindo, dessa forma, qualquer vinculação empregatícia entre os seus profissionais, prepostos, contratados e/ou subcontratados da CONTRATADA com relação ao CONTRATANTE;

2.6 Responsabilizar-se, ainda, por todos os prejuízos, perdas e danos, indenizações, multas, condenações judiciais, condenações administrativas e quaisquer outras despesas incorridas, decorrentes de qualquer ação indevida e/ou omissões de seus profissionais, prepostos, contratados e/ou subcontratados, em decorrência da execução de serviços, causados ao CONTRATANTE, seus funcionários ou terceiros, eximindo o CONTRATANTE de toda e qualquer responsabilidade neste sentido;

2.7 Facilitar a ação do CONTRATANTE no acompanhamento e fiscalização de todas as fases dos serviços, permitindo o acesso aos documentos e locais pertinentes ao cumprimento do presente Contrato de Prestação de Serviços;

2.8 Cumprir rigorosamente os prazos de prestação de serviços acordados, responsabilizando-se por todas as perdas e danos que o CONTRATANTE venha a incorrer, direta ou indiretamente, em decorrência dos atrasos na prestação dos serviços por culpa exclusiva da CONTRATADA;

2.9 Os danos e prejuízos serão ressarcidos ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da notificação administrativa à CONTRATADA, sob pena de multa;

2.10 De acordo com o disposto neste instrumento e a fim de atender ao bom desempenho das obrigações pactuadas, a CONTRATADA obriga-se a realizar os serviços de forma regular na mesma quantidade contratada;

2.1.1 Executar os serviços mencionados na Cláusula Primeira, objeto deste contrato, em conformidade com as normas, recomendações expedidas pela CONTRATANTE e especificações constantes de sua proposta, que fará parte integrante deste instrumento;

2.1.2 Controlar todas as etapas do concurso e Processo Seletivo, desde as providências para as inscrições até o processamento do Resultado Final, por meio de sistema informatizado, utilizando-se o processamento digital;

2.1.3 Elaborar o Edital Completo do Concurso Público e Processo Seletivo, no prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data da assinatura do contrato, devendo a sua minuta ser previamente aprovada pelo CONTRATANTE;

2.1.4 Receber e processar os requerimentos de inscrições dos candidatos por meio de processamento digital, sendo, portanto, obrigatória a disponibilização do meio de inscrição on-line, permitindo tanto a impressão do boleto de pagamento da taxa de inscrição quanto a impressão do comprovante da inscrição on-line, bem como disponibilizar locais para recebimento das inscrições presenciais, em locais no Município de Forquilha/SC a serem divulgados posteriormente;

2.1.5 Responsabilizar-se pela divulgação dos gabaritos e resultados de cada etapa do concurso e Processo Seletivo, conforme determinações especificadas no Edital Completo do Concurso e Processo Seletivo;

2.1.6 Elaborar e divulgar, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, da data de realização das provas do concurso e Processo Seletivo, a listagem definitiva contemplando o número de identificação do candidato, seu nome completo, o local e o horário de realização das provas;

2.1.7 Elaborar, revisar tecnicamente e reproduzir provas objetivas e de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas e, no mínimo, 40 (quarenta) questões inéditas, inclusive para os portadores de deficiência, com base nos conteúdos programáticos definidos, considerando-se o nível de escolaridade de cada cargo;

2.1.8 Poderão ainda ser exigidos, a critério do contratante, exames físicos e psicológicos;

2.1.9 Responsabilizar-se pela contratação dos membros da Banca Examinadora encarregada da elaboração e correção das provas;

2.1.10 Imprimir as provas em ambiente altamente sigiloso, por meio de tecnologia de dados;

2.1.11 Acondicionar as provas imediatamente após a impressão em embalagens não transparentes, com os lacres de segurança invioláveis;

2.1.12 Aplicar as provas, responsabilizando-se por toda a organização, procedimentos e fiscalização;

2.1.13 Recrutar, selecionar, contratar e treinar os fiscais, coordenadores e demais auxiliares que se fizerem necessários para a aplicação das provas;

2.1.14 Providenciar todo o material necessário para a aplicação da prova;

2.1.15 Elaborar, imprimir e afixar material para sinalização dos locais da prova;

2.1.16 Confeccionar e reproduzir os cartões resposta que serão entregues aos candidatos, os quais deverão seguir a padronização dos documentos a serem utilizados no sistema de correção com processamento digital;

2.1.17 Fornecer a lista de presença e a ata de correção para cada sala onde serão aplicadas as provas do concurso e Processo Seletivo;

2.1.18 Recolher e guardar, após o competente processamento digital, os cartões resposta preenchidos pelos candidatos, pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da data da divulgação do Resultado Final do concurso e Processo Seletivo;

2.1.19 Proceder todo o processo de correção das provas por meio do processamento digital;

2.1.20 Utilizar softwares e equipamentos computacionais para realizar a correção das provas e classificação dos candidatos;

2.1.21 Divulgar a relação dos candidatos aprovados e classificados com as respectivas notas;

2.11 Disponibilizar aos candidatos inscritos a possibilidade de interpor recurso contra as fases do concurso e Processo Seletivo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3. Durante o prazo de vigência deste Contrato de Prestação de Serviços, sem prejuízo das demais obrigações assumidas e sob pena de rescisão imediata deste instrumento, o CONTRATANTE obriga-se a:

3.1 Fornecer todas as informações e instrumentos necessários à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do mesmo e a forma de como ele deve ser entregue, sempre considerando o lapso temporal adequado a cada solicitação;

3.2 Constituir Comissão Central do Concurso Público e Processo Seletivo, sendo composta por, no mínimo, 03 (três) membros devidamente credenciados que não estejam envolvidos, de forma alguma, com os candidatos do concurso e Processo Seletivo, para acompanharem a execução contratual, sendo encarregados em manter contato com a CONTRATADA para esclarecimentos de dúvidas, obtenção e prestação de informações e o que mais necessário for, exceto nas fases de elaboração, composição, impressão e empacotamento das provas;

3.3 Disponibilizar todos os meios necessários à completa e irrestrita execução deste instrumento;

3.4 Prover todos os meios necessários à realização do objeto do Contrato, particularmente aqueles em que lhe são afetos;

3.5 Fiscalizar e supervisionar a execução do Contrato;

3.6 Fornecer à CONTRATADA elementos técnicos e jurídicos próprios do Município de Grão-Pará;

3.7 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência que interfira na execução dos serviços;

#### CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA referente aos serviços prestados o valor de R\$ 55.278,94 (cinquenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), pago em 02 (dois) parcelas: a primeira, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), será paga após a homologação das inscrições de Concurso Público e de Processo Seletivo; e a segunda, no valor de R\$ 25.278,94 (vinte e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), será paga após a homologação dos referidos processos de seleção..

PARÁGRAFO ÚNICO. Os serviços não previstos neste Contrato de Prestação de Serviços que vierem a ser solicitados pelo CONTRATANTE poderão ser objeto de prévios ajustes entre as PARTÍCIPES por meio de expresso TERMO ADITIVO firmado pelos seus representantes legais.



**CLÁUSULA QUINTA: DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

5. As PARTÍCIPES obrigam-se a manter o mais absoluto sigilo com relação a quaisquer dados, informações, materiais, produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação, pormenores, inovações, segredos comerciais, marcas, criações, especificações técnicas e comerciais, entre outros, doravante denominados DADOS CONFIDENCIAIS.

**CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

6. Este Contrato de Prestação de Serviços vigorará por 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei em havendo interesse público por parte da Contratante.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESCISÃO**

7. O presente Contrato de Prestação de Serviços poderá ser rescindido imediatamente por qualquer das PARTÍCIPES por descumprimento ou cumprimento irregular de qualquer cláusula ou condição, podendo a parte prejudicada, a seu exclusivo critério, notificar a outra parte para, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento da notificação, sanar o inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas neste instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO DESTE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

8. Quaisquer alterações das obrigações assumidas neste Contrato de Prestação de Serviços somente serão válidas mediante celebração de expresso TERMO ADITIVO firmado pelos representantes das PARTÍCIPES.

**CLÁUSULA NONA: DA MULTA CONTRATUAL**

9. Na hipótese de rescisão com fundamento no disposto na CLÁUSULA SÉTIMA, a parte inadimplente ficará obrigada a pagar, à parte adimplente, multa contratual correspondente a 20% (vinte por cento) do valor correspondente à última fatura emitida.

9.1 A multa prevista no item anterior deverá ser paga em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação de rescisão contratual, independentemente da emissão de qualquer Nota Fiscal/Fatura.

9.2 O pagamento da multa acima estabelecida não constitui a única forma de indenização por rescisão contratual, de forma que não engloba o pagamento das perdas e danos suportados pela parte inocente em decorrência do descumprimento obrigacional praticado pela parte inadimplente.

9.3 Na hipótese de atraso no pagamento da multa contratual, incidirá os mesmos acréscimos previstos pela Legislação.

**CLÁUSULA DEZ: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS**

Servirão de cobertura para as despesas do presente CONTRATO, as dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município para 2016, classificadas e codificadas sob os números 03.01.2.003.3.3.90.39.48.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 6).

**CLÁUSULA ONZE: DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

10. O presente CONTRATO é celebrado em consonância com o que dispõe o Edital de Dispensa de Licitação nº 31/2015, Processo de Licitação nº 70/2015, de 22 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA DOZE: DO FORO**

11. As PARTÍCIPES elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Braço do Norte como competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato de Prestação de Serviços, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA TREZE: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

12. As PARTÍCIPES declaram, sob as penas da Lei, que os procuradores/representantes legais abaixo subscritos encontram-se devidamente constituídos na forma dos respectivos estatutos/contratos sociais, com poderes para assumir as obrigações ora ACORDADAS.

13.1 As PARTÍCIPES declaram que, caso alguma das partes não possa cumprir qualquer de suas obrigações por motivo de força maior ou caso fortuito, conforme Código Civil, o presente contrato permanecerá em vigor, mas a obrigação afetada ficará suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos.

13.2 Este contrato é reconhecido pelas PARTÍCIPES como título executivo extrajudicial, na forma do artigo 585, II, do Código de Processo Civil Brasileiro.

E, por estarem assim justas e acordadas, as PARTÍCIPES assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma e para um só efeito.

Grão-Pará/SC, 04 de janeiro de 2016

CONTRATADA	CONTRATANTE
FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL	MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC
TARCISIO DOS SANTOS JUNIOR	AMILTON ASCARI
DIRETOR PRESIDENTE	PREFEITO MUNICIPAL

## TESTEMUNHAS

## ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO CARGOS, VAGAS, AVALIAÇÕES E NÍVEIS DE INSTRUÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO

CARGOS	VAGAS	AVALIAÇÕES	NÍVEL INSTRUÇÃO
CONDUTOR DE VEÍCULO	1	OBJETIVA/PRÁTICA	FUNDAMENTAL E CNH
GARI	1	OBJETIVA/PRÁTICA	FUNDAMENTAL E/OU EXPERIÊNCIA
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	1	OBJETIVA/PRÁTICA	FUNDAMENTAL E/OU EXPERIÊNCIA
OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1	OBJETIVA/PRÁTICA	FUNDAMENTAL
SERVENTE DE OBRAS	1	OBJETIVA/PRÁTICA	FUNDAMENTAL E/OU EXPERIÊNCIA
VIGILANTE EPIDEMIÓLOGICO	1	OBJETIVA	MÉDIO
FISCAL FAZENDÁRIO	1	OBJETIVA	MÉDIO
VIGILANTE SANITÁRIO	1	OBJETIVA	MÉDIO
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1	OBJETIVA	TÉCNICO
TÉCNICO EM AGRICULTURA E PECUÁRIA	1	OBJETIVA	TÉCNICO
ENGENHEIRO AGRÔNOMO	1	OBJETIVA	SUPERIOR
ENGENHEIRO SANITÁRISTA E AMBIENTAL	1	OBJETIVA	SUPERIOR
ENFERMEIRO	1	OBJETIVA	SUPERIOR
BIÓLOGO	1	OBJETIVA	SUPERIOR
ASSISTENTE SOCIAL	1	OBJETIVA	SUPERIOR
FARMACÊUTICO	1	OBJETIVA	SUPERIOR

## PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

Cargo	Vagas	Avaliações	Nível instrução
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	CR	OBJETIVA	MÉDIO
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	CR	OBJETIVA	MÉDIO
PROFESSOR	CR	OBJETIVA/TÍTULOS	SUPERIOR

Grão-Pará/SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal**CONTRATO N 02-2016- PORTABILIS**

CONTRATO N. 02/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, inscrita no CNPJ sob o n. 11.258.607/0001-92, com sede na Rua João Januário Ferminio, 281, Jardim Silvana, Içara/SC, CEP 88.820-000, neste ato, representado pelo Sr. RICARDO BORTOLOTTI DAGOSTIM, portador da Cédula de Identidade n. 3.266.892 e do CPF n. 020.894.109-65, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 - objeto do presente contrato A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO PARA EXECUTAR OS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, E MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR TOTALMENTE ON-LINE BASEADO EM SOFTWARE LIVRE, E REALIZAR A CONVERSÃO E MIGRAÇÃO DE DADOS DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA ATUAL PARA ESTE NOVO SISTEMA, sendo que o software e seu banco de dados devem atender as especificações e funcionalidades descritas no Anexo I deste Contrato.

1.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

- Treinamento e a capacitação aos operadores do sistema, com o fornecimento de material didático e certificado de participação.
- Consultoria e suporte técnico continuado aos usuários e manutenção corretiva e preventiva do software.



c) Serviço de hospedagem do sistema e banco de dados on-line em servidor próprio disponível 24 horas todos os dias durante a vigência contratual.

d) Serviços complementares de suporte presencial (in loco), quando necessários, conforme especificações e preços constantes no Anexo II.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivessem transcritos, bem como as instruções por escrito do CONTRATANTE.

2.2 - A CONTRATADA colocará como pessoas para a execução do objeto deste contrato profissionais devidamente treinados e habilitados.

2.3 - A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, por cujos encargos responderá unilateralmente.

2.4 - Como forma de manter o sistema de acordo com as especificações ideais de funcionamento, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, será de competência da CONTRATADA:

2.4.1 - Corrigir eventuais falhas do sistema, desde que originadas por erro ou defeito de funcionamento do mesmo;

2.4.2 - Efetuar alterações no sistema em função de mudanças legais, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

2.5 - Os serviços contratados não incluem os serviços de assistência técnica, remota ou local, para solução de problemas não oriundos de defeitos do sistema, serviços de treinamento adicional e serviços de manutenção solicitados pela CONTRATANTE, exceto quando se tratar de manutenção legal ou de outros serviços indispensáveis para o atendimento das necessidades da CONTRATANTE, pertinentes ao objeto do presente contrato. Orçamento para a execução de tais serviços, conforme o caso, será solicitado por escrito pela CONTRATANTE e, se aprovados, pagos à parte.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

3.1 - As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento-programa anual do CONTRATANTE na seguinte dotação orçamentária:

06.01.2.015.3.3.90.39.11.00.00.00.0001 (Código Reduzido: 82).

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

4.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela integral e satisfatória execução dos serviços, o valor total de R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais), sendo:

4.1.1 - Pelo serviço mensal de Licenciamento de Software de Gestão Escolar, incluindo sua manutenção, o valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), no período de Janeiro/2016 a Dezembro/2016.

4.2 - O pagamento da licença de uso mensal do sistema será efetuado, mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis posteriores à apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS:

5.1 - O prazo de execução do contrato vigora até 31/12/2016, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogados para períodos subsequentes, mediante termo aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. Os valores pactuados somente poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC – IBGE), acumulado, a menos que seja criado índice setorial oficial de bens e serviços de informática, obrigatoriamente imposto pela União.

5.2 - A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

6.1 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

6.1.1 - por quaisquer danos materiais ou pessoais que ocorrerem no decorrer da execução dos serviços, inclusive para com e perante terceiros;

6.1.2 - pelo pessoal empregado nos serviços de que trata este contrato, observando-se a legislação pertinente, especialmente das obrigações trabalhistas;

6.1.3 - pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e leis sociais, encargos sociais, transporte e manutenção em geral;

6.1.4 - em fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;

6.1.5 - em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;

6.1.6 - por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

6.1.7 - em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;

6.1.8 - por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

6.1.9 Migrar (converter) todos os dados ou arquivos do sistema de gestão escolar atual para um novo banco de dados de um sistema de

gestão escolar baseado em Software Livre e implantar um sistema de gestão escolar de acordo com as especificações do objeto deste contrato.

6.1.10 Unificar todas as informações das bases de dados de toda a rede de ensino municipal em um único banco de dados.

6.1.11 Prestar, às suas expensas, as correções, ajustes que se fizerem necessárias na nova base de dados e sistema e efetuar validação e manutenção legal e corretiva necessária ao aprimoramento de ambos, durante o período contratual.

6.1.12 Adequar no novo sistema de gestão escolar todos os modelos de relatórios e documentos utilizados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, bem como as fórmulas de cálculo, cadastros, processos e demais alterações necessárias, de acordo com as formas de trabalho e exigências legais municipais, estaduais e federais.

6.1.13 Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.

6.1.14 Disponibilizar na forma de serviço (SaaS), hospedado em um endereço na Internet, o sistema de gestão escolar, de acordo com as características e especificações do objeto do presente contrato.

6.1.15 Disponibilizar uma página de acesso ao sistema com nome da prefeitura, da secretaria, brasão, cores, e demais informações, a critério da CONTRATANTE.

6.1.16 Garantir a disponibilidade do sistema 24/7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana), com acesso a partir de qualquer lugar e qualquer computador ou equipamento com acesso à Internet.

6.2 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

6.2.1 - pagar à CONTRATADA os valores ajustados, na forma e condições avançadas;

6.2.1.3 - O não pagamento do serviço objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionados, implicará na suspensão dos serviços até que a situação seja devidamente regularizada;

6.2.2 - disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;

6.2.3 - facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

6.2.4 - responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do sistema licenciado, inclusive:

6.2.4.1 - assegurando a configuração adequada de máquina para a instalação do sistema;

6.2.4.2 - mantendo "back-ups" adequados para satisfazer as necessidades de segurança, bem como de recuperação de informações, no caso de falha de máquina;

6.2.4.3 - manter sigilo absoluto sobre as informações técnicas do sistema contratado, não podendo reproduzir ou fornecer cópias ou modelos do sistema, por meio algum, responsabilizando-se por seus servidores e prepostos.

6.2.4.4 Fornecer, em mídias de armazenamento digital, cópia de todos os bancos de dados ou arquivos do sistema de gestão escolar atual, tanto das bases ou arquivos das escolas que são controladas na Secretaria de Educação e Cultura quanto das bases ou arquivos das escolas isoladas, gerenciadas de fora da sede da Secretaria, após o encerramento do ano letivo.

6.2.4.5. Designar um técnico categorizado para acompanhar o desenvolvimento dos serviços e desempenhar as atividades de coordenação técnica e administrativa, servindo de elo entre as partes.

6.3. A CONTRATANTE deverá estar ciente que após o fornecimento das bases de dados ou arquivos do sistema atual para a CONTRATADA poder iniciar os serviços, não será mais possível, sob hipótese alguma, recuperar dados da base de dados ou arquivos do sistema ou repositório atual, que tenham sido inseridos ou modificados após a entregue das mídias de armazenamento com as bases e arquivos.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO TREINAMENTO.

O treinamento para operacionalização do sistema deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) A CONTRATANTE apresentará à CONTRATADA a relação de usuários a serem treinados, sendo admitido no máximo 20 participantes por turma, e caso o número seja maior, novas datas e turmas poderão ser definidas.

b) A CONTRATANTE indicará dois usuários aos quais o treinamento será realizado com características de possibilidade de suporte ao usuário posteriormente.

c) Definida a equipe de treinamento, a CONTRATADA realizará o treinamento, em uma única etapa, sem obrigação de repetir.

d) O treinamento constará de apresentação geral do sistema e acompanhamento de toda a documentação em nível de usuário.

e) O treinamento prático deverá possibilitar todas as operações de inclusão, alteração, exclusão e consulta, referente a cada tela do sistema, bem como a emissão de relatórios e sua respectiva análise.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DO SISTEMA E BANCO DE DADOS

1. Entende-se por manutenção a obrigação da CONTRATADA de manter o SISTEMA de acordo com as funcionalidades descritas no Anexo I:

a) Corrigir eventuais falhas do SISTEMA, desde que originados por erro ou defeito de funcionamento do mesmo.

b) Alterações no SISTEMA em função de mudanças nas legislações Municipal, Federal e Estadual, desde que tais mudanças não influam na estrutura básica do sistema.

c) Desenvolvimento de novas funcionalidades e novos módulos no SISTEMA, a pedido da CONTRATANTE ou a critério da CONTRATADA, observando uma ordem de prioridade e um cronograma para a disponibilização para o uso, e desde que estas mudanças não influam na estrutura básica do sistema, e que estejam relacionadas com a área de gestão escolar.

d) As solicitações de alterações no SISTEMA deverão ser cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE em um local específico do site da CONTRATADA, devendo estas solicitações estar acompanhadas de documentação ou comentário que caracterize o serviço a ser efetuado.

2. As atualizações do SISTEMA serão disponibilizadas automaticamente para a CONTRATANTE, em horários de menor fluxo de acesso ao sistema, normalmente entre às 22:00 horas e 06:00 horas do dia subsequente, salvo casos de atualizações emergenciais que impeçam o acesso e uso regular do sistema.

#### CLÁUSULA NONA – DA CONSULTORIA E SUPORTE TÉCNICO AO USUÁRIO

1. Entende-se por consultoria e suporte técnico a obrigação da CONTRATADA de prestar auxílio ao operador do SISTEMA, instruindo o uso de forma adequada das funcionalidades descritas no Anexo I:
  - a) A consultoria e suporte técnico poderá ser por telefone, via e-mail ou pessoalmente.
  - b) Os canais de comunicação e formas de se obter consultoria e suporte técnico, descritos na alínea "a" do item 1, deverão estar disponíveis em local específico do site oficial da CONTRATADA.
  - c) A consultoria e suporte técnico presencial (in loco), conforme descrito na alínea "a" do item 1, será cobrado à parte, conforme descritos no Anexo II.
2. Não é de obrigação de a CONTRATADA prestar consultoria e suporte técnico a sistemas, ferramentas e hardware de computador, que não façam parte da solução de gestão escolar descrita no Anexo I.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:

- 7.1 - A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as Leis vigentes e, ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar à CONTRATANTE ou a Terceiros, em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.
- 7.2 - A multa que alude os subitens a seguir não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei n. 8.666/93.
- 7.3 - Pela não execução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
  - 7.3.1 - Advertência;
  - 7.3.2 - Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global deste Contrato;
  - 7.3.3 - Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao CONTRATANTE, de acordo com a Lei n. 8.666/93;
  - 7.3.4 - Declaração de Inidoneidade, de acordo com a mesma Lei.
- 7.4 - As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

- 8.1 - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente, nos seguintes casos:
  - 8.1.1 - A decretação da falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da CONTRATADA, ou falecimento, no caso de firma individual;
  - 8.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, em forma que prejudique a execução do contrato, a juízo do CONTRATANTE;
  - 8.1.3 - Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas.
- 8.2 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato do CONTRATANTE.
- 8.3 - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização à CONTRATADA, cabendo somente ao CONTRATANTE o pagamento dos serviços prestados até a data do Termo da Rescisão, que ainda não foram faturadas pela mesma, não cabendo à CONTRATADA qualquer valor adicional de indenização ou a qualquer título.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS EMPREGADOS:

- 9.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a observar, quanto ao pessoal empregado, que trata este contrato, quanto à legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA tais obrigações.
- 9.2 - O CONTRATANTE não possui qualquer vínculo empregatício com os empregados da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 10.1 - A CONTRATADA obriga-se por todos os itens deste contrato e da sua proposta apresentada.
- 10.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

- 11.1 - Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.
- E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCAR  
Prefeito Municipal

RICARDO BORTOLOTTI DAGOSTIM  
PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

TESTEMUNHAS

## ANEXO I

### 1 - SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

O Sistema de Gestão Escolar deverá oferecer a Secretaria de Educação e Cultura, as funcionalidades de cadastros e processos mínimas necessárias para a gestão educacional da rede de ensino municipal, bem como a emissão de documentos, relatórios e indicadores visando auxiliar o pleno andamento das atividades educacionais em cada ano letivo:

1.1 O sistema de gestão escolar deve estar licenciado sob uma licença de uso pública, de acordo com os critérios de software de código-fonte aberto e livre, definidos pela Licença Pública Geral (GNU/GPL), disponíveis em sua tradução oficial no Brasil no seguinte endereço eletrônico: <http://www.softwarelivre.gov.br/Licencas>.

1.2 O sistema deve possibilitar o controle unificado e centralizado de alunos, professores, escolas, anos escolares e turmas.

1.3 O sistema deve funcionar totalmente on-line, dispensando a instalação de quaisquer softwares adicionais nos equipamentos que farão os acessos, sendo necessário apenas um dispositivo com um navegador (browser), leitor de arquivos PDF e conexão à internet.

1.4 Deve possuir recursos de controle de acesso ao sistema com restrições, por meio de cadastro de usuários e senhas, bem como mecanismos de recuperação automática de senhas.

1.5 Deve possuir funcionalidade para a gestão de acervo de itens de bibliotecas, com controle de obras, exemplares, empréstimo a e devoluções, e que possa ser integrado ao cadastro único de alunos.

1.6 Deve possuir recursos para gestão do ano letivo escolar e matrículas, tais como quadro de horários, matrículas, transferências, histórico escolar, reserva de vagas.

1.7 O sistema deve possibilitar que seja efetuado múltiplas matrículas ou enturmações para um aluno em uma mesma etapa, sério ou ano escolar.

1.8 Possibilitar o bloqueio de alterações de notas e faltas lançadas, quando o ano letivo de determinada escola estiver encerrado.

1.9 Possibilitar a gestão de cadastros de cursos, disciplinas, etapas escolares, regras de avaliação por etapa, fórmulas de cálculo, lançamento de faltas e notas numéricas, conceituais e parecer descritivo.

1.10 Possibilitar o processamento manual ou automatizado do histórico escolar a qualquer tempo, gerando os cadastro do histórico escolar, mediante notas e faltas lançadas no ano letivo, ou informadas manualmente pelo usuário.

1.11 Possuir módulo para gestão dos servidores com controle de carga-horária, alocação, afastamentos, registros de faltas e atrasos. Permitir ainda o registro de níveis salariais, formações e avaliação de desempenho de servidores.

1.12 Dispor dos principais relatórios e documentos emitidos pela Secretaria Municipal de Educação, tais como Boletim Escolar, Histórico Escolar, Atestado de Vaga, de Frequência e de Matrícula, Boletim de Frequência Mensal de Servidores e de Alunos, bem como outros relatórios cadastrais.

1.13 Ter a possibilidade de exportar ou salvar os documentos e relatórios emitidos em formato PDF (Portable Document Format).

1.14 Possuir módulo ou funcionalidade que permita a inserção dos dados da rede de ensino necessários para o Educacenso/INEP.

1.15 Possibilitar a consulta de notas, faltas, ocorrências disciplinares e dados de matrícula via Internet em um portal centralizado para estas informações, mediante vínculo do cadastro único de alunos, com o usuário de acesso de pais, responsáveis ou do próprio aluno.

1.16 Permitir que pais, responsáveis ou alunos possam enviar mensagens privadas via o sistema para a Secretaria de cada escola.

### 1.1 CARACTERÍSTICAS DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR

O Banco de Dados do Sistema de Gestão Escolar deve atender requisitos mínimos de Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGDB), os quais são descritos abaixo:

1.1.1 Ter uma licença de uso pública, baseado em licenças do tipo BSD ou GPL, ou seja, que sejam licenças baseadas em Software Livre.

1.1.2 Ter características de banco de dados relacional, com possibilidade de consultas em linguagem SQL, controle de triggers, visões e

controle de concorrência.

1.1.3 Dispor de estrutura para armazenar dados georeferenciados.

1.1.4 Possibilitar o controle unificado e centralizado das informações, dispensando aos usuários qualquer tipo de manutenção ou backup, sendo tais procedimentos de responsabilidade da contratada.

## ANEXO II - DOS VALORES

CONTRATO Nº

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ

CONTRATADA: PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

1. Tabela de detalhamento dos valores dos SERVIÇOS INICIAIS e MENSAIS, objeto deste contrato.

Item	Serviço	Qtd. Meses	Valor Unit.	Total
1.	Hospedagem e manutenção do software de gestão escolar i-Educar, módulo pais e alunos e suporte ao usuário para o exercício de 2016. *Valor mensal já corrigido por INPC acumulado nos últimos 12 meses(inflação)	12,0	660,00	7.920,00
Valor Total R\$				7.920,00

2. Tabela de detalhamento dos valores dos SERVIÇOS COMPLEMENTARES (Opcionais), objeto deste contrato.

Item	Serviço	Valor Km rodado
1.	Custo de deslocamento, p/ Suporte técnico presencial (in loco), conforme necessidade e conveniência da Contratante	0,50 (km rodado)
Valor Total R\$		0,50

2.1 Os Serviços Complementares de suporte presencial (in locosão apenas para fins de precificação, sendo que os serviços somente poderão ser executados quando autorizados previamente e expressa pela Contratante via documento de solicitação de serviço, onde deverão constar o detalhamento dos serviços a serem executados, com prazos e custos.

2.2 Os preços dos Serviços Complementares devem englobar todas as despesas com deslocamento/transportes, estadias, alimentações, seguros, impostos e todos os encargos fiscais, previdenciários, trabalhistas, bem como todo e qualquer material ou equipamento necessário para realização dos serviços.

GRÃO PARÁ, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

RICARDO BORTOLOTTI DAGOSTIM  
Sócio Administrador Da Contratada

TESTEMUNHAS:

## CONTRATO N 03-2016 HELENA B DELLA GIUSTINA

CONTRATO N. 03/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e Srª. HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, brasileira, viúva, portadora do CPF n. 871.556.729-04 e do RG n. 5/r 2.935.925, residentes e domiciliados na Rua Angelo Alberton Luiz, S/n, centro, Grão-Pará/SC, doravante denominado LOCADORA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### CLÁUSULA I – DO OBJETO

LOCAÇÃO DE UMA SALA MEDINDO, APROXIMADAMENTE, 60 M<sup>2</sup>(SESSENTA METROS QUADRADOS), LOCALIZADA NA RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 307 (FUNDOS), NO CENTRO DE GRÃO-PARÁ/SC, DE PROPRIEDADE DA SENHORA HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA, MATRICULA Nº 14.365, LV. AAO, PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

### CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, a locadora receberá a importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, totalizando um Valor Global de R\$ 9.600,00 (nove mil, seiscentos reais).

### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO



O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la a locadora quando do término ou rescisão do presente contrato.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato;
- IV. Efetuar o pagamento de água.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
15.01.2.044.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 181).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 01/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 01/2016-DL, de 04/01/2016.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a locadora sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a locatária rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo Único. A locadora não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

HELENA BELTRAME DELLA GIUSTINA  
Locadora

TESTEMUNHAS



**CONTRATO N 04-2016 GISELY H. PERIN**

CONTRATO N. 04-2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e GISELY HEIDEMANN PERIN MEURER, brasileira, residente na cidade de Braço do Norte/ SC, portador do CPF n. 029.495.289-61, doravante denominado LOCADORA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

LOCAÇÃO DE E UM IMÓVEL MEDINDO APROXIMADAMENTE 215 M², DE EDIFICAÇÃO, SITUADA NA ANGELO ALBERTON LUIZ, 372, CENTRO, DA CIDADE DE GRÃO-PARÁ/ SC, PARA FUNCIONAMENTO UMA EXTENSÃO DO CENTRO DE RECREAÇÃO INFANTIL TIO PATINHAS, PARA ALUNOS DOS ANOS INICIAIS.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, a locadora receberá a importância de R\$ 1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir de 04 de janeiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada, e assim restituí-la a locadora quando do término ou rescisão do presente contrato;

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADORA**

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
06.01.2.013.3.3.90.36.15.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 60).

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irredutível.

**CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da

notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 02/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 02/2016-DL, de 04/01/2016.

**CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a locadora sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
  - b) Advertência escrita;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único. A locadora não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

GISELY HEIDMANN PERIN MEURER  
Locadora

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 05-2016-ANTONIO PAULO NASCIMENTO TV CLUBE**

CONTRATO N. 05/2016

Contrato, que entre si celebram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, ANTONIO PAULO NASCIMENTO 22119817987, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 15.578.940/0001-30, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida em Tubarão/ SC, doravante denominada de CONTRATADA, representada pelo, Senhor Antônio Paulo Nascimento, brasileiro, casado, portador do CPF 221.198.179-87 e RG 366.838-0, residente

em Tubarão/ SC, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE TORRES RE-  
PETIDORAS DE SINAIS DE TELEVISÃO, LOCALIZADAS NO MUNI-  
CÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

A Prefeitura Municipal de Grão-Pará responsabilizar-se-á pela reposição de peças e materiais que, porventura, venham a sofrer avarias e, também, pelo fornecimento de 30 (trinta) litros de combustível à Antonio Paulo Nascimento 22119817987 de Tubarão – SC, a cada solicitação de serviço, e, também, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 7.650,00 (sete mil, seiscentos e cinquenta reais), a ser pago em 12 (doze) parcelas de 637,50 (seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do combustível ocorrerá após as solicitações de serviços que forem efetuadas à ANTONIO PAULO NASCIMENTO 22119817987. Com relação ao valor mensal, este será pago até o dia 10 de cada mês subsequente.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 04 de janeiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DA SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS

A solicitação de serviços será feita pelos contratantes à contratada através dos telefones (48) 3622-2832 e 3622-3010.

#### CLÁUSULA VI – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A contratação dos serviços objeto deste contrato não gera vínculo empregatício, assumindo a contratada todos os encargos e ônus a que ela se refere, não podendo pleitear quaisquer outros direitos ou benefícios que não estejam expressos neste contrato.

#### CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes às solicitações de serviços efetuadas;
- II. realizar a reposição de peças, quando necessário;
- III. efetuar o fornecimento de combustível, quando da solicitação de serviço;
- IV. efetuar o pagamento mensal ora acordado;
- V. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da contratada.

#### CLÁUSULA VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Atender às solicitações de serviços de manutenção das torres, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, obedecendo rigorosamente às especificações e às normas pertinentes em vigor;
- II. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia anuência da contratante;
- III. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados aos seus empregados durante a prestação do serviço ora contratado;
- IV. efetuar o pagamento de seus empregados pelos serviços prestados, bem como efetuar o recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;
- V. responder pela instalação e manutenção dos serviços especializados em segurança, higiene e medicina do trabalho, relativo aos trabalhadores no local de execução do serviço.

#### CLÁUSULA IX – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato, pertinentes à Prefeitura Municipal, correrão por conta do orçamento vigente, como segue:

06.01.2.020.3.3.90.39.17.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas

(Código Reduzido: 102).

#### CLÁUSULA X – DO REAJUSTE

Os valores estabelecidos na Cláusula II serão fixos e irredutíveis.

#### CLÁUSULA XI – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 03/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 03/2016-DL, de 04/01/2016.

#### CLÁUSULA XII – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

#### CLÁUSULA XIII – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a Contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a Contratante Prefeitura pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Contratante Prefeitura enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XIV – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 03 (três) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Bragão do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 04 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ANTÔNIO PAULO NASCIMENTO

Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

#### **CONTRATO N 06-2016-LÚCIA BATISTA STANGE E VALÉRIO A. STANGE**

CONTRATO N. 06-2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e LÚCIA BATISTA STANGE, brasileira, casada, agricultora, portadora do CPF 020.955.479-77 e RG 3.785.883, e seu esposo VALÉRIO AUGUSTINHO STANGE, brasileiro, casado, agricultor, portador do

CPF n. 344.438.869-15 e RG 344.438.869-15, residentes e domiciliados na Localidade de Rio Amélia, Município de Grão-Pará/ SC, doravante denominados LOCADORES, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação, pela locatária, de uma gleba de terra de propriedade dos LOCADORES, localizada na parte mais alta do morro conhecido por “Morro do José Boing”, na Localidade de Rio Amélia, Município de Grão-Pará, destinada à instalação de torres de retransmissão de sinais de televisão, bem como a instalação de torre para funcionamento da Internet (Projeto Interagir Inclusão Digital em Comunidades Rurais do Interior do Município).

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação do imóvel descrito na Cláusula I, os LOCADORES receberão a importância de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 5.400,00 (cinco mil, quatrocentos reais).

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 do mês subsequente.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência a partir de 05 de janeiro de 2016 e seu término em será 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

I – Efetuar o pagamento referente ao imóvel ora locado, até a data estipulada na Cláusula III;  
II – manter em perfeitas condições de conservação o imóvel que ora é locado e, assim, restituí-lo aos LOCADORES;  
III – finda ou rescindida a locação, a locatária compromete-se a devolver o imóvel em perfeitas condições.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

I – Os LOCADORES não poderão sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locatária;  
II – em caso de alienação do imóvel locado, os LOCADORES obrigam-se a incluir na escritura respectiva cláusula que impõe ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato;  
III – efetuarem os pagamentos dos impostos e taxas incidentes sobre a referida gleba de terra.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
06.01.2.025.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 120).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

#### CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 04/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 04/2016-DL, de 05/01/2016.

#### CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que, a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência,

a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pela locatária, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia da locatária aos LOCADORES, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba aos LOCADORES qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, os LOCADORES sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;  
b) Advertência escrita;  
c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;  
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.  
Parágrafo Único. Os LOCADORES não estarão sujeitos às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 05 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

LÚCIA BATISTA STANGE

Prefeito Municipal

Locadora

VALÉRIO AUGUSTINHO STANGE

Locador

TESTEMUNHAS

#### CONTRATO N 07-2016 ANIBIO BLASIUS

CONTRATO N. 07/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ANÍBIO BLASIUS, brasileiro, casado, residente na Localidade de Aiurê, Município de Grão-Pará/ SC, portador do CPF n. 471.287.479-15, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

LOCAÇÃO DE DUAS SALAS, UMA MEDINDO 4,00M X 9,80M, MAIS O ESCRITÓRIO QUE MEDE 3,00M X 3,00M, E OUTRA MEDINDO 5,70M X 10,90M, MAIS O BANHEIRO QUE MEDE 3,15M X 1,20M, AMBAS AS SALAS LOCALIZADAS NO PAVIMENTO INFERIOR DO IMÓVEL, SITUADO NA RUA NEREU RAMOS, 770, NO CENTRO, DA CIDADE DE GRÃO-PARÁ/ SC, DE PROPRIEDADE DO SENHOR



ANÍBIO BLASIVUS, PARA FUNCIONAMENTO DO TELE CENTRO COMUNITÁRIO E DO PROJETO INCLUSÃO DIGITAL.

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 07 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
06.01.2.025.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 120).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

#### CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 05/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 05/2016-DL, de 07/01/2016.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador

sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, podendo a locatária rescindir unilateralmente este contrato e aplicar outras sanções;
  - b) Advertência escrita;
  - c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Bragança do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 07 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

ANÍBIO BLASIVUS  
Locador

#### TESTEMUNHAS

### CONTRATO N 08-2016 MICROSEG (MULTSEG)

CONTRATO N. 08/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa MULTSEG SERVIÇO E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA EPP, estabelecida na Rua Nereu Ramos, 92, Sala 03, Centro, Município de Grão-Pará / SC, inscrita no CNPJ sob o n. 11.118.987/0001-60, neste ato, representado por seu Sócio Administrador Senhor GUSTAVO PESCADOR, portador do CPF n. 009.011.429-99, doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

Prestação de serviços de consultoria e elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, além do treinamento dos servidores do Município de Grão-Pará, a respeito dos itens acima, que a Contratada se compromete a efetuar sob sua inteira responsabilidade e sigilo das informações contidas nos serviços prestados.

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

A contratante pagará à contratada, como preço da prestação dos serviços dispostos no caput da Cláusula I, a importância fixa de R\$ 7.920 (sete mil, novecentos e vinte reais), pagos em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais).

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal descrito no caput da Cláusula II será

efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de assinatura e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A contratante obriga-se:

- I. Envidar esforços na execução e implantação da consultoria e prestação dos serviços ora contratados;
- II. Fornecer todo e qualquer material e/ ou documentos, mesmo que em posse de terceiros, bem como ambiente adequado para execução dos serviços, quando estes necessitarem de serem realizados dentro de seus estabelecimentos.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se a:

- I. Responder por todo ônus decorrente da Legislação Previdenciária e Fiscal, com referência ao serviço objeto do presente Contrato, bem como dos profissionais que, porventura, alocar na execução dos serviços ora contratados, não havendo qualquer vínculo entre esses com a Contratante, nem ônus algum para com eles;
- II. Responsabilizar-se, em caráter irrevogável, por quaisquer reclamações trabalhistas ou qualquer outro ato de natureza administrativa ou judicial, que venha a ser intentado contra a Contratante, pelos profissionais, eventualmente contratados, que constituam a mão-de-obra encarregada para execução dos serviços, objeto deste Contrato, seja a que título for, em que tempo ocorrer, respondendo integralmente pelo pagamento de indenização, multas, honorários advocatícios, custos processuais e demais encargos que houver;
- III. Efetuar pelo menos uma visita mensal, através de técnico de segurança do trabalho, no período de 12 (doze) meses, a fim de implantar os programas objeto do presente Contrato;
- IV. Realizar reunião com todos os servidores da Contratante, após efetuar o levantamento de todos os riscos ambientais no local de trabalho.

#### CLÁUSULA VII – DAS ATRIBUIÇÕES DA CONTRATADA

- I. Identificar as funções que expõem os trabalhadores aos riscos ambientais que possam causar doenças ocupacionais e ou acidentes do trabalho;
- II. Orientar a gerência e os trabalhadores com informações sobre a aplicação de medidas preventivas, quando solicitado pela Contratante, incluindo, quando necessário, o uso do EPEI'S (Equipamento de Proteção Individual). É de responsabilidade da Contratante o fornecimento, fiscalização e obrigatoriedade do uso dos EPI'S, como também possíveis represálias judiciais provenientes do não-cumprimento dos programas;
- III. A Contratante é responsável pela implantação e conservação do EPC'S (Equipamentos de Proteção Coletiva) necessários;
- IV. A CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) e seu registro junto ao INSS é responsabilidade da Contratante, assim como todos os acidentes de trabalho que ocorrerem a serviço da Contratante;
- V. Os exames admissionais, demissionais e periódicos serão realizados conforme a necessidade da Contratante ou mediante solicitação da mesma;
- VI. Os exames complementares serão determinados no PCMSO, somente após elaboração do PPRA e do LTCAT, para reconhecimento dos riscos ambientais no qual o trabalhador poderá ser exposto.

#### CLÁUSULA VIII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, como segue: 03.01.2.003.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 6).

#### CLÁUSULA IX – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal. Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato a Dispensa de Licitação n. 06/2016-DL, Processo Licitatório n. 06/2016, de 07/01/2016.

#### CLÁUSULA XI – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que à parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar à parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/ SC.

Grão-Pará/ SC, 07 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

GUSTAVO PESCADOR  
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

#### CONTRATO N 09-2016 EVANDIR M, PERIN

CONTRATO N. 09/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e EVANDIR MATUCHAKI PERIN, brasileiro, casado, residente na cidade de Braço do Norte/ SC, portador do CPF n. 023.568.659-00, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

Locação de uma sala medindo 11,00m x 17,00m, situada na Rua Jorge Lacerda, s/n, Centro da cidade de Grão-Pará/ SC, para funcionamento da extensão do Centro de Recreação Infantil Tio Patinhas.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 941,20 (novecentos e quarenta e um reais e vinte centavos) mensais, totalizando o valor global deste Contrato R\$ 11.294,40 (Onze mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir de 07 de janeiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada, e assim restituí-la ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato.

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

06.01.2.013.3.3.90.36.15.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 60).

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 07/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 07/2016-DL, de 07/01/2016.

**CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto

não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;

- b) Advertência escrita;

- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 07 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

EVANDIR MATUCHACKI PERIN

Locador

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 10-2016-ISADORA**

CONTRATO N. 10/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ISADORA BUSSOLO HEINZEN brasileira, solteira, portadora do CPF n. 087.221.209-20 e do RG n. 5.303.580, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, 291, Bairro Centro, Cidade de Grão Pará/ SC, doravante denominada LOCADORA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

Locação de uma sala de 235m (duzentos e trinta e cinco metros), localizada na Rua Barão do Rio Branco, Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, para funcionamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA – Tubarão – Unidade Descentralizada de Grão-Pará.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, a locadora receberá o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais até o término da vigência contratual que se dará em 31/12/2016.

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os pagamentos serão efetuados tão logo se iniciem os trabalhos internos referente à licitação para contratação de empresa para fornecimento e colocação de divisórias no imóvel ora locado, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação de Jovens e Adultos- CEJA.



**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir de 07 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;
- IV. manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la a locadora quando do término ou rescisão do presente contrato.

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA**

- I. Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- III. em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

06.01.2.022.3.3.90.36.15.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 111).

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 08/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 05/2016-DL, de 07/01/2016.

**CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a locadora sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A locadora não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 07 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

ISADORA BUSSOLO HEINZEN

Prefeito Municipal

Locadora

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 11-2016 VERA LUCIA**

CONTRATO N. 11/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor DOMICIO FABRE OENNING, Brasileiro, Casado, portador do CPF n. 375.309.929/53, RG n. 1.021.363-5 Residente e Domiciliado no Distrito de Aiurê, Grão-Pará/SC, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

Locação de um imóvel com 12m2 (doze metros quadrados), de propriedade do locador, situado na Estrada Geral Aiurê, Município de Grão-Pará/ SC, para funcionamento do Posto de Atendimento do Correio no Distrito de Aiurê.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, o locador receberá a importância mensal de R\$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais), totalizando o valor global deste Contrato R\$ 3.588,00 (três mil, quinhentos e oitenta e oito reais).

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 08 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. Não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;
- III. Manter em perfeitas condições de higiene e conservação o imóvel ora locado, e assim restituí-lo ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato.

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

- I. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo,

uso de força, esgoto, energia elétrica e água referentes ao imóvel ora locado;

II. Em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

03.01.2.003.3.3.90.36.15.00.00.00.000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 6).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

#### CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 09/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 09/2016-DL, de 08 de janeiro de 2016.

#### CLÁUSULA X – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pela locatária, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia ao locador com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba ao locador qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 08 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

DOMICIO FABRE OENNING  
Locador

TESTEMUNHAS

### CONTRATO N 12-2016-ANTÔNIO S. ROHLING

CONTRATO N. 12/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ANTÔNIO SEBASTIÃO ROHLING, brasileiro, casado, portador do CPF n. 029.341.919-15 e do RG n. 1.662.112, e s/m ALBERTINA GHIZONI ROHLING, brasileira, casada, portadora do CPF n. 035.497.259-65 e do RG n. 5.350.920-7, residentes e domiciliados na Rua Manaus, 68, apto. 11, Bairro Garcia, Cidade de Blumenau/SC, CEP 89020-070, doravante denominados LOCADORES, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

Locação de uma casa de alvenaria, com dez cômodos, medindo 10,55m (dez metros e cinquenta e cinco centímetros) por 14,70m (quatorze metros e setenta centímetros), perfazendo a área total de 155,08m<sup>2</sup> (cento e cinquenta e cinco metros e oito centímetros quadrados), localizada na Rua Ângelo Alberton Luiz, 294, Centro, Cidade de Grão-Pará/SC, para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Conselho Tutelar do Município de Grão-Pará.

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, os locadores receberão o valor global de R\$9.780,00 (nove mil, setecentos e oitenta reais), subdividido em 12(doze) parcelas de R\$ 815,00 (oitocentos e quinze reais) mensais.

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 12 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- efetuar mensalmente os pagamentos da energia elétrica e da água da sala ora locada;
- não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso dos locadores;
- manter em perfeitas condições de higiene e conservação a sala ora locada e, assim, restituí-la aos locadores quando do término ou rescisão do presente contrato.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

- Manter o acesso livre ao imóvel de funcionários credenciados pela locatária;
- efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força e esgoto, referentes ao imóvel ora locado;
- em caso de alienação do imóvel ora locado, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

06.01.2.021.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 106);  
15.01.2.030.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 164).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 11/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 10/2016-DL, de 12/01/2016.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, os locadores sujeitar-se-ão às seguintes sanções:

- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- Advertência escrita;
- Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. Os locadores não estarão sujeitos às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 12 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI                      ANTÔNIO SEBASTIÃO ROHLING  
Prefeito Municipal                      Locador

ALBERTINA GHIZONI ROHLING  
Locadora

TESTEMUNHAS

## CONTRATO N 13-2015-SILVA RECARGAS DE CARTUCHOS

CONTRATO N. 13/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SILVA & VITORASSI INFORMÁTICA E REMANUFATURADOS LTDA - ME, situada na Rua Nereu Ramos, 130, Sala c, Centro, Grão Pará, Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o n. 10.866.512/0001-99, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representado por seu Sócio Administrador, Sr. ODINEI DA SILVA, brasileiro, portador do CPF n 045.390.769-57, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a RECARGA DE CARTUCHOS DE TINTA E DE TONER, COM FORNECIMENTO DE TINTA E PÓ DE TONER, SENDO 52 CARTUCHOS DE TINTA PRETO E/OU COLORIDO AO PREÇO DE R\$ 20,00 (VINTE REAIS) POR RECARGA E 90 CARTUCHOS DE TONER PRETO AO PREÇO DE R\$ 75,00 (SETENTA E CINCO REAIS) POR RECARGA, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços descritos na Cláusula Primeira deste Contrato, cujo valor global é R\$ 7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa reais).

Parágrafo Único. Os preços acima referidos e homologados pelo Prefeito Municipal em Exercício serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

As recargas serão feitas, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de serviço expedida pela mesma.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado até o dia 10 de cada mês subsequente, mediante a apresentação dos documentos hábeis e liquidação do objeto.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 14 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar os pagamentos referentes às recargas realizadas;
- Emitir ordem de serviço à CONTRATADA para entrega dos cartuchos recarregados;
- Fornecer os cartuchos de tinta e os cartuchos de toner à CONTRATADA para que esta proceda às recargas;
- Substituir os cartuchos de tinta e os cartuchos de toner que, porventura, não possam mais ser recarregados por cartuchos de tinta e cartuchos de toner novos ou seminovos.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Não recarregar os cartuchos sem a devida ordem de serviço;
- Manter em dia estoque de tinta e pó de toner, para recarga imediata quando da necessidade da CONTRATANTE;
- Prestar assistência imediata quando do não funcionamento de quaisquer cartuchos, para verificação e solução dos problemas ocorridos;

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente do Município, classificada e codificada sob n.: 03.01.2.003.3.3.90.39.95.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 6).



**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 15/2016 - Edital de Dispensa de Licitação n. 11/2016-DL, de 14 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os cartuchos recarregados em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 14 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI ODINEI DA SILVA

Prefeito Municipal Sócio Administrador da Empresa Contratada

**TESTEMUNHAS****CONTRATO N 14-2016 GUILHERME (SAIBRO)**

CONTRATO N. 14/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Senhor GUILHERME SEMPBOM MELLER, portador do

CPF 056.001.849-56 e Carteira de Identidade 4.898.767 residente na Rua Mariana Bianchini Meller, 00021, São Francisco, Criciúma/ SC, CEP 88.805-535, doravante denominado de CONTRATADO, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO RESPONSABILIDADE TÉCNICA PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, A SER APLICADO NO REVESTIMENTO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

O contratante pagará ao contratado, como preço da prestação dos serviços dispostos no caput da Cláusula I, a importância fixa de R\$ 7.975,00 (sete mil, novecentos e setenta e cinco reais), pagos em 11 (onze) parcelas mensais, no valor de R\$ 725,00 (setecentos e vinte e cinco reais)

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal descrito no caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 (dez) de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir da data de assinatura e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A contratante obriga-se:

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos ao Contratado;

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

A contratada obriga-se a:

- I. Responsabilidade Técnica Para A Extração De Saibro ;
- II. Responder por todo ônus decorrente da Legislação Previdenciária e Fiscal, com referência ao serviço objeto do presente Contrato;
- III. Elaboração de laudo técnico quando solicitado por esta Municipalidade.

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento vigente da Prefeitura Municipal, como segue:

10.01.2.029.3.3.90.39.05.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144).

**CLÁUSULA VIII – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.
- e)

Parágrafo Único. A contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste contrato a Dispensa de Licitação n. 12/2016-DL, Processo Licitatório n. 19/2016, de 18/01/2016.

**CLÁUSULA X – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes

em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que à parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar à parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo único. Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independente de Ação Judicial.

**CLÁUSULA XI – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 18 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI                      GUILHERME SEMPREBOM MELLER  
Prefeito Municipal                      Contratado

TESTEMUNHAS

### **CONTRATO N 15-2016 SINDICATO**

CONTRATO N. 15/2016  
(18 de janeiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GRÃO-PARÁ, estabelecido na Rua Aderbal Ramos da Silva, 62, no Centro da Cidade de Grão-Pará/ SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/ MF sob n. 84.075.183/0001-02, doravante denominado LOCADOR, representado, neste ato, pelo seu Presidente, Senhor Tarcísio Costa Engels, brasileiro, casado, CPF n. 169.109.239-87, residente na localidade de Capivaras do Meio, neste Município, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### **CLÁUSULA I – DO OBJETO**

Locação de quatro salas, medindo, respectivamente, 21m2, 25,80m2, 20,00m2 e 24m2, localizadas no prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Grão-Pará, situado na Rua Aderbal Ramos da Silva, 62, no Centro, da Cidade de Grão-Pará/ SC, para serem utilizadas para funcionamento de toda a Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Grão-Pará.

#### **CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais) mensais, totalizando, assim, o valor global deste Contrato em R\$ 11.700,00 (Onze mil e setecentos reais).

#### **CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do caput da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

#### **CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá vigência até 31/12/2015, a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Único – Os efeitos deste contrato retroagirão a 04 de janeiro de 2016, tendo em vista que a locação não foi interrompida.

#### **CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação e à energia elétrica;  
II. Não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador;  
III. Manter em perfeitas condições de higiene e conservação os imóveis ora locados e, assim, restituí-los ao locador quando do término ou rescisão do presente contrato.

#### **CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

I. Efetuar o pagamento de impostos, taxas, seguro contra fogo, uso de força, esgoto e água referentes aos imóveis ora locados;  
II. Em caso de alienação dos imóveis ora locados, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do presente contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

#### **CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
05.01.2.011.3.3.90.39.10.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44).

#### **CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

#### **CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 21/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 13/2016-DL, de 18 de janeiro de 2016.

#### **CLÁUSULA X – DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente pela locatária, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia da locatária ao locador com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba ao locador qualquer espécie de indenização.

#### **CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;  
b) Advertência escrita;  
c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a locatária pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;  
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.  
Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto

deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 18 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

TARCÍSIO COSTA ENGELS  
Presidente do Sindicato

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 16-2016- CURSO DE ART. ROSANE**

CONTRATO Nº 16/2016  
(26 de janeiro ,de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a licitante ROSANE BELARMINDA FAUSTINA, brasileira, Casada, residente e domiciliada na Rua Presidente Vargas, 456, Centro, Município de Grão-Pará/ SC, portadora do CPF 025.037.749-70, Município de Grão-Pará/ SC, , doravante denominada de CONTRATADA, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARTESANATO JUNTO AOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela prestação de serviços, a contratada receberá a importância de R\$1.490,00 ( hum mil, quatrocentos e noventa reais) mensais, totalizando R\$ 16.390,00 (dezesesseis mil, trezentos e noventa reais).

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do "caput" da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor a partir de 26 de janeiro de 2016 e o seu vencimento será em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar se os serviços contratados estão sendo prestados e a efetuar os pagamentos mensais ao CONTRATADO.

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I. Efetuar todos os serviços descritos no Objeto deste Edital;  
II. Prestar os serviços nos dias da semana e nos horários de atendimento conforme solicitado pela Secretaria da Família e Desenvolvimento Social;  
III. Desenvolver atividades junto ao Grupo de Geração de Renda;  
IV. Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 01/2016,

Processo Licitatório nº 10/2016;

V. Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;

VI. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Edital;

VII. Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os serviços prestados;

VIII. Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;

IX. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 01/2016, Processo de Licitação nº 10/2016

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

(172)15.02.2.031.3.3.90.36.35.00.00.00.0000 – Valor: R\$ 16.390,00

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

**CLÁUSULA IX – DA DISPENSA DE PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo Licitatório n. 10/2016 – Edital de Pregão Presencial n. 01/2016 PR, de 11 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA X – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a contratante rescinda, unilateralmente, este contrato e aplique outras sanções;

b) Advertência escrita;

c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a contratante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal. Parágrafo Único. A contratada não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XI – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 26 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

ROSANE BELARMINDA FAUSTINA  
Contratada

TESTEMUNHAS



**CONTRATO N 17-2016 (CELIA KULKAMP)**

CONTRATO N. 17/2016

(de 27 de janeiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e o Espólio de LAERCIO OENNING MEURER, devidamente representado por sua Inventariante, a Senhora CELIA KULKAMP MEURER, viúva, residente e domiciliada na Localidade de Ilha Grande, no Município de Grão-Pará/SC, portadora do CPF n. 712.125.829/34, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I – DO OBJETO**

LOCAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRA PARA A INSTALAÇÃO DE UM BRITADOR MÓVEL E DEPÓSITO DE MATERIAL BRITADO, DEVIDAMENTE MATRICULADA SOB O N. M-1.984, NO LIVRO 2-AH, NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE BRAÇO DO NORTE/SC.

**CLÁUSULA II – DO VALOR**

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) mensais, totalizando este Contrato o valor global de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais).

**CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento do valor mensal do “caput” da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

**CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato entrará em vigor a partir de 27 de janeiro de 2016 e o seu término será em 31 de dezembro de 2016

Parágrafo Único – Os efeitos deste contrato retroagirão a 04 de janeiro de 2016, tendo em vista que a área foi utilizada durante este período.

**CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA**

I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;  
II. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso da locadora;  
III. iniciar, logo após assinatura deste Contrato, a limpeza e o preparo do local, para instalação do conjunto de britagem móvel e início dos processos de britagem de seixo rolado.

**CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR**

I. Manter o acesso livre de funcionários e/ou interessados credenciados pela locatária à área locada;  
II. efetuar o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre a referida área de terra;  
III. em caso de alienação da área ora locada, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do Contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

**CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:  
10.01.2.029.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144).

**CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE**

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irreajustável.

**CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes

em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente Contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 22/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 14/2016-DL, de 27/01/2016.

**CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES**

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste Contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;  
b) Advertência escrita;  
c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal em Exercício;  
d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal em Exercício.

Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste Contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 27 de janeiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

ESPÓLIO DE LAERCIO OENNING MEURER

Locador – Representado pela Inventariante  
CELIA KULKAMP MEURER

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 18-2016 (RECAPE DE PNEUS OENNING)**

CONTRATO N. 18/2016

(de 02 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP, empresa estabelecida na Av. Sete de Setembro, 103, Centro, Rio Fortuna/ SC, CEP 88.760-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 14.320.587/0001-20, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor LUIZ CÉSAR OENNING, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CNPJ sob n. 846.107.949-34 e portador da Carteira de Identidade n. 2.211.287-1 mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA RECAPE DE PNEUS, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 13/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 88.491,04 (oitenta e oito mil, quatrocentos e noventa e um reais e quatro centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

**CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

**CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 02 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos recapes adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos serviços de recapes licitados.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer os serviços de recape contratados sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais para os serviços de recapes contratados, para entrega imediata quando da necessidade da compradora;
- III. Não fornecer o serviço de recape fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Fornecer pneus com recapagem pré-moldada (conhecida como a frio);
- V. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.2.011.3.3.90.39.19.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 48);

06.01.2.017.3.3.90.39.19.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 95);

06.01.2.017.3.3.90.39.19.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 96);

10.01.2.029.3.3.90.39.19.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144);

10.01.2.029.3.3.90.39.19.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 148).

**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 13/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 03/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 02 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

LUIZ CÉSAR OENNING

Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 19-2016 EZEQUIEL DE SOUZA KUKKAMP**

CONTRATO N. 19/2016

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e EZEQUIEL DE SOUZA KULKAMP 05415379975, empresa com sede na Rua Nereu Ramos, 81, Sala 01, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 20.097.552/0001-77, representada, neste ato, pelo Senhor Ezequiel de Souza Kulkamp, brasileiro, solteiro, portador do CPF n. 054.153.799-75 e Carteira de Identidade n. 5.303-984, mediante sujeição mútua à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Cláusula Primeira – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL, E RESPECTIVOS SECRETARIAS E OS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DO TELE CENTRO COMUNITÁRIO JUNTAMENTE COM O PROJETO INCLUSÃO DIGITAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO:**

2.1 - Os serviços serão executados em conformidade com a proposta da CONTRATADA, que fica fazendo parte integrante deste Contrato como se aqui estivessem transcritos, bem como as instruções por escrito do CONTRATANTE.

2.2 - A CONTRATADA colocará como pessoas para a execução do objeto deste contrato profissional devidamente treinada e habilitada.

2.3 - A CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, na execução deste contrato, a legislação trabalhista, fiscal e previdenciária, por cujos encargos responderá unilateralmente.

2.4 - Como forma de manter os equipamentos de acordo com as especificações ideais de funcionamento, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE, será de competência da CONTRATADA:

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

3.1 - As despesas decorrentes do objeto deste contrato correrão por conta do orçamento-programa anual do CONTRATANTE na seguinte dotação orçamentária:

03.01.2.003.3.3.90.39.95.00.00.00.0000 (Código Reduzido: 6).

**CLÁUSULA QUARTA – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO**

4.1 – Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 26/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 15/2016-DL, 03 de fevereiro de 2016.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1 - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela integral e satisfatória execução dos serviços, o valor total de R\$ 7.150,00 (sete mil e cento e cinquenta reais), sendo:

5.1.1 - Pelo serviço mensal de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, será pago R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) mensais, até 31 de dezembro de 2016.

5.2 - O pagamento da manutenção preventiva e corretiva dos

equipamentos será efetuado, mensalmente, em até 10 (dez) dias úteis posteriores à apresentação do respectivo documento fiscal, mediante depósito em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS:**

6.1 - O prazo de execução do contrato vigora até 31/12/2016, contado a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogados para períodos subsequentes, mediante termo aditivo, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses. Os valores pactuados somente poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC – IBGE), acumulado, a menos que seja criado índice setorial oficial de bens e serviços de informática, obrigatoriamente imposto pela União.

6.2 - A vigência do contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA - RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

7.1 - A CONTRATADA responsabilizar-se-á:

7.1.1 - pelas despesas de viagem, deslocamento, hospedagem e alimentação de seus funcionários envolvidos na execução dos serviços objeto deste contrato;

7.1.2 - em fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, amplos esclarecimentos sobre o andamento dos serviços;

7.1.3 - em executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as melhores técnicas e com pessoal qualificado;

7.1.4 - por não ceder ou transferir, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste Contrato, sem prévia e formal anuência do CONTRATANTE;

7.1.5 - em zelar, no que lhe compete, pelo correto encaminhamento dos documentos fiscais e outros relativos ao presente Contrato, de forma a evitar extravios que possam implicar em morosidade no cumprimento das obrigações por parte da CONTRATANTE;

7.1.6 - por manter completo sigilo sobre as informações que lhe forem confiadas, não podendo cedê-las a terceiros, sob nenhum pretexto, comprometendo-se por seus empregados e prepostos a tê-las sob sua guarda.

7.2 - O CONTRATANTE responsabilizar-se-á por:

7.2.1 - pagar à CONTRATADA os valores ajustados, na forma e condições avançadas;

7.2.2 - disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos, informações e documentos necessários à perfeita execução dos serviços;

7.2.3 - facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação necessárias ao bom andamento dos trabalhos;

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES:**

8.1 - A CONTRATADA ficará responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à Legislação Fiscal, Social, Tributária, Civil e Comercial, respeitadas todas as Leis vigentes e, ainda, por todos os danos e prejuízos que a qualquer título vier a causar à CONTRATANTE ou a Terceiros, em virtude da inexecução do Contrato, respondendo por si e seus sucessores.

8.2 - A multa que alude os subitens a seguir não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

8.3 - Pela não execução total ou parcial do objeto deste instrumento, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência;

8.3.2 - Multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor global



deste Contrato;

8.3.3 - Suspensão do direito de licitar e contratar junto ao CONTRATANTE, de acordo com a Lei n. 8.666/93;

8.3.4 - Declaração de Inidoneidade, de acordo com a mesma Lei.

8.4 - As sanções previstas nos itens acima mencionados, admitem o contraditório e a ampla defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura da vista.

#### CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO:

9.1 - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente, nos seguintes casos:

9.1.1 - A decretação da falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da CONTRATADA, ou falecimento, no caso de firma individual;

9.1.2 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, em forma que prejudique a execução do contrato, a juízo do CONTRATANTE;

9.1.3 - Não cumprir qualquer uma das obrigações aqui assumidas.

9.2 - A rescisão unilateral do contrato será formalizada por ato do CONTRATANTE.

9.3 - Da rescisão unilateral, não caberá qualquer indenização à CONTRATADA, cabendo somente ao CONTRATANTE o pagamento dos serviços prestados até a data do Termo da Rescisão, que ainda não foram faturadas pela mesma, não cabendo à CONTRATADA qualquer valor adicional de indenização ou a qualquer título.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DOS EMPREGADOS:

10.1 - A CONTRATADA obrigar-se-á a observar, quanto ao pessoal empregado, que trata este contrato, quanto à legislação pertinente, especialmente as obrigações previdenciárias e trabalhistas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA tais obrigações.

10.2 - O CONTRATANTE não possui qualquer vínculo empregatício com os empregados da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1 - A CONTRATADA obriga-se por todos os itens deste contrato e da sua proposta apresentada.

11.2 - A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes deste contrato, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do CONTRATANTE relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO:

12.1 - Para dirimir questões decorrentes deste contrato fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC, com renúncia expressa a qualquer outro.

E, por estarem assim justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 03 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI                      EZEQUIEL DE SOUZA KULKAMP  
Prefeito Municipal                      Administrador

TESTEMUNHAS

### CONTRATO N 20 -2016 (COMBUSTIVEL)

CONTRATO N. 20/2016

(de 04 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e POSTO GRÃO PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos,s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 00.084.043/0001-00, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado na cidade de Grão-Pará/ SC, inscrito no CNPJ n. 824.733.079-20, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL S10 PARA O EXERCÍCIO DE 2016.

A compradora irá adquirir da vendedora os itens dos quais foi vencedora no Processo de Licitação n. 14/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

Pelo fornecimento dos itens referidos na Cláusula I, a compradora pagará à vendedora os preços homologados no Processo de Licitação n. 14/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016, constantes do Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor) em anexo, parte deste contrato, no valor total de R\$ 268.600,00(duzentos e sessenta e oito mil e seiscentos reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão reajustados de acordo com os índices oficiais determinados pelo Governo da União.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

PARAGRAFO ÚNICO – As Compras Efetuadas através do Fundo Municipal de Saúde Deverão ter seus documentos fiscais respectivamente.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 05 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I. Efetuar os pagamentos referentes aos combustíveis adquiridos;  
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos combustíveis licitados.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;  
II. Manter em dia estoque dos combustíveis, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;  
III. Não fornecer os combustíveis fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;

IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

V. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial nº 04/2016, Processo de Licitação nº 14/2016.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

05.01.2.011.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44);

06.01.2.016.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 90);

06.01.2.017.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 95);

10.01.2.029.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144);

10.01.2.029.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 146);

14.01.2.034.3.3.90.30.01.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 12);

14.01.2.034.3.3.90.30.01.00.00.00.0154 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 13).

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 14/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 04/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;

II. não mantiver a proposta, injustificadamente;

III. cometer fraude fiscal;

IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;

V. fornecer os combustíveis em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/SC, 04 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

DAILTON DORIGON DE SOUZ

Sócio Administrador da Vendedora

TESTEMUNHAS

#### CONTRATO N 21 -2016- MATERIAL DE ARTESANATO BELLA

CONTRATO N. 21/2016

(05 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BELLA – COMERCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Presidente Getulio Vargas, 484, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.186.099/0001-84, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por Sua Sócia Administradora Senhora Rosane Belarminda Faustina, Brasileira, Casada, residente e domiciliada em Grão-Pará, inscrito no CPF n.025.037.749-70, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos cotados deverão ser de primeira qualidade

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 16/2016- Edital de Pregão Presencial n. 05/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 57.359,72 (cinquenta e sete mil, trezentos e cinquenta e nove reais).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irredutíveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 05 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 173).

**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 16/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 05/2016-PR, de 18 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses

deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 05 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Rosane Belarminda Faustina  
Sócia Administradora da Vendedora

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 22-2016-DESBRAVADORA INTERNET**

CONTRATO N. 22/2016

(de 05 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de ASSINANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, empresa com sede na Rua Aderbal Ramos da Silva, 38, sala "b", Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 10.553.349/0001-04, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Senhora Maria Teresa Dacoregio Piva, brasileira, casada, portador do CPF n. 067.120.379-72 e Carteira de Identidade n. 264.461-4, mediante sujeição mútua à proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

**I - OBJETO**

Cláusula Primeira – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONEXÃO À REDE INTERNET, MODALIDADE INTERNET A CABO E WIRELESS, SENDO 512K DEDICADO À PREFEITURA MUNICIPAL, 512K À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO E 512K PARA USO NO TELECENTRO COMUNITÁRIO, TOTALIZANDO 1,5MK DE INTERNET DEDICADA (COM GARANTIA DE BANDA DE 100%, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS AO DIA E DISPONIBILIZAÇÃO DE ENDEREÇOS DE CORREIOS ELETRÔNICOS RECONHECIDOS NA REDE INTERNET MUNDIAL, VINCULADO AO ACESSO).

**II – CÓDIGO DA ASSINANTE E SENHA PRIVATIVA**

Cláusula Segunda – A assinante assume integral responsabilidade por si e por terceiros na utilização do(s) número(s) de IP fixo(s) repassado(s) pela DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, obrigando-se a honrar os compromissos financeiros e legais daí resultantes.

Parágrafo único. Em caso de violação do código de assinantes e/ou da utilização do(s) número(s) de IP fixo(s), a DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA poderá extinguir o presente contrato sem que a assinante ou terceiros façam jus a qualquer tipo de indenização ou ressarcimento.

Cláusula Terceira – A utilização da conexão privativa pela assinante implica em sua expressa concordância com a totalidade das cláusulas e disposições contidas neste documento e dá plena vigência às condições pactuadas.

**III – CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Cláusula Quarta – O serviço estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, podendo haver interrupções ou suspensões de natureza técnica/ operacional, hipóteses nas quais haverá sempre informação prévia à assinante.

Cláusula Quinta – O cadastramento para o serviço envolverá a inclusão das informações da assinante em diretórios eletrônicos. Ao final do contrato de prestação do serviço, os dados da assinante serão devidamente excluídos dos diretórios eletrônicos.



Cláusula Sexta – À DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, reserva-se o direito de suspender ou alterar, a seu exclusivo critério, qualquer facilidade oferecida à assinante, mediante informação prévia.

Parágrafo único. A utilização do serviço, pela assinante, após a data de qualquer alteração eventualmente promovida pela DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, implicará após o transcurso de 10 dias a contar do envio da informação na aceitação, pela assinante, das novas condições na prestação do serviço.

Cláusula Sétima – A DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA poderá, a seu exclusivo critério, considerar inapropriada a utilização do serviço.

1. Caso isso ocorra, a assinante será previamente notificada e deverá sanar prontamente o uso inapropriado do serviço;
2. A persistência do uso inapropriado implicará na extinção do presente contrato, pela DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, sem ensejar qualquer tipo de indenização à assinante ou a terceiros.

Cláusula Oitava – Considerando os padrões de conduta vigentes na utilização da rede Internet a assinante deve abster-se de:

1. Invadir a privacidade de outros assinantes, buscando acesso a senhas e dados privativos, modificando arquivos ou assumindo, sem autorização, a identidade de outro assinante;
2. Desrespeitar leis de direito autoral e de propriedade intelectual;
3. Prejudicar intencionalmente usuários da Internet, através do desenvolvimento de programas, acesso não autorizado a computadores e alterações de arquivos, programas e dados residentes na rede;
4. Divulgar propaganda ou anunciar produtos e serviços através de correio eletrônico, salvo em casos de expressa concordância de destinatários quanto a este tipo de conteúdo.

Cláusula Nona – Cabe expressamente à assinante a aquisição dos equipamentos terminais e suas interfaces com as redes de telecomunicações, assim como do software necessário à utilização do serviço.

#### IV – EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DA DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA

Cláusula Décima – É de exclusiva responsabilidade da assinante prevenir-se contra a perda de dados, invasão de rede e outros eventuais danos causados na utilização do serviço.

Cláusula Décima Primeira – A DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA não se responsabilizará, em nenhuma hipótese, por perdas e danos de qualquer natureza causados, direta ou indiretamente, pela utilização do serviço.

#### V – DURAÇÃO E EXTINÇÃO CONTRATUAL

Cláusula Décima Segunda – A vigência do presente contrato será de 05 de fevereiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Décima Terceira – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer momento, pela assinante, mediante comunicação por escrito à DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Cláusula Décima Quarta – Os custos decorrentes da utilização do presente serviço, até a data de sua efetiva rescisão, serão de responsabilidade da assinante.

Cláusula Décima Quinta – A DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA poderá rescindir o presente contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito ao assinante, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, se caracterizada a infração a

quaisquer dispositivos constantes do presente instrumento.

#### VI – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula Décima Sexta – A assinante pagará o valor global de R\$ 7.260,00 (sete mil, duzentos e sessenta reais), subdividido em 11 (onze) parcelas de R\$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais), que é o valor mensal, já inclusos os tributos e demais encargos devidos, para acesso dedicado e agregado, cobrados até o último dia útil de cada mês.

Cláusula Décima Sétima – O pagamento pela utilização do serviço será realizado, mensalmente, até o dia 10 de cada mês, mediante a inserção dos elementos na conta de prestação de serviços (CPS), emitida pela DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA.

Cláusula Décima Oitava – A CPS estará à disposição da assinante com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência do seu vencimento, o qual deverá ocorrer, de preferência, no mesmo dia de cada mês.

Cláusula Décima Nona – O não pagamento da CPS no vencimento sujeitará a assinante, a exclusivo critério da DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, independente de notificação judicial, às seguintes sanções:

1. Bloqueio de acesso à rede Internet no 30º (trigésimo) dia do vencimento;
2. Financeiras: juros e taxas de mora legais, sobre o valor total da conta, calculados desde o dia seguinte ao do vencimento, até a data do efetivo pagamento.

Cláusula Vigésima – A assinante em débito não poderá contratar novos serviços da DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA, até completa liquidação da dívida.

Cláusula Vigésima Primeira – A conta não contestada em até 30 (trinta) dias após o seu vencimento se reveste de caráter de dívida líquida, certa e exigível para os fins de cobrança judicial, podendo a DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA expedir duplicata/ triplicata de prestação de serviços e promover o respectivo protesto cambial e registro em cadastro de devedores.

Cláusula Vigésima Segunda – Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, a empresa contratada sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a assinante rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a assinante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a assinante enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A empresa contratada não estará sujeita às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

#### VII – NORMAS APLICÁVEIS

Cláusula Vigésima Terceira – São aplicáveis automaticamente, ao presente contrato, os atos do poder concedente publicados na imprensa oficial, concernentes aos serviços de conexão à Internet.

Cláusula Vigésima Quarta – Por mais privilegiado que outro seja, fica eleito o foro de Braço do Norte, Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente contrato.

#### VIII – HOME PAGE

Cláusula Vigésima Quinta – A empresa terá disponível um espaço para hospedagem de home-page com 100 Mb e a utilização do domínio [www.graopara.sc.gov.br](http://www.graopara.sc.gov.br). A elaboração da home-page não é de responsabilidade da DESBRAVADORA INTERNET E COMUNICAÇÃO LTDA.

#### IX – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Cláusula Vigésima Sexta – As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente do Assinante, como segue:

03.01.2.003.3.3.90.39.97.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 6).

#### X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima – Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 27/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 16/2016-DL, 05/02/2016.

#### XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula Vigésima Oitava – E, por assim terem contratado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 05 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Maria Teresa Dacoregio Piva  
Sócia Administradora da Contratada

### **CONTRATO N 23-2016- MAESTRO LOURENÇO MÜLLER**

CONTRATO N. 23/2016  
(10 de fevereiro de 2015)

TERMO DE CONTRATO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ Sr. LOURENÇO MÜLLER, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REGÊNCIA DO CORAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE PARTITURAS, DISCRIMINADO NO EDITAL LICITATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, PROCESSO DE LICITAÇÃO SOB Nº 17/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.558.149/0001-55, situado na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AMILTON ASCARI.

CONTRATADO: LOURENÇO MÜLLER, residente na Rua Angelo Alberton Luiz, 405, Centro, Grão-Pará/SC, Portador do CPF 096.379.909-68.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1ª. O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REGÊNCIA DO CORAL MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, EDIÇÃO E IMPRESSÃO DE PARTITURAS, pelo período de 11 (onze) meses, no valor mensal de R\$1.250,00(um mil e duzentos e cinquenta reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ 13.750,00 (treze mil, setecentos e cinquenta reais.).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O pagamento será feito, mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado de 11 (onze) meses, até 31/12/2016.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA FORMA DE REAJUSTE

5ª. Os valores previstos neste instrumento não sofrerão reajustes.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que correrão por conta do orçamento vigente para o exercício do ano de 2016, a saber:

(118)06.01.2.024.3.3.90.36.06.00.00.00.0000 – Valor previsto de: R\$ 13.750,00-

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7ª. São obrigações do CONTRATADO:

- a) Reger o Coral Municipal de Grão-Pará, editar e imprimir partituras, até 31 de dezembro de 2016;
- b) Organizar e dirigir o Coral Municipal de Grão-Pará, com a característica de quatro naipes de coro misto (soprano, contralto, tenor e baixo);
- c) Selecionar os integrantes aptos a participar do Coral;
- d) Desenvolver atividades de técnica vocal junto ao Grupo;
- e) Realizar os ensaios do Coral em horário e local a serem definidos junto ao Coral Municipal de Grão-Pará, até 31 de dezembro de 2016;
- f) Assumir inteira responsabilidade pela entrega do objeto, de acordo com as especificações constantes da proposta apresentada e todas as disposições do Edital de Pregão Presencial nº 06/2016, Processo Licitatório nº 17/2016;
- g) Em tudo agir segundo as diretrizes da Administração CONTRATANTE, edital convocatório de licitação e contrato firmado;
- h) Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, pela omissão ou inadequado fornecimento do objeto, especificados na Cláusula Primeira deste Contrato;
- i) Responder por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre os serviços prestados;
- j) Prestar os serviços de boa qualidade e satisfatórias aos fins do CONTRATANTE;
- k) Prestar os serviços semanalmente e reger o Coral Municipal de Grão-Pará em todos os eventos que, porventura, o Coral Municipal se apresente/participe, seja em território municipal ou fora dele;
- l) Ensaiar as músicas definidas pelo Coral Municipal de acordo com os eventos dos quais o Coral participará;
- m) Participar, conjuntamente com o Coral Municipal, de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal em que esta, porventura, solicitar a participação do Coral Municipal de Grão-Pará.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8ª. O CONTRATANTE fica obrigado a fiscalizar se os serviços contratados estão sendo prestados e a efetuar os pagamentos mensais ao CONTRATADO.

#### CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9ª. O inadimplemento de qualquer das partes implicará pagamento de multa administrativa de 10% do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

10. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos

seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) aplica-se, no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e de suas alterações.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Grão-Pará poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Grão-Pará/SC, 10 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

LOURENÇO MÜLLER  
Contratado

TESTEMUNHAS

### CONTRATO N 24-2016 MARINO ROHLING

CONTRATO N. 24/2016  
(10 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARA, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e MARINO ROHLING, brasileiro, casado, residente na Localidade de Braço Esquerdo, Município de Grão-Pará/ SC, portador do CPF n. 344.516.929-20, doravante denominado LOCADOR, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I – DO OBJETO

Locação de uma área de terra de propriedade do locador, registrada sob o n. R-2-18799, no Livro 2-BJ, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Braço do Norte/ SC, localizada às margens da Rodovia Municipal GPA 050, onde há construído o Estádio Municipal Santos Moisés Dacoregio.

#### CLÁUSULA II – DO VALOR

Pela locação, o locador receberá a importância de R\$ 1.350,00 (Hum mil trezentos e cinquenta reais) mensais, até 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA III – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento do valor mensal do “caput” da Cláusula II será efetuado até o dia 10 de cada mês.

#### CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor a partir de 10 de fevereiro de 2016 e o seu término será em 31 de dezembro de 2016.

#### CLÁUSULA V – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

- I. Efetuar mensalmente os pagamentos referentes à locação;
- II. efetuar a manutenção das obras construídas sobre a área locada, bem como o fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água, não lhe cabendo direito algum e indenização pelas benfeitorias, modificações e obras que fizer no imóvel, podendo retirá-las após a rescisão do presente contrato;
- III. não sublocar ou transferir este contrato sem consentimento expresso do locador.

#### CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

- I. Manter o acesso livre à área locada de funcionários e/ ou interessados credenciados pela locatária;
- II. efetuar o pagamento de impostos e taxas incidentes sobre a referida área de terra;
- III. em caso de alienação da área ora locada, incluir na escritura respectiva uma cláusula que imponha ao adquirente a obrigação de respeitar a presente locação até o término do contrato, ressalvadas as disposições especiais das leis de emergência sobre o inquilinato.

#### CLÁUSULA VII – DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente da locatária, como segue:

07.01.2.027.3.3.90.36.15.00.00.00.0000 – Aplicações Diretas (Código Reduzido: 130).

#### CLÁUSULA VIII – DO REAJUSTE

O valor estabelecido na Cláusula II será fixo e irrevogável.

#### CLÁUSULA IX – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer Cláusula ou condição, sendo que a parte prejudicada deverá, primeiramente, notificar a parte inadimplente, determinando que a inadimplência seja sanada dentro de 30 (trinta) dias contados da data do recebimento da notificação.

§ 1º – Decorrido esse prazo e não tendo sido sanada a inadimplência, a parte inadimplente incorrerá na dissolução do Contrato, independentemente de Ação Judicial.

§ 2º – O presente contrato poderá ser rescindido, a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, de acordo com sua conveniência, independentemente de verificação da inadimplência prevista no caput deste artigo, mediante comunicação prévia à outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que caiba à outra parte qualquer espécie de indenização.

#### CLÁUSULA X – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Faz parte deste Contrato o Processo Licitatório n. 28/2016 – Edital de Dispensa de Licitação n. 17/2016-DL, de 10/02/2016.

#### CLÁUSULA XI – DAS SANÇÕES

Pelo atraso e inexecução total e parcial deste contrato, o locador sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- a) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do objeto não realizado, não impedindo que a locatária rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções;
- b) Advertência escrita;
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar a contratante pelo prazo de 02 (dois) anos, aplicado pelo Prefeito Municipal;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a



locatária enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal. Parágrafo Único. O locador não estará sujeito às sanções acima descritas caso o atraso ou inexecução, total ou parcial, do objeto deste contrato for provocado por causas naturais.

**CLÁUSULA XII – DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará/ SC, 10 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

MARINO ROHLING  
Locador

TESTEMUNHAS

**CONTRATO N 25-2016 (PNEUS - PNEUS OENNING)**

CONTRATO N. 25/2016

(de 12 de fevereiro de 2016)

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP, empresa estabelecida na Av. Sete de Setembro, 103, Centro, Rio Fortuna/ SC, CEP 88.760-000, inscrita no CNPJ/ MF sob n. 14.320.587/0001-20, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Procurador, Senhor LUIZ CÉSAR OENNING, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CNPF sob n. 846.107.949-34 e portador da Carteira de Identidade n. 2.211.287-1 mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

**CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 12/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 02/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016, no valor total de R\$ 227.064,90 (duzentos e vinte e sete mil, sessenta e quatro reais e noventa centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

**CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2016, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

**CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 12 de fevereiro de 2016 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2016.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;  
II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

I. Não fornecer os materiais contratados sem a devida ordem de compra;  
II. Manter em dia estoque dos materiais contratados, para entrega imediata quando da necessidade da compradora;  
III. Não fornecer materiais fora das especificações, marcas e preços cotados no Processo Licitatório;  
IV. Fornecedor somente pneus de 1ª (primeira) linha, conforme consta no Edital de Pregão Presencial n. 02/2016-PR, pertinente a este Contrato;  
V. Dar garantia mínima de 5 (cinco) anos contra vícios e defeitos de fabricação;  
VI. Entregar pneus rodoviários e de passeio, conforme consta na Proposta de Preços da vendedora, que tenham Certificado do Inmetro;  
VII. Atender as requisições de compra no prazo máximo de 24 horas.  
VIII. Manter em dia, durante a vigência contratual, as mesmas condições de habilitação do Edital de Pregão Presencial n.º 02/2016, Processo de Licitação nº 12/2016.

IX. A cada pneu novo vendido ao Município, a empresa contratada deverá recolher um pneu inservível e a ele dar a destinação final ambiental correta nos termos da legislação ambiental vigente.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.º:

02.01.2.002.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 2);  
03.01.2.003.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 6);  
05.01.2.011.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 44);  
05.01.2.016.3.3.90.30.39.00.00.00.0001 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 90);  
05.01.2.017.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 94);  
10.01.2.029.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 144);  
14.01.2.034.3.3.90.30.39.00.00.00.0161 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 15);  
15.01.2.030.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 159);  
15.01.2.044.3.3.90.30.39.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (Código Reduzido: 181).

**CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

**CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 12/2016 - Edital de Pregão Presencial n. 02/2016-PR, de 13 de janeiro de 2016.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 12 de fevereiro de 2016.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

LUIZ CÉSAR OENNING  
Procurador da Vendedora

TESTEMUNHAS



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA 1 CREDENCIAMENTO 04.2016 PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA

PROCESSO Nº 16/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/2016

CREDENCIAMENTO Nº 04/2016

Ata Nº01 da reunião de abertura da documentação e proposta

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 418/2015, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademir de Barros, nº 85, Centro, no dia 17/02/2016 a partir das 14h00min para fazer a avaliação da documentação e proposta referente ao credenciamento de empresas para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS E CONSULTAS NA ÁREA DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA DESTINADO AO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC - CREDENCIAMENTO PARA O ANO DE 2016, destinadas ao atendimento dos munícipes de Guaraciaba, SC, conforme prescrição médica e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, para o ano de 2016.

Até a presente data a Comissão protocolou os envelopes das proponentes a seguir nominadas:

1) CLINICA DE MARCO EIRELI - EPP- CNPJ 01.797.283/0001-07 com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto 430, Centro da cidade de Chapecó/SC.

Após avaliada a documentação de habilitação e proposta pela Comissão, foi declarada apta a ser credenciada a prestar os serviços, a proponente abaixo nominada nas especialidades conforme segue:

CLINICA DE MARCO EIRELI - EPP- CNPJ 01.797.283/0001-07 com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto 430, Centro da cidade de Chapecó/SC

Item	Especificação	Quantidade Prevista	Remuneração
1	CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS PARA: JOELHO, PÉ, PERNA, LIGAMENTOS, ASTROSCOPIA, MINISCOS, FÊMUR, MÃO, BRAÇO, OMBRO, COTOVELO, TORNOZELO E FRATURAS	40,00	1.000,00
2	ARTROPLASTIAS TOTAL DE QUADRIL E JOELHO (PRÓTESES DE QUADRIL E PRÓTESES DE JOELHO)	20,00	1.800,00
3	CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS DE GRANDE PORTE, PARA: JOELHO, PÉ, PERNA, LIGAMENTOS, ASTROSCOPIA, MINISCOS, FÊMUR, MÃO, BRAÇO, OMBRO, COTOVELO, TORNOZELO E FRATURAS	30,00	1.800,00
4	CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE ORTOPEDIA	100,00	80,00

Para tanto, abre-se o prazo recursal de três dias a contar da presente data, e não havendo recursos interpostos, ou após sua denegação, o processo será encaminhado para a autoridade competente para homologação.

Como o processo de credenciamento fica em aberto, as demais proponentes que tenham interesse em credenciar-se para prestar os serviços, objeto do presente credenciamento, poderão protocolar a documentação no setor de compras e licitações, a qual será avaliada pela comissão, que determinará o atendimento das exigências do presente edital até 30/11/2016.

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi  
Presidente

Tatiane Cristina Schneider  
Membro/Suplente

Ana Paula Volkweis  
Membro

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO DE REVOGAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº140/2015-PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

TERMO DE ANULAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 140/2015 – PMG.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA REVISÃO DE MOTO-NIVELADORA (PATROLA), COM FORNECIMENTO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, FILTROS DE ÓLEO E TELA, RETENTOR DE BORRACHA + ANEL DE VEDAÇÃO E CONJUNTO DE BOMBA, INCLUINDO O DESLOCAMENTO E O QUILOMETRO RODADO PARA MANUTENÇÃO.

No dia 23 de dezembro de 2015, às 08h30m decidiu-se pelo não prosseguimento do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE Nº 140/2015 – PMG e assim a ANULAÇÃO COMPLETA DO MESMO.

Conforme pedido da Secretaria de Infra Estrutura e do Prefeito Municipal.

Fundamentando-se no artigo 57 da lei 8.666/90 – Lei de Licitações, que rege a vigência dos créditos orçamentários.

Encerrando-se esta Licitação de Inexigibilidade sem contratação do objeto e nenhum pagamento para a empresa.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.

Contratado: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, sob o CNPJ nº 06.224.121/0006-08.

Valor: R\$ 7.814,00 (sete mil e oitocentos e quatorze reais).

Guaramirim (SC), 11 de fevereiro de 2015.

LAURO FRÖHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO LICITCAO 06 2016

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: TOMADA DE PREÇO / OBRA SERVIÇO ENGENHARIA - 06/2016
Tipo : Menor Preço Global
Objeto : REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF E PE DORVALINO FELIPE E CEI ROSELI ULLMANN.
Entrega dos Envelopes: 07/03/2016 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 07/03/2016 às 09:15 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 17/02/2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº. 609/2016

DECRETO Nº. 609/2016

Prorroga os efeitos da Lei nº. 4191/2015, que autoriza a remissão de lançamentos de taxas de alvará de licença e localização, ISS fixo, e taxa de alvará sanitário.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e com o art. 2º da Lei nº. 4191/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam prorrogados, até 31 de dezembro de 2016, os efeitos da Lei nº. 4191/2015, que autoriza a remissão de lançamentos de taxas de alvará de licença e localização, ISS fixo, e taxa de alvará sanitário.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 15 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº. 610/2016

DECRETO Nº. 610/2016

Altera horário de expediente das repartições públicas municipais e revoga o Decreto nº. 529/2015.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Altera o horário de expediente das Repartições Públicas Municipais, Fundações e Autarquia mantidas pelo Município, a partir de 22 de fevereiro de 2016, sendo de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº. 529/2015.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de fevereiro de 2016.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 08

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul – Prefeitura

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 08/2016 - Pregão Presencial Nº. 07/2016.

Objeto: Contratação de prestação de serviços para lavagens completa e conserto de pneus para a frota de veículos e maquinas da municipalidade de Guarujá do Sul, Policia Civil e Policia Militar do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 03/03/2016 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário das 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 17 de fevereiro de 2016.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 16 - SUZANA CÁSSIA MARTINAZZO CONVOCAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: Resolve:

Art. 1º Convocar a Senhora Suzana Cassia Martinazzo, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 785.323.619-00, aprovada em 16º lugar, para o cargo de professor de Anos Iniciais, no Processo Seletivo nº 002/2015/SMECE, homologado pelo Decreto Municipal nº 3493/2015, reclassificada na data de 29/01/2016 na escolha de vagas referente ao Edital nº 001/2016/SMECE, para 29º lugar, para assumir vinte horas no período vespertino na EBM Cruz e Sousa.

Art. 2º A convocada terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir desta publicação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a Rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval d'Oeste para manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse da aprovada, ora convocada, realizar-se-á a medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos.

Herval d'Oeste (SC) em 17 de fevereiro de 2016.

Lourdes Ferreira Brandão  
Secretária Municipal de Educação,  
Cultura e Esportes

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Suzana Cassia Martinazzo

### CONVOCAÇÃO Nº 165 - SILVANA DAROLD SAVARIS Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal: RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora SILVANA DAROLD SAVARIS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 008.416.149-38, aprovada no (165º) centésimo sexagésimo quinto lugar, do Concurso Público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da publicação da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apanhar a relação dos Documentos e apresentá-los juntamente com Exames e Laudo Médico Admissional requeridos pelo Decreto nº 3.036/2012.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se junto a Secretaria de Saúde ou Secretaria Municipal de Assistência Social de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 17 de Fevereiro de 2016.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

Ciente em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
SILVANA DAROLD SAVARIS

### PORTARIA Nº 181/2016 PORTARIA Nº 181/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Retorno de Licença Sem Remuneração, à Servidora SILVANA TREVISOL GAB (Matr. 911), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI da LC Nº 316/2013, 20 (vinte) horas semanais, turno vespertino, sem lotação, a partir de 15 de fevereiro de 2016, de conformidade com o artigo 105 da Lei Complementar nº 281/2011 de 19 de agosto de 2011.

E, REMOVER e LOTAR a Servidora supracitada, do turno vespertino para o turno matutino, junto ao CME Pequeno Príncipe a partir de 15 de fevereiro de 2016, de conformidade com o Edital nº 046/2015/SMECE, com o Decreto nº 3467 de 20 de novembro de 2015 e a Lei Complementar nº 316 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 15 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 182/2016 PORTARIA Nº 182/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

AMPLIAR e LOTAR em caráter definitivo a carga horária, de 20 para 40 horas semanais, da Servidora SILVANA TREVISOL GAB (Matr. 911), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI da LC Nº 316/2013, lotada 20 horas no CME Pequeno Príncipe, turno matutino, conforme Portaria nº 181/2016; e, 20 horas na EBM Estação Luzerna, turno vespertino, a contar de 15 de fevereiro de 2016, conforme Edital nº 048/2015/SMECE e Decreto nº 3478 de 17 de dezembro de 2015 e artigos 51 e 52 da LC Nº 316/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 15 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 183/2016**

PORTARIA Nº 183/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

AMPLIAR E LOTAR em caráter definitivo a carga horária de 20 para 40 horas semanais, da Servidora MARILENE DE LURDES ALVES (Matr. 3590), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/B, anexo XI da LC Nº 316/2013, lotada 20 horas no CME Pequeno Príncipe, turnos matutino e vespertino, e 20 horas na EBM Cruz e Sousa, turnos matutino e vespertino, a contar de 15 de fevereiro de 2016, conforme Edital nº 048/2015/SMECE e Decreto nº 3478 de 17 de dezembro de 2015 e artigos 51 e 52 da LC Nº 286/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste - (SC), em 15 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 184/2016**

PORTARIA Nº 184/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER ATRIBUIÇÃO DE EXERCÍCIO, à Servidora SILVANA TREVISOL GAB (Matr. 911), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 6/D, anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, lotada junto ao CME Pequeno Príncipe e à Estação Luzerna, para atuar no CMEI Tio Zezinho, na vaga da servidora Marizete Aparecida Dalmédico, a contar de 17 de fevereiro de 2016 até o término do ano letivo de 2016, ou retorno do servidor cuja vaga está vinculada.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 185/2016**

PORTARIA Nº 185/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Designar a Comissão Especial para acompanhar a realização das provas do Processo Seletivo que trata o Edital nº. 001/2016/SMS/HO de 11 de Fevereiro de 2016, que será composta pelos servidores abaixo relacionados, para que, sob a presidência do primeiro, exerçam as atribuições necessárias à realização do referido Processo Seletivo, mormente àquelas necessárias ao cumprimento do respectivo Edital.

Marli Aparecida Coronetti Nora (Matr. 4049) – Presidente  
Willian César Gavasso (Matr. 2751) – Membro  
Karla Cristina Magro (Matr. 4114) – Membro  
Lígia Bacaltchuk (Matr. 774) – Membro  
Paulo Berté (Matr. 516) – Membro

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 186/2016**

PORTARIA Nº 186/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Função de Confiança de Supervisor de Área – FC-03, à Servidora MICHELLE BENEDETTI (Matr. 2880), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível/Referência – 6/2/B, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 187/2016**

PORTARIA Nº 187/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Função de Confiança de Supervisor de Área – FC-03, ao Servidor ADEMIR RAFAEL ZABOTT (Matr. 2866), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência – 9/B, anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.



Herval d' Oeste (SC), em 17 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 188/2016**  
PORTARIA Nº 188/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por Término de Contrato, a contar de 17 de fevereiro de 2016, o Servidor RAFAEL DA ESPADA (matr. 4116), o qual exerce a função de Professor, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 291/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval D'Oeste, (SC) em 17 de Fevereiro de 2016.  
Nelson Guindani  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016**  
CÂMARA DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE  
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), neste ato representado por seu Presidente Senhor ADELAR JOSÉ PROVENCI, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM nos termos da Lei nº 10.520/2005, Lei nº 8.666/1993 e demais disposições legais aplicáveis, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação dos seguintes serviços: Item 01: Contratação de serviços radiofônicos com frequência modulada (FM) ou Amplitude Modulada (AM) e abrangência comprovada no município de Herval d'Oeste, visando à transmissão integral das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; Item 02: Contratação de veiculação semanal de um programa de 15 (quinze) minutos com os vereadores, com 3 (três) chamadas durante o dia na programação normal da emissora; Item 03: Contratação de 150 (cento e cinquenta) inserções produzidas pela emissora e veiculadas nos dias de realização de sessão na Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste; Item 04: Contratação de serviços de mídia eletrônica, em portal de notícias, com atualização diária e permanente, para divulgação da pauta das sessões ordinárias e extraordinárias, com divulgação de matérias e jornalísticas de indicações e projetos de lei da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM.

CREDENCIAMENTO: Até as 14 horas do dia 01 de março de 2016, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 01 de março de 2016, às 14h15min na Câmara de Vereadores, Rua Nereu Ramos, 389 - Centro, Herval d'Oeste-SC.

O Edital na íntegra se encontra no site [www.camarahervaldoeste.sc.gov.br](http://www.camarahervaldoeste.sc.gov.br) e também se encontra disponível na sede da Câmara de Vereadores, telefone (49) 3554-1174, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Herval d'Oeste (SC), 17 de fevereiro de 2016.  
ADELAR JOSÉ PROVENCI  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

**RESOLUÇÃO Nº CM 0152/2016**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 0152/2016

"Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d' Oeste – SC "

ADELAR JOSÉ PROVENCI, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

RESOLVE

Art. 1º Fica nomeado servidor: Jeferson Alfredo Mendonça, Auxiliar Administrativo, CPF nº 780.714.539-00, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível – 5, Referência "B" como Pregoeiro da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste e os servidores Paulo Ferrandin, CPF nº 596.399.469.15, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Analista Legislativo, Nível – 8, Referência "G"; Alan Lucas de Almeida, CPF nº 949.983.709-44, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Contador, Nível – 8, Referência "B" e advogado Marcio Mendes da Rosa, CI nº 2092456661 – SSP-RS, CPF nº 006.137.360-52 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 28344, cargo de Assessor Jurídico, constante do Anexo VI - Quadro Permanente de Pessoal, como a Equipe de Apoio da Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Resolução nº CM 0110/2014 de 30 de janeiro de 2014.

Herval d' Oeste.SC, em 17 de fevereiro de 2016.  
ADELAR JOSÉ PROVENCI  
Presidente

# Ibiam

## PREFEITURA

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA FEVEREIRO/2016

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS E AUDIÊNCIA PÚBLICA DA SAÚDE.

PRIMEIRO QUADRIMESTRE do exercício de 2016

Lei Complementar nº101/2000, Art. 9º, § 4º

#### CONVITE

Convidamos todos os Ibianenses e a quem possa interessar para participar da audiência pública quadrimestral para avaliação das metas bimestrais de arrecadação e audiência pública quadrimestral da Saúde que serão realizadas:

DATA: 23/02/16

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

HORÁRIO: 13:15 HS

Desde já agradecemos pela sua presença.

Ibiam(SC), 17 de Fevereiro de 2016.

GILMAR FONTANA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar Dispensa de licitação, para aquisição de lixeiras para uso da população em via publica do Município de Ibiam. CONTRATANTE: Municipal de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74. CONTRATADO Disbraplac Ltda - EPP, CNPJ: 05.168.674/0001-13.Documento Legal: Art.24 da Lei 8666/93.Ibiam, 17 de Fevereiro de 2016. Gilmar Fontana Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 004/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar Dispensa de licitação, para contratação de serviço de manutenção da iluminação do Ginásio de Esportes Domingos José Parise, em anexo ao Centro Educacional Eliziane Titon. CONTRATANTE: Municipal de Ibiam, CNPJ: 01.612.745/0001-74. CONTRATADO Só Luz Comércio de Materiais Elétricos Ltda, CNPJ: 07.038.642/0001-29.Documento Legal: Art.24 da Lei 8666/93.Ibiam, 17 de Fevereiro de 2016. Gilmar Fontana Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

### TERMO ADITIVO 01 - CT 011/2015

TERMO ADITIVO Nº 001/2016

CONTRATO Nº 011/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2014

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quinze, o Município de Ibiam, inscrito no CNPJ sob n. 01.612.745/0001-74, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Centro, Ibiam, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. GILMAR FONTANA, e a empresa LORISNEI FRANÇA ME, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 16.454.243/0001-30, com sede na Rua Guilherme Tessmann, Centro, na cidade de Alto Bela Vista, CEP: 89.730-000, neste ato representado por sua Sócia Administradora, a Sra. Lorisnei França, CPF: 594.303.039-53, CI 1.874.829-5, celebram o presente termo aditivo de reajuste de valores, com amparo no Art. 65 da Lei 8666/93 e Conforme Cláusula Sétima do contrato original. Resolvem pactuar este termo aditivo pelas cláusulas e condições a seguir:

Clausula Primeira: Ficam reajustados pelo índice do INPC dos últimos doze meses correspondente a 11,2762%, passando a partir desta data a ter os seguintes valores:

Descrição da nota	Valor conforme Proposta Vencedora	Valor reajustado
<p>SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, DURANTE O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, COMPREENDENDO:</p> <p>- Reparos físicos em computadores, "in loco".</p> <p>- Reparos físicos em impressoras, nobreaks, formatações de computadores, instalações de aplicativos e sistemas, cabeamentos, configurações de estações de trabalho, instalações de redes novas, manutenções de redes de acesso a internet, servidores de dados, gerenciamentos de senhas de usuários de acesso via remoto.</p> <p>NOTAS: 1- Os serviços serão requisitados em conformidade com as necessidades e deverão ser prontamente atendidos, sendo que sua remuneração dar-se-á por valor fixo mensal.</p> <p>2- Estão excluídos dos valores mensais os materiais necessários ao cumprimento do objeto deste contrato, devendo a administração municipal disponibilizá-los.</p>	R\$ 1.750,00	R\$ 1.947,33
Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Formatação de máquinas;	R\$ 95,00	R\$ 105,71
Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Limpeza impressora;	R\$ 135,00	R\$ 150,22
Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado: Manutenção nobreak;	R\$ 35,00	R\$ 38,94
Serviços que eventualmente poderão, mediante prévia autorização da Administração, devidamente justificada a necessidade por parte do contratado, serem realizados na sede do contratado Instalação e configuração programas (saúde)	R\$ 120,00	R\$ 133,53
Chamado técnico adicional (quando ultrapassar o limite de 4 visitas durante a semana.)	R\$ 473,50	R\$ 526,89

Cláusula Segunda – As demais Cláusulas do contrato 011/2015 permanecem inalteradas.

E por estarem certos, firmam este aditivo, em quatro vias de igual teor e forma, que será assinado na presença de duas testemunhas que também assinam.

Ibiam – SC, 08 de janeiro de 2016.

GILMAR FONTANA

Prefeito Municipal em Exercício

LORISNEI FRANÇA ME

CNPJ nº 16.454.243/0001-30

Testemunhas:

Rosinei Ceron

CPF nº 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF nº 490.157.709-30

Henrique Grassi Rossato

Procurador Geral –OAB 34.173

## **TERMO ADITIVO 01- CT 023-2015**

TERMO ADITIVO Nº 001/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Nº 023/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2015

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2015

O Município de Ibiam, representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Gilmar Fontana, CPF nº 422.402.559-00, residente e domiciliado em Ibiam – SC, e a Empresa Lider Materiais Elétricos Ltda EPP, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 00.521.103/0001-05, com sede à Rua 29 de Julho, nº 224, Sala 1, Centro, na cidade de Concordia/SC, neste ato representado por seu Administrador o Sr. Antonio Fernando Franchin, CPF: 477.062.959-15, CI 10/R 1.109.781, de ora em diante denominado de Contratado, com fulcro na cláusula Terceira e décima segunda do contrato nº 023/2015, e artigo 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993, bem como solicitação realizada, resolvem celebrar este instrumento, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

Cláusula Primeira: As partes acima identificadas resolvem em comum acordo aditar o prazo do contrato 023/2015, por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 04 de Janeiro de 2016, até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Segunda: A partir desta data, o contrato tem o valor majorado, precedendo-se o reajuste de valores pelo índice do INPC acumulado desde a data da assinatura do contrato 023/2015, correspondente a 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento), passando a vigorar

com o seguinte valor:

Item	Descrição	Valor atual pago por mês.	Reajuste de 6,59 %	Valor reajustado pago por mês
1	Coleta, transporte e destino final do lixo urbano do Município de Ibiã, para o ano de 2016. As coletas devem ocorrer 2 vezes por semana, no período da manhã, nas terças e sábados, no horário compreendido entre 07:30 as 10:30 horas. A critério da Administração Municipal de Ibiã, os dias e horários de coletas, poderão sofrer alteração, no decorrer da vigência do contrato.	R\$ 11.500,00	R\$ 757,85	R\$ 12.257,85

Cláusula Terceira: Este termo aditivo entre em vigor na data de sua assinatura, com termino em 31/12/2016.

Cláusula Quarta: As demais Cláusulas do Contrato permanecem inalteradas e por estarem certos, firmam este Termo Aditivo em duas vias, perante Testemunhas que também assinam.

Ibiã – SC, 28 de Dezembro de 2015.

MUNICIPIO DE IBIAM  
GILMAR FONTANA  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

LIDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA EPP  
CNPJ: 00.521.103/0001-05  
Adm.: Antonio Fernando Franchin

Testemunhas:

Carmelita Chiesa Tragancin  
CPF: 490.157.709-30

Rosinei Ceron  
CPF: 004.918.899-25

# Ilhota

## PREFEITURA

**PORTARIA Nº 213/2016**

PORTARIA Nº 213/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. SILVANA ALEXANDRA DE SOUZA PETRI, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 214/2016**

PORTARIA Nº 214/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. REGINA MILANI, no cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 215/2016**

PORTARIA Nº 215/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. LILIANE MILANI, no cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de

fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 216/2016**

PORTARIA Nº 216/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. LEONARDO JEAN VIEIRA, no cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 217/2016**

PORTARIA Nº 217/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, o Sr. MATHEUS GUILHERME DA CUNHA, no cargo de SECRETÁRIO DE EDUCANDÁRIO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração



**PORTARIA Nº 218/2016**

PORTARIA Nº 218/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. SUELI FÁTIMA SIEMENTKOSKI, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 219/2016**

PORTARIA Nº 219/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. VALÉRIA COSTA DA SILVA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 220/2016**

PORTARIA Nº 220/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. NILVA DE OLIVEIRA, no cargo de MONITOR AEE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 221/2016**

PORTARIA Nº 221/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. FLÁVIO ADAUTO MONDINI DA SILVA, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 222/2016**

PORTARIA Nº 222/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr<sup>a</sup>. CECILIA APARECIDA MINUZZI, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 223/2016**

PORTARIA Nº 223/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr. KAUÊ GUSTAVO DA COSTA, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200

horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 224/2016**

PORTARIA Nº 224/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. DÉBORA FRENA, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 225/2016**

PORTARIA Nº 225/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. AMANDA CORRÊA MANOEL ALVES, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 226/2016**

PORTARIA Nº 226/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª. DÉBORA FRENA, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime

previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 16 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 227/2016**

PORTARIA Nº 227/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, a Srª. ADRIANA DAMASIO DA SILVA, do cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 228/2016**

PORTARIA Nº 228/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

AMPLIAR, de acordo com a Lei Complementar Nº 65 de 18 de dezembro de 2015 em mais 100 horas mês a carga horária do Sr. FELIPE FARIA SALDANHA no cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário próprio (ILHOTAPREV), a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 229/2016**

PORTARIA Nº 229/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

DEMITIR, o Sr. ANDRÉ VANDELINO DE SOUZA, do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 05 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 15 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 139/2016**

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 139/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

ADMITIR, a Srª. ELIANE CRISTINA SCHILL KUTH, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 03 de fevereiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

**REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL - PORTARIA Nº 640/2015**

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

PORTARIA Nº 640/2015

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

**RESOLVE**

DEMITIR, a Srª. IVONETE BAPTISTA, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 18 de dezembro de 2015.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.  
Em 17 de janeiro de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT  
Secretária de Administração

# Imbituba

## PREFEITURA

**DECRETO PMI Nº 019, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 019, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para reforço de dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0016 (0155)	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		5.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária abaixo, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E INFRAESTRUTURA – SEAPI		
Manutenção das Estradas		
15.451.0007-2.018		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0016 (0091)	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

**DECRETO PMI Nº 020, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.**

DECRETO PMI Nº 020, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.638, de 26 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Programa Bolsa Família		
08.244.0013-2.075		
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0304 (0012)	Aplicações Diretas	6.000,00
Total		6.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Manutenção do Programa Bolsa Família		
08.244.0013-2.075		
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0304 (0011)	Aplicações Diretas	6.000,00
Total		6.000,00

Imbituba, 16 de fevereiro de 2016.

Elísio Sgrott

Prefeito em Exercício

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 02/2016 (DEMUTRAN)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica SUSPENSO por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 02/2016, Processo Licitatório nº 02/2016, para revisão do Edital, devidamente justificado pelo Cap. PM – responsável pelo expediente Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2016.

Hugo Koerich Burin

Cap PM Guarnição Especial de Polícia Militar de Imbituba.

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2016 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeiro Oficial comunicam que fica SUSPENSO o Processo Licitatório 19/2016 – Pregão Presencial 13/2016 para análise de impugnação tempestivo do Edital.

Imbituba, 18 de fevereiro de 2016.

Dilson Petrassem Junior

Pregoeiro Oficial

### **EXTRATO: PMI SEDUC 2016/25 A00**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2015/25 A00

Contratada: KARINA RODRIGUES DE CARVALHO CANDIDO- ME

CPF: 038.832.419-89

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULAS DE REFORÇO MUSCULAR

Preço: R\$4.000,00 Prazo: 31/12/2016

Fundamento: Processo nº. 16/2016 Pregão 10/2015

Imbituba, 11 de Fevereiro de 2016.

Michela da Silva Freitas

Secretária municipal de educação

Contratante

Karina Rodrigues de Carvalho Candido- Me

Representante legal

Contratada



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA CMI Nº 022/2016**

PORTARIA CMI Nº 022/2016

“Nomeia André Luiz Indalêncio para o Cargo em Comissão de Ouvidor Geral”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor André Luiz Indalêncio, brasileiro, casado, portador do RG de nº 4.309.978 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 056.663.209-80, residente e domiciliado na Rua João de Araújo, nº 001, Bairro Nova Brasília, neste Município, para o Cargo em Comissão de Ouvidor Geral.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de fevereiro de 2016.

Guilherme Santos Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/02/2016.

**PORTARIA CMI Nº 023/2016**

PORTARIA CMI Nº 023/2016

“Nomeia João Floriano para o Cargo em Comissão de Diretor do Programa Vereador Mirim”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Nomear o Senhor João Floriano, brasileiro, casado, portador do RG de nº 3.087.425 SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 823.264.019-72, residente e domiciliado na Rua Vereador Mauro Vieira, s/n, Barra de Ibiraquera, neste Município, para o Cargo em Comissão de Diretor do Programa Vereador Mirim.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de fevereiro de 2016.

Guilherme Santos Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 16/02/2016.

**PORTARIA CMI Nº 024/2016**

PORTARIA CMI Nº 024/2016

“Exonera Iara Pittigliani Carvalho Mendes do Cargo em Comissão de Assessora Parlamentar”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Art. 1º Exonerar a senhora Iara Pittigliani Carvalho Mendes, portadora do RG de nº 4.159.955 SSP/SC e inscrita no CPF sob o nº 009.226.369-07, nomeada pela Portaria CMI nº 024/2014, do cargo em comissão de Assessora Parlamentar.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 17 de fevereiro de 2016.

Guilherme Santos Souza  
Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 17/02/2016.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1749/16

. DECRETO Nº 1749/16

. De 17 de fevereiro de 2016

Designa servidor responsável CDAs – Certidão Dívida Ativa – Revoga Decreto nº 1600/15

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o disposto no artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar Municipal nº 153 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA,

Art. 1º - Ficam designados para gerenciar a emissão e controle das Certidões de Dívida Ativa do Município (CDAs), emitidas para fins de Protestos Extrajudiciais, nos termos da Lei Complementar Municipal 153/14, os seguintes servidores:

- Jucinara Leila Machado Kobashikawa – Matrícula 31960.0
- Rodolfo Schirmer - Matrícula 251178
- Moacir Hoffmann - Matrícula 272860

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto 1600/15

Município de Indaial, em 17 de fevereiro de 2017

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MARCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1750/16

. DECRETO Nº 1750/16

. De 17 de fevereiro de 2016

DISPÕE SOBRE A FORMA DE PAGAMENTO E ISENÇÕES DO IPTU E TAXAS QUE COMPREENDEM O CARNE DO EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Complementar nº 79, de 18/12/2007 - Código Tributário Municipal, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - O Imposto Predial e Territorial Urbano e as Taxas, constantes do carnê de IPTU, a serem pagos no exercício de 2016 ficam assim determinados:

I. Para pagamento integral até a primeira data de opção com vencimento em 20/05/2016, assegurará ao contribuinte o direito de desconto de 10% sobre o valor do respectivo montante do IPTU;

II.

Para pagamento integral até a segunda data de opção com vencimento em 20/06/2016, assegurará ao contribuinte o direito de

desconto de 5% sobre o valor do respectivo montante do IPTU;

III.

Para pagamento integral até a terceira data de opção com vencimento em 20/07/2016, o contribuinte não terá o benefício de qualquer desconto;

IV.

Para o pagamento integral até a quarta data de opção com vencimento em 20/08/2016, o contribuinte não terá o benefício de qualquer desconto.

V.

A forma de pagamento do montante devido do IPTU e Taxas terá ainda a opção de parcelamento em até 06 parcelas, sendo que, nesta modalidade de pagamento não terá nenhum tipo desconto, e obedecerão as seguintes datas:

Parcela	Vencimento
1ª Parcela	20/05/2016
2ª Parcela	20/06/2016
3ª Parcela	20/07/2016
4ª Parcela	20/08/2016
5ª Parcela	21/09/2016
6ª Parcela	20/10/2016

Parágrafo Único - As taxas que integram o carnê do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana obedecerá ao mesmo prazo de vencimento do referido Imposto, sendo que não haverá desconto nas Taxas em nenhuma modalidade de pagamento.

Art. 2º - São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os contribuintes que se enquadrarem nos dispositivos do Art. 225, incisos I à IV e seus parágrafos, da Lei Complementar nº 79, de 18 de dezembro de 2007.

Art. 3º - Os pedidos para isenções deverão ser requeridos, na Central de Atendimento da Prefeitura Municipal, a partir do dia 07 de março de 2016 até o dia 20 de maio de 2016.

Art. 4º - Compete aos membros da Unidade de Julgamento Singular julgar os processos de pedido de isenção.

§ 1º - A Unidade de Julgamento Singular editará resolução dos documentos necessários para requerer a isenção.

§ 2º - Será dada publicidade, por edital, da relação das isenções deferidas e indeferidas objetivando a transparência do processo e a possibilidade dos cidadãos denunciarem qualquer irregularidade que autorizam sua concessão.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

MÁRCIO ANTÔNIO FERRARI

Secretário de Administração e Finanças

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 013/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Fundo Municipal de Assistência Social

Licitação nº 013/2016

Pregão Presencial nº 001/2016-18201

Com Registro de Preços.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios.

Entrega dos envelopes: 02/03/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 02/03/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 015/2016

Pregão Presencial nº 005/2016-10430

Objeto: Contratação de agentes de controle de estacionamento e de serviços gerais para eventos.

Entrega dos envelopes: 03/03/2016 as 10:45h.

Abertura das propostas: 03/03/2016 as 11:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br – licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016**

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitação nº 014/2016

Pregão Presencial nº 004/2016-10430

Objeto: Contratação de agentes de segurança desarmada para eventos.

Entrega dos envelopes: 03/03/2016 as 08:15h.

Abertura das propostas: 03/03/2016 as 08:30h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA 5/2016**

Portaria Nº 5/16

Nomeia Comissão Permanente pró-avaliação e julgamento de licitações e dá outras providências

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, e, de acordo com artigo 36, inciso II, da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, e demais dispositivos legais em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam nomeados para integrar a Comissão Permanente para Avaliação e Julgamento de Licitações os servidores abaixo relacionados:

- Rafael Nagel – Presidente;
- Jefferson José Carlini – Membro;
- Jeniffer Viviani de Souza e Silva – Membro;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 49/2015.

Indaial, 17 de Fevereiro de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

**PORTARIA 6/2016**

Portaria Nº 6/16

Concede gratificação / Comissão Permanente pró-avaliação e julgamento de licitações e dá outras providências.

Vereador Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação vigente, com base no artigo 36, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, a partir de 17 de fevereiro de 2016, gratificação equivalente a R\$ 963,99 (novecentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), aos servidores desta Câmara, integrantes da Comissão Permanente pró-avaliação e julgamento de licitações, nomeada pela Portaria 5/2016, de 17 de fevereiro de 2016, de acordo com os artigos 49 e 53, §1º, da Lei Complementar 105/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 17 de Fevereiro de 2016.

Anderson Luz dos Santos	
Presidente da Mesa	
Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

**PORTARIA 7/2016**

Portaria N° 7/16

Nomeia para provimento de cargo efetivo / Karine Lopes.

Anderson Luz dos Santos, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, Regimento Interno desta Casa, Lei Complementar 105/10 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial, e conforme Constituição Federal, Emenda nº 19 artigo 37, inciso II, Lei Complementar nº 167/2015, e alterações, e tendo em vista o resultado do concurso Público da Câmara Municipal de Indaial 001/2015, homologado pela Portaria 61/2015 de 22 de outubro de 2015, RESOLVE,

Nomear, para provimento do cargo efetivo de Recepcionista / Telefonista, símbolo REC, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Indaial, KARINE LOPES, a partir de 17 de fevereiro de 2016.

Indaial, 17 de Fevereiro de 2016.

Anderson Luz dos Santos
Presidente da Mesa

Oswaldo Metzner	José Klock
Vice-Presidente	1º Secretário
Antônio Carlos Fink	
2º Secretário	

# Ipumirim

## PREFEITURA

### CRONOGRAMA PARA A 2ª CHAMADA – ACT – 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

DATA: 19/02/2016

LOCAL DA CHAMADA: Secretaria de Educação

ENDEREÇO: Rua Bento Gonçalves, nº 220, Bairro Centro – Ipumirim/SC

DATA	HORA	Vagas
19/02/2016	8:00	Anos Iniciais do Ensino Fundamental

1. SÓ SERÃO CHAMADOS PARA A ESCOLHA DAS VAGAS, OS PROFESSORES APROVADOS NO TESTE DE SELEÇÃO.

### EDITAL Nº 43/2016 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

Chamada Pública para ACT – Seleção por Titulação

O Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, às normas para Chamada Pública para Contratação Temporária- Seleção por nível de titulação, a serem realizadas para as áreas e disciplinas que tenham sido esgotadas nas chamadas do Processo Seletivo 001/2015 Edital nº 30/2015.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esgotadas as possibilidades de convocação de candidatos (pelo término dos inscritos) classificados no Processo Seletivo 001/2015 Edital nº 30/2015, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes contratará profissionais que não participaram do processo seletivo, ou ainda que não escolheram vagas, com o intuito de completar o quadro de vagas do Magistério Público Municipal e áreas correlatas, mediante Chamada Pública.

Art. 2º - A presente Chamada Pública tem, por objetivo a seleção de professores e zeladoras para assumirem vagas de substituição ou excedentes.

Art. 3º - A chamada pública será para convocação de professores e zeladoras que tiverem interesse em assumir as vagas disponíveis. Com formação na área que pretende atuar, estudantes dos cursos de licenciaturas e maiores com ensino médio completo com cursos de aperfeiçoamento correlacionados.

§ Único – Para o cargo de zeladora serão contratadas pessoas com experiência na atividade.

Art. 4º - A comprovação da formação mínima exigida do candidato constará na apresentação do diploma (fotocópia), para o cargo de professor e carteira de trabalho ou declaração de atividade para o cargo de zeladora.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação divulgará o quadro de vagas por meio de ato convocatório disponibilizado na sala de Departamento Técnico da Secretaria de Educação em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência antes da escolha de vagas que ocorrerá todas as segundas e quintas-feiras, às 14 horas, na

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com endereço na Rua Bento Gonçalves, 220, centro – Ipumirim-SC.

Art. 6º - Ressalta-se que só haverá ato convocatório (quadro de vagas) quando houver necessidade de contratação de profissionais.

Art. 7º - Os interessados deverão dirigir-se a sede da Secretaria de Educação e Cultura, nas datas indicadas, impreterivelmente às 14 horas, munidos de Carteira de Identidade e comprovação de habilitação para as vagas que estará sendo oferecida naquele dia.

Art. 8º - Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios:

§ 1º Para o cargo de professor.

a - Professores habilitados: Licenciatura na disciplina;

b- Professores não habilitados: Cursando a disciplina;

b.1.Outras licenciaturas completas;

b.2. Cursando outras licenciaturas;

b.3. Ensino médio completo com cursos de aperfeiçoamento correlacionados e ou comprovação de conhecimentos na área.

Havendo dois ou mais professores licenciados interessados na vaga com a mesma formação o primeiro critério de desempate será curso de especialização, persistindo o empate, ficará com a vaga o mais idoso.

Havendo dois ou mais professores não habilitados interessados na vaga serão dados à preferência ao que tiver cursando maior fase do curso de graduação na disciplina, persistindo o empate ficará com a vaga o mais idoso. Não havendo interessados que estejam cursando licenciatura na disciplina serão levados em consideração os itens b.1, b.2 b.3, deste edital.

§ 1º Para o cargo de zeladora:

a – Maior tempo de serviço na atividade de zeladora;

b – Maior tempo de serviço de outras atividades domésticas;

Art. 9º - Não será permitido o professor que já estiver em exercício nas Escolas ou órgão da SMECE desistir do mesmo para assumir vaga deste edital.

Art. 10º - Os casos omissos nesse edital serão julgados pela equipe da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Art. 11º - Revogadas as disposições em contrário o presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 17 de fevereiro de 2016.

VALDIR ZANELLA

PREFEITO

### PORTARIA Nº. 051/2016 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NO CARGO DE PEDREIRO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdir Zanella, Prefeito Municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras



providências. e considerando também a homologação do resultado do Teste Seletivo Simplificado .

#### CONTRATA

GENIANO SPESSATTO, sob a Matrícula 2483-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3186618 e do CPF 026.081.799-67, para ocupar o cargo em caráter temporário de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Urbanismo, para o período de 16/02/2016 a 30/12/2016.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 16/02/2016.

Ipumirim - SC, 16 de fevereiro de 2016.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Maira Comboski

Auxiliar Administrativo.

# Irineópolis

## PREFEITURA

### ATA RP PROC 01/2016 (FMAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo - se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	10	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E&04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros.	215,00	2.150,00
09	30	Un	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro.	11,60	348,00
VALOR TOTAL R\$					2.498,00

Irineópolis, 04 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 01/2016 (FMS)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 (PREFEITURA MUNICIPAL)  
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representantes da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 01/2016, Pregão Presencial nº 01/2016, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sr. Reinaldo Stasiak e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Rafael Cristofolini - representante da empresa Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Maucor Distribuidora de Lubrificantes Ltda

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	50	Balde	Óleo lubrificante para motores a diesel turbo classificado 15W40 API CI-4, multi viscoso para motores diesel de alta potência, superalimentado ou turbo alimentado que operem em condições severas, exigindo lubrificantes com o nível de desempenho ACEA ES/02 E&04, M B 228.3, Cummins CES 20078, Volvo VDS-3. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem de 20 litros. PETRONAS	215,00	10.750,00
09	100	Un	Óleo lubrificante para motor a gasolina e álcool multiviscoso grau de viscosidade SAE 20W/40 API SF. Apresentar laudo e homologação da montadora comprovando as especificações. Embalagem com conteúdo líquido de 01 litro. PETRONAS	11,60	1.160,00
VALOR TOTAL R\$					11.910,00

Irineópolis, 04 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

#### ATA RP PROC 08/2015 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 07/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento do interessado na participação do certame, onde ficou comprovado que o representante da empresa proponente possui poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento da proposta, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise da Proposta, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta da empresa que se apresentou para o certame. A empresa Joao Silvestre Jacobovski, segue classificada para a fase de lances e julgamento das propostas. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento da proposta, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 08/2015, Pregão Presencial nº 07/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak, - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014. Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pela empresa: Joao Silvestre Jacobovski e foi constatado que a empresa apresentou todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 06 do Edital, sendo considerada HABILITADA no Processo Licitatório em epígrafe. O representante da empresa proponente não manifestou interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

João Silvestre Jacobovski – ME

Item	Qtd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total R\$
01	1200	Pão de Queijo - TRIUNFO	1,00	1.200,00
02	800	Sanduíche Natural – Tamanho Médio – Embalados Individualmente- TRIUNFO	2,95	2.360,00
03	1500	Mini Sanduíche Natural- TRIUNFO	0,87	1.305,00
04	1000	Sonho- TRIUNFO	2,20	2.200,00
05	2000	Mini Sonho- TRIUNFO	0,87	1.740,00
06	2000	Sanduíche Queijo e Presunto (Inteiro) - TRIUNFO	2,13	4.260,00
07	50	Empadão (Grande) (Forma) - TRIUNFO	45,00	2.250,00
08	50	Mini Pastel (Cento) - TRIUNFO	55,00	2.750,00

09	50	Mini Risólis (Cento) - TRIUNFO	55,00	2.750,00
10	50	Mini Coxinha (Cento) - TRIUNFO	55,50	2.775,00
11	100	Bolo de Nega Maluca (forma grande) - TRIUNFO	29,00	2.900,00
12	500	Mini Carolina - TRIUNFO	0,75	375,00
13	50	Bolo de Cenoura (forma grande) - TRIUNFO	29,00	1.450,00
14	50	Torta de Frutas- TRIUNFO	21,25	1.062,50
15	50	Cuque – diversos sabores – forma grande- TRIUNFO	11,80	590,00
16	80	Bolos Variados (Quilos) - TRIUNFO	22,00	1.760,00
TOTAL R\$				31.727,50

Irineópolis, 05 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

#### ATA RP PROC 57/2015 (FMAS)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 57/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 31/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações. Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame. Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME; e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas. A empresa Joao Silvestre Jacobovski foi desclassificada por estar em desacordo com o item 5, subitem 5.1 alínea "b". Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 57/2015, Pregão Presencial nº 31/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin; Sra. Cassiana Lais Brand e Sra. Patricia Fabiane Fronczak - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 540/2014; Sra. Karina de Moura Borges - representante da empresa Lech & Cia Ltda; Sra. Daniele Flavia Sorg- representante da empresa Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Sra. Bruna Celia Rodrigues Bellanda - representante da empresa Nutriport Comercial Ltda; Sr. Joao Francisco Candaten - representante da empresa Papelaria São Bento Ltda ME; Sr. Rafael de Lara - representante da empresa AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP, e Sr. Joao Silvestre Jacobovski - representante da empresa Joao Silvestre Jacobovski. Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Lech & Cia Ltda; Frutas e Verduras Indiana Ltda - EPP; Nutriport Comercial Ltda; Papelaria São Bento Ltda ME e AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. O envelope da empresa Joao Silvestre Jacobovski permanece lacrado no presente processo. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data. Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

AP Oeste Distribuidora e Comercio de Alimentos Ltda EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
3	100	Quilo	ACHOCOLATADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – MISTURA EM PÓ PARA O PREPARO DE ACHOCOLATADO, ENRIQUECIDO COM VITAMINAS E MINERAIS. O PRODUTO DEVE ESTAR COM SUAS CARACTERÍSTICAS DE COR, SABOR, CHEIRO, PRESERVADAS, DEVE SER FORMULADO A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS SELECIONADAS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 1KG RENDIMENTO: 1KG = 42 PORÇÕES DE 200ML PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	GOO-LAK	5,70	570,00

9	212	Caixa	AMIDO DE MILHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO. DEVE SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS, ISENTA DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITAS. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 60 DIAS.	DAJU	2,75	33,00
47	20	Unidade	EXTRATO DE TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONCENTRADO. O EXTRATO DE TOMATE DEVE SER PREPARADO COM FRUTOS MADUROS, ESCOLHIDOS, SÃOS, SEM PELE E SEM SEMENTES. O PRODUTO DEVE ESTAR ISENTO DE FERMENTAÇÕES. SEM ADITIVOS E CONSERVANTES. EMBALAGEM: EMBALAGEM SACHE DE 1,020GR PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	QUERO	4,65	93,00
50	50	Pacote	FARINHA DE TRIGO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, TIPO I ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA E SER RESISTENTE. ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 45 DIAS.	GARDENIA	8,48	424,00
53	05	Quilo	FEIJÃO PRETO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – PRETO TIPO I, NOVO, DE PRIMEIRA QUALIDADE, CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS E SÃOS, SEM A PRESENÇA DE GRÃOS MOFADOS E/OU CARUNCHADOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS	BRINGUENTI	3,24	16,20
55	05	Unidade	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FERMENTO BIOLÓGICO, SECO, INSTANTÂNEO, PARA PÃO. ISENTO DE MOFO E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. EMBALAGEM: HERMETICAMENTE FECHADA (VÁCUO), CONTENDO 125G EM ENVELOPES ALUMINIZADOS PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	TOK	3,50	17,50
70	30	Pacote	LEITE EM PÓ INTEGRAL DE FABRICAÇÃO NACIONAL INGREDIENTES: LEITE DE VACA INTEGRAL DESIDRATADO NÃO MODIFICADO, POR PROCESSOS TECNOLÓGICOS ADEQUADOS. O LEITE EM PÓ DEVERÁ APRESENTAR TEXTURA HOMOGÊNEA, COLORAÇÃO PRÓPRIA, PREPARADO COM MATÉRIAS - PRIMAS SÃS, LIMPAS, ISENTAS DE PARASITOS E DE QUALQUER SUBSTÂNCIA CONTAMINANTE. EMBALAGEM: PACOTES RESISTENTES DE 400G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN 10 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX 45 DIAS.	AUORARA	7,05	211,50
81	60	Pote	MARGARINA SEM SAL CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: COM REDUÇÃO DE 50% TEOR DE LIPÍDEOS. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, CONTENDO 500 GRS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	DELICIA	3,38	202,80
84	50	Unidade	MILHO VERDE EM CONSERVA INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA, E SAL, SEM CONSERVANTES. EMBALAGEM: SACHÊ DE 200G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PREDILECTA	1,29	64,50
86	100	Pacote	MILHO PARA PIPOCA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CLASSE AMARELO TIPO I, GRÃOS INTEIROS, SEM CARUNCHO OU MOFO. EMBALAGEM: ACONDICIONADO EM PACOTES DE 500G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	DAJU	1,65	165,00
91	70	Unidade	ÓLEO DE SOJA INGREDIENTES: ÓLEO DE SOJA 100% NATURAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM EMBALAGENS TRANSPARENTES ATÓXICAS TIPO PET NÃO APRESENTANDO AMASSAMENTO OU VAZAMENTO, APRESENTANDO CONTEÚDO DE 900 ML. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	COAMO	2,98	208,60



109	10	Pacote	SAGÚ - FÉCULA DE MANDIOCA INGREDIENTES: SAGU: FÉCULA DE MANDIOCA (FORMATO PÉROLA), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN; MISTURA SABOR DE UVA: AÇÚCAR, ÁCIDO CÍTRICO (INS330), AROMA NATURAL DE UVA, CORANTE NATURAL DE CLOROFILA (INS 140I) E CORANTE NATURAL DE CARMIM (INS 120), SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 500 GRAMAS. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	PRATA	2,75	27,50
119	200	UN	MISTURA PARA O PREPARO DE BOLO – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE 450G	APTI	2,85	570,00
120	250	PCT	BISCOITO SALGADO – EMBALAGEM DE 360G	PRODA-SA	2,88	720,00
121	250	PCT	BISCOITO DOCE – EMBALAGEM DE 700G	NINFA	6,00	1.500,00
125	1000	CX	LEITE LONGA VIDA INTEGRAL – EMBALAGEM TETRAPAK – CAIXA COM 01 LITRO	PIRA-CANJUBA	2,08	2.080,00
127	25	POTE	MAIONESE – EMBALAGEM DE 500G	SOYA	2,65	66,25
131	50	UN	PÓ PARA PUDIM – DIVERSOS SABORES – EMBALAGEM DE NO MÍNIMO 50G	APTI	0,88	44,00
133	30	UN	CREME DE LEITE – EMBALAGEM DE 200 GRAMAS	PIRA-CANJUBA	1,48	44,40
134	50	UN	LEITE CONDENSADO – EMBALAGEM COM NO MÍNIMO 350G	PIRA-CANJUBA	2,50	125,00
136	50	POTE	DOCE DE FRUTAS – EMBALAGEM PLÁSTICA – POTE COM 900G	DI-FRUTTI	3,77	188,50
137	50	UN	DOCE DE LEITE – EMBALAGEM COM 400G	DOCITO	3,08	154,00
141	50	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – GRANDE 25,8CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	COPO-SUL	3,75	187,50
147	100	PCT	GUARDANAPO PEQUENO – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	POMME	0,95	95,00
149	10	UN	VINAGRE – EMBALAGEM COM 900ML	CHE-MIM	1,20	12,00
151	10	PCT	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE – PACOTE COM 500G – EMBALAGEM PLÁSTICA	MAJU	2,50	25,00
152	10	PCT	MACARRÃO TIPO PARAFUSO – EMBALAGEM COM 500G	MAJU	1,98	19,80
			TOTAL R\$			7.865,05

## Frutas e Verduras Indiana Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
7	05	Pacote	ALHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – BULBO INTEIRO, DE 1ª QUALIDADE, FIRME E INTACTO, SEM LESÕES DE ORIGEM FÍSICA OU MECÂNICA, DEVENDO ESTAR BEM DESENVOLVIDO, SADIO. NÃO DEVE CONTER SUBSTÂNCIAS TERROSAS, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERENTES À SUPERFÍCIE. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADOS EM SACOS RESISTENTES (TIPO REDE) DE 150G.	INDIANA	2,99	14,95
8	50	Und	ALFACE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: – DE 1ª QUALIDADE, FOLHAS FIRMES, NÃO PODERÁ ESTAR MURCHA, ÍNTEGRA, TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES.	IN NATURA	0,99	49,50
15	600	Quilo	BANANA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: 1ª QUALIDADE. GRAU MÉDIO DE AMADURECIMENTO, UNIDADES MÉDIAS APROXIMADAMENTE 120G EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,29	774,00
16	50	Quilo	BATATA INGLESA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: BATATA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,24	112,00

34	50	Quilo	CENOURA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CENOURA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, PRODUTO COM TAMANHO MUITO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	99,50
35	50	Quilo	CEBOLA DE CABEÇA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CEBOLA DE 1ª QUALIDADE, CLASSE MÉDIA TIPO ESPECIAL, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,56	128,00
69	600	Quilo	LARANJA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A LARANJA DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM TAMANHO PEQUENO OU DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	1,99	1.194,00
72	600	Quilo	MAÇÃ FUGI OU GALA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. A MAÇÃ DEVE SER DE TAMANHO MÉDIO, LIVRE DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE, PRODUTO COM DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,69	2.214,00
82	100	Quilo	MAMÃO FORMOSA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, BEM FORMADAS. O MAMÃO DEVE SER ENTREGUE PRONTO PARA A DEGUSTAÇÃO, NÃO ESTANDO VERDE E NEM MUITO MADURO, LIVRES DE DANOS FISIOLÓGICOS PRAGAS E DOENÇAS. ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURIDADE. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	2,98	298,00
92	60	Dúzia	OVOS DE GALINHA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO, PRODUTOS APRESENTANDO DANOS E DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM CAIXAS APROPRIADAS COM CAPACIDADE 1 DÚZIA.	DROS-ZAKA	3,47	208,20
108	50	Quilo	REPOLHO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: REPOLHO DE 1ª QUALIDADE, DEVE APRESENTAR AS CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS, FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. PRODUTOS DETERIORADOS NÃO SERÃO ACEITOS. EMBALAGEM: UNIDADES EM MÉDIA DE 1 KG	IN NATURA	1,40	70,00
116	100	Quilo	TOMATE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: DEVE APRESENTAR CARACTERÍSTICAS DE QUALIDADE, BEM FORMADAS, COM COLORAÇÃO PRÓPRIA, SUPERFÍCIE LISA, LIVRE DE DANOS MECÂNICOS FISIOLÓGICOS, PRAGAS E DOENÇAS, ESTAR EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO. EMBALAGEM: EM SACOS PLÁSTICOS RESISTENTES, CONFORME QUANTIDADE SOLICITADA, APRESENTANDO NA EMBALAGEM ETIQUETA DE PESAGEM.	IN NATURA	3,18	318,00
128	30	KG	MELÃO	IN NATURA	6,00	180,00
TOTAL R\$						5.660,15

## Lech &amp; Cia Ltda

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
4	10	Pacote	AÇÚCAR REFINADO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PRODUTO PROCESSADO DA CANA-DE-AÇÚCAR COM MOAGEM REFINADA. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADE, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO, COLORAÇÃO, MISTURAS E PESO INSATISFATÓRIO; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM EMBALAGENS DE 5KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 12 MESES; DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	ALTO ALEGRE	10,00	100,00
11	05	Pacote	ARROZ PARBOILIZADO TIPO I CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: GRUPO: PARBOILIZADO. CLASSE: LONGO FINO - TIPO I. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES PERCENTUAL DE IMPUREZAS ACIMA DE 5% (GRÃOS QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADA EM PACOTES DE 5KG, EM EMBALAGENS DE POLIETILENO TRANSPARENTE; PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	SABOR SUL	9,00	45,00
29	20	Quilo	CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELO FINA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANJIQUEINHA DE MILHO AMARELA/XERÉM FINA. EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE 1KG, LIVRE DE VIOLAÇÕES. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 10 MESES DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS	SINHÁ	1,40	28,00
31	05	Unidade	CANELA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CANELA EM PÓ EMBALAGEM: EMBALAGEM 25G PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	INCAS	1,69	8,45
32	100	Quilo	CARNE MOÍDA CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA SEM OSSO, CONGELADA E MOÍDA SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRADÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOI	13,20	1.320,00
33	50	Quilo	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. ACONDICIONADA EM SACOS DE POLIPROPILENO REFORÇADO E REVESTIDO POR CAIXA DE PAPELÃO (TIPO KRAFT) OU CAIXA PLÁSTICA LIMPA, DE ATÉ 20KG. EMBALADOS EM PACOTES DE ATÉ 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOI	21,30	1.065,00
62	05	Pacote	FLOCOS DE MILHO PRÉ COZIDO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FUBÁ DE MILHO. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS OU IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, ACONDICIONADO EM PACOTES BEM VEDADOS DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO 30 DIAS.	SINHA	1,10	5,50
63	50	Quilo	FRANGO CONGELADO – COXA E SOBRE-COXA: CARACTERÍSTICA TÉCNICAS: COXA E SOBRE-COXA DE FRANGO CONGELADO. A AVE DEVE ESTAR FIRME E SEM MANCHAS, PEÇA LISA E COLORAÇÃO CLARA, ADERENTE, SEM ODORES; DEVERÃO SER TRANSPORTADOS DE ACORDO COM AS NORMAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA; EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM BANDEJAS OU SACOS DE POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1 KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 06 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	LAR	7,40	370,00

90	25	Quilo	MÚSCULO SEM OSSO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PEÇA DE CARNE BOVINA CORTADA EM CUBOS, SEM SEBO, CARNE DE COR VERMELHA CEREJA, ELÁSTICA FIRME E COM ODOR AGRAVÁVEL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA. EMBALADOS EM PACOTES DE 1KG DE FORMA QUE NÃO GRUDEM NOS DEMAIS APÓS CONGELADOS, CONSTANDO PESO, DATA DE FABRICAÇÃO, CARIMBO DE INSPEÇÃO ESTADUAL OU FEDERAL E PROCEDÊNCIA DA CARNE. PRAZO DE VALIDADE: MÍN. 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 30 DIAS.	DISTRIBOI	13,70	242,50
111	300	Quilo	SALSICHA TIPO HOT DOG CONGELADA INGREDIENTES: PRODUTO DE EMULSÃO DE CARNES EM FORMA DE GOMOS LONGOS, COZIDA E CONGELADA. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM PACOTES DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	FRICASA	6,16	1.848,00
118	800	UN	SUCO EM PÓ – EMBALAGEM DE 20G	TRINK	0,70	560,00
122	100	PCT	BOLACHA RECHEADA – EMBALAGEM DE 140G	YUPI	1,50	150,00
123	20	PCT	GRANULADO – EMBALAGEM DE 150G	INCAS	1,90	38,00
124	10	UN	FERMENTO EM PÓ BIOLÓGICO – EMBALAGEM DE 500G	PAKMAIA	6,19	61,90
126	50	CX	PÓ PARA GELATINA – EMBALAGEM DE 30G – DIVERSOS SABORES	NEILAR	0,70	35,00
129	50	LATA	ERVILHA EM CONSERVA	QUERO	1,39	69,50
130	5	UN	CRAVO – EMBALAGEM DE 39G	INCAS	2,10	10,50
132	5	UN	BANHA – EMBALAGEM DE 1KG	FRIMESA	4,32	21,60
135	10	VID	LEITE DE COCO	SOCOCO	2,70	27,00
138	50	PCT	COLHER DESCARTÁVEL – PEQUENA – PACOTE COM 50 UNIDADES	STRAWPLAST	3,40	170,00
139	50	PCT	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL – PEQUENO – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	STRAWPLAST	2,49	124,50
142	4	UN	PENEIRA PARA CHÁ	XX	1,40	5,60
144	100	GL	ÁGUA MINERAL – 20 LITROS	AQUA10	7,45	745,00
150	5	PCT	FARINHA DE MILHO BRANCA TIPO BIJU – EMBALAGEM PLÁSTICA – PACOTE COM 01KG	DA SERRA	2,79	13,95
153	600	UN	BEBIDA LÁCTEA COM POLPA DE FRUTAS – DIVERSOS SABORES – 01 LITRO	PIA	3,90	2.340,00
154	100	PCT	PALITO PARA CHURRASCO - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	PARANA	2,99	299,00
155	100	PCT	PALITO PARA PICOLE – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	INCAS	2,47	247,00
TOTAL R\$						10.051,00

## Papellaria São Bento Ltda – EPP

Item	Quant	Un	Descrição Dos Alimentos	Marca	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
39	25	Pacote	CHÁ TOSTADO SABOR NATURAL EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EMBALAGEM DE 500G. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 30 DIAS.	MATINE	4,69	117,25
110	290	Quilo	SAL INGREDIENTES: SAL IODADO. EMBALAGEM: POLIETILENO LEITOSO OU TRANSPARENTE DE 1KG. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 6 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 60 DIAS.	CRU-ZEIRO	1,17	11,70
112	200	Lata	SARDINHA ENLATADA SARDINHAS AO PRÓPRIO SUCO C/ ÓLEO COMESTÍVEL, REPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO, EVISCERADO, COZIDO, IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL. INGREDIENTES: SARDINHAS, ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), ÓLEO COMESTÍVEL E SAL. EMBALAGEM: DEVE ESTAR INTACTA, EM LATAS DE 125G. PRAZO DE VALIDADE: MÍN.12 MESES. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁX. 60 DIAS.	88	2,79	279,00
140	50	PCT	PRATO DESCARTÁVEL – PEQUENO 21CM – PACOTE COM 10 UNIDADES	EM-BRAST	1,39	69,50
143	300	PCT	COPO DESCARTÁVEL 180ML, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	IBRAS-COPO	3,25	975,00
145	100	UN	PAPEL TOALHA 20X22CM - EMBALAGEMCOM 02 UNIDADES	CLARYS	2,62	262,00
146	200	PCT	GUARDANAPO GRANDE – EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	BOB	3,29	658,00
TOTAL R\$						2.372,45

Irineópolis, 04 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 64/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2015

PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital.A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Modelo Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
31	02	Un	Câmara de ar 14x17.5	TORTUGA	110,00	220,00
32	10	Un	Câmara de ar 275/80 – 22.5	QBOM	94,00	940,00
TOTAL R\$						1.160,00

## Fabi Recapagens de Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	24	Un	Pneu Radial 205/70 R 15	PIRELLI CHRONO	368,00	8.832,00
03	48	Un	Pneu radial 275/80 R 22.5	PIRELLI FR85 LISO	1.190,00	57.120,00
04	18	Un	Pneu radial 185/80 R14	PIRELLI CHRONO	270,00	4.860,00
06	36	Un	Pneu radial 275/80 R 22.5 borrachudo	PIRELLI TG01	1.295,00	46.620,00
07	48	Un	Pneu Convencional 1.000x20 Borrachudo - RADIAL	PIRELLI RT59 CONV	989,00	47.472,00
08	22	Un	Pneu Convencional 1.000x20 misto	PIRELLI CT65 CONV	848,00	18.656,00
09	24	Un	Pneu Convencional 900x20 Borrachudo - 14 Lonas	PIRELLI RT59	775,00	18.600,00
10	14	Un	Pneu Convencional 900x20 Liso - 14 Lonas	PIRELLI CT65	688,00	9.632,00
12	12	Un	Pneu Convencional 1.400x24 – 16 Lonas	PIRELLI PN14	1.930,00	23.160,00
14	04	Un	Pneu Convencional 10.5/80x18 – 10 Lonas	PIRELLI RA45	500,00	2.000,00
18	04	Un	Pneu Convencional 12x16.5 – 10 Lonas	PIRELLI PN16	728,00	2.912,00
21	12	Un	Pneu Convencional 7.50x16 borrachudo – 12 lonas	PIRELLI AS22	498,00	5.976,00
26	02	Un	Câmara de ar 900x16	PIRELLI L590	59,00	118,00
27	10	Un	Câmara de ar 7.50x16 – bico longo	PIRELLI Z415	49,00	490,00
30	04	Un	Câmara de ar 10.5/80 x 18	PIRELLI L615	79,50	318,00
33	16	Un	Protetor 1.400x24	IRBO	49,50	792,00
36	10	Un	Protetor 275/80 – 22.5	IRBO	30,00	300,00
TOTAL R\$						247.858,00



## Bellenzier Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
11	08	Un	Pneu Convencional 7.50x16 Agrícola – 8 Lonas	GOODYEAR	348,00	2.784,00
15	04	Un	Pneu Convencional 12.4x24 – 8 Lonas	GOODYEAR	1.064,00	4.256,00
16	04	Un	Pneu Convencional 900x16 – 10 Lonas	GOODYEAR	478,00	1.912,00
17	04	Un	Pneu Convencional 14x17.5 – 10 Lonas	GOODYEAR	1.117,00	4.468,00
TOTAL R\$						13.420,00

## R.K. KASCZUK &amp; CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	60	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MUL-TIHAWK	166,00	9.960,00
05	18	Un	Pneu radial 175/70 R14	BRIDGESTONE SEIBERLI	210,00	3.780,00
22	30	Un	Pneu radial 215/75 R17.5 – 12 lonas	FIRESTONE FS557	682,00	20.460,00
23	16	Un	Câmara de ar 1.400x24	LEFORT	165,00	2.640,00
24	48	Un	Câmara de ar 1.000x20	LEFORT	81,00	3.888,00
25	24	Un	Câmara de ar 900x20	LEFORT	68,50	1.644,00
28	08	Un	Câmara de ar 17.5x25	LEFORT	229,50	1.836,00
34	48	Un	Protetor 1.000x20	SBN	26,50	1.272,00
35	24	Un	Protetor 900x20	SBN	26,50	636,00
TOTAL R\$						46.116,00

Irineópolis, 27 de janeiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

**ATA RP PROC 64/2015 (FMAS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 36/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
VALIDADE 12 MESES

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital.A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	16	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MUL-TIHAWK	166,00	2.656,00

Irineópolis, 27 de janeiro de 2016.  
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal

### ATA RP PROC 64/2015 (FMS)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO 64/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 36/2015  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Proposta de Preços, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Inicialmente o Pregoeiro procedeu a leitura do teor do Instrumento Convocatório, bem como prestou esclarecimentos referentes aos procedimentos de julgamento das propostas e habilitações.Após procedeu-se o Credenciamento dos interessados na participação do certame, onde ficou comprovado que os representantes das empresas proponentes possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame.

Iniciada a fase de julgamento das propostas, o Pregoeiro e equipe de apoio procederam a análise das Propostas, verificando a conformidade com o Instrumento Convocatório. Em seguida foi realizada a classificação da proposta das empresas que se apresentaram para o certame. As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME seguem classificadas para a fase de lances e julgamento das propostas.As empresas Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foram desclassificadas do item 42 por não atender ao edital.A empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME foi desclassificada do item 18 e 20 por não atender ao edital.Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento das propostas, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.

Presentes à Sessão Pública para julgamento do(s) envelopes(s) de Documentação, com o objetivo de adquirir o objeto descrito no Processo Licitatório nº 64/2015, Pregão Presencial nº 36/2015, a Sra. Rosani Rodrigues da Silva Mischka - Pregoeira, Sra. Andressa Bendlin e Sra. Marcia Maria Kerscher - Equipe de Apoio, designadas pela Portaria nº. 01/2016; Sr. Julio Cezar Ribeiro dos Santos - representante da empresa Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Sr. João Marco Kriek de Souza - representante da empresa Modelo Pneus Ltda; Sr. Evandro Rebesco - representante da empresa R.K Kasczuk e Cia Ltda ME.A empresa Bellenzier Pneus Ltda enviou seus envelopes Através do Expresso São Miguel cod. 87671.Foi realizada a análise dos documentos apresentados pelas empresas: Fabi Recapagens de Pneus Ltda; Modelo Pneus Ltda; Bellenzier Pneus Ltda e R.K Kasczuk e Cia Ltda ME e foi constatado que as empresas apresentaram todos os documentos exigidos na fase de habilitação, conforme item 07 do Edital, sendo consideradas HABILITADAS no Processo Licitatório em epígrafe. Os representantes das empresas proponentes não manifestaram interesse de interposição de recurso, quanto ao julgamento dos documentos de habilitação, encerrando-se o prazo para interposição de recurso nesta data.Nada mais havendo- se a tratar, foi lavrada a presente ata.

Bellenzier Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
20	08	Un	Pneu Radial 225/65-16	GOODYE-AR	583,00	4.664,00

Fabi Recapagens de Pneus Ltda

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
02	08	Un	Pneu Radial 205/70 R 15	PIRELLI CHRONO	368,00	2.944,00

R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME

Item	Qtde	Un	Discriminação	Marca	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	12	Un	Pneu Radial 175/70-13	FIRESTONE MULTIHAWK	166,00	1.992,00
05	08	Un	Pneu radial 175/70 R14	BRIDGESTONE SEIBERLI	210,00	1.680,00
19	24	Un	Pneu Radial 205/75-16	BRIDGESTONE DURAVIS	444,00	10.656,00
TOTAL R\$						14.328,00

Irineópolis, 27 de janeiro de 2016.  
Juliano Pozzi Pereira- Prefeito Municipal de Irineópolis

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 07/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 07/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Divosul Indústria e Comércio de Peças e Veículos Ltda

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A UNIDADE SANITÁRIA CENTRAL NO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, INDICAÇÃO DE OBJETO DA EMENDA PARLAMENTAR Nº 23840002, FUNCIONAL PROGRAMÁTICA Nº 10.301.2015.8581 (ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE – NO ESTADO DE SANTA CATARINA) GND 4, E DA PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/MATERIAL PERMANENTE Nº 06089.125000/1140-01.

Vigência: 05.02.2016 A 04.02.2017

Valor total de R\$ 124.920,00( Cento e vinte e quatro mil novecentos e vinte reais

Base Legal – Processo Licitatório nº 01/2016 – Pregão Presencial nº. 01/2016

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 18/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 18/2016

Contratante – Prefeitura Municipal de Irineópolis

Contratada – Valeria Carvalho da Rocha

Objeto – O objeto do presente instrumento contratual é a prestação de serviços com a finalidade de treinar crianças e adolescentes, cadastrados junto ao departamento de esportes, nas modalidades de futebol de campo e futebol de salão, no mínimo 10 horas semanais, nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes e do Estádio David Sinder Sobrinho – Campo do Iguagú.

Valor – R\$ 7.999,92 (sete mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Vigência – 01/01/2016 a 31/12/2016.

Base Legal – Lei Federal nº 8.666/93 consolidada.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 19/2016 - 5º TERMO ADITIVO**

CONTRATO N.º 19/2016

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Comodato de parte de um Imóvel Rural que entre si celebram o Município de Irineópolis e o Sr. Vicente Michahouski Filho.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Juliano Pozzi Pereira, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado a rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de doravante denominado COMODATÁRIO, e de outro lado o Sr. Vicente Michahouski Filho, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Bairro Jardim Brand, Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 180.250.999-20, e RG nº 10ªR 490.396-0, a seguir denominado COMODANTE, ajustam e firmam o presente nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, tem justo e aditado o seguinte:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Facultado pelo artigo 40, inciso XIV, aliena "c", artigo 55, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Sexta do Contrato nº 49/2002, de acordo com o Ofício nº 86/2016, do Senhor Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal, contados a partir do mês de janeiro de 2016.

**CLAUSULA SEGUNDA**

Facultado pelo artigo 65, inciso II da Lei nº 8.666/93, consolidada e Cláusula Sexta do Contrato nº 049/2002, o presente Termo Aditivo não sofrerá reajuste.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e

forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 15 de fevereiro de 2016.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira Comodatário	Vicente Michahouski Filho Comodante
Testemunhas:	
Gessica Greschechen CPF: 072.218.599-57	Rodrigo Antonio Jurck CPF: 089.370.669-80

### **EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 01/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Divosul Indústria e Comércio de Peças e Veículos Ltda.

Irineópolis, 05 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### **EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 08/2015 FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2015

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: João Silvestre Jacobovski – ME.

Irineópolis, 05 de fevereiro de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

### **PORTARIA N º 041/2016**

PORTARIA Nº 041/2016.

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - CONTRATAR WANDERLEI MARTINS BARBOSA, nascido em 19/05/1973, portador do CPF nº 866.867.809-44 RG nº 3.114.022 SESP/SC, para exercer as atividades de Motorista (44h/sem), no nível 8 referência A, do Quadro de Pessoal do Município, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 001/2016, com atividades na Secretaria Municipal da Saúde, no período de 15/02/2016 a 30/05/2016 em substituição aos servidores efetivos em gozo de suas férias regulamentares.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 042/2016**

PORTARIA Nº 042/2016.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - NOMEAR em data de 15/02/2016, sob o regime de trabalho estatutário, JANETE MOREIRA KOSTULSKI nascida em 25/11/1981, portadora do CPF n º 066.571.549-84, RG n º 4.470.550 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), no nível I referência A, do Quadro de Pessoal do Município, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público n º 001/2015, homologado em 02/06/2015. .

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 043/2016**

PORTARIA Nº 043/2016.

NOMEIA SERVIDORA PARA CARGO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - NOMEAR sob o regime de trabalho estatutário, JOSIANE DE OLIVEIRA nascida em 06/07/1981, portadora do CPF n º 075.477.879-75, RG n º 5.794.497 SESP/SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II (44h/sem), no nível I referência A, do Quadro de Pessoal Efetivo Município de Irineópolis, com lotação inicial na Secretaria Municipal da Educação, conforme aprovação em Concurso Público n º 001/2015, homologado em 02/06/2015.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

**PORTARIA N º 044/2016**

PORTARIA Nº 044/2016.

CONTRATA SERVIDOR POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1st - CONTRATAR MAYKON DAVI SOSTAK, nascido em 21/04/1993, portador do CPF nº 089.657.769-45, RG. n º 5.794.109, SSP/SC, para desempenhar as funções de Motorista (44h/sem), no nível 8 referência A, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Irineópolis, conforme Contrato de Trabalho Temporário nº 002/2016, com atividades na Secretaria da Saúde no período de 16/02/2016 a 30/06/2016 em substituição ao servidor efetivo Marcelo Renato Popia, em licença para tratamento de saúde.

Art 2nd - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16/02/2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 045/2016**

PORTARIA Nº. 045/2016.

CONCEDE FÉRIAS NO MÊS DE MARÇO DE 2016, AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder férias regulamentares, aos servidores públicos municipais abaixo relacionados:

Nº de Ordem	NOME	Período de Férias
1.	Adir José Gevieski	02/03 a 31/03/2016
2.	Beatriz Brittes Kamienski	01/03 a 30/03/2016
3.	Chaiane Hedvig Boruch	01/03 a 30/03/2016
4.	Esenilda Terezinha Miranda	01/03 a 30/03/2016
5.	Francisca Lintzmayer Kobus	01/03 a 30/03/2016
6.	Iris Vanessa Bay	01/03 a 30/03/2016
7.	Jackson Francis Levandoski	02/03 a 16/03/2016
8.	Jean Carlo Voigt	01/03 a 30/03/2016
9.	João Marcos Lohse	01/03 a 30/03/2016
10.	Jorge Nogath	17/03 a 31/03/2016
11.	Karla Adriana Moraes	01/03 a 30/03/2016
12.	Marcelo Giroto de Carvalho	16/03 a 08/04/2016
13.	Patricia Herbst Crestani	01/03 a 30/03/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 17 de Fevereiro de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.



**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 9-2016 FERIAS ALCIONE**

Portaria Nº 9/2016

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SANDRA RENATE PIEKARZEWICZ MAYDL, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal.

**RESOLVE:**

Conceder ao Servidor ALCIONE AGOSTINHO ADAMI, RG nº 5.731.377, inscrita no CPF sob o nº 418.724.109-44, Assessor Parlamentar desta Casa de Leis, o gozo das férias pelo período de 30 dias, iniciando em 22 (vinte e dois) de fevereiro de 2016 até 22 (vinte e dois) de março de 2016, de acordo com o artigo 101 da Lei Complementar nº 001/97, retornando as atividades normais em 14/03/2016, convertendo 1/3 em abono pecuniário.

Ressaltar que as referidas férias referem-se ao período de aquisição de 13/02/2015 à 12/02/2016.

Gabinete da Presidência, em 16 de Fevereiro de 2016.

Sandra Renate Piekarszewicz Maydl
-----------------------------------

Presidente da Mesa
--------------------

# Itá

## PREFEITURA

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016, TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2016

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2016

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Tomada de Preços, no dia 04 de março de 2016, visando a contratação de empresa para implantação da sinalização indicativa e turística nas áreas urbana e rural do município de Itá - SC, de acordo com os projetos e memorial descritivo anexo ao Edital. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 07 de março de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 17 de fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

A Prefeita Municipal de Itá - SC, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema Registro de Preço, no dia 02 de março de 2016, para possível contratação de empresa para prestação de serviço de orientação e acompanhamento de atividades físicas a população idosa do município. As propostas serão recebidas até às 08h30min do dia 02 de março de 2016 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá - SC, 17 de Fevereiro de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

### **EXTRATO CONTRATOS 18 E 19 E ADITIVOS**

Contrato Nº.: 18/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: PROPALARE CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA

Valor ..... : 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 05/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.045.3.3.90.00.00.00.00 (200) Saldo: 11.788,50

Objeto ..... : O presente instrumento contratual tem como objeto a prestação de serviços de pesquisa com erro amostral de até 5% e nível de confiança de no mínimo 95%. Será realizada na noite do evento, conforme

modelo anexo da Instrução Normativa Nº 001, de 28 de janeiro de 2013, da

Secretaria de Estado, Turismo e Esporte de Santa Catarina.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 17 de Fevereiro de 2016

Contrato Nº.: 19/2016

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ

Valor ..... : 33.622,80 (trinta e três mil seiscentos e vinte e dois reais e

oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 12/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016

Recursos ..... : Dotação: 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (63),

2.013.3.3.90.00.00.00.00 (64), 2.013.3.3.90.00.00.00.00 (65),

2.013.3.3.90.00.00.00.00 (66)

Objeto ..... : É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS

ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, durante o exercício de 2016, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 17 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº ..... : 6AD 24/2014

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA

Valor ..... : 7.004,40 (sete mil e quatro reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 15/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2014

Objeto ..... : Reajuste anual de valor conforme previsto em contrato e

índice do INPC.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 17 de Fevereiro de 2016

Aditivo Nº ..... : 5AD 115/2013

Contratante.: MUNICIPIO DE ITA

Contratada.: CLARO S/A

Vigência ..... : Início: 05/02/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2013

Objeto ..... : Aditivo de redução de linhas telefônicas para apenas duas.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 17 de Fevereiro de 2016

### **EXTRATO DE ATA 19 A 26 E ADITIVO**

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 019/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORM. E ESCRITORIO LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016

OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 32, 33, 34, 35, 65 e 66  
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.951,20 (um mil novecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos)  
VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017  
Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 020/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 01, 12, 13, 14, 15, 20, 25, 26, 28, 31, 46, 52, 70, 75, 79 e 87

VALOR ESTIMADO: R\$ 15.131,20 (quinze mil cento e trinta e um reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 021/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 04, 19, 27 e 74

VALOR ESTIMADO: R\$ 19.163,00 (dezenove mil cento e sessenta e três reais)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 022/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e PÉGASUS ATACADISTA LTDA ME .

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 30, 36, 37, 38, 39, 43, 47, 49, 50, 54, 57, 63, 64, 72, 77, 81 e 82

VALOR ESTIMADO: R\$ 9.042,20 (nove mil quarenta e dois reais e vinte centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 023/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e PATRICIA M. MULLER.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 03, 41, 48, 51, 55, 58, 59, 60, 61, 67, 69, 71, 76, 83, 84 e 86

VALOR ESTIMADO: R\$ 8.990,10 (oito mil novecentos e noventa reais e dez centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 024/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente

para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 05, 08, 09, 10, 16, 21, 24 e 29

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.650,80 (três mil seiscentos e cinquenta reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 025/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 02, 06, 07, 11, 18, 22 e 23

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.276,80 (cinco mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 026/2016, PL 011/2016

PARTES: Município de Itá e SZ BYTE INFORMATICA LTDA ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 010/2016  
OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza e expediente para manutenção das atividades nas escolas da rede municipal de ensino.

ITENS: 40, 42, 44, 53, 56, 68 e 78

VALOR ESTIMADO: R\$ 3.324,76 (três mil trezentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos)

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 14/01/2017

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 109/2015, PL 060/2015

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 039/2015  
OBJETO: Reajuste do valor da Gasolina comum  
VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos) por litro;

OBJETO: Reajuste do valor do óleo diesel S10

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,12 (três reais e doze centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 15/02/2016 Término: 31/12/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

# Itaiópolis

## PREFEITURA

### **TERMO Nº 01/2016 DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO E TERMO ADITIVO**

Contrato nº 91/2015 - Processo Licitatório nº 30/2015 – Pregão Presencial nº 22/2015. Contratada: Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda. Objeto: contratação de empresa para prestar serviço de Transporte Escolar para a linha nº 19, turno: matutino e linhas 32 – matutino – vespertino - noturno. Motivo: o não cumprimento pela Contratada da cláusula nona, incisos I, II, III, IV, V e VI do referido Contrato. Itaiópolis, 16 de fevereiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

### **TERMO Nº 02/2016 DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO E TERMO ADITIVO**

Contrato nº 92/2015 - Processo Licitatório nº 30/2015 – Pregão Presencial nº 22/2015. Contratada: Bela Vista Prestadora de Serviços Ltda. Objeto: contratação de empresa para prestar serviço de Transporte Escolar para as linhas nº 10, turno: matutino – vespertino e linha 24 – matutino. Motivo: o não cumprimento pela Contratada da cláusula nona, incisos I, II, III, IV, V e VI do referido Contrato. Itaiópolis, 16 de fevereiro de 2016. JOSÉ HERALDO SCHRITKE Prefeito Municipal

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 6/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS/SC; Processo Licitatório nº 06/2016, Pregão Presencial nº 06/2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de Materiais de Construção para uso em reformas e manutenção da Secretaria Municipal da Saúde e nas Unidades Sanitárias e ESF's da SMS. Entrega dos Envelopes: Até às 08:45 horas do dia 02 de março de 2016; Abertura dos Envelopes: as 09:00 horas do dia 02 de março de 2016 na Prefeitura Municipal de Itaiópolis. O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º andar de 2ª à 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas, fone 47 3652 2211 ou no site [www.itaioplis.sc.gov.br](http://www.itaioplis.sc.gov.br) Itaiópolis 17 de fevereiro de 2016. Eliseu Alexandre Gabardo – Secretário Municipal da Saúde.

# Itapema

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 308/2016

DECRETO Nº 308/2016

REGULAMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TURNO DE REVEZAMENTO.

O Prefeito Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,

Considerando ser imperiosa a necessidade do serviço estabelecer uma carga horária de trabalho diferenciada, salvaguardando o interesse público

#### DECRETA

Art. 1º - Fica regulamentado a carga horária de turno por revezamento de 12 x 36, compreendendo que o servidor neste caso, prestará 12 (doze) horas de trabalho, e 36 (trinta e seis) horas de repouso em virtude de sua jornada de trabalho contínuo.

Parágrafo único – Fica a critério da Administração Pública Municipal estabelecer quais os cargos prestarão os serviços de acordo com o turno de revezamento, com o intuito de salvaguardar o interesse público.

Art. 2º - O servidor fará jus ao pagamento do adicional de trabalho noturno na forma da lei.

Art. 3º - Durante a carga horária de trabalho de 12 (doze) horas, o servidor terá direito a 1 (uma) hora de intervalo para alimentação.

Parágrafo único - Para garantir a normalidade das operações, poderá ser exigida a disponibilidade do servidor no local de trabalho, durante o intervalo destinado a alimentação, sendo devidamente remunerado para este fim.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 12 de fevereiro de 2016.

RODRIGO COSTA

Prefeito Municipal

### PROCESSO Nº 015 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.009.2016. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIA INTERESTADUAL E ESTADUAL.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do: Processo nº 015 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.009.2016. Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço de agenciamento para fornecimento de passagens Rodoviária Interestadual e Estadual. Entrega dos envelopes: Até às 14:00(catorze) horas do dia 01/03/2016. Abertura do Pregão: 01/03/2016 às 14:00 (catorze) horas. Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.009.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos,

134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 17 de fevereiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

### PROCESSO Nº 018 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.011.2016. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO E CONSTRUÇÃO DE CAIXAS DE BOCA DE LOBO.

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do: Processo nº 018 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.011.2016. Objeto: Registro de Preços - Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço de colocação de tubos de concreto e construção de caixas de boca de lobo. Entrega dos envelopes: Até às 16:00(dezesseis) horas do dia 01/03/2016. Abertura do Pregão: 01/03/2016 às 16:00 (dezesseis) horas. Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “serviços – fornecedores – modalidades – pregão – pasta 04.011.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 17 de fevereiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações

### PROCESSO Nº 14 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.008.2016

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do: Processo nº 14 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.008.2016. Objeto: Registro de Preços para aquisição de cadeiras para todas as Secretarias, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantidades estimadas constantes do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº. 04.008.2016. Entrega dos envelopes: Até às 14:00(quatorze) horas do dia 1º/03/2016. Abertura do Pregão: 1º/03/2016 às 14:00 (quatorze) horas. Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio [www.itapema.sc.gov.br](http://www.itapema.sc.gov.br), no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – pasta 04.008.2016” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8000.

Itapema, 17 de fevereiro de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Contratos e Licitações



# Itapiranga

## PREFEITURA

**DISPENSA Nº 23/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 23/2016  
Dispensa de Licitação nº 23/2016  
Partes: Município de Itapiranga e Roseli Terezinha Klunk Geller.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados para o Programa da Merenda Escolar, deste município.  
Fundamento: Caput, o artigo 24 da Lei nº 8.666/93.  
Valor: R\$:19.999,32.  
Vigência: 31/12/2016.  
Itapiranga - SC., 16 de fevereiro de 2016  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**DISPENSA Nº 24/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 24/2016  
Dispensa de Licitação nº 24/2016  
Partes: Município de Itapiranga e Cooperativa da Agricultura Familiar de Itapiranga – COOAFI.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados para o Programa da Merenda Escolar, deste município.  
Fundamento: Caput, o artigo 24 da Lei nº 8.666/93.  
Valor: R\$:50.722,50.  
Vigência: 31/12/2016.  
Itapiranga - SC., 16 de fevereiro de 2016  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**DISPENSA Nº 29/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Processo Licitatório nº 29/2016  
Dispensa de Licitação nº 29/2016  
Partes: Município de Itapiranga e Teresinha Petry Stulp.  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, destinados para o Programa da Merenda Escolar, deste município.  
Fundamento: Caput, o artigo 24 da Lei nº 8.666/93.  
Valor: R\$:9.000,00.  
Vigência: 31/12/2016.  
Itapiranga - SC., 16 de fevereiro de 2016  
Milton Simon  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 58/2016/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e AUREA KAUFMANN WERLANG.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.  
Nível salarial: 545  
Classe - Referência: B - 01  
VIGÊNCIA: 16/02/2016 a 14/12/2016  
Itapiranga – SC, 16 de fevereiro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2016/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e VANIA WITECK.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de Geografia.  
Nível salarial: Piso Nacional do Magistério  
Classe - Referência:  
VIGÊNCIA: 16/02/2016 a 14/12/2016  
Itapiranga – SC, 16 de fevereiro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2016/RH  
PARTES: Município de Itapiranga e ADRIANA MARIA DOS SANTOS.  
ORIGEM: Processo Seletivo nº 04/2015.  
OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 10 horas semanais, como Professor de História.  
Nível salarial: 568  
Classe - Referência:  
VIGÊNCIA: 17/02/2016 a 13/06/2016  
Itapiranga – SC, 17 de fevereiro de 2016.  
Milton Simon – Prefeito Municipal

**EXTRATO DO DISTRATO Nº 61/2016/RH**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DO DISTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO DISTRATO Nº 61/2016/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ALINE ELISA SCHNEIDER WEBER.

OBJETO: Distrato do Contrato Temporário nº 031/2016/RH de 03/02/2016, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil em 30 horas semanais.

Itapiranga – SC. 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon – Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 10/2016**

Portaria nº 10 de 17 de fevereiro de 2016.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39/2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio à servidora municipal Lourdes Sehn Andres, matrícula nº 1368/01 pelo período de 03 (três) meses iniciando-se em data de 17/2/2016 até 16/5/2016, referente ao período aquisitivo de 26/5/2006 até 25/5/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 17 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial do Estado – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 8/2016**

Portaria nº 8 de 3 de fevereiro de 2016

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.153/2003, Lei Complementar nº 39/2011 e Lei Complementar nº 2/2006 e suas alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a partir de 3 de fevereiro de 2016, Aline Schoeninger Wiest, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Física, com 20 horas semanais, tendo em vista aprovação no concurso público nº 01/2015, exercendo as atribuições do referido cargo de conformidade com a Legislação Municipal supra mencionada.

Art. 2º - A servidora municipal estará vinculada ao Regime de Trabalho Estatutário e enquadrada no nível 578 classe B-01.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 3 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**PORTARIA Nº 9/2016**

Portaria nº 9 de 10 de fevereiro de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Charline de Souza matrícula nº 14857/01, no período de 10/2/2016 até 7/8/2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 10 de fevereiro de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

**TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 32/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E

SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 32/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 32/2016, cujo objeto é a contratação de empresa para execução do estudo ambiental para a regularização fundiária da área urbana de Itapiranga (SC), atingida pela área de preservação permanente do rio Uruguai. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 04 de março de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br).

Itapiranga - SC., 17 de fevereiro de 2016

Milton Simon

Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: TOP CENTER COMERCIAL LTDA, com sede á Rua Presidente Campos Salles, nº 476, Bairro: Glória, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.217-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.135.625/0001-25, e Inscrição Estadual nº 252.038.835.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 - PROCESSO Nº 04/2016;  
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para uso da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
Valor total: R\$ 20.030,00 (vinte mil e trinta reais).  
Data da assinatura: 17/02/2016;  
Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU..

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: LUIZ FERNANDO CUNHA GRENIER ME, com sede á Rua Camões, nº 971 - CJ 302, Bairro: Hugo Lange, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 80.040-180, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.162.386/0001-17, e Inscrição Estadual nº 90525396-49.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 - PROCESSO Nº 04/2016;  
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para uso da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
Valor total: R\$ 5.910,00 (cinco mil novecentos e dez reais).  
Data da assinatura: 17/02/2016;  
Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU..

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 13/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: SERV INFORMÁTICA LTDA, com sede á Rua Padre Kolb, nº 985, Bairro: Bucarein, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.202-350, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.122.836/0001-11, e Inscrição Estadual nº 252.372.441.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 - PROCESSO Nº 04/2016;  
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para uso da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
Valor total: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais).  
Data da assinatura: 17/02/2016;  
Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU..

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 14/2016

Contratante: Município de Itapoá-SC;  
Contratada: NUVEMPRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME, com sede á Rua Professor João Soares Barcelos, nº 2379, Loja 05, Bairro: Boqueirão, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.670-080, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17975.908/0001-13, e Inscrição Estadual nº 90627704-20.  
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016 - PROCESSO Nº 04/2016;  
Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos de informática para uso da Secretaria de Administração e Finanças, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
Valor total: R\$ 4.476,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e seis reais).  
Data da assinatura: 17/02/2016;  
Data vigência contratual: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano, a partir da sua publicação, previsto no art. 15, § 3º inciso III da Lei 8.666/93, Art. 12º do Decreto Federal nº 7.892/2013, acórdão nº 991/2009-TCU..

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.  
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO MUNICIPAL

**CMDCA: RESOLUÇÃO Nº 002/2016****RESOLUÇÃO Nº 002/2016/CMDCA**

Estabelece os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Legislação e Políticas Públicas em sindicâncias e processos administrativos para apuração de irregularidade no desempenho da função dos membros do Conselho Tutelar Municipal, e dá outras providências

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE ITAPOÁ, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Municipal nº 232/2004, 175/2008, 235/2009 e 182/2008, pelo Regimento Interno publicado em 10/12/2015 e em conformidade com a deliberação da sessão Plenária Extraordinária, realizada no dia 15.02.2016

**RESOLVE**

Art. 1º - Estabelecer os procedimentos para os atos a serem seguidos pela Comissão de Legislação e Políticas Públicas em sindicâncias e processos administrativos que envolvam os conselheiros tutelares do município de Itapoá.

**DA SINDICÂNCIA**

1. Recebimento da denúncia formulada por escrito, contendo a identificação e endereço do denunciante.
2. Sugerir, se necessário o afastamento do conselheiro de suas atividades, até apuração final da sindicância, podendo se estender ao processo administrativo.
3. Averiguação da denúncia para apurar indícios de materialidade ou autoria.
4. Aos membros da Comissão caberá a realização das diligências necessárias à apuração dos fatos, ouvindo o sindicando e todas as pessoas envolvidas, bem como peritos e técnicos necessários ao caso.
- 4.1 A sindicância não comporta o contraditório e tem caráter sigiloso, devendo ser ouvidos, no entanto, somente os envolvidos nos fatos e aqueles que possam contribuir para sua elucidação.
5. A sindicância administrativa poderá resultar em:
  - 5.1 Arquivo do processo, no caso de inexistência de irregularidade ou de impossibilidade de se apurar a autoria.
  - 5.2 A Instauração de processo administrativo disciplinar.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO**

6. Abertura de processo – juntar:
  - 6.1 A Resolução de nomeação da Comissão de Legislação e Políticas Públicas e sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.
  - 6.2 Documento que motivou a abertura do processo.
  - 6.3 Cópia da Notificação do Conselheiro Tutelar
7. Notificar o conselheiro tutelar, concedendo-lhe o prazo de cinco (05) dias úteis para apresentar defesa prévia por escrito, e no mesmo prazo o rol de testemunhas.
8. Receber a defesa prévia;
  - 8.1 Caso não apresente defesa prévia, declarar revelia;
9. Notificar o denunciante a nominar por escrito suas testemunhas dos fatos alegados dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.
10. Solicitar as testemunhas do denunciante a prestar depoimento dentro do prazo de cinco (05) dias úteis.
11. Intimar o denunciado para que querendo, compareça no ato de oitiva das testemunhas.
12. Proceder à oitiva das testemunhas de denúncia.
13. Proceder à oitiva das testemunhas de defesa
14. Fazer, se necessário, acareação e interrogatórios, mediante notificação prévia a quem for indicado para tal.
15. Requisitar perícia se for necessário;
16. Ao final do processo, apreciada a defesa, elaborar relatório minucioso, resumir as peças principais dos autos e mencionar as provas em que se baseou para formar convicção. O relatório deverá ser sempre conclusivo quanto à responsabilidade ou inocência

do Conselheiro.

17. Reconhecida a responsabilidade do Conselheiro, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes e atenuantes.
18. Concluído o processo, o presidente da Comissão proclamará a decisão do relatório conclusivo, encaminhado ao colegiado do CMDCA para comunicação e aplicação dos seus efeitos.
19. Poderá o Conselheiro Tutelar protocolar pedido de reconsideração da decisão a plenária do CMDCA, após três (03) dias da sua notificação. O Presidente do CMDCA convocará reunião extraordinária para apreciar o pedido de reconsideração.
20. Apreciado o pedido de reconsideração, o CMDCA, mantido ou não a decisão, terá cinco (05) dias úteis para publicá-la no Diário Oficial dos Municípios e Mural da Prefeitura Municipal de Itapoá e notificar o Conselheiro.
21. Encaminhar ao Ministério Público, o relatório da proclamação do julgamento e a decisão final do CMDCA;
22. No caso da infração cometida pelo conselheiro tutelar constituir ilícito penal, o CMDCA representará ao Ministério Público, comunicando o fato e solicitando as providências legais cabíveis.
23. Encerramento do Processo Administrativo.
24. O prazo para conclusão da sindicância é de quinze (15) dias a partir da instauração do respectivo procedimento, podendo ser prorrogado por igual período a critério do presidente da Comissão de Legislação e Políticas Públicas.
25. A Comissão de Legislação e Políticas Públicas terá trinta (30) dias de prazo para concluir os trabalhos do processo administrativo, prorrogáveis por mais quinze (15) dias.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial dos Municípios e no Mural da Prefeitura Municipal de Itapoá, revogando as disposições contrárias.

Itapoá, 15 de Fevereiro de 2016  
Yolanda Gambarini da Silva  
Presidente do CMDCA

O Prefeito SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, dando cumprimento ao que determina a legislação em vigor, HOMOLOGA A PRESENTE RESOLUÇÃO.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
PREFEITO

**CONCURSO PÚBLICO: TERMOS DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2016 DO EDITAL Nº 050/2015**  
TERMO CONVOCAÇÃO Nº 05/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 47/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretaria de Educação no dia 18/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
4	40 hs	Educ. Especial - AEE	Roseli Manicaldi	22/02/2016	17/12/2016

De acordo com o item 8.2 do Edital 047/2015: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**CONCURSO PÚBLICO: TERMOS DE CONVOCAÇÃO Nº06/2016 DO EDITAL Nº 050/2015**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Sérgio Ferreira de Aguiar – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

CARGO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO	CLASS.
Técnico de Enfermagem	Diefferson Douglas Rohleder	420000100	02
Técnico de Enfermagem	Karyn Piazzetta dos Santos Chaves	420000740	03
Técnico de Enfermagem	Maria Angela Ferreira	420001226	04
Técnico de Enfermagem	Denise Rosa Sales	420000328	05
Técnico de Enfermagem	Francine Woche	420000181	06
Técnico de Enfermagem	Tania Moraes do N. Ferreira	420002302	07
Técnico de Enfermagem	Rodrigo Henrique de Souza	420001754	08
Técnico de Enfermagem	Ivo Natair Grein Ramos	420001886	09
Médico P.S.F.	Vitor Hugo Felipe Knoblauch	430000202	01

Itapoá – SC, 15 de fevereiro de 2016

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal



**ERRATA – EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA O ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO N.º 001/2016**

ERRATA – EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA O ÔNIBUS UNIVERSITÁRIO N.º 001/2016

Ana Cláudia de Oliveira Jacinto, Secretária de Educação, no uso de suas atribuições legais, faz saber da alteração da lista de candidatos, o qual passará a vigorar com a seguinte classificação, conforme abaixo:

DEFERIDOS PARA LISTA DE ESPERA	
INSCRIÇÕES RENOVAÇÃO DE GRADUAÇÃO	
1	IHAGO IHAMBOINSKI FARIAS
INSCRIÇÕES NOVAS DE GRADUAÇÃO	
2	ELIVELTO FELIPE NERIS KISNER
3	BRENDON NASCIMENTO DO ROSARIO DE JESUS
4	SABRINA SILVEIRA SPEK
5	EVELIN CAROLINE DA SILVA
6	KELI SCARIOT
7	VALERIE HENNING PACHECO
8	TALIA EMANOELI REINERT TAVARES DE PAIVA
9	AMANDA KORELO RODRIGUES
10	VICTOR GIOVANI KINCZEL SLEZINSKI
11	DANIELLE ALVES DOS SANTOS
12	CESAR AUGUSTO FLORES
13	MARINA MORATELLI
14	LUANE NEVES CABREIRA
15	RAFAEL DO CARMO JANEIRO RODRIGUES
16	LAYRA DE OLIVEIRA
17	TALITA DOS SANTOS SILVA
18	JHENIFER BENKENDORF ANTUNES
19	TALUANNA AGGATA OLIVEIRA
20	LUCAS FERREIRA NUNES
21	CLEBERSON EZEQUIAS BARBOSA
22	JOAO VINICIUS LIMA DA SILVA
23	ANDERSON DIAS BARBOSA
24	DAIANA DE ALMEIDA STALLBAUM
25	MATHEUS VITOR BIRCHES NERI
26	JULIANO MARASCK FAGUNDES
27	SARAH CAROLINE LOPES
28	LAURA DUTRA POHL
29	JULIANA CAROLINE DA SILVA
30	JONAS GODINHO
31	LARISSA CARVALHO
32	KARLA CARVALHO SOARES
33	LEONARDO VINCENSI
34	ALINE SEBOLD
35	DIONE SALETE WONSOWSKI
36	ARTHUR STEUERNAGEL BERNDT
37	LUCAS WILSON WEISS BENEDITO
38	ANA CAROLINA MANOEL GUIMARAES
39	LUCAS GABRIEL TERCZIANY
40	MAIARA ELIZABETH DA COSTA DUARTE
41	OTAVIO BRAND REICHMANN

42	JOSIANE PAULA KELIN GOMES
43	PAMELA DE SOUZA PRIM

## DEFERIDOS A DISTÂNCIA RENOVAÇÃO

44	JOARI SOARES ROSA
45	JEAN FERNANDES DA SILVA
46	CLEVERTON NASCIMENTO DE SOUZA
47	ARIANE FERREIRA MACHADO
48	ROBERTO DE ALMEIDA
49	LAURA CAMILA PERKAUSKI
50	JULIANA DE CASSIA NICOLAK DEUNISIO
51	MAIZA DAIANA MARAFON GIAKOMONI
52	MONIA YASMIM DOS SANTOS
53	JESSÉ DA SILVA
54	LUCIANA DA SILVA PORCINO
55	RITA DE CASSIA WISCHRAL
56	JOCELIA TELES DOS SANTOS
57	GABRIELA INÊS KUMMER REZENDE DA SILVA
58	CESAR JUSTINO JUNIOR

## DEFERIDOS NOVOS A DISTANCIA

59	SCARLATH APARECIDA FAOT DEMBISKI WEISS BENEDITO
----	---

## INDEFERIDOS NOVAS INSCRIÇÕES

1	ABRAAO PUZAK	9.6
2	ANA CAROLINA GODOI FAVA	2.2
3	ANTONIO DIAS DOS SANTOS NETO	5.3.2 doc. 3
4	GABRIEL CARMINATT ANDRES	2.2
5	HIGOR FABRICIO CARNEIRO	2.2
6	JONATHAN DIEGO RIBEIRO SCOBARA	5.3.2 doc.4
7	KARINA MAY CARA	5.3.2 doc.3
8	KATIA MARIA GALESKI	9.6
9	LUCAS RAFAEL RUON SOUZA	9.6
10	LUIS FERNANDO DO CARMO	9.6
11	MARINA LUIZA BOHN DA SILVA	9.6
12	MURILO AUGUSTO GENEHR	5.3.2 doc.3
13	VITORIA CHIAPETTI	5.3.2 doc. 3
14	VITOR DA ROCHA	2.2
15	LUANA LARYSSA BRITO DE MELLO CARELLI TERENGUE	5.3

## INDEFERIDOS A DISTANCIA

16	ANGELA SUELI TETZLAFF	6.0 - Incoerência
17	EDNA PRADO DA SILVA	5.3.2 doc.3
18	EVA MARIA DAS GRASÇAS DE LIMA	9.6
19	LAIS SOSTER	5.3.2 doc. 3
20	MARCIA ROSA DA COSTA CORREA	5.3.2 doc. 5
21	PAULA RICELLI MESQUITA TEIXEIRA	5.3.2 doc. 3
22	VALDINEI PACHECO	5.3.1 doc. 3 E 5.3.1 doc. 6

Os recursos dos indeferidos desta lista acima foi prorrogado até a data de 18 de fevereiro de 2016, conforme edital.

Itapoá 17 de fevereiro de 2016  
Secretária de Educação  
Ana Cláudia de Oliveira Jacinto

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: ERRATA - EDITAL 47/2015-16 - EDUCAÇÃO ESPECIAL - PROFESSOR AUXILIAR DE TURMA

ERRATA - Edital 47/2015-16 - Educação Especial - Professor Auxiliar de Turma					
A Secretaria de Educação torna público errata referente as Inscrições DEFERIDAS no Processo Seletivo de Profissionais da Educação Admitidos em Caráter Temporário (ACT) que atuarão na EDUCAÇÃO ESPECIAL nas vagas vinculadas ou excedentes para o ano de 2016.					
Onde lê-se: Regiane Rosário de Jesus Fiamoncini como classificação 05, leia-se: "Roseane Rosário de Jesus Fiamoncini"					
Itapoá, 17 de janeiro de 2016.					
Ana Claudia de Oliveira Jacinto					
Secretaria de Educação					

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 043/2015 DO EDITAL Nº 046/2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 43/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 46/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 18/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Nº	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
6	40	Educação Infantil	Cleniane Deodoro Leite Amaral	19/02/2016	04/03/2016
7	40	Educação Infantil	Juliana Cristina Soares Speck	22/02/2016	22/03/2016
8	40	Educação Infantil	Fernanda Cristina Kosakoski Schwolk	22/02/2016	22/03/2016
9	30	Educação Infantil	Janete Mariza Gonçalves	22/02/2016	22/03/2016

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 05-2016 DO EDITAL Nº 47-2015

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 05/2016

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 47/2015 – Ana Claudia de Oliveira Jacinto, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretaria de Educação no dia 18/02/2016, as 9h00min, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
4	40 hs	Educ. Especial - AEE	Roseli Manicaldi	22/02/2016	17/12/2016

De acordo com o item 8.2 do Edital 047/2015: Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumirem a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida;

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.

Ana Claudia de Oliveira Jacinto

Secretária de Educação

**SECRETARIA DE SAÚDE: PROCESSO DE TRANSPARÊNCIA EDITAL Nº02/2016 - VAGAS EXCEDENTES**

PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA – EDITAL Nº 002/2016

VAGAS EXCEDENTES SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Cristian Angelo Grassi, Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na seção IX em seu artigo 26, § 1º da Lei Municipal nº 044 de 12 de setembro de 2014, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão o Processo de Transferência de Servidor Público Municipal de sua Lotação para outra de Vagas Excedentes da Secretaria Municipal de Saúde de Itapoá/SC.

**1. DAS INSCRIÇÕES**

As inscrições para remoção deverão ser realizadas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, nos dias 01 e 02 de Março de 2016 no horário das 08:00 às 13:00 horas, conforme quadro de vagas em anexo I.

**2. DOS DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO**

No ato da inscrição os candidatos deverão entregar os documentos abaixo relacionados, em um envelope lacrado, com identificação do candidato. Ex: Nome, CPF, Cargo e Telefone para Contato.

- Requerimento, conforme anexo II, devidamente preenchido e assinado;
- Cópia da Portaria de Lotação em vigor, para os que já possuem;
- Cópia dos Certificados de aperfeiçoamento ou atualização na área;
- Comprovante de tempo de serviço público municipal em dias, através de declarações de prefeituras.

**3. DO QUADRO DE VAGAS**

3.1 O Servidor Público Municipal que não se manifestar no período determinado para a escolha da vaga do processo de remoção perderá o direito sobre a escolha;

3.2 A escolha da vaga deverá ser pessoal e não poderá ser realizada através de procuração particular ou pública.

**4. DA CLASSIFICAÇÃO**

Os requerimentos dos profissionais efetivos da saúde, interessados na remoção serão analisados e atendidos de acordo com os critérios da Lei 044/2014, como segue abaixo:

I – maior habilitação na área de atuação, sendo 0,1 (um décimo) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso de aperfeiçoamento e ou atualização frequente na área; 0,5 (meio) ponto para cada especialização; 1,0 (um) ponto para Mestrado e 1,5 (um e meio) ponto para Doutorado.

II – maior tempo de Serviço Público Municipal em dias;

III – sorteio com a presença dos candidatos inscritos na vaga.

**5. DA DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO**

5.1 A listagem classificatória será publicada no site da Prefeitura no endereço eletrônico [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br) no dia 04/03/2016.

5.2 A interposição de recursos poderá ser feita no Protocolo da Prefeitura Municipal de Itapoá, no dia 07 de Março de 2016 das 08:00 às 13:00 horas. Somente serão analisados os recursos protocolados no dia estabelecido para tanto.

5.3 Após a Classificação Final, no dia 09 de Março de 2016, o profissional da saúde requerente será lotado (a) na Unidade de Saúde requerida, através do ato do Chefe do Poder Executivo, a ser publicado em Edital no Setor de Recursos Humanos e passará a atuar a partir da sua lotação.

5.4 O Setor de Recursos Humanos deverá enviar ao profissional uma via original da Portaria de Lotação até o mês subsequente.

5.5 No caso do não recebimento da Portaria de Lotação, o servidor poderá procurar o Setor de Recursos Humanos para retirada da mesma.

**6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

6.1 O (a) Requerente deverá revisar o requerimento de remoção e lotação e verificar a exatidão das informações nele contidas, tornando-se após a assinatura, responsável pela mesma.

6.2 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Processos de Transferências.

6.3 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 17 de Fevereiro de 2016.

Cristian Angelo Grassi  
Secretário de Saúde

Marciane Rech  
Enfermeira Coordenadora ESF

Maria Neco dos Santos Silva  
Agente Administrativo II

Noeli Schwetler Saidel  
Auxiliar de Serviços Gerais

**ANEXO I**  
**QUADRO DE VAGAS PARA REMOÇÃO E LOTAÇÃO**

ÁREA	VAGA	C.H.	LOCAL
Médico ESF	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte
Médico ESF	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Samambaial
Médico ESF	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Itapema do Norte
Enfermeiro	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Samambaial
Enfermeiro	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Itapema do Norte
Técnico de Enfermagem	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Pontal do Norte
Técnico de Enfermagem	9	40 horas	Pronto Atendimento 24 horas
Motorista	2	40 horas	Pronto Atendimento 24 horas
Agente Administrativo	1	40 horas	Setor de Tratamento Fora de Domicílio (TFD)
Recepcionista	1	40 horas	Unidade Básica de Saúde Itapema do Norte

**ANEXO II****SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPOÁ / SC**  
**EDITAL 002/2016**

Eu, \_\_\_\_\_  
Matrícula \_\_\_\_\_, lotado (a) e em exercício no (a) \_\_\_\_\_, no cargo de:  
\_\_\_\_\_ com carga horária de \_\_\_\_\_ horas semanais, venho por meio deste,

REQUERER,

A Transferência de Lotação para a vaga de \_\_\_\_\_, no (a) \_\_\_\_\_, com carga horária de 40 horas semanais, conforme Edital de Processo de Transferência de Servidor Público Municipal nº 002 /2016 de 17 de Fevereiro de 2016.

Nestes termos, pede deferimento.

Assinatura

Itapoá, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

**SECRETARIA DE SAÚDE: TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2016 DO EDITAL Nº 03/2015**

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

EDITAL DE CREDENCIAMENTO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE Nº 003/2015

LOCALIDADE SAÍ MIRIM

Cristian Angelo Grassi, Secretário de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata MABILIANE LENZI DIAS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados.

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.
- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC);
- Certidão de Nascimento dos Filhos ;
- Certidão de Regularização do CPF (internet) ;
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação pela constituição. (prefeitura fornece);
- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece) ;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece);
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº: \_\_\_\_\_;

Cristian Angelo Grassi  
Secretário da Saúde  
Itapoá, 17 de Fevereiro de 2016.

**TERMO ANULAÇÃO PREGÃO Nº05/2016 - PLACAS DE SINALIZAÇÃO**

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que a licitação Pregão Presencial nº 05/2016 – Processo nº 06/2016, para o objeto: AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS, fica no presente ato anulado, em todos os seus termos para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente por motivos de erros na descrição do objeto itens nº 01 a 07 fls. nº103 a 104, alteração do memorial descritivo de manutenção fls. nº 111, e possíveis indícios de fracionamento fls. 116, devidamente comprovado, conforme inserto no processo licitatório.

Itapoá, 17 de fevereiro de 2016.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

PREFEITO MUNICIPAL



# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### **AVISO DE PUBLICAÇÃO\_RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO) DO 2º BIMESTRE DE 2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

#### AVISO

A Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, avisa que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do 6º Bimestre de 2015, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00, encontra-se publicado no mural público da Prefeitura Municipal a disposição dos interessados.

Antonio João de Fáveri  
Prefeito Municipal

## ANEXO 1\_RREO\_6º BIMESTRE

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>4.472.489,71</b>	<b>16,56</b>	<b>25.452.334,43</b>	<b>1.547.665,57</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>24.733.000,00</b>	<b>24.733.000,00</b>	<b>4.022.575,11</b>	<b>16,26</b>	<b>23.105.684,40</b>	<b>1.627.315,60</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.350.000,00	1.350.000,00	147.099,70	10,90	1.665.194,51	-315.194,51
IMPOSTOS	930.000,00	930.000,00	141.683,76	15,23	1.319.377,30	-389.377,30
TAXAS	385.000,00	385.000,00	5.415,94	1,41	345.817,21	39.182,79
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	230.000,00	230.000,00	41.516,41	18,05	236.854,29	-6.854,29
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	230.000,00	230.000,00	41.516,41	18,05	236.854,29	-6.854,29
RECEITA PATRIMONIAL	479.000,00	479.000,00	36.348,05	7,59	356.073,68	122.926,32
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	479.000,00	479.000,00	36.348,05	7,59	356.073,68	122.926,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	0,00	19.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	949.000,00	949.000,00	163.832,65	17,26	998.544,91	-49.544,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	20.734.000,00	20.734.000,00	3.551.723,72	17,13	19.524.400,98	1.209.599,02
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	20.093.000,00	20.093.000,00	3.496.364,82	17,40	19.091.486,87	1.001.513,13
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00	0,00	3.800,00
TRANSF. DE PESSOAS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	1.200,00
TRANSF. DE CONV.	636.000,00	636.000,00	55.358,90	8,70	432.914,11	203.085,89
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	972.000,00	972.000,00	82.054,58	8,44	324.616,03	647.383,97
MULTAS E JUROS DE MORA	170.000,00	170.000,00	5.254,99	3,09	49.016,99	120.983,01
INDENIZAÇÕES E RESITUIÇÕES	150.000,00	150.000,00	1.444,86	0,96	33.128,89	116.871,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	203.000,00	203.000,00	72.039,79	35,49	207.961,33	-4.961,33
RECEITAS DIVERSAS	449.000,00	449.000,00	3.314,94	0,74	34.508,82	414.491,18
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.267.000,00</b>	<b>2.267.000,00</b>	<b>449.914,60</b>	<b>19,85</b>	<b>2.346.650,03</b>	<b>-79.650,03</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.070.000,00	1.070.000,00	0,00	0,00	0,00	1.070.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	74.000,00	74.000,00	0,00	0,00	0,00	74.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	62.000,00	62.000,00	0,00	0,00	0,00	62.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.123.000,00	1.123.000,00	449.914,60	40,06	2.346.650,03	-1.223.650,03
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.123.000,00	1.123.000,00	449.914,60	40,06	2.346.650,03	-1.223.650,03
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>4.472.489,71</b>	<b>16,56</b>	<b>25.452.334,43</b>	<b>1.547.665,57</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>4.472.489,71</b>	<b>16,56</b>	<b>25.452.334,43</b>	<b>1.547.665,57</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL VII = (V + VI)</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>27.000.000,00</b>	<b>4.472.489,71</b>	<b>16,56</b>	<b>25.452.334,43</b>	<b>1.547.665,57</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	<b>—</b>	<b>1.270.642,48</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>927.358,59</b>	<b>—</b>
Superávit Financeiro	—	1.270.642,48	—	—	927.358,59	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²	
			No Bimestre	Até o Bimestre		(f)	(g) = (e-f)				No Bimestre
(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)				
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.000.000,00	33.900.406,27	4.130.557,44	25.225.596,22	8.674.810,05	4.270.776,22	25.225.596,22	8.674.810,05	25.020.270,66	0,00	
	21.431.000,00	24.296.471,14	3.991.480,09	21.033.255,46	3.263.215,68	4.131.698,87	21.033.255,46	3.263.215,68	21.031.686,26	0,00	
	12.003.000,00	13.213.807,15	2.718.878,72	12.315.336,95	898.470,20	2.718.878,72	12.315.336,95	898.470,20	12.315.336,95	0,00	
	100.000,00	20.000,00	63,40	529,57	19.470,43	63,40	529,57	19.470,43	529,57	0,00	
	9.328.000,00	11.062.663,99	1.272.537,97	8.717.388,94	2.345.275,05	1.412.756,75	8.717.388,94	2.345.275,05	8.715.819,74	0,00	
	5.519.000,00	9.553.935,13	139.077,35	4.192.340,76	5.361.594,37	139.077,35	4.192.340,76	5.361.594,37	3.988.584,40	0,00	
	3.769.000,00	9.317.235,13	126.818,25	4.112.499,24	5.204.735,89	126.818,25	4.112.499,24	5.204.735,89	3.908.742,88	0,00	
	1.750.000,00	236.700,00	12.259,10	79.841,52	156.858,48	12.259,10	79.841,52	156.858,48	79.841,52	0,00	
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
	SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.000.000,00	33.900.406,27	4.130.557,44	25.225.596,22	8.674.810,05	4.270.776,22	25.225.596,22	8.674.810,05	25.020.270,66	0,00
	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.000.000,00	33.900.406,27	4.130.557,44	25.225.596,22	8.674.810,05	4.270.776,22	25.225.596,22	8.674.810,05	25.020.270,66	0,00	
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	226.738,21	—	—	—	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.000.000,00	33.900.406,27	4.130.557,44	25.225.596,22	—	4.270.776,22	25.452.334,43	—	25.020.270,66	0,00	

FONTE:

JACINTO MACHADO, 16/02/2016

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESAMELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNOMÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

## ANEXO 2\_RREO\_6º BIMESTRE

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
					No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	27.000.000,00	33.900.406,27	4.130.557,44	25.225.596,22	100,00	8.674.810,05	4.270.776,22	25.225.596,22	100,00	8.674.810,05	0,00	
	Ação Legislativa	1.195.000,00	1.195.000,00	163.428,50	163.428,50	3,80	235.847,22	193.661,85	959.152,78	3,80	235.847,22	0,00	
	Administração	1.195.000,00	1.195.000,00	163.428,50	163.428,50	3,80	235.847,22	193.661,85	959.152,78	3,80	235.847,22	0,00	
	Administração Geral	1.990.000,00	2.654.000,00	375.891,72	2.271.491,32	9,00	382.508,68	425.661,06	2.271.491,32	9,00	382.508,68	0,00	
	Defesa Civil	1.915.000,00	2.579.000,00	374.309,29	2.262.374,77	8,97	316.625,23	424.078,63	2.262.374,77	8,97	316.625,23	0,00	
	Assistência Social	75.000,00	75.000,00	1.582,43	9.116,55	0,04	65.883,45	1.582,43	9.116,55	0,04	65.883,45	0,00	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	907.000,00	1.222.642,85	155.053,08	875.045,67	3,47	347.596,98	156.067,20	875.045,67	3,47	347.596,98	0,00	
	Assistência Comunitária	94.000,00	94.000,00	17.877,17	68.306,35	0,27	25.693,65	17.877,17	68.306,35	0,27	25.693,65	0,00	
	Saúde	813.000,00	1.128.642,85	137.175,91	806.739,32	3,20	321.903,33	138.190,03	806.739,32	3,20	321.903,33	0,00	
	Atenção Básica	4.487.000,00	5.162.719,06	772.742,13	4.327.901,73	17,16	834.817,33	793.773,02	4.327.901,73	17,16	834.817,33	0,00	
	Educação	4.487.000,00	5.162.719,06	772.742,13	4.327.901,73	17,16	834.817,33	793.773,02	4.327.901,73	17,16	834.817,33	0,00	
	Alimentação e Nutrição	8.622.000,00	10.770.920,51	1.728.665,26	8.741.497,86	34,65	2.029.422,65	1.736.678,74	8.741.497,86	34,65	2.029.422,65	0,00	
	Ensino Fundamental	355.000,00	455.000,00	35.863,11	256.548,45	1,02	198.451,55	35.863,11	256.548,45	1,02	198.451,55	0,00	
	Educação Infantil	7.682.000,00	9.058.841,60	1.502.383,77	7.523.703,31	29,83	1.535.138,29	1.509.352,45	7.523.703,31	29,83	1.535.138,29	0,00	
	Educação de Jovens e Adultos	470.000,00	1.142.078,91	179.958,33	871.062,60	3,45	271.016,31	181.003,13	871.062,60	3,45	271.016,31	0,00	
	Cultura	115.000,00	115.000,00	10.460,05	90.183,50	0,36	24.816,50	10.460,05	90.183,50	0,36	24.816,50	0,00	
	Urbanismo	472.000,00	744.570,20	35.278,82	428.123,82	1,70	316.446,38	35.278,82	428.123,82	1,70	316.446,38	0,00	
	Serviços Urbanos	3.077.000,00	2.813.112,99	558.428,61	2.703.890,57	10,72	109.222,42	558.428,61	2.703.890,57	10,72	109.222,42	0,00	
	Saneamento	3.077.000,00	2.813.112,99	558.428,61	2.703.890,57	10,72	109.222,42	558.428,61	2.703.890,57	10,72	109.222,42	0,00	
	Saneamento Básico Urbano	1.035.000,00	1.185.000,00	119.012,87	837.822,62	3,32	347.177,38	140.948,25	837.822,62	3,32	347.177,38	0,00	
	Gestão Ambiental	1.035.000,00	1.185.000,00	119.012,87	837.822,62	3,32	347.177,38	140.948,25	837.822,62	3,32	347.177,38	0,00	
	Preservação e Conservação Ambiental	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	
	Agricultura	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	26.000,00	0,00	
	Extensão Rural	607.000,00	607.000,00	68.331,89	496.827,95	1,97	110.172,05	76.554,11	496.827,95	1,97	110.172,05	0,00	
	Indústria	607.000,00	607.000,00	68.331,89	496.827,95	1,97	110.172,05	76.554,11	496.827,95	1,97	110.172,05	0,00	
	Administração Geral	77.000,00	468.250,00	0,00	339.724,00	1,35	128.526,00	0,00	339.724,00	1,35	128.526,00	0,00	
	Propriedade Industrial	23.000,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	
Transporte	54.000,00	445.250,00	0,00	339.724,00	1,35	105.526,00	0,00	339.724,00	1,35	105.526,00	0,00		
Serviços Urbanos	1.784.000,00	5.289.819,36	0,00	2.006.158,16	7,95	3.283.661,20	0,00	2.006.158,16	7,95	3.283.661,20	0,00		
Transporte Rodoviário	520.000,00	580.000,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00	0,00	0,00	0,00	580.000,00	0,00		
Desporto e Lazer	1.264.000,00	4.709.819,36	0,00	2.006.158,16	7,95	2.703.661,20	0,00	2.006.158,16	7,95	2.703.661,20	0,00		
Desporto Comunitário	371.000,00	854.671,50	94.937,98	576.509,00	2,29	278.162,50	94.937,98	576.509,00	2,29	278.162,50	0,00		
Encargos Especiais	371.000,00	856.700,00	58.786,58	661.450,74	2,62	195.249,26	58.786,58	661.450,74	2,62	195.249,26	0,00		
Outros Encargos Especiais	2.300.000,00	856.700,00	58.786,58	661.450,74	2,62	195.249,26	58.786,58	661.450,74	2,62	195.249,26	0,00		
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
Reserva de Contingência	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00		
TOTAL (III) = (I + II)													0,00

FONTE:

JACINTO MACHADO , 16/02/2016

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADOR-ORÇ/SC 038127/O-4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## ANEXO 3\_RREO\_6º BIMESTRE

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>2.213.370,78</b>	<b>2.059.473,33</b>	<b>1.988.432,89</b>	<b>2.212.745,76</b>	<b>2.791.909,80</b>	<b>2.128.221,24</b>	<b>1.963.421,07</b>	<b>2.153.178,11</b>	<b>2.132.394,15</b>	<b>1.998.765,39</b>	<b>2.080.072,51</b>	<b>2.461.527,33</b>	<b>26.163.902,36</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	17.175,80	60.591,76	70.539,39	171.619,42	670.279,90	95.874,43	81.524,63	173.449,82	108.825,46	61.814,20	60.197,45	86.902,25	1.665.194,51
I.P.T.U.	0,00	7.079,08	65,13	42.036,23	540.636,48	25.909,88	26.980,37	3.762,61	4.755,06	3.022,34	2.843,09	5.988,37	672.059,24
I.R.R.F	65,62	17.235,78	10.948,75	10.615,73	1.287,29	12.505,90	13.231,57	12.307,35	21.380,66	12.296,34	11.769,24	26.968,15	150.612,38
I.S.S.	16.876,24	19.490,66	24.422,69	34.390,32	28.395,47	35.880,55	26.703,40	51.163,70	44.948,52	33.132,96	35.632,97	45.754,26	396.791,74
IT.B.I.	0,00	6.026,89	11.266,11	13.072,87	8.917,08	11.057,48	5.515,51	8.429,42	18.127,11	4.753,79	7.365,84	5.390,84	99.913,94
Outras Receitas Tributárias	235,94	10.759,35	24.236,71	77.504,27	82.043,58	10.520,62	9.093,18	97.796,74	19.614,11	8.006,77	2.585,31	2.830,63	345.817,21
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	20.401,31	19.988,17	19.892,48	24.954,09	18.496,26	18.660,89	17.721,30	17.465,00	18.838,35	18.920,03	18.718,59	22.797,82	236.854,29
RECEITA PATRIMONIAL	15.649,52	77.255,53	27.472,05	28.559,80	22.660,95	39.384,27	30.953,06	28.347,43	28.773,60	19.670,42	20.871,95	15.476,10	356.073,68
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	57.811,75	72.006,77	94.132,09	84.899,96	86.756,49	90.965,54	80.385,54	91.608,53	89.332,07	86.813,56	80.643,50	83.189,15	986.544,91
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.088.487,32	1.778.256,55	1.742.902,49	1.854.160,87	1.874.675,09	1.867.727,92	1.739.463,56	1.823.481,33	1.873.522,12	1.782.793,24	1.872.826,66	2.197,919,79	22.602.218,94
Cota-Parte do F.P.M.	799.114,21	815.740,81	594.147,34	641.242,44	788.549,34	686.117,85	508.043,76	594.198,55	493.387,02	563.832,53	636.611,19	735.029,81	7.855.019,85
Cota-Parte do I.C.M.S.	593.250,91	529.718,69	532.004,34	571.873,26	541.137,80	518.592,08	523.523,14	502.898,90	524.896,00	542.736,88	545.994,27	533.013,65	6.459.629,82
Cota-Parte do I.P.V.A.	34.827,57	48.861,44	83.363,78	84.243,62	103.451,17	104.450,57	91.470,54	86.882,30	82.337,23	85.545,84	78.655,86	45.915,75	930.005,67
Outras Transferências Correntes	296.181,84	48.768,68	207.629,91	194.401,18	183.005,62	216.643,18	289.868,89	309.550,24	445.748,14	241.681,44	274.142,86	541.063,30	3.248.965,28
Transferências da LC 61/1989	11.672,18	8.307,58	6.812,16	8.156,02	8.048,70	8.817,22	7.579,48	8.065,76	8.042,01	9.328,07	8.498,70	8.391,96	101.719,84
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	9.054,60	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	2.263,65	27.163,80
Transferências do FUNDEB	353.401,60	326.770,57	318.680,48	344.836,58	346.010,96	330.661,29	316.593,78	325.415,60	310.351,98	329.289,01	325.243,12	334.903,53	3.964.148,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.845,08	51.374,55	33.094,39	42.552,62	19.041,11	15.608,23	13.372,98	12.826,00	12.092,55	28.753,94	26.812,36	55.242,22	324.616,03
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>287.197,03</b>	<b>281.126,79</b>	<b>242.977,98</b>	<b>263.325,01</b>	<b>268.329,11</b>	<b>264.486,94</b>	<b>226.601,98</b>	<b>238.900,25</b>	<b>223.484,22</b>	<b>242.364,32</b>	<b>254.634,36</b>	<b>264.390,37</b>	<b>3.077.817,96</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	287.197,03	281.126,79	242.977,98	263.325,01	268.329,11	264.486,94	226.601,98	238.900,25	223.484,22	242.364,32	254.634,36	264.390,37	3.077.817,96
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.926.173,75</b>	<b>1.778.346,54</b>	<b>1.745.455,31</b>	<b>1.949.420,75</b>	<b>2.503.580,69</b>	<b>1.863.734,30</b>	<b>1.736.819,09</b>	<b>1.914.277,86</b>	<b>1.908.899,93</b>	<b>1.756.401,07</b>	<b>1.825.438,15</b>	<b>2.197.136,96</b>	<b>24.793.000,00</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO, 16/02/2016

ANTÔNIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUÍZ ABATTI  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFFIOTTI  
CONTADOR(A)-CRC/SC 0881270/4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO



**ANEXO 5\_RREO\_6º BIMESTRE**

Município de JACINTO MACHADO - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	652.780,77	597.330,22	585.948,90
DEDUÇÕES (II)	1.959.403,59	1.866.917,46	1.940.518,11
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.959.403,59	3.173.294,48	2.145.843,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	1.306.377,02	205.325,56
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.306.622,82	-1.269.587,24	-1.354.569,21
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	652.780,77	597.330,22	585.948,90
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.959.403,59</b>	<b>-1.866.917,46</b>	<b>-1.940.518,11</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-73.600,65</b>	<b>18.885,48</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u><b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b></u>			
<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO , 16/02/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESA

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇAS

KATIANE DA CUNHA MAFIOLETI  
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4

MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO

**ANEXO 6\_RREO\_6º BIMESTRE**

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>24.254.000,00</b>	<b>22.749.610,72</b>	<b>21.304.869,77</b>
Receita Tributária	1.350.000,00	1.665.194,51	1.317.872,40
I.P.T.U.	450.000,00	672.059,24	605.499,89
I.S.S.	190.000,00	396.791,74	313.480,05
I.T.B.I.	100.000,00	99.913,94	99.280,87
I.R.R.F.	190.000,00	150.612,38	109.906,17
Outras Receitas Tributárias	420.000,00	345.817,21	189.705,42
Receita de Contribuição	230.000,00	236.854,29	190.548,03
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	230.000,00	236.854,29	190.548,03
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	479.000,00	356.073,68	188.504,55
(-) Aplicações Financeiras	479.000,00	356.073,68	188.504,55
Transferências Correntes	20.734.000,00	19.524.400,98	18.543.525,24
F.P.M.	7.200.000,00	6.284.016,17	6.030.653,93
I.C.M.S.	5.275.000,00	5.167.705,03	4.534.630,92
Convênios	636.000,00	432.914,11	463.139,77
Outras Transferências Correntes	7.623.000,00	7.639.765,67	7.515.100,62
Demais Receitas Correntes	1.940.000,00	1.323.160,94	1.252.924,10
Dívida Ativa	203.000,00	207.961,33	115.792,42
Diversas Receitas Correntes	1.737.000,00	1.115.199,61	1.137.131,68
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>2.267.000,00</b>	<b>2.346.650,03</b>	<b>5.650.112,24</b>
Operações de Crédito (III)	1.070.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	74.000,00	0,00	156.500,00
Transferências de Capital	1.123.000,00	2.346.650,03	5.493.612,24
Convênios	1.123.000,00	2.346.650,03	5.493.612,24
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>1.123.000,00</b>	<b>2.346.650,03</b>	<b>5.493.612,24</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>25.377.000,00</b>	<b>25.096.260,75</b>	<b>26.798.482,01</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>24.296.471,14</b>	<b>21.033.255,46</b>	<b>19.277.740,38</b>	<b>21.033.255,46</b>	<b>19.273.829,27</b>	<b>0,00</b>	<b>3.911,11</b>
Pessoal e Encargos Sociais	13.213.807,15	12.315.336,95	10.614.739,89	12.315.336,95	10.614.739,89	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	20.000,00	529,57	868,52	529,57	868,52	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.062.663,99	8.717.388,94	8.662.131,97	8.717.388,94	8.658.220,86	0,00	3.911,11
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>24.276.471,14</b>	<b>21.032.725,89</b>	<b>19.276.871,86</b>	<b>21.032.725,89</b>	<b>19.272.960,75</b>	<b>0,00</b>	<b>3.911,11</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>9.553.935,13</b>	<b>4.192.340,76</b>	<b>6.691.142,71</b>	<b>4.192.340,76</b>	<b>6.446.642,71</b>	<b>0,00</b>	<b>244.500,00</b>
Investimentos	9.317.235,13	4.112.499,24	6.562.614,09	4.112.499,24	6.318.114,09	0,00	244.500,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	236.700,00	79.841,52	128.528,62	79.841,52	128.528,62	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>9.317.235,13</b>	<b>4.112.499,24</b>	<b>6.562.614,09</b>	<b>4.112.499,24</b>	<b>6.318.114,09</b>	<b>0,00</b>	<b>244.500,00</b>

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	33.643.706,27	25.145.225,13	25.839.485,95	25.145.225,13	25.591.074,84	0,00	248.411,11
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-8.266.706,27	-48.964,38	958.996,06	-48.964,38	1.207.407,17	25.096.260,75	26.550.070,90
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Superávit Financeiro	-	-	-	927.358,59	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	927.358,59	0,00	-	-
				0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						0,00	

FONTE:

JACINTO MACHADO , 16/02/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFIOLETI  
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO

## ANEXO 7\_RREO\_6º BIMESTRE

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

	PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
		Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)		
		Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014						
	<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>													
	<b>EXECUTIVO</b>													
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA													
	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FIN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.411,11	245.623,69	245.623,69	2.665,94	121,48	121,48
	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	248.168,15	245.380,73	245.380,73	2.665,94	121,48	121,48
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.668,15	880,73	880,73	2.665,94	121,48	121,48
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	244.500,00	244.500,00	244.500,00	0,00	0,00	0,00
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,96	242,96	242,96	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	242,96	242,96	242,96	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	-	-	-	-
	<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>248.411,11</b>	<b>245.623,69</b>	<b>245.623,69</b>	<b>2.665,94</b>	<b>121,48</b>	<b>121,48</b>

FONTE:

JACINTO MACHADO - 16/02/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM. PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADOR(A)-CRC/SC 038127/O-4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO

## ANEXO 9\_RREO\_6º BIMESTRE

Município de JACINTO MACHADO - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					1.070.000,00
					0,00
					1.070.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	9.553.935,13	4.192.340,76	4.192.340,76	0,00	5.361.594,37
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	9.553.935,13	4.192.340,76	4.192.340,76	0,00	5.361.594,37
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-8.483.935,13	-4.192.340,76	-	-	-4.291.594,37
FONTE:					

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

JACINTO MACHADO, 16/02/2016

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
ORDENADOR DA DESPESAMÁRCIO LUIZ ABATTI  
SEC. DE ADM.PLANEJ. E FINANÇASKATIANE DA CUNHA MAFIOLETTI  
CONTADORA-CRC/SC 038127/O-4MELÂNIA COLARES PAULO MARTINS  
CONTROLE INTERNO



# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### INSTITUTO JOURDAN - PORTARIA 001/2016

PORTARIANº 001 / 2016

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO INSTITUTO JOURDAN DE PESQUISA E PLANEJAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO E ECONÔMICO SUSTENTÁVEL DE JARAGUÁ DO SUL – INSTITUTO JOURDAN, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no artigo 35 e parágrafo único da lei Complementar Municipal Nº 145/2013 de 12 de dezembro de 2013 e; considerando o Artigo 103, da Lei Complementar Municipal 65/2007, a qual criou o Conselho Municipal da Cidade - Comcidade e; o disposto no artigo 39 da Resolução Normativa nº 19, de 18 de setembro de 2015, proveniente do Conselho das Cidades, órgão vinculado ao Ministério da Cidade;

#### RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades, a ser realizada em local e data a serem definidos pelos integrantes da Comissão Preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade, nos termos da Lei, como etapa preparatória indispensável à participação a 6ª Conferência Estadual das Cidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

Ronaldo de Lima

Presidente do Instituto Jourdan

### ORDEM DE PARALISAÇÃO - EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 006/2012, E FORMALIZADA PELO CONTRATO Nº 169/2012

#### ORDEM DE PARALISAÇÃO

Determinamos por meio desta, a empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA., a paralisação dos serviços referentes a contratação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica da rua Afonso Nicoluzzi (trechos 01 e 02), bairro: Vila Rau, com extensão de 2.216,63m (dois mil, duzentos e dezesseis vírgula sessenta e três metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Concorrência Pública nº 006/2012, e formalizada pelo Contrato nº 169/2012, a partir da data do recebimento desta Ordem, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, em função da falta de recursos próprios para pagamento à empresa executora (interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração – Art. 57, pará. 1º, inciso III da lei 8.666/93).

Jaraguá do Sul, 19 de Outubro de 2015.

UWE ROBERTO BUHR

Engenheiro Civil – Fiscal Designado

Recebi em, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.  
CNPJ/MF 03.094.645/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável

pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;

- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

#### RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Conforme o art. 26 da Lei 8.666/93, face a presente Ordem de Paralisação, fica ratificada pela autoridade superior, nos termos propostos.

Jaraguá do Sul, 20 Outubro de 2015.

HIDERALDO COLLE Secretário de Obras e Serviços Públicos	RONIS ROBERTO BOSSE Secretário Municipal do Urbanismo
DIETER JANSSEN Prefeito	

### SAMAE - AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 031/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa ASTRA COM. DE TRANSFORMADORES LTDA, para Manutenção Corretiva em Transformador de 500 Kva, responsável pela alimentação de todo sistema de bombeamento e tratamento de água da ETA Central, pelo valor total de R\$ 13.395,00 (Treze mil trezentos e noventa e cinco reais).

Fundamento Legal: Art. 24, IV da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

### SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 32/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA. para serviço de suporte técnico em servidores e equipamentos HP, através de inexigibilidade de Licitação, ao valor de R\$ 26.581,35 (Vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos)

Fundamento Legal: do Art. 25 da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

**SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº: 033/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO Nº: 033/2016  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM  
MODALIDADE: PREGÃO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONVERSOR DE SINAL ELETROMAGNÉTICO  
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/02/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h  
DATA DA ABERTURA: 02/03/2016 às 10 horas  
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-  
Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SAMAE - LICITAÇÃO Nº: 030/2016**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE  
JARAGUÁ DO SUL – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
LICITAÇÃO Nº: 030/2016  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE  
MODALIDADE: PREGÃO  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE  
RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/02/2016, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h  
DATA DA ABERTURA: 03/03/2016 às 14 horas  
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC-  
Site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)  
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

**SEMA - PORTARIA Nº 004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
PORTARIANº 004/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do artigo 10, combinado com o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 101/2010, de 06/10/2010; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 9.111/2013, de 31/01/2013; e

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar nº154/2014, Seção II, artigo 125, paragrafo único, de 03/11/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER LICENÇA, por motivo de doença em pessoa da família, a servidora pública municipal ARLETE MASSON, matrícula 4446-6, lotada na Secretaria Municipal da Educação, pelo período de 03/02/2016 a 01/03/2016, com direito a 100 % dos seus vencimentos.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/02/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de fevereiro de 2016.  
ADEMAR POSSAMAI  
Secretário da Administração

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.906 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 4.906 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O ANO DE 2016 PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art.1º Fica editado o CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DE 2016, para as repartições públicas municipais de Joaçaba-SC:

- I. 25 de março, sexta-feira, Sexta-Feira Santa (Feriado Nacional);
- II. 27 de março, domingo, Páscoa;
- III. 21 de abril, quinta-feira, Tiradentes (Feriado Nacional);
- IV. 22 de abril, sexta-feira, após feriado de Tiradentes (Ponto Facultativo);
- V. 01 de maio, domingo, Dia do Trabalho (Feriado Nacional);
- VI. 26 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (Lei Municipal Nº 817/76);
- VII. 27 de maio, sexta – feira, após feriado de Corpus Christi (Ponto Facultativo);
- VIII. 29 de agosto, segunda-feira, comemoração da Emancipação Político-Administrativa que seria dia 25 de agosto (Feriado Municipal);
- IX. 07 de setembro, quarta-feira, Independência do Brasil (Feriado Nacional);
- X. 12 de outubro, quarta-feira, Nossa Senhora Aparecida (Feriado Nacional);
- XI. 28 de outubro, sexta-feira, Dia Funcionário Público (Ponto Facultativo - Lei Complementar Nº 76/03);
- XII. 02 de novembro, quarta-feira, Finados (Feriado Nacional);
- XIII. 15 de novembro, terça-feira, Proclamação da República (Feriado Nacional);
- XIV. 24 de dezembro, sábado, Véspera de Natal (Ponto Facultativo);
- XV. 25 de dezembro, domingo, Natal (Feriado Nacional);
- XVI. 31 de dezembro, sábado, Véspera de Ano Novo (Ponto Facultativo).

Parágrafo único – O Ponto Facultativo de que trata este Decreto, não será considerado para os serviços de caráter essencial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 15 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA - ALTERAÇÕES PLANO DIRETOR

#### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública para Alterações do Plano Diretor, cuja pauta a ser apresentada e apreciada está relatada no Anexo I do presente Edital, conforme estabelece artigo 53, da Lei Complementar 137/2007

– Lei de Zoneamento. A audiência acontecerá no dia 09 de março de 2016, às 17:00 horas, nas dependências da Antiga Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, nº 378, Centro, Joaçaba, sendo que, a metodologia da condução dos trabalhos será repassada logo após sua abertura.

Joaçaba, 17 de fevereiro de 2016.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### ANEXO I

#### PAUTA DE PROPOSIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1ª PROSIÇÃO – Alteração do zoneamento ZA (Zona Agropecuária) para ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) da área remanescente nº 02 do Loteamento Armindo de Medeiros Haro- Bairro São Brás.

### EDITAL DE BENEFICIADOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA CCFGTS - HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE BENEFICIADOS E EXCLUÍDOS DO PROGRAMA.

EDITAL DE BENEFICIADOS DAS UNIDADES HABITACIONAIS DO PROGRAMA CCFGTS – OPERAÇÕES COLETIVAS – CONSTRUÇÃO DE 74 UNIDADES HABITACIONAIS – PROGRAMA FNHIS DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016 – nº 01/2016.

HOMOLOGAÇÃO DA LISTA DE BENEFICIADOS E EXCLUÍDOS DO PROGRAMA.

Objeto: O MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, CEP 89.600-000, neste ato representado por seu prefeito municipal, senhor RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o parecer do CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, elaborado com fulcro Artigo 6º da Lei municipal nº 1.950/93 e nas formalidades do Programa Operações Coletivas, fiscalizadas pela Caixa Econômica Federal, torna pública a LISTA DE BENEFICIADOS E EXCLUÍDOS DO PROGRAMA CCFGTS – OPERAÇÕES COLETIVAS – CONSTRUÇÃO DE 74 UNIDADES HABITACIONAIS, DO BAIRRO ARMINDO DE MEDEIROS HARO.

I- Listagem dos beneficiários contemplados no Projeto Operações Coletivas- Loteamento Armindo de Medeiros Haro – Joaçaba SC.

	BENEFICIÁRIO	CPF
1	Albertina Abati	387.162.599-04
2	Aline de Britto	045.003.299-00
3	Ana Paula Lourenço	091.096.539-02
4	Andréia Raitz Capestrano	061.415.859-14
5	Ângela Fernanda Antunes de Oliveira	007.623.139-94
6	Anne Frank	057.256.249-78
7	Antonio da Silva	832.071.049-91
8	Antonio Lemes da Rosa	250.379.869-15
9	Ari Borba da Silva	023.711.879-33

10	Camila Fernandes Chaves Fries	614.257.889-04
11	Caren Deonilda Zamban	054.546.679-27
12	Caroline Sernajoto	080.320.839-10
13	Daiana Pelentir	010.946.449-43
14	Daili Terezinha da Silva Matos	385.411.909-78
15	Daluz Ivanir de Souza	843.622.009-91
16	Daniele de Araujo	078.418.559-07
17	Débora Glauce da Silva Rodrigues	077.687.149-89
18	Dioneia Aparecida Candido	068.076.609-01
19	Eliane Cristina Hildebrando de Cordova	811.718.897-87
20	Emilia Rodrigues	019.071.230-46
21	Ester Aparecida de Matos	892.237.059-91
22	Fabiana de Oliveira	005.817.079-07
23	Fabiane Aparecida de Jesus	011.989.649-44
24	Flavio Dias	104.708.839-87
25	Francieli Antunes de Oliveira	069.408.889-77
26	Francieli Neiva Medeiros	062.633.209-58
27	Ivone Ribeiro	031.452.869-51
28	Janaina Medeiros de Lima Duarte	063.880.479-55
29	Juliana de Oliveira	061.086.149-27
30	Juliana Enmerich	048.360.109-58
31	Karina Dartora	036.217.689-20
32	Leila Volz	923.681.239-20
33	Leondina Salete de Barba Sales	593.771.789-91
34	Lourdes Catarina Piva	005.307.289-82
35	Lourdes Junges Ostvald	637.998.129-20
36	Lucineia Eloy	070.125.249-95
37	Maria Conceição Dal Curtivo	082.106.939-05
38	Maria Gentili Martini	049.796.439-22
39	Maria Pereira Medeiros	021.138.279-56
40	Marilei Aparecida Moraes	054.035.869-03
41	Marilene da Rosa	907.315.739-00
42	Marlene Zarpelon	647.884.589-34
43	Quemeli Cecatto	009.692.939-17
44	Rosalina Rodrigues	023.394.919-40
45	Rosângela do Nascimento	046.308.639-23
46	Roselei Fernandes de Oliveira	008.254.469-70
47	Rosemiria dos Santos do Carmo	003.658.959-46
48	Rosimeri Duarte	053.064.489-41
49	Silvana Aparecida Ribeiro Damaceno	066.393.089-83
50	Silvana dos Santos	057.573.099-46
51	Simone Aparecida Ferreira de Oliveira	006.290.299-70
52	Solange Aparecida Terres	025.260.549-74
53	Solange Chaves	025.360.869-41
54	Vanderlei Jose Muller	006.525.599-21

## II- LISTA DOS BENEFICIARIOS EXCLUÍDOS DO PROJETO OPERAÇÕES COLETIVAS – LOTEAMENTO ARMINDO DE MEDEIROS HARO

II-A – Beneficiários com comprovação econômica superior a R\$

900,00 (novecentos reais), critérios estabelecidos pelas diretrizes do Projeto Operações Coletivas.

	BENEFICIARIO	CPF
01	Alzira Cassuba	622.432.339.91
02	Arnildo Antunes	780.725.909.44
03	Sueli Pezolato	746.708.839.68
04	Elizangela Cristina Figueiredo	069.979.839.60
05	Renata Aparecida Recalcatti	022.828.639.50

II-B- Beneficiários solteiros e/ou separados que não possuem filhos sob, sua guarda. Critério estabelecido pela Lei municipal nº 1.950/93 Artigo 6º inciso II.

	BENEFICIARIO	CPF
06	Anelise Grotto	079.220.459.05
07	Marli Malgarin Bittencourt	023.009.789.89
08	Olivia Fogaça de Lima	039.299.389.95
09	Rodrigo Gregorio Garcia	005.029.839.90
10	Soeli Amalcaburio	008.437.649.02
11	Elis Salete Lottermann	614.257.889.04
12	Neiva Aparecida Alves de Moura	031.492.649.60

II-C- Beneficiários já contemplados em outros projetos habitacionais do Município, critério estabelecidos pela lei Municipal Nº 1.950/93 Artigo 6º inciso VI.

	BENEFICIARIO	CPF
13	Ivete Aparecida de oliveira Penteadó	706.106.819.15
14	Jose Izomal de Almeida	294.808.929.87
15	Valdevino Barbosa de Lima	627.928.069.15

II-D- Beneficiários não residentes e domiciliados no Município de Joaçaba critério estabelecidos pela lei Municipal Nº 1950/93 Artigo 6º inciso VIII.

	BENEFICIARIO	CPF
16	Aldanete Izabel Morokoski	033.033079-97

II-E- Beneficiária solteira sem filhos sob a guarda e não residente e domiciliada no Município de Joaçaba, critério estabelecidos pela lei Municipal Nº 1950/93 Artigo 6º incisos II e VIII.

	BENEFICIARIO	CPF
17	Daiana Aparecida de Oliveira Fernandes	078.206.939.80

II-F- beneficiários desistentes do projeto habitacional.

	BENEFICIARIO	CPF
18	Diego Camilo Terencio	073.814.719.22
19	Maria Estela Vieceli	017.214.939.80
20	Camila Gourlart	056.038.159.06

III – Os critérios e condicionalidades analisados são retroativos a data de assinatura dos contratos com a Caixa Econômica Federal.

IV - Fica concedido prazo de até 10 (dez) dias para apresentação de recurso da listagem acima descrita.

V - O recurso deverá ser protocolado no FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, à Rua Tiradentes, nº 170, Centro, no horário das 13:00 às 19:00.

RAFAEL LASKE  
Prefeito Municipal de Joaçaba - SC

**EXTRATO PP 4/2016/PMJ - PL 9/2016/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016/PMJ

Objeto: Registro de Preços para contratação eventual e futura de serviços radiofônicos, em emissora(s) com cobertura e abrangência comprovadas na região de Joaçaba, visando à veiculação de campanhas de utilidade pública emanadas das Secretarias de Gestão Administrativa e Financeira, dos eventos e atividades desenvolvidas pela Secretaria de Educação, bem como, a veiculação de quadros informativos de utilidade pública e de inserções diárias para divulgação de matérias de utilidade pública emanadas pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2016. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 02/03/2016. Processamento do Pregão: às 14h do dia 02/03/2016, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

**HOMOLOGAÇÃO PL 02/2016 PMJ**

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 02/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016/PMJ

A Secretária de Educação do Município de Joaçaba, Marilde Terezi-nha Bittencourt, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 02/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 01/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria Municipal de Educação.

-Empresas Vencedoras:

TIAGO PIRES DE MELO - ME

VALOR R\$ 77.334,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos corresponden-tes.

Joaçaba (SC), 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretaria Municipal de Educação

Marilde Terezinha Bittencourt



## ATA 02/2016 PMJ

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Número do Registro de Preços: 2/2016 Data do Registro: 17/02/2016 Válido até: 17/02/2017

**Objeto da Compra:** Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria Municipal de Educação

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CARGA DE GÁS GLP 45 KG	UN	TIAGO PIRES DE MELO - ME (11407)	MELLO	0	182.5000	1
			BUCCO & BUCCO LTDA. (9157)	BUCCO	0	183.0000	2
2	CARGA DE GÁS GLP 13 KG	UN	TIAGO PIRES DE MELO - ME (11407)	MELLO	0	39.0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016**

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 17/02/2016		Válido até: 17/02/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria Municipal de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BUCCO & BUCCO LTDA. (9157)	BUCCO	0	39.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2016

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 17/02/2016		Válido até: 17/02/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de cargas de gás em botijões de 13 e 45 kg destinados ao consumo do Gabinete do Prefeito, do Tiro de Guerra, do Cemitério Municipal, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e das Escolas Municipais atendidas pela Secretaria Municipal de Educação							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016

PROCESSO Nº 2/2016

(9157) - BUCCO & BUCCO LTDA.

(11407) - TIAGO PIRES DE MELO - ME

Joaçaba, 17 de Fevereiro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO PREGÃO 002/2016 - MANUTENÇÃO ELEVADOR**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL NR. 002/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal n. 2.879/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 com alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, emergencial e corretiva, incluindo os serviços de reposição e/ou substituição de peças (exceto o fornecimento de peças) para o elevador da Câmara de Vereadores de Joaçaba – SC, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

CREDENCIAMENTO: Até às 14 horas do dia 14 de março de 2016, no Setor de Protocolo da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba – SC, localizada na Rua Tiradentes, n. 872, Bairro Vila Pedrini, Joaçaba – SC.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 14 de março de 2016, às 14h30min na Câmara Municipal de Vereadores (endereço acima descrito).

O Edital na íntegra se encontra disponível no site [www.cmj.sc.gov.br](http://www.cmj.sc.gov.br) e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3527-2900, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 16 de fevereiro de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO 0004/2016 - SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0006/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2016

PROTOCOLO JHL 0312/2016

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0004/2016 – Licitação 0006/2016, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Aquisição de válvulas gaveta para captação do SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 14h00min do dia 01/03/2016 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 01/03/2016 às 14h:20min, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 18/02/2016 a 01/03/2016.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 17 de Fevereiro de 2016.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE.

**ATA DESERTA PR 0002/2016 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 2/2016 - PR</b>	
	Processo Administrativo:	2/2016
	Processo de Licitação:	2/2016
Data do Processo:		11/01/2016
Folha: 1/1		

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 1/2016 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SIMAE QUE IRÃO UTILIZAR O SOFTWARE WATERGEMS, ADQUIRIDO PELO SIMAE.

Às catorze horas e vinte minutos (14h20min) do dia dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis (17/02/2016), na sala do Setor de Materiais, Transporte e Patrimônio da sede administrativa do SIMAE, sito na Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba - SC reuniram-se, em sessão pública, o Pregoeiro Sr. Vinicius Viecelel Melo, designado pela Portaria nº 0376 /2015 de 17/12/2015, e equipe de apoio: Alessandra Marcon Zanchetta, Graciela Pratto Bordin da Rosa e André Luiz Sauer, Engenheiro, o qual realizará a análise das propostas de acordo com o exigido no edital para realização dos atos referentes ao PREGÃO PRESENCIAL DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM de nº 0002/2016, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para ministrar curso de capacitação para utilização da ferramenta WaterGems, da Bentlet Systems. O aviso de licitação foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, edição online nº 1925, página nº 351, no dia 02 de fevereiro de 2016, no mural público da Prefeitura de Joaçaba/SC e disponibilizado no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br). Às 14h e 20min foi aberta a sessão pública, o qual se encerrou às 14h e 35 min, pois nenhuma das licitantes interessadas compareceram à sessão, motivo pelo qual esta licitação foi declarada deserta. Em seguida, o Sr. Pregoeiro, Vinicius Viecelel Melo optou por telefonar aos fornecedores, que enviaram os orçamentos presentes no processo licitatório, para saber o motivo do não comparecimento na presente licitação. Das três empresas que enviaram orçamentos foi conseguido contato somente com a empresa SANOVA que alegou não ter conhecimento da abertura do edital. Diante do fato da licitação ter sido deserta, há necessidade do Edital ser novamente publicado. Nada mais havendo, o Senhor Pregoeiro encerrou a sessão e eu, Alessandra Marcon Zanchetta, lavrei a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.

Joaçaba, 17 de Fevereiro de 2016

**COMISSÃO:**

VINICIUS VIECELEL MELO	- ..... - Pregoeiro(a)
Alessandra Marcon Zanchetta	- ..... - Equipe de Apoio
Graciela Pratto Bordin da Rosa	- ..... - Equipe de Apoio



# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 SMS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ESSA PUBLICAÇÃO EXCLUI A ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2016, através da Secretaria Municipal da Saúde, com a empresa CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 19.354.317/0001-54, sito a Rua: Professor Francisco Bodenmuller – nº 100 – Casa A – Bairro: Centro – Brusque/SC para contratação de Clínica para Internação/Acolhimento de pacientes com transtornos mentais de longa duração para o Município de Lages, pelo valor de R\$ 243.600,00 (duzentos e quarenta e três mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.  
Rose Cristina Possato Penso  
Secretária Municipal da Saúde

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Rose Cristina Possato Penso Secretária Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016 SMS

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 02/2016  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ESSA PUBLICAÇÃO EXCLUI A ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 02/2016, através da Secretaria Municipal da Saúde, com a empresa CASA ASSISTENCIAL DILONY LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 95.766.598/0001-30, Sito na Av. Getúlio Vargas – nº 140 – Bairro: Centro – Brusque-SC, para contratação de Clínica para Internação/Acolhimento de pacientes com transtornos mentais de longa permanência para o Município de Lages, pelo valor mensal de R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.  
Rose Cristina Possato Penso  
Secretaria Municipal da Saúde

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Rose Cristina Possato Penso Secretária Municipal da Saúde, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo

se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 03 de fevereiro de 2016.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2016 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 07/2016  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 07/2016 através da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, para a Celebração de um Contrato com o Sr. ENIO CORREA DA SILVA, inscrito no CPF sob n.º 842.928.149-53 sito à Rua: Colômbia Merli- Bairro: Umbará – CEP: 81940-484 – Curitiba/PR para locação de Imóvel situado na Irmão Joaquim Nº 551 – Bairro: Tributos- CEP: 88521-520 – Lages/SC, para ser utilizado pela Reciclagem de Pneus, pelo valor de R\$ 1.850,00 (hum mil, oitocentos e cinquenta reais) mensais.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 05 de fevereiro de 2016.  
Mushue Dayan Hampel Vieira  
Secretario do Meio Ambiente e Serviços Públicos

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretario do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 05 de fevereiro de 2016.  
Elizeu Mattos  
Prefeito do Município de Lages

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2016 PML

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
09/2016

Autorizo a abertura do processo de Dispensa N.º 09/2016 de através da Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Públicos, para a Celebração de um Contrato com a Empresa ARGUS PRODUTOS E SISTEMAS CONTRA INCÊNDIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 12.096.667/0001-19, sito na Rua: Mafalda Maria Imperato Pinhata – nº 56 – Bairro: Nova Vinhedo – Vinhedo/SP, para contratação de empresa para o fornecimento de 2.000 litros de Líquido Gerador de Espuma(LGE) Afff 6% AV TP2 para a utilização no caminhão de Combate a Incêndio no Aeroporto Federal Antonio Correia Pinto de Macedo, sito na Rua: Paulo Kauling – BR 282, KM 04 – Bairro: Vila Mariza, no Município de Lages, pelo valor de R\$ 31.122,00(trinta e

um mil cento e vinte e dois reais).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 15 de fevereiro de 2016.

Mushue Dayan Hampel Vieira

Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Mushue Dayan Hampel Vieira, Secretário do Meio Ambiente e Serviços Públicos, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 15 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

#### **DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2016 PML**

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 10/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 10/2016, através da Secretaria Municipal de Administração, para Contratar o Leiloeiro Público Oficial JULIO RAMOS LUZ, Matriculado na JUCESC sob número AARC/162 inscrito no CPF sob n.º 582.420.409-82, sito a Rua: Acadêmico Nilo Marchi – Nº 164 – Centro - CEP: 89.160-075, na cidade de Rio do Sul/SC, para realizar Leilão Público de bem imóvel do Município de Lages.

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 15 de fevereiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

#### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 15 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito do Município de Lages

#### **EXTRATO ARP 02/2015 PP 34/2015 SEMASA LEAO**

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2015

PROCESSO Nº 59/2015

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Bloco Sextavado, Meio Fio e Paralelepípedo Granítico ou Basáltico para pavimentação e recomposição de calçamentos nas ruas onde serão executados redes de água e esgoto de Lages, conforme planilha de quantitativos do anexo II, parte integrante

do Edital Correlato.

#### CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições

#### CLÁUSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 34/2015.

O VALOR REGISTRADO É DE R\$ 488.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

LEÃO INDUSTRIAL LTDA INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 07.302.396/0001-70, ESTABELECIDA NA RUA VALDOMIRO KOE-CHE, 320 – BAIRRO GETHAL, CEP 88520-450 – LAGES/SC

Lages/SC 21 de DEZEMBRO de 2015.

Elizeu Mattos

#### **EXTRATO CONTRATO 11/2016 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 11/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JÚLIO RAMOS LUZ, inscrito no CPF sob n.º 582.420.409-82, estabelecida à Rua Ac. Nilo Marchi, 447 – Centro Rio do Sul/SC CEP 89.160-075.

contrato está vinculado ao processo Administrativo nº 38/2016 correlato a Dispensa de Licitação nº 10/2016, Homologada em 15/02/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO Contratação de serviços especializados de Leiloeiro Oficial, para preparação, organização e condução de leilão público de bens imóveis do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO O Contratado receberá do arrematante, em separado o do valor da arrematação, comissão de 4,8% (quatro, virgula oito por cento) sobre o valor do bem arrematado. O município de Lages, nada pagará ao CONTRATADO

CLÁUSULA QUINTA– DA VIGÊNCIA E RESCISÃO DO CONTRATO, será de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da assinatura do presente contrato;

O presente contrato poderá ser rescindido de pleno direito nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito municipal.

#### **EXTRATO CONTRATO 12/2016 PML**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 12/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: CONSTRUTORA EVOLUTA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 01.703684/0001-50, estabelecida na Rua Antônio Edu Vieira, Nº646, Bairro Sagrado Coração de Jesus, em Lages/SC CEP: 88.508-300..

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 272/2015, correlato a Concorrência Pública nº 14/2015 aberto em 07/12/2015 e homologado em 02/02/2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços de Construção do CEIM Santa Helena com Muro de Fechamento, com fornecimento de material, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo e Planilhas de Quantitativos/Orçamentária, copiados em CD, partes integrantes do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, em até 12 (doze) dias a contar da data da assinatura do Contrato;

2.3 De Entrega, em até 05(cinco) dias da conclusão dos serviços, mediante Termo Circunstanciado endereçado à Secretaria de Infraestrutura, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)**

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 1.870.635,17 (um milhão oitocentos e setenta mil seiscentos e trinta e cinco reais e dezessete centavos).

Lages, 02/02/2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

**PP 04, 05 E 06-2016 SEMASA****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 04-2016 SEMASA

Objeto: Aquisição de Materiais para Manutenção da Rede de Água.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 09/03/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 935.269,57

Modalidade: PP 05-2016 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Coleta e Análise em Captação Superficial, Estação de Tratamento de Água (ETA) e redes de distribuição.

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 03/03/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 31.018,86

Modalidade: PP 06-2016 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços "por hora cheia trabalhada", de Caminhão Hidrovácuo.

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 04/03/2016 às 16:00

Valor Estimado: R\$ 440.000,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br) sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 16 de fevereiro de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 068/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 068/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 78.493.657/0001-25, com sede à Travessa Estevão Candido de Freitas, 62, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ CARLOS VIEIRA REIS, CPF nº 446.506.719-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: consiste no repasse que será concedido pelo Município para auxílio financeiro para realização do XIX Jogos da Amizade.

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em parcela única.

VIGÊNCIA: 09/2015 A 12/2015.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 069/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 069 /2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ANTÔNIO ARCANJO DUARTE, e de outro lado ASSOCIAÇÃO LAGEANA DE VOLEIBOL, inscrita no CNPJ sob n.º 08.726.486/0001-51, com sede à Av. Santa Catarina, 1136, Bairro Santa Helena, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) ALEX VIDAL MENDES, CPF nº 074.278.809-19, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para o XXIII Campeonato Catarinense de Voleibol Master .

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) em parcela única.

VIGÊNCIA: 01/10/2015 A 31/12/2015.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 070/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 070/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado SINDICATO DOS SERVIDORES MUNICIPAL DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 78.493.657/0001-25, com sede à Travessa Estevão Candido de Freitas, 62, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) LUIZ CARLOS VIEIRA REIS, CPF nº 446.506.719-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para defensoria dativa em processos administrativos em que os servidores não constituam advogado.

VALOR: R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais) em 12(doze) parcelas de R\$ 700,00

VIGÊNCIA: 12/11/2015 A 31/10/2016.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 071/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 071/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado AMPE – ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE LAGES E REGIÃO SERRANA, inscrita no CNPJ sob n.º 01.460.782/0001-04, com sede à Rua Albanir da Silva Gomes, 62, Bairro Petrópolis, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) MARILU APARECIDA GERBER ANDRADE DEL CASTANHEL, CPF nº 506.042.369-72, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para apoio ao Micro Empreendedor Individual, através de cursos e treinamentos, contribuindo para a minimização de alguns problemas sociais, criando formas de sustento econômico regularizado.

VALOR: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) em (12) parcelas mensais de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

VIGÊNCIA: 12/11/2015 A 31/10/2016.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 072/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 072/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado o INSTITUTO JOSÉ PASCHOAL BAGGIO, inscrito no CNPJ sob n.º 09.198.242/0001-06, com sede à Rua Coronel Córdova, nº 84, Bairro Centro, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representado neste ato pela Sra. ISABEL CHRISTINA ANTUNES BAGGIO, CPF nº 522.116.149-49, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para a Realização do Prêmio Empreendedor José Paschoal Baggio.

VALOR: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) em 02 (duas) parcelas mensais de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

VIGÊNCIA: 20/11/2015 A 31/03/2016.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

### **TERMO DE CONVÊNIO Nº 073/2015**

TERMO DE CONVÊNIO N.º 073/2015

Os signatários deste instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE LAGES, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. ELIZEU MATTOS, e de outro lado KART CLUBE DE LAGES, inscrita no CNPJ sob n.º 82.793.761/0001-02, com sede à Rua Antônio Alves de Brito, s/n, Bairro Pinheiro Seco, na cidade de Lages, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) RENATO MARCOS DAMBROZ, CPF nº 446.808.729-34, Presidente, tem justo e acertado o presente Termo de Convênio mediante as cláusulas e condições seguintes:

OBJETO: auxílio financeiro para finalizar obras do Kartódromo.

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em parcela única.

VIGÊNCIA: 26/11/15 A 31/01/2016.

Lages, 17 de fevereiro de 2016.

**CÂMARA MUNICIPAL****EDITAL Nº 001/2016**

EDITAL Nº. 001/2016

EDITAL Nº. 001/2016

Thiago Oliveira, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages/SC, no uso de suas atribuições legais e regimentais e de conformidade com a Lei nº. 2545/1999, fará realizar Audiência Pública, conforme segue:

Data: 03/03/2016.

Horário: 19h00min(dezenove horas)

Pauta: Audiência Pública para discutir a política de combate a dengue, Chikungunya e Zica.

Local: Câmara de Vereadores

Rua: Otacílio Vieira da Costa, 280

Bairro: Centro - Lages , SC

Inscrições: até o início dos trabalhos.

Obs.: Maiores informações na secretaria da casa ou no site  
[www.camaralages.sc.gov.br](http://www.camaralages.sc.gov.br).

Lages, 16 de fevereiro de 2016.

THIAGO OLIVEIRA

Presidente

**LEI Nº 4143/2016**

LEI Nº 4143

De 16 de fevereiro de 2016

"Determina que os móveis e/ou utilitários que forem recebidos, pelas instituições escolares do Município de Lages, por patrocínio de entidades e empresas receba a logomarca ou nome dos mesmos, e dá outras providências".

ADILSON ROZA, 1º Vice-Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Lages, Estado de Santa Catarina, FAÇO SABER, que a edilidade, em sessão Plenária aprovou e eu promulgo nos termos do artigo 69, parágrafo 6º da Lei Orgânica Municipal a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica determinado que os móveis, bem como utilitários, que forem doados por empresas ou entidades para as escolas do Município de Lages, recebam sua logomarca ou nome, para que se reconheça e se valorize os que contribuem com a educação.

Art. 2º A referida logomarca ou nome da entidade deverá estar contido em local visível, em forma de adesivo, pirografado ou qualquer outro meio que se fixe ao material do móvel.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2016.

ADILSON ROZA

1º VICE-PRESIDENTE

Registre-se. Publique-se.

ADILSON ROZA

1º VICE-PRESIDENTE



# Lajeado Grande

## PREFEITURA

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2016 CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 001/2016

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E O CONTRATADO.

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.993.077/0001-16, com sede administrativa na Rua Vitória, nº 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, neste ato representado pelo seu Magnífico Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, brasileiro, unido estavelmente, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7606113 e do CPF nº 304.586.769-34, residente e domiciliado em Lajeado Grande-SC, neste ato denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, ANA PAULA KRULIKOVSKI HERMAN, Brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade RG nº 6997895 e do CPF nº 043.699.419-46, residente e domiciliada à Rua Wadislau Zmijewski, centro, Lajeado Grande-SC, denominada, neste ato de CONTRATADA, entre si firmam o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, depois de certos e ajustados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013 e as mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento, o CONTRATADO se obriga à prestação dos serviços de Conselheiro Tutelar, desenvolvendo as funções e atividades inerentes a função, nos termos do estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei n. 8.069/90 e da Lei municipal n. 572/2013.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho da CONTRATADA) será de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA REMUNERAÇÃO**

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá o valor mensal de R\$ 1.009,94 conforme descrito na Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

14.01.2021.3.1.90.92.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará pelo período de 48 meses, contados a partir de 08 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

#### **CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME JURÍDICO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público rege-se pelos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, do Direito Público e o Regime Administrativo Especial.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para qual A CONTRATADA contribuirá obrigatoriamente como contribuinte individual.

#### **CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

Este Contrato extinguir-se-á:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Pela perda do mandato do Conselheiro;
- III – Pela morte do contratado;
- IV – Pela renúncia do Conselheiro;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº. 8069/90 e Lei Municipal n. 572/2013 serão apuradas pelo órgão competente mediante sindicância, assegurada ampla defesa;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato se regem pelo disposto no Estatuto da Criança e Adolescente (8069/90) e Leis Municipais nº 572/2013.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, elegem o foro da Comarca de Xaxim/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a surgir em decorrência do presente Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justos, acordados e contratados, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Lajeado Grande, 08 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

Valmir Locatelli

Prefeito

ANA PAULA KRULIKOVSKI HERMAN

Conselheira Tutelar

#### **TESTEMUNHAS:**

1)Nadia Inez Foresti

CPF: 789.830.109-91

2)Eleandra Martelli Bianchi

CPF: 024.284.169-44



**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2016  
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA  
DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO  
TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI  
8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL  
N.001 DE 2015,**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 002/2016

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE E O CONTRATADO.

O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.993.077/0001-16, com sede administrativa na Rua Vitória, nº 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, neste ato representado pelo seu Magnífico Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, brasileiro, unido estavelmente, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7606113 e do CPF nº 304.586.769-34, residente e domiciliado em Lajeado Grande-SC, neste ato denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, GILVANI REGINA DE MARCO INEIA COLPANI, Brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade RG nº 45254397 e do CPF nº 054.359.929-90, residente e domiciliada à Rua Vitoria, centro, Lajeado Grande- SC, denominada, neste ato de CONTRATADA, entre si firmam o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, depois de certos e ajustados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013 e as mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento, o CONTRATADO se obriga à prestação dos serviços de Conselheiro Tutelar, desenvolvendo as funções e atividades inerentes a função, nos termos do estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei n. 8.069/90 e da Lei municipal n. 572/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA REMUNERAÇÃO**

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá o valor mensal de R\$ 1.009,94 conforme descrito na Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013.

**CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

14.01.2021.3.1.90.92.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará pelo período de 48 meses, contados a partir de 08 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

**CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME JURÍDICO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público rege-se pelos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, do Direito Público e o Regime Administrativo Especial.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para

qual A CONTRATADA contribuirá obrigatoriamente como contribuinte individual.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

Este Contrato extinguir-se-á:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Pela perda do mandato do Conselheiro;
- III – Pela morte do contratado;
- IV – Pela renuncia do Conselheiro;

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº. 8069/90 e Lei Municipal n. 572/2013 serão apuradas pelo órgão competente mediante sindicância, assegurada ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato se regem pelo disposto no Estatuto da Criança e Adolescente (8069/90) e Leis Municipais nº 572/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, elegem o foro da Comarca de Xaxim/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência do presente Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justos, acordados e contratados, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Lajeado Grande, 08 de janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

Valmir Locatelli

Prefeito

GILVANI REGINA DE MARCO INEIA COLPANI

Conselheira Tutelar

**TESTEMUNHAS:**

1)Nadia Inez Foresti

CPF: 789.830.109-91

2)Eleandra Martelli Bianchi

CPF: 024.284.169-44

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2016  
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA  
DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO  
TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI  
8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL  
N.001 DE 2015.**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 003/2016

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE E O CONTRATADO.

O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.993.077/0001-16, com sede administrativa na Rua Vitória, nº 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, neste ato representado pelo seu Magnífico Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, brasileiro, unido estavelmente, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7606113 e do CPF nº 304.586.769-34, residente e domiciliado em Lajeado Grande-SC,

neste ato denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, IVETE LURDES BERTOTI, Brasileira, casada, portador da Cédula de Identidade RG nº 45254397 e do CPF nº 054.359.929-90, residente e domiciliada à Rua na Linha Guavirova, Interior, Lajeado Grande-SC, denominada, neste ato de CONTRATADA, entre si firmam o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, depois de certos e ajustados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013 e as mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento, o CONTRATADO se obriga à prestação dos serviços de Conselheiro Tutelar, desenvolvendo as funções e atividades inerentes a função, nos termos do estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei n. 8.069/90 e da Lei municipal n. 572/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá o valor mensal de R\$ 1.009,94 conforme descrito na Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

14.01.2021.3.1.90.92.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

#### CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará pelo período de 48 meses, contados a partir de 08 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

#### CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME JURÍDICO

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público rege-se pelos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, do Direito Público e o Regime Administrativo Especial.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para qual A CONTRATADA contribuirá obrigatoriamente como contribuinte individual.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

Este Contrato extinguir-se-á:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Pela perda do mandato do Conselheiro;
- III – Pela morte do contratado;
- IV – Pela renuncia do Conselheiro;

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº. 8069/90 e Lei Municipal n. 572/2013 serão apuradas pelo órgão competente mediante sindicância, assegurada ampla defesa;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato se regem pelo disposto no Estatuto da Criança e Adolescente (8069/90) e Leis Municipais nº 572/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, elegem o foro da

Comarca de Xaxim/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a surgir em decorrência do presente Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justos, acordados e contratados, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Lajeado Grande, 08 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

Valmir Locatelli

Prefeito

IVETE LURDES BERTOTI

Conselheira Tutelar

TESTEMUNHAS:

1)Nadia Inez Foresti

CPF: 789.830.109-91

2)Eleandra Martelli Bianchi

CPF: 024.284.169-44

### **CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 004/2016 CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 004/2016

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE E O CONTRATADO.

O MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.993.077/0001-16, com sede administrativa na Rua Vitória, nº 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, neste ato representado pelo seu Magnífico Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, brasileiro, unido estavelmente, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7606113 e do CPF nº 304.586.769-34, residente e domiciliado em Lajeado Grande-SC, neste ato denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, KATIA REGINA DA SILVA, Brasileira, soteira, portador da Cédula de Identidade RG nº 3867249 e do CPF nº 007.991.379-28, residente e domiciliada à Rua Judithe Dal Magro, centro, Lajeado Grande-SC, denominada, neste ato de CONTRATADA, entre si firmam o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, depois de certos e ajustados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013 e as mediante as Cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento, o CONTRATADO se obriga à prestação dos serviços de Conselheiro Tutelar, desenvolvendo as funções e atividades inerentes a função, nos termos do estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei n. 8.069/90 e da Lei municipal n. 572/2013.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA REMUNERAÇÃO

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá o valor mensal de R\$ 1.009,94 conforme descrito na Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013.

**CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

14.01.2021.3.1.90.92.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará pelo período de 48 meses, contados a partir de 08 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

**CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME JURÍDICO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público rege-se pelos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, do Direito Público e o Regime Administrativo Especial.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para qual A CONTRATADA contribuirá obrigatoriamente como contribuinte individual.

**CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO**

Este Contrato extinguir-se-á:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Pela perda do mandato do Conselheiro;
- III – Pela morte do contratado;
- IV – Pela renúncia do Conselheiro;

**CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº. 8069/90 e Lei Municipal n. 572/2013 serão apuradas pelo órgão competente mediante sindicância, assegurada ampla defesa;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:**

As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato se regem pelo disposto no Estatuto da Criança e Adolescente (8069/90) e Leis Municipais nº 572/2013.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO**

As partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, elegem o foro da Comarca de Xaxim/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a surgir em decorrência do presente Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justos, acordados e contratados, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Lajeado Grande, 08 de janeiro de 2016.

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

Valmir Locatelli

Prefeito

KATIA REGINA DA SILVA

Conselheira Tutelar

**TESTEMUNHAS:**

1)Nadia Inez Foresti  
CPF: 789.830.109-91

2)Eleandra Martelli Bianchi  
CPF: 024.284.169-44

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 005/2016  
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA  
DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO  
TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO  
ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI  
8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL  
N.001 DE 2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 005/2016

CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO, PARA DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE E O CONTRATADO.

O MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE/SC, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 95.993.077/0001-16, com sede administrativa na Rua Vitória, nº 503, Centro, na cidade de Lajeado Grande/SC, neste ato representado pelo seu Magnífico Prefeito Municipal VALMIR LOCATELLI, brasileiro, unido estavelmente, agropecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº 7606113 e do CPF nº 304.586.769-34, residente e domiciliado em Lajeado Grande-SC, neste ato denominado de CONTRATANTE, e, de outro lado, NEIVA DA LUZ, Brasileira, solteira, portador da Cédula de Identidade RG nº 4525807 e do CPF nº 007.275.979-81, residente e domiciliada à Rua Amazonas, centro, Lajeado Grande- SC, denominada, neste ato de CONTRATADA, entre si firmam o presente CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO DESENVOLVER A FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR DE LAJEADO GRANDE/SC, NOS TERMOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI 8069/90 E DA HOMOLOGAÇÃO DA ELEIÇÃO EDITAL N.001 DE 2015, depois de certos e ajustados, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013 e as mediante as Cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente instrumento, o CONTRATADO se obriga à prestação dos serviços de Conselheiro Tutelar, desenvolvendo as funções e atividades inerentes a função, nos termos do estatuto da criança e do adolescente – ECA Lei n. 8.069/90 e da Lei municipal n. 572/2013.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA JORNADA DE TRABALHO**

A jornada de trabalho da CONTRATADA será de 40 horas semanais, com dedicação exclusiva.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DA REMUNERAÇÃO**

Pelo serviço acima mencionado e prestado, a CONTRATADA perceberá o valor mensal de R\$ 1.009,94 conforme descrito na Lei Municipal 572/2013 de 21/05/2013.

**CLÁUSULA QUARTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

14.01.2021.3.1.90.92.04.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

**CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA**

O presente Contrato vigorará pelo período de 48 meses, contados a partir de 08 de janeiro de 2016 até 09 de janeiro de 2020.

**CLÁUSULA SETIMA – DO REGIME JURÍDICO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público rege-se pelos princípios do Estatuto da Criança e do adolescente, do Direito Público e o Regime Administrativo Especial.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REGIME PREVIDENCIÁRIO**

Este Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público vincula-se ao Regime Geral da Previdência Social, através do INSS, para



qual A CONTRATADA contribuirá obrigatoriamente como contribuinte individual.

#### CLÁUSULA NONA – DA EXTINÇÃO

Este Contrato extinguir-se-á:

- I – Pelo término do prazo contratual;
- II – Pela perda do mandato do Conselheiro;
- III – Pela morte do contratado;
- IV – Pela renúncia do Conselheiro;

#### CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente Lei Federal nº. 8069/90 e Lei Municipal n. 572/2013 serão apuradas pelo órgão competente mediante sindicância, assegurada ampla defesa;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

As situações e casos não expressamente tratados neste Contrato se regem pelo disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente (8069/90) e Leis Municipais nº 572/2013.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, elegem o foro da Comarca de Xaxim/SC, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a surgir em decorrência do presente Contrato Temporário de Excepcional Interesse Público, por mais privilegiado que outro seja.

E, por estarem justos, acordados e contratados, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Lajeado Grande, 08 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE

Valmir Locatelli

Prefeito

NEIVA DA LUZ

Conselheira Tutelar

#### TESTEMUNHAS:

1)Nadia Inez Foresti  
CPF: 789.830.109-91

2)Eleandra Martelli Bianchi  
CPF: 024.284.169-44

#### **PORTARIA N. 060/2016 DE 17/02/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JESSICA FRESCHI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 060/2016

DE 17/02/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JESSICA FRESCHI PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0002/2013 e

CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino

ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

#### DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, JESSICA FRESCHI, para o função de excepcional interesse público de Professor de Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, turno vespertino nos termos previstos em lei, com duração de 17 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 17 de fevereiro de 2016

Valmir Locatelli

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin

Servidora Designada

#### **PORTARIA N. 061/2016 DE 17/02/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JANAINE BARELA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 061/2016

DE 17/02/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE JANAINE BARELA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0002/2013 e

CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

#### DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, JANAINE BARELA, para o função de excepcional interesse público de Professor de Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, turno vespertino nos termos previstos em lei, com duração de 17 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 17 de fevereiro de 2016

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin  
Servidora Designada

**PORTARIA N. 062/2016 DE 17/02/2016 "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"**

PORTARIA n. 062/2016

DE 17/02/2016

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE MARA RITA MARASCHIN PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE PROFESSOR DE PEDAGOGIA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso IV da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0002/2013 e

CONSIDERANDO o preenchimento de vagas no Magistério Público Municipal para atender à variação da demanda de alunos nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e reforço escolar, resultante do afastamento legal do professor efetivo ou do desdobramento de classe por aumento de matrícula, suprimindo a interrupção da regência de classe, que acarreta prejuízo do ensino ao aluno e impõe o dever do Município em manter e desenvolver o seu sistema Municipal de ensino.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, MARA RITA MARASCHIN, para o função de excepcional interesse público de Professor de Pedagogia, com carga horária de 20 horas semanais, turno vespertino nos termos previstos em lei, com duração de 17 de fevereiro de 2016 a 23 de dezembro de 2016.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 17 de fevereiro de 2016

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin  
Servidora Designada

**PORTARIA N.059/2016 DE 17/02/2016 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRESSA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

PORTARIA n.059/2016

DE 17/02/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRESSA DE ALMEIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,  
CONSIDERANDO o atestado do Drº Cezar Gastão Fonini, CRM/SC n.3461, conta da necessidade do afastamento funcional do respectivo servidor.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor público municipal ANDRESSA DE ALMEIDA, por 15 a partir de 17/02/2016.

Art.2º -As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4 -Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, em 17 de fevereiro de 2016.

Valmir Locatelli  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Geltrudes Toffolo Santin  
Servidora Designada

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### CANCELAMENTO PR 2/2016 PMLM

CANCELAMENTO PR 2/2016 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que se determina cancelamento do presente certame visando proteger os interesses deste órgão público, tendo em vista que a exequibilidade do serviço se mostra questionável diante do fato que o valor do último lance está abaixo de 70% (setenta por cento) do valor inicial, além de outros fatores que oferecem risco a legalidade e autenticidade do certame.

Leandro Stangherlin

PREGOEIRO

Lauro Muller 16 de fevereiro de 2016

### COMUNICADO AUDIENCIA

COMUNICADO

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller/SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 10h00min do dia 25 de Fevereiro de 2016, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para avaliação do cumprimento do 3º QUADRIMESTRE DE 2015 DAS METAS FÍSICAS E FISCAIS, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller, Fundo Municipal de Saúde e Hospital Municipal Henrique Lage.

Lauro Müller/SC, 15 de Fevereiro de 2016.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal



# Lebon Regis

## PREFEITURA

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2016**

MUNICIPIO DE LEBON REGIS-DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2016 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº10/2016

HOMOLOGAÇÃO:11/02/2016

CONTRATADO: IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para dedetização e desratização das Escolas e CEI's da Rede Municipal de Ensino.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações. DATA: 11/02/2016 - LUDOVINO LABAS - Prefeito Municipal

MUNICIPIO DE LEBON REGIS EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº 09/2016

Contratante: MUNICIPIO DE LEBON REGIS

Contratada: IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO

Valor: 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais). Vigência: Início: 11/02/16. Término: 31/12/2016

Licitação: Dispensa de Licitação Nº: 06/2016

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa para dedetização e desratização das Escolas e CEI's da Rede Municipal de Ensino. Lebon Régis, 11 de Fevereiro de 2016.

**SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 28/2015**

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 28/2015

PROCESSO Nº 09/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº PR 05/2015

Objeto: O presente termo aditivo visa à renovação por 12 (doze) meses, passando a vigência até 31/12/2016 do contrato para prestação de serviços de vigilância eletrônica, nos locais e horários constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital, de acordo com o artigo 57 inciso II da lei 8.666/93, e por haver interesse de ambas as partes . Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS.

Contratado: PATRIMONIAL SEGURANÇA LTDA - 82.891.805/0001-37. Lebon Régis,22/12/2015. CENERI FERLIN - Prefeito Municipal em exercício.

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços para a realização de exames laboratoriais, visando atender os pacientes do Município de Leoberto Leal, conforme Anexo I, do edital de Pregão Presencial nº 004/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 02 de março de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/02/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 - FMS

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

TIPO: Menor Preço por item. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes a serem utilizados pelo Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 005/2016. LEGISLAÇÃO: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Decreto Municipal 23/2007, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 03 de março de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado ou no site [www.leobertoleal.sc.gov.br](http://www.leobertoleal.sc.gov.br). Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/02/2016. IRENE MARIA DA CUNHA OTTO – Secretária Municipal da Saúde.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 014/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

Tipo: "Menor Preço por Item", visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de expediente, suprimentos de informática e materiais permanentes para uso da Administração Municipal de Leoberto Leal, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 009/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 16h30min (dezesesseis horas e trinta minutos), do dia 03 de março de 2016. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 17/02/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.766/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 2.766/2016, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.308/2015, de 10 de Dezembro de 2015:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

#### I - Órgão 03: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Unidade 01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Projeto/Atividade 2.044 – Segurança Pública

3.3.90.00.00.00.00.00.0597 – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.765,14

#### II - Órgão 05: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

Unidade 01 – Diretoria de Ação Social

Projeto/Atividade 2.024 – Ação Comunitária - FNAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0363 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0431 – Aplicações Diretas ..... R\$ 389,41

3.3.90.00.00.00.00.00.0390 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.719,81

3.3.90.00.00.00.00.00.0592 – Aplicações Diretas ..... R\$ 31.580,32

4.4.90.00.00.00.00.00.0363 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.618,14

4.4.90.00.00.00.00.00.0390 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0430 – Aplicações Diretas ..... R\$ 23.646,44

Unidade 02 – Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 2.046 – Proteção Socio-Especial-Média e Alta Complexidade

3.3.90.00.00.00.00.00.0626 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.005,79

4.4.90.00.00.00.00.00.0626 – Aplicações Diretas ..... R\$ 198,87

Projeto/Atividade 2.023 – Assistência Criança/adolescente - APAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0349 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.267,17

Projeto/Atividade 2.040 – Proteção Social Básica- CRAS

3.3.90.00.00.00.00.00.0429 – Aplicações Diretas ..... R\$ 77.906,57

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerão por conta do Superávit financeiro de Exercício de 2015, dos recursos vinculados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul, SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 16 de fevereiro de 2016

Leonardo Júnior Cavalier

Auxiliar de Técnico

**EDITAL Nº 01/2016**

EDITAL Nº 01/2016

**CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 23 de fevereiro de 2016, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 3º quadrimestre de 2015.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoiense maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 16 de fevereiro de 2016.

Neudi Ângelo Bertol

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

**RESOLUÇÃO Nº 01/2016**

RESOLUÇÃO Nº01/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA UNIDADE GESTORA DE ORÇAMENTO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE LINDÓIA DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Câmara Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Regimentais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal, aprovou e ele promulga a presente Resolução.

Art. 1º Fica criada no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul a Unidade Gestora de Orçamento, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das atividades da Câmara.

Art. 2º Esta Unidade Gestora de Orçamento será vinculada ao Município de Lindóia do Sul e fará uso dos recursos de Pagamentos, transferências e outras transações bancárias, desenvolvidos em parceria com o Banco do Brasil, que tem como objetivo dar mais agilidade e transparência aos gastos de recursos.

Art. 3º Caberá sua gestão ao Presidente da Câmara e ao Tesoureiro do Município de Lindóia do Sul.

Art.4º O Presidente da Câmara terá como atribuições:

I - abrir a Conta de Relacionamento junto ao Banco do Brasil;

II - ordenar empenhos e autorizar pagamento de despesa nos termos dos arts. 58 e 64 da Lei Federal 4.320/64;

III - cadastrar ou descadastrar o nome do Servidor, para movimentar a conta bancária na agência do Banco do Brasil;

IV - estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos;

V- ordenar compras, assinar empenhos, autorizar pagamentos e autorizar eletronicamente os pagamentos das despesas referentes à Câmara Municipal;

IV - manter contato permanente com o Setor de Contabilidade do Município a fim de acompanhar a execução orçamentária e financeira dos recursos da Câmara.

Art. 5º O Tesoureiro terá como atribuições:

I – Efetuar pagamento e transações bancárias juntamente.

Art. 6º O controle e as demonstrações necessárias à execução orçamentária, liquidação de pagamentos das despesas e o controle dos bens patrimoniais da Câmara e a realização anual do inventário, bem como o balanço geral caberá ao setor Contábil da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul.

Art. 7º - Ficam nomeados, para movimentar a conta bancária da Câmara na agência do Banco do Brasil, no município de Lindóia do Sul:

I - Flavio Luiz Benini e Diego Frare;

§1º As operações especificadas no artigo 7º poderão ser realizadas na sede da agência bancária ou por meio eletrônico.

§2º Nas transações de transferência de valores entre contas bancárias, pagamentos e liberação de arquivos-remessa relacionados à folha de pagamento e fornecedores será obrigatório a utilização de duas assinaturas e as demais transações bancárias poderão ser realizadas mediante utilização de uma assinatura.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de fevereiro de 2016.

Flavio Luiz Benini

Presidente

# Luzerna

## PREFEITURA

### PORTARIA 029/16

PORTARIA Nº 029/16 de 10 de fevereiro de 2016.

“CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, FERNANDA KRUG, para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 20 horas semanais, na Educação Infantil, sendo 14 horas de trabalho com alunos e 06 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora ROSELI OTTO MEISTERLIN, que está designada Diretora de Unidade Educacional da Escola Municipal São Francisco, com remuneração equivalente a 78,50% do vencimento inicial do emprego de Professor II, Classe “A”, do Quadro de Empregos Públicos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, Anexo III, parte integrante da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e alterações posteriores, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso IV, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 006/2015 de 03 de dezembro de 2015, homologado em 29 de janeiro de 2016, a partir de 10 de fevereiro de 2016 até 22 de dezembro de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 10 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

### PORTARIA 030/16

PORTARIA Nº 030/16 de 10 de fevereiro de 2016.

“ATRIBUI CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR A SERVIDORAS QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art.1º- ATRIBUIR, temporariamente, até 22 de dezembro de 2016, CARGA HORÁRIA SUPLEMENTAR de mais 10 horas semanais as servidoras abaixo relacionadas, atuando na Educação Infantil, para acompanhar o almoço dos alunos do Espaço da Primeira Infância, sendo 21 horas de trabalho com alunos e 09 horas de trabalho pedagógico, em conformidade com o inciso II do art. 9º, art.12, inciso III, e o §4º do art.13, da Lei Complementar nº 033/03 e alterações posteriores, a partir de 15 de fevereiro de 2016:

Servidora	Emprego	Carga horária inicial
Arlene Triques Hoffelder	Professora II	20 horas semanais
Luciana da Cruz Piaia	Professora II	20 horas semanais
Fernanda Krug	Professora Não Habilitada	20 horas semanais

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Luzerna(SC), 10 de fevereiro de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0002/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 0002/2016

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0006/2016

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação n° 0002/2016 para a contratação de empresa para assessoria técnica educacional junto a Secretaria Municipal de Educação e rede municipal de ensino.

Através da empresa AMARILDO PEDRO BISCARO MEI (40098737953), em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo n° 0009/2016

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2016.

Valor Total do Contrato: R\$ 7.848,50 (sete mil oitocentos e quarenta e oito reais com cinquenta centavos), sendo o valor de R\$ 713,50 (setecentos e treze reais com cinquenta centavos) mensais fixos e irrevogáveis.

Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 16 de fevereiro de 2016.

Rejane Spanholo Abraão

Presidente da Comissão Permanente de Licitações



# Mafra

## PREFEITURA

### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

#### CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 81.908.469/0002-06

CETARB COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA

Nota Fiscal nº. 5533 R\$ 29.930,00

Nota Fiscal nº. 5535 R\$ 15.867,00

Nota Fiscal nº. 5526 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5525 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5524 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5523 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5522 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5517 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5527 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5516 R\$ 389,50

Nota Fiscal nº. 5528 R\$ 225,50

Nota Fiscal nº. 5540 R\$ 389,50

VALOR TOTAL: R\$ 49.528,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de rocha britada, pedra rachão e pó de brita à Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, bem como pelo fornecimento de cascalho à Secretaria de Agricultura, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 18 de fevereiro de 2016.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de cargas de gás (GLP) de 13 Kg e (GLP) de 45 Kg, destinadas a Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados

no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de fevereiro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de diários de classe e livros diários, destinados a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 10/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de fevereiro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

### EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para locação de equipamentos novos de primeiro uso para o fornecimento de reproduções (cópias), impressões, execução de digitalização de documentos e envio/recebimento de fax; incluída a instalação, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, componentes e materiais utilizados na operação e limpeza; treinamento dos usuários; e de controle eletrônico da produção das páginas impressas via rede de impressão ou copiadas de serviços especializados de impressão; o treinamento de usuários, bem como a manutenção e o suporte técnico local nas dependências da Prefeitura Municipal de Mafra demais Secretarias envolvidas, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 07/03/2016, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça

Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de fevereiro de 2016.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2016

DECRETO Nº 02 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONVOCA O CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Valdecir Idalino Stefeneti, Presidente da Câmara Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;

Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;

Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;

Considerando, o relevante interesse público,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através do edital de convocação e de posse nº 01/2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 01/2016, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br).

Parágrafo único - Esta convocação pertence a primeira chamada pública ao concurso público nº 01/2015.

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 01, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 01, para a pretendida admissão.

Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 01.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Câmara Municipal de Maracajá, 12 de Fevereiro de 2016.

Valdecir Idalino Stefeneti

Presidente Câmara Municipal de Maracajá

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 12 de Fevereiro de 2016.

Roldinei Dassoler da Silva

1º Secretário

#### ANEXO I

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL COMPLETO E INCOMPLETO

MERENDEIRA

Inscrição	Nome	Classificação
78647	Edegar Souza Cruz	1º

Maracajá/SC, 12 de Fevereiro de 2016.

Valdecir Idalino Stefeneti

Presidente Câmara Municipal

Maracajá/SC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 01  
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Câmara Municipal de Maracajá, sito à A Rua Manoel José da Rocha, 77, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

#### DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

#### DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

#### DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

#### DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

#### DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 12 de Fevereiro de 2016.  
Valdecir Idalino Stefenti  
Presidente Câmara Municipal Maracajá/SC

#### EXTRATO DO CONTRATO 15/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 15/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,,  
Contratado: ACORDI COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PERFUMARIA LTDA ME,

Objeto: Aquisição de Medicamentos, para suprir o atendimento básico à população do município de MARACAJÁ/SC, durante o exercício de 2016.

Valor: R\$ 41.953,15 (quarenta e um mil novecentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

Vigência: 15/02/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 15 de fevereiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Sabrina Acordi.

Contratada.

#### EXTRATO DO CONTRATO 16/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 16/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,,  
Contratado: DROGARIA PREÇO POPULAR LTDA - ME,

Objeto: Aquisição de Medicamentos, para suprir o atendimento básico à população do município de MARACAJÁ/SC, durante o exercício de 2016.

Valor: R\$ 11.906,00 (onze mil novecentos e seis reais).

Vigência: 15/02/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 15 de fevereiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Alex Sandro da Rosa.

Contratada.

#### EXTRATO DO CONTRATO 17/2016 - FMS

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 17/2016

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,,  
Contratado: FARMACIA E DROGARIA FARMARINE LTDA ME,

Objeto: Aquisição de Medicamentos, para suprir o atendimento básico à população do município de MARACAJÁ/SC, durante o exercício de 2016.

Valor: R\$ 21.822,05 (vinte e um mil oitocentos e vinte e dois reais e cinco centavos).

Vigência: 15/02/2016 a 31/12/2016

Maracajá, 15 de fevereiro de 2016.

Vilmar Leandro

Contratante.

Karine Thomazi Maria Ferreira.

Contratada.

**DECRETO 103/2015****DECRETO Nº 000103/15 de 23 de Dezembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MARACAJÁ, e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.237,94 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.200,00
11.01.10.301.0039.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	19.000,00
11.01.10.301.0039.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	37,94

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	20.237,94
------------------------	-----------

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 23 de Dezembro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

**Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.**

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 104/2015****DECRETO Nº 000104/15 de 23 de Dezembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MARACAJÁ, e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 23.827,13 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

23.827,13

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro

23.827,13

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 23 de Dezembro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração



**DECRETO 75/2015****DECRETO Nº 000075/15 de 1 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.096,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA

05.01.12.306.0018.2.017-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

12.096,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

12.096,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Outubro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 76/2015****DECRETO N° 000076/15 de 1 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 36.122,31 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.02 - DEPTO. DE ESPORTES

05.02.27.812.0021.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01.08.244.0033.2.026-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 2.943,18

13.01.08.244.0033.2.026-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 479,13

13.01.08.244.0033.2.026-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 17.700,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 36.122,31

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Outubro de 2015**

\_\_\_\_\_  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**DECRETO 77/2015****DECRETO Nº 000077/15 de 1 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MARACAJÁ, e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

100.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação

100.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 1 de Outubro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 78/2015****DECRETO Nº 000078/15 de 5 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 50.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA

05.01.12.361.0018.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS

07.01.15.452.0036.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 30.000,00

07.01.15.452.0045.2.038-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**Art 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 50.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 5 de Outubro de 2015**

\_\_\_\_\_  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**DECRETO 79/2015****DECRETO Nº 000079/15 de 5 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - não originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MARACAJÁ, e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 38.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	35.000,00
11.01.10.301.0039.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	3.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	17.000,00
11.01.10.301.0039.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	21.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 5 de Outubro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 80/2015****DECRETO Nº 000080/15 de 5 de Outubro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 218.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS	
03.01.04.122.0007.2.004-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	160.000,00
03.01.04.122.0007.2.004-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	5.000,00
04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	
04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO	
04.01.20.606.0012.2.010-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS	
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS	
07.01.15.452.0045.2.038-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	28.500,00
<b>Art 2º -</b> Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):	
Excesso de arrecadação	218.500,00

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 5 de Outubro de 2015**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração



**DECRETO 83/2015****DECRETO Nº 000083/15 de 3 de Novembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de MARACAJÁ, e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 27.763,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0039.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.300,00
11.01.10.301.0039.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	4.700,00
11.01.10.301.0039.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	11.763,00

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	27.763,00
------------------------	-----------

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 3 de Novembro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

**Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.**

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 84/2015****DECRETO Nº 000084/15 de 3 de Novembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 47.941,09 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.06.181.0004.2.049-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	3.000,00
05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES	
05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA	
05.01.12.306.0018.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	14.000,00
07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS	
07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS	
07.01.15.452.0045.2.038-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	8.000,00
07.01.15.452.0036.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	21.776,00
13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
13.01.08.244.0033.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.165,09

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	47.941,09
------------------------	-----------

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 3 de Novembro de 2015**

\_\_\_\_\_  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**DECRETO 85/2015****DECRETO Nº 000085/15 de 3 de Novembro de 2015**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

(4) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas 3.801,00

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(9) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.049-0153 - Aplicacoes Diretas 19.410,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(35) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

**Total Suplementação: 38.211,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas 3.801,00

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(10) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.049-0153 - Aplicacoes Diretas 19.410,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(34) 3.2.90.00.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas 15.000,00

**Total Anulação: 38.211,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 3 de Novembro de 2015**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 86/2015****DECRETO Nº 000086/15 de 25 de Novembro de 2015****O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1045/15 de 24 de Novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(15) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	50.000,00
(14) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	30.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(45) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas	60.000,00
--	-----------

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(97) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
--	------------

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0311 - Aplicacoes Diretas	9.171,20
--	----------

(11) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	95.000,00
--	-----------

(11) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
--	----------

(15) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	20.000,00
---	-----------

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	40.000,00
--	-----------

<b>Total Suplementação:</b>	<b>409.171,20</b>
-----------------------------	-------------------

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
---	-----------

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(23) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas	40.000,00
--	-----------

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.022-0080 - Aplicacoes Diretas	11.000,00
--	-----------

(52) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0104 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
--	-----------

(51) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0104 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
--	----------

(72) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.018-0080 - Aplicacoes Diretas	4.000,00
--	----------

(61) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.025-0104 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
--	-----------

(42) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.008-0104 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
--	-----------

(70) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
--	----------

**DECRETO Nº 000086/15 de 25 de Novembro de 2015**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1045/15 de 24 de Novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(37) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.006-0104 - Aplicacoes Diretas 100.000,00

(57) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.022-0080 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(73) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.018-0080 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(86) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.027-0080 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(10) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0311 - Aplicacoes Diretas 9.171,20

(7) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0103 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(120) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas 18.000,00

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENCIA****14.01 - FUNDO MUNIC. DA CRIANCA E ADOLESCENCIA**

(134) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0080 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

(132) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0080 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO****15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO**

(139) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.024-0080 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

(138) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.024-0080 - Aplicacoes Diretas 82.000,00

**DECRETO Nº 000086/15 de 25 de Novembro de 2015**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1045/15 de 24 de Novembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**16 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO**

**16.01 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO**

(142) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0080 - Aplicacoes Diretas	11.000,00
---	-----------

<b>Total Anulação:</b>	<b>409.171,20</b>
------------------------	-------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 25 de Novembro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**



**DECRETO 93/2015****DECRETO Nº 000093/15 de 27 de Novembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 162.503,54 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

05.01.12.365.0018.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28.500,00

05.01.12.361.0018.2.013-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 48.550,54

05.01.12.365.0018.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.100,00

**05.02 - DEPTO. DE ESPORTES**

05.02.27.812.0021.2.023-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 153,00

**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

05.01.12.365.0018.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

07.01.15.452.0045.2.038-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 48.200,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

13.01.08.243.0027.2.047-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

05.01.12.361.0018.2.013-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 28.050,54

05.01.12.365.0018.2.012-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 32.100,00

05.01.12.361.0018.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 3.500,00

05.01.12.365.0018.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28.500,00

05.01.12.361.0018.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 17.000,00

**05.02 - DEPTO. DE ESPORTES**

05.02.27.812.0021.2.023-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 153,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

07.01.15.452.0045.2.038-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 48.200,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

13.01.08.243.0027.2.047-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

**Art 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 27 de Novembro de 2015**

---

**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 94/2015****DECRETO Nº 000094/15 de 27 de Novembro de 2015**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Maracajá e autorização contida na Lei Municipal nº 001008/14 de 2 de Dezembro de 2014.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 245.948,03 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

05.01.12.361.0018.2.013-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	82.556,91
05.01.12.365.0018.2.012-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	87.170,26
05.01.12.365.0018.2.012-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	19.765,00
05.01.12.361.0018.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	649,12
05.01.12.365.0018.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
05.01.12.306.0018.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.484,27
05.01.12.361.0018.2.013-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
05.01.12.306.0018.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	3.200,00
05.01.12.365.0018.2.012-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	22,47

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

07.01.15.452.0036.2.030-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	31.100,00
--	-----------

**Art 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação	245.948,03
------------------------	------------

**Art 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 27 de Novembro de 2015**

\_\_\_\_\_  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

**DECRETO 97/2015****DECRETO Nº 000097/15 de 17 de Dezembro de 2015**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1047/15 de 21 de Dezembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES****01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

(4) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	
(45) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas	34.000,00
(32) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.017-0080 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(64) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas	27.000,00
<b>11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
<b>11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	
(11) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	15.000,00
(15) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	2.000,00
(19) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	10.000,00

**Total Suplementação: 148.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(4) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.003-0080 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS</b>	
<b>03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS</b>	
(15) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	14.000,00
(14) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	27.000,00
(14) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	3.000,00
<b>04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
<b>04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
(29) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas	45.000,00
(30) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	
(77) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.046-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
<b>05.02 - DEPTO. DE ESPORTES</b>	
(82) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.023-0080 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
(81) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.023-0080 - Aplicacoes Diretas	6.000,00

**DECRETO Nº 000097/15 de 17 de Dezembro de 2015**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 1047/15 de 17 de Dezembro de 2015.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

**07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(92) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.034-0080 - Aplicacoes Diretas

2.000,00

(91) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0080 - Aplicacoes Diretas

10.000,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(120) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas

5.000,00

**Total Anulação:**

**148.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 17 de Dezembro de 2015**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 216/2016

DECRETO Nº 261, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 160/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

A licença de tratamento de saúde da servidora Clair Becker Stuer-nagel,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo indeterminado, a partir de 16 de fevereiro de 2016, JANETE DE FREITAS NORONHA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 722.149.709-59, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Proinfância, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 257/2016

DECRETO Nº 257, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido a servidora pública PATRÍCIA DE FREITAS NORONHA, matrícula nº 522001, ocupante do cargo de Professor ACT, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir de 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto

correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 258/2016

DECRETO Nº 258, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Exonera servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal VERA LÚCIA VARGAS SELLI, ocupante do cargo de Professor II, 40 horas semanais.

Parágrafo único. A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, benefício nº 161.783.735-8.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 259/2016

DECRETO Nº 259, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Revoga decretos municipais e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto revogados os seguintes decretos:

I- Decreto nº 200, de 15 de fevereiro de 2016;

II- Decreto nº 211, de 15 de fevereiro de 2016;

III- Decreto nº 250, de 15 de fevereiro de 2016.



Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 260/2016**

DECRETO Nº 260, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 159/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 5 de outubro de 2016, MARILEI INÊS DE MARQUI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 066.669.989-52, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cantinho Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 262/2016**

DECRETO Nº 262, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 161/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, ADRIANE DOS SANTOS BARP, brasileira, inscrita no CPF sob nº 068.228.199-07, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Cinderela, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 263/2016**

DECRETO Nº 263, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 162/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 21 de dezembro de 2016, MARISLEIDE BRIXNER WERLANG, brasileira, inscrita no CPF sob nº 034.053.699-32, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Pequeno Príncipe, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 264/2016**

DECRETO Nº 264, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 151/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 16 de dezembro de 2016, CASSIANE MAZZOCHI, brasileira, inscrita no CPF sob nº 077.934.669-69, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 265/2016**

DECRETO Nº 265, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 152/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 5 de outubro de 2016, JÉSICA ALVES RODRIGUES SCHABARUM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.697.279-60, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### **Decreto nº 266/2016**

DECRETO Nº 266, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 154/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 10 de maio de 2016, MARINÊS BELUSSO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 018.094.019-84, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI  
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 267/2016**

DECRETO Nº 267, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 155/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 10 de maio de 2016, ROSELENE APARECIDA KELLER CAMARGO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 035.401.869-80, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 268/2016**

DECRETO Nº 268, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 156/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 10 de maio de 2016, CRISTIANE REGINA MICHEL SEHNEM, brasileira, inscrita no CPF

sob nº 038.034.509-59, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Monteiro Lobato, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 269/2016**

DECRETO Nº 269, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 157/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 29 de fevereiro a 16 de dezembro de 2016, MARCIA MOREIRA DE MELLO, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.983.879-4, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, na APAE, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 270/2016**

DECRETO Nº 270, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 158/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 16 de dezembro de 2016, SHEILA BECKER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 067.473.949-33, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E.I. Consoladora, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**Decreto nº 271/2016**

DECRETO Nº 271, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal e conforme Edital de Processo Seletivo nº 001/2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação interna 153/16 da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;

A possibilidade de contratação por excepcional interesse público, em razão da imediata contratação, seguindo a ordem de classificação no Processo Seletivo/Edital nº 001/2014, para o cargo de Professor, tendo em vista os princípios da economicidade e razoabilidade,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada por tempo determinado, pelo período de 16 de fevereiro a 16 de março de 2016, DAIANE ANDREIZA DE BEM, brasileira, inscrita no CPF sob nº 076.111.169-75, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, no C.E. Mundo Infantil e C.E.I. Criança Feliz, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

Maravilha – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016**

MUNICÍPIO DE MARAVILHA (SC)

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016**

A Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, Sra. Rosimar Maldaner, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO que se encontra aberto Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

**1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O Processo Seletivo destina-se ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município de Maravilha (SC), de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, Legislação Municipal e demais regras pertinentes.

1.2 - O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, Lei Complementar Municipal n.º 003, de 19 de novembro de 2002, Lei Municipal n.º 3.694, de 07 de outubro de 2013, Lei Complementar Municipal n.º 77, de 29 de setembro de 2015, e demais Legislações relacionadas.

1.3 - É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao Processo Seletivo para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para os cargos/funções por ocasião da nomeação se aprovado e convocado.

1.4 - A inscrição no Processo Seletivo implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5 - Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias.

1.6 - O Processo Seletivo será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo Decreto n.º 256/2016, e executado em todas as suas fases pela Alternative Concursos.

1.7 - A divulgação oficial das informações referentes a este Processo Seletivo dar-se-á pela publicação de editais no Mural Oficial e site do Município de Maravilha (SC) [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br), bem como no site da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

1.8 - O prazo de validade do Processo Seletivo será de 01 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal.

**2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO**

2.1 - As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima exigidos no presente Edital.

2.2 - As atribuições dos cargos/funções são as constantes do Anexo II deste Edital, conforme Lei Municipal.

2.3 - Os candidatos poderão inscrever-se em apenas uma das seguintes vagas:

**IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS**

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
ENSINO FUNDAMENTAL	Agente de Manutenção e Conservação	CR*	40 h.	4ª Série (Completo)	R\$ 899,26	Escrita / Objetiva
	Auxiliar de Serviços Gerais	CR*	40 h.	4ª Série (Completo)	R\$ 902,72	Escrita / Objetiva
	Auxiliar de Serviços Gerais – Alta Complexidade	05	40 h.	Ensino Fundamental Completo	R\$ 902,72	Escrita / Objetiva
ENSINO SUPERIOR	Monitor Social – Alta Complexidade	05	40 h.	Superior completo em Serviço Social, Psicologia ou Pedagogia e registro no Conselho Profissional competente quando aplicável.	R\$ 1.627,50	Escrita / Objetiva e Títulos

\* Cadastro de Reserva.

**3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA**

3.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/99, são reservadas aos candidatos portadores de deficiência 5% do número total de vagas, arredondando para o próximo número inteiro seguinte caso fracionário, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.



3.2 - Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

- a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
- b) Preencher o requerimento contido no Anexo III do presente Edital;
- c) Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.

3.2.1 - Os documentos acima descritos deverão ser enviados, via SEDEX, até o dia 09 de março de 2016, para Empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Padre Antônio, n.º 590, Sala 02 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

3.3 - A não-observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no Anexo III deste Edital.

3.4.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Mural Oficial e site do Município de Maravilha (SC) [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia 14 de março de 2016.

3.5 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de provas e à nota mínima exigida.

3.6 - Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

3.9 - Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo Município de Maravilha (SC), o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital.

3.10 - Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11 - Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

#### 4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de 19 de fevereiro a 09 de março de 2016, exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.2 - Para inscrever-se via internet o candidato deverá:

- 4.2.1 - Acessar o site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) (Concursos em Andamento) e clicar no link correspondente ao Processo Seletivo do Município de Maravilha (SC);
- 4.2.2 - Ler atentamente o Edital de Processo Seletivo;
- 4.2.3 - Preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela internet;
- 4.2.4 - Imprimir o comprovante de inscrição;
- 4.2.5 - Efetuar o pagamento da taxa de inscrição exclusivamente por meio de boleto bancário na Caixa Econômica Federal (CEF).

4.3 - Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue deverão realizar suas inscrições, bem como entregar todos os documentos exigidos para a respectiva isenção, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia 29 de fevereiro de 2016.

4.4 - O candidato deverá manter o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO em seu poder e, impreterivelmente, apresentá-lo no dia da prova juntamente com um DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTO.

4.4.1 - São considerados documentos de identidade a Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.

4.4.2 - Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

4.4.3 - Em caso de perda do comprovante de inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), na Área do Candidato.

4.4.4 - O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

4.5 - A taxa de inscrição será paga exclusivamente na Caixa Econômica Federal (CEF) e somente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).



com.br, na Área do Candidato.

4.6 - A empresa Alternative Concursos e o Município de Maravilha (SC) não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.7 - Somente serão aceitas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.7.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 - Aos interessados que não possuem internet, o Município de Maravilha (SC) disponibilizará terminais de acesso e assistência durante o período das inscrições, em dias úteis, em sua sede, sito à Avenida Euclides da Cunha, n.º 60, Centro, no Município de Maravilha (SC).

4.11 - O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR
Ensino Fundamental	R\$ 40,00
Ensino Superior	R\$ 100,00

4.12 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

4.13 - As inscrições serão homologadas no dia 14 de março de 2016, sendo divulgadas no Mural Oficial e no site do Município de Maravilha (SC), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

4.14 - Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de 15 e 16 de março de 2016, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital.

4.14.1 - A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no dia 18 de março de 2016.

4.15 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

4.16 - Os candidatos que necessitem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.16.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.16.2 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no site e Mural Oficial do Município de Maravilha (SC), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br) no dia 14 de março de 2016.

4.17 - Estão impedidos de participar deste Processo Seletivo os membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução deste Certame.

4.17.1 - A vedação constante do item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos e filhos;

4.17.2 - Constatada, em qualquer fase do Processo Seletivo, inscrição de pessoas que tratam o item e subitem anteriores, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

## 5 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997.

5.2 - Os candidatos doadores de sangue deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia 29 de fevereiro de 2016, procedendo da seguinte forma:

5.2.1 - Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;

5.2.2 - Preencher o Anexo IV do presente Edital (digitado ou manuscrito);

5.2.3 - Anexar o comprovante das doações;

5.2.4 - Providenciar fotocópia simples do Comprovante de Inscrição.

5.2.5 - O Anexo IV devidamente preenchido, acompanhado do comprovante de doação, bem como da fotocópia do comprovante de inscrição, deverão ser enviados, VIA SEDEX, até o dia 29 de fevereiro de 2016 (data do protocolo ou carimbo dos Correios), para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Padre Antônio, n.º 590, Sala 02 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

5.2.6 - O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

5.2.7 - Equipara-se a doador de sangue a pessoa que integra a Associação de Doadores e contribui, comprovadamente, para estimular, de forma direta ou indireta, a doação.

5.3 - O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia 03 de março de 2016.

5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição até o dia 10 de março de 2016, sob pena de indeferimento da inscrição.

5.4 - Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue.

#### 6 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

6.1 - A prova escrita/objetiva será realizada no dia 20 de março de 2016 das 09h00min às 12h00min no Centro Educacional Mundo Infantil - CAIC, sito à Avenida Maravilha, n.º 730, no Município de Maravilha (SC).

6.2 - A prova escrita/objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterà 25 questões do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em cinco alternativas, A, B, C, D e E, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.3 - A prova escrita/objetiva será composta de questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função, de acordo com o Conteúdo Programático constante no Anexo I do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

6.3.1 - Para o cargo/função de Monitor Social – Alta Complexidade, a prova escrita/objetiva será composta de:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	05	0,32	1,60
	Matemática	03	0,32	0,96
	Conhecimentos Gerais	02	0,32	0,64
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	15	0,32	4,80
TOTAL		25	-	8,00

6.3.2 - Para os demais cargos/funções, a prova escrita/objetiva será composta de:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	05	0,40	2,00
	Matemática	05	0,40	2,00
	Conhecimentos Gerais	05	0,40	2,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	10	0,40	4,00
TOTAL		25	-	10,00

6.4 - O Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.5 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima de 30 minutos, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

6.5.1 - ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

6.5.2 - Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

6.6 - O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

6.6.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 dias da data de realização da prova.

6.6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do Processo Seletivo.

6.6.3 - O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

6.7 - Para realizar a prova é indicado ao candidato portar 2 canetas esferográficas de tinta azul ou preta. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta a materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.9 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Gabarito, somente será permitida depois de transcorrido 30 minutos do início da mesma.

6.9.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de prova, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.9.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova;

6.9.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.

6.10 - Na prova escrita/objetiva será realizado processo de desidentificação de provas.

6.10.1 - Não haverá identificação do candidato no Caderno de Questões.

6.11 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova escrita/objetiva.

6.12 - Em caso de anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

6.13 - Os três últimos candidatos ao entregarem a prova deverão permanecer juntos na sala para, juntamente com os fiscais de sala:

- a) conferir os Cartões Resposta, identificar questões em branco e proceder a anulação das mesmas com um marca texto, assinando como testemunhas no verso dos Cartões;
- b) assinar a folha ata;
- c) assinar e lacrar os envelopes que guardarão os Cartões de Identificação, Cartões Resposta e os Cadernos de Questões.

6.14 - Os Cadernos de Questões estarão disponíveis, no dia 21 de março de 2016, no site do Município de Maravilha (SC), bem como no da empresa contratada [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br).

6.14.1 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de 22 e 23 de março de 2016, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital, em especial ao item 9.2.

6.15 - O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia 18 de março de 2016.

6.16 - Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;
- b) não apresentar COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO e DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTOGRAFIA no dia de realização das provas;
- c) tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo;
- d) for surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) for flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) não devolver o Caderno de Questões;
- g) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) não comparecer para realização da prova;
- k) nos demais casos previstos neste Edital.

## 7 - DO GABARITO

7.1 - Na prova escrita/objetiva será realizado sistema de desidentificação de Gabaritos.

7.2 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Gabarito, o qual conterà o Cartão de Identificação e o Cartão Resposta.

7.2.1 - O Cartão de Identificação e o Cartão Resposta conterão a mesma ordem de numeração e serão destacados pelo fiscal de sala no momento da entrega do mesmo pelo candidato.

7.3 - O Cartão de Identificação deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com seus dados.

7.4 - O candidato deverá transcrever no Cartão Resposta suas respostas por questão, na ordem de 01 à 25, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões, conforme exemplo abaixo:

7.5 - O candidato deverá preencher o Gabarito com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.5.1 - O preenchimento do Gabarito é de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.6 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas, nos termos do item 6.13 do presente Edital.

7.7 - NÃO será fornecido, em hipótese alguma, novo Gabarito, salvo no caso de erro de impressão.

7.8 - O Gabarito é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Gabarito implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.9 - Os Cartões de Identificação e os Cartões Resposta serão acondicionados separadamente em envelopes identificados para tal fim, os quais serão lacrados e assinados pelos três últimos candidatos e fiscais de sala, observado o disposto no item 6.13 do Edital.

7.10 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.11 - Será permitido aos candidatos anotar suas respostas, para conferência com o gabarito oficial, podendo utilizar-se do campo destinado para isso na última página do Caderno de Questões.

7.12 - O Gabarito Preliminar das provas escritas/objetivas estará disponível no site oficial do Município de Maravilha (SC) [www.maravilha.sc.gov.br](http://www.maravilha.sc.gov.br), bem como no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), no dia 21 de março de 2016.

7.13 - A correção dos Cartões Resposta, identificação dos candidatos e apresentação da Ata de Classificação Preliminar será realizada no dia 25 de março de 2016, com início às 09h00min, na sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Maravilha, sito à Avenida Euclides da Cunha, n.º 60, Centro, em Maravilha (SC).

#### 8 - DA PROVA DE TÍTULOS

8.1 - A prova de títulos, de caráter classificatório, será aplicada aos candidatos inscritos ao cargo/função de Monitor Social – Alta Complexidade.

8.2 - Os títulos deverão ser enviados em fotocópia devidamente autenticada em serventia pública (cartório), juntamente com o Anexo VI do presente Edital, VIA SEDEX, no período compreendido entre 19 de fevereiro a 09 de março de 2016 (data do protocolo ou carimbo dos Correios) para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, no seguinte endereço: Avenida Padre Antônio, n.º 590, Sala 02 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.

8.3 - Serão considerados como títulos:

TÍTULOS	PONTUAÇÃO
a) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Especialização	1,00
b) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Mestrado	1,50
c) Comprovante de Pós-Graduação em Nível de Doutorado	2,00

8.3.1 - Os títulos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" somente poderão ser pontuados uma única vez.

8.3.2 - A soma dos títulos não poderá ultrapassar 2,0 pontos.

8.3.3 - Não serão aceitos títulos com certificação de sua autenticidade pela internet.

8.3.4 - Não serão pontuados os títulos que vierem desacompanhados do Anexo VI devidamente preenchido.

8.4 - Para fins de análise e cômputo da respectiva pontuação, nos termos do quadro constante no item 8.3, serão aceitos Declarações ou Atestados de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Nível de Especialização, Pós-Graduação em Nível de Mestrado ou Pós-Graduação em Nível de Doutorado), desde que acompanhados do correspondente Histórico, respeitadas as demais disposições editalícias correlatas.

8.5 - Não serão aceitas declarações ou atestados de frequência.

8.6 - Os títulos obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei, e devem estar acompanhados de tradução oficial se redigidos em língua estrangeira.

8.7 - Entregue a relação dos títulos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação. Do mesmo modo, não se admitirá os títulos enviados após o prazo previsto no item 8.2 deste Edital.

8.8 - Somente serão pontuados os títulos na área de atuação do cargo em que o candidato se inscreveu.

8.9 - Somente serão considerados como títulos, os diplomas que sejam expedidos por instituição de ensino credenciada pelo MEC.

8.10 - O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

8.11 - Na Ata de Classificação Preliminar será feita a apresentação da pontuação da prova de títulos.

8.12 - Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.

#### 9 - DOS RECURSOS

9.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos e prazos:

9.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da Homologação das Inscrições;

9.1.2 - Quanto às questões da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação dos Cadernos de Questões;

9.1.3 - Quanto ao Gabarito Preliminar das questões objetivas: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação do mesmo;

9.1.4 - Quanto à Ata de Classificação Preliminar do Processo Seletivo: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da mesma;

9.1.5 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame: no prazo de 2 dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

9.2 - A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no Anexo V deste Edital, sendo:

9.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), nos prazos editalícios;

9.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, cargo para o qual se inscreveu e número da inscrição;  
9.2.3 - Os recursos contra questões da prova escrita/objetiva deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

9.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

9.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

9.4 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

9.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

## 10 - DO RESULTADO FINAL

10.1 - Para atribuição da nota final ao cargo/função de Monitor Social – Alta Complexidade, o resultado da prova escrita/objetiva será somado a pontuação dos títulos, conforme fórmula abaixo:

10.1.1 - Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.1 os candidatos que não obtiverem nota igual 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva.

10.2 - Para atribuição da nota final aos demais cargos/funções, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

10.2.1 – Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.2 os candidatos que não obtiverem nota igual a 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva.

10.3 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- b) obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- c) tiver maior idade;
- d) sorteio público.

10.3.1 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

10.4 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

## 11 - DAS COMPETÊNCIAS

11.1 - À Empresa Alternative Concursos compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições e títulos; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos; divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o Processo Seletivo com todos os atos decorrente de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Processo Seletivo.

11.2 - Ao Município de Maravilha (SC) compete, através da Prefeitura Municipal e da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do Processo Seletivo.

## 12 - DO PROVIMENTO

12.1 - São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

12.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

12.1.2 - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

12.1.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

12.1.4 - Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

12.1.5 - Idade mínima de 18 anos;

12.1.6 - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica designada pela administração municipal;

12.1.7 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

12.1.8 - Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

12.1.9 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.10 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;



12.1.12 - Atender a todos os requisitos da legislação municipal pertinente para a investidura no cargo ou emprego público.

12.2 - Os requisitos acima deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para tomar posse do cargo.

12.3 - O candidato deverá manter seus dados atualizados junto ao Município de Maravilha (SC).

12.4 - A contratação se dará de acordo com a Lei Municipal n.º 3.694/2013.

### 13 - CRONOGRAMA

13.1 - O Processo Seletivo seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	DATA/PERÍODO
1. Período de Inscrição	19 de fevereiro a 09 de março de 2016
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	10 de março de 2016
3. Período de envio dos títulos	19 de fevereiro a 09 de março de 2016
4. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue)	19 a 29 de fevereiro de 2016
5. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	03 de março de 2016
6. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	03 a 10 de março de 2016
7. Publicação da homologação das inscrições	14 de março de 2016
8. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	14 de março de 2016
9. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	15 e 16 de março de 2016
10. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	18 de março de 2016
11. Divulgação do Ensalamento dos Candidatos	18 de março de 2016
12. Prova escrita/objetiva	20 de março de 2016
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	21 de março de 2016
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	22 e 23 de março de 2016
15. Correção dos Cartões Resposta, identificação dos candidatos e apresentação da Ata de Classificação Preliminar	25 de março de 2016
16. Divulgação do Gabarito Definitivo	25 de março de 2016
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	28 e 29 de março de 2016
18. Divulgação da Ata de Classificação Final	31 de março de 2016

13.2 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo e da empresa Alternative Concursos.

### 14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo, com auxílio da Procuradoria Jurídica do Município e da Empresa contratada.

14.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Maravilha (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

14.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do Processo Seletivo, a empresa Contratada entregará ao Município de Maravilha (SC) todos os registros escritos originais gerados no certame (Caderno de Questões da prova escrita/objetiva, títulos, atas de presença por sala, atas de ocorrências por sala, termos de abertura de malotes, termos de lacre de envelopes, recursos e gabaritos).

14.4 - Fazem parte deste Edital:

14.4.1 - Anexo I - Conteúdo Programático;

14.4.2 - Anexo II - Atribuições dos Cargos/Funções;

14.4.3 - Anexo III - Formulário para Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência;

14.4.4 - Anexo IV - Formulário para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

14.4.5 - Anexo V - Formulário de Recurso;

14.4.6 - Anexo VI - Formulário de Títulos;

14.4.7 - Anexo VII - Cronograma.

14.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maravilha (SC), 17 de fevereiro de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

MARISETE MAIHOCK PERONDI

Presidente da Comissão de Acompanhamento



# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO N. 007/2016**

MINUTA

Contrato: n. 007/2016

Contratante: Município de Marema – SC.

Contratado: PEARSON EDUCATION DO BRASIL

CNPJ/MF n. 01.404.158/0001-90

Objeto: Aquisição de Sistema de Ensino, para fornecimento de material didático pedagógico aos alunos e professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental

Vinculação: Licitação na Mod. de Pregão Presencial n. 001/2016

Valor Total: R\$ 36.000,00 (reais),

Prazo: 31 de dezembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/SC, 01 de fevereiro de 2016

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO FMAS Nº: 003/2016**

MINUTA

Contrato nº: 003/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: MOACIR CARBONERA, inscrito no CNPJ/MF n. 17.964.001/0001-59

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016.

Valor Total: R\$ 10.999,20 (reais).

Prazo: 30 de novembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 01 de fevereiro de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

**CONTRATO FMAS Nº: 004/2016**

MINUTA

Contrato nº: 004/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: TAIS MICHELI ZANARDI - CNPJ/MF n. 18.268.842/0001-09

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016.

Valor Total: R\$ 10.900,00 (reais).

Prazo: 30 de novembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 01 de fevereiro de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

**CONTRATO FMAS Nº: 005/2016**

MINUTA

Contrato nº: 005/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: FENIX CURSOS E TREINAMENTOS LTDA ME, inscrito no CNPJ/MF n. 19.608.839/0001-35

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016.

Valor Total: R\$ 18.000,00 (reais).

Prazo: 30 de novembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 01 de fevereiro de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

**CONTRATO FMAS Nº: 006/2016**

MINUTA

Contrato nº: 006/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: ORLEI BATISTELLA, devidamente inscrito no CNPJ 13.934.695/0001-20.

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016.

Valor Total: R\$ 11.500,00 (reais).

Prazo: 30 de novembro de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 01 de fevereiro de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

**CONTRATO FMAS Nº: 007/2016**

MINUTA

Contrato nº: 007/2016

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: THOTO CURSOS E PALESTRAS LTDA ME, inscrito no CNPJ/MF n. 17.514.314/0001-05.

Objeto: Contratação de profissional para ministrar Cursos para atendimento a programas desenvolvido junto ao CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.

Vinculação: Processo de Licitação/FMAS n. 001/2016 – Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 001/2016.

Valor Total: R\$ 8.000,00 (reais).

Prazo: 30 de novembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema, 01 de fevereiro de 2016

CONTRATANTE

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

### **CONTRATO N. 009/2016**

Minuta

CONTRATO - n. 009/2016

CONTRATANTE - MUNICIPIO DE MAREMA

CONTRATADO - TURISCOLL TURISMO COLLET LTDA

CNPJ/MF n. 83.429.720/0001-02

OBJETO - Transporte Viagem Cultural

VALOR - Valor total do Contrato R\$ 7.200,00 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim – SC

DATA - Marema 02 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL/FMS N. 004/2016**

Município de Marema/FMS-Fundo Mun. de Saúde.

A Prefeitura Municipal de Marema/FMS-Fundo Municipal de Saúde - SC FAZ SABER a todos os interessados, para querendo, que se encontra aberto Processo Licitatório/FMS n. 005/2016 - Pregão Presencial/FMS n. 004/2016 para Prestação de Serviços Médicos para o Programa ACS e atendimento clínico. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 02/03/2016, às 10h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 02/03/2016 às 10h00min. Maiores informações ou a cópia da íntegra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h30mi às 17h30min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 17 de fevereiro de 2016.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

### **CONTRATO Nº: 006/2016**

MINUTA

Contrato nº: 006/2016

Contratante: Município de Marema

Contratada: NOVARTE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME

Finalidade: Colocação de Manta Térmica e tecido isolante térmico junto ao Colégio Municipal.

Valor Total: R\$ 3.580,00 (reais)

Prazo: 30 de março de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 26 de janeiro de 2016

MARCOS PEDRO BATISTEL

Contratante /Prefeito Municipal

### **CONTRATO Nº: 008/2016**

MINUTA

Contrato nº: 008/2016

Contratante: Município de Marema

Contratada: A REALIDADE – CONSULTORIA E ESTATISTICA LTDA ME

Finalidade: Avaliação Administrativa para disponibilização de dados estatísticos.

Valor Total: R\$ 7.600,00 (reais)

Prazo: 30 de março de 2016

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 01 de fevereiro de 2016

MARCOS PEDRO BATISTEL

Contratante /Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CO 06.2016 - 1º ADITIVO DE RESCISÃO - ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER

MÁRIO FERNANDO REINKE – Prefeito.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 06/2016 – ADITIVO 6/1

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: ANDRÉ ISOLANI DE SOUZA MOSER

OBJETO: RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2016, CELEBRADO EM 04.01.2016.

VIGENCIA: 04.01.2016 a 15.02.2016

SUZANE E. F. REINKE - Gestora

Massaranduba, 16 de fevereiro de 2016.

### PMM AD LIC 17.2015 - 2º TERMO ADITIVO QUANT. - MATERIAL AMBULATORIAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2015

Processo Licitatório nº 17/2015

Pregão Presencial nº 13/2015

Ao primeiro de fevereiro de 2016, o FUNDO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05, neste ato representado pela Secretária e Gestora do Fundo Municipal de Saúde, Sra. SUZANE E. F. REINKE e pelo Prefeito, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 13/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA O PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA. Presente à empresa e seu representante:

Participantes Presentes	CNPJ/CPF
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, neste ato representado por RAFAEL GUSTAVO KOHLER	03.033.589/0001-12
LA DALLA PORTA JUNIOR, neste ato representado por PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA	11.145.401/0001-56

#### DA ALTERAÇÃO

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

##### 1.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL AMBULATORIAL PARA O PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade estima não ser o suficiente para suprir as necessidades estimadas no processo licitatório. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Empresa Vencedora								
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtd Licitada	Qtd Aditivo	R\$ Unit.	R\$ Total
64	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	FITA ADESIVA HOSPITALAR DE COLORACAO BRANCA, ROLODE DIMENSOES 16 MM X 50 M	UNID	CIEX	100	25	R\$ 1,40	R\$ 35,00
103	LA DALLA PORTA JUNIOR	SERINGA DESCARTÁVEL DE 1ML COM AGULHA	UNID	DESCARPACK	500	125	R\$ 0,14	R\$ 17,50
133	LA DALLA PORTA JUNIOR	SCALP 23, CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	LAMEDID	20	5	R\$ 14,49	R\$ 72,45

1.3. O valor estimado para a aquisição é de R\$ 124,95 (CENTO E VINTE QUATRO REAIS E NOVENTA E CINCO CENTAVOS).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital de Pregão Presencial nº 13/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

2.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba - SC	01	de	fevereiro	de	2016
PREFEITURA DE MASSARANDUBA MÁRIO FERNANDO REINKE Prefeito			SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE SUZANE E. F. REINKE Secretária e Gestora		

LA DALLA PORTA JUNIOR  
PAULO RICARDO COSTA PALMEIRA  
Contratada

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA  
RAFAEL GUSTAVO KOHLER  
Contratada

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08.2016 CHA 01.2016 - CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS E TELEVISÃO**

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016  
CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

A Prefeitura de Massaranduba (SC), de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará CHAMADA PÚBLICA, objetivando o CREDENCIAMENTO DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO PARA ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL ATRAVÉS DE VEICULAÇÃO COM GRAVAÇÃO E EDIÇÃO DE SPOTS DE 30 (TRINTA) SEGUNDOS PARA RÁDIO E TELEVISÃO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: a partir do dia 17/02/2016 às 07h30min, findando o prazo em 60 (sessenta) dias.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou através do site: [www.massaranduba.sc.gov.br](http://www.massaranduba.sc.gov.br).

Massaranduba, 17 de fevereiro de 2016.

MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito

# Meleiro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 012-2016 - ANULAÇÃO PREFEITURA

DECRETO n.º 011/2016

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (43)	R\$ 40.000,00
040112367.2011 – Manutenção do Educação Especial	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (68)	R\$ 69.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
080128843.2026 – Manutenção dos Encargos Especiais	
3.3.90.00.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (155)	R\$ 120.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (186)	R\$ 80.000,00

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2024 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social - Comunitário	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (221)	R\$ 50.000,00
13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (12)	R\$ 700.000,00
130110301.2057 – Manutenção do NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00.00757.0 – Aplicações Diretas (58)	R\$ 125.000,00
Total .....	R\$1.184.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (47)	R\$ 40.000,00
040112367.2011 – Manutenção do Educação Especial	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr (67)	R\$ 69.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
080128843.2026 – Manutenção dos Encargos Especiais	
4.6.90.00.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (156)	R\$ 120.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (184)	R\$ 50.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (185)	R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (187)	R\$ 20.000,00
---	---------------

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2024 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social - Comunitário	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (220)	R\$ 50.000,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00.00.0004.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr (10)	R\$ 200.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0004.0 – Transferências a Consórcio Público (11)	R\$ 500.000,00
130110301.2057 – Manutenção do NASF	
3.3.90.00.00.00.00.00.00757.0 – Aplicações Diretas (60)	R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00757.0 – Aplicações Diretas (62)	R\$ 65.000,00
Total .....	R\$1.184.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

### EXTRATO ADITIVO Nº 001-2016 AO CONTRATO Nº 26-2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 001/2016 (Prorrogação de prazo)

Contrato nº. 26/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Contratado: TELEFONICA BRASIL S.A

Objeto: contratação de empresa especializada devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - anatel, para prestação de serviços de telefonia móvel pessoal - smp em sistema pós pago e fornecimento de 60 (sessenta) acessos móveis com aparelhos em comodato para uso da prefeitura municipal de meleiro.

Vigência Início: 25/02/2016 Término: 24/02/2017

Data da assinatura: 24 de janeiro de 2016.

**EXTRATO ADITIVO Nº 002-2016 AO CONTRATO Nº 128-2014**

DECRETO n.º 011/2016

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.701/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1.º As Dotações Orçamentárias abaixo relacionadas ficam suplementadas no valor de R\$ 140.000,00 (Cento e quarenta mil reais), nestes termos:

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.1.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (43)	R\$ 40.000,00
040112367.2011 – Manutenção do Educação Especial	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (68)	R\$ 69.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
080128843.2026 – Manutenção dos Encargos Especiais	
3.3.90.00.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (155)	R\$ 120.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (186)	R\$ 80.000,00

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
1201.08.244.2024 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social - Comunitário	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (221)	R\$ 50.000,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0004.0 – Aplicações Diretas (12)	R\$ 700.000,00
130110301.2057 – Manutenção do NASF	
3.1.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (58)	R\$ 125.000,00
Total .....	R\$1.184.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parcial das seguintes Dotações Orçamentárias.

04 – SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP. CULTURA E TURISMO	
040112.361.2005 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0109.0 – Aplicações Diretas (47)	R\$ 40.000,00
040112367.2011 – Manutenção do Educação Especial	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr (67)	R\$ 69.000,00

08 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	
080128843.2026 – Manutenção dos Encargos Especiais	
4.6.90.00.00.00.00.00.00080.0 – Aplicações Diretas (156)	R\$ 120.000,00

11 – FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL	
110120.606.2013 – Manutenção dos Serviços/Promoção e Extensão Rural	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (184)	R\$ 50.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (185)	R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 – Aplicações Diretas (187)	R\$ 20.000,00

12- FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
---	--

1201.08.244.2024 – Manut. do Fundo Mun. Assistência Social - Comunitário	
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr. (220)	R\$ 50.000,00

13 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
130110301.2050 – Manutenção das Ações Básica de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00.00.0004.0 – Transf. Inst. Privas sem fins Lucr (10)	R\$ 200.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00.0004.0 – Transferências a Consórcio Público (11)	R\$ 500.000,00
130110301.2057 – Manutenção do NASF	
3.3.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (60)	R\$ 60.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0757.0 – Aplicações Diretas (62)	R\$ 65.000,00
Total .....	R\$1.184.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 22 de Janeiro de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.



# Modelo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 067/2016

Decreto nº 67/2016 de 16/02/16

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 3/2016, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

Clóvis Lúcio Schlosser, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 3/2016, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DOS DEPARTAMENTOS DO DMER, AGRICULTURA, E EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MODELO - SC. , adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
F M - PNEUS LTDA.	107.667,00
RENOVADORA DE PNEUS MARAVILHA LTDA.	132.686,00
BORILLI PNEUS LTDA	51.840,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Terça-Feira, 16 de fevereiro de 2016.

Clóvis Lúcio Schlosser

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

Adilson Cesar Braun

Chefe do Depto. De Compras e Licitações

### ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO 14/2016

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO 14/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MODELO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 14/2016

EDITAL DE CONCORRÊNCIA N. 001/2016

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS – MELHOR LANCE

O Prefeito de Modelo, SC, Clóvis Lúcio Schlosser, torna público, que fica alterada a data da realização da licitação cujo objeto é ALIENAÇÃO DE BENS IMOVEIS DO MUNICIPIO SENDO: QUADRA 95 LOTE URBANO Nº 07 – COM AREA DE 300M², QUADRA 97 LOTE URBANO Nº 13 – COM AREA DE 300 M², QUADRA 97 LOTE URBANO Nº 07 – COM ÁREA DE 364 M², QUADRA 99 LOTE URBANO Nº08 – COM AREA DE 595 M², NO LOTEAMENTO JARDIM, BAIRRO PRIMAVERA DO MUNICIPIO DE MODELO – SC, para o dia 21 de março de 2016, às 08:00h na sala do setor de licitações junto a Prefeitura Municipal de Modelo – SC.

Modelo (SC), 17 de fevereiro de 2016.

CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER

Prefeito Municipal (em exercício)

# Mondaí

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA PROPOSTAS TP Nº 001/2016

MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

Departamento de Compras e Licitações

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N. 001/2016 – A Comissão Permanente de Licitações do Município de Mondaí, designada pela Portaria n. 371/2015 de 1º de setembro de 2015, após decorrido prazo legal sem interposição de recurso, torna público o resultado do julgamento de habilitação da Tomada de Preços n. 001/2016, tendo como objeto a contratação em regime de empreitada global para execução de pavimentação asfáltica nas Ruas: Capivara, Anildo Heisler, Cristiano Wandscheer e na Rua das Palmeiras, no perímetro urbano da cidade de Mondaí/SC.

Segue a lista de empresas habilitadas:

- E.J.F. Empreendimentos Ltda; e
- Gaia Rodovias Ltda.

Convoca-se a(s) empresas(s) habilitada(s) para comparecer(em) junto à sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, para sessão pública de abertura dos envelopes n. 02 (Proposta) no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, na Avenida Laju, 420, Centro, Mondaí/SC, às 14 horas do dia 19 de fevereiro de 2016.

Mondaí – SC, 15 de fevereiro de 2016.

Ivanir José Führ

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016 CHAPEMÁQUINAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016

Aos dezessete dias do mês e ano correntes, presentes de um lado, O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, no uso de suas atribuições juntamente com os Órgãos Participantes FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNREBOM E FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, abaixo-assinado, doravante designados simplesmente MUNICÍPIO e ÓRGÃOS PARTICIPANTES, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- ME, pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA IBIRAMA, nº179-E, BAIRRO CRISTO REI na cidade de CHAPECÓ-SC, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 07.869.457/0001-86, neste ato representada pelo Sr. JOEL VANIN CPF 862.324.369-20, doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO 1.1 – O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO PARCELADA DE FILTROS PARA A FROTA MUNICIPAL para atender as necessidades da Administração Municipal através de seus órgãos participantes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO 2.1 – As quantidades de unidades individuais dos produtos e serviços licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência da Ata, são os constantes do ANEXO VII.

2.2 – Os produtos de que trata este Pregão são aquelas previstas no Anexo VII deste edital.

2.3 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos produtos e serviços mediante a solicitação formal do Chefe do Departamento de Compras deste município.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS catarinense, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal, no ato do abastecimento do veículo, máquina ou equipamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO 3.1 – Pela entrega das peças o FORNECEDOR receberá a importância de:

Ítem	Quant.	Referência	Descrição	Valor (R\$)	Total (R\$)
1	12	ARS1013	FILTRO	78,50	942,00
2	04	PSL655	FILTRO	73,50	294,00
3	04	OEC3023	FILTRO	82,50	330,00
4	12	ACP105	FILTRO	25,00	300,00
5	12	ARS9837	FILTRO	137,00	1.644,00
6	12	OC502	FILTRO	98,00	1.176,00
7	04	PSC75	FILTRO	47,50	190,00
8	04	PSC494	FILTRO	95,00	380,00
9	12	PSD4901	FILTRO	74,00	888,00
10	04	DSC0202	FILTRO	115,00	460,00
11	04	ARL5139	FILTRO	96,50	386,00
12	04	PEL675	FILTRO	36,50	146,00
13	12	PC947	FILTRO	47,00	564,00
14	04	PEL312	FILTRO	50,00	200,00
15	12	ARS9839	FILTRO	122,00	1.464,00
16	12	PSL962	FILTRO	32,00	384,00
17	04	PC353HP	FILTRO	100,00	400,00
18	12	R2830M	FILTRO	78,90	946,80
19	12	ARS2868	FILTRO	57,00	684,00
20	12	PSL560	FILTRO	40,00	480,00
21	12	AP9834	FILTRO	18,90	226,80

22	12	PL366	FILTRO	76,50	918,00
23	12	FC161	FILTRO	20,00	240,00
24	12	AS820	FILTRO	16,50	198,00
25	12	ARS5134	FILTRO	37,80	453,60
26	12	PSD9601	FILTRO	94,00	1.128,00
27	12	LX1314	FILTRO	67,00	804,00
28	04	OC404	FILTRO	81,50	326,00
29	12	PSC498	FILTRO	84,00	1.008,00
30	12	PSD5301	FILTRO	66,00	792,00
31	12	ASR203	FILTRO	43,00	516,00
32	12	AP5460	FILTRO	54,00	648,00
33	12	PSL569	FILTRO	115,00	1.380,00
34	12	ASR839	FILTRO	50,00	600,00
35	04	W1160	FILTRO	67,00	268,00
36	04	REC153	FILTRO	190,00	760,00
37	12	PSD980	FILTRO	90,00	1.080,00
38	12	PSL123	FILTRO	125,00	1.500,00
39	12	R6010M	FILTRO	26,00	312,00
40	04	PSH211	FILTRO	87,00	348,00
41	12	ART6098	FILTRO	152,00	1.824,00
42	12	ARL6096	FILTRO	28,50	342,00
43	12	ACP303	FILTRO	19,00	228,00
44	12	PSL301	FILTRO	22,00	264,00
45	12	ARL4147	FILTRO	51,00	612,00
46	12	LBM5	FILTRO	17,00	204,00
47	12	ARL5137	FILTRO	21,00	252,00
48	04	PSL156	FILTRO	73,00	292,00
49	12	R4510M	FILTRO	73,97	887,64
50	12	R9010M	FILTRO	77,00	924,00
TOTAL PREVISTO LOTE					31.594,84

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS 4.1** – Os preços poderão ser revistos durante a vigência da presente Ata, por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo contratado ou pelo contratante.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS 5.1** - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a realização da emissão das notas fiscais.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR 6.1** – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- Entregar e/ou prestar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Realizar os serviços na sede do município, diretamente no veículo, máquina ou equipamento a que for autorizado o serviços;
- Prestar os serviços licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Depto de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;
- Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;
- Entregar os produtos e serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93.

**CLAUSÚLA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE 7.1** – Cumprir com todas as obrigações em conformidade com as Disposições deste Edital, da Ata de Registro de Preços e de seus Anexos.

**7.2** – Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

**7.3.** – Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos á execução do objeto, em especial quanto a aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

**7.4** – Acompanhar a execução do contrato, nos termos do inciso III do art. 58 e com art. 67 da Lei nº 8666/93, através dos fiscais do

contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive às obrigações da contratada constantes deste Edital e contrato.

7.5 – Efetuar juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

7.6 – Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas em Contrato e Edital.

7.7 – Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato em desacordo com as respectivas especificações.

7.8 – Comunicar à contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

7.9 – Verificar, durante toda a execução do contrato, a manutenção pela contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas.

7.10 – Impedir que terceiros estranhos à contratação forneçam objeto licitado, ressalvados os casos de subcontratação admitidos no ato convocatório e no contrato.

7.11 – Prestar informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela contratada.

7.12 – Solicitar a reparação ou substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

7.13 – Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto, alertando a contratada das falhas que porventura ocorram, exigindo sua imediata correção. Tal fiscalização, em hipótese alguma, atenua ou exime de responsabilidade a contratada.

7.13.1 – Fica definida a pessoa do Sr Aelton G. de Campos, portador do CPF nº 866.022.099-49 como fiscal do presente contrato.

7.14 – Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste Edital e no Contrato.

7.15 – Rejeitar a prestação dos serviços para execução do objeto do contrato, por terceiros, sem autorização.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** 8.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto ou falha na execução do contrato e verificado ao nexo causal devido a ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente as obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10520/2002, no Decreto nº 5450/2005 e da Lei nº 8666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) advertência,
- b) multa,
- c) suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO,
- d) declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública.

8.2 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e de contratar com o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO e de declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas a CONTRATADA juntamente com a multa e obedecerão ao disposto na legislação, no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

8.3 - A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da CONTRATADA.

8.4 – A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do CONTRATANTE, a critério da fiscalização, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

8.5 – O CONTRATANTE observará a boa-fé da CONTRATADA e as circunstâncias atenuantes ou agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado pela fiscalização e não tenha causado prejuízo a CONTRATANTE ou a terceiros.

8.6 – No caso de inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

a) 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não entrega do objeto solicitado, incidente sobre o valor total do contrato até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 05 (cinco) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 5,00% (cinco por cento) calculada sobre o valor total do contrato;

c) Transcorridos 06 (seis) dias do prazo de entrega estabelecido na Ordem de Compra e/ou Autorização de Fornecimento, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 25% (vinte e cinco por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

8.7 - De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

8.8 – Falha na execução do contrato prevista no item nº 8.1 estará configurada quando a contratada se enquadrar em pelo menos uma das situações previstas na Tabela 3, do Item nº 8.9, e alcançar o total de 20 pontos, cumulativamente, conforme a graduação de infrações constantes na Tabela a seguir:

TABELA - 1

GRAU DE INFRAÇÃO	PONTUAÇÃO PARA CADA INFRAÇÃO COMETIDA DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	2
2	3
3	4
4	5
5	8
6	10

8.9 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

TABELA - 2

GRAU DE INFRAÇÃO	CORRESPONDÊNCIA
1	R\$: 300,00
2	R\$: 500,00
3	R\$: 700,00
4	R\$: 900,00
5	R\$: 2.000,00
6	R\$: 4.000,00

TABELA - 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Não manter a documentação de habilitação atualizada	1	Por ocorrência
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, o fornecimento do objeto	3	Por ocorrência
3	Danificar ou destruir patrimônio do município por dolo ou culpa de seus agentes	6	Por ocorrência
4	Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato	1	Por empregado e por dia
5	Fornecer informação pérfida sobre execução do objeto do contrato	2	Por ocorrência
6	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais	6	Por ocorrência
7	Não emitir documento fiscal de forma condizente à ordem de fornecimento	1	Por ocorrência
8	Realizar serviço em veículo, máquina ou equipamento sem autorização formal do encarregado da frota municipal ou do Departamento de Compras	2	Por ocorrência
9	Pelo não cumprimento da entrega dos produtos no prazo determinado no Edital	1	Por ocorrência
10	Executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar	2	Por ocorrência

8.10 – O valor da multa poderá ser descontado do pagamento ser efetuado à CONTRATADA.

8.11 – Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

8.12 – Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este poderá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL 9.1** - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 10.1** - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e demais regras conforme item 13 do Edital de origem da presente Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR 11.1** – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa aceitável;
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- Tiver presentes razões de interesse público;
- For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21



de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 12.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2016.

12.2 – Ó órgão gerenciador e o órgão participante, quando da contratação especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 13.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 11/2016, Pregão Presencial nº 10/2016 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA 14.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da data de 01 de fevereiro de 2016 até a data de 31 de dezembro de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15.1 - O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

15.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

15.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

15.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

15.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

15.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO 16.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em DUAS vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), 17 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO Marcos Nei Correa Siqueira Órgão Gerenciador	CHAPEMÁQUINAS C. S. LTDA ME Joel Vanin Fornecedor
---	---

Testemunhas:

1ª – AELTON GOMES DE CAMPOS  
866.022.099-49

2ª -

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARCIAL REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO 001/2013 (SAMU)

Edital de Convocação Parcial Referente ao Processo Seletivo 001/2013 (SAMU)

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca o aprovado no processo seletivo - SAMU, referente ao edital 001/2013, conforme lista abaixo, para no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação

TÉCNICO EM ENFERMAGEM		
Classificação	Inscrição	Nome
9º	62	Rafael Elíbio Luiz

Morro da Fumaça/SC, 08 de Agosto de 2013.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Sócio Econômico

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA

Secretário do Sistema Sócio Econômico

### TERCEIRA ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 001/2016

Município de Morro da Fumaça. TERCEIRA ERRATA do Registro de Preço 001/2016. OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a contratação de empresa especializada em Gestão Pública para locação de Sistema Integrado de Gestão Saúde Pública para a Secretaria de Saúde do Município de morro da fumaça/SC, para o exercício de 2016.compreendendo conversão, customização, instalação, implantação, treinamento de usuários e locação com manutenção e suporte técnico operacional, a ser executado de forma continuada, necessários à modernização da prestação de serviços públicos à população. ALTERA-SE O ANEXO I. DATA DE ABERTURA PARA 02/03/2016 AS 11:00 Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. Fernando D Teixeira – Secretário de Finanças.

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA CONCORRÊNCIA 02/2015 FHN - DESERTA III -

Prefeitura Municipal de Navegantes.

EXTRATO ATA: PREGÃO Nº 02/2015 FHN – DESERTA III

OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS TÉCNICOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE REDE DE GASES MEDICINAIS NO HOSPITAL MUNICIPAL DE NAVEGANTES/SC.

RESULTADO – LICITAÇÃO FOI DESERTA.

Navegantes, 17 de fevereiro de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito.

### ATA PREGÃO 16/2015 FMV

ATA PREGÃO PRESENCIAL 16/2015 FMV

Aberto o certame com a participação do licitante Sergio Murilo, devidamente credenciado, após as considerações de praxe foram abertos os envelopes de propostas e habilitação, constatou-se que o licitante atendeu com todas as exigências do edital, momento em que encerra a presente e encaminha os autos a autoridade competente.

### ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2015 FMV

ATA - PREGÃO PRESENCIAL 19/2015 FMV

Aberto o certame com a participação do licitante Giro Máximo devidamente credenciado, após as considerações de praxe foram abertos os envelopes de propostas e habilitação e constatado que o licitante atendeu com todas as exigências do edital.

Douglas Lemos - Pregoeiro

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2016 FUMREBOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 FUMREBOM

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM TIPO FURGÃO (TRANSFORMADO EM AMBULANCIA) PARA SER UTILIZADO PELAS GUARNIÇÕES DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 01/03/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 01/03/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº.100 em Navegantes/SC ou no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. Navegantes, 17 de fevereiro de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA- Prefeito.

### EXTRATO HOMOLOGAÇÃO CC167/2015 PMN.

EXTRATO - HOMOLOGAÇÃO CC167/2015.

CONCORRÊNCIA Nº 167/2015 PMN.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MACRO DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, AVENIDA CONSELHEIRO JOÃO GAYA, RUA MANOEL MOREIRA MAIA E TRECHO DA AVENIDA JOÃO SACAVEM, COM RECURSOS ORIUNDOS DO GOVERNO ESTADUAL ATRAVÉS DO BADESC CIDADES, CONTRATO Nº 2015014201.

EMPRESA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CNPJ sob o nº 01.650.178/0001-40.

VALOR: R\$ 6.445.042,84 (seis milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil reais quarenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

Navegantes, 17 de fevereiro de 2016.

Emílio Vieira.

Prefeito do Município em exercício.

### PEDIDO TROCA DE MARCA - MAURO MARCIANO - DEFERIDO 46/2015 FMS

DECISÃO- PEDIDO TROCA DE MARCA.

DEFERIMENTO

Aos 17 (dezessete) dias do mês de fevereiro de 2016, na sede da Prefeitura Municipal de Navegantes, Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº46/2015 FMS, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE DEFERIR o pedido de troca de marca referente o item 46 (CETOCONAZOL) tendo em vista:

Em dezembro de 2015 foi protocolado pedido de troca de marca referente o item 46 Cetoconazol 200mg via correio, no departamento de Compras e Licitações pelo licitante MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 94.894.169/0001-86; da marca geolab para PRATI após analisar as justificativas e documentos comprovando seus argumentos, esta comissão entende por aceitar a troca de marca, corroborando a aprovação anexo aos autos está a aprovação do farmacêutico Douglas Goelzer responsável pela verificação dos registros e demais doctos.

A respeito cita-se o parecer de Pedro de Menezes Niebuhr consultor da FECAM:

[...] Pois então, o licitante vencedor cota suas canetas Bic a R\$ 0,30 a unidade. Em nossa perspectiva, não existe prejuízo ao interesse público que o licitante vencedor postule a alteração da marca Bic - cuja amostra havia sido aprovada pela Comissão e integrava a ata - para passar a fornecer canetas Faber Castell, desde que, frise-se, a nova marca indicada satisfaça todas as exigências editalícias. O que se quer dizer é que, se plausível a justificativa do fornecedor para a alteração do produto consignado na ata, e não verificado no caso concreto prejuízo algum para o interesse público, a alteração pode ser legal. [...]

[http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor\\_detalhes.php?cod\\_parecer=352](http://www.fecam.org.br/consultoria/consultor_detalhes.php?cod_parecer=352)

Desta forma esta Comissão após o aceite da Secretaria de Saúde defere os pedidos de troca, INTIMA-SE o contratado MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ 94.894.169/0001-86 para fornecer os produtos das marcas conforme mencionado acima ( deve desconsiderar as AF's que citava a marca antiga, e ser solicitado nova AF com esta nova marca, não havendo alteração de valores ).

Douglas Lemos – Pregoeiro  
Carla Claudino – Pregoeira Substituta

Equipe de apoio –  
Raul Couto Neto  
Josezite dos Santos  
Miroslava Marin  
Tatiana de Alencar Carlini

Corroborando

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária de Administração

**PREGÃO 47/2015-TROCA DE MARCA - PRORROGAÇÃO-INDEFERIDO- OLIMED**  
DECISÃO- PEDIDO – PRORROGAÇÃO - TROCA DEMARCA - INDEFERIMENTO

EMPRESA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA.  
CNPJ 03.033.589/0001-12

Aos 17 (dezessete) dias, do mês de fevereiro de 2016, na sede da

Prefeitura Municipal de Navegantes, com sede a Rua João Emílio nº. 100, Bairro Centro, em Navegantes/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 83.102.855/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Roberto Carlos de Souza, de ora em diante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, nos termos das Leis nº. 8.666/93, 10.520/2002 e dos decretos nº. 3.931/2001 e 056/2009, das demais normas legais aplicáveis, conforme classificação das propostas apresentadas no Pregão de Registro de Preços nº47/2015 FMS, Ata de julgamento de Preços homologada pelo Prefeito Municipal, RESOLVE INDEFERIR o pedido de prorrogação prazo de entrega itens 31, 105, 106 e troca de marca itens 11, 95, 114, 108 uma vez que não foram comprovados junto ao pedido as alegações do contratado.

Intime-se a Secretaria de Saúde a receber os itens já solicitados os quais foram encaminhados AF's ao contratado acima, e caso o mesmo não apresente tais itens que seja solicitado abertura de processo administrativo para suspender da participação de licitações neste ente.

Publique-se

Douglas Lemos – Pregoeiro  
Carla Claudino – Pregoeira Substituta

Equipe de apoio –  
Raul Couto Neto  
Josezite dos Santos  
Miroslava Marin  
Tatiana de Alencar Carlini

Corroborando

Silvana Maria Mendes Francisco  
Secretária de Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

### TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 02/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE (PROCESSO LICITATÓRIO N.002/2015).

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente Alcício Jacob Ricobom Filho, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado em Navegantes-SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa JEIME VIEIRA DA SILVA EIRELI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Antonio Kaesemodel, N.360, sala 04, 2º andar, Bairro Boehmerwald, cidade de São Bento do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob o N. 10.317.764/0001-69, neste ato representada pelo Sr. JEIME VIEIRA DA SILVA, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade N. 2.928.113-SSP/SC e do CPF N. 003.611.889-35, a seguir denominado CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE (PROCESSO LICITATÓRIO N.002/2015) do período de 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, conforme previsto na CLÁUSULA QUINTA, do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da

Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA-** As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE

**CLÁUSULA TERCEIRA-** O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais

**CLÁUSULA QUARTA-** Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 11 de janeiro de 2016.

ALÍCIO J. RICOBOM FILHO  
CONTRATANTE

JEIME VIEIRA DA SILVA  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE

VANILDO TELLES

**TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 07/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA (CONTRATO N.07/2015).

A CÂMARA DE VEREADORES DE NAVEGANTES, pessoa jurídica de direito público, sediada na Rua Ezequiel Antero Rocha N. 315, Centro, Navegantes-SC, CEP 88.370.-410, inscrita no CNPJ N. 83.551.531/0001-08, neste ato representada por seu Presidente Alcício Jacob Ricobom Filho, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade N. 2.294.800 SSP/SC e do CPF N. 683.382.449-53, residente e domiciliado em Navegantes-SC, infra-assinado, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa AGENTSER SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO EIRELI- ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. Manoel José dos Santos, N. 1004, cidade de Bombinhas-SC, inscrita no CNPJ sob o N. 21.278.909/0001-86, neste ato representada por seu diretor Sr. Alcides de Jesus Júnior, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade N. 2.833.305-SSP/SC e do CPF N. 799.725.789-68, a seguir denominada CONTRATADA, firmam o presente Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviço, nas seguintes cláusulas e condições abaixo expostos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA-** Fica prorrogado o CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA (CONTRATO N.07/2015) do período de 04 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, conforme previsto na CLÁUSULA OITAVA do contrato originário, tendo como dispositivo legal o inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA-** Que o valor do contrato será corrigido conforme CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original, no final do mês de janeiro mediante a termo aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA-** As despesas decorrentes deste Contrato de Prestação de Serviço, ocorreram através de Disposições Orçamentárias Próprias da CONTRATANTE.

**CLÁUSULA QUARTA-** O presente TERMO ADITIVO deverá ser publicado na imprensa oficial, para surtir seus efeitos legais.

**CLÁUSULA QUINTA-** Permanece ratificada as demais cláusulas do contrato original não conflitante com o presente instrumento.

E por estarem de pleno acordo, lavrou-se o presente TERMO ADITIVO, em três vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, serão assinadas pelos representantes das partes:

Navegantes-SC, 11 de janeiro de 2016.

ALICIO J. RICOBOM FILHO  
CONTRATANTE

ALCIDES DE JESUS JR  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

VILSEMAR O. DUARTE

VANILDO TELLES



# Nova Trento

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATO Nº 005/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 121/2015 - Pregão Presencial Nº 082/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS VOLTOLINI LTDA EPP, estabelecida a Rua Alferes, nº 1158, Bairro Trinta Réis, cidade de Nova Trento/SC, CNPJ Nº 83.715.383/0001-01. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para as creches municipais para o ano de 2016, conforme quantidade e especificações constantes do edital. O valor total estimado é de R\$ 63.905,93 (Sessenta e três mil, novecentos e cinco reais e noventa e três centavos), referente aos Lotes I, V, VI, VII, VIII, e IX. Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 04 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### CONTRATO Nº 006/2016

CONTRATO Nº 006/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 121/2015 - Pregão Presencial Nº 082/2015. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Edgar Linhares, nº 121, Bairro Nova Esperança, cidade de Balneário Camboriú, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 00.750.862/0001-31. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de alimentos para as creches municipais para o ano de 2016, conforme quantidade e especificações constantes do edital. O valor total estimado é de R\$ 83.559,50 (Oitenta e três mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), referente aos Lotes II, III, e IV. Vigência: 04/01/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 04 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### CONTRATO Nº 007/2016

CONTRATO Nº 007/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 004/2016 - Pregão Presencial Nº 004/2016. Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Hipólito Boiteux, nº 15, Bairro Centro, cidade de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 75.812.115/0001-90. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a aquisição parcelada de merenda escolar para Rede Municipal de Ensino de Nova Trento para o ano de 2016, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO. O valor total estimado é de R\$ 149.395,91 (Cento e quarenta e nove mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos). Vigência: 16/02/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 16 de fevereiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

### DECRETO Nº 046/2016 - NOMEIA APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 003/2015

DECRETO Nº 046/2016

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 94, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, combinado com o disposto nos artigos 17 e 18, da Lei Municipal nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, resolve:

Art. 1º - NOMEAR para os cargos abaixo indicados, os aprovados no Concurso Público realizado no exercício de 2015, Edital nº 003/2015:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA
Rafael Visentainer Adami	Técnico Administrativo	40h/Sem.
Ruan Angelo Arndt da Silva	Fiscal de Obras	40h/Sem.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento, 17 de fevereiro de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

### RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2016

HOMOLOGAÇÃO: 16/02/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS para o ano de 2016, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste Pregão.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA:

SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA (CNPJ nº 75.812.115/0001-80) - Valor Total: R\$ R\$ 149.395,91 (Cento e quarenta e nove mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa e um centavos) por 12 (doze) meses.

Nova Trento/SC, 16 de fevereiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito



**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 082/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2015

HOMOLOGAÇÃO: 04/01/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

OBJETO: Aquisição parcelada de ALIMENTOS PARA CRECHES MUNICIPAIS para o ano de 2016, conforme especificações constantes do Anexo I, que fazem parte integrante deste PREGÃO.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

**EMPRESAS VENCEDORAS:**

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP (CNPJ nº 00.750.862/0001-31) - Valor Total: R\$ 83.559,50 (Oitenta e três mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), referente aos Lotes II, III, e IV por 12 (doze) meses.

COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS VOLTOLINI LTDA (CNPJ Nº 83.715.383/0001-01) - Valor Total R\$ 63.905,93 (Sessenta e três mil novecentos e cinco reais e noventa e três centavos), referente aos Lotes I, V, VI, VII, VIII, e IX por 12 (doze) meses.

Nova Trento/SC, 04 de janeiro de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

# Orleans

## PREFEITURA

### **ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO N 004/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE ORLEANS  
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

#### **EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2016**

O Município de Orleans torna público que se acham abertas as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado para cadastro de reserva no cargo de professor de Educação Infantil com exercício na Escola Boa Vista, atuação na Educação Básica - Lei nº 2076/2007.

Inscrições: A Ficha de Inscrição e o Edital completo contendo as informações e orientações estará disponível aos interessados a partir de 17/02/2016 no mural das publicações da Secretaria de Educação e no site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br).

Para efetuar a inscrição o candidato deverá comparecer na Secretaria Municipal de Educação, sito à Praça Celso Ramos, 193 – Centro – Orleans, no período de 18 a 22 de fevereiro de 2016, no horário das 13 às 17 horas, preencher a Ficha de Inscrição e anexar os documentos solicitados no Edital do Processo Seletivo Nº 004/2016.

Orleans (SC), 17 de fevereiro de 2016.  
ELIETE BIANCO ZANINI DAMÁZIO  
Secretária Municipal de Educação

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

**PROCESSO LICITATÓRIO N. 0007/2016**

Processo Licitatório n. 0007/2016

Pregão Presencial n. 0004/2016

CONTRATO N° 012/2016

Contratante: Município de Ouro.

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em locação de sistema informatizado de Gestão de Saúde

Vigência: 10/02/2016 até 31/01/2016.

Valor total: R\$ 25.910,14(vinte e cinco mil novecentos e dez reais e quatorze centavos)

Data de assinatura: 10/02/2016

# Ouro Verde

## PREFEITURA

### EXTRATO 021

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 0021/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE OURO VERDE –APAE

Objeto: Prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS (Serviços Ambulatoriais – externos).valor certo e ajustado de R\$:64.915,51 (sessenta e quatro mil novecentos e quinze reais e cinquenta e um centavos). Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93. Ouro Verde, 11 de fevereiro de 2016.Rosane Minetto Selig - Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO II DE REAJUSTE DE PREÇOS AO CONTRATO Nº. 0002/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: INTELLIBR SISTEMAS LTDA

Objeto: Contratação de serviço especializado na área de informática, para licença de uso de softwares para gestão escolar integrado, compreendendo sistemas de: cadastro de unidades escolar; matriz curricular; fórmulas de avaliação; calendário escolar; ensino infantil; ensino regular; gestão de recursos humanos; consulta, estatístico e gerencial (web); e portal do aluno (web), bem como serviços de implantação e treinamento nos referidos sistemas.Value certo e ajustado de R\$:1.800,00 (um mil e oitocentos reais).Amparo legal, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 01 de fevereiro de 2016. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal

# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.979, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº. 1.979, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

IPTU. Prorroga, excepcionalmente, o prazo de pagamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais e de acordo com § 2º do art. 27 da Lei Complementar nº 018, de 30 de dezembro de 2002, alterado pela Lei Complementar nº 158, de 13 de março de 2014, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica prorrogado, excepcionalmente, o prazo de pagamento da primeira parcela do IPTU 2016, sem desconto, para o dia 25 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Palhoça, 16 de fevereiro de 2016.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

### ERRATA DO EDITAL 10/2016

ERRATA Nº 001/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016

O Município de Palhoça torna público que houve complementação no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, onde acrescenta-se o item no edital convocatório 2.3 O local de entrega será na Garagem da Secretaria de Serviços Público na Rua Raulina Angelica Wingartner, S/Nº - Centro - Palhoça, Pregão presencial 10/2016, que consiste na contratação de empresa para aquisição de aterro saibro classificado como de primeira categoria. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 07:00 às 13:00 horas ou no site [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net).

Palhoça, 18 de fevereiro de 2016.

CRISTINA SCHWINDEN

Secretária de Administração.

### ERRATA Nº 001 DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

ERRATA Nº 001

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Termo de Referência e no Edital Convocatório, ficando aprazado para o dia 04/03/2016, às 14:00h, o recebimento dos envelopes de proposta e habilitação e abertura das propostas, e para o dia 08/03/2016, às 14:00h, a sessão de lances do Pregão Presencial nº 008/2016. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da

Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 17 de fevereiro de 2016. A PREGOEIRA.

### ORDEM DE REINÍCIO DOS SERVIÇOS AO CONTRATO N. 100/2014

#### ORDEM DE REINÍCIO DOS SERVIÇOS

A Autarquia SAMAE – SERVIÇOS AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE PALHOÇA/SC, vem através do presente, autorizar a Empresa IGUATEMI CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA a REINICIAR em 01/02/2016, os serviços/obra para execução de obras civis com fornecimento de materiais, equipamentos e supervisão ambiental para continuação da implantação do sistema de abastecimento de água das Praias da Pinheira, Guarda do Embaú e Praia do Sonho – Palhoça/SC, incluindo mão de obra e fornecimento de todo o material, dentro das respectivas cláusulas estabelecidas no Contrato de Execução de Obras nº.100/2014.Processo Licitatório Concorrência Pública n. 177/2013.

Valor do Contrato: R\$ 92.869,42 (noventa e dois mil oitocentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos).Palhoça, 29 de janeiro de 2016. SÉRGIO MATIOLA – Presidente do SAMAE.

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 14-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº14 /2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 02 de março de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2016, que tem por objeto a aquisição de papel A4 e papel A2 para o Centro Administrativo Municipal de Palhoça - SC, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 16 de fevereiro de 2015. A Pregoeira.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****EXTRATO DE CONTRATO N.º001/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º 001/2016 - Pregão n.º 030/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AVILA E BERLIM COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA. OBJETO: aquisição de combustíveis de forma parcelada à frota dos veículos oficiais da Secretaria Municipal de Saúde. R\$ 409.047,49 (quatrocentos e nove mil, quarenta e sete reais e quarenta e nove centavos). DATA: 04/01/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º002/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º 002/2016 – Dispensa de Licitação n.º 001/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física GERCINO JOÃO DE ESPÍNDOLA. OBJETO: locação de imóvel para funcionamento da Unidade Básica de Saúde da Barra do Aririú. VALOR: R\$ 15.300 (quinze mil e trezentos reais). DATA: 04/01/2016.

**EXTRATO DE CONTRATO N.º003/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

CONTRATO N.º 003/2016 – Dispensa de Licitação n.º 002/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa física JOÃO BATISTA DA SILVA. OBJETO: locação de imóvel para funcionamento da Unidade Básica de Saúde Alto Aririú. VALOR: R\$ 13.800 (treze mil e oitocentos reais). DATA: 04/01/2016.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º001/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016 – contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – contratada pessoa física GERCINO JOÃO DE ESPÍNDOLA. OBJETO: locação de imóvel para funcionamento da Unidade de Saúde da Barra do Aririú. VALOR: R\$ 15.300,00 (quinze mil e trezentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: “17.01.2.141.3.3.90.36.15”.

DATA: 04/01/2016

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º002/2016**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016 – contratante: MUNICÍPIO DE PALHOÇA – contratada pessoa física JOÃO BATISTA DA SILVA. OBJETO: locação de imóvel para funcionamento da Unidade de Saúde Alto Aririú. VALOR: R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: “17.01.2.141.3.3.90.36.15”.

DATA: 04/01/2016



# Palmitos

## PREFEITURA

### DECRETO 013/2016

DECRETO Nº 013/2016. De 03 de fevereiro de 2016.	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, DIA DA MULHER E CARNAVAL REGIONAL DA TERCEIRA IDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e que lhe são conferidas pela Lei nº 3.894/2016, de 03 de fevereiro de 2016.
---	---

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), para realização das Festividades alusivas ao Aniversário do Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para realização das Festividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, no dia 05 de março.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para realização do Carnaval Regional da Terceira Idade, no dia 09 de fevereiro.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para custeio de despesas com ornamentação dos eventos, Show de fogos e Show Gospel para realização das Festividades alusivas ao Aniversário do Município.

Art. 5º Os recursos financeiros de que tratam os artigos anteriores, deverão ser aplicados especialmente em despesas de transporte, palestras, ornamentação, divulgação, show pirotécnico, bolo, sonorização, lembranças para o dia da mulher, folders e outros materiais de divulgação afins.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Sec. Trab. Ind. Com. Serviços e Turismo  
Unidade: 01 – Depart. do Trab. Ind. Com. Serv. e Turismo  
Proj./Ativ. 2025  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Manut. do Turismo  
Valor R\$ 9.000,00

Órgão: 03- Sec. de Adm. Finan. Planejamento  
Unidade: 01 – Secret. De Adm. Finan. Planejamento  
Proj./Ativ 2006  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Manut. das atividades da Administração Geral  
Valor R\$ 10.400,00

DECRETO Nº 013/2016.  
De 03 de fevereiro de 2016.

Órgão: 10 - Sec. Mun. de Assistência Social  
Unidade: 01 – Fundo Munic. De Assist. Social  
Proj./Ativ 2046.  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Manut. do Fundo Munic. Assist. Social

Valor R\$ 10.000,00

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 03 de fevereiro de 2016.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

### LEI 3.894/2016

LEI Nº. 3.894/2016. De 03 de fevereiro de 2016.	DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM AS FESTIVIDADES ALUSIVAS AO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, DIA DA MULHER E CARNAVAL REGIONAL DA TERCEIRA IDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  Norberto Paulo Gonzatti, Prefeito Municipal de Palmitos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município de Palmitos – SC, que a Câmara de vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a presente Lei:
--	--

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 10.400,00 (dez mil e quatrocentos reais), para realização das Festividades alusivas ao Aniversário do Município.

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para realização das Festividades alusivas ao Dia Internacional da Mulher, no dia 05 de março.

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para realização do Carnaval Regional da Terceira Idade, no dia 09 de fevereiro.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a realizar despesas até o montante de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), para custeio de despesas com ornamentação dos eventos, Show de fogos e Show Gospel para realização das Festividades alusivas ao Aniversário do Município.

Art. 5º Os recursos financeiros de que tratam os artigos anteriores, deverão ser aplicados especialmente em despesas de transporte, palestras, ornamentação, divulgação, show pirotécnico, bolo, sonorização, lembranças para o dia da mulher, folders e outros materiais de divulgação afins.

Art. 6º As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 07 - Sec. Trab. Ind. Com. Serviços e Turismo  
Unidade: 01 – Depart. do Trab. Ind. Com. Serv. e Turismo

Proj./Ativ. 2025  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.0000 Manut. do Turismo  
Valor R\$ 9.000,00

LEI Nº. 3.894/2016.  
De 03 de fevereiro de 2016.

Órgão: 03- Sec. de Adm. Finan. Planejamento  
Unidade: 01 – Secret. De Adm. Finan. Planejamento  
Proj./Ativ 2006  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.0000 Manut. das atividades da  
Administração Geral  
Valor R\$ 10.400,00

Órgão: 10 - Sec. Mun. de Assistência Social  
Unidade: 01 – Fundo Munic. De Assist. Social  
Proj./Ativ 2046.  
Elemento 3.3.90.00.00.00.00.0000 Manut. do Fundo Munic. As-  
sist. Social  
Valor R\$ 10.000,00

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Palmitos/SC, em 03 de fevereiro de 2016.  
NORBERTO PAULO GONZATTI  
Prefeito de Palmitos

Registrado e Publicado em Local de costume

Paulino Parisotto  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

# Penha

## PREFEITURA

### 2510

DECRETO Nº 2510/2016

CONCEDE DIREITO DE GRATIFICAÇÃO DE REGÊNCIA DE CLASSE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 3º, da Lei Complementar nº18/2010 Municipal,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica concedida a todos os professores da Educação Básica de Ensino, Gratificação de estímulo a Regência de Classe, para o presente exercício que incidirá sobre os vencimentos, conforme área de atuação:	
	ÁREA	PERCENTUAL
	Professor de Educação Infantil	2%
	Professor de Séries Iniciais do Ensino Fundamental	2%
Art. 2º-	Professor de Séries Finais do Ensino Fundamental	2%
	Farão jus à gratificação prevista no artigo anterior, somente os professores que se enquadrarem, conforme artigo 10 da Lei Complementar nº18/2010.	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de fevereiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

### 2511

DECRETO Nº 2511/2016

CONCEDE DIREITO DE PRÊMIO ASSIDUIDADE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 3º, da Lei Complementar nº18/2010 Municipal,

DECRETA:

Art. 1º	Fica concedido a todos os professores da Educação Básica de Ensino, Prêmio Assiduidade, para o presente exercício que incidirá sobre o salário base, à base de 2%.	
Art. 2º-	Farão jus à gratificação prevista no artigo anterior, os professores que se enquadrarem, conforme §2 do artigo 10 da Lei Complementar Nº018/2010.	

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 17 de fevereiro de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

### CONVOCAÇÃO EDITAL 01/2014 ESF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2014- ESF.

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

04º. 0000116 LEA CATARINA COSTA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;

- s) Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;  
 t) Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;  
 u) Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
 Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
 (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
 residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
 nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 2****DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO**

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

**1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:**

NOME: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
 ( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
 CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
 Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
 ( ) SIM ( ) NÃO
- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
 ( ) SIM ( ) NÃO

**4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:**

Entrada  
 ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 ( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
 ( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**5 – FONTES DE RENDA:**

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
 (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
 residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
 nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4****DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
 (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
 residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_,  
 nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO EDITAL 01/2014 ESF

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humanos, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público – Emprego Público nº 01/2014- ESF.

Cargo: MÉDICO CLINICO GERAL  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
05º. 0000093 FAGNER JORGE MICHELATTONATT

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro  
(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_,  
residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

5 – FONTES DE RENDA:



DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

**6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE**

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**CONVOCAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2015  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº01/2015.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM COM CAPACITAÇÃO PARA VACINA

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

03º. 20043 CÉLIA REGINA EVARISTO

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

**OBS:**

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados



necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, brasileiro (a),

( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_

CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Rua= \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.

( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

##### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

REDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR
---------------	----------------	-------


##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro

(a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2015

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº01/2015.

Cargo: ENFERMEIRO  
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME  
11º. 22162 IEDA MARIA SCHUMANN

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na

eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha, 17 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
5 – FONTES DE RENDA:  
DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR


7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

## CONVOCAÇÃO EDITAL CONCURSO PÚBLICO 01/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital do Concurso Público nº01/2015.

Cargo: ENFERMEIRO

COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME

12º. 22711 WALTER LUIZ VARGAS JUNIOR

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na

eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.  
Penha, 17 de fevereiro de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

1. Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
2. Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

##### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- 2 - Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO

- 3 - Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

##### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada  
( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

##### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR


##### 7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

##### 8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

#### ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.



## CONVOCAÇÃO EDITAL PROCESSO SELETIVO 04/2015

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio deste convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 24/02/2016, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Processo Seletivo Simplificado Edital nº 04/2015.

Cargo: AUXILIAR SAÚDE BUCAL  
COLOCAÇÃO NOME  
04º. JAINE CAMARGO BISCOLA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br);
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site [www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br) / Federal pelo site [www.trf4.jus.br](http://www.trf4.jus.br) passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

#### OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados

necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Processo Seletivo, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE  
Secretária da Administração

#### ANEXO 1

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

#### ANEXO 2

#### DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

#### 1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: \_\_\_\_\_, brasileiro (a),  
( ) SOLTEIRO (A) ( ) CASADO (A) (A) OUTROS \_\_\_\_\_  
CPF nº. \_\_\_\_\_, RG nº. \_\_\_\_\_  
Rua= \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;  
( ) SIM ( ) NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.  
( ) SIM ( ) NÃO

#### 4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada

- ( ) Efetivo Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Contratado (ACT) Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Efetivo em função gratificada Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
( ) Comissionado Cargo: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

#### 5 – FONTES DE RENDA:

DENOMINAÇÃO/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

RENDA ANUAL: \_\_\_\_\_

#### 6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

**7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS****8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO**

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

( ) SIM ( ) NÃO QUAL? \_\_\_\_\_

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: \_\_\_\_\_ \*Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_.

Assinatura

**ANEXO 3  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

**ANEXO 4  
DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. \_\_\_\_\_, com RG nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, nº. \_\_\_\_\_, Cidade de \_\_\_\_\_/SC, declaro a quem possa interessar que:

( ) NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

( ) SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

**ERRATA DE EDITAL CV01/2016 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

ERRATA DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016 - PMP

CARTA CONVITE Nº 01/2016 – PMP

**ONDE SE LÊ:**

O Município de Penha torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/02/2016 às 09:00 horas, na Secretaria da Administração desta Prefeitura, serão abertos os envelopes de habilitação e propostas referentes a este Convite, sendo regido pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações e no que couber a Lei Complementar nº 123/2006, de conformidade com as seguintes condições:

**LEIA-SE:**

O Município de Penha torna público para conhecimento dos interessados que no dia 24/02/2016 às 14:00 horas, na Secretaria da Administração desta Prefeitura, serão abertos os envelopes de habilitação e propostas referentes a este Convite, sendo regido pela Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações e no que couber a Lei Complementar nº 123/2006, de conformidade com as seguintes condições:

Motivo: O horário de verão da Prefeitura foi estendido até o dia 04/03/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 17 de fevereiro de 2016.

Daniele S. de S. Lunge

**ERRATA DE EDITAL PP04/2016 - PMP**

ERRATA DE EDITAL

REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 - PMP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2016 - PMP

REGISTRO DE PREÇO REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UNIFORMES QUE SERÃO UTILIZADOS PELOS ALUNOS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO DE 2016.

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR LOTE

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Data final de apresentação dos envelopes até: 29/02/2016

Horário final de apresentação dos envelopes até: 17:00 horas.

Data de abertura dos envelopes: 01/03/2016

Horário de abertura dos envelopes: 09:00 horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Educação.

**LEIA-SE:**

Tipo de Licitação: Menor preço.

Forma de Julgamento: Menor Preço POR LOTE

Forma de Fornecimento: Parcelada.

Tipo de Execução: Direta.

Regência: Lei 8.666/93, Lei 10520/02 e Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 56/1999, Decreto Federal nº 7.892/2013, com alterações posteriores.

Data final de apresentação dos envelopes até: 29/02/2016

Horário final de apresentação dos envelopes até: 17:00 horas.

Data de abertura dos envelopes: 01/03/2016

Horário de abertura dos envelopes: 14:00 horas.

Secretaria Solicitante: Secretaria Municipal de Educação

Motivo: O horário de verão da Prefeitura foi estendido até o dia 04/03/2016.

Penha, 17 de fevereiro de 2016.

Daniele S. de S. Lunge



# Petrolândia

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO DE PREÇOS 04 2016 - MATERIAL DE LIMPEZA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO PARA CONSUMO E MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DESTA MUNICIPALIDADE. Empresa ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26, valor R\$ 26.357,60. Empresa COMERCIAL FRIDOLINO EGER LTDA, inscrita no CNPJ: 85.266.963/0001-94, valor R\$ 9.108,00. Empresa JLM DISTRIBUIDORA BR, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68, valor R\$ 6.984,80. Data: 17/02/2016. Valor Total: R\$ 42.450,40. Petrolândia, 18 de fevereiro de 2016. Irone Duarte – Prefeito Municipal em Exercício.

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO 02 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2016, tendo por objetivo o PROCESSO DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS PARA A FUNÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL, CONFORME ÁREAS ESPECÍFICAS DESCRITAS NO EDITAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. O prazo para credenciamento é de 17 de fevereiro de 2016 até 17 de março de 2016. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 18 de fevereiro de 2016. IRONE DUARTE – Prefeito Municipal em Exercício

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA a seguinte candidata aprovada no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime estatutário)
043.871.489-00	Nelir Aparecida do Amaral Gonçalves	Operário Braçal

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, a candidata deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo a candidata considerada apta, a mesma será, então, nomeada para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO MUNICIPAL

### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 029/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 029/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DE TODA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUSIVE ACT`S, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e LISETTE HAHN KAUFMANN, autorizado através do Processo nº 022/2016, Dispensa de Licitação nº. 010/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: LISETTE HAHN KAUFMANN

CPF n.º 460.346.259-04

Endereço: Linha Santa Izabel - Interior  
ITAPIRANGA-SC

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES DE TODA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, INCLUSIVE ACT`S, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o curso no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE  
Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade

designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas

neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 28 de janeiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

LISETTE HAHN KAUFMANN

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 042/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 042/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A REVISÃO EM RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, autorizado através do Processo nº 026/2016, Dispensa de Licitação nº. 013/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ n.º 07.896.457/0001-86

Endereço: Rua Ibirama, 179 E

CHAPECÓ-SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A REVISÃO EM RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 1.858,55 (um mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

## Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

## CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 02 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 043/2016.**  
CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 043/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A TROCA DE PARABRISA EM RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, autorizado através do Processo nº 027/2016, Dispensa de Licitação nº. 014/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

CNPJ nº. 07.896.457/0001-86

Endereço: Rua Ibirama, 179 E

CHAPECÓ-SC

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO**

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A TROCA DE PARABRISA EM RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 1.567,99 (um mil quinhentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA**

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

**CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração

Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impositivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

**4.8. PENALIDADES**

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de



julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 02 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

CHAPEMÁQUINAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 044/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 044/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA VERIFICAÇÃO DE PARTE ELÉTRICA EM ONIBUS ESCOLAR PLACA IFE-7886 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AUTO ELÉTRICA LB LTDA - ME, autorizado através do Processo nº 028/2016, Dispensa de Licitação nº. 015/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: AUTO ELÉTRICA LB LTDA - ME

CNPJ n.º 00.901.839/0001-09

Endereço: RODOVIA SC 135, KM 01

VIDEIRA-SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA VERIFICAÇÃO DE PARTE ELÉTRICA EM ONIBUS ESCOLAR PLACA IFE-7886 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o serviço no valor de R\$ 1.732,40 (um mil setecentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.



4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 02 de Fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
AUTO ELÉTRICA LB LTDA - ME

#### TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 046/2016. CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 046/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A REVISÃO EM TRATOR VALTRA BM100 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa DRESCH E CIA LTDA, autorizado através do Processo nº 030/2016, Dispensa de Licitação nº. 0017/2016.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: DRESCH E CIA LTDA.

CNPJ n.º 86.547.940/0001-10

Endereço: Rodovia SC 453 KM 58, Portal  
VIDEIRA-SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A REVISÃO EM TRATOR VALTRA BM100 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer a revisão no valor de R\$ 3.646,69 (Três mil seiscentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE  
Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

DRESCH E CIA LTDA.

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 048/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 048/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TANGARÁ, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ANDERSON MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - CONSTRUSUL, autorizado através do Processo nº 032/2016, Dispensa de Licitação nº. 0019/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: ANDERSON MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO - CONSTRUSUL

CNPJ n.º 09.121.899/0001-75

Endereço: Rua Ademar de Barros, Centro

TANGARÁ -SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE TANGARÁ, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.503,65 (Um mil quinhentos e três reais e sessenta e cinco centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE  
Proj/Atividade....: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA  
Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto lícitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de Fevereiro de 2016.  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EUZÉBIO CALISTO VIECELI  
PREFEITO

CONTRATADA  
ANDERSON MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA  
CONSTRUSUL

## TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 049/2016.**

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 049/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE PÁS E BATERIA DE DESFIBRILADOR PARA USO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa W&Z – COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA, autorizado através do Processo nº 033/2016, Dispensa de Licitação nº. 0020/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: W&amp;Z – COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ n.º 05.968.162/0001-31

Endereço: Rua Nascente do Sol, 500

PALHOÇA -SC

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE PÁS E BATERIA DE DESFIBRILADOR PARA USO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 1.850,00 (Um mil oitocentos e cinquenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

## CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o

contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

## 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além



da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

W&Z – COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA

TESTEMUNHAS:

1) .....	2) .....
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

#### CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 050/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 050/2016.

Termo de Contrato REFERENTE A COMPRA DE RELÓGIO PONTO PARA USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa L.A. CN INFORMÁTICA LTDA. ME, autorizado através do Processo nº 034/2016, Dispensa de Licitação nº. 0021/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: L.A. CN INFORMÁTICA LTDA. ME

CNPJ nº. 11.924.851/0001-47

Endereço: Rua Marechal Deodoro, 337 - Centro

CAMPOS NOVOS -SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE

RELÓGIO PONTO PARA USO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.080,00 (Dois mil e oitenta reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão ..... : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRET. DE AGRICULTUA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

#### CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### 4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 10 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO

CONTRATADA

L.A. CN INFORMÁTICA LTDA. ME

TESTEMUNHAS:

1) .....

Nome:

CPF:

2) .....

Nome:

CPF:

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2014, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
062.035.259-01	Marcos Cordeiro Morais	Operador de Trator Agrícola

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- Parcial de Urina;
- Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, o candidato deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 17 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 002/2015, CONVOCA o seguinte candidato aprovado no Concurso Público para apresentação de exames de saúde para análise de aptidão física:

CPF	NOME DO CANDIDATO	CARGO (Regime estatutário)
786.026.619-91	NELSON ANTONIO DOS SANTOS	Operário Braçal

O candidato acima relacionado deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde:

- a. Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- b. Parcial de Urina;
- c. Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- e. Raio X de coluna P.A e perfil – cervical e lombar
- d. ECG – eletrocardiograma com laudo.

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, através de agendamento junto a Secretaria de Administração, pelos telefones 3562-2012 ou 3562-2000.

2. Além dos referidos exames, o candidato deverá apresentar exames complementares caso haja solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto - SC.

Analizados os exames e sendo o candidato considerado apto, o mesmo será, então, nomeado para o cargo, através de Portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo.

OBS: A presente convocação para apresentação de exames de saúde não gera direito à nomeação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 16 de fevereiro de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**PORTARIA Nº 33, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 33, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

"NOMEIA TESOUREIRO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES"

ALDIR RECH, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear o vereador Senhor MAURO NEY OSMARIN, portador do CPF n.º 817.043.139-53 e RG n.º 2660640, para o cargo de TESOUREIRO da Câmara Municipal de Vereadores, para o término do 2º biênio da 13ª Legislatura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM – SC, revogadas as disposições em contrário.

PINHEIRO PRETO - SC, 17 de fevereiro de 2016.

ALDIR RECH

Presidente da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto/SC

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

**ED\_RP004/2016**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE  
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº: 04/2016

Edital: REGISTRO DE PREÇO Nº: 04/2016

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS.

Entrega dos Envelopes: 08:00hs do dia 01 de Março de 2016.

Abertura dos Envelopes: 08:00hs do dia 01 de Março de 2016.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390, Centro – Planalto Alegre-SC, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-Feira, das 07:30 às 11:30 e 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3335-0066.

Planalto Alegre-SC, em 17 de Fevereiro de 2016.

PLINIO DALLACORTE

Prefeito Municipal.

# Pomerode

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.054 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.054 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2016  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

#### DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 08.000 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS  
Unidade Orçamentária: 08.001 – Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Projeto/Atividade: 15.452.0070.2025– Iluminação Pública - Cosip  
Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas  
Vinc. p/ Fonte Recursos: 03080000 – Contribuição para o Cosip R\$ 150.000,00  
TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 11 de fevereiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI                      MÔNICA SUSAN ZIMMER  
Prefeito Municipal                      Secretária de Gestão Admin. e Faz.

### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

#### EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 018/2016

CONVÊNIO nº 018/2016. Conveniente: Prefeitura Municipal de Pomerode  
Conveniada: SOCIEDADE BENEFICENTE SANTA MARIA MADALENA POSTEL – CENTRO EDUCACIONAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA  
Objeto: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE ACESSÍVEL AS CRIANÇAS POMERODENSES NA EDUCAÇÃO INFANTIL E CONTRA-TURNO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Valor: R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Prazo: 31/12/2016.

Pomerode/SC, 21 de janeiro de 2016.  
ROLF NICOLODELLI  
Prefeito Municipal de Pomerode

### PROCESSO Nº 57/2010/002

Pomerode/SC, 17 de fevereiro de 2016.

Prezado Senhor:

Contribuinte: C&E CONFECÇÕES LTDA ME

Informamos que o processo nº 57/2010/002 será julgado no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis, conforme abaixo:

PAUTA DE JULGAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

NÚMERO DO PROCESSO: 57/2010/002

RECORRENTE: C&E CONFECÇÕES LTDA ME – 08.685.531/0001-77

NOME DO RELATOR: SABRINA SIEWERT

LOCAL: SALÃO NOBRE – 2º PISO – PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

DATA/HORA: 22/03/2016 às 8:00h.

Franciane Aline Froehlich

ÓRGÃO PREPARADOR

COMUC

3387-7223

Pomerode/SC, 17 de fevereiro de 2016.

Prezado Senhor:

Contribuinte: C&E CONFECÇÕES LTDA ME

Informamos que o processo nº 31/2011/002 será julgado no dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezesseis, conforme abaixo:

PAUTA DE JULGAMENTO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES

NÚMERO DO PROCESSO: 31/2011/002

RECORRENTE: C&E CONFECÇÕES LTDA ME – 08.685.531/0001-77

NOME DO RELATOR: ANE MARIA BLANK

LOCAL: SALÃO NOBRE – 2º PISO – PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE

DATA/HORA: 22/03/2016 às 8:00h.

Franciane Aline Froehlich

ÓRGÃO PREPARADOR

COMUC

3387-7223

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

**EXTRATO CONTRATO 007/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 011/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/2016

CONTRATO Nº 007/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: INCOPRAG INTELIGÊNCIA NO CONTROLE DE PRAGAS LTDA

CNPJ: 17.106.591/0001-89

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA NOS CEIS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA, GINÁSIOS, NAES-UAB, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTRO ESPORTIVO E DEPÓSITO DA MERENDA ESCOLAR.

VALOR: R\$ 7.640,00 (Sete mil e seiscentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 12/02/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 11 de fevereiro de 2016.

**EXTRATO CONTRATO 008/2016**

PROCESSO DE LICITAÇÃO 012/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

CONTRATO Nº 008/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: ALTAIR NAIBO ME

CNPJ: 06.931.47/0001-08

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO NO TELHADO DO TERMINAL RODOVIÁRIO INEZ COLETTI.

VALOR: R\$ 4.170,00 (Quatro mil cento e setenta reais)

VIGÊNCIA: 12/02/2016 ATÉ 31/12/2016

Ponte Serrada, 11 de fevereiro de 2016.

PERMITENTE

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

# Porto Belo

## PREFEITURA

### LEILÃO 001/2016 PMPB

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

O município de PORTO BELO, SC, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, Centro, Porto belo, SC, CEP 88.210/000, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.575.812/0001-20, Telefone (47) 3369 4111, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO PRESENCIAL E ON LINE às 09 horas do dia 04 de MARÇO de 2016, tendo como local o PALCO DAS ARTES VILA NOVA PORTO BELO, sito a Rua Francisco Severiano dos Santos, nº 134, Centro, Porto Belo, SC. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro PÚBLICO Oficial SR. JÚLIO RAMOS LUZ, matrícula AARC/162 JUCESC, para venda à vista de bens móveis e imóveis inservíveis. Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites [WWW.JULIORAMOS.COM.BR](http://WWW.JULIORAMOS.COM.BR) ou [WWW.PORTOBELO.SC.GOV.BR](http://WWW.PORTOBELO.SC.GOV.BR), ou ainda pelos telefones (47) 3369 4111 na Prefeitura ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Porto Belo (SC), em 16 de fevereiro de 2016.  
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO  
PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO BELO

# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 013/2016 - CARONA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 025/2016 - CARONA  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 013/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global, do tipo presencial, para contratação de empresa para prestar serviço de telefonia móvel corporativa. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 08 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
Processo Licitatório 026/2016  
Extrato de Edital de Pregão Presencial 014/2016

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação global, do tipo presencial, para contratação de empresa para prestação de serviços de organização e promoção de eventos esportivos e culturais, especializada em serviços de arbitragem para disponibilizar árbitros para competições oficiais do Município organizadas e promovidas pelo Departamento Municipal de Esportes. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 09 de março de 2016 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União [www.portouniao.sc.gov.br](http://www.portouniao.sc.gov.br). Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail [liciteportouniao@yahoo.com.br](mailto:liciteportouniao@yahoo.com.br), [licitacao@portouniao.sc.gov.br](mailto:licitacao@portouniao.sc.gov.br) e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 17 de fevereiro de 2016.  
Anízio de Souza.  
Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 004/2016

PORTARIA Nº 004, de 15 de fevereiro de 2016.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Especial, sem ônus para o Município, com a finalidade específica de analisar os sistemas para gestão pública que serão demonstrados pela Empresa Betha Sistemas Ltda., proponente vencedor do Processo Licitatório nº 003/2016 – CARONA – Pregão Presencial nº 002/2016, a fim de comprovar que os sistemas ofertados atendem plenamente as funcionalidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do Edital, conforme Item 10.11 do mesmo.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Afonso Wasmann Neto – Presidente;
- II- Gustavo Renê Lozinski – Secretário;
- III- Jeferson Wilkosz – Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, prorrogáveis na forma da Lei, por igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 15 de fevereiro de 2016.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte



# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### **PREGÃO PRESENCIAL 06-2016**

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos), do dia 02 (dois) de março de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino, do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o ano letivo de 2016, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### **CONTRATO Nº 17/2016 ALUGUEL DE ESPAÇO PARA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

CONTRATO Nº 17/2016

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU E DE OUTRO A SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro dois mil e dezesseis (16/02/2016), de um lado o Município de Presidente Nereu, representado por seu Gestor o senhor ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste município, doravante denominado CONTRATANTE e de outro lado SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO, representada por seu presidente MARLON KAIO BUNN, residente neste município, doravante denominada CONTRATADA, firmam Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA 1ª: DO OBJETO**

É objeto do presente Contrato de cessão de uso do Campo de Futebol, e demais dependências esportivas da sede da sociedade que está localizada na Rua José Andrade, Centro, no município de Presidente Nereu, com a finalidade de aulas de educação física para rede municipal de ensino.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

a) É dever da CONTRATADA entregar o espaço para locação em perfeitas condições de uso para esta Prefeitura Municipal, incluindo a manutenção e o corte de grama do campo de futebol.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

É dever da CONTRATANTE efetuar mensalmente o pagamento sempre até o 30º dia útil de cada mês, além de adequações ou reformas necessárias para utilização durante a utilização do espaço locado.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO**

O prazo de duração do presente contrato é de 10 (dez) meses e quatorze (14) dias, tendo início na sua assinatura e término em 31 de dezembro de 2016.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE em 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), e mais uma (01) de R\$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) totalizando R\$ 6.875,00 (seis mil oitocentos e setenta e cinco reais) sendo quitado sempre até o dia 30 de cada mês.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA FONTE DE RECURSOS**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária vigente.

05.01 - EDUCAÇÃO

01-2010 EDUCAÇÃO

1010000 - RECURSOS PRÓPRIOS

#### **CLÁUSULA SETIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada. O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação expressa.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### **CLÁUSULA NONA DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATO**

a) A responsabilidade do contrato ficará a cargo do Secretário de Educação o senhor Valdemar Petry.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por uma das partes com comunicação de 30 (trinta) dias de antecedência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: PENALIDADES**

11.1 – O não cumprimento dos prazos e ainda a prática de qualquer transgressão das suas condições sujeitarão a Contratada às seguintes sanções:

a – Advertência por escrito;

b – Multa de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor total do item do contrato, para qualquer transgressão cometida;

c– Rescisão unilateral do contrato pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e suspensão temporária da Contratada de participação em licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu por prazo não superior a 02 (dois) anos, no caso de ser excedido o limite de 5% (cinco por cento) estabelecido na letra b.

11.2 – As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas desde que facultada a defesa prévia da Contratada no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina o art. 87, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93.

11.3 – O não cumprimento das obrigações contratuais sujeitará também a Contratada às demais sanções previstas nos arts. 86 e 87 da Lei 8.666/93, com suas alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FÓRUM:**

O Fórum competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente contrato será o de Rio do Sul, renunciando as partes de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença e juntamente com duas testemunhas.

Presidente Nereu, 16 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU  
CONTRATANTE

SOCIEDADE ESPORTIVA BOA UNIÃO

MARLON KAIO BUNN

CONTRATADA

Testemunhas:

VALDECI JOSÉ COMANDOLI  
CPF Nº 018.560.459-51

DINEIDE MEYER COMANDOLI  
CPF Nº 035.668.809-73

**EDITAL DE PREGÃO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO 02/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

ERRATA PREGÃO 02/2016

Departamento de Licitações e Compras

Fundo Municipal de Assistência Social

Aquisição de Forma Fracionada de eventual aquisição de material de construção

Onde se lê: que fará realizar no dia 23/02/2016 às 14:00 horas,

Lê-se: que fará realizar no dia 01/03/2016 às 14:00 horas.

Presidente Nereu, 17 de fevereiro de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

MUNICIPIO DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

PREGÃO PRESENCIAL nº02/2016

O Município de Presidente Nereu através do seu Fundo Municipal de Assistência Social torna público que fará realizar no dia 01/03/2016 às 14:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura, PREGÃO PRESENCIAL do tipo Menor preço por item para o REGISTRO DE PREÇOS, para eventual aquisição de material de construção. O Edital que está amparado na Lei de Licitações encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Praça Leão Dehon, 50, Centro de Presidente Nereu/SC, de segunda a sexta-feira das 13:00 às 18:00 horas. Maiores Informações: pelo fone/fax (0xx47) 3362-1108, com Departamento de Compras e Licitação da Prefeitura Municipal. Presidente Nereu, 10 de fevereiro de 2016.

CLAUDELICE BELEGANTE

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

EDITAL Pregão Nº 02/2016 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs

CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A pregoeira do Município de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº 26/2016 de 04/01/2016 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão nº 02/2016, do tipo menor preço por item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014 e demais exigências deste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente certame. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 01 de março de 2016.
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Setor de Licitações, localizado a Sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Leão Dehon, 50. Presidente Nereu -SC
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14:00 horas
- e) Abertura do processo: dia 01/03/2016 às 14:15 horas

**II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:****1. III**

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

Pregão nº 2/2016, do tipo menor preço por item,

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU- SC

ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L

B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ

Pregão nº 2/2016, do tipo menor preço por item,.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU- SC

ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O

A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.1 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.1.2 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 01 de março de 2016 às

14:15 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

### III - DO CREDENCIAMENTO:

#### 2. IV

3.1.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.2 Procuração ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.3 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.

3.1.3.1 Os documentos descritos no item 3.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.4 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.5 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).

3.2 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.3 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

### IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

#### 3.

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (Lei complementar 147/2014).

### V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

#### 6. VI

4. A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir:

Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1 Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2 Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item 1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1 Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2 No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.2 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

5.3 Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.4 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo de 90 (noventa) dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.5 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2016 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.6 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte da Pregoeira, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

### VI - DA HABILITAÇÃO

#### 5. VII

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

- 6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;
- 6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;
- 6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;
- 6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- 6.1.6 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do presente edital);
- 6.1.7 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.8 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;
- 6.1.9 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. (Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).
- 6.1.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 6.1.11 Prova de regularidade junto a justiça do trabalho, certidão obtida pela internet;
- 6.1.12 Certidão Simplificada expedida pela junta comercial do estado.
- 6.1.13 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.
- 6.1.14 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.
- 6.2. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em original ou por fotocópia previamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.
- 6.3 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.
- 6.4 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.
- 6.5 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.
- 6.5.1 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;
- 6.5.2 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

## 6. II

### VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

## 7. II

- 7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.
- 7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- 7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:
- 7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:
- 1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);
  - 2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);
  - 3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei



Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

#### VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

##### 8. IX

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇOS e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇOS e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "7" deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

#### IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

##### 9. X

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇOS, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste PREGÃO será MENOR PREÇO POR ITEM PARA REGISTRO DE PREÇOS, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

#### X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

##### XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para



apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

## XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

## XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal no DOM – Diário Oficial dos Municípios, e disponibilizado no site do MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU- SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

## XIII - DA CONTRATAÇÃO:

### XIII

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na cláusula "XV", deste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos

e prejuízos que a qualquer título causar á FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PRESIDENTE NEREU e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

#### XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

##### XIII

##### 14 XIII

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente.

#### XV - DO PAGAMENTO:

##### 15 XIV

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

#### XVI - DO REAJUSTE:

##### 16 XV

16.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

#### XVII - DAS PENALIDADES:XVI

##### 17 XVI

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a critério do MUNICÍPIO, se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### XVIII - DA RESCISÃO:XVII

##### 18 XVII

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 16.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

#### XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA:XVIII

##### 19 II

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes á legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes á legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar á Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo X – Termo Referência  
19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

#### XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO: XIX

##### 20 XIX

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

#### XXI - DA VIGÊNCIA: XX

##### 21 XX

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

#### XXII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

##### 22 XXII

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

22.6 1 Adiada a abertura da licitação;

22.7.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.XXII

22.8 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Modelo de Ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial; (Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA).

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (Anexado no lado externo dos envelopes)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO).

ANEXO X - Termo de referência.

22.9 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108, ou ainda no site do município: [www.presidentenereu.sc.gov.br](http://www.presidentenereu.sc.gov.br).

22.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

22.11 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site do MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU.

PRESIDENTE NEREU-SC, 10 de fevereiro de 2016

CLAUDELICE BELEGANTE

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

#### ANEXO I

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. ..../20....

#### DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL

Nome da empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Fax: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e-mail: \_\_\_\_\_

Pessoa de contato: \_\_\_\_\_

CNPJ da empresa: \_\_\_\_\_

Nome completo de quem retirou o edital: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .... /20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20....

Assinatura

CPF nº. \_\_\_\_\_

ANEXO II

ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

PROPOSTA COMERCIAL

(de preferência em papel timbrado da Proponente)

NOME DE EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO ESTADUAL \_\_\_\_\_

ENDEREÇO COMPLETO: \_\_\_\_\_

RUA: \_\_\_\_\_ Nº. \_\_\_\_\_ BAIRRO: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ CIDADE: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_ FONE: ( \_\_\_\_\_ ) \_\_\_\_\_

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em conserto e montagem de pneus da frota da Prefeitura Municipal de ..... (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº. .... /20 ..... , acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

ITENS QTDADDE UNID DESCRIÇÃO DO ITEM VL. UNIT.VL. TOTAL

1	300,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40 COM 1,22 ALT.		
2	150,00	UN	PALANQUE DE CONCRETO COM FERRO 2,50 X 10X10.		
3	30,00	ROLO	ARAME GALVANIZADO Nº14		
4	150,00	UN	PEDRA LOSA DE 100X50		
5	150,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 4 MM 1,22		
6	10,00	M3	AREIA MEDIA		
7	30,00	UN	CATRACA COM ROSETA PARA ESTICAR ARAME		
8	5.000,00	UN	TIJOLO 6 FUIROS 9X14X24		
9	1.000,00	UN	TIJOLO MACICO		
10	150,00	UN	PALANQUE DE EUCALIPTO TRATADO DE 8 A 12 CM COM 2,50 M DE COMPRIMENTO		

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

data: \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO III

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .... /20....

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ..... /20 .....

PREGÃO PRESENCIAL Nº ..... /20....

PROCESSO Nº ..... /20 .....

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE .....

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de 20\_\_\_\_, na cidade de ....., Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça 25 de julho, Centro, o Município de ....., devidamente representado e assistido, e a empresa \_\_\_\_\_, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº ..... /20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para prestação de serviços de hora mecânica e consertos ..... dos veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONTRUÇÃO PARA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento vigente

**CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS**

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até PAGAMENTO A VISTA CONFORME APRES. DE DOC FISCAL

**CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE**

Os valores contratados não serão reajustados.

**CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA**

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para doze (12) meses após a emissão a assinatura da ata de registro de preços ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

**CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS**

- a) Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 24 (vinte e quatro) horas após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO**

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES**

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que

seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

\*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão nº 02/2016, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, de de 0000

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

Assessor Jurídico

OAB/SC

#### ANEXO IV

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

#### DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. ----- DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

.....  
DATA

.....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
CARIMBO DA EMPRESA

#### ANEXO V

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

#### CREDENCIAMENTO

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) -----, portador (a) da Cédula de Identidade nº. -----, e CPF sob nº. -----, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de ..... (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. ..../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20 .....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante



## ANEXO VI

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20...

## DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .... /20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

## DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .... /20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de ....., que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por expressão da verdade, firmamos a presente.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO VIII

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

## DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL

A empresa ..... (Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ.  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20 .....

## DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO

A empresa ..... , CNPJ n.º ....., declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

-----, ---- de ----- de 20 .....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ  
e Assinatura do Representante Legal.

## ANEXO X

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....

## TERMO DE REFERÊNCIA

ITENS QTDAD E UNID DESCRIÇÃO DO ITEM COT. MÁX

1	300,00	MT	TELA PRATICA 5X15 FIO 2,40 COM 1,22 ALT.	5.250,00
2	150,00	UN	PALANQUE DE CONCRETO COM FERRO 2,50 X 10X10.	3.450,00
3	30,00	ROLO	ARAME GALVANIZADO Nº14	300,00
4	150,00	UN	PEDRA LOSA DE 100X50	720,00
5	150,00	UN	CHAPA DE COBERTURA 4 MM 1,22	960,00
6	10,00	M3	AREIA MEDIA	780,00
7	30,00	UN	CATRACA COM ROSETA PARA ESTICAR ARAME	168,00
8	5.000,00	UN	TIJOLO 6 FUROS 9X14X24	2.450,00
9	1.000,00	UN	TIJOLO MACICO	600,00
10	150,00	UN	PALANQUE DE EUCALIPTO TRATADO DE 8 A 12 CM COM 2,50 M DE COMPRIMENTO	1.635,00

**PORTARIA 152/2016**

PORTARIA N.º 152 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

## PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) DIONE ISAIAS BERTOLINO, Motorista, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo após encaminhado(a) ao INSS.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 03/02/2016.

Presidente Nereu, 10 de Fevereiro de 2016.

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI

Prefeito Municipal

**SERV. PARTICULARES EXECUTADOS - JANEIRO DE 2016**

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 17/02/2016

Página 1 de 1  
Impresso em: 17/fev/2016  
As 17:09:16 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000001/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 007 até 007  
Data de Pagamento: 01/01/2016 até 31/01/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número		Complemento		Bairro		Numero Processo	
Ano	Venc.	P.	Dta.Venc	Valor Original	(Moe)	Situação		Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa		
1566.0	HELADIO JUNGCLAUS			7	RETROESCAVADEIRA							32/2016	
2016	01	00	25/01/2016	76,43	R\$	Pago		76,43	R\$	25/01/2016	00-003644		
4288.9	JOÃO REINERT			7	RETROESCAVADEIRA							33/2016	
2016	01	00	22/01/2016	764,30	R\$	Pago	273	764,30	R\$	22/01/2016	00-003641		
4808.9	SERGIO GOULART			7	RETROESCAVADEIRA							45/2016	
2016	01	00	29/01/2016	76,43	R\$	Pago	S/N	76,43	R\$	29/01/2016	00-003649		
[ Resumo dos valores por Situação ]													
Situação	Vlr. Tributo		Vlr. Correção		Vlr. Multa		Vlr. Juros		Vlr. Total Moeda		Cota Única Parcelas		
01-Pago	917,16		0,00		0,00		0,00		917,16 R\$		3		0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 17/02/2016

Página 1 de 2  
Impresso em: 17/fev/2016  
As 17:09:40 Horas

Emissão Analítica.  
Processo 0000001/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 008 até 008  
Data de Pagamento: 01/01/2016 até 31/01/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço			Bairro		Numero Processo	
Logradouro				Número			Complemento		Lote baixa	
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação	Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	
2842.8	IDALECIO EIFLER			8	TRATOR GRANDE					6/2016
	RUA JOSE COSTA MIRANDA				S/N		CENTRO			
2016	01	00	07/01/2016	183,30	R\$	Pago	183,30	R\$	07/01/2016	00-003622
3154.2	LEANDRO SILVA DE MATOS			8	TRATOR GRANDE					10/2016
	ESTRADA GERAL				S/N		BOA ESPERANÇA			
2016	01	00	12/01/2016	213,85	R\$	Pago	213,85	R\$	12/01/2016	00-003625
3193.3	PAULO CESAR SCHWARTZ			8	TRATOR GRANDE					11/2016
	LOC BOA ESPERANCA				S/N		BOA ESPERANÇA			
2016	01	00	13/01/2016	152,75	R\$	Pago	152,75	R\$	13/01/2016	00-003626
3410.0	EDEZIO HEINZ			8	TRATOR GRANDE					12/2016
	ESTRADA GERAL				SN		TUCANO			
2016	01	00	13/01/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	13/01/2016	00-003626
2805.3	GERHARD HENKELS			8	TRATOR GRANDE					13/2016
	ESTRADA GERAL						ITAQUA			
2016	01	00	14/01/2016	152,75	R\$	Pago	152,75	R\$	14/01/2016	00-003627
2995.5	CLEITO FUGAZZA			8	TRATOR GRANDE					16/2016
	RUA BARRINHA				S/N		SANTA RITA			
2016	01	00	14/01/2016	183,30	R\$	Pago	183,30	R\$	14/01/2016	00-003627
3063.5	ALTENIR GILI			8	TRATOR GRANDE					17/2016
	LOC ITAQUA				S/N					
2016	01	00	14/01/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	14/01/2016	00-003627
4219.6	LAURO VIEIRA SOBRINHO			8	TRATOR GRANDE					18/2016
	ESTRADA GERAL				SN		BARRINHA			
2016	01	00	14/01/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	14/01/2016	00-003627
2781.2	HILARIO MANNRICH			8	TRATOR GRANDE					19/2016
	ESTRADA GERAL						BARRINHA			
2016	01	00	15/01/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	15/01/2016	00-003630
3220.4	ISMAEL MATOS			8	TRATOR GRANDE					21/2016
	LOC BOA ESPERANCA				S/N		BOA ESPERANÇA			
2016	01	00	15/01/2016	244,40	R\$	Pago	244,40	R\$	15/01/2016	00-003630
2775.8	JOSE MAURINO ELEOTERIO			8	TRATOR GRANDE					22/2016
	ROD RODOVIA SC 429						RIO ANTINHA			
2016	01	00	18/01/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	18/01/2016	00-003631
3410.0	EDEZIO HEINZ			8	TRATOR GRANDE					24/2016
	ESTRADA GERAL				SN		TUCANO			
2016	01	00	19/01/2016	61,10	R\$	Pago	61,10	R\$	19/01/2016	00-003632
4344.3	MARCOS PAULO KOCHANSKI			8	TRATOR GRANDE					25/2016
	ESTRADA GERAL				SN		ITAQUA			
2016	01	00	19/01/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	19/01/2016	00-003632
4805.4	JOSE ELIAS DALPRÁ			8	TRATOR GRANDE					26/2016
	LOC TIRIVAS				S/N		TIRIVAS			
2016	01	00	19/01/2016	305,50	R\$	Pago	305,50	R\$	19/01/2016	00-003632
4337.0	ENIVALDO TOMIO			8	TRATOR GRANDE					27/2016
	ESTRADA GERAL				SN	CASA	THIEMEN			
2016	01	00	22/01/2016	183,30	R\$	Pago	183,30	R\$	21/01/2016	00-003640
2821.5	JAISON EIFLER			8	TRATOR GRANDE					28/2016
	ESTRADA GERAL						BOA ESPERANÇA			
2016	01	00	21/01/2016	305,50	R\$	Pago	305,50	R\$	21/01/2016	00-003640
1280.7	SALVIO BENTO LINHARES			8	TRATOR GRANDE					29/2016
	RIO BANDEIRA						RIO BANDEIRA			
2016	01	00	21/01/2016	91,65	R\$	Pago	91,65	R\$	21/01/2016	00-003640
3178.0	CLOVIS KNISS			8	TRATOR GRANDE					30/2016
	ESTRADA GERAL BANDEIRA					CASA	BANDEIRA			
2016	01	00	25/01/2016	122,20	R\$	Pago	122,20	R\$	22/01/2016	00-003641
4806.2	CRISTIANO MAINCHAIN			8	TRATOR GRANDE					34/2016
	LOC BOA ESPERANCA				S/N		BOA ESPERANÇA			
2016	01	00	25/01/2016	183,30	R\$	Pago	183,30	R\$	25/01/2016	00-003644
90.6	ARLINDO DE SOUZA			8	TRATOR GRANDE					42/2016

IPM - Informática Pública Municipal

Atende.net - Receitas Diversas.

Usuário: 5 - JEAN TILLMANN

PP403000



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 17/02/2016

Página 2 de 2  
Impresso em: 17/fev/2016  
As 17:09:40 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000001/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 008 até 008

Data de Pagamento: 01/01/2016 até 31/01/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número		Complemento	Bairro	Numero Processo	
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto	Valor Original	(Moe)	Situação		Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa
2016	01	00	28/01/2016	122,20	R\$	Pago	119		CENTRO	27/01/2016	00-003646

[ Resumo dos valores por Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total	Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	3.055,00	0,00	0,00	0,00	3.055,00	R\$	20	0



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 17/02/2016

Página 1 de 1  
Impresso em: 17/fev/2016  
As 17:10:12 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000001/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 014 até 014  
Data de Pagamento: 01/01/2016 até 31/01/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número		Complemento	Bairro	Numero Processo	
Logradouro				Valor Original	(Moe)	Situação	Valor	Atualiz.	(Moe)	Data Pagto	Lote baixa
Ano	Venc.	P.	Dta.Vencto								
3172.0	ADELAR DE SOUZA			14	TRATOR PEQUENO					43/2016	
	LOC TIRIVAS				S/N				TIRIVAS		
2016	01	00	28/01/2016	114,70	R\$	Pago	114,70	R\$		28/01/2016	00-003647

[ Resumo dos valores por Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	114,70	0,00	0,00	0,00	114,70 R\$	1	0





MUNICÍPIO DE PRESIDENTE NEREU  
Relatório de Situação dos Contribuintes  
em 17/02/2016

Página 1 de 1  
Impresso em: 17/fev/2016  
As 17:10:41 Horas

Emissão Analítica.

Processo 0000001/2016 até 9999999/2016 Código de Serviço 016 até 016

Data de Pagamento: 01/01/2016 até 31/01/2016

Codigo Nome ou Razão Social				Serviço		Número		Complemento		Bairro		Numero Processo	
Logradouro				Valor Original		Situação		Valor Atualiz.		Data Pagto		Lote baixa	
Ano	Venc.	P.	Dta.Venc	Valor Original	(Moe)	Situação		Valor Atualiz.	(Moe)	Data Pagto		Lote baixa	
4374.5	DIONE STAROSCKY BURG			16	BASCUL GRANDE							1/2016	
	RUA JOSE EIFLER				CASA								
2016	01	00	04/01/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	04/01/2016		00-003618	
3747.8	MAYCON SEBASTIAN BUNN			16	BASCUL GRANDE							4/2016	
	JOANA JOENK			66	CASA,								
2016	01	00	07/01/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	07/01/2016		00-003622	
541.0	MARLI HAMM			16	BASCUL GRANDE							5/2016	
	LOC RIO FIGUEIRA				CENTRO								
2016	01	00	07/01/2016	137,64	R\$	Pago		137,64	R\$	07/01/2016		00-003622	
4288.9	JOÃO REINERT			16	BASCUL GRANDE							8/2016	
	RUA ANTONIO HAFFNER			273	ASILO								
2016	01	00	11/01/2016	688,20	R\$	Pago		688,20	R\$	11/01/2016		00-003624	
4219.6	LAURO VIEIRA SOBRINHO			16	BASCUL GRANDE							23/2016	
	ESTRADA GERAL			SN	BARRINHA								
2016	01	00	19/01/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	19/01/2016		00-003632	
3.5	JAIME JOSE BUNN			16	BASCUL GRANDE							36/2016	
	RUA JOSE COSTA MIRANDA			SN	CENTRO								
2016	01	00	01/02/2016	688,20	R\$	Pago		688,20	R\$	29/01/2016		00-003649	
961.0	LEUSA MARIA MATE VIEIRA			16	BASCUL GRANDE							37/2016	
	RUA ANTONIO F. JONK				SANTA RITA								
2016	01	00	27/01/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	27/01/2016		00-003646	
2732.4	SOCIEDADE ESPORTIVA ASA VERDE			16	BASCUL GRANDE							38/2016	
	ESTRADA GERAL TIRIVAS				TIRIVAS								
2016	01	00	27/01/2016	183,52	R\$	Pago		183,52	R\$	27/01/2016		00-003646	
2293.4	ANILTO DE SOUZA			16	BASCUL GRANDE							39/2016	
	ESTRADA GERAL TIRIVAS				TIRIVAS								
2016	01	00	28/01/2016	275,28	R\$	Pago		275,28	R\$	28/01/2016		00-003647	
80.9	LUIZ CARLOS FRANZEN			16	BASCUL GRANDE							41/2016	
	JOAO KALBUSCH												
2016	01	00	27/01/2016	91,76	R\$	Pago		91,76	R\$	27/01/2016		00-003646	
4808.9	SERGIO GOULART			16	BASCUL GRANDE							44/2016	
	LOC ITAQUA			S/N	ITAQUA								
2016	01	00	29/01/2016	45,88	R\$	Pago		45,88	R\$	29/01/2016		00-003649	

[ Resumo dos valores por Situação ]

Situação	Vlr. Tributo	Vlr. Correção	Vlr. Multa	Vlr. Juros	Vlr. Total Moeda	Cota Única	Parcelas
01-Pago	2.477,52	0,00	0,00	0,00	2.477,52 R\$	11	0

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0103/RH

PORTARIA Nº. 0103/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, PATRICIA MELLO SORDI, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

### PORTARIA Nº 0104/RH

PORTARIA Nº. 0104/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, PRISCILA APARECIDA THEIS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR ARTES, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

### PORTARIA Nº 0105/RH

PORTARIA Nº. 0105/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº

309 de 01/12/2015, CAROLINE FRIEDEL, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR MATEMÁTICA, 40h, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

### PORTARIA Nº 0106/RH

PORTARIA Nº. 0106/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, ROI HENTONI KLEIN, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR GEOGRAFIA, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO

Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

### PORTARIA Nº 0107/RH

PORTARIA Nº. 0107/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JOSE ANTONIO TEOFILO CAIRUS, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR HISTÓRIA, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

**PORTARIA Nº 0108/RH**  
PORTARIA Nº. 0108/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nomear, nos termos do Art. 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, JEAN RAFAEL GIESE, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR FILOSOFIA, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n. 001/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de fevereiro de 2016.  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração  
Interino  
Csvf

**Portaria nº 0132/2016**  
PORTARIA Nº. 0132/RH

CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO, Secretário Municipal de Administração Interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto nº 5134 de 10 de fevereiro de 2016,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Exonera a pedido, a partir de 27/01/2016, a servidora CAROLINE DREHMER PILATTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de PSICOLOGO, nos termos do Art. 38, Inciso I, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
CRISTIANO CONTREIRA DIAS LOPES SEGATTO  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Apmf

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - CAROLINE FRIEDEL**

**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) CAROLINE FRIEDEL, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR MATEMÁTICA).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0105/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

**Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JEAN RAFAEL GIESE**

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JEAN RAFAEL GIESE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR FILOSOFIA).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0108/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - JOSE ANTONIO TEOFILO CAIRUS**

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) JOSE ANTONIO TEOFILO CAIRUS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR HISTÓRIA).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0107/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar

posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

## **TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PATRICIA DE MELLO SORDI**

### **TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Senhor(a) PATRICIA MELLO SORDI, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – 40 HORAS).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0103/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

#### **Considerações importantes:**

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver

com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - PRISCILA APARECIDA THEIS**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) PRISCILA APARECIDA THEIS, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR ARTES).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0104/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

**TERMO DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 - ROI HENTONI KLEIN**  
TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) ROI HENTONI KLEIN, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S<sup>a</sup>., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 001/2015, homologado através do Decreto nº 4797 de 07/07/2015 e suas retificações posteriores. (Cargo de PROFESSOR GEOGRAFIA).

Salientamos que V. S<sup>a</sup> foi nomeado (a) através da Portaria n. 0106/RH de 11/02/2016, publicada em 18/02/2016. Conforme § 1.º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S<sup>a</sup> deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Professor Pedagogo	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.  
Departamento de Recursos Humanos  
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):



**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 836/2016**

RESOLUÇÃO Nº 836, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Homologa resultado do Processo Licitatório nº 02/2016, representado pela Tomada de Preços nº 01/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/10.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 02/2016, representado pela Tomada de Preços nº 01/2016, vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como por não haver qualquer recurso pendente.

Art. 2º Para que a homologação procedida produza seus jurídicos e legais efeitos e de acordo com o que consta da presente Tomada de Preços, efetuamos a ADJUDICAÇÃO ao licitante vencedor constante do Processo, autorizando desde já a contratação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 17 de fevereiro de 2016.

MARIO MIGUEL

Presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL****DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 22/2012**

DÉCIMO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 22/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde DE RIO DO SUL E A FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI, CNES 2568713.

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Secretário Sr. RODRIGO DUARTE, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 3.638.175, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.358.999-XX, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI, CNES 2568713, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.433.427/0001-57, situada na Rua Tuiuti, nº 218, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 7R 813.111, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.668.209-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº. 7.508/2011 e as Portarias GM/MS nºs 1.034/2010, 3.390/2013, 3.410/2013 e 142/2014, o Edital de Chamada Pública de Licitação nº. 31/2012, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

RESCINDIR a partir de 01/01/2016, o presente Convênio, em decorrência da assinatura de novo Convênio nº. 71/2015, em conformidade com as novas diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PHOSP), conforme Portarias/MS/GM nº. 3.390, de 30 de dezembro de 2013, GM nº. 3.410, de 30 de dezembro de 2013 e GM nº. 142, de 27 de janeiro de 2014.

Parágrafo Único – A obrigatoriedade na rescisão do presente Convênio esta amparada nos termos do Parágrafo Único do Art. 15 da Portaria/MS/GM nº 142, de 27 de janeiro de 2014.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:**

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da sua assinatura.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2016.

Rodrigo Duarte Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	Manoel Arisoli Pereira Presidente FUSAVI CONVENIADA
--	---

**Testemunhas:**

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral / FUSAVI CPF XXX.336.209-XX	2) Adalgisa Vendrami da Silva Feijó Depto. de Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.029.869-XX
---	--

**NOVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 23/2012**

NOVO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº. 23/2012, FIRMADO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/Fundo Municipal de Saúde de RIO DO SUL E A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFESSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL / HOSPITAL SAMÁRIA "CNES 2379627"

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Secretário Sr. RODRIGO DUARTE, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 3.638.175, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.358.999-XX, doravante denominada simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFESSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL, CNES 2379627, CNPJ nº 82.763.798/0001-98, mantenedora do Hospital Samária, entidade



filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.763.798/0004-30, situada na Rua Roberto Koch, nº. 621, Bairro Sumaré, Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Sra. ASTRID HELGA DYCK, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 152.199, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.611.819-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dr. Marcos Luiz Franconi, CRM/SC nº. 9465, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº. 7.508/2011 e as Portarias GM/MS nº 1.034/2010, 3.390/2013, 3.410/2013 e 142/2014, o Edital de Chamada Pública de Licitação nº. 31/2012, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

RESCINDIR, a partir de 01/01/2016, o presente Convênio em decorrência da assinatura de novo Convênio nº. 72/2015, em conformidade com as novas diretrizes da Política Nacional de Atenção Hospitalar (PHOSP), conforme Portarias/MS/GM nº. 3.390, de 30 de dezembro de 2013, GM nº. 3.410, de 30 de dezembro de 2013 e GM nº. 142, de 27 de janeiro de 2014.

Parágrafo Único – A obrigatoriedade na rescisão do presente Convênio esta amparada nos termos do Parágrafo Único do Art. 15 da Portaria/MS/GM nº 142, de 27 de janeiro de 2014.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da sua assinatura.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente CONVÊNIO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2016.

Rodrigo Duarte Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	Astrid Helga Dyck Hospital Samária CONVENIADA
--	---

#### Testemunhas:

1) Evandro C. Xavier da Roza Diretor Executivo CPF: XXX.018.529-XX	2) Fabíola Kreusch Divisão Controle, Aval. e Auditoria CPF: XXX.134.899-XX
--	--

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 71/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONVÊNIO nº. 71/2015, que entre si celebram o Município de Rio do Sul, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI, para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência e emergência, diagnóstico e tratamento) e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS.

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Secretário Sr. RODRIGO DUARTE, brasileiro, portador da carteira de

identidade nº. 3.638.175, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.358.999-XX, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE, e de outro, a FUNDAÇÃO DE SAÚDE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ-FUSAVI, CNES 2568713, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.433.427/0001-57, situada na Rua Tuiuti, nº 218, Bairro Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Sr. MANOEL ARISOLI PEREIRA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 7R/813.111, expedida pela SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.668.209-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dr. Nilson Carvalho Correa, CRM/SC nº. 11.301, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº. 7.508/2011 e as Portarias GM/MS nºs 1.034/2010, 529/2013, 3.390/2013, 3.410/2013 e 142/2014, o Edital de Chamada Pública de Licitação nº. 34/2015, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira

Incorporar ao respectivo Convênio, que a este deu causa, o Incentivo Hospitalar de acordo com a Portaria nº 543/SES/2008, de 02/09/08, incluindo no componente do Pré-Fixado do quadro de recursos financeiros da Cláusula Décima Primeira do Convênio, o qual terá a seguinte descrição:

Detalhamento	Mensal	Anual
Política Estadual de Incentivo Hospitalar	R\$ 78.699,67	R\$ 944.396,04
TOTAL	R\$ 78.699,67	R\$ 944.396,04

Parágrafo Único – O montante definido no Caput desta Cláusula está em conformidade com os requisitos contemplados nos artigos 3º e 4º da Portaria nº 543/SES/2008, os quais devem ser cumpridos efetivamente pela CONVENIADA.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016, no programa ação 2422 (Ações de Saúde com recurso do Estado), elemento despesa 33903950, fonte 0012.000055, e, em parte, por conta dos exercícios subsequentes, os quais serão aditados ao presente Termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

O presente Termo Aditivo de Convênio prorroga a vigência do Convênio até 31/12/2016, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2016.

#### CLÁUSULA QUARTA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 18 de janeiro de 2016.

RODRIGO DUARTE Secretário Municipal de Saúde CONVENIENTE	MANOEL ARISOLI PEREIRA Presidente CONVENIADA
--	--

#### Testemunhas:

1) Siegfried Hildebrand Gerente Geral FUSAVI CPF XXX.336.209-XX	2) Adalgisa Vendrami da Silva Feijó Divisão Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.029.869-XX
---	--

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 72/2015**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ao CONVÊNIO nº. 72/2015, que entre si celebram o município de RIO DO SUL, através da Secretaria Municipal de Saúde e a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL / HOSPITAL SAMÁRIA, para prestação de serviços de assistência à saúde para atendimento ambulatorial (urgência e emergência, diagnóstico e tratamento), e para internações hospitalares aos usuários do Sistema Único de Saúde-SUS.

Pelo presente instrumento, de um lado o município de Rio do Sul do Estado de Santa Catarina, pela sua Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.469.199/0001-55, situada na Rua Tuiuti nº. 154, Centro, Rio do Sul/SC, neste ato representado pelo Secretário Sr. RODRIGO DUARTE, brasileiro, portador da carteira de identidade nº. 3.638.175, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. XXX.358.999-XX, doravante denominada simplesmente CONVENENTE, e de outro, a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA EM RIO DO SUL, CNES 2379627, CNPJ nº 82.763.798/0001-98, mantenedora do Hospital Samária, entidade filantrópica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 82.763.798/0004-30, situada na Rua Roberto Koch, nº. 621, Bairro Sumaré, Rio do Sul/SC, neste ato representado pela Sra. ASTRID HELGA DYCK, brasileira, portadora da carteira de identidade nº. RG 152.199, expedida pela SSP/SC e inscrita no CPF/MF sob nº. XXX.611.819-XX, doravante denominado CONVENIADA, com anuência dos médicos que integram o Corpo Clínico que atua na CONVENIADA representados, neste ato, pelo seu Diretor Clínico, Dr. Marcos Luiz Franzoni, CRM/SC nº.9465, tendo em vista o que dispõe o Decreto nº. 7.508/2011 e as Portarias GM/MS nºs 1.034/2010, 529/2013, 3.390/2013, 3.410/2013 e 142/2014, o Edital de Chamada Pública de Licitação nº. 34/2015, RESOLVEM, de comum acordo, celebrar o presente CONVÊNIO, que reger-se-á pelas normas gerais da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, e amparada pela Constituição Federal de 1988, a legislação do Sistema Único de Saúde – SUS, com ênfase na Lei nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 no seu Título III, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira**

Incorporar ao respectivo Convênio, que a este deu causa, o Incentivo Hospitalar de acordo com a Portaria nº 543/SES/2008, de 02/09/08, incluindo no componente do Pré-Fixado do quadro de recursos financeiros da Cláusula Décima Primeira do Convênio, o qual terá a seguinte descrição:

Detalhamento	Mensal	Anual
Política Estadual de Incentivo Hospitalar	R\$ 2.997,24	R\$ 35.966,88
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.997,24</b>	<b>R\$ 35.966,88</b>

Parágrafo Único – O montante definido no Caput desta Cláusula está em conformidade com os requisitos contemplados nos artigos 3º e 4º da Portaria nº 543/SES/2008, os quais devem ser cumpridos efetivamente pela CONVENIADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2016, no programa ação 2422 (Ações de Saúde com recurso do Estado), elemento despesa 33903950, fonte 0012.000055, e em parte, por conta dos exercícios subseqüentes, os quais serão aditados ao presente Termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

O presente Termo Aditivo de Convênio prorroga a vigência do convênio até 31/12/2016, com efeitos financeiros a partir da competência janeiro de 2016.

**CLÁUSULA QUARTA**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Convênio que a este deu causa.

E, por estarem às partes justas e CONVENIADAS, firmam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Rio do Sul (SC), 18 de janeiro de 2016.

RODRIGO DUARTE Secretário Municipal de Saúde CONVENENTE	ASTRID HELGA DYCK Presidente CONVENIADA
---	---

**Testemunhas:**

1) Evandro C. Xavier da Roza Diretor Executivo CPF XXX.018.529-XX	2) Adalgisa Vendrami da Silva Feijó Divisão Controle, Avaliação e Auditoria CPF XXX.029.869-XX
---	--

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 3º QUADRIMESTRE 2015

Ata da Audiência Pública das Metas Fiscais Competência 3º Quadrimestre 2015

Ata da audiência pública do 3º QUADRIMESTRE DE DOIS MIL E QUINZE, em atendimento ao parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal. Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis no auditório do Salão Nobre Municipal (antiga Câmara Municipal de Rio dos Cedros), realizou-se a audiência pública relativa as metas fiscais do terceiro quadrimestre de dois mil e quinze às onze horas, estando presente a população de Rio dos Cedros.

Abrindo a sessão o Agente de Controle Interno, Sr. Eduardo Osti, inicialmente justificou o atraso na apresentação destes relatórios em virtude de vários problemas administrativos ocorridos no ano de 2015, migração de sistema, alteração plano contábil, estado de emergência, e a restrição de pessoal, que ocasionaram um descompasso no envio dos relatórios para o Tribunal de Contas. Na sequência foram apresentados os relatórios de gestão fiscal e orçamentários, contendo: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida, Execução Orçamentária, Metas de Arrecadação, Cronograma de Desembolso, Aplicação de Recursos na Saúde, Aplicação de Recursos na Educação, Aplicação de Recursos Recebidos do FUNDEB, Despesas com Pessoal.

Após apresentar o relatório contendo o resumo dos resultados obtidos, detalhou item a item, e ressaltou dois pontos importantes que foram os 26,83% aplicados no desenvolvimento do ensino, ficando acima do que preconiza a Constituição Federal no Art. 222, "...os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo...", 19,35 % aplicados em ações da saúde, superando os quinze por cento preconizados pelo Artigo sétimo, parágrafo III da ADCT. E ainda os índices: de folha do poder executivo com 51,63%, ultrapassando o limite prudencial, reflexo da queda receita, que refletiram em cortes de gratificações e horas extras.

Foi solicitado ainda um controle maior nos gastos na reta final deste ano, devido a situação de crise no país e a previsão da queda na arrecadação. Nada mais havendo a tratar, o eu declarei encerrada a sessão, para constar, lavrei esta ata, e todos os membros da reunião assinaram a lista de presença, anexa a esta ata, bem os relatórios demonstrados.

Eduardo Osti - Agente de Controle Interno

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DAS METAS FISCAIS COMPETÊNCIA 3º QUADRIMESTRE 2015 - RELATÓRIO

ESTADO de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE Rio dos Cedros

AUDIÊNCIA PÚBLICA

DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO

DAS METAS FISCAIS

3º Quadrimestre/2015

exigência legal

Lei Complementar nº101, de 04 de Maio de 2000, Art. 9º, § 4º

Art. 9º - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 4º - Até o final dos meses de Maio, Setembro e Fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em Audiência Pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

temas a serem apresentados

- Execução Orçamentária
- Aplicação de Recursos em Saúde (15%)
- Aplicação de Recursos em Educação (25%)
- Aplicação dos Recursos Recebidos do FUNDEB (60%)
- Despesas com Pessoal
- Ações de Investimentos Previstas na LDO e LOA

receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Lei 4.320/64, Art. 2º - A Lei do Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

§ 1º Integrarão a Lei de Orçamento:

- I - Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções do Governo;
- II - Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo nº1;
- III - Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
- IV - Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.

§ 2º Acompanharão a Lei de Orçamento:

- I - Quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;
- II - Quadros demonstrativos da despesa, na forma dos Anexos nº6 a 9;

## III - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.

## receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

Receita Arrecada em Exercícios Anteriores	
Exercício	Valores
2010	13.200.000,00
2011	17.280.000,00
2012	23.700.000,00
2013	22.872.232,23
2014	26.527.878,10
Receita Arrecadada até 3º Quadrimestre/2015	
Receita Orçamentária	25.184.869,52
Média Mensal	2.098.739,13

## receita orçamentária

Lei 4.320/64, Art. 2º, § 1º e 2º

## Evolução da Receita Orçamentaria receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

LRF, Art. 2º - Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

IV - Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do Art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

## receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

Receita Corrente Líquida (RCL) Arrecadada em Exercícios Anteriores	
Exercício	Valores
2010	13.537.967,98
2011	17.468.106,16
2012	19.275.711,12
2013	21.130.092,96
2014	23.736.122,31
Receita Corrente Líquida Arrecadada até 3º Quadrimestre/2015	
Receita Corrente Líquida	23.468.748,61
Média Mensal	1.955.729,05

## receita corrente líquida

Lei Complementar nº101/2000, Art. 2º, IV, 'c', § 1º e 3º

## Evolução da Receita Corrente Líquida (RCL) execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

LRF, Art. 52 - O relatório a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do Art. 51.

## execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Receitas Arrecadadas	
Receitas Correntes (I)	23.468.748,61
Receita Tributária	2.267.486,19

Receita de Contribuições	937.348,09
Receita Patrimonial	654.684,33
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	66.862,11
Transferências Correntes	22.197.417,06
(-) Deduções das Transferências Correntes	-3.046.238,51
Outras Receitas Correntes	391.189,34
Receitas de Capital (II)	1.716.120,91
Operações de Crédito	19.209,01
Alienação de Bens	41.065,00
Amortização de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	1.655.846,90
Outras Receitas de Capital	0,00
Total (III) = (I+II)	25.184.869,52

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Despesas Liquidadas Por Função de Governo	
01 - Legislativa	425.770,27
04 - Administração	2.819.327,27
06 - Segurança Pública	194.254,80
08 - Assistência Social	583.946,43
09 - Previdência Social	521.969,69
10 - Saúde	5.612.846,76
12 - Educação	7.177.850,76
13 - Cultura	167.348,69
15 - Urbanismo	3.048.951,64
17 - Saneamento	164.240,70
18 - Gestão Ambiental	31.967,50
20 - Agricultura	929.466,52
23 - Comércio e Serviços	74.604,42
26 - Transportes	1.587.249,70
27 - Desporto e Lazer	259.445,82
28 - Encargos Especiais	715.348,77
99 - Reserva de Contingência	0,00
Total (IV)	24.314.589,74

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

Execução Orçamentária e Financeira	
Superávit Financeiro do Exercício Anterior (V)	0,00
Superávit Financeiro Apurado Até o Quadrimestre (VI) = (III-IV)	870.279,78
Restos a Pagar Não Processados (VIII)	757.667,29
Superávit (VII) = (V + VI - VIII)	112.612,49

execução orçamentária

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 52

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000

EC 29/2000, Art. 7º - O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte Art. 77:

"III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, quinze por cento do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o Art. 156 e dos recursos de que tratam os Art's. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º."

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	17.705.083,93
Despesas por função/subfunção (II)	5.612.846,76
Deduções (III)	2.186.416,38
Despesas para efeito de cálculo (IV) = (II-III)	3.426.430,38
Mínimo a ser aplicado	2.655.762,50
Aplicado à maior	770.667,88
Percentual aplicado = (IV) / (I) x 100	19,43

#### APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ADCT, Art. 77, III e Emenda Constitucional nº29 de 13/09/2000



**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

CF, Art. 212 - A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. LDB, Art. 72 - As receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino serão apuradas e publicadas nos balanços do Poder Público, assim como nos relatórios a que se refere o § 3º do Art. 165 da Constituição Federal.

Receita bruta de Impostos e Transferências (I)	17.705.083,93
Despesas por função/subfunção (II)	6.636.329,85
Deduções (III)	1.110.577,74
Resultado líquido da transf. do FUNDEB (IV)	776.132,79
Despesas para efeito de cálculo (V) = (II-III-IV)	4.749.619,32
Mínimo a ser aplicado	4.426.271,00
Aplicado à Maior	323.348,32
Percentual aplicado = (V) / (I) x 100	26,83

**APLICAÇÃO DE RECURSOS NA  
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO**

Constituição Federal, Art. 212 e LDB, Art. 72

**APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96

Receita do FUNDEB (I)	3.850.212,03
Despesas (II)	2.958.909,14
Mínimo a ser Aplicado	2.310.127,25
Aplicado à Maior	648.781,89
Percentual Aplicado = (II) / (I) x 100	76,86

**APLICAÇÃO DE 60% DOS RECURSOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**  
ADCT, Art. 60, XII, MP 339/2006, EC 53/2006 e Lei Federal nº9.424/96

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

CF, Art. 169 - A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

LRF, Art. 19 - Para os fins do disposto no caput do Art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

III - Municípios: 60% (sessenta por cento)

LRF, Art. 20 - A repartição dos limites globais do Art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	23.468.748,61
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	12.117.462,57
Limite Prudencial - 51,30%	12.039.468,04
Limite Máximo - 54,00%	12.673.124,25
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	51,63

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

**51,63%**

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	23.468.748,61
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	388.303,17
Limite Prudencial - 5,70%	1.337.718,67



Limite Máximo - 6,00%	1.408.124,92
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	1,65

**DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

**DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

Receita Corrente Líquida Arrecadada nos Últimos 12 (doze) Meses (I)	23.468.748,61
Despesa Líquida com Pessoal Realizada nos Últimos 12 (doze) Meses (II)	12.505.765,74
Limite Prudencial - 57,00%	13.377.186,71
Limite Máximo - 60,00%	14.081.249,17
Percentual aplicado = (II) / (I) x 100	53,29

**DESPESAS COM PESSOAL CONSOLIDADO**

Constituição Federal, Art. 169, caput

Lei Complementar nº101/2000, Art. 19, III e Art. 20, III

**ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DE****INVESTIMENTOS PREVISTAS NA LDO E LOA**

Lei Complementar nº 101/2000, Art. 9º, § 4º

LRF, Art. 59 - O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:

I - Cumprimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

Unidade Gestora: 0001 - CAMARA DE VEREADORES					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2001 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO					
	567.000,00	0,00	0,00	425.770,27	141.229,73
Total da Unidade	567.000,00	0,00	0,00	425.770,27	141.229,73

Unidade Gestora: 0002 - GABINETE DO PREFEITO					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2002 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO					
	273.000,00	67.787,00	901,00	336.550,59	3.335,41
2003 - MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA					
	68.250,00	14.073,00	750,00	78.281,81	3.291,19
2048 - Manutenção do Fundo Defesa Civil - Fumdec					
	15.750,00	400.000,00	0,00	400.899,90	14.850,10
Total da Unidade	357.000,00	481.860,00	1.651,00	815.732,30	21.476,70

Unidade Gestora: 0003 - ADMINISTRACAO GERAL					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
0001 - MANUT. DA DIVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO					
	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
0003 - ENCARGOS INATIVOS E PENSIONISTAS - ADMINISTRAÇÃO					
	126.000,00	0,00	0,00	104.449,27	21.550,73
0005 - MANUT.DA PREVIDENCIA SOCIAL MUNICIPAL					
	521.850,00	16.260,00	14.710,00	521.969,69	1.430,31
2004 - MANUT. ATIVIDADES DIRETORIA ADMINISTRATIVA					
	1.003.340,00	598.090,00	36.090,00	1.492.336,32	73.003,68
2005 - MANUT.ATIVIDADES DA DIRETORIA FAZENDARIA					
	683.071,92	253.487,62	24.284,62	907.095,61	5.179,31
2053 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS					
	525,00	0,00	525,00	0,00	0,00
2054 - INFORMATIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS					
	52.500,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
2090 - CIMVI - MANUTENCAO					
	22.920,00	0,00	0,00	22.920,00	0,00
Total da Unidade	2.410.416,92	867.837,62	128.319,62	3.048.770,89	101.164,03

Unidade Gestora: 0004 - DIRETORIA DE OBRAS E SERVICOS URBANOS					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1001 - AMPL. REDE ABASTECIMENTO AGUA TRATADA					
	630,00	0,00	525,00	0,00	105,00

1004 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS					
	3.710.645,00	825.859,33	270.000,00	591.431,42	3.675.072,91
1007 - CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHOES					
	477.500,00	0,00	21.000,00	0,00	456.500,00
1012 - AMPLIAÇÃO DA REDE DE ESG. SANIT.PLUVIAL AREA URB.					
	4.326.000,00	0,00	895.500,00	0,00	3.430.500,00
1013 - CONSTRUÇÃO DO PORTAL DA CIDADE					
	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
1015 - ABERTURA DE NOVAS RUAS					
	630,00	0,00	525,00	0,00	105,00
1016 - AQUISIÇÃO IMÓVEL E CONTRUÇÃO GARAGEM					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1017 - CONST. MUROS DE ARRIMO E PROTEÇÕES LATERAIS					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1018 - CONSTRUÇÃO DE ROTULAS					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
1026 - CIMVI - SANEAMENTO BASICO					
	160.296,00	0,00	84.000,00	76.296,00	0,00
1029 - DESASSOREAMENTO DE VIAS FLUVIAIS					
	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
0002 - MANUT.DA DIVIDA FUNDADA SERVICOS URBANOS					
	819.000,00	0,00	261.986,60	552.299,00	4.714,40
0006 - MANUTENÇÃO DIVIDA FUNDADA- SERVIÇOS					
	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
2006 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS					
	1.671.389,83	124.100,72	161.000,00	1.503.431,99	131.058,56
2007 - MANUT. E MELHORIA ILUMINAÇÃO PUBLICA MUNICIPAL					
	449.190,00	579.897,19	124.810,00	898.247,54	6.029,65
2008 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIARIOS					
	1.991.724,50	201.855,06	63.730,00	1.610.772,02	519.077,54
2042 - CIMVI - RESIDUOS SOLIDOS					
	94.500,00	94.317,00	87.664,00	78.090,92	23.062,08
2043 - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL					
	105,00	0,00	105,00	0,00	0,00
2044 - MANUTENCAO DO PROGRAMA COLETA SELETIVA DE LIXO					
	8.400,00	4.500,00	0,00	12.813,78	86,22
2045 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO P/COLETA E COMPACTAÇÃO					
	630,00	0,00	105,00	0,00	525,00
2047 - REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DA CIDADE					
	535.500,00	133.348,77	22.500,00	305.204,28	341.144,49
2049 - RETIFICAÇÃO DE ESTRADAS					
	105,00	0,00	105,00	0,00	0,00
2050 - RECUP. E MANUT. DE PONTES E PONTILHÕES					
	73.500,00	10.000,00	50.000,00	33.043,86	456,14
2051 - AQUIS.EQUIP. MAQ. E VEICULOS PARA O SETOR					
	267.385,00	0,00	231.000,00	0,00	36.385,00
Total da Unidade	14.589.230,33	1.973.878,07	2.275.290,60	5.661.630,81	8.626.186,99

Unidade Gestora: 0005 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1005 - CONSTRUÇÃO, AMPL. REF. ESPAÇOS ESPORTIVOS					
	241.497,50	9.061,00	125.000,00	125.548,43	10,07
1008 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CRECHES					
	105.000,00	0,00	105.000,00	0,00	0,00
1009 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE C E I					
	17.600,00	0,00	17.600,00	0,00	0,00
1020 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS					
	698.235,00	27.000,00	132.375,00	39.000,00	553.860,00
0004 - ENCARGOS DE INATIVOS E PENSIONISTAS ENSINO FUND.					
	58.800,00	0,00	0,00	58.600,50	199,50
2009 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA - FMC					
	136.470,00	46.475,00	17.470,00	163.244,98	2.230,02
2010 - MANUT. E DESENV. ENSINO FUNDAMENTAL					
	2.415.000,00	306.862,39	136.406,93	2.538.263,11	47.192,35

2011 - MANUTENÇÃO DE CRECHES					
	1.366.543,50	283.877,96	22.979,61	1.512.754,42	114.687,43
2012 - MANUT.CENTROS EDUCAÇÃO INFANTIL-JARDINS					
	435.750,00	195.591,19	37.592,37	586.252,14	7.496,68
2013 - MANUT. TRANSP.ESCOLAR-ENSINO FUNDAMENTAL					
	604.800,00	145.711,05	0,00	696.811,23	53.699,82
2019 - MANUT.TRANSP. ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	105.000,00	66.355,35	0,00	157.852,65	13.502,70
2020 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO ENSINO ESPECIAL					
	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
2022 - APOIO A ESPECIALIZAÇÃO DE PROFESSORES					
	105,00	0,00	105,00	0,00	0,00
2024 - MANUT.DA OFICINA OFICIO PROFISSIONALIZANTE					
	1.575,00	0,00	1.575,00	0,00	0,00
2025 - GESTÃO ADMINISTRATIVA NA EDUCAÇÃO					
	790.250,00	37.288,27	0,00	811.536,19	16.002,08
2027 - MANUT. MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL					
	147.000,00	61.992,71	0,00	168.681,54	40.311,17
2030 - PROMOÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS					
	42.000,00	0,00	0,00	41.989,25	10,75
2032 - MANUT. DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS					
	15.750,00	0,00	0,00	7.910,60	7.839,40
2036 - MANUTENCAO MERENDA ESCOLAR - ENSINO INFANTIL					
	52.500,00	89.619,48	0,00	126.038,04	16.081,44
2037 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MEDIO					
	189.000,00	432.686,17	0,00	378.610,31	243.075,86
2038 - MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR- ENSINO SUPERIOR					
	55.000,00	0,00	0,00	55.000,00	0,00
2055 - MANUT. DAS ATIVIDADES DO DESPORTO					
	118.650,00	0,00	0,00	91.908,14	26.741,86
2077 - MANUT. DA BIBLIOTECA PUBLICA MINICIPAL					
	210,00	0,00	210,00	0,00	0,00
2080 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV.					
	6.300,00	0,00	2.000,00	4.103,71	196,29
Total da Unidade	7.703.036,00	1.702.520,57	598.313,91	7.664.105,24	1.143.137,42

Unidade Gestora: 0006 - DIRETORIA DE FOMENTO AGROPECUARIO					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2017 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA					
	546.000,00	161.630,00	67.900,00	604.917,00	34.813,00
2018 - DESENVOLV. DE PROGRAMAS DE REFLORESTAMENTO					
	525,00	20,51	310,40	227,50	7,61
2021 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO CANAIS DE IRRIGAÇÃO					
	2.100,00	1.586,08	1.586,08	1.586,08	513,92
2028 - MANUTENÇÃO DA PATRULHA AGRICOLA MUNICIPAL					
	159.600,00	227.498,80	5.310,00	352.539,64	29.249,16
2029 - DESENV.PROJETOS PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE					
	2.100,00	0,00	2.100,00	0,00	0,00
2056 - AQUIS.EQUIP.MAQ. E VEICULOS P/SETOR AGRICULTURA					
	42.000,00	284.800,00	42.000,00	0,00	284.800,00
2091 - CIMVI - RECURSOS NATURAIS					
	31.740,00	0,00	0,00	31.740,00	0,00
Total da Unidade	784.065,00	675.535,39	119.206,48	991.010,22	349.383,69

Unidade Gestora: 0007 - DIRETORIA DE TURISMO					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1019 - CONSTRUÇÃO DE MIRANTES DE OBSERVAÇÃO					
	210,00	0,00	105,00	0,00	105,00
2026 - MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR					
	64.050,00	12.000,00	0,00	56.148,42	19.901,58
2076 - SINALIZACAO TURISTICA NO MUNICIPIO					
	21.000,00	0,00	17.850,00	0,00	3.150,00
2089 - CIMVI - TURISMO					
	18.456,00	2.213,00	2.213,00	18.456,00	0,00
Total da Unidade	103.716,00	14.213,00	20.168,00	74.604,42	23.156,58

Unidade Gestora: 0008 - DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2031 - MANUTENÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO					
	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00
Total da Unidade	5.250,00	0,00	5.250,00	0,00	0,00

Unidade Gestora: 0009 - SEGURANCA PUBLICA					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
2039 - APOIAR ACOES DA POLICIA CIVIL					
	6.825,00	11.957,32	0,00	1.740,00	17.042,32
2081 - C. CORP - CONVENIO CORPO DE BOMBEIROS					
	138.598,75	76.328,64	35.000,00	152.170,46	27.756,93
2082 - APOIAR ACOES DA POLICIA MILITAR					
	26.250,00	19.242,05	48,00	38.329,46	7.114,59
Total da Unidade	171.673,75	107.528,01	35.048,00	192.239,92	51.913,84

Unidade Gestora: 0010 - SECRETARIA DA SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
1014 - CONSTRUCAO, AMPLIACAO E MELHORIAS UNIDADES SAUDE					
	470.925,00	0,00	42.525,00	0,00	428.400,00
1025 - AQUISICAO DE IMOVEL - UNIDADE DE SAUDE					
	52.500,00	0,00	52.500,00	0,00	0,00
2014 - MANUTENCAO DOS SERVICOS GERAIS DE SAUDE					
	4.345.616,25	1.930.174,35	683.047,74	5.219.942,99	372.799,87
2015 - MANUTENÇÃO DO CEMITERIO MUNICIPAL					
	3.150,00	5.500,00	0,00	8.292,04	357,96
2016 - MANUTENÇÃO DO CLUBE DO IDOSO					
	21.000,00	1.800,00	0,00	22.686,12	113,88
2023 - MAN. DO CONS. TUTELAR DA CRIANCA E ADOLESCENTE					
	78.750,00	23.445,00	0,00	98.290,53	3.904,47
2033 - MAN.FUNDO MUN. DA INFANCIA E ADOLESCENCIA					
	128.100,00	79.000,00	3.000,00	198.349,00	5.751,00
2034 - MAN.AMPL.PROGRAMA HABITAÇÃO SOCIAL					
	106.050,00	0,00	0,00	1.024,87	105.025,13
2035 - MAN. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL					
	241.500,00	88.271,48	115.000,00	141.074,02	73.697,46
2041 - MANUTENÇÃO DA CASA DA CIDADANIA					
	33.600,00	116.464,00	10.926,00	114.278,60	24.859,40
2070 - AQUIS. EQUIPAMENTOS E VEICULOS PARA SECRET.SAUDE					
	170.622,50	0,00	33.022,50	0,00	137.600,00
2074 - MANUTENCAO ATIVIDADES VIGILANCIA SANITARIA					
	104.606,25	189.516,65	116.931,25	66.572,98	110.618,67
2079 - MANUTENÇÃO DA CAPELA MORTUARIA					
	1.050,00	0,00	0,00	677,25	372,75
2086 - CISA - MANUTENCAO					
	22.392,00	1.250,43	1.250,43	18.780,10	3.611,90
2087 - CISA - SERVICOS AMBULATORIAIS HOSPITALARES					
	135.700,00	50.253,89	0,00	177.159,15	8.794,74
2088 - CISA - MEDICAMENTOS					
	60.500,00	79.256,30	0,00	131.265,31	8.490,99
Total da Unidade	5.976.062,00	2.564.932,10	1.058.202,92	6.198.392,96	1.284.398,22

Unidade Gestora: 0090 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9998 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - FUNDO DE SAUDE					
	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00
Total da Unidade	3.150,00	0,00	0,00	0,00	3.150,00

Unidade Gestora: 0091 - RESERVA DE CONTINGENCIA					
Projeto/Atividade	Previsão	Suplementações	Anulações	Execução	Saldo atual
9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - PREFEITURA MUNICIPAL					
	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00
Total da Unidade	29.400,00	0,00	0,00	0,00	29.400,00

Total Geral	32.700.000,00	8.388.304,76	4.241.450,53	25.072.257,03	11.774.597,20
-------------	---------------	--------------	--------------	---------------	---------------

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 015/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO Nº 015/2016

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial, no dia 01 de Março de 2016 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para contratação de emissora de radio am ou fm para veiculação de programas informativos e avisos da administração municipal. Melhores informações e cópia do presente edital na integra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br).

Santa Cecília, 17 de Fevereiro de 2016.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 042/2016 EXONERA SERVIDORA

PORTARIA Nº 042/2016  
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica pela presente Portaria exonerada do cargo de Secretária de Educação, a senhora MARCIA MARIA WESCHENFELDER SCHMIDT, inscrita no CPF: 025.558.819-48, a lotada na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de retorno ao cargo efetivo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 04 de fevereiro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 17 de Fevereiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

### PORTARIA Nº 043/2016 CONTRATA SERVIDORA

PORTARIA Nº 043/2016  
CONTRATA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Fica contratada a Senhora Paula Regina Gnoatto, CPF nº053.870.909-02, RG nº4288330, para desempenhar a função de Secretária Municipal de Educação, carga horária de 40 horas semanais, Nível: AP-03, Código: 0003, do quadro de servidores não efetivos, lotada na secretaria municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de fevereiro de 2016.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Fevereiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
Diretora de Recursos Humanos  
Matricula nº 1300/2

### PORTARIA Nº 044/2016 FÉRIAS SIDINEI BARANOSKI

PORTARIA Nº 044/2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, do servidor público municipal, senhor Sidinei Baranoski, matr. 12025/01 lotado na secretaria municipal de Adm. Período aquisitivo de 1/03/2014 a 28/02/2015, período de gozo de férias de 17/02/2016 a 17/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Fevereiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5

### PORTARIA Nº 045/2016 FÉRIAS NEIDE SALINI

PORTARIA Nº 045/2016  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias regulamentares, a servidora pública municipal, senhora Neide Salini, matr. 12785/01 lotado na secretaria municipal de Educação. Período aquisitivo de 02/02/2015 a 01/02/2016, período de gozo de férias de 17/02/2016 a 17/03/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Fevereiro 2016.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI  
DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS  
MATRICULA Nº1300/5



**PORTARIANº 046/2016 LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

PORTARIA Nº 046/2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica concedida a licença para tratamento de saúde a servidora Edivete M.L. da Cruz, Matrícula 789/07, a partir de 17 de Fevereiro 2016 ate 30 de Maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de Fevereiro de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº

**PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 6/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 3/2016 para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NA ÁREA DE SAÚDE, COM CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA AUXÍLIO NO TREINAMENTO E UTILIZAÇÃO DO E-SUS (SISTEMA DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DISPONIBILIZADO GRATUITAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE), COM FORNECIMENTO DE FERRAMENTAS, MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DA SAÚDE, LEVANTAMENTO DE REQUISITOS, REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E EVENTUAIS NA UNIDADE DE SAÚDE, TAMBÉM DISPONIBILIZAR FERRAMENTAS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:15 horas do dia 01/03/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 13:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo fone (0xx49) 36570001 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 15/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO 07/2016**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 7/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 4/2016 para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS EM SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 15:15 horas do dia 01/03/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 15:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo fone (0xx49) 36570001 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 15/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016**

O Fundo Municipal de Saúde de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando PROCESSO LICITATÓRIO n. 8/2016 na MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL n. 5/2016 para AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 13:30 horas do dia 02/03/2016, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 14:00 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337, pelo fone (0xx49) 36570001 ou através do site <http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br/>. Santa Terezinha do Progresso (SC), 15/02/2016. Jacob Gilmar Junges – Prefeito Municipal.

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 16A/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	16A/2016
Contrato Principal Nº.	116/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	CONSTRUTORA CONAV LTDA – ME
Objeto	Prorrogação de prazo para a execução de obra de reforma da Creche Municipal Cantinho da Alegria com área de 571,58m <sup>2</sup> , passando o prazo final da obra a ser 14 de março de 2016.
Vigência	15 de fevereiro a 14 de março de 2016.
Convite Nº.	01/2015.
Processo Nº.	129/2015.
Santiago do Sul-SC, 12 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
Prefeito Municipal	

### CONTRATO 17/2016

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	17/2016
Contratante	MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
Contratada	NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
Objeto	Aquisição de gêneros alimentícios.
Valor	RS 1.912,15 (um mil novecentos e doze reais e quinze centavos).
Vigência	15 de fevereiro à 30 de abril de 2016.
Processo Nº. 05/2016.	
Pregão Nº. 02/2016.	
Santiago do Sul, 15 de fevereiro de 2016.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2016 FC

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO A RUA WALTER LINZMEYER, Nº 116, BAIRRO OXFORD, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.16.024.0062.001.00, PISO TÉRREO, COM ÁREA DE 106,32 M², PARA ABRIGAR UMA UNIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

CONTRATADO: LOURIVAL BUENO DE OLIVEIRA  
VALOR: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por mês.

SÃO BENTO DO SUL, 04 de fevereiro de 2016.  
SARA GIOVANA DADAM ZILIOOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – DL 04/2016

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por meio de dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL LOCALIZADO A RUA WALTER LINZMEYER, Nº 116, BAIRRO OXFORD, INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.16.024.0062.001.00, PISO TÉRREO, COM ÁREA DE 106,32 M², PARA ABRIGAR UMA UNIDADE DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

II – Contratado: LOURIVAL BUENO DE OLIVEIRA

III - Característica da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: A sala locada se destina ao funcionamento da Biblioteca Pública Municipal – Cruzeiro. A mesma localizava-se em outro imóvel, porém, por solicitação de desocupação do imóvel pelo proprietário, houve a necessidade de mudança. O local escolhido atende as necessidades da Biblioteca Pública – Cruzeiro, sendo sua localização e estrutura apropriadas para a prestação dos serviços oferecidos pela Biblioteca.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: O contratado é proprietário do referido imóvel, oferecendo um bom espaço, que melhor se adequa às necessidades da Fundação Cultural de São Bento do Sul, pelos motivos supracitados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é o preço praticado no mercado, conforme avaliação de imóvel.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Presidente da Fundação Cultural, Sr. ROBSON RODRIGUES DA SILVA.

SARA GIOVANA DADAM ZILIOOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2016 FC

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2016

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE TRÊS EVENTOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL, SENDO SALÃO COBERTO E FECHADO, COM BANHEIROS E ESTACIONAMENTO DISPONÍVEIS, LOCALIZADO NA RUA ALFREDO KLIMMEK, Nº 168, BAIRRO CENTRO, COM ÁREA DE 300 M².

CONTRATADO: SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES (CNPJ 00.099.910/0001-73).

VALOR: R\$ 9.550,00 (NOVE MIL QUINHENTOS E CINQUENTA REAIS) sendo este valor dividido da seguinte forma:

1. R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) para realização da Feira de Páscoa;
2. R\$ 4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) para a realização da Feira de Natal; e
3. R\$ 1.000,00 (um mil reais) para evento a ser definido e realizado durante o ano de 2016 pela Fundação Cultural.

SÃO BENTO DO SUL, 11 de fevereiro de 2016.  
SARA GIOVANA DADAM ZILIOOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – DL 05/2016

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação por meio de dispensa de licitação.

I – Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA REALIZAÇÃO DE TRÊS EVENTOS DA FUNDAÇÃO CULTURAL, SENDO SALÃO COBERTO E FECHADO, COM BANHEIROS E ESTACIONAMENTO DISPONÍVEIS, LOCALIZADO NA RUA ALFREDO KLIMMEK, Nº 168, BAIRRO CENTRO, COM ÁREA DE 300 M².

II – Contratado: SOCIEDADE DESPORTIVA BANDEIRANTES (CNPJ 00.099.910/0001-73).

III - Característica da Situação que Justifica a Dispensa: A dispensa de licitação se baseia no inciso X do Art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: O imóvel atende das finalidades principais da administração municipal, cujas necessidades de instalação e localização condicionaram a sua escolha, sendo a compatibilidade com o valor de mercado adequado, segundo avaliação comprovada no presente processo.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A contratada é proprietária do referido imóvel, oferecendo espaço necessário, que melhor se adequa às necessidades da Fundação Cultural de São Bento do Sul para a realização dos eventos a que se destina.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado é compatível com o preço praticado no mercado.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Presidente da Fundação Cultural, Sr. ROBSON RODRIGUES DA SILVA.

SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a EMPRESA HORIZONTE TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA MULTIACERVO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ADEQUAÇÃO, ALTERAÇÃO E SUPORTE OPERACIONAL DO SISTEMA.

VALOR TOTAL: R\$ 3.408,00 (três mil quatrocentos e oito reais).  
DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 31 de janeiro de 2016.  
Ass: ROBSON RODRIGUES DA SILVA, pela Fundação Cultural.  
AYLTON BOGO, pela Contratada.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016 FC**

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Largo Hugo Fischer, 33 – Centro

Fone/Fax: (47) 3631-6043

89.280-364 – SÃO BENTO DO SUL – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2016

DA ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços, que entre si celebram a FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL e a BANDA TREML.

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS MUSICAIS DA BANDA TREML NAS TRADIÇÕES RETRETAS DE VERÃO E NA RETRETA DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, EM 23 DE SETEMBRO, PROMOVIDAS PELA CONTRATANTE NO ANO DE 2016.

VALOR TOTAL: R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais).  
DA VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2016.

São Bento do Sul, 03 de fevereiro de 2016.  
Ass: ROBSON RODRIGUES DA SILVA, pela Fundação Cultural.  
MÁRCIO BROSOWSKY, pela Contratada.

### **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2016 FC**

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2016 A JUNHO DE 2016.

CONTRATADO: NIVALDO STOEBERL & CIA  
VALOR: R\$ 11.100,00 (onze mil e cem reais)

SÃO BENTO DO SUL, 03 de fevereiro de 2016.  
SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

JUSTIFICATIVA – IL 02/2016

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com inexigibilidade de licitação.

I – Objeto: FORNECIMENTO DE VALE-TRANSPORTE PARA FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO DE 2016 A JUNHO DE 2016.

II – Contratado: NIVALDO STOEBERL & CIA

III - Caracterização da Situação que Justifica a Inexigibilidade: A inexigibilidade de licitação se baseia no CAPUT do Artigo 25 da Lei 8.666/93, onde é inviável a competição. Faz-se necessária a compra de passes para os funcionários públicos municipais que atuam na Fundação Cultural de São Bento do Sul, conforme Lei nº 397, de 17 de setembro de 2002, a qual "Institui o vale-transporte aos servidores públicos da administração municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências".

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A empresa contratada é a única concessionária dos serviços de transporte coletivo urbano em São Bento do Sul, escolhida através do processo licitatório nº 85/96, modalidade concorrência pública e contratada por meio do contrato nº 166/96, de 25/07/1996, com prazo permissionário previsto de 20 (vinte) anos, ficando evidenciada a inviabilidade de competição para a contratação dos referidos serviços.

V - Justificativa do Preço: O valor de R\$ 3,70 (três reais e setenta centavos) por passe fornecido justifica-se, visto que o parágrafo único da Cláusula Sexta do Contrato nº 166/96 dispõe:

"Parágrafo Único: As tarifas a serem cobradas serão aprovadas pelo poder permitente, e os reajustes das mesmas serão precedidas de estudo específico, levando-se em conta, entre outros fatores, a depreciação geral do veículo, as despesas médias de conservação e manutenção, inclusive substituição de peças e acessórios, contribuições de previdência social, custo do combustível e lubrificantes, sendo assegurada a justa remuneração do capital". O valor atual da Tarifa do Serviço Público Municipal de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros para o município de São Bento do Sul foi instituído pelo Decreto nº 0908, de 30 de março de 2015, sendo portanto impraticável pesquisa de mercado, pois o valor cobrado está de acordo com a normativa citada.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente, Presidente da Fundação Cultural, Sr. ROBSON RODRIGUES DA SILVA.

SARA GIOVANA DADAM ZILLOTTO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Ratifico a justificativa e determino a publicação no Diário Oficial dos Municípios e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual, em, no máximo, 5 dias.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

# São Domingos

## PREFEITURA

### DEC 2169 DE 10 01 16 NOMEIA JUCELANE FORNARI LORENZI

DECRETO Nº 2169, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº 0045, de 06/11/12 atualizada, pela Lei Complementar 0042 de 04/04/12 atualizada;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora Jucelane Fornari Lorenzi, para exercer o cargo de Coordenador de Controle Interno, neste Município de São Domingos (SC), enquadrado no Anexo III - Quadro Geral de Cargos Comissionados, Código 71.11, Nível CC-03, da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/12 atualizada.

Art. 2º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 11 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

### EDITAL-012-2015-JULGAMENTO-DOS-RECURSOS

EDITAL Nº 012/2015.

PUBLICA O RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS RELATIVOS A CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA.

A Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de São Domingos e a empresa IOPLAN, no uso de suas atribuições, nos termos do CAPITULO IX e seus subitens, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que após a análise dos recursos interpostos pelos candidatos, quanto a classificação provisória, a banca examinadora prolatou as seguintes decisões:

1º. Fica indeferido os seguintes recursos:

INSCRIÇÃO	CARGO	QUESTÃO	DECISÃO
283676	Professor de Educação Infantil	Classificação	Mantida a classificação provisória em revisão a sua pontuação.
282077	Professor de Educação Infantil	Classificação	Recurso interposto fora do prazo recursal, quanto a pontuação de títulos.
269099	Professor de Educação Infantil	Classificação	Mantida a classificação provisória em revisão a sua pontuação.

2º. Nos termos do edital, não cabem recursos administrativamente das decisões da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

Chapecó (SC), 17 de fevereiro de 2016.

IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda.



**EDITAL-013-2015-HOMOLOGACAO-CLASSIFICACAO-FINAL**

EDITAL Nº 013/2015

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL E DEFINITIVA POR CARGO

A IOPLAN Instituto Oeste de Planejamento & Consultoria Ltda., no uso de suas atribuições, nos termos do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2015 e com acompanhamento da Comissão Especial designada pela Administração Municipal, após processamento eletrônico das notas e todas as fases de recursais, DIVULGA a Classificação Final e Definitiva por Cargo dos candidatos aprovados na prova escrita e prova de títulos, listados em ordem de cargo conforme segue:

1. Após as fases recursais, nos termos do edital de processo seletivo simplificado nº 001/2015, segue lista dos candidatos classificados por cargo e aprovados que prestaram a prova escrita e prova de títulos, com suas respectivas notas:

Agente Educativo   PROVA DE NÍVEL MÉDIO															
Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	279980	26/10/1975	Jaqueline Lenita Borges Zanin	4	16,00	1	2,00	3	6,00	8	48,00	72,00	-	72,00	Aprovado
2	284642	30/06/1997	Vanessa Marina Ribeiro Dos Santos	3	12,00	3	6,00	1	2,00	8	48,00	68,00	-	68,00	Aprovado
3	275122	13/07/1991	Gracieli Aparecida Da Silveira	2	8,00	1	2,00	1	2,00	9	54,00	66,00	-	66,00	Aprovado
4	283172	11/02/1966	Neide Lourdes Latreille	2	8,00	4	8,00	-	-	8	48,00	64,00	-	64,00	Aprovado
5	278937	23/04/1994	Marta De Oliveira Paz	1	4,00	2	4,00	-	-	8	48,00	56,00	-	56,00	Aprovado
6	276270	13/08/1991	Jessica Ineia	2	8,00	1	2,00	2	4,00	6	36,00	50,00	-	50,00	Aprovado

## Professor de Educação Infantil | PROVA DE NÍVEL SUPERIOR HABILITADOS E TÍTULOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	280900	21/02/1963	Iria Niszcza Cavalheiro	2	6,00	3	4,50	1	1,50	8	40,00	52,00	7,10	59,10	Aprovado
2	277059	02/12/1967	Eronita Esteves Da Silveira	2	6,00	2	3,00	1	1,50	8	40,00	50,50	8,20	58,70	Aprovado
3	279305	02/04/1976	Gilse Maria Sbardelotto-Marmantini	2	6,00	1	1,50	1	1,50	8	40,00	49,00	8,60	57,60	Aprovado
4	274719	30/11/1963	Lurdes Bigolin Rotava	3	9,00	2	3,00	2	3,00	7	35,00	50,00	7,00	57,00	Aprovado
5	283676	04/10/1981	Margarete Francisca Carvalho Angeli	2	6,00	4	6,00	1	1,50	7	35,00	48,50	8,00	56,50	Aprovado
6	280738	12/02/1994	Ingridi Garbin	1	3,00	2	3,00	1	1,50	9	45,00	52,50	3,00	55,50	Aprovado
7	282192	23/12/1993	Natali Suana Maura	2	6,00	2	3,00	2	3,00	7	35,00	47,00	8,00	55,00	Aprovado
8	279021	22/02/1984	Cleidi Menezes Franca Pedroso	2	6,00	2	3,00	1	1,50	7	35,00	45,50	8,40	53,90	Aprovado
9	277099	30/12/1981	Cledineia Picchi De Souza	1	3,00	3	4,50	2	3,00	7	35,00	45,50	7,70	53,20	Aprovado
10	281049	25/05/1969	Mari Tania Lodi Bortolini	2	6,00	1	1,50	1	1,50	7	35,00	44,00	8,00	52,00	Aprovado
11	280297	08/09/1980	Caren Foss Casagrande	2	6,00	4	6,00	1	1,50	6	30,00	43,50	8,00	51,50	Aprovado
12	278250	08/04/1984	Daniela De Marco Busato	2	6,00	1	1,50	4	6,00	6	30,00	43,50	8,00	51,50	Aprovado
13	282504	08/07/1968	Ilse Zatta Zarembski	1	3,00	1	1,50	1	1,50	7	35,00	41,00	8,80	49,80	Aprovado
14	274686	06/02/1968	Saete De Lurdes Dos Santos Pinheiro	4	12,00	1	1,50	1	1,50	5	25,00	40,00	8,80	48,80	Aprovado
15	275745	17/03/1988	Debora Da Silva Thomaz	2	6,00	1	1,50	2	3,00	6	30,00	40,50	8,20	48,70	Aprovado



16	279726	30/10/1981	Marcele Cristiane Ris-sardo	2	6,00	3	4,50	3	4,50	5	25,00	40,00	8,00	48,00	Aprovado
17	279546	07/11/1988	Caroline Fontana Fabbris	2	6,00	4	6,00	1	1,50	5	25,00	38,50	8,00	46,50	Aprovado
18	280291	25/03/1968	Alenize Maria Bertozzo-Brunetto	2	6,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	37,00	9,00	46,00	Aprovado
19	283426	06/03/1980	Alexsandra BisoloBalas-trelli	2	6,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	37,00	8,20	45,20	Aprovado
20	278767	06/12/1978	Alberilde Barbosa Da Silva	1	3,00	3	4,50	2	3,00	6	30,00	40,50	4,00	44,50	Aprovado
21	276698	24/07/1983	SidianeChitto	1	3,00	2	3,00	1	1,50	6	30,00	37,50	6,50	44,00	Aprovado
22	278702	15/05/1975	Almeri Terezinha Barbosa Da Silva Possa	1	3,00	1	1,50	1	1,50	6	30,00	36,00	8,00	44,00	Aprovado
23	280680	10/12/1990	Alcione Eloira Da Luz	2	6,00	4	6,00	1	1,50	5	25,00	38,50	4,00	42,50	Aprovado
24	274691	04/10/1988	Jucele Dos Santos Gros-belli	2	6,00	1	1,50	1	1,50	5	25,00	34,00	8,00	42,00	Aprovado
25	278828	27/11/1971	Eva LeocadiaZarembski-Bertozzo	2	6,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	32,00	8,60	40,60	Aprovado
26	276612	02/08/1976	GleisaBiniMarmentini	2	6,00	2	3,00	2	3,00	5	25,00	37,00	1,30	38,30	Aprovado
27	282515	15/06/1989	Ana Claudia Gauer Arruda	1	3,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	34,00	4,00	38,00	Aprovado
28	275355	27/07/1977	Vania Maria CenciSche-natto	1	3,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	29,00	8,20	37,20	Aprovado
29	278783	24/07/1976	Roseli Ceni	1	3,00	1	1,50	1	1,50	4	20,00	26,00	8,00	34,00	Aprovado

## Professor de Educação Infantil-NÃO HABILITADO | PROVA DE NÍVEL ATÉ SUPERIOR NÃO HABILITADOS E TÍTULOS

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Especí- ficos		Nota Teórica	Títu- los	Nota final	Situação final
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota				
1	270225	13/04/1989	Aline Spricigo	1	3,00	2	3,00	1	1,50	8	40,00	47,50	4,00	51,50	Aprovado
2	279293	12/12/1980	Luciane Zappe Meirelles	1	3,00	3	4,50	1	1,50	7	35,00	44,00	4,00	48,00	Aprovado
3	280330	24/06/1981	Lucineia Rodrigues	2	6,00	1	1,50	1	1,50	6	30,00	39,00	4,00	43,00	Aprovado
4	282077	01/09/1981	Rosane Aparecida Bampi Baggio	3	9,00	5	7,50	1	1,50	5	25,00	43,00	-	43,00	Aprovado
5	279274	16/04/1984	Cleonice Goncalves Frith	4	12,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	38,00	4,00	42,00	Aprovado
6	278496	21/06/1985	Sabrina Luiza Lorenzon Lazzarotto	2	6,00	2	3,00	1	1,50	6	30,00	40,50	-	40,50	Aprovado
7	281080	03/02/1990	Daiane CurtarelliBrunetto	1	3,00	3	4,50	2	3,00	6	30,00	40,50	-	40,50	Aprovado
8	276506	25/10/1995	Fernanda Da Rocha	1	3,00	3	4,50	2	3,00	5	25,00	35,50	-	35,50	Aprovado
9	270194	06/08/1994	Anderson Felipe De Carvalho	2	6,00	2	3,00	1	1,50	4	20,00	30,50	0,90	31,40	Aprovado

## Professor Ensino Fundamental - ARTES | PROVA DE NÍVEL SUPERIOR HABILITADOS E TÍTULOS

Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Especí- ficos		Nota Teórica	Títu- los	Nota final	Situação final
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota				
1	278945	29/05/1972	ClariBettiato	1	3,00	2	3,00	2	3,00	5	25,00	34,00	8,00	42,00	Aprovado
2	281254	06/03/1966	InesCenciBattistella	1	3,00	4	6,00	1	1,50	5	25,00	35,50	4,80	40,30	Aprovado

## Professor Ensino Fundamental - ARTES-NÃO HABILITADO | PROVA DE NÍVEL ATÉ SUPERIOR NÃO HABILITADOS E TÍTULOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	279042	09/04/1995	Veridiana Bolzan	2	6,00	3	4,50	2	3,00	3	15,00	28,50	-	28,50	Aprovado

## Professor Ensino Fundamental - Educação Física | PROVA DE NÍVEL SUPERIOR HABILITADOS E TÍTULOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	282107	20/01/1989	Bruna Berno	3	9,00	4	6,00	1	1,50	9	45,00	61,50	8,00	69,50	Aprovado
2	274384	04/06/1989	Deocleia Aparecida Spanhol	4	12,00	3	4,50	1	1,50	8	40,00	58,00	8,00	66,00	Aprovado
3	274817	27/09/1985	WeniciosArtiminoPase	3	9,00	2	3,00	1	1,50	8	40,00	53,50	5,50	59,00	Aprovado
4	285009	07/10/1985	EdianeFazoloGriss	3	9,00	3	4,50	1	1,50	7	35,00	50,00	4,00	54,00	Aprovado
5	280967	15/02/1982	Jose Vitor Vaucher Souto	1	3,00	3	4,50	1	1,50	7	35,00	44,00	8,20	52,20	Aprovado
6	271886	28/09/1983	CatiaScheffer	4	12,00	2	3,00	1	1,50	5	25,00	41,50	8,00	49,50	Aprovado
7	279117	15/06/1993	Leonardo AntonioCunico	2	6,00	1	1,50	1	1,50	7	35,00	44,00	4,00	48,00	Aprovado
8	269281	27/01/1991	Rafaela Spolti	2	6,00	4	6,00	2	3,00	5	25,00	40,00	4,00	44,00	Aprovado
9	282986	06/08/1983	Nubia Janine Lammel-Gelhen	2	6,00	2	3,00	1	1,50	5	25,00	35,50	5,20	40,70	Aprovado

## Professor Ensino Fundamental - Educação Física-NÃO HABILITADO | PROVA DE NÍVEL ATÉ SUPERIOR NÃO HABILITADOS E TÍTULOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	278693	15/12/1995	Fabricio Guidini De Andrade	2	6,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	37,00	-	37,00	Aprovado

## Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais | PROVA DE NÍVEL SUPERIOR HABILITADOS E TÍTULOS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Específicos		Nota Teórica	Títulos	Nota final	Situação final
				Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota	Acer-tos	Nota				
1	280711	07/01/1985	Simone DalacorteQuadri	3	9,00	5	7,50	2	3,00	7	35,00	54,50	8,00	62,50	Aprovado
2	278251	08/04/1984	Daniela De Marco Busato	2	6,00	1	1,50	4	6,00	8	40,00	53,50	8,00	61,50	Aprovado
3	277057	25/03/1982	Ivania Maria Fraron Gomes	2	6,00	2	3,00	1	1,50	8	40,00	50,50	5,00	55,50	Aprovado
4	281232	07/11/1967	Marines Cenci	1	3,00	5	7,50	3	4,50	6	30,00	45,00	9,00	54,00	Aprovado
5	283012	30/10/1981	Marcele Cristiane Ris-sardo	2	6,00	3	4,50	3	4,50	6	30,00	45,00	8,00	53,00	Aprovado
6	284595	15/09/1962	Claudete Inez HennerichLammel	2	6,00	2	3,00	2	3,00	6	30,00	42,00	9,00	51,00	Aprovado
7	275886	12/07/1985	Adriana Cararo	1	3,00	1	1,50	2	3,00	7	35,00	42,50	6,40	48,90	Aprovado

8	274673	06/02/1968	Salete De Lurdes Dos Santos Pinheiro	4	12,00	1	1,50	1	1,50	5	25,00	40,00	8,80	48,80	Aprovado
9	275382	01/11/1971	Cleusa Maria PiranPres-santo	1	3,00	1	1,50	3	4,50	6	30,00	39,00	8,80	47,80	Aprovado
10	274720	30/11/1963	Lurdes Bigolin Rotava	3	9,00	2	3,00	2	3,00	5	25,00	40,00	7,00	47,00	Aprovado
11	278503	26/08/1969	MarilussiMarmementini	4	12,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	38,00	9,00	47,00	Aprovado
12	279796	27/04/1958	Eni Maria Zappani	2	6,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	37,00	8,80	45,80	Aprovado
13	278829	27/11/1971	Eva LeocadiaZarembski-Bertozzo	2	6,00	2	3,00	2	3,00	5	25,00	37,00	8,60	45,60	Aprovado
14	275349	24/10/1982	Lucineia Ferreira Da Luz Marques	1	3,00	2	3,00	1	1,50	6	30,00	37,50	8,00	45,50	Aprovado
15	278713	25/07/1979	Vanessa Possa Schuster	2	6,00	4	6,00	3	4,50	5	25,00	41,50	4,00	45,50	Aprovado
16	277100	30/12/1981	CledineiaPicchi De Souza	1	3,00	2	3,00	1	1,50	6	30,00	37,50	7,70	45,20	Aprovado
17	282219	16/12/1968	Elizabete Aparecida FigueiroPretto	1	3,00	2	3,00	3	4,50	5	25,00	35,50	8,80	44,30	Aprovado
18	280901	21/02/1963	Iria Niszcak Cavalheiro	2	6,00	3	4,50	1	1,50	5	25,00	37,00	7,10	44,10	Aprovado
19	277060	02/12/1967	Eronita Esteves Da Silveira	2	6,00	2	3,00	1	1,50	5	25,00	35,50	8,20	43,70	Aprovado
20	275712	27/04/1961	Celi Terezinha Anghinoni	1	3,00	3	4,50	2	3,00	5	25,00	35,50	8,00	43,50	Aprovado
21	279048	01/12/1963	Sandra Maria Taglian	3	9,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	35,00	8,20	43,20	Aprovado
22	281555	26/11/1991	Natalia Augusta Teixeira Peruzzo	2	6,00	3	4,50	3	4,50	4	20,00	35,00	8,00	43,00	Aprovado
23	276966	07/11/1963	Lucia Basso Valcarenghi	2	6,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	32,00	9,00	41,00	Aprovado
24	275726	17/03/1988	Debora Da Silva Thomaz	1	3,00	1	1,50	2	3,00	5	25,00	32,50	8,20	40,70	Aprovado
25	282193	23/12/1993	Natali Suana Maura	2	6,00	2	3,00	2	3,00	4	20,00	32,00	8,00	40,00	Aprovado
26	284899	01/11/1961	Marilene Santana Pantano	2	6,00	1	1,50	2	3,00	4	20,00	30,50	9,00	39,50	Aprovado
27	279306	02/04/1976	Gilse Maria Sbardelotto-Marmementini	2	6,00	1	1,50	1	1,50	4	20,00	29,00	8,60	37,60	Aprovado
28	280303	25/03/1968	Alenize Maria Bertozzo-Brunetto	2	6,00	3	4,50	2	3,00	3	15,00	28,50	9,00	37,50	Aprovado
29	278784	24/07/1976	Roseli Ceni	2	6,00	1	1,50	1	1,50	4	20,00	29,00	8,00	37,00	Aprovado
30	284157	12/02/1994	Ingridi Garbin	1	3,00	2	3,00	1	1,50	5	25,00	32,50	3,00	35,50	Aprovado
31	278703	15/05/1975	Almeri Terezinha Barbosa Da Silva Possa	1	3,00	1	1,50	1	1,50	4	20,00	26,00	8,00	34,00	Aprovado
32	280681	10/12/1990	Alcione Eloira Da Luz	2	6,00	4	6,00	1	1,50	3	15,00	28,50	4,00	32,50	Aprovado
33	274692	04/10/1988	Jucele Dos Santos Gros-belli	2	6,00	1	1,50	1	1,50	3	15,00	24,00	8,00	32,00	Aprovado
34	280298	08/09/1980	CarenFoss Casagrande	2	6,00	4	6,00	1	1,50	2	10,00	23,50	8,00	31,50	Aprovado
35	278768	06/12/1978	Alberilde Barbosa Da Silva	1	3,00	3	4,50	2	3,00	3	15,00	25,50	4,00	29,50	Aprovado
36	276699	24/07/1983	SidianeChitto	1	3,00	2	3,00	1	1,50	3	15,00	22,50	6,50	29,00	Aprovado
37	282516	15/06/1989	Ana Claudia Gauer Arruda	1	3,00	3	4,50	1	1,50	3	15,00	24,00	4,00	28,00	Aprovado
38	281044	25/05/1969	Mari Tania Lodi Bortolini	2	6,00	1	1,50	1	1,50	1	5,00	14,00	8,00	22,00	Aprovado

Professor Ensino Fundamental Séries Iniciais-NÃO HABILITADO   PROVA DE NÍVEL ATÉ SUPERIOR NÃO HABILITADOS E TÍTULOS															
Posi- ção	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português		Matemática		Legislação		C. Especí- ficos		Nota Teórica	Títu- los	Nota final	Situação final
				Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota	Acer- tos	Nota				
1	273751	19/02/1975	LeoniceDalacorteBressan	2	6,00	5	7,50	2	3,00	8	40,00	56,50	-	56,50	Aprovado
2	279294	12/12/1980	Luciane Zappe Meirelles	2	6,00	4	6,00	1	1,50	5	25,00	38,50	4,00	42,50	Aprovado
3	279275	16/04/1984	Cleonice Goncalves Frith	4	12,00	2	3,00	2	3,00	3	15,00	33,00	4,00	37,00	Aprovado
4	270226	13/04/1989	Aline Spricigo	1	3,00	1	1,50	2	3,00	5	25,00	32,50	4,00	36,50	Aprovado
5	278130	27/01/1982	Eva De Lurdes InacioGrolli	2	6,00	1	1,50	2	3,00	3	15,00	25,50	4,00	29,50	Aprovado
6	280331	24/06/1981	Lucineia Rodrigues	2	6,00	1	1,50	1	1,50	3	15,00	24,00	4,00	28,00	Aprovado
7	281081	03/02/1990	Daiane CurtarelliBrunetto	1	3,00	3	4,50	2	3,00	3	15,00	25,50	-	25,50	Aprovado
8	274372	26/06/1973	Cristina InesRissi	1	3,00	2	3,00	1	1,50	3	15,00	22,50	-	22,50	Aprovado
9	281140	17/11/1970	Noeli Teresinha Bedin	2	6,00	2	3,00	1	1,50	2	10,00	20,50	0,30	20,80	Aprovado

2. Não serão admitidos recursos administrativos em face da classificação final e definitiva.

Chapecó/SC, 17 de fevereiro de 2016.

IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO & CONSULTORIA LTDA.

## PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 AG KIENEN

### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: A.G. KIENEN & CIA LTDA., 82.225.947/0001-65

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
62	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICI- PAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$ 193.534,90

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

## PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 AGIL

### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ: 20.590.555/0001-48'

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
44	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICI- PAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$ 131.616,60

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 AGLON****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA., CNPJ n. 65.817.900/0001-71

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
20	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$ 92.005,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 ALTERMED****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: ALTERMED MAT. MED. HOSP. LTDA., CNPJ n. 00.802.002/0001-02

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
81	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$217.488,02

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 ANDROMEDA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 13.568.558/0001-10

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
04	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$ 8.111,20

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 ANGAI****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 04.217.590/0001-60

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
42	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$89.109,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 AR FIORENZANO****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 10.869.890/0001-26

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
34	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$173.611,60

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 CENTERMEDI****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ n. 03.652.030/0001-70

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
61	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$159.670,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.  
Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017  
ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 CIRURGICA SANTA CRUZ****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ n. 94.516.671/0002-34

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
28	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$59.784,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 DAMEDI****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: DAMEDI DAMBRÓS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 95.368.320/0 001-05

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
21	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$32.658,20

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 DIMASTER****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ n. 02.520.829/0001-40

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
37	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$175.405,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 DIMEVA****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, CNPJ n. 76.386.283/0001-13

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
54	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$174.454,70

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 IDEALMED****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: IDEALMED DISTRIBUIDORA E MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 09.285.600/0001-18

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
17	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$39.043,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 INOVAMED****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 12.889.035/0001-02

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
53	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$ 112.890,50

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.



**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016  
MEDICAMENTOS AZ****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: MEDICAMENTOS DE AZ EIRELLI., CNPJ n. 09.676.256/0001-98

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
16	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$40.362,75

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016  
PROSAUDE****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., CNPJ n. 85.247.385/0001-49

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
16	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$39.581,00

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 001/2016 S&R****EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Espécie: Ata de Registro de Preços referente ao Processo Licitatório FMS n. 001/2016, Modalidade Pregão Presencial n. 001/2016. Objeto. AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. Fornecedor Registrado: S & R DISTRIBUIDORA LTDA., CNPJ n. 04.889.315/0001-92

QTD ITENS	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)
52	AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MEDICAMENTOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO	R\$131.766,26

A relação completa dos itens e respectivos valores encontra-se disponível junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal.

Vigência da Ata: 10/02/2016 a 10/02/2017

ALCIMAR DE OLIVEIRA – Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 008/2016**

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 008/2016

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS FMS N. 003/2016

A Pregoeira Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 01 de março de 2016, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS E ARTIGOS DESCARTÁVEIS ODONTOLÓGICOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:licitacao@saodomingos.sc.gov.br. São Domingos, SC, 10 de fevereiro de 2016.

Paula Natana Comachio - Pregoeira Oficial.

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 013/2016**

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 001/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 013/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 001/2016

Objeto: contratação direta de Show com o Grupo Musical San Francisco, a ser realizado no dia 06 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos, em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 17.000,00 (dezessete mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 15 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

**PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 014/2016**

Aviso de Inexigibilidade

Aviso de Inexigibilidade de Licitação n. 002/2016

Município de São Domingos/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N. 014/2016

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 002/2016

Objeto: contratação direta de Show Nacional com a dupla Edson e Hudson, a ser realizado no dia 07 de abril de 2016, nesta cidade de São Domingos para realização da 5ª FAIC São Domingos e em comemoração ao 53º aniversário do município. Valor: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais).

Fundamento Legal: Art. 25, III, da Lei n. 8.666/93.

São Domingos, SC, 15 de fevereiro de 2016.

Alcimar de Oliveira - Prefeito Municipal.

# São João do Oeste

## PREFEITURA

**PP 14/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 014/2016, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação e empresa para efetuar conserto no sistema de ar condicionado do veículo Ducato da Secretaria de Educação do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço global.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 01 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 01 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 18 de fevereiro de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

**PP 15/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 – Exclusivo para empresas MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 015/2016, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de mudas de hortaliças para continuação do programa horta familiar do município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 10:30 horas do dia 01 de março de 2016. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 10:30 horas do dia 01 de março de 2016 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo email [compras@saojoao.sc.gov.br](mailto:compras@saojoao.sc.gov.br) e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 18 de fevereiro de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

# São Joaquim

## PREFEITURA

### COMUNICADO URGENTE

São Joaquim, 17 de fevereiro de 2016.  
COMUNICADO URGENTE.

A SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, ATRAVÉS DE SEUS DIRIGENTES, COMUNICAM PAIS, PROFESSORES, ALUNOS E TODA A COMUNIDADE EM GERAL DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E AS CRECHES QUE:

- 1-O INÍCIO DO ANO LETIVO DE 2016 PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CRECHES SERÁ DIA: 29 DE FEVEREIRO DE 2016.
- 2-OS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL INICIARÃO TAMBÉM NO DIA 29 DE FEVEREIRO DE 2016 EM TODAS AS CRECHES.
- 3- NA SEMANA DE 22/02 A 26/02 NAS ESCOLAS MUNICIPAIS SERÁ PLANEJAMENTO COM DIRETORES E PROFESSORES.
- 4- O PLANTÃO NA CRECHE DO JARDIM MINUANO (CAIQUINHO) CONTINUARÁ ATÉ DIA 26 DE FEVEREIRO.
- 5- A CHAMADA DO SELETIVO E DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL SERÁ:

NO DIA 22 DE FEVEREIRO NA CASA DA CULTURA, CONCURSO ÀS 08H 30 MIN E SELETIVO ÀS 13H 30 MIN.

OBS: APÓS A CHAMADA OS PROFESSORES PASSARÃO PELO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL NO DIA 23 DE FEVEREIRO.

OS CONTRATOS SERÃO EFETUADOS NO DIA 26 DE FEVEREIRO.

Atenciosamente;

Dalva de Souza Hiura  
Secretária Municipal da Educação Cultura e Desporto

## CÂMARA MUNICIPAL

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 01/2016 – CMSJ  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016  
CONTRATO Nº 01/2016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 01/2016 para a Celebração de Contrato com a Empresa MONEYTRON INFORMÁTICA LTDA - CNPJ (MF): 00.539.891/0001-59, inscrição estadual nº 253.090.326, sito na Presidente Nereu Ramos, nº 306, sala 02, Centro, Lages - SC, no valor de R\$ 1.262,80 (mil duzentos e sessenta e dois reais e oitenta centavos, no valor mensal de R\$ 1144,80 (cento e quatorze reais e oitenta centavos), para prestação de serviços Técnico-especializados de backup de dados online pelo software Eversafe Online Backup Manager, com duração de 11 (onze) meses.

São Joaquim, 03 de fevereiro de 2016.  
Tulio Cesar Mattos  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016 – CMSJ  
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2016  
CONTRATO Nº 02/20016

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim - CNPJ: 78.493.731/0001-03 torna público, para os interessados, o processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2016 para a Celebração de Contrato com a Empresa PUBLIC & PRIVATE TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA- ME - CNPJ (MF): 22.459.999/0001-74, sito na Osvaldo Aranha, nº 50, sala 01, Centro, Criciúma - SC, no valor de R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais), para locação e atualização do sistema de informática denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA e serviços técnicos especializados para a manutenção corretiva. Pela prestação de serviços de suporte técnico, não coberto pela manutenção, será pago o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) a hora técnica, acrescidos de despesas de deslocamento no valor de R\$ 0,70 (setenta centavos) o Km rodado, mais despesas de estadia no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) ao dia apurado em solicitação de serviço, quando exigir a presença do técnico, com duração de 11 (onze) meses.

São Joaquim, 10 de fevereiro de 2015.  
Tulio Cesar Mattos  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Joaquim

# São José

## PREFEITURA

### PORTARIA NO 003, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016

portaria no 003, de 17 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Designa servidor para a finalidade que especifica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE :

Art. 1o Fica designado o Servidor Sr. Manoel Abreu, matrícula nº 34.414, para conjuntamente com o Secretário Municipal de Assistência Social, proceder movimentação financeira em meio eletrônico do Fundo Municipal do Idoso (FMI), junto ao Banco do Brasil, a fim de dar cumprimento ao Decreto nº 5.623/2016.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 17 de fevereiro de 2016.

NORMA WARMLING

Secretária de Municipal de Assistência Social

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CC Nº 011/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 446/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 011/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL "SAN MARINO", PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROGRAMA PRÓ-INFÂNCIA/FNDE, NO BAIRRO FORQUILHAS - MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação e manifestação em ATA apresentado pela empresa abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura por intermédio do Engenheiro Civil Fábio Decarli Savi quanto à Qualificação Técnica, conforme Relatório Técnico nº 001/2016.

#### EMPRESAS LICITANTES

- CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA.
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP
- G.J. CONSTRUÇÕES LTDA – EPP
- TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP e
- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA.

Não estiveram presentes na sessão pública os representantes das empresas: TRANSPEREIRA, DE ANGELO, THOME, MUNDIAL, TRIO e GJ. Os documentos de habilitação foram rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações (CPL) e representantes presentes. As empresas DE FARIA e CONTRUHAB anexaram manifestação à ata da fase de habilitação.

É o relatório.

#### 1 - MANIFESTAÇÕES.

##### 1.1. MANIFESTAÇÃO DA DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA:

O representante da empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA, manifestou-se em ATA (fl. 412-413) durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação em face de seus concorrentes, o que passamos a responder conforme a sequência:

\* MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP

A declaração de disponibilidade de máquinas apresentada em fls. 606 refere-se ao presente certame. A uma porque estava anexado ao envelope de habilitação da empresa licitante. A duas porque na declaração consta que os equipamentos, ferramentas e pessoal técnico especializada estarão disponíveis para os serviços "(...) objeto desta licitação (...)."

\* THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Analisando o presente Processo Licitatório, especificamente a declaração exigida no item 9.2.5 do Edital, verifica-se que a empresa não assinou a declaração de fls 652, não sendo possível atestar sua veracidade.

\* G.J. CONSTRUÇÕES LTDA – EPP

Com relação a Certidão de Pessoa Jurídica do CREA/SC apresentada em fls. 560, esta se faz presente para atestar que a empresa está registrada no seu Órgão de Classe e se ela está com a validade em dia. O documento hábil para se verificar o Balanço Patrimonial é aquele validado pela Junta Comercial de cada Estado, o qual foi anexado em fls. 567-572.

**\* TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA**

A certidão de fls. 725, exigida no item 9.4.1 do Edital, está vencida desde o dia 20/12/2015.

O alvará apresentado em fls. 731-732 está válido, inclusive possui como data de validade o dia 10/01/2016, conforme documento de fls. 733.

**\* TRIO CONSTRUTORA E INCOPORADORA LTDA**

O Contrato Social de fls. 760-770 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

A procuração de fls. 771-773 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

A declaração de fls. 776 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

As ART's e os atestados de fls 780-794 estão condicionados a verificação de sua validade por meio digital, o que foi conferido pela Comissão.796-803

O Balanço Patrimonial e os Índices Contábeis de fls 796-803 não estão autenticados, não sendo possível atestar sua veracidade.

**\* CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP**

O referido atestado técnico comprova a aptidão técnica da empresa e não do profissional, conforme Relatório Técnico 001/2016.

A declaração de disponibilidade de máquinas apresentada em fls. 472 refere-se ao presente certame. A uma porque estava anexado ao envelope de habilitação da empresa licitante. A duas porque na declaração consta que os equipamentos, ferramentas e pessoal técnico especializada estarão disponíveis para os serviços "(...) objeto desta licitação (...)."

Dessa forma, a decisão da Comissão Permanente de Licitações é a de que prospera em parte as arguições da empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

**1.2. MANIFESTAÇÃO DA CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA:**

O representante da empresa CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA, manifestou-se em ATA (fl. 414) durante a sessão de abertura dos envelopes de habilitação em face de seus concorrentes, o que passamos a responder conforme a sequência:

**\* THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**

Analisando o presente Processo Licitatório, especificamente a declaração exigida no item 9.2.5 e 9.4.7 do Edital, verifica-se que a empresa não assinou as declarações de fls 652 e 689-690, não sendo possível atestar as suas veracidades.

**\* TRIO CONSTRUTORA E INCOPORADORA LTDA**

O Contrato Social de fls. 760-770 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

A procuração de fls. 771-773 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

A declaração de fls. 776 não está autenticada, não sendo possível atestar sua veracidade.

As ART's e os atestados de fls 780-794 estão condicionados a verificação de sua validade por meio digital, o que foi conferido pela Comissão.796-803

O Balanço Patrimonial e os Índices Contábeis de fls 796-803 não estão autenticados, não sendo possível atestar sua veracidade.

**\* TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA**

Quanto a capacidade técnica, a análise dos documentos foram feitos pelo Engenheiro Fabio Decarli Savi, peça anexa a este relatório.

A certidão de fls. 725, exigida no item 9.4.1 do Edital, está vencida desde o dia 20/12/2015.

Dessa forma, a decisão da Comissão Permanente de Licitações é a de que prospera em parte as arguições da empresa CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA

**2 – RELATÓRIO TÉCNICO DO ENGENHEIRO CIVIL FABIO DECARLI SAVI:**

Em colaboração com o presente certame, o expert exarou o Relatório Técnico nº 001/2016 que é peça determinante para a análise técnica das empresas e parte integrante deste documento.

Sendo assim, manifestou-se o profissional:

"Portanto, conforme exposto, as empresas DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA E TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA apresentaram comprovação de aptidão através de certidões e atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação, logo, aptas a concorrerem."

A empresa THOME EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA a vista do Relatório Técnico supracitado apresentou capacidade técnica para o presente certame, contudo, deixou de assinar as declarações exigidas no Edital, conforme item 10.3 do Edital.

A empresa TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA a vista do Relatório Técnico supracitado apresentou capacidade técnica para o presente certame, contudo, não autenticou diversos documentos, conforme já informado alhures, descumprindo o item 10.5 do Edital.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93, suas alterações e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

**HABILITAR A EMPRESA POR ATENDER AOS REQUISITOS DO EDITAL:**

· DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

**INABILITAR AS EMPRESAS:**

· CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP por descumprir o item 9.2.3 do Edital.

· G.J. CONSTRUÇÕES LTDA – EPP por descumprir o item 9.2.3 e 9.3.8 do Edital

· TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA por descumprir o item 10.5 do Edital

· CONSTRUHAB CONSTRUTORA LTDA por descumprir o item 9.2.3 do Edital.

· MUNDIAL SERVIÇOS LTDA EPP por descumprir o item 9.2.3 do Edital



- TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA por descumprir o item 9.2.3 e 9.4.1 do Edital.
- THOMÉ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA por descumprir o item 10.3 do Edital

No que se refere a empresa TRANSPEREIRA CONSTRUÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA, apresentou "Certidão de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União" (documento de regularidade fiscal, conforme art. 29, III da Lei nº 8.666/1993) com prazo de validade vencido desde o dia 20/12/2015, descumprindo o item 10.2 do Edital, porém, como se trata de EMPRESA DE PEQUENO PORTE a Lei Complementar nº 123/2006 em seu artigo 43, §2º assegura o direito de reapresentar – no prazo de 5 (cinco) dias úteis – documentos de regularidade fiscal que estejam com restrição. Nesse sentido, a empresa poderá apresentar novamente a CND Federal ao final do processo, se posteriormente for declarada vencedora.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 18/02/2016 contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 29/02/2016, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 17 de fevereiro de 2016.

Leonardo Wiethorn Rodrigues	Elizabete Hillesheim dos Santos	
Presidente da CPL	Membro Suplente da CPL	
Humberto Alcino da Silva	Vera Suely de Andrade	
Membro suplente da CPL	Membro suplente da CPL	
Rejane Magali dos Santos Medeiros		
Membro da CPL		

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016 CONCURSO PÚBLICO 003/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2016

CONCURSO PÚBLICO 003/2015

A Secretária de Administração do Município de São José/SC, no uso de suas atribuições legais, vem pelo presente tornar pública a CONVOCAÇÃO dos candidatos(as) aprovados(as) no CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2015, abaixo relacionados(as), para comparecerem mediante agendamento, nos termos do item 14.8 do Edital, à Secretaria de Administração - Diretoria de Recursos Humanos - 3º andar – situado na Av. Acioni de Souza Filho (Av. Beira Mar) s/n - Praia Comprida - São José/SC, munidos de seus documentos pessoais para dar início a nomeação.

NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
DIOGO CARDOSO DA SILVA	Profissional de Educação Física	1
PRISCILA MARI DOS SANTOS	Profissional de Educação Física	2
FRANCINE HUBERT DE SOUZA	Profissional de Educação Física	3
GEORGE VIEIRA	Profissional de Educação Física	4
RAFAELA GRUBEL WERLANG CARDOSO	Profissional de Educação Física	5
FERNANDA CACCIATORI	Profissional de Educação Física	6
CESAR AUGUSTO FRITZ BUENO	Profissional de Educação Física	7
DIEGO GNECCO	Profissional de Educação Física	8

São José, 17 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

## PORTARIA - SA - N.º 42/2016

PORTARIA– SA – Nº 42/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARCELO MULLER, matrícula nº 15728-8, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - N.º 43/2016**

PORTARIA- SA – N.º 43/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) PEDRO DE SOUZA MARCOLINO, matrícula nº 2681-6, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura, no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 44/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 44/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLECIO PEREIRA SOARES, matrícula n.º 23100-2, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 14.12.2015 à 11.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 45/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 45/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILEUSA FERNANDES DOS SANTOS, matrícula n.º 25992-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, Licença para

Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 26.11.2015 à 23.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 46/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 46/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). REJANE MULLER KLERING, matrícula n.º 10397-7, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 08.01.2016 à 06.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 47/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 47/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSE RODOLFO GILL BIANCHINI, matrícula n.º 39478-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 28.12.2015 à 26.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 48/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 48/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 106 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Que a servidora ZILDA SCHMITT, matrícula n.º 11054-0, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 14 de Janeiro de 2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Janeiro de 2016.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Janeiro de 20156.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 49/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 49/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUCIANE ALBINO DOS SANTOS DA COSTA, matrícula n.º 10214-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 18.01.2016 a 17.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 50/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 50/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 102 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. ADERIVANIA MARIA DA SILVA MENDES, matrícula n.º 35715-4, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor (a), Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 05.01.2016 à 02.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Janeiro de 2016  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 51/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 51/2016

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 102 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. NILZA MORESCHI SCHMITZ, matrícula n.º 40218-4, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 07.01.2016 à 04.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Janeiro de 2016  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 52/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 52/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LIA SILVA VIEIRA, matrícula n.º 35331-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro (a), licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 21 (vinte e um) dias, de 14.01.2016 à 03.02.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 20 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 53/2016**

PORTARIA- SA – N.º 53/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 114 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 27651/15 de 27.11.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr.(a) DIEGO MOLINA CAMARGO matrícula nº 19059-4, lotado na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, para tratar de assuntos particulares, a partir de 07.11.2015 pelo período de 01 (um) ano, conforme parecer de relatório nº 01/2016, anexo as fls. 07/08 do processo administrativo 27651/15.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Novembro de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 20 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 54/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 54/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSIMERE MARIA SILVA CLAUDIO, matrícula n.º 39190-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 21.12.2015 à 19.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 55/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 55/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADELIA CARMEM VALVERDE, matrícula n.º 39411-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 08.12.2015 à 05.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 56/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 56/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADEMIR ROSA, matrícula n.º 23252-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combate as Endemias, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 10.12.2015 à 13.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 57/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 57/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). RAQUEL MULLER JORGE, matrícula n.º 23225-4, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente de Combate as Endemias, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 14.01.2016 à 12.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 58/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 58/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GRAZIELE JUSTINO, matrícula n.º 32484-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo (a), Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 13.01.2016 à 11.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 59/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 59/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRHISTIANE REGINA ELTERMANN DE SOUZA, matrícula n.º 13460-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico (a) em Enfermagem, Licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 26.12.2015 à 23.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 60/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 60/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). KATIA LANER GARCIA, matrícula n.º 19503-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico (a) da Família, Licença para Tratamento de Saúde por 20 (vinte) dias, de 11.01.2016 à 30.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 61/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 61/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANDA MARIA DE MOURA, matrícula n.º 22791-9, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Psicólogo (a), Licença para Tratamento de Saúde por 120 (cento e vinte) dias, de 24.12.2015 à 21.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.  
SINARA REGINA LANDT SIMIONI  
Secretária de Administração



**PORTARIA - SA - N.º 62/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 62/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GILSON GONZAGA DOS SANTOS, matrícula n.º 17565-0, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Motorista de Ônibus e Micro-ônibus Licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 24.12.2015 à 22.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24 de Dezembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 63/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 63/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 37 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) ELIANE CRISTINA DA LUZ FARIAS, matrícula n.º 39333-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 25.01.2016 a 24.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 64/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 64/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder à servidora Sra. PRISCILA APARECIDA MARTINS GOU-LART, matrícula n.º 32102-8, lotada na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico (a), licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 12.01.2015 a 09.07.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 65/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 65/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LILIAN BORTOLON, matrícula n.º 41650-9, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico (a), licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 05.01.2016 à 03.02.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 66/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 66/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 112 da Lei n.º 2.248/91- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

**RESOLVE:**

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SOELI SCHULZ PROENCIO, matrícula n.º 15412-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Auxiliar de Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 02.01.2016 à 31.01.2016.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Janeiro de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 67/2016**

PORTARIA- SA - Nº 67/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.119, da Lei nº 2.241/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

**RESOLVE:**

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA TEREZINHA ALBINO DE MELO, matrícula nº 806-0, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2001/2006.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Janeiro de 2016.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA - SA - N.º 68/2016**

P O R T A R I A- SA - N.º 68/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

**RESOLVE:**

I – Cessar os efeitos da Portaria nº 41/2016, referente ao (a) servidor (a) JOSIANE NORMA DA SILVA, matrícula nº 15414-8, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Contador (a), a partir de 19.01.2016 tendo em vista o retorno da mesma as suas atividades, conforme solicitação da Secretaria de Finanças e de acordo com o memorando nº 005/2016/SF.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Janeiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de Janeiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA ADM Nº 069/2016**

PORTARIA ADM Nº 069/2016

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO A SER ADOTADO PELOS SERVIDORES EFETIVOS QUE POSSUEM PERÍODOS DE LICENÇAS PRÊMIOS NÃO GOZADAS NO QUINQUÊNIO POSTERIOR AO DA AQUISIÇÃO DO DIREITO AO SEU GOZO.

Considerando o novo conteúdo normativo previsto no §4º da Lei 5.526/2015 que incluiu no art. 119 da Lei 2248/1990 que a licença deverá ser usufruída, obrigatoriamente, no quinquênio posterior ao da aquisição do direito ao seu gozo, e, diante da ausência de disposição normativa regulamentando a situação dos servidores que possuem licenças prêmios acumuladas de vários períodos

aquisitivos e não gozados nos 5 anos posteriores da concessão do benefício, a Secretária de Administração de Município de São José, no uso de suas atribuições previstas o art. 66, parágrafo único, inciso I e II, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Aos servidores que já possuem licenças prêmios não gozadas nos 5 anos posteriores da concessão do benefício orienta-se que a partir da publicação da Lei 5.526/2015, isto é, 22 de dezembro de 2015, gozem de todas licenças prêmios vencidas nos 5 anos posteriores.

São José (SC), 01 de fevereiro de 2016.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

**PORTARIA Nº 002, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016**

portaria no 002, de 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Designa servidor para a finalidade que especifica.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE :**

Art. 1o Fica designado o Servidor Sr. Manoel Abreu, matrícula nº 34.414, para conjuntamente com o Secretário Municipal de Assistência Social, proceder movimentação financeira em meio eletrônico do Fundo Municipal para a Infância e a Adolescência (FIA), junto ao Banco do Brasil, a fim de dar cumprimento ao Decreto nº 5.652, de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José, 17 de fevereiro de 2016.

NORMA WARMLING

Secretária de Municipal de Assistência Social

**PORTARIA Nº 049/2015/SF**

PORTARIA Nº 049/2015/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.466/2015 e o Decreto nº 4.006/2015, de 12 de fevereiro de 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 23 e 36, da Lei Municipal nº 5.466/2015, na importância de R\$ 2.548.000,00 (dois milhões, quinhentos e quarenta e oito mil reais), referente à dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

24.00 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01 – SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA – AUTARQUIA

24.01.09.271.0105.2.397 – Administração da São José Previdência – RPPS

3.3.90.39.00.00.0040 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica,

Recursos de Outras Fontes – Diretamente Arrecadados ..... R\$ 2.548.000,00

Total desta Atividade ..... R\$ 2.548.000,00

Total do Órgão ..... R\$ 2.548.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 2.548.000,00



Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos de Outras Fontes Diretamente Arrecadados, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com o código 40.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de dezembro de 2015.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

### **PORTARIA Nº 143/2016**

PORTARIA Nº 143/2016

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.62, incisos IV da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Edital 007/2015, datado de 11 de agosto de 2015, no que diz respeito ao Concurso de Relotação e Alteração de Carga Horária, para os Membros do Magistério Público Municipal, bem como a Lei Municipal nº 4.422/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Remover, em definitivo, 01 hora aula do período matutino, do 6º ao 9º ano, para o período vespertino, 1º ao 5º ano, no Colégio Municipal Maria Luiza de Melo e aumentar a carga horária semanal de 32 horas aulas para 40 horas aulas, na disciplina de Artes – Ensino Fundamental, a servidora ANA MARGARETE GOMES DA SILVA, a qual é concursada, estável no cargo de Professor, ficando assim distribuídas: 13 horas aulas ministradas e 06 horas aulas de hora atividade, no período matutino, 6º ao 9º ano, 08 horas aulas ministradas e 04 horas aulas de hora atividade, no período vespertino, 6º ao 9º ano e 06 horas aulas ministradas e 03 horas aulas de hora atividade, no período vespertino, 1º ao 5º ano, no Colégio Municipal Maria Luiza de Melo.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 144/2016**

PORTARIA Nº 144/2016

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.62, incisos IV da Lei Orgânica Municipal e

Considerando o Edital 007/2015, datado de 11 de agosto de 2015, no que diz respeito ao Concurso de Relotação e Alteração de Carga Horária, para os Membros do Magistério Público Municipal, bem como a Lei Municipal nº 4.422/2006,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º – Aumentar, em definitivo, a carga horária semanal de 22 horas aulas para 37 horas aulas, na disciplina de Matemática, o servidor ADERSON UBIRAJARA DAUSSEN, o qual é concursado, estável no cargo de Professor, ficando assim distribuídas: 15 horas aulas ministradas e 07 horas aulas de hora atividade, no período matutino, 6º ao 9º ano e 10 horas aulas ministradas e 05 horas aulas de hora atividade, no período vespertino, 6º ao 9º ano, no Centro Educacional Municipal Professora Maria Iracema Martins de Andrade.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11/02/2016, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 11 de fevereiro de 2016.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

DANIELA DA SILVA FRAGA

Secretária Municipal de Educação

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 001/2016/SF

DECRETO Nº. 001/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, art. 8º, da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 04/01/2016 - LOA, no valor de R\$14.921,60 (quatorze mil novecentos e vinte e um reais e sessenta centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

04 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL

"66"3.3.90.39.00.00.3.0067 Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica....R\$14.921,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos do Estado, Auxílio Oftalmológico, Fonte 3.0067, no valor de R\$14.921,60 (quatorze mil novecentos e vinte e um reais e sessenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### DECRETO Nº 002/2016/SF

DECRETO Nº. 002/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, art. 8º, da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 04/01/2016 - LOA, no valor de R\$11.283,43 (onze mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

04 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.059 MANUTENÇÃO DA SAÚDE AMBULATORIAL

"67"3.3.90.39.00.00.3.0067 Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica....R\$11.283,43

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos do Estado, Auxílio Exames, Fonte 3.0067, no valor de R\$11.283,43 (onze mil duzentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### DECRETO Nº 003/2016/SF

DECRETO Nº. 003/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 31.511,60 (trinta e um mil quinhentos e onze reais e sessenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"35"3.3.50.41.00.00.1.0002 Contribuições .....  
..... R\$29.694,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO SIS AMEOSC

"46"3.1.71.70.00.00.1.0002 Contribuição pessoal rateio .....  
..... R\$1.817,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 31.511,60 (trinta e um mil quinhentos e onze reais e sessenta centavos), Recursos do Fundo Municipal de Saúde, Fontes 2.056 e 2.087, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"41"3.3.90.39.00.00.1.0002 Outros serviços de terceiros P. Jurídica .....  
..... R\$29.694,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.087 MANUTENÇÃO DO SIS AMEOSC

"47"3.3.71.70.00.00.1.0002 Rateio pela participação em consórcio .....  
..... R\$1.817,60

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de janeiro de 2016.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito de São José do Cedro

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

## DECRETO Nº 004/2016/SF

DECRETO Nº. 004/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.147,64 (mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.  
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"35"3.3.50.41.00.00.1.0002 Contribuições .....  
..... R\$746,00

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.  
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"41"3.1.90.39.00.00.1.0002 Outros Serv. De Terceiro P. Jurídica  
..... R\$ 401,64

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.147,64 (mil cento e quarenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), Recursos do Fundo Municipal de Saúde, Fontes 2.056, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.  
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA  
2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA  
"36"3.3.50.43.00.00.1.0002 Subvenções Sociais .....  
..... R\$1.147,64

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de janeiro de 2016.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito de São José do Cedro

## DECRETO Nº 005/2016/SF

DECRETO Nº. 005/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.509,60 (quatro mil quinhentos e nove reais e sessenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
2.119 MANUTENÇÃO DO CONSAD  
"210"3.3.71.70.00.00.1.0001 Rateio pela participação no consórcio  
..... R\$ 3.648,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
2.118 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS  
"390"3.3.90.36.00.00.1.0052 Outros serviços de terceiro, P. física  
..... R\$ 861,60

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.509,60 (quatro mil quinhentos e nove reais e sessenta centavos), Recursos da Secretaria da Agricultura, Fonte 2.119 e Fundo Municipal de Assistência Social, fonte 2.118, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
2.119 MANUTENÇÃO DO CONSAD  
"209"3.1.71.70.00.00.1.0001 Contribuição pessoal-rateio .....  
..... R\$ 3.648,00

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
2.118 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS  
"389"3.3.90.30.00.00.1.0052 Material de consumo .....  
..... R\$ 861,60

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de janeiro de 2016.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito de São José do Cedro

## DECRETO Nº 006/2016/SF

DECRETO Nº. 006/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, art. 8º, da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 04/01/2016 - LOA, no valor de R\$191.993,80 (cento e noventa e um mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:  
10 SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.040 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
"423"3.3.90.35.00.00.3.0000 Serviços de terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$ 154.324,00

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
05 DEPTO DE ENSINO ESPECIAL  
2.026 ENSINO ESPECIAL – APAE – ESC. ESP. VIVIANE  
"420"3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições .....

..... R\$ 4.830,00

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.119 MANUTENÇÃO DO CONSAD

“421”3.3.71.70.00.00.3000 Rateio .....

..... R\$ 4.964,80

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA-ABRIGO

“422”3.3.90.39.00.00.0.3000 Outros serviços de terceiro, P. física

..... R\$ 27.875,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$191.993,80 (cento e noventa e um mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 DE JANEIRO DE 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

## DECRETO Nº 007/2016/SF

DECRETO Nº. 007/2016 - SF

O Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035 PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

“207”3.3.90.30.00.00.1.0001 Material de consumo .....

..... R\$ 4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), Recursos da Secretaria da Agricultura, Fonte 2.035, das verbas a seguir discriminadas:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.035 PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

“208”3.3.90.39.00.00.1.0001 Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica .....

R\$ 4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de janeiro de 2016.

JOSÉ DE CONTO

Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

## DECRETO Nº 008/2016/SF

DECRETO Nº. 008/2016 - SF

O Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, art. 8º, da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.440/2015 de 04/01/2016 - LOA, no valor de R\$127,44 (cento e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.008 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

“424”3.3.30.93.00.00.3.0022 Indenizações e restituições .....

..... R\$127,44

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos transferências de convênio / Educação, Fonte 3.0022, no valor de R\$127,44 (cento e vinte e sete reais e quarenta e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 22 DE JANEIRO DE 2016.

JOSÉ DE CONTO

Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

## DECRETO Nº 009/2016/SF

DECRETO Nº. 009/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art.7º e do inciso II, do Art. 8º da Lei Municipal 4.440/2015 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.

02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS

“62”3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serv. De Terceiro P. Jurídica .....

R\$ 13.000,00



Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) de Recursos do Fundo Municipal de Saúde, Fontes 1.0038, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – F.M.S.  
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA  
2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS  
"61"3.3.90.30.00.00.1.0038 Material de consumo .....  
..... R\$ 13.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 26 de janeiro de 2016.  
ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA  
Prefeito de São José do Cedro

### DECRETO Nº 010/2016/SF

DECRETO Nº. 010/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.990,00 (treze mil novecentos e noventa reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA  
01 DEPTO. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
1.016 AQUISIÇÃO DE MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS  
"425" 4.4.90.52.00.00.3.00245 Equipamentos e Material Permanente ..... R\$ 13.990,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, recursos do Convênio nº 807331/2014, contrato de repasse nº 1.019.861-21/2014 – CAIXA/MAPA, Fonte 3.00245, no valor de R\$ 13.990,00 (treze mil novecentos e noventa reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

### DECRETO Nº 011/2016/SF

DECRETO Nº. 011/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e

cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR  
1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS  
"426" 4.4.90.51.00.00.1.0024 Obras e Instalações .....  
..... R\$ 245.850,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Convênio Ministério das Cidades Nº803099/2014, por intermédio da Caixa Econômica Federal Fonte 1.0024 no valor de R\$ 245.850,00 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

### DECRETO Nº 012/2016/SF

DECRETO Nº.012/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS  
2.043 MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
"428"3.3.90.36.00.00.3.0017 Outros serviços de Terceiros – Pessoa Física...R\$3.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos COSIP, Fonte 3.0008, no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 013/2016/SF**

DECRETO Nº. 013/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$73.755,00 (setenta e três mil setecentos e cinquenta e cinco reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"429" 4.4.90.51.00.00.3.0024 Obras e Instalações .....  
..... R\$ 73.755,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro dos recursos do Contrato de Repasse Ministério das Cidades Nº1.003.774/2013, por intermédio da Caixa Econômica Federal Fonte 3.0024 no valor de R\$ 73.755,00 (setenta e três mil setecentos e cinquenta e cinco reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DECRETO Nº 014/2016/SF**

DECRETO Nº. 014/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 49.170,00 (quarenta e nove mil cento e setenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

03 DEPTO. DE TRANSPORTES E DO INTERIOR

1.039 PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS URBANAS E RURAIS

"426" 4.4.90.51.00.00.1.0024 Obras e Instalações .....  
..... R\$ 49.170,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, Contrato de Repasse Ministério das Cidades Nº1.003.774/2013, por intermédio da Caixa Econômica Federal Fonte 1.0024 no valor de R\$ 49.170,00 (quarenta e nove mil cento e setenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,

ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DECRETO Nº 015/2016/SF**

DECRETO Nº. 015/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 41.991,10 (quarenta e um mil novecentos e noventa e um reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"427" 3.3.90.30.00.00.3.0019 Material de Consumo .....  
..... R\$41.991,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizados recursos do superávit financeiro do exercício anterior, Recursos FENDEB, valor de R\$ 41.991,10 (quarenta e um mil novecentos e noventa e um reais e dez centavos), Fonte 3.0019.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 29 de janeiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

**DECRETO Nº 016/2016/SF**

DECRETO Nº. 016/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.095 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A



**EMERGÊNCIAS**

"313" 3.3.90.30.00.00.1.0064 Material de Consumo .....  
..... R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Atenção Básica, Fonte 1.0064, das verbas a seguir discriminadas:

15 FUNDO DE REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM  
01 DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
2.095 MANUTENÇÃO DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO A EMER-  
GÊNCIAS  
"314" 4.4.90.52.00.00.1.0064 Equipamentos e Material Permanen-  
te ..... R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 03 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 017/2016/SF**

DECRETO Nº. 017/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catari-  
na, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art.  
8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Ge-  
ral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$  
15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a  
seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS  
"62" 3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa  
Jurídica...R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo an-  
terior, fica reduzido o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais),  
Recursos da Vigilância Epidemiológica, Fonte 1.0038, das verbas a  
seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS  
02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA  
2.057 EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS  
"64" 4.4.90.52.00.00.1.0038 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 018/2016/SF**

DECRETO Nº. 018/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catari-  
na, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art.  
8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Ge-  
ral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$  
50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados ao programa e verba a  
seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"274" 4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e Material Permanente  
..... R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo an-  
terior, fica reduzido o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais),  
Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discrimi-  
nadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SEMAE  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
"270" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pes-  
soa Jurídica..R\$50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 04 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 019/2016/SF**

DECRETO Nº. 019/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catari-  
na, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e o inciso  
II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Ge-  
ral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$  
25.000,00 (vinte e cinco mil reais), destinados ao programa e ver-  
ba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

**01 DEPTO. DOS ESPORTES**

1.076 CONSTRUIR AMPLIAR OU REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS, QUADRAS DE AREIA

"284" 4.4.90.51.00.00.1.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$25.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

**11 SECRETARIA DOS ESPORTES****01 DEPTO. DOS ESPORTES**

1.076 CONSTRUIR AMPLIAR OU REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS, QUADRAS DE AREIA

"282" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$10.000,00

"283" 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 020/2016/SF**

DECRETO Nº. 020/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$21.971,69 (vinte e um mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e nove centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**11 SECRETARIA DOS ESPORTES****01 DEPTO. DOS ESPORTES**

1.076 CONSTRUIR AMPLIAR OU REFORMAR GINÁSIOS POLIESPORTIVOS, QUADRAS DE AREIA

"339" 4.4.90.51.00.00.3.0000 Obras e Instalações .....  
..... R\$ 21.971,69

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro de recursos Ordinários, Fonte 3.0000 no valor de R\$ 21.971,69 (vinte e um mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 021/2016/SF**

DECRETO Nº. 021/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S****01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA**

"360" 3.3.90.30.00.00.1.0063 Material de Consumo .....  
..... R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Recursos Programa Índice de Gestão Descentralizada – Bolsa Família, Fonte 1.0063, das verbas a seguir discriminadas:

**18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – F.M.A.S****01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****2.106 PROGRAMA ÍNDICE DE GESTÃO DESCENTRALIZADA**

"361" 3.3.90.36.00.00.1.0063 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física ..... R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 10 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 022/2016/SF**

DECRETO Nº. 022/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"174"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$2.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

**06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"173"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – pessoa Física ..... R\$2.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 023/2016/SF**

DECRETO Nº. 023/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$59.520,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e vinte reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

**06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

06 DEPTO. DE CULTURA

2.027 DIFUSÃO CULTURAL EM GERAL

"434"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica....R\$59.520,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro de recursos Ordinários, Fonte 3.0000 no valor de R\$ 59.520,00 (cinquenta e nove mil quinhentos e vinte reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 024/2016/SF**

DECRETO Nº. 024/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO

03 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 DEPTO DE PATRIMÔNIO PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"435"3.3.90.39.00.00.3.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$63.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro de recursos Ordinários, Fonte 3.0000 no valor de R\$ 63.500,00 (sessenta e três mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 11 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 025/2016/SF**

DECRETO Nº. 025/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 7º e inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"35"3.3.50.41.00.00.1.0002 Contribuições ..... R\$40.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), Recursos Receitas e Transferências de Impostos da Saúde, Fonte 1.0002, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"38"3.3.90.30.00.00.1.0002 Material de Consumo ..... R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 12 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 026/2016/SF**

DECRETO Nº. 026/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.103 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL  
"376"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo .....  
..... R\$7.000,00  
"381"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS  
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
2.103 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL  
"379"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física....R\$17.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **DECRETO Nº 027/2016/SF**

DECRETO Nº. 027/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 117.196,80 (cento e dezessete mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

02 DEPTO DE SAÚDE PÚBLICA

2.056 PROGRAMA DE SAÚDE PÚBLICA

"69"3.3.90.39.00.00.1.0038 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ..... R\$117.196,80

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao provável Excesso de Arrecadação, Recursos Federais do FNS, Fonte nº 1.0038, para descentralização dos serviços de saúde prestados pela APAE, nos termos da Deliberação nº 304/CIB/2015-FNS, no valor de R\$ 117.196,80 (cento e dezessete mil cento e noventa e seis reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 15 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

### **DECRETO Nº 028/2016/SF**

DECRETO Nº. 028/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.471, de 16 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), na verba a seguir discriminada:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.011 CONSTR. OU AMPLIAR UM. ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

"430"4.4.90.51.0.00.0.1.0001 Obras e Instalações .....  
..... R\$20.000,00

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, ficam reduzidas as despesas da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

"158"3.3.90.39.0.00.0.1.0001 Outros Serv. 3º - P. Jurídica .....  
..... R\$20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.



Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 029/2016/SF

DECRETO Nº. 029/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.472, de 16 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$88.402,41 (oitenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e um centavos) para a verba a seguir discriminada:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRET. DOS TRANSP. E OBRAS

"432"4.4.90.51.0.00.0.1.0083 Obras e Instalações .....

..... R\$88.402,41

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação da Operação de Crédito realizada junto ao Badesco, Contrato de Empréstimo Nº2014004601, programa Badesco Cidades II, no valor de R\$88.402,41 (oitenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e um centavos), fonte Nº 0.1.0083.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 030/2016/SF

DECRETO Nº. 030/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.473, de 16 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$120.229,55 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para a verba a seguir discriminada:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRET. DOS TRANSP. E OBRAS

"431"4.4.90.51.0.00.0.3.0000 Obras e Instalações .....

..... R\$120.229,55

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos ordinários oriundos do Superávit Financeiro, verificado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, no valor de R\$ 120.229,55 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), fonte Nº0.3.0000.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 031/2016/SF

DECRETO Nº. 031/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal 4.474, de 16 de fevereiro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro no valor de R\$3.192,00 (três mil, cento e noventa e dois reais) na verba a seguir discriminada:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

"68"3.3.90.36.0.00.0.1.0038 Outros Srv. 3º - P. Física .....

..... R\$3.192,00

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, ficam reduzidas as despesas da seguinte dotação orçamentária:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

"19"4.4.90.51.0.00.0.1.0038 Obras e Instalações .....

..... R\$3.192,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**DECRETO Nº 032/2016/SF**

DECRETO Nº. 032/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

"381"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$1.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.103 CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

"374"3.1.90.13.00.00.1.0000 Obrigações Patronais ..... R\$1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

**EXTRATO DISPENSA 17-2016 PREF**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 19.2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada.: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE

Valor ..... : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 17/02/2016 Término: 17/12/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016

Objeto ..... : LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DAS COMPETIÇÕES PROMOVIDAS E ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE DO MUNICÍPIO, NAS MODALIDADES DE FUTEBOL DE CAMPO 1ª E 2ª DIVISÃO, CATEGORIAS ASPIRANTE E PRINCIPAL E FUTEBOL SUIÇO.

**LEI Nº 4.469/2016**

LEI Nº 4.469, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESAS NÃO LIQUIDADAS E ANULADAS NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015."

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 212.791,84 (Duzentos e Doze Mil, Setecentos e Noventa e Um reais e Oitenta e Quatro centavos), referente aos seguintes empenhos da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTES	DATA	DOT
Posto Cedro Ltda	3367/15	Aquisição de Combustíveis para o 1º GBM.	6.887,48	0.1.0000	14/07/2015	309



MKANET Serviços Eireli	988/15	Fornecimento de Internet	4.800,00	0.1.0001	03/03/2015	125
Gráfica e Editora Willy	5654/15	Aquisição de Materiais Gráficos para o 1º GBM.	1.616,20	0.1.0704	25/11/2015	312
MKANET Serviços Eireli	5014/15	Fornecimento de Internet	854,05	0.1.0000	20/10/2015	400
Andrei Rossetti	4280/15	Licenças de Lavra e Beneficiamento Britador Móvel	15.470,00	0.1.0000	31/08/2015	253
Inês Canton	5601/15	Aluguel do Conselho	3.742,84	0.1.0000	23/11/2015	73
Jackson Ubiratan Vargas	665/15	Serviços/Assit. Técnica na área de informática	3.779,00	0.1.0000	19/02/2015	125
Gestti-Gestão e Tecnologia da Inf.	2076/15	Locação Equip. e impressão simultânea água SEMAE	5.784,00	0.1.0000	30/04/2015	270
Ildemar Bortolini	1531/15	Locação da sala para a CIDASC	3.294,93	0.1.0000	31/03/2015	40
Impacto Sist. Inform	2815/15	Sistema Gerenciador Informações da Agricultura	1.769,70	0.1.0000	15/06/2015	198
ARC Eng. E Constr.	1757/15	Horas Máquina Escav. e Trator de Esteiras	11.500,00	0.1.0000	14/04/2015	198
FAEE Loc. De Sistemas	2075/15	Locação software de Controle Interno e Audiência Pública	1.340,88	0.1.0000	30/04/2015	93
Adilson José de Almeida	4575/15	Projeto de Energia Elétrica PQ. Indl. III	3.500,00	0.3.0008	21/09/2015	428
Pagnussatti Engenharia Ltda	2818/15	Construção Centro Integrado Pe. Reus.	5.943,45	0.1.0000	15/06/2015	192
Pagnussatti Engenharia Ltda	605/15	Paviment.Pedras Irreg. Lot. Beckenkamp.	73.755,00	0.3.0024	18/02/2015	429
Pagnussatti Engenharia Ltda	605/15	Paviment.Pedras Irreg. Lot. Beckenkamp.	49.170,00	0.1.0024	18/02/2015	426
Pagnussatti Engenharia Ltda	607/15	Paviment.Pedras Irreg. Lot. Beckenkamp.	19.584,31	0.1.0000	18/02/2015	237
Total			212.791,84			

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário..

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.470/2016**

LEI Nº 4.470, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NÃO LIQUIDADAS E ANULADAS NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 33.161,80 (trinta e três mil, cento e sessenta e um reais e oitenta centavos), referente aos seguintes empenhos da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTES	DATA	DOT
AF dos Santos - Ubimed	1046/15	Aquisição de Mat. Odontológico	1.687,90	1.0038	24/06/2015	52
	257/15		1.264,60	1.0002	19/02/2015	38
MKANET Serviços	1094/15	Disp. Sinal de Internet Mariflor	419,30	1.0002	01/07/2015	41
Junges, Carossi & Cia Ltda	1775/15	Sessões de Hidroterapia	780,00	1.0002	27/10/2015	41
MRP Ltda	1754/15	Sistema de Mídia Digital	2.000,00	1.0038	22/10/2015	18
Angai Dist. Medicam.	1727/15	Aquisição de Medicamentos	2.721,95	1.0002	20/10/2015	29
Damedi Dambros	1718/15	Aquisição de Medicamentos	1.259,00	1.0067	20/10/2015	31
Green Farmac.	1716/15	Aquisição de Medicamentos	648,00	1.0038	20/10/2015	30
	1198/15		2.894,50	1.0002	20/07/2015	29
Clínica Médica Integrada	1680/15	Serviços Psiquiátricos	125,00	1.0002	13/10/2015	41
	1224/15	Serviços Psiquiátricos	125,00	1.0002	22/07/2015	41
	1791/15	Serviços Psiquiátricos	150,00	1.0002	30/10/2015	41
Cess Centro Especial.	1508/15	Serviços Psiquiátricos	80,00	1.0002	08/09/2015	41
Ballke Prod. Hospital.	1421/15	Mat. Ambulatorial.	207,50	1.0067	26/08/2015	8
Agrovet. Princesa	1388/15	Aquisição Mat. Higiene	338,00	1.0002	20/08/2015	38
Odete Gisela Zimmer	496/15	Aquisição de Camisetas Dengue	80,00	1.0038	26/03/2015	62
Inovadora Serv. Tec.	282/15	Locação Software de Gestão do Sus.	15.360,20	1.0038	23/02/2015	53
SIIM Serv. Imagem.	109/15	Serv. Diagnóstico por Imagem.	2.411,75	1.0002	26/01/2015	41
HD Comércio e Serviços.	28/15	Cópias Xerográficas	609,10	1.0038	05/01/2015	62
Total			33.161,80			

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

**LEI Nº 4.471/2016**

LEI Nº 4.471, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESAS NÃO LIQUIDADAS E ANULADAS NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015, ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), referente aos seguintes empenhos da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTE	DATA	DOT
Pagnussatti Eng e Inc. Ltda	2977/15	Ampliação e Reforma Un.Ens.Pe Reus.	20.000,00	0.1.0001	19/06/2015	430
Total			20.000,00			

Art. 2º. Fica aberto um crédito suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$20.000,00 (vinte mil reais), na verba a seguir discriminada:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

1.011 CONSTR. OU AMPLIAR UM. ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL

“430”4.4.90.51.0.00.0.1.0001 Obras e Instalações ..... R\$20.000,00

Art. 3º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, ficam reduzidas as despesas da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.02 DEPTO DE ENSINO INFANTIL

2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

“158”3.3.90.39.0.00.0.1.0001 Outros Serv. 3º - P. Jurídica ..... R\$20.000,00

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### LEI Nº 4.472/2016

LEI Nº 4.472, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESAS NÃO LIQUIDADAS E ANULADAS NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015, INCLUI META NO PPA/2016 E NA LDO/2016, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 88.402,41 (oitenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e um centavos), referente aos seguintes empenhos da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTE	DATA	DOT
Pagnussatti Eng e Inc. Ltda	614/15	Edificação da Garagem Municipal	88.402,41	0.1.0083	18/02/2015	432
Total			88.402,41			

Art. 2º. Fica incluída a Ação de Nº 1.041 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.415/2015 de 06/10/2015 – PPA 2016-2017, com a seguinte discriminação:

1.041 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR MENSAL	FONTE
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS	Obras e Instalações	UN	01	88.402,41	0.1.0083

Art. 3º. Fica incluída a Ação de Nº 1.041 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.430/2015 de 17/11/2015 – LDO 2016, com a seguinte discriminação:

1.041 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR MENSAL	FONTE
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS	Obras e Instalações	UN	01	88.402,41	0.1.0083

Art. 4º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$88.402,41 (oitenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e um centavos) para a verba a seguir discriminada:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRET. DOS TRANSP. E OBRAS

“432”4.4.90.51.0.00.0.1.0083 Obras e Instalações ..... R\$88.402,41

Art. 5º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do excesso de arrecadação da Operação de Crédito realizada junto ao Badesc, Contrato de Empréstimo Nº2014004601, programa Badesc Cidades II, no valor de R\$88.402,41 (oitenta e oito mil, quatrocentos e dois reais e quarenta e um centavos), fonte Nº 0.1.0083.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## LEI Nº 4.473/2016

LEI Nº 4.473, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REEMPENHAR DESPESAS NÃO LIQUIDADAS E ANULADAS NO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2015, INCLUI META NO PPA/2016 E NA LDO/2016, ABRE CRÉDITO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reempenhar o valor de R\$ 120.229,55 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente aos seguintes empenhos da Unidade Gestora Prefeitura Municipal:

CREDOR	EMPENHO ANTERIOR	OBJETO	VALOR R\$	FONTE	DATA	DOT
Pagnussatti Eng e Inc. Ltda	5703/15	Edificação da Garagem Municipal	6.939,00	0.1.0000	26/11/2015	431
	5300/15		6.738,95	0.1.0000	06/11/2015	431
	2976/15		106.551,60	0.1.0000	19/06/2015	431
Total			120.229,55			

Art. 2º. Fica incluída a Ação de Nº 1.041 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.415/2015 de 06/10/2015 – PPA 2016-2017, com a seguinte discriminação:

1.041 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR MENSAL	FONTE
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS	Obras e Instalações	UN	01	120.229,55	0.3.0000

Art. 3º. Fica incluída a Ação de Nº 1.041 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.430/2015 de 17/11/2015 – LDO 2016, com a seguinte discriminação:

1.041 – CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR MENSAL	FONTE
CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRETARIA DOS TRANSP. E OBRAS	Obras e Instalações	UN	01	120.229,55	0.3.0000

Art. 4º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro no valor de R\$120.229,55 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos) para a verba a seguir discriminada:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.02 DEPTO DE URBANISMO E SERVIÇOS GERAIS

1.041 CONSTRUÇÃO DA SEDE DA SECRET. DOS TRANSP. E OBRAS

“431”4.4.90.51.0.00.0.3.0000 Obras e Instalações ..... R\$120.229,55

Art. 5º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos ordinários oriundos do Superávit Financeiro, verificado em Balanço Patrimonial do Exercício Anterior, no valor de R\$ 120.229,55 (cento e vinte mil, duzentos e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), fonte Nº0.3.0000.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº 4.474/2016**

LEI Nº 4.474, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,  
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito especial no Orçamento Geral do Fundo Municipal de Saúde de São José do Cedro no valor de R\$3.192,00 (três mil, cento e noventa e dois reais) na verba a seguir discriminada:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

“68”3.3.90.36.0.00.0.1.0038 Outros Srv. 3º - P. Física .....  
..... R\$3.192,00

Art. 2º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, ficam reduzidas as despesas da seguinte dotação orçamentária:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.01 DEPARTAMENTO DE SAÚDE FAMILIAR

2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

“19”4.4.90.51.0.00.0.1.0038 Obras e Instalações .....  
..... R\$3.192,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

#### **LEI Nº 4.475/2016**

LEI Nº 4.475, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“RATIFICA O CONVÊNIO FIRMADO ENTRE CAGERE CASA DE ASSISTÊNCIA EIRELI - EPP E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COM INTERVENIÊNCIA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Ratificado o Convênio firmado entre a Cagere Casa de Assistência Eireli - EPP e o Município de São José do Cedro, com a interveniência do Fundo Municipal de Assistência Social, que tem por objetivo o atendimento integral, alojamento, alimentação, vestuário e acompanhamento fisioterapêutico, psicológico, nutricional à Cleunice Moreira da Silva, conforme determinação judicial, autos nº 0000893-59.2014.8.24.0065.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta dos recursos orçamentários do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS de São José do Cedro.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 01 de dezembro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.



ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.476/2016**

LEI Nº 4.476, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL A CONCEDER REVISÃO GERAL ANUAL E REAJUSTE AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizado a conceder a revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X, da Constituição Federal, aos agentes políticos, servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos empregados públicos, as funções gratificadas e as vantagens nominais.

Parágrafo único. O percentual de revisão referido no caput deste artigo será de 10,54 (dez vírgula cinquenta e quatro por cento), o que corresponde à inflação registrada pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM, durante o período de janeiro a dezembro de 2015.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo e Legislativo Municipal autorizado a reajustar os vencimentos, os proventos, os salários, as funções gratificadas, as vantagens nominais dos servidores, aposentados, pensionistas e empregados do Poder Executivo e Legislativo Municipal, no importe de 0,82 (zero vírgula oitenta e dois por cento).

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos agentes políticos.

Art. 3º. Fica respeitado o dispositivo constitucional de que nenhum servidor municipal poderá receber menos que o salário mínimo nacional.

Art. 4º. O reajuste de que trata esta Lei não será repassado aos Agentes Comunitários de Saúde, devido à concessão do pagamento do piso nos termos da Lei Complementar nº. 039, de 25 de março de 2014, bem como, aos servidores membros do Magistério Público Municipal, devido à concessão do reajuste do piso estabelecido pelo Ministério da Educação, nos termos da Lei Municipal nº. 4.271 de 16 de julho de 2014, inclusive aos admitidos em caráter temporário e também, os Agentes Políticos.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução desta lei

serão utilizados recursos do orçamento próprio em cada exercício.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2016.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.  
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econômico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

### **LEI Nº 4.477/2016**

LEI Nº 4.477, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

“RATIFICA TERMO DE CONVÊNIO Nº 007/2016, FIRMADO ENTRE CONSELHO COMUNITÁRIO DA COMARCA DE SÃO JOSÉ DO CEDRO E O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Ratificado o Convênio Nº. 007/2016, firmado entre o Conselho Comunitário da Comarca de São José do Cedro e o Município de São José do Cedro, que tem por objetivo a transferência de recursos financeiros no valor mensal de 01 salário mínimo vigente, por criança, ao mês, ao Conselho Comunitário da Comarca de São José do Cedro – SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta dos Recursos Ordinários da Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de fevereiro de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

JOANA ANZOLIN,  
Secretária Municipal do Planejamento e Desenvolvimento Econô-  
mico.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal da Fazenda.

VOLNEI LUIZ DALLO,  
Secretário Municipal da Agricultura.

ANDERSON LUIZ TREMEA,  
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

NADIR BECKER  
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## **PORTARIA Nº 082/2016**

PORTARIA Nº 082/2016.

“INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO  
DE IRREGULARIDADE NA PERMANÊNCIA DE CARGO PÚBLICO, NO-  
MEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Ce-  
dro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de  
acordo com o inciso XI do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,  
e de acordo com o Artigo 135 da Lei Municipal 2.020/93, de 28 de  
abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. DETERMINAR a instauração de PROCEDIMENTO ADMI-  
NISTRATIVO para apuração de irregularidade na permanência de  
cargo público do Servidor Luiz Perondi, ocupante do cargo de Al-  
moxarife, matrícula nº 396.

Art. 2º. Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Comis-  
são Processante será composta pelos servidores ANA PAULA DA  
LUZ BIANCHINI, matrícula nº, 1887, psicóloga, que a presidirá,  
JUCINEI BONATTO, matrícula nº 1692, Diretor de Departamento  
Contábil, MIRIA SALETE LORSCHETER SPIRONELLO, Matrícula nº  
241, Professor, MARISTELA CASAGRANDA, Matrícula nº 121, Pro-  
fessor, todos servidores efetivos, integrantes do quadro de servi-  
dores do município.

Art. 3º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá  
acesso a toda documentação necessária, bem como deverá aconselhar-se com representante do MP e assessoria jurídica, para me-  
lhor solução do impasse.

Art. 4º A Comissão ora constituída, terá 60 (sessenta dias), a partir  
da data da publicação desta portaria, para concluir a apuração dos  
fatos, dando ciência a Administração Superior.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 16 de fevereiro de  
2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016 - SRP - PR Nº 021/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 01/03/2016, às 08:30 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2016, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS P13 E GÁS P45, PARA CONSUMO DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESCOLAS, NÚCLEO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, CENTRO DE EVENTOS, POLICLÍNICA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC NO ANO DE 2016. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 18 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.330, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 5.330, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2016, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.263, de 23 de dezembro de 2015, e de acordo com o inciso I, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de R\$ 241.301,00 (duzentos e quarenta e um mil, trezentos e um reais) na seguinte dotação orçamentária:

10.00	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01	SEC. DE AGRICULTURA E AQUICULTURA - SAA		
10.01.20.606.4507.1.048	161	Aplicação Direta	R\$ 241.301,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0034			

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.263 de 23 de dezembro de 2015 e o art.43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

Baixa normas para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação de rua do Município de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 112 e seguintes do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança de Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ EXECUTADA NA RUA FREI ANTÔNIO COLETTI, ENTRE A RUA FREI ÂNGELO VALENTIN E A TRAVESSA IRINEU BORNHAUSEN, que será regido pelas seguintes cláusulas:

#### I - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

I.1 - A obra será executada na Rua Frei Antônio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte: a) Quadras 13 - Série G - Imóveis: 2730, 4293, 61228, 7036, 2740, 62113, 62112, 2739, 1777, 2741, 2999, 2745, 2747, 2746, 2733; b) Quadras 13 - Série F - Imóveis: 2943, 60044, 3562, 2595, 2735, 63105, 62234, 3135, 63104, 2998.

**II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO**

II.1 - O memorial descritivo encontra-se no Anexo I deste Edital.

**III - ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO ESTIMADO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS**

III.1 - Foi estimado que o índice de valorização dos imóveis, referente a Rua Frei Antônio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen, será de 7% (sete por cento), conforme Anexo III deste Edital.

III.2 - O índice previsto acima incidirá sobre o valor venal do terreno, levando-se em consideração a testada do respectivo imóvel, utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais, conforme previsto no art. 113, do Código Tributário Municipal e item VI deste Edital.

**IV - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA**

IV.1 - O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

**V - VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

V.1 - O valor total a ser lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 58.739,49 (cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e nove reais e quarenta e nove centavos), referente à Rua Frei Antônio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen, conforme disposto no art. 113-D, do Código Tributário Municipal e item VII deste Edital.

V.2 - Na hipótese do resultado da operação acima descrita ultrapassar o limite previsto no item III deste Edital, o valor será minorado até que o resultado atinja referido percentual.

**VI - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA**

VI.1 - O custo da obra, levado em consideração para esta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes de acordo com o seguinte critério:

VI.1.1 - A testada do imóvel determinará a cota de participação de cada contribuinte, que será multiplicada pelo valor venal total das respectivas quadras. O resultado desta operação será novamente multiplicado pelo índice de valorização imobiliária de cada terreno (7% - sete por cento), conforme previsto no item III deste Edital.

VI.1.2 - Referida operação determinará o valor a ser recolhido a título de Contribuição de Melhoria.

**VII - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 113-E, DO CTM)**

VII.1 - A parcela individual do custo da obra, a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte:

Rua Frei Antônio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	TEST.	COTA PART.	VALOR VENAL (R\$)	7% (R\$)	Nº. DO IMÓVEL
13 "G"	P/01	MARCIO ALVES RODRIGUES	21,45	7,16%	23.412,58	1.638,88	2730
13 "G"	P/02	PAULO CEZAR DE SOUZA	5	1,67%	24.428,63	1.150,92	4293
13 "G"	P/02	DOLVINA HENRIQUE DE SOUZA	5	1,67%	16.285,75	1.150,92	61228
13 "G"	P/02	PAULINHO DE BONA	5,5	1,83%	20.809,57	1.266,01	7036
13 "G"	P/02	MATILDE CARNEIRO	5,5	1,83%	25.808,39	1.266,01	2740
13 "G"	P/03	LORECI BORTOLOTO	7,15	2,39%	33.652,70	1.645,81	62113
13 "G"	P/03	CLEIMAR LUIZ LANDO	7,15	2,39%	23.682,20	1.645,81	62112
13 "G"	P/03	GUIDO JUSTINO KLEIN	7,15	2,39%	29.997,45	1.645,81	2739
13 "G"	P/04	VALMIR LUIZ MABONI	10,72	3,58%	43.645,82	2.467,57	1777
13 "G"	P/04	VALMIR LUIZ MABONI	10,73	3,58%	43.686,53	2.469,87	2741
13 "G"	P/05	JOÃO DE BONA	10,73	3,58%	43.666,17	2.469,87	2999
13 "G"	P/05	CARLOS JOSE TISSIANI	5,35	1,78%	21.833,76	1.231,48	2745
13 "G"	P/05	MARI TERESINHA CURION	5,35	1,78%	21.833,76	1.231,48	2747
13 "G"	6	IVONETE APARECIDA ANTUNES DOS SANTOS	25,9	8,64%	105.450,24	5.961,76	2746
13 "G"	7	ABILIO CACCIATORE MATTEI	17	5,67%	69.214,45	3.913,12	2733
13 "F"	8	FRANCISCO PETRYCOSKI	52,35	17,46%	108.933,59	7.625,35	2943
13 "F"	P/09	IVANOR DALLE TESE	12	4,00%	48.857,26	2.762,21	60044
13 "F"	10	ANDERSON RIZZOTTO	11,45	3,82%	46.617,97	2.635,60	3562
13 "F"	11	LEOCIR RIZZOTTO	10	3,34%	40.714,38	2.301,84	2595
13 "F"	12	JOSE BETIATO	21,45	7,16%	87.332,35	4.937,44	2735
13 "F"	P/13	NELSI VERLANG	5,35	1,78%	18.252,28	1.231,48	63105
13 "F"	P/13	VITOR UGO ZAGO	5,35	1,78%	10.856,56	759,96	62234
13 "F"	P/13	VALMIR MONTEIRO	5,35	1,78%	10.856,56	759,96	3135
13 "F"	P/13	TEREZA MONTEIRO	5,35	1,78%	18.252,28	1.231,48	63104
13 "F"	P/14	GERMANO FACCHIN	21,45	7,16%	47.697,35	3.338,81	2998
			299,78	100,00%	985.778,58	58.739,49	
Total Geral					985.778,58	58.739,49	

VIII - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL

VIII.1 - Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da contar da publicação deste Edital, para impugnação de qualquer dos elementos do Plano, que se encontra à disposição dos interessados no mural do Centro Administrativo Municipal, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

VIII.2 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

VIII.3 - A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

#### IX - LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

IX.1 - Após a conclusão da obra e respeitados os princípios da anterioridade e da noventena, será publicado Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria, a qual será arrecadada seguindo-se as normas estabelecidas pelo art. 113-L do Código Tributário Municipal.

#### X - ISENÇÕES

X.1 - O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor apurado como Contribuição de Melhoria.

X.2 - Para provar a propriedade única de imóvel deverá ser apresentada Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, enquanto que a prova de rendimentos/benefícios deve ser feita à vista de Declaração do órgão responsável pelo pagamento.

#### XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), laudo de valorização estimada dos imóveis beneficiados (Anexo III), bem como disposições legais aplicáveis à Contribuição de Melhoria (Anexo IV).

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016

Baixa normas para cobrança da Contribuição de Melhoria, referente à pavimentação de rua do Município de São Lourenço do Oeste/SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e, tendo em conta o disposto nos artigos 112 e seguintes do Código Tributário Municipal, com a redação que lhe foi dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro de 2009, mais o disposto no Decreto-Lei Federal nº 195, de 24 de fevereiro de 1967, baixa o presente Edital instituindo Plano para cobrança de Contribuição de Melhoria, para fazer face ao custo da obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA QUE SERÁ EXECUTADA NA RUA FREI ÂNGELO VALENTIN, ENTRE A RUA FREI ANTÔNIO COLETTI E A TRAVESSA TIRADENTES, que será regido pelas seguintes cláusulas:

#### I - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA OBRA E A RELAÇÃO DOS IMÓVEIS QUE A INTEGRAM

I.1 - A obra será executada na Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Travessa Tiradentes, cuja relação dos imóveis que a integram é a seguinte:

I.1.1 - Quadras 13 - Série F - Imóveis: 2943, 60045, 60051, 2736, 2688, 5751;

I.1.2 - Chácaras - Imóveis: 4026, 4038, 5327, 5654, 5651, 2933;

I.1.3 - Quadra Única - Lote 06 - Imóvel: 60946;

I.1.4 - Quadra Única - Lote 08 - Imóvel: 61618;

I.1.5 - Quadra Única - Lote 07 - Imóveis: 60935, 60944, 60973, 60961, 60953, 60949, 60950, 60969, 60948, 61598, 61618, 60946, 60934, 60975, 60983, 60974, 60937, 60936, 60954, 60987, 60947, 60971, 60968, 60941, 60972, 60963, 60932, 60966, 60933, 60979, 60981, 60939, 60951, 60980, 60962, 60955, 60956, 60958, 60978, 60940, 60977, 60964, 60059, 60938, 60959, 60967, 60965, 60945, 60943, 60985, 60957, 60931, 60952, 60976, 60970, 60989, 60988, 60942, 60974, 60960, 60982, 61751, 61733, 60061;

I.1.6 - Quadra Única - Lote 10 - Imóveis: 60158, 60165, 60222, 60191, 60231, 60202, 60228, 60174, 60169, 60167, 60203, 60178, 60206, 60181, 60170, 60180, 60154, 60186, 60157, 60215, 60155, 60223, 60173, 60175, 60166, 60193, 60232, 60192, 60217, 60160, 60190, 60159, 60221, 60230, 60164, 60216, 60188, 60187, 60212, 60200, 60226, 60227, 60205, 60163, 60171, 60185, 60168, 60177, 60204, 60211, 60218, 60201, 60225, 60162, 60224, 60182, 60183, 60209, 60214, 60176, 60207, 60156, 60179, 60208, 60189.

#### II - MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

II.1 - O memorial descritivo encontra-se no Anexo I deste Edital.

#### III - ÍNDICE DE VALORIZAÇÃO ESTIMADO DOS IMÓVEIS BENEFICIADOS



III.1 - Foi estimado que o índice de valorização dos imóveis, referente à Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Travessa Tiradentes, será de 7% (sete por cento), conforme Anexo III deste Edital.

III.2 - O índice previsto acima incidirá sobre o valor venal do terreno, levando-se em consideração a testada do respectivo imóvel, utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais, conforme previsto no art. 113, do Código Tributário Municipal e item VI deste Edital.

#### IV - ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA

IV.1 - O custo da obra consta do Anexo II deste Edital.

#### V - VALOR TOTAL A SER LANÇADO A TÍTULO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

V.1 - O valor total a ser lançado a título de Contribuição de Melhoria é de R\$ 120.737,21 (cento e vinte mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos), referente à Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Travessa Tiradentes, conforme disposto no art. 113-D, do Código Tributário Municipal e item VII deste Edital.

V.2 - Na hipótese do resultado da operação acima descrita ultrapassar o limite previsto no item III deste Edital, o valor será minorado até que o resultado atinja referido percentual.

#### VI - PLANO DE RATEIO DO CUSTO DA OBRA

VI.1 - O custo da obra, levado em consideração para esta Contribuição de Melhoria, será rateado entre os contribuintes de acordo com o seguinte critério:

VI.1.1 - A testada do imóvel determinará a cota de participação de cada contribuinte, que será multiplicada pelo valor venal total das respectivas quadras. O resultado desta operação será novamente multiplicado pelo índice de valorização imobiliária de cada terreno (7% - sete por cento), conforme previsto no item III deste Edital.

VI.1.2 - Referida operação determinará o valor a ser recolhido a título de Contribuição de Melhoria.

#### VII - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA PARCELA INDIVIDUAL DO CUSTO DA OBRA A SER RESSARCIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA (ART. 113-E, DO CTM)

VII.1 - A parcela individual do custo da obra, a ser cobrada de cada contribuinte é a seguinte:

Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Travessa Tiradentes e a Rua Frei Antônio Coletti							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	TEST.	COTA PART.	VALOR VENAL (R\$)	7% (R\$)	Nº. DO IMÓVEL
13 " F"	8	FRANCISCO PETRYCOSKI	23	1,41%	108.933,59	2.416,12	2943
13 " F"	P/09	JOSE ROBERTO DE BONA	11	0,67%	32.933,41	1.155,53	60045
13 " F"	P/09	LAYRES VERGINIO GEREMIA	11	0,67%	55.941,56	1.155,53	60051
13 " F"	15	RINALDO SAVIO	17	1,04%	63.323,53	1.785,83	2736
13 " F"	P/10	ROZELI TEREZINHA SIMON	10,5	0,64%	21.731,19	1.103,01	2688
13 " F"	P/10	NELSON FERREIRA DOS SANTOS	9,5	0,58%	20.945,29	997,96	5751
CHAC	CHAC	MOACIR LUIZ FREGONESE ROSSETTI	73,81	4,52%	483.276,57	7.753,63	4026
CHAC	CHAC	SILVIA ANA DOS SANTOS	18,8	1,15%	44.918,10	1.974,91	4038
CHAC	CHAC	GIVANILDO FERREIRA DOS SANTOS	18,8	1,15%	44.918,10	1.974,91	5327
.....	P/07	VANESSA BORTOLILI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60935
.....	P/07	INGRID MILAN	10	0,61%	9.777,51	684,43	60944
.....	P/07	BERNARDETE ZANIN	10	0,61%	9.777,51	684,43	60973
.....	P/07	FERNANDO SERGIO OSMARIM VANIN	10	0,61%	9.777,51	684,43	60961
.....	P/07	ROZANA ECHER	10	0,61%	9.777,51	684,43	60953
.....	P/07	ANGELA MARIA GIOTTO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60949
.....	P/07	ANA KAROLINI BATISTA DA SILVA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60950
.....	P/07	MILTES CATARINA ALVES TRINTADE	10	0,61%	9.777,51	684,43	60969
.....	P/07	GRACIELI RITA BACH	10	0,61%	9.777,51	684,43	60948
.....	P/07	ANDERSON LUNARDI	10	0,61%	9.777,51	684,43	61598
.....	P/07	CLESI BERTOCHI DOS SANTOS	10	0,61%	9.777,51	684,43	61618
.....	P/07	SOLANGE MARIA MINOZZO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60946
.....	P/07	ADRIANO LUIZ CASAGRANDE	10	0,61%	9.777,51	684,43	60934
.....	P/07	NELCIR OTAVIO VANZO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60975
.....	P/07	ELIDA MARTINS BRUM	10	0,61%	9.777,51	684,43	60983
.....	P/07	JOCE MARE TEZZA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60974
.....	P/07	SOLANGE MARIA CALEGARI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60937
.....	P/07	VALDIR TRINDADE MONTEIRO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60936
.....	P/07	LEANDRO DEBONA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60954
.....	P/07	DANIEL RODRIGO HIPPLER	10	0,61%	9.777,51	684,43	60987
.....	P/07	AMERICO KREFTA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60947
.....	P/07	ELIO ARSEGO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60971



.....	P/07	JANICE CASTANHETTI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60968
.....	P/07	ELIOMAR LOVATTO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60941
.....	P/07	EDER LUIZ MILAN	10	0,61%	9.777,51	684,43	60972
.....	P/07	ELIANE BOTON CICHELERO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60963
.....	P/07	VALDECIR PARMIGANI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60932
.....	P/07	THIAGO AUGISTO SCALON	10	0,61%	9.777,51	684,43	60966
.....	P/07	WILSON GOBATTO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60933
.....	P/07	ODETE TEREZINHA MOREIRA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60979
.....	P/07	EDIVALDO MACOSKI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60981
.....	P/07	JANETE MARIA SCHONS	10	0,61%	9.777,51	684,43	60939
.....	P/07	TATIANA DOS SANTOS CASTANHETTI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60951
.....	P/07	ANA PAULA DABOIT	10	0,61%	9.777,51	684,43	60980
.....	P/07	OSNI RODRIGUES MEDEIROS	10	0,61%	9.777,51	684,43	60962
.....	P/07	DARÍ ROBERTO PRZSBEZ	10	0,61%	9.777,51	684,43	60955
.....	P/07	VEIMAR JOÃO BATTISTI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60956
.....	P/07	JONES DE CONTO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60958
.....	P/07	MARIA SOELI CORDEIRO /JANETE MARIA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60978
.....	P/07	DANIEL DIAS AMADIGI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60940
.....	P/07	VANIA APARECIDA PROVENSI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60977
.....	P/07	FABIO ANDERSON SANGALETTI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60964
.....	P/07	FRANCIELI SANTIN	10	0,61%	9.777,51	684,43	60059
.....	P/07	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60938
.....	P/07	EDERSON FAVARETTO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60959
.....	P/07	LUCIANO DEON	10	0,61%	9.777,51	684,43	60967
.....	P/07	DAIANE CRISTINA SANGALETTI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60965
.....	P/07	MADALENA ORO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60945
.....	P/07	ORIVALDO JOSÉ PIAIA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60943
.....	P/07	DEONILDE FATIMA HANAUER	10	0,61%	9.777,51	684,43	60985
.....	P/07	CLAUDIOMAR DE SOUZA MARQUES	10	0,61%	9.777,51	684,43	60957
.....	P/07	JUCELIA DE FAVARI MARTINI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60931
.....	P/07	ANTONIO MAFFESSONI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60952
.....	P/07	LUCIMAR TEREZINHA PEREIRA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60976
.....	P/07	ADENILSON VICENTE NEGRI	10	0,61%	9.777,51	684,43	60970
.....	P/07	JUCELIANE COLLA	10	0,61%	9.777,51	684,43	60989
.....	P/07	SELMAR NUNES	10	0,61%	9.777,51	684,43	60988
.....	P/07	CARLA RODRIGUES DE ANDRADE	10	0,61%	9.777,51	684,43	60942
.....	P/07	GISELDA CERIOLI DE RE	10	0,61%	9.777,51	684,43	60974
.....	P/07	MARTA DEON	10	0,61%	9.777,51	684,43	60960
.....	P/07	MARIA APARECIDA REOLON	10	0,61%	9.777,51	684,43	60982
.....	P/07	CELIA APARECIDA TOZI GIARETTA	10	0,61%	9.777,51	684,43	61751
.....	P/07	JOELMIR TOMAZONI	10	0,61%	9.777,51	684,43	61733
.....	P/07	VALDERI MEZOMO	10	0,61%	9.777,51	684,43	60061
.....	8	DEUMIR PARISOTTO	25,5	1,56%	99.524,04	2.678,74	61618
.....	6	JOSE LAZZAROTTO	27,65	1,69%	93.328,67	2.904,59	60946
.....	P/10	IVANI JOÃO CUNICO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60158
.....	P/10	ELDER LUIZ GROBE	10	0,61%	9.077,04	635,39	60165
.....	P/10	JESSICA THIBES	10	0,61%	9.077,04	635,39	60222
.....	P/10	JOSE RICARDO DA SILVA PEREIRA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60191
.....	P/10	IVAN ANDERSON MARCON	10	0,61%	9.077,04	635,39	60231
.....	P/10	GILMAR BAROSS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60202
.....	P/10	JACIR RAIMUNDO PIETA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60228
.....	P/10	MARISA FUZINATTO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60174
.....	P/10	EUDES BIAVATI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60169
.....	P/10	LEONILDO DIVINO RAMOS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60167
.....	P/10	JUNIOR FRANCISCO NODARI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60203
.....	P/10	DENISE GRANDO WEILLER	10	0,61%	9.077,04	635,39	60178
.....	P/10	PAULO CRISTINO FORTUNA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60206
.....	P/10	ORLANDO FRAGOSO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60181
.....	P/10	MARSIANE LUDWIG	10	0,61%	9.077,04	635,39	60170

.....	P/10	EDUARDO CARLOS TANSINI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60180
.....	P/10	LENI NATALINA BERGOZZA E ELIDIO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60154
.....	P/10	JAMIR LUIS BOITO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60186
.....	P/10	RONALDO ZAGO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60157
.....	P/10	SEBASTIÃO PEDROSO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60215
.....	P/10	EDIANE RAGNINI E DANIEL RODRIGO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60155
.....	P/10	SUZANA RIZZATTI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60223
.....	P/10	LIANDRO FERRARI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60173
.....	P/10	GILMAR RODRIGUES LISBOA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60175
.....	P/10	NADIR BETT	10	0,61%	9.077,04	635,39	60166
.....	P/10	FABIANE MIKOLAJCZYK	10	0,61%	9.077,04	635,39	60193
.....	P/10	JOSE CARLOS CARDOSO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60232
.....	P/10	ELIANE MARIA MENEGAS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60192
.....	P/10	NEUSA ANA GABRIEL	10	0,61%	9.077,04	635,39	60217
.....	P/10	MEIRINEIA SMANIOTTO LUZZATTO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60160
.....	P/10	JOSE NICOLAU WOLFART	10	0,61%	9.077,04	635,39	60190
.....	P/10	KEVIN DOUGLAS DALLA VALLE	10	0,61%	9.077,04	635,39	60159
.....	P/10	JOCEMIR BORTOLINI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60221
.....	P/10	REGIS MAURICIO DOS SANTOS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60230
.....	P/10	ROGERIO FEDRIGO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60164
.....	P/10	MIRTO HOFFMANN	10	0,61%	9.077,04	635,39	60216
.....	P/10	ELISANDRA LORENZET SANDRINI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60188
.....	P/10	ADRIANA MARIA AVILA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60187
.....	P/10	IVO BERTOTTI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60212
.....	P/10	CLEBER DOS SANTOS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60200
.....	P/10	ALAMIR VEDANA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60226
.....	P/10	MAURO CELSO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60227
.....	P/10	SEDEMIR FAZOLO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60205
.....	P/10	RICARDO R. DA COSTA DE OLIVEIRA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60163
.....	P/10	IRINEU GEREMIAS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60171
.....	P/10	FABIANO LEITE	10	0,61%	9.077,04	635,39	60185
.....	P/10	ALEX DE OLIVEIRA E OUTROS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60168
.....	P/10	VLADIMIR BATALHA PONTES	10	0,61%	9.077,04	635,39	60177
.....	P/10	MAURI PAGANI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60204
.....	P/10	MAURICIO PEDROSO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60211
.....	P/10	ISOLETE BECKHAUSER DE SOUZA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60218
.....	P/10	ARILTON MACHADO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60201
.....	P/10	MELANIA IVETE BALLICO E OUTROS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60225
.....	P/10	NELI SALETE MEIRA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60162
.....	P/10	AUGUSTO DOMINGOS CADORE	10	0,61%	9.077,04	635,39	60224
.....	P/10	VALCINO RIBEIRO DOS SANTOS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60182
.....	P/10	JOCIMAR BARBOSA DE ARAUJO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60183
.....	P/10	EGIDIO ANTONIO CADORE	10	0,61%	9.077,04	635,39	60209
.....	P/10	IVAN CARLOS PILATTI	10	0,61%	9.077,04	635,39	60214
.....	P/10	ELVIO BARON	10	0,61%	9.077,04	635,39	60176
.....	P/10	EZIO PRESTES GUSTMANN	10	0,61%	9.077,04	635,39	60207
.....	P/10	DILVA CRACO DE SOUZA	10	0,61%	9.077,04	635,39	60156
.....	P/10	CLAIR JOSE RAMOS SANTOS	10	0,61%	9.077,04	635,39	60179
.....	P/10	ELSO ANTONIO COMERLATO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60208
.....	P/10	JUARI PERÃO	10	0,61%	9.077,04	635,39	60189
CHAC	CHAC	JONES DE CONTO	12,5	0,77%	14.702,42	1.029,17	5654
CHAC	CHAC	VILAMIR ANTONIO HERTZ	11	0,67%	16.285,75	1.140,00	5651
CHAC	CHAC	SUPERMERCADO SÃO FRANCISCO LTDA ME	72	4,41%	132.691,24	7.563,49	2933
			1632,1	100%	2.449.221,70	120.737,21	
Total Geral					2.449.221,70	120.737,21	

VIII - PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, PARA IMPUGNAÇÃO PELOS INTERESSADOS, DE QUALQUER DOS ELEMENTOS REFERIDOS NESTE EDITAL

VIII.1 - Os contribuintes lindeiros à obra de pavimentação de que se trata o presente Edital, tem prazo de 30 (trinta) dias, a contar da contar da publicação deste Edital, para impugnação de qualquer dos elementos do Plano, que se encontra à disposição dos interessados no mural do Centro Administrativo Municipal, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) e no site oficial do Município ([www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br)), durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

VIII.2 - A impugnação deverá ser dirigida à repartição fazendária municipal, através de petição fundamentada, que servirá de início do processo administrativo.

VIII.3 - A decisão será proferida no prazo de 07 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

#### IX - LANÇAMENTO E ARRECADAÇÃO

IX.1 - Após a conclusão da obra e respeitados os princípios da anterioridade e da noventena, será publicado Edital de Lançamento da Contribuição de Melhoria, a qual será arrecadada seguindo-se as normas estabelecidas pelo art. 113-L do Código Tributário Municipal.

#### X - ISENÇÕES

X.1 - O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor apurado como Contribuição de Melhoria.

X.2 - Para provar a propriedade única de imóvel deverá ser apresentada Certidão expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis, enquanto que a prova de rendimentos/benefícios deve ser feita à vista de Declaração do órgão responsável pelo pagamento.

#### XI - DISPOSIÇÕES FINAIS

XI.1 - Fazem parte do presente Edital: memorial descritivo da obra (Anexo I), planilha de orçamento do custo da obra (Anexo II), laudo de valorização estimada dos imóveis beneficiados (Anexo III), bem como disposições legais aplicáveis à Contribuição de Melhoria (Anexo IV).

São Lourenço do Oeste, SC, 18 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

EDITAL DE CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2016

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que até o dia 15/03/2016, às 14:15 horas realizará o recebimento, e na mesma data às 14:30 horas fará a abertura e julgamento das propostas da "CHAMADA PÚBLICA, PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, DURANTE O ANO LETIVO DE 2016", em conformidade com as Leis Federais nº 8666/93 e nº 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013 e demais normas de Direito Público aplicáveis. Local; Centro Administrativo Municipal, Rua Duque de Caxias, nº 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 16 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - CDM

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2016 - CDM  
ORIGEM: Processo Licitatório Nº 001/2016 – Pregão Presencial Nº 001/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MICRO ÔNIBUS, PLACA MDZ 2211, PATRIMÔNIO Nº 1876, DO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME DESCRITO NO ANEXO I-A DO EDITAL.

FORNECEDOR: GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO - EIRELI – EPP  
- CNPJ: 01.666.118/0001-16.

VALOR: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

TOTAL: R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2016.

VIGÊNCIA: 17/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2016

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 019/2016 – Pregão Presencial Nº 013/2016.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REFORMA E MANUTENÇÃO DO TANQUE (MÓVEL) DE DISTRIBUIÇÃO DE ÓLEO DIESEL PARA OS EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AQUICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

FORNECEDOR: JVC RECUPERADORA DE BOMBAS E TANQUES LTDA - CNPJ: 05.853.550/0001-77.

VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

TOTAL: R\$ 11.000,00 (onze mil reais).

DATA DE ASSINATURA: 17/02/2016.

VIGÊNCIA: 17/02/2016 à 31/12/2016.

INFORMAÇÕES: [licitacoes@saolourenco.sc.gov.br](mailto:licitacoes@saolourenco.sc.gov.br) ou (49) 3344-8588.

### LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO - ANEXO III DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO

Francielle Honesko, Engenheira Civil, Brasileira, Solteira, inscrita sob o CPF nº 053.724.129-92, RG nº 8.341.152-0 SSP/PR, registrada no CREA SC sob nº 134.784-3, residente e domiciliando na Rua Paraná, nº 804, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, apresenta Laudo de Avaliação conforme segue:

#### DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste

CNPJ: 83.021.873/0001-08

Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro

Município: São Lourenço do Oeste – SC

**OBJETIVO**

O presente Laudo Técnico tem por finalidade apresentar a valorização dos imóveis localizados na RUA FREI ANTONIO COLETTI, ENTRE A RUA FREI ÂNGELO VALENTIN E A TRAVESSA IRINEU BORNHAUSEN, em razão da execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da via acima nominada.

**AVALIAÇÃO**

Considerando o preço de mercado dos imóveis objetos desta avaliação e em conformidade com as transações imobiliárias firmadas até esta data;

Considerando a melhoria da via com a implantação da infraestrutura acima descrita;

Vislumbro uma valorização imobiliária de 7% (sete por cento) para os imóveis, conforme apresentado na planilha constante no Anexo I.

São Lourenço do Oeste, 16 de fevereiro de 2016.

FRANCIELLE HONESKO

Engenheira Civil

CREA SC 134.783-3

CREA PR 138.279/D

**ANEXO I****VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA FREI ANTONIO COLETTI**

Rua Frei Antonio Coletti, entre a Rua Frei Ângelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test	Cota Part	VALOR VENAL	7%	Nº DO IMO-VEL
13 " G"	P/01	MARCIO ALVES RODRIGUES	21,45	7,16%	23.412,58	1.638,88	2730
13 " G"	P/02	PAULO CEZAR DE SOUZA	5,00	1,67%	24.428,63	1.150,92	4293
13 " G"	P/02	DOLVINA HENRIQUE DE SOUZA	5,00	1,67%	16.285,75	1.150,92	61228
13 " G"	P/02	PAULINHO DE BONA	5,50	1,83%	20.809,57	1.266,01	7036
13 " G"	P/02	MATILDE CARNEIRO	5,50	1,83%	25.808,39	1.266,01	2740
13 " G"	P/03	LORECI BORTOLOTO	7,15	2,39%	33.652,70	1.645,81	62113
13 " G"	P/03	CLEIMAR LUIZ LANDO	7,15	2,39%	23.682,20	1.645,81	62112
13 " G"	P/03	GUIDO JUSTINO KLEIN	7,15	2,39%	29.997,45	1.645,81	2739
13 " G"	P/04	VALMIR LUIZ MABONI	10,72	3,58%	43.645,82	2.467,57	1777
13 " G"	P/04	VALMIR LUIZ MABONI	10,73	3,58%	43.686,53	2.469,87	2741
13 " G"	P/05	JOÃO DE BONA	10,73	3,58%	43.666,17	2.469,87	2999
13 " G"	P/05	CARLOS JOSE TISSIANI	5,35	1,78%	21.833,76	1.231,48	2745
13 " G"	P/05	MARI TERESINHA CURION	5,35	1,78%	21.833,76	1.231,48	2747
13 " G"	6	IVONETE APARECIDA ANTUNES DOS SANTOS	25,90	8,64%	105.450,24	5.961,76	2746
13 " G"	7	ABILIO CACCIATORE MATTEI	17,00	5,67%	69.214,45	3.913,12	2733
13 " F"	8	FRANCISCO PETRYCOSKI	52,35	17,46%	108.933,59	7.625,35	2943
13 " F"	P/09	IVANOR DALLE TESE	12,00	4,00%	48.857,26	2.762,21	60044
13 " F"	10	ANDERSON RIZZOTTO	11,45	3,82%	46.617,97	2.635,60	3562
13 " F"	11	LEOCIR RIZZOTTO	10,00	3,34%	40.714,38	2.301,84	2595
13 " F"	12	JOSE BETIATO	21,45	7,16%	87.332,35	4.937,44	2735
13 " F"	P/13	NELSI VERLANG	5,35	1,78%	18.252,28	1.231,48	63105
13 " F"	P/13	VITOR UGO ZAGO	5,35	1,78%	10.856,56	759,96	62234
13 " F"	P/13	VALMIR MONTEIRO	5,35	1,78%	10.856,56	759,96	3135

13 " F"	P/13	TEREZA MONTEIRO	5,35	1,78%	18.252,28	1.231,48	63104
13 " F"	P/14	GERMANO FACCHIN	21,45	7,16%	47.697,35	3.338,81	2998
			299,78	100,00%	985.778,58	8.739,49	
Total Geral					2.523.137,15	143.261,38	

### LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO - ANEXO III DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016

#### LAUDO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO

Francielle Honesko, Engenheira Civil, Brasileira, Solteira, inscrita sob o CPF nº 053.724.129-92, RG nº 8.341.152-0 SSP/PR, registrada no CREA SC sob nº 134.784-3, residente e domiciliando na Rua Paraná, nº 804, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, apresenta Laudo de Avaliação conforme segue:

#### DADOS DO CONTRATANTE

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste  
CNPJ: 83.021.873/0001-08  
Endereço: Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro  
Município: São Lourenço do Oeste – SC

#### OBJETIVO

O presente Laudo Técnico tem por finalidade apresentar a valorização dos imóveis localizados na RUA FREI ÂNGELO VALENTIN, ENTRE A RUA TIRADENTES E A RUA FREI ANTONIO COLETTI, em razão da execução de obras de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária da via acima nominada.

#### AVALIAÇÃO

Considerando o preço de mercado dos imóveis objetos desta avaliação e em conformidade com as transações imobiliárias firmadas até esta data;

Considerando a melhoria da via com a implantação da infraestrutura acima descrita;

Vislumbro uma valorização imobiliária de 7% (sete por cento) para os imóveis, conforme apresentado na planilha constante no Anexo I.

São Lourenço do Oeste, 16 de fevereiro de 2016.

FRANCIELLE HONESKO

Engenheira Civil

CREA SC 134.783-3

CREA PR 138.279/D

ANEXO I

#### VALORIZAÇÃO DOS IMÓVEIS DA RUA FREI ANTONIO COLETTI

Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Tiradentes e a Rua Frei Antonio Coletti							
QDA.	LOTE	CONTRIBUINTE	Test	Cota Part	VALOR VENAL	7%	Nº DO IMO-VEL
13 " F"	8	FRANCISCO PETRYCOSKI	23,00	1,41%	108.933,59	2.416,12	2943
13 " F"	P/09	JOSE ROBERTO DE BONA	11,00	0,67%	32.933,41	1.155,53	60045
13 " F"	P/09	LAYRES VERGINIO GEREMIA	11,00	0,67%	55.941,56	1.155,53	60051
13 " F"	15	RINALDO SAVIO	17,00	1,04%	63.323,53	1.785,83	2736
13 " F"	P/10	ROZELI TEREZINHA SIMON	10,50	0,64%	21.731,19	1.103,01	2688
13 " F"	P/10	NELSON FERREIRA DOS SANTOS	9,50	0,58%	20.945,29	997,96	5751
CHAC	CHAC	MOACIR LUIZ FREGONESE ROSSETTI	73,81	4,52%	483.276,57	7.753,63	4026
CHAC	CHAC	SILVIA ANA DOS SANTOS	18,80	1,15%	44.918,10	1.974,91	4038
CHAC	CHAC	GIVANILDO FERREIRA DOS SANTOS	18,80	1,15%	44.918,10	1.974,91	5327
.....	P/07	VANESSA BORTOLILI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60935
.....	P/07	INGRID MILAN	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60944



.....	P/07	BERNARDETE ZANIN	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60973
.....	P/07	FERNANDO SERGIO OSMARIM VANIN	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60961
.....	P/07	ROZANA ECHER	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60953
.....	P/07	ANGELA MARIA GIROTTO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60949
.....	P/07	ANA KAROLINI BATISTA DA SILVA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60950
.....	P/07	MILTES CATARINA ALVES TRINTADE	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60969
.....	P/07	GRACIELI RITA BACH	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60948
.....	P/07	ANDERSON LUNARDI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	61598
.....	P/07	CLESI BERTOCHI DOS SANTOS	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	61618
.....	P/07	SOLANGE MARIA MINOZZO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60946
.....	P/07	ADRIANO LUIZ CASAGRANDE	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60934
.....	P/07	NELCIR OTAVIO VANZO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60975
.....	P/07	ELIDA MARTINS BRUM	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60983
.....	P/07	JOCE MARE TEZZA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60974
.....	P/07	SOLANGE MARIA CALEGARI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60937
.....	P/07	VALDIR TRINDADE MONTEIRO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60936
.....	P/07	LEANDRO DEBONA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60954
.....	P/07	DANIEL RODRIGO HIPPLER	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60987
.....	P/07	AMERICO KREFTA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60947
.....	P/07	ELIO ARSEGO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60971
.....	P/07	JANICE CASTANHETTI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60968
.....	P/07	ELIOMAR LOVATTO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60941
.....	P/07	EDER LUIZ MILAN	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60972
.....	P/07	ELIANE BOTON CICHELEIRO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60963
.....	P/07	VALDECIR PARMIGANI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60932
.....	P/07	THIAGO AUGISTO SCALON	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60966
.....	P/07	WILSON GOBATTO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60933
.....	P/07	ODETE TEREZINHA MOREIRA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60979
.....	P/07	EDIVALDO MACOSKI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60981
.....	P/07	JANETE MARIA SCHONS	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60939
.....	P/07	TATIANA DOS SANTOS CASTANHETI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60951
.....	P/07	ANA PAULA DABOIT	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60980
.....	P/07	OSNI RODRIGUES MEDEIROS	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60962
.....	P/07	DARÍ ROBERTO PRZSBECZ	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60955
.....	P/07	VEIMAR JOÃO BATTISTI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60956
.....	P/07	JONES DE CONTO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60958
.....	P/07	MARIA SOELI CORDEIRO /JANETE MARIA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60978
.....	P/07	DANIEL DIAS AMADIGI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60940



.....	P/07	VANIA APARECIDA PROVENSI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60977
.....	P/07	FABIO ANDERSON SANGALETTI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60964
.....	P/07	FRANCIELI SANTIN	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60059
.....	P/07	CARLOS ALBERTO DE SOUZA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60938
.....	P/07	EDERSON FAVARETTO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60959
.....	P/07	LUCIANO DEON	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60967
.....	P/07	DAIANE CRISTINA SANGALETTI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60965
.....	P/07	MADALENA ORO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60945
.....	P/07	ORIVALDO JOSÉ PIAIA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60943
.....	P/07	DEONILDE FATIMA HANAUER	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60985
.....	P/07	CLAUDIOMAR DE SOUZA MARQUES	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60957
.....	P/07	JUCELIA DE FAVARI MARTINI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60931
.....	P/07	ANTONIO MAFFESSONI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60952
.....	P/07	LUCIMAR TEREZINHA PEREIRA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60976
.....	P/07	ADENILSON VICENTE NEGRI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60970
.....	P/07	JUCELIANE COLLA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60989
.....	P/07	SELMAR NUNES	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60988
.....	P/07	CARLA RODRIGUES DE ANDRADE	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60942
.....	P/07	GISELDA CERIOLO DE RE	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60974
.....	P/07	MARTA DEON	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60960
.....	P/07	MARIA APARECIDA REOLON	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60982
.....	P/07	CELIA APARECIDA TOZI GIARETTA	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	61751
.....	P/07	JOELMIR TOMAZONI	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	61733
.....	P/07	VALDERI MEZOMO	10,00	0,61%	9.777,51	684,43	60061
.....	8	DEUMIR PARISOTTO	25,50	1,56%	99.524,04	2.678,74	61618
.....	6	JOSE LAZZAROTTO	27,65	1,69%	93.328,67	2.904,59	60946
.....	P/10	IVANI JOÃO CUNICO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60158
.....	P/10	ELDER LUIZ GROBE	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60165
.....	P/10	JESSICA THIBES	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60222
.....	P/10	JOSE RICARDO DA SILVA PEREIRA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60191
.....	P/10	IVAN ANDERSON MARCON	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60231
.....	P/10	GILMAR BAROSSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60202
.....	P/10	JACIR RAIMUNDO PIETA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60228
.....	P/10	MARISA FUZINATTO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60174
.....	P/10	EUDES BIAVATI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60169
.....	P/10	LEONILDO DIVINO RAMOS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60167
.....	P/10	JUNIOR FRANCISCO NODARI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60203
.....	P/10	DENISE GRANDO WEILLER	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60178

.....	P/10	PAULO CRISTINO FORTUNA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60206
.....	P/10	ORLANDO FRAGOSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60181
.....	P/10	MARSIANE LUDWIG	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60170
.....	P/10	EDUARDO CARLOS TANSINI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60180
.....	P/10	LENI NATALINA BERGOZZA E ELIDIO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60154
.....	P/10	JAMIR LUIS BOITO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60186
.....	P/10	RONALDO ZAGO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60157
.....	P/10	SEBASTIÃO PEDROSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60215
.....	P/10	EDIANE RAGNINI E DANIEL RODRIGO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60155
.....	P/10	SUZANA RIZZATTI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60223
.....	P/10	LIANDRO FERRARI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60173
.....	P/10	GILMAR RODRIGUES LISBOA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60175
.....	P/10	NADIR BETT	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60166
.....	P/10	FABIANE MIKOLAJCZYK	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60193
.....	P/10	JOSE CARLOS CARDOSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60232
.....	P/10	ELIANE MARIA MENEGAS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60192
.....	P/10	NEUSA ANA GABRIEL	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60217
.....	P/10	MEIRINEIA SMANIOTTO LUZZATTO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60160
.....	P/10	JOSE NICOLAU WOLFART	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60190
.....	P/10	KEVIN DOUGLAS DALLA VALLE	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60159
.....	P/10	JOCEMIR BORTOLINI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60221
.....	P/10	REGIS MAURICIO DOS SANTOS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60230
.....	P/10	ROGERIO FEDRIGO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60164
.....	P/10	MIRTO HOFFMANN	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60216
.....	P/10	ELISANDRA LORENZET SANDRINI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60188
.....	P/10	ADRIANA MARIA AVILA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60187
.....	P/10	IVO BERTOTTI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60212
.....	P/10	CLEBER DOS SANTOS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60200
.....	P/10	ALAMIR VEDANA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60226
.....	P/10	MAURO CELSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60227
.....	P/10	SEDEMIR FAZOLO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60205
.....	P/10	RICARDO R. DA COSTA DE OLIVEIRA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60163
.....	P/10	IRINEU GEREMIAS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60171
.....	P/10	FABIANO LEITE	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60185
.....	P/10	ALEX DE OLIVEIRA E OUTROS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60168
.....	P/10	VLADIMIR BATALHA PONTES	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60177
.....	P/10	MAURI PAGANI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60204
.....	P/10	MAURICIO PEDROSO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60211

.....	P/10	ISOLETE BECKHAUSER DE SOUZA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60218
.....	P/10	ARILTON MACHADO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60201
.....	P/10	MELANIA IVETE BALLICO E OUTROS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60225
.....	P/10	NELI SALETE MEIRA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60162
.....	P/10	AUGUSTO DOMINGOS CADORE	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60224
.....	P/10	VALCINO RIBEIRO DOS SANTOS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60182
.....	P/10	JOCIMAR BARBOSA DE ARAUJO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60183
.....	P/10	EGIDIO ANTONIO CADORE	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60209
.....	P/10	IVAN CARLOS PILATTI	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60214
.....	P/10	ELVIO BARON	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60176
.....	P/10	EZIO PRESTES GUSTMANN	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60207
.....	P/10	DILVA CRACO DE SOUZA	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60156
.....	P/10	CLAIR JOSE RAMOS SANTOS	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60179
.....	P/10	ELSO ANTONIO COMERLATO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60208
.....	P/10	JUARI PERÃO	10,00	0,61%	9.077,04	635,39	60189
CHAC	CHAC	JONES DE CONTO	12,50	0,77%	14.702,42	1.029,17	5654
CHAC	CHAC	VILAMIR ANTONIO HERTZ	11,00	0,67%	16.285,75	1.140,00	5651
CHAC	CHAC	SUPERMERCADO SÃO FRANCISCO LTDA ME	72,00	4,41%	132.691,24	7.563,49	2933
			1632,10	100%	2.449.221,70	120.737,21	
Total Geral					2.449.221,70	120.737,21	

## LEGISLAÇÃO - ANEXO IV DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016

DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL  
APLICÁVEIS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

(Artigos com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro 2009)

“Art. 112. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária aos bens imóveis.”

“Art. 113. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a notória valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública, presumindo-se esta em valor nunca inferior a 7% e nem superior a 15% do valor venal do terreno utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais.”

“Art. 113-A. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de se us titulares respectivos.”

“Art. 113-B. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento e pavimentação de vias públicas;

II - construção e pavimentação de estradas de rodagem;

III - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Reputam-se feitas pelo Município e em decorrência disso, sujeitas a contribuição de melhoria, as obras executadas em convênio com o Estado e a União, tomando como limite de contribuição o valor da contrapartida do Município.”

“Art. 113-C. A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindia de novos serviços de infra-estrutura;

II - em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais."

"Art. 113-D. O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder o custo total da respectiva obra, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

Parágrafo único. Incluir-se-ão nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na área de influência da obra."

"Art. 113-E. A determinação do valor individual da contribuição de melhoria, será calculada proporcionalmente ao valor total da obra e não poderá exceder a valorização imobiliária decorrente da obra realizada.

Parágrafo único. Quando o somatório dos valores individuais da contribuição de melhoria, apurados na forma do caput deste artigo, igualar-se ao custo total da obra e sendo o valor individual fixado para o respectivo imóvel inferior ao percentual mínimo de valorização fixado no artigo 113, este prevalecerá sobre aquele."

"Art. 113-F. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

I - delimitação da área de influência da obra e a relação dos imóveis que a integram;

II - memorial descritivo do projeto;

III - índice de valorização estimado dos imóveis beneficiados;

IV - orçamento do custo da obra;

V - valor total a ser lançado a título de contribuição de melhoria;

VI - plano de rateio do custo da obra, que levará em conta a testada de cada imóvel beneficiado;

VII - determinação do valor da parcela individual do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, condições e formas de pagamento;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere este artigo.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

§ 3º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através da publicação no órgão oficial do Município do Edital referido neste artigo, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria."

"Art. 113-G. O contribuinte poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova."

"Art. 113-H. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal."

"Art. 113-I. A autoridade competente para julgar a impugnação proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido."

"Art. 113-J. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no quinto dia útil seguinte ao da publicação."

"Art. 113-K. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria no caso de obra comunitária, poderá ser lançada e arrecadada antecipadamente à ocorrência do fato gerador, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido."

"Art. 113-L. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Parágrafo único. Se o contribuinte optar pelo pagamento a vista, será concedido desconto de 5% (cinco por cento)."

"Art. 113-M. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência."

"Art. 113-N. O pagamento será efetuado via depósito bancário."

"Art. 113-O. O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% do valor apurado como Contribuição de Melhoria."

**LEGISLAÇÃO - ANEXO IV DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016**

DISPOSITIVOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL  
APLICÁVEIS À CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

(Artigos com redação dada pela Lei Complementar nº 104, de 29 de setembro 2009)

“Art. 112. A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas das quais decorram valorização imobiliária aos bens imóveis.”

“Art. 113. A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a notória valorização imobiliária decorrente da realização de obra pública, presumindo-se esta em valor nunca inferior a 7% e nem superior a 15% do valor venal do terreno utilizado como base de cálculo para o lançamento dos demais tributos municipais.”

“Art. 113-A. O contribuinte desse tributo é o proprietário, titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, de bem imóvel beneficiado pela realização de obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Os imóveis de propriedade em condomínio serão lançados em nome destes, a quem caberá o direito de exigir dos condôminos as parcelas respectivas.

§ 3º Os demais imóveis serão lançados em nome de se us titulares respectivos.”

“Art. 113-B. A Contribuição de Melhoria será devida quando o Município realizar qualquer das seguintes obras públicas:

I - abertura, alargamento e pavimentação de vias públicas;  
II - construção e pavimentação de estradas de rodagem;  
III - aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

Parágrafo único. Reputam-se feitas pelo Município e em decorrência disso, sujeitas a contribuição de melhoria, as obras executadas em convênio com o Estado e a União, tomando como limite de contribuição o valor da contrapartida do Município.”

“Art. 113-C. A Contribuição de Melhoria não incide:

I - na hipótese de simples reparação ou recapeamento de pavimento, que prescindir de novos serviços de infra-estrutura;  
II - em relação aos imóveis localizados em zona rural.

Parágrafo único. Para aplicação do disposto no inciso II deste artigo, as delimitações das zonas urbana e rural são as estabelecidas para efeitos fiscais.”

“Art. 113-D. O valor total lançado a título de Contribuição de Melhoria não poderá exceder o custo total da respectiva obra, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

Parágrafo único. Incluir-se-ão nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados na área de influência da obra.”

“Art. 113-E. A determinação do valor individual da contribuição de melhoria, será calculada proporcionalmente ao valor total da obra e não poderá exceder a valorização imobiliária decorrente da obra realizada.

Parágrafo único. Quando o somatório dos valores individuais da contribuição de melhoria, apurados na forma do caput deste artigo, igualar-se ao custo total da obra e sendo o valor individual fixado para o respectivo imóvel inferior ao percentual mínimo de

valorização fixado no artigo 113, este prevalecerá sobre aquele.”

“Art. 113-F. Para a cobrança de Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, edital contendo, pelo menos, os seguintes elementos:

I - delimitação da área de influência da obra e a relação dos imóveis que a integram;

II - memorial descritivo do projeto;

III - índice de valorização estimado dos imóveis beneficiados;

IV - orçamento do custo da obra;

V - valor total a ser lançado a título de contribuição de melhoria;

VI - plano de rateio do custo da obra, que levará em conta a testada de cada imóvel beneficiado;

VII - determinação do valor da parcela individual do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, condições e formas de pagamento;

VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará o processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere este artigo.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

§ 3º Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através da publicação no órgão oficial do Município do Edital referido neste artigo, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.”

“Art. 113-G. O contribuinte poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.”

“Art. 113-H. A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.”

“Art. 113-I. A autoridade competente para julgar a impugnação proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.”

“Art. 113-J. A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no quinto dia útil seguinte ao da publicação.”

“Art. 113-K. Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

Parágrafo único. A Contribuição de Melhoria no caso de obra comunitária, poderá ser lançada e arrecadada antecipadamente à ocorrência do fato gerador, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga caso não se realize o fato gerador presumido.”

“Art. 113-L. O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja feito em parcela única ou em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM – Índice Geral de Preços de Mercado.

Parágrafo único. Se o contribuinte optar pelo pagamento a vista, será concedido desconto de 5% (cinco por cento).”

“Art. 113-M. A impugnação do lançamento será apresentada à repartição fazendária competente no prazo de 30 (trinta) dias,



contados da ciência.”

“Art. 113-N. O pagamento será efetuado via depósito bancário.”

“Art. 113-O. O aposentado, pensionista, inválido, deficiente físico ou mental, cuja renda mensal não ultrapasse 1,5 (um e meio) salário mínimo e que possua um único imóvel no Município, terá isenção no percentual de 50% do valor apurado como Contribuição de Melhoria.”

## **LEI Nº 2.264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

LEI Nº 2.264, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), no âmbito do Programa BRDE Municípios e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), até o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), no âmbito do Programa BRDE Municípios, destinados a execução de projetos de infraestrutura urbana e social, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º Para dar continuidade ao Programa BRDE Municípios, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 3º Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de encargos máximos de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 4º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei, deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, §1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 6º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 17 de fevereiro de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

## **MEMORIAL DESCRITIVO - ANEXO I DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016**

### **MEMORIAL DESCRITIVO**

#### **DADOS DA OBRA**

Obra: Pavimentação Asfáltica sobre Calçamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Frei Antônio Coletti

Local: Entre a Travessa Irineu Bornhausen e a Rua Frei Ângelo Valentin

Município: São Lourenço do Oeste/SC

Área da Pavimentação: 1.079,95 m²

#### **DADOS DO PROPRIETÁRIO**

Proprietário: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

CNPJ 83.021.873/0001-08

Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 – Centro.

CEP 89990-000

Município: São Lourenço do Oeste – SC

#### **DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

Responsável Técnico: Engenheira Civil Francielle Honesko

CREA PR: 138279/D

VISTO SC: 134784-3

Desenho: Geanne C. Tapero

#### **OBJETIVO**

A finalidade do presente documento é descrever as etapas construtivas, bem como os materiais utilizados para execução da obra de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Frei Antônio Coletti, entre a Travessa Irineu Bornhausen e a Rua Frei Ângelo Valentin, município de São Lourenço do Oeste. A pavimentação asfáltica será executada sobre a pavimentação em calçamento existente. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e projetos aprovados. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e autorização da fiscalização da Contratante.

Todos os materiais e serviços utilizados na obra deverão seguir as Normas Técnicas e recomendações de execução do DEINFRA, DNIT e ABNT. A fiscalização da Contratante se reserva no direito de a qualquer momento da execução dos serviços solicitar a paralisação ou mesmo mandar refazer-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas.

A Contratada deverá, durante a execução de todos os serviços previstos para conclusão da obra, observar as normas de segurança do trabalho para seus colaboradores, fornecendo os equipamentos necessários para que tais sejam seguidas corretamente.

A Contratada deverá visitar o local onde serão executadas as obras, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento dos serviços a serem realizados.

Observa-se, que o perfil transversal da via apresenta a largura média da rua, visto que a rua a ser pavimentada já se encontra conformada e limitada por edificações, não sendo possível adotar uma largura única para toda a via.

#### **1. SERVIÇOS PRELIMINARES**

O início da obra deve ser precedido pela apresentação pela Contratada de todos os documentos definidos pelo Contrato. A contratada deverá fixar no local da obra uma placa em chapa de aço galvanizado, com as dimensões de 1,20m x 0,60 m, totalizando 0,72 m², modelo padrão municipal, fixa em estrutura de madeira. Os detalhes referentes às cores e modelo, bem como o local de instalação,



serão fornecidos pelo fiscal da Contratante.

Os serviços de topografia deverão ser executados por um profissional habilitado que deverá locar e nivelar a obra, sendo exigido estaqueamento com piquetes a cada 20 metros no sentido longitudinal.

## 2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

O pavimento em C.B.U.Q. será aplicado sobre a pavimentação existente. A Contratada deverá limpar a base antes da aplicação do novo revestimento. Após a lavagem será executada pintura de ligação, que tem por função proporcionar a ligação entre o revestimento existente e o revestimento em C.B.U.Q. a ser aplicado. O material utilizado para a pintura de ligação é a emulsão asfáltica RR-2C, sendo sua taxa de aplicação na ordem de 0,6 L/m<sup>2</sup>. A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10° C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

A camada de rolamento será executada em C.B.U.Q. – Concreto Betuminoso Usinado a Quente. Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP-50/70). O agregado graúdo deve ser pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas. O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões de argila ou outras substâncias nocivas. O teor de asfalto será de 5,8% a 6,4%, sendo que a porcentagem de betume se refere à mistura de agregados considerada como 100%. A Contratada deverá executar reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm e capa asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm. O revestimento será em C.B.U.Q., e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da imprimação, deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165°C e chegar ao local da obra a uma temperatura não inferior a 120°C. O transporte deste material deverá ser feito por caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada com o auxílio da vibroacabadora, obedecendo à espessura do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória, como pode ser o caso da ciclovia. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

## 3. DRENAGEM PLUVIAL

A escavação das valas será mecânica, realizada com auxílio de uma retroescavadeira. Todo o material proveniente da escavação deve ser depositado ao lado da vala, para que possa ser utilizado no reaterro da mesma, ou levado do local até o bota-fora.

A contratada deverá compactar o fundo da vala anteriormente ao assentamento da tubulação, a fim de evitar recalques e consequentes danos nesta. A tubulação de drenagem será composta por tubos de concreto simples, seção circular com diâmetro nominal de 40 cm. Para estes, o recobrimento mínimo é de 60 cm. A coleta das águas superficiais será realizada através de bocas de lobo, construídas em alvenaria de tijolo maciço, segundo as dimensões fornecidas em projeto, revestidas com chapisco e reboco e fundo em concreto simples. As caixas de ligação serão executadas em alvenaria de tijolo maciço, segundo dimensões fornecidas em projeto, revestidas com chapisco e reboco, fundo em concreto simples e tampa de concreto armado. Tanto as bocas de lobo quanto as caixas de ligação seguirão rigorosamente os detalhes fornecidos em projeto.

O material utilizado para o reaterro das valas será o material retirado durante a escavação. Caso o material apresente matéria orgânica ou rocha deverá ser descartado e substituído por material de 1ª categoria, sendo a contratada responsável pela substituição. A compactação será realizada em camadas de 20 cm. Não serão admitidas deformações na pavimentação oriundas de falhas na compactação.

Há a possibilidade de existência de rede de distribuição de água nas proximidades do local onde está prevista a passagem da tubulação de drenagem pluvial. Deve-se atentar no momento das escavações para a ocorrência ou não da rede, e caso esta venha a influenciar nos serviços a serem executados, deve-se entrar em contato com o órgão competente, a CASAN, para que sejam tomadas as providências necessárias e cabíveis, possibilitando a execução dos serviços de drenagem pluvial.

## 4. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

### 4.1 Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal é composta da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento.

O material a ser utilizado na sinalização horizontal é tinta à base de resina acrílica emulsionada em solvente, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo. A espessura úmida deverá ser de 0,6mm a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m<sup>2</sup> aplicado. Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retrorefletância inicial mínima de 150mcd/lux.m<sup>2</sup> para o amarelo e 200mcd/lux.m<sup>2</sup> para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5°.

### 4.2 Sinalização Vertical

A sinalização vertical será realizada com placas confeccionadas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos metálicos 2". O poste de fixação deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 50 cm de sua base e mantenha altura mínima de 2 m, da parte inferior da placa ao pavimento. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas conforme disposto no projeto em anexo. Em caso de dúvida na interpretação do projeto quanto ao posicionamento das placas, deverá ser solicitada orientação da fiscalização do Município.

Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto da placa deverão ser submetidas à galvanização a fogo, tanto nas partes

internas quanto externas das peças, incluindo hastes de contra-vento, parafusos, porcas e arruelas. Deverão receber em seu verso uma capa em pintura eletrostática com secagem em estufa a 200°C. As películas refletivas que compõem os sinais das placas, sendo fundos, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana. As placas deverão receber pintura reflexiva a fim de auxiliar a visualização da mesma no período noturno ou em dias em que as condições de visibilidade do condutor estejam dificultadas.

As formas, proporções e cores dos símbolos e das placas de regulamentação, advertência e indicação deverão estar de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização e com os detalhes fornecidos pelo projeto. As placas indicadas como padrão municipal devem ter sua arte solicitada à fiscalização do Município para confecção.

## 5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e aceitação pela fiscalização. A Contratada deverá, ao final da obra, apresentar projeto "As Built".

São Lourenço do Oeste, 10 de Dezembro de 2015.

RESPONSÁVEL TÉCNICO	PREFEITO MUNICIPAL
Eng. Civil Francielle Honesko	Geraldino Cardoso
CREA PR 138279/D	
VISTO SC 134784-3	

## MEMORIAL DESCRITIVO - ANEXO I DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### DADOS DA OBRA

Obra: Pavimentação Asfáltica sobre Calçamento em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Frei Ângelo Valentin  
Local: Entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Rua Tiradentes  
Município: São Lourenço do Oeste/SC  
Área da Pavimentação: 2.941,72 m²

#### DADOS DO PROPRIETÁRIO

Proprietário: Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
CNPJ 83.021.873/0001-08  
Endereço: Rua Duque de Caxias, 789 – Centro.  
CEP 89990-000  
Município: São Lourenço do Oeste – SC

#### DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Responsável Técnico: Engenheira Civil Francielle Honesko  
CREA PR: 138279/D  
VISTO SC: 134784-3  
Desenho: Geanne C. Tapero

#### OBJETIVO

A finalidade do presente documento é descrever as etapas construtivas, bem como os materiais utilizados para execução da obra de Pavimentação Asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), Drenagem Pluvial e Sinalização Viária na Rua Frei Ângelo Valentin, entre a Rua Frei Antônio Coletti e a Rua Tiradentes, município de São Lourenço do Oeste. A pavimentação asfáltica será executada sobre a pavimentação em calçamento existente. A obra deverá ser executada rigorosamente de acordo com o memorial descritivo e projetos aprovados. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações visando melhorias, só serão admitidas mediante consulta prévia e

autorização da fiscalização da Contratante.

Todos os materiais e serviços utilizados na obra deverão seguir as Normas Técnicas e recomendações de execução do DEINFRA, DNIT e ABNT. A fiscalização da Contratante se reserva no direito de a qualquer momento da execução dos serviços solicitar a paralisação ou mesmo mandar refazer-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica. Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas.

A Contratada deverá, durante a execução de todos os serviços previstos para conclusão da obra, observar as normas de segurança do trabalho para seus colaboradores, fornecendo os equipamentos necessários para que tais sejam seguidas corretamente.

A Contratada deverá visitar o local onde serão executadas as obras, sendo que não serão aceitas alegações de desconhecimento dos serviços a serem realizados.

Observa-se, que o perfil transversal da via apresenta a largura média da rua, visto que a rua a ser pavimentada já se encontra conformada e limitada por edificações, não sendo possível adotar uma largura única para toda a via.

## 1. SERVIÇOS PRELIMINARES

O início da obra deve ser precedido pela apresentação pela Contratada de todos os documentos definidos pelo Contrato. A contratada deverá fixar no local da obra uma placa em chapa de aço galvanizado, com as dimensões de 1,20m x 0,60 m, totalizando 0,72 m², modelo padrão municipal, fixa em estrutura de madeira. Os detalhes referentes às cores e modelo, bem como o local de instalação, serão fornecidos pelo fiscal da Contratante.

Os serviços de topografia deverão ser executados por um profissional habilitado que deverá locar e nivelar a obra, sendo exigido estaqueamento com piquetes a cada 20 metros no sentido longitudinal.

## 2. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

O pavimento em C.B.U.Q. será aplicado sobre a pavimentação existente. A Contratada deverá limpar a base antes da aplicação do novo revestimento. Após a lavagem será executada pintura de ligação, que tem por função proporcionar a ligação entre o revestimento existente e o revestimento em C.B.U.Q. a ser aplicado. O material utilizado para a pintura de ligação é a emulsão asfáltica RR -2C, sendo sua taxa de aplicação na ordem de 0,6 L/m². A pintura de ligação será executada após a base estar perfeitamente limpa e seca, utilizando-se para tal o caminhão espargidor. O material betuminoso deverá ser aplicado de maneira uniforme, sempre através de barras de aspersão e sob pressão. Antes do início da distribuição do material deve-se verificar se todos os bicos da barra de distribuição estão abertos. A aplicação poderá ser executada manualmente utilizando-se a caneta sob pressão acoplada ao caminhão espargidor. A área a ser pintada deve estar seca ou ligeiramente umedecida. É vedado proceder ao serviço com a superfície molhada ou quando a temperatura do ar seja inferior a 10° C ou ainda em condições atmosféricas desfavoráveis. A área que apresentar taxas abaixo da mínima especificada deverá receber uma segunda aplicação de forma a completar a quantidade recomendada. Não se deve permitir o trânsito sobre a superfície pintada.

A camada de rolamento será executada em C.B.U.Q. – Concreto Betuminoso Usinado a Quente. Deverá ser empregado como material betuminoso o cimento asfáltico de petróleo (CAP-50/70). O agregado graúdo deve ser pedra britada, com partículas de forma cúbica ou piramidal, limpas, duras, resistentes e de qualidade razoavelmente uniforme. O agregado deverá ser isento de pó, matérias orgânicas ou outro material nocivo e não deverá conter fragmentos de rocha alterada ou excesso de partículas lamelares ou chatas. O agregado miúdo é composto de pedrisco e pó de pedra, de modo que suas partículas individuais apresentem moderada angulosidade, sejam resistentes e estejam isentas de torrões

de argila ou outra substâncias nocivas. O teor de asfalto será de 5,8% a 6,4%, sendo que a porcentagem de betume se refere à mistura de agregados considerada como 100%. A Contratada deverá executar reperfilagem asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm e capa asfáltica em C.B.U.Q. na espessura média de 3cm. O revestimento será em C.B.U.Q., e deve obedecer a faixa C especificada pelo DNIT. O C.B.U.Q. será executado sobre a superfície após a realização da imprimação, deverá deixar a usina a uma temperatura de no máximo 165°C e chegar ao local da obra a uma temperatura não inferior a 120°C. O transporte deste material deverá ser feito por caminhões providos de caçamba metálica juntamente com lonas para a proteção e conservação da temperatura. A aplicação do C.B.U.Q. sobre a pista deverá ser realizada com o auxílio da vibroacabadora, obedecendo à espessura do projeto. A rolagem deverá ser feita com a utilização do rolo pneumático e o fechamento com o rolo liso (tandem). A rolagem deve ser iniciada à temperatura de 120°C e encerrada sem que a temperatura caia abaixo de 80°C. A compactação deverá ser iniciada nas bordas e progredir longitudinalmente para o centro, de modo que os rolos cubram uniformemente em cada passada pelo menos a metade da largura de seu rastro da passagem anterior. Os compressores não poderão fazer manobras sobre a camada que está sofrendo rolagem. A compressão requerida em lugares inacessíveis aos compressores será executada por meio de soquete manual ou placa vibratória, como pode ser o caso da ciclovía. As depressões ou saliências que aparecerem após a rolagem deverão ser corrigidas pelo afrouxamento e compressão da mistura até que a mesma adquira densidade igual ao material circundante.

### 3. DRENAGEM PLUVIAL

A escavação das valas será mecânica, realizada com auxílio de uma retroescavadeira. Todo o material proveniente da escavação deve ser depositado ao lado da vala, para que possa ser utilizado no reaterro da mesma, ou levado do local até o bota-fora.

A contratada deverá compactar o fundo da vala anteriormente ao assentamento da tubulação, a fim de evitar recalques e consequentes danos nesta. A tubulação de drenagem será composta por tubos de concreto simples, seção circular com diâmetro nominal de 40 cm. Para estes, o recobrimento mínimo é de 60 cm. A coleta das águas superficiais será realizada através de bocas de lobo, construídas em alvenaria de tijolo maciço, segundo as dimensões fornecidas em projeto, revestidas com chapisco e reboco e fundo em concreto simples. A execução das bocas de lobo seguirá rigorosamente os detalhes fornecidos em projeto.

O material utilizado para o reaterro das valas será o material retirado durante a escavação. Caso o material apresente matéria orgânica ou rocha deverá ser descartado e substituído por material de 1ª categoria, sendo a contratada responsável pela substituição. A compactação será realizada em camadas de 20 cm. Não serão admitidas deformações na pavimentação oriundas de falhas na compactação.

Há a possibilidade de existência de rede de distribuição de água nas proximidades do local onde está prevista a passagem da tubulação de drenagem pluvial. Deve-se atentar no momento das escavações para a ocorrência ou não da rede, e caso esta venha a influenciar nos serviços a serem executados, deve-se entrar em contato com o órgão competente, a CASAN, para que sejam tomadas as providências necessárias e cabíveis, possibilitando a execução dos serviços de drenagem pluvial.

### 4. SINALIZAÇÃO VIÁRIA

#### 4.1 Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal é composta da pintura de linhas de demarcação sobre o pavimento.

O material a ser utilizado na sinalização horizontal é tinta à base de resina acrílica emulsificada em solvente, aplicada de forma a produzir marcas com bordas claras e nítidas, com películas de cor e

largura uniforme, de acordo com o indicado nos projetos em anexo. A espessura úmida deverá ser de 0,6mm a ser atingida numa única aplicação. Deverão ser incorporados 250g de microesferas de vidro, tipo Drop-on, para cada m² aplicado. Na aplicação dos materiais o desvio máximo das bordas em 10m deverá ser de 0,01m para as marcas retas. Na espessura das marcas, admitir-se-á uma tolerância de mais ou menos 5%. Os referidos materiais depois de aplicados deverão ser protegidos durante seu tempo de secagem, de modo a garantir uma retrorefletância inicial mínima de 150mcd/lux.m² para o amarelo e 200mcd/lux.m² para o branco, medido com ângulo de incidência de 86,5° e ângulo de observância de 1,5°.

#### 4.2 Sinalização Vertical

A sinalização vertical será realizada com placas confeccionadas em chapas metálicas com espessura de 1,5mm, fixas em tubos metálicos 2". O poste de fixação deverá ter tamanho suficiente que permita enterrar 50 cm de sua base e mantenha altura mínima de 2 m, da parte inferior da placa ao pavimento. As placas de regulamentação, advertência e indicação deverão ser implantadas conforme disposto no projeto em anexo. Em caso de dúvida na interpretação do projeto quanto ao posicionamento das placas, deverá ser solicitada orientação da fiscalização do Município.

Para proteção contra corrosão, todas as peças do conjunto da placa deverão ser submetidas à galvanização a fogo, tanto nas partes internas quanto externas das peças, incluindo hastes de contravento, parafusos, porcas e arruelas. Deverão receber em seu verso uma capa em pintura eletrostática com secagem em estufa a 200°C. As películas refletivas que comporão os sinais das placas, sendo fundos, símbolos, orlas, letras, números, setas e pictogramas, deverão ser constituídas por lentes microesféricas agregadas a resina sintética e encapsuladas em uma camada de ar cobertas por um plástico transparente e flexível, o que lhe deve conferir uma superfície lisa e plana. As placas deverão receber pintura reflexiva a fim de auxiliar a visualização da mesma no período noturno ou em dias em que as condições de visibilidade do condutor estejam dificultadas.

As formas, proporções e cores dos símbolos e das placas de regulamentação, advertência e indicação deverão estar de acordo com o Manual Brasileiro de Sinalização e com os detalhes fornecidos pelo projeto. As placas indicadas como padrão municipal devem ter sua arte solicitada à fiscalização do Município para confecção.

### 5. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

A conclusão da obra se dará após a total limpeza da obra e aceitação pela fiscalização. A Contratada deverá, ao final da obra, apresentar projeto "As Built".

São Lourenço do Oeste, 22 de Dezembro de 2015.

RESPONSÁVEL TÉCNICO

PREFEITO MUNICIPAL

Eng. Civil Francielle Honesko

Geraldino Cardoso

CREA PR 138279/D

VISTO SC 134784-3

## PLANILHA DE ORÇAMENTO - ANEXO II DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2016



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti  
**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen  
**Área da Rua:** 1.079,95 m²

**Ciente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
<b>1.</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								
1.1	Placa da obra em chapa de aço galvanizado	0,72	m²	415,48	299,15	3,73%			74209/001
1.2	Aluguel container/escritório incluso inst.elétrica, larg.=2,20 m, comp.= 6,20 m, altura= 2,50 m	3,00	mês	585,94	1.757,82	21,94%			73847/001
1.3	Levantamento topográfico	1.079,95	m²	0,38	410,38	5,12%			78472
1.4	Engenheiro civil de obra	60,00	hr	91,30	5.478,00	68,36%			2707
1.5	ART de execução de obra	1,00	unid.	67,68	67,68	0,84%			CREA SC
	<b>Total do item</b>					<b>100,00%</b>	<b>8.013,03</b>	<b>8,89%</b>	
<b>2.</b>	<b>DRENAGEM PLUVIAL</b>								
2.1	Arrancamento e remoção de paralelepípedos	24,10	m³	22,97	553,58	1,92%			5 S 02 908 00 - DNIT
2.2	Arrancamento e remoção de meio-fio	0,18	m³	128,26	23,47	0,08%			5 S 02 909 00 - DNIT
2.3	Transporte local com caminhão basculante DMT= 5 km	0,18	m³	1,40	0,26	0,00%			72881
2.4	Escavação mec.de valas 1a.categ. c/ retroescavadeira	132,55	m³	6,53	865,55	3,01%			3061
2.5	Tubulação de drenagem urbana DN 40 - fornecimento e assentamento	113,00	m	137,98	15.591,74	54,21%			2 S 04 964 01 - DNIT
2.6	Reaterro e compac.mec.de vala c/ soquete vibratório	120,94	m³	28,55	3.452,84	12,01%			74015/001
2.7	Selo de dreno c/ brita graduada e= 10 cm	11,59	m³	115,34	1.336,79	4,65%			73710
2.8	Caixa para ralo com grade de ferro de aiv.tijolo maciço	4,00	unid.	1.413,55	5.654,20	19,66%			90875 - CHAPECÓ
2.9	Caixa de ligação	1,00	unid.	1.031,26	1.031,26	3,59%			2 S 04 962 01 - DNIT
2.10	Meio-fio de concreto pré-moldado, dimensões 12x15x30x100 cm, rejuntado com argamassa 1:4	6,00	m	41,99	251,94	0,88%			74223/001
	<b>Total do item</b>					<b>100,00%</b>	<b>28.761,63</b>	<b>31,91%</b>	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO – Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 88.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br





**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti  
**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen  
**Área da Rua:** 1.079,95 m²

**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
3. PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM C.B.U.Q SOBRE CALÇAMENTO									
3.1	Lavagem/limpeza da pista existente	1.079,95	m²	1,51	1.630,72	3,37%			73806/001
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,6 L/m²	1.079,95	m²	1,56	1.684,72	3,48%			91157 - CHAPECÓ
3.3	Regularização em C.B.U.Q. - e= 3 cm	81,00	ton	239,39	19.390,59	40,08%			91154 - CHAPECÓ
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. - e= 3 cm	81,00	ton	239,39	19.390,59	40,08%			91154 - CHAPECÓ
3.5	Transporte local de material betuminoso - DMT= 100 km	6480,00	m³xk	0,97	6.285,60	12,99%			83357
				Total do Item		100,00%	48.382,22	53,67%	
4. SINALIZAÇÃO VIARIA									
4.1	Pintura mec. de faixa contínua c/ tinta acrílica branca	27,85	m²	12,70	353,70	13,11%			4 S 06 100 31 - DNIT
4.2	Pintura manual c/ tinta acrílica branca	26,10	m²	21,13	551,49	20,44%			4 S 06 100 32 - DNIT
4.3	Pintura mec. de faixa contínua c/ tinta acrílica amarela	13,01	m²	12,70	165,23	6,13%			4 S 06 100 31 - DNIT
4.4	Placa de sinalização viária circular d= 50 cm, com suporte de aço galvanizado, inclusive base de concreto não estrutural	2,00	unid.	272,68	545,36	20,22%			91127 - CHAPECÓ
4.5	Placa de sinalização viária octogonal l= 25 cm, com suporte de aço galvanizado, inclusive base de concreto não estrutural	2,00	unid.	353,01	706,02	26,17%			91131 - CHAPECÓ
4.6	Placa esmaltada identif.nº rua, fornecimento e inst.com	1,00	unid.	375,77	375,77	13,93%			Composição própria
				Total do Item		100,00%	2.697,57	2,99%	
5. OBRAS COMPLEMENTARES									
5.1	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e= 5 cm	0,78	m³	99,39	77,52	4,45%			74164/004

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti  
**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen  
**Área da Rua:** 1.079,95 m<sup>2</sup>

**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
5.2	Concreto Fck= 15 MPa, incluso preparo mecânico, lançamento e adensamento, acesso p/ deficientes físicos	3,18	m³	523,49	1.664,70	95,55%			73406
				Total do Item		100,00%	1.742,22	1,93%	
6. SERVIÇOS FINAIS									
6.1	Limpeza final da obra	1.079,95	m²	0,51	550,77	31,61%			Composição própria
				Total do Item		31,61%	550,77	0,61%	
				Valor Total da Obra			90.147,44	100,00%	
O presente orçamento importa em R\$ 90.147,44 (Noventa mil cento e quarenta e sete reais e quatro centavos). Aos valores unitários foram aplicados um BDI de 20,97%.									

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**  
 Eng. Civil Francielle Honesko  
 CREA PR 138279/D  
 VISTO SC 134784-3

**PREFEITO MUNICIPAL**  
 Geraldino Cardoso

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br





**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti

**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen

**Área da Rua:** 1.079,95 m²

**Ciente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

**Município:** São Lourenço do Oeste

**Estado:** Santa Catarina

Item	Descrição dos Serviços	Total	%	Mês 01	%	Mês 02	%	Mês 03	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	8.013,03	8,89%	4.361,49	54,43%	1.826,17	22,79%	1.825,37	22,78%
2	DRENAGEM PLUVIAL	28.761,63	31,91%	23.009,30	80,00%	5.752,33	20,00%	0,00	0,00%
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q SOBRE CALÇAMENTO	48.382,22	53,67%	0,00	0,00%	33.867,55	70,00%	14.514,67	30,00%
4	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	2.697,57	2,99%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	2.697,57	100,00%
5	OBRAS COMPLEMENTARES	1.742,22	1,93%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.742,22	100,00%
6	SERVIÇOS FINAIS	550,77	0,61%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	550,77	100,00%
<b>Total Simples</b>		<b>90.147,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.370,80</b>	<b>30,36%</b>	<b>41.446,05</b>	<b>45,98%</b>	<b>21.330,59</b>	<b>23,66%</b>
<b>Total Acumulado</b>		<b>90.147,44</b>	<b>100,00%</b>	<b>27.370,80</b>	<b>30,36%</b>	<b>68.816,85</b>	<b>76,34%</b>	<b>90.147,44</b>	<b>100,00%</b>

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**  
 Eng. Civil Francielle Honesko  
 CREA PR 138279/D  
 VISTO SC 134784-3

**PREFEITO MUNICIPAL**  
 Geraldino Cardoso  
 RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CÁLCULO DO BDI**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti

**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Travessa Irineu Bornhausen

**Área da Rua:** 1.079,95 m²

**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

**Município:** São Lourenço do Oeste

**Estado:** Santa Catarina

RIS = risco e imprevistos	0,91%
DEF = despesas financeiras	0,59%
SG = seguro e garantia	0,79%
ADM= administração central	3,70%
LB = lucro bruto	7,65%
IMP = imposto	5,65%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
<b>BDI Utilizado</b>	<b>20,97%</b>
<b>BDI = <math>\{[(1+ADM+S+G+RIS)]*(1+DEF)*(1+LB)/(1-IMP)]-1\}</math></b>	
<b>BDI =</b>	<b>0,2097</b>

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**

Eng. Civil Francielle Honesko

CREA PR 138279/D

VISTO SC 134784-3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 – SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**COMPOSIÇÕES**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Antonio Coletti  
**Local:** Entre a Rua Frei Angelo Valentin e a Trav. Irineu Bornhausen  
**Área da Rua:** 1.079,95 m²  
**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Limpeza (m²)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
6111	Servente	h	0,035	10,06	0,35
38400	Vassoura 40 cm com cabo	unid.	0,002	10,35	0,02
37526	Saco de rafia p/ entulho	unid.	0,020	1,55	0,03
12892	Luva raspa	unid.	0,002	12,06	0,02
<b>Total item</b>					<b>0,42</b>

Placa esmaltada para ident.rua, 45x25 cm, fornecimento e inst.com poste metálico (unidade)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
73916/002	Placa esmaltada ident.rua 45x25cm	unid.	1,000	100,47	100,47
C30.60.10.05.025 - IPPUJ	Tubo galvanizado para fixação de placas diam. 1.1/2" h=3m	unid.	1,000	210,16	210,16
<b>Total item</b>					<b>310,63</b>

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**

Eng.Civil Francielle Honesko  
 CREA PR 138279/D  
 VISTO SC 134784-3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
 CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.sadlourenco.sc.gov.br

## PLANILHA DE ORÇAMENTO - ANEXO II DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2016



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo      **Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Valentim

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes      **Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Área da Rua:** 2.941,72 m<sup>2</sup>      **Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
<b>1.</b>	<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>								
1.1	Placa da obra em chapa de aço galvanizado	0,72	m <sup>2</sup>	415,48	299,15	2,69%			74209/001
1.2	Aluguel container/escritório incluso inst.elétrica, larg.=2,20 m, comp.= 6,20 m, altura= 2,50 m	4,00	mês	585,94	2.343,76	21,05%			73847/001
1.3	Levantamento topográfico	2.941,72	m <sup>2</sup>	0,38	1.117,85	10,04%			78472
1.4	Engenheiro civil de obra	80,00	hr	91,30	7.304,00	65,61%			2707
1.5	ART de execução de obra	1,00	unid.	67,68	67,68	0,61%			CREA SC
	<b>Total do item</b>				<b>11.132,44</b>	<b>100,00%</b>		<b>5,97%</b>	
<b>2.</b>	<b>DRENAGEM PLUVIAL</b>								
2.1	Arrancamento e remoção de paralelepípedos	8,10	m <sup>3</sup>	22,97	186,06	2,07%			5 S 02 908 00 - DNIT
2.2	Arrancamento e remoção de meio-fio	0,05	m <sup>3</sup>	128,26	6,41	0,07%			5 S 02 909 00 - DNIT
2.3	Transporte local com caminhão basculante DMT= 5 km	8,15	m <sup>3</sup>	1,40	11,41	0,13%			72881
2.4	Escavação mec.de valas 1a.categ. c/ retroescavadeira	44,55	m <sup>3</sup>	6,53	290,91	3,24%			3061
2.5	Tubulação de drenagem urbana DN 40 - fornecimento e assentamento	39,00	m	137,98	5.381,22	59,88%			2 S 04 964 01 - DNIT
2.6	Reaterro e compac.mec.de vala c/ soquete vibratório	41,24	m <sup>3</sup>	28,55	1.177,40	13,10%			74015/001
2.7	Selo de dreno c/ brita graduada e= 10 cm	3,96	m <sup>3</sup>	115,34	456,75	5,08%			73710
2.8	Caixa para ralo com grade de ferro de alv.tijolo maciço	1,00	unid.	1.413,55	1.413,55	15,73%			90875 - CHAPECÓ
2.9	Meio-fio de concreto pré-moldado, dimensões 12x15x30x100 cm, rejuntado com argamassa 1:4	1,50	m	41,99	62,99	0,70%			74223/001
	<b>Total do item</b>				<b>8.986,70</b>	<b>100,00%</b>		<b>4,82%</b>	

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.saoulourenco.sc.gov.br

1



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo      **Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Valentin

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes

**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

**Município:** São Lourenço do Oeste

**Estado:** Santa Catarina

**Área da Rua:** 2.941,72 m²

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
3. PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q SOBRE CALÇAMENTO									
3.1	Lavagem/limpeza da pista existente	2.941,72	m²	1,51	4.442,00	3,37%			73806/001
3.2	Pintura de ligação c/ RR-2C à taxa de 0,6 L/m²	2.941,72	m²	1,56	4.589,08	3,48%			91157 - CHAPECÓ
3.3	Regularização em C.B.U.Q. - e= 3 cm	220,63	ton	239,39	52.816,62	40,08%			91154 - CHAPECÓ
3.4	Capa asfáltica em C.B.U.Q. - e= 3 cm	220,63	ton	239,39	52.816,62	40,08%			91154 - CHAPECÓ
3.5	Transporte local de material betuminoso - DMT= 100 km	17650,00	m³xkm	0,97	17.120,50	12,99%			83357
				Total do Item		100,00%	131.784,82	70,72%	
4. SINALIZAÇÃO VIÁRIA									
4.1	Pintura mec.de faixa contínua c/ tinta acrílica branca	84,66	m²	12,70	1.075,18	6,22%			4 S 06 100 31 - DNIT
4.2	Pintura manual c/ tinta acrílica branca	71,78	m²	21,13	1.516,71	8,77%			4 S 06 100 32 - DNIT
4.3	Pintura mec.de faixa contínua c/ tinta acrílica amarela	26,10	m²	12,70	331,47	1,92%			4 S 06 100 31 - DNIT
4.4	Pintura manual c/ tinta acrílica amarela	117,47	m²	21,13	2.482,14	14,35%			4 S 06 100 32 - DNIT
4.5	Pintura de setas e/ou dizeres na pista	1,36	m²	22,98	31,25	0,18%			80550 - DEINFRA
4.6	Fornecimento e colocação de tacha refletiva monodirecional	257,00	unid.	19,06	4.898,42	28,33%			4 S 06 120 01 - DNIT
4.7	Placa de sinalização viária circular d= 50 cm, com suporte de aço galvanizado, inclusive base de concreto não estrutural	6,00	unid.	272,68	1.636,08	9,46%			91127 - CHAPECÓ
4.8	Placa de sinalização viária octogonal l= 25 cm, com suporte de aço galvanizado, inclusive base de concreto não estrutural	8,00	unid.	353,01	2.824,08	16,33%			91131 - CHAPECÓ

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saoulourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo      **Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Valentin

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes      **Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Área da Rua:** 2.941,72 m²      **Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
4.9	Placa de sinalização viária triangular l=75cm, com suporte de aço galvanizado (d=50mm e h= 3 metros), inclusive base de concreto não estrutural	1,00	unid.	308,69	308,69	1,79%			91133 - CHAPECÓ
4.10	Placa de sinalização viária quadrada l=45cm, com suporte de aço galvanizado (d=50mm e h= 3 metros), inclusive base de concreto não estrutural	1,00	unid.	302,27	302,27	1,75%			Composição própria
4.11	Placa esmaltada identif.nº rua, fornecimento e inst.com poste metálico	5,00	unid.	377,05	1.885,25	10,90%			Composição própria
				Total do Item		100,00%	17.291,54	9,28%	
5. CANTEIRO CENTRAL									
5.1	Arrancamento e remoção de meio-fio - canteiro existente	1,14	m³	128,26	146,22	1,26%			5 S 02 909 00 - DNIT
5.2	Transporte local com caminhão basculante DMT= 5 km	5,70	m³xkm	1,40	7,98	0,07%			72881
5.3	Peças pré-moldadas em concreto armado Fck=25 MPa	6,00	m³	1.499,68	8.998,08	77,66%			Composição própria
5.4	Aterro apoiado em camadas de 20 cm c/ material de empréstimo	16,23	m³	120,15	1.950,03	16,83%			73904/001
5.5	Plantio de grama esmeralda em rolo, inclusive preparo do solo	40,58	m²	11,92	483,71	4,17%			85180
				Total do Item		100,00%	11.586,02	6,22%	
6. OBRAS COMPLEMENTARES									
6.1	Lastro de brita acesso p/ deficientes físicos e= 5 cm	1,83	m³	99,39	181,88	4,47%			74164/004

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.saolourenco.sc.gov.br





**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**PLANILHA DE ORÇAMENTO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo      **Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
Valentin

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes      **Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Área da Rua:** 2.941,72 m²      **Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Item	Descrição dos Serviços	Quant.	Unid.	Valores (R\$)		% Item	Total do Item (R\$)	% do Total	Referência SINAPI
				Unitário	Total				
6.2	Concreto Fck= 15 MPa, incluso preparo mecânico, lançamento e adensamento, acesso p/ deficientes físicos	7,42	m³	523,49	3.884,30	95,53%			73406
				Total do Item		100,00%	4.066,18	2,18%	
7.	SERVIÇOS FINAIS								
7.1	Limpeza final da obra	2.941,72	m²	0,51	1.500,28	36,90%			Composição própria
				Total do Item		36,90%	1.500,28	0,81%	
				Valor Total da Obra			186.347,98	93,78%	
O presente orçamento importa em R\$ 186.347,98 (Cento e oitenta e seis mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e oito centavos). Aos valores unitários foram aplicados um BDI de 20,97%.									

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**  
Eng. Civil Francielle Honesko  
CREA PR 138279/D  
VISTO SC 134784-3

**PREFEITO MUNICIPAL**  
Geraldino Cardoso

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo Valentin  
**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes  
**Área da Rua:** 2.941,72 m²

**Ciente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste  
**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro  
**Município:** São Lourenço do Oeste  
**Estado:** Santa Catarina

Item	Descrição dos Serviços	Total	%	Mês 01	%	Mês 02	%	Mês 03	%	Mês 04	%
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	11.132,44	5,97%	3.896,35	35,00%	2.411,29	21,66%	2.412,40	21,67%	2.412,40	21,67%
2	DRENAGEM PLUVIAL	8.986,70	4,82%	8.986,70	100,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
3	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM C.B.U.Q. SOBRE CALÇAMENTO	131.784,82	70,72%	0,00	0,00%	65.892,41	50,00%	65.892,41	50,00%	0,00	0,00%
4	SINALIZAÇÃO VIÁRIA	17.291,54	9,28%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	17.291,54	100,00%
5	CANTEIRO CENTRAL	11.586,02	6,22%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	3.475,81	30,00%	8.110,21	70,00%
6	OBRAS COMPLEMENTARES	4.066,18	2,18%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	4.066,18	100,00%
7	SERVIÇOS FINAIS	1.500,28	0,81%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1.500,28	100,00%
<b>Total Simples</b>		<b>186.347,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.883,05</b>	<b>6,91%</b>	<b>68.303,70</b>	<b>36,65%</b>	<b>71.780,62</b>	<b>38,52%</b>	<b>33.380,61</b>	<b>17,91%</b>
<b>Total Acumulado</b>		<b>186.347,98</b>	<b>100,00%</b>	<b>12.883,05</b>	<b>6,91%</b>	<b>81.186,75</b>	<b>43,57%</b>	<b>152.967,37</b>	<b>82,09%</b>	<b>186.347,98</b>	<b>100,00%</b>

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**  
 Eng. Civil Francielle Honesko  
 CREA PR 138279/D  
 VISTO SC 134784-3

**PREFEITO MUNICIPAL**  
 Geraldino Cardoso

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
 CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br



**GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**CÁLCULO DO BDI**

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo Valentin

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes

**Área da Rua:** 2.941,72 m²

**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

**Município:** São Lourenço do Oeste

**Estado:** Santa Catarina

RIS = risco e imprevistos	0,91%
DEF = despesas financeiras	0,59%
SG = seguro e garantia	0,79%
ADM= administração central	3,70%
LB = lucro bruto	7,65%
IMP = imposto	5,65%
ISS	2,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
<b>BDI Utilizado</b>	<b>20,97%</b>
<b>BDI = <math>\{[(1+ADM+S+G+RIS)]*(1+DEF)*(1+LB)/(1-IMP)]-1\}</math></b>	
<b>BDI =</b>	<b>0,2097</b>

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Dezembro de 2015.

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**

Eng. Civil Francielle Honesko  
 CREA PR 138279/D  
 VISTO SC 134784-3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 - CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 - Fax (49) 3344-8560  
 89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE - SANTA CATARINA  
 CNPJ - 83.021.873/0001-08 - www.saoulourenco.sc.gov.br



# GOVERNO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

## SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

### COMPOSIÇÕES

**Obra:** Pav. Asfáltica em CBUQ, Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Frei Ângelo Valentin

**Cliente:** Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste

**Local:** Entre a Rua Frei Antonio Coletti e a Rua Tiradentes

**Endereço:** Rua Duque de Caxias, 789 - Centro

**Área da Rua:** 2.941,72 m²

**Município:** São Lourenço do Oeste

**Estado:** Santa Catarina

Referência planilha: SINAPI 10/2015

Limpeza (m²)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
6111	Servente	h	0,035	10,06	0,35
38400	Vassoura 40 cm com cabo	unid.	0,002	10,35	0,02
37526	Saco de rafia p/ entulho	unid.	0,020	1,55	0,03
12892	Luva raspa	unid.	0,002	12,06	0,02
Total item					0,42

Placa esmaltada para ident.rua, 45x25 cm, fornecimento e inst.com poste metálico (unidade)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
73916/002	Placa esmaltada ident.rua 45x25cm	unid.	1,000	100,47	100,47
C30.60.10.05.025 - IPPUJ	Tubo galvanizado para fixação de placas diam. 1.1/2" h=3m	unid.	1,000	210,16	210,16
5652	Concreto não estrutural	m³	0,005	234,66	1,06
Total item					311,69

Placa de sinalização viária quadrada l=45cm, com suporte de aço galvanizado (d=50mm e h= 3 metros), inclusive base de concreto não estrutural (unidade)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
4 S 06 200 01 - DNIT	Forn.e implantação de placa de sinalização semi-refletiva	m²	0,203	190,84	38,65
C30.60.10.05.025 - IPPUJ	Tubo galvanizado para fixação de placas diam. 1.1/2" h=3m	unid.	1,000	210,16	210,16
5652	Concreto não estrutural	m³	0,005	234,66	1,06
Total item					249,87

Peças pré-moldadas em concreto armado Fck=25 MPa (m³)					
Código SINAPI	Descrição	Unid	Quantidade	Valor unit.	Valor
73990/001	Armação CA-50 (p/ 1 m³ de concreto)	unid.	1,000	535,23	535,23
73972/001	Concreto Fck=25 MPa	m³	1,000	371,70	371,70
74157/003	Lançamento	m³	1,000	82,13	82,13
74007/002	Forma	m²	5,000	50,13	250,65
Total item					1239,71

São Lourenço do Oeste - SC, 18 de Dezembro de 2015.

#### RESPONSÁVEL TÉCNICA

Eng.Civil Francielle Honesko  
CREA PR 138279/D  
VISTO SC 134784-3

RUA DUQUE DE CAXIAS, 789 – CENTRO - Fone - (49) 3344-8500 – Fax (49) 3344-8560  
89.990-000 - SÃO LOURENÇO DO OESTE – SANTA CATARINA  
CNPJ – 83.021.873/0001-08 – www.saolourenco.sc.gov.br

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### DISPENSA PARA MANUTENÇÃO DE REDE DE AGUA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 08/2016.

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de São Miguel da Boa Vista/SC, pessoa jurídica de direito publico interno, estabelecido na Rua São Luiz, 210, inscrita no CNPJ nº. 80.912.124/0001-82, transcreve o Processo de Dispensa de Licitação para aquisição de materiais e serviços de mão de obra para manutenção da rede de agua nas Linhas Schneider, Anta Gorda e União no interior do Município de São Miguel da Boa Vista - SC, com fundamento no artigo 24 inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações, pelas razões a seguir expostas:

- 1) Considerando as condições climáticas e o baixo índice pluviométrico, onde iniciou-se no mês de janeiro de 2016 e permaneceu durante o mês todo, constatou-se a baixa precipitação pluviométrica e as altas temperaturas da região;
- 2) Considerando que estas condições climáticas ocasionaram maior demanda do consumo de água potável tanto para consumo humano e animais;
- 3) Considerando que o poço que atendia a demanda dessas comunidades baixou o nível de captação, sendo que as mesmas ficaram sem água potável;
- 4) Considerando que o poder público municipal nessas condições tem a obrigação de manter e preservar o bem estar da população, não podendo negligenciar nesta obrigação;
- 5) Considerando que o Município não possui nenhum lugar apropriado para coleta de agua potável, nem tão pouco caminhão pipa para sua distribuição; devido a urgência para resolver a situação, tornou-se inviável a realização de processo licitatório, conforme solicitado pela Secretaria Municipal da Agricultura.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar a contratação direta por dispensa de licitação da empresa EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS MARAVILHA LTDA, estabelecida na Rua Carlos Antônio Cembranel, nº. 96, bairro Frei Damião, CEP 89874-000 na Cidade de Maravilha/SC, inscrita no CNPJ sob o nº05.760.567/0001-80, Inscrição Estadual 254.596.509, para fornecer os materiais e serviços abaixo relacionados, conforme pesquisa de preço realizada pela Secretaria Municipal da Agricultura.

I – Do objeto: Aquisição de materiais e serviços de mão de obra para manutenção da rede de água nas Linhas Schneider, Anta Gorda e União no interior do Município de São Miguel da Boa Vista/SC, conforme segue:

Item	Quan	Unid	Descrição	R\$ Valor uni. Máximo	R\$ Valor total Máximo
01	01	Und	MOTOBOMBA BCR-2000 ½ CV MONO 220V	655,00	655,00
02	01	Und	VALVULA DE SUCÇÃO FUNDO DE POÇO 1'	48,41	48,41
03	03	Und	ADAPT SOLD CT BOL/ROSC 32 MM X 1'	1,45	4,35
04	02	Und	CURVA 90 SOLD 32 MM	4,99	9,98
05	02	Und	NIPEL GALV HEXAGONAL ¾'	5,52	11,04
06	02	Und	BUCHA DE RED GALV 1 X ¾'	6,71	13,42
07	01	Und	CURVA GALV MACHO 90 1'	20,37	20,37
08	120	MT	MANGUEIRA DE POLIETILENO 1' X2,5 MM	2,60	312,00
09	02	Und	ADAPTADOR SOLD ANEL VED CX CIL/RET 32 MM X1'	12,55	25,10
10	01	Und	TANQUE DE POLIETILENO 5000 LT C/ TAMPA	2.637,00	2.637,00
11	01	Und	BASE DE CONCRETO P/ RESERVATORIO 3,0X3,0X0,10M	450,00	450,00
12	01	Und	LAJE PRE MOLDADA	1.200,00	1.200,00
13	02	Und	CHAVE BOIA ELETRICA NIVEL INF E SUP 15 A	50,00	100,00
14	240	MT	CABO FLEXIVEL 750 V 4 MM	2,20	528,00
15	02	Und	REGISTRO ESFERA MONOBLOCO LATAO 1 ½'	96,66	193,32
16	02	Und	ADAPT SOLD ANEL VED CX CIL/RET 50 MM X 1 ½'	24,48	48,96
17	06	Und	ADAPT SOLD CT BOL/ROSC 50 MM X 1 ½'	3,69	22,14
18	04	Und	CURVA 90 SOLD 50 MM	11,30	45,20
19	04	Und	CURVA 90 SOLD 40 MM	9,15	36,60
20	01	Und	VALVULA RETENÇÃO HORIZONTAL 1 ¼'	103,44	103,44
21	01	Und	NIPEL GALV HEXAGONAL 1 ¼'	11,33	11,33
22	01	Und	UNIAO ASS. CONICO BRONZE/FERRO 1 ¼'	48,27	48,27
23	01	Und	UNIÃO PVC SOLD 50MM	23,29	23,29
24	15	MT	TUBO PEAD 40 MM PN 12,5	10,64	159,60
25	02	Und	ADAPT FEMEA COMPRESSAO 40 MM X 1 ¼'	43,52	87,04
26	02	Und	CONTATOR 3TS33110AN2 220V – 25ª	164,20	328,40
27	01	Ser	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE BOMBEAMENTO DE AGUA	750,00	750,00

				TOTAL	7.872,26
--	--	--	--	-------	----------

II – o objeto deste edital deverá ser entregue/executado, pela Contratada, em, no máximo, 15 (quinze) dias da assinatura do Contrato, na localidade da Linha Schneider, Anta Gorda e União, interior, neste Município de SMBV/SC.

II - no preço do objeto, mencionado no inciso I, está incluído o transporte e demais custos e despesas que possam incidir sobre o produto.

Art. 2º. O pagamento será efetuado até o dia 12 do mês subsequente a entrega do objeto mencionado no inciso I, do art. primeiro, e apresentação da emissão da Nota Fiscal, a qual deverá estar atestada pelo Secretário da Secretaria Municipal da Agricultura.

Art. 3º. As despesas para execução do Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

1.048 – CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA.

Sendo assim, caracterizado o interesse público, necessário se faz a contratação da Empresa.  
Publique-se no local de costume.

São Miguel da Boa Vista, SC, 15 de Fevereiro de 2016.

Valmir Cesar Schroter  
Prefeito Municipal em exercício



# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### CONTRATO N.º 032/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE  
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 032/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ADRIANA VIEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 685.664.929-00, residente a Rua Eugênio Ferreira da Silva, nº. 91, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSOR II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 17/02/2016, findando no dia 14/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

ADRIANA VIEIRA

CONTRATADA

Testemunhas:

### **CONTRATO N.º 30/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 30/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor JOSÉ LINO NAU, brasileiro, viúvo, inscrito no CPF sob nº. 767.750.039-00, residente a Rua José Mathias Junckes, s/nº., Vila Junckes, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 17/02/2016, findando no dia 14/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º

05/1997.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

#### CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

#### CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

JOSÉ LINO NAU

CONTRATADO

Testemunhas:

#### CONTRATO N.º 31/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 31/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal e.e, Sr. EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 041.337.639-71, residente e domiciliado a Rua Leopoldo Stein, s/nº, Santa Teresa, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado o Senhor DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº. 920.751.779-53, residente a Rua Alberto Bernardo Guessier, nº. 04, Campo de Demonstração, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de MOTORISTA II, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àquelles for de direito.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 17/02/2016, findando no dia 14/08/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o



**CONTRATADO;**

- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

**CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA**

- 6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

- 7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO**

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

**CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO**

- 9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

- 10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as

partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA

CONTRATADO

Testemunhas:

**DECRETO Nº21/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

[www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br](http://www.pmspa.sc.gov.br/gabinete@pmspa.sc.gov.br)

**DECRETO Nº21/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 330.000,00 (Trezentos e trinta mil reais) por conta do Superávit Financeiro de Recursos Ordinário na dotação abaixo identificada:

**13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO**

13.03.17.512.0015.2.093 -Func. e Manutenção da Secretaria de Água e Saneamento Básico R\$ 330.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 16 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e

**DECRETO Nº22/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

**DECRETO Nº22/2016**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal em exercício de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº 1017/2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais ) por conta do Superávit Financeiro de Recursos Ordinário na dotação abaixo identificada:

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.0010.1.068 –Pavimentação de Ruas a Lajota R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 16 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e

**PORTARIA N.º 070/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 070/2016**

Admite em Caráter Temporário JOSÉ LINO NAU para o cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, JOSÉ LINO NAU para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 030/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 071/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 071/2016**

Admite em Caráter Temporário DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA para o cargo de Motorista II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA para o cargo de Motorista II, contrato de trabalho nº. 031/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 072/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

**PORTARIA n.º 073/2016**

Retira Função Gratificada da servidora FABIANA DE ANDRADE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Retirar da servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/02/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO  
Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 073/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 073/2016

Retira Função Gratificada da servidora FABIANA DE ANDRADE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/02/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 074/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 074/2016

Retira Função Gratificada da Servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/02/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 075/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 075/2016

Retira Função Gratificada da Servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Retirar da servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Pregoeiro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16/02/2016.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 076/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 076/2016

NOMEIA PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear como Pregoeira deste Município a Servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA, e como equipe de apoio as seguintes servidoras:

I- FABIANA DE ANDRADE;

II- GUILHERME ALBINO.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.



**PORTARIA N.º 077/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 077/2016

Concede Função Gratificada a Servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CAMILLI MARQUES DA MATTA, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Pregoeiro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 078/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R-222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 078/2016

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, no uso das atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 45 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

RESOLVE:

Art. 1.º- Nomear Comissão Permanente de Licitações do Município de São Pedro de Alcântara, composta pelos seguintes Servidores:

I- FABIANA DE ANDRADE, na qualidade de Presidente;

II- CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, na qualidade de Membro;

III- GUILHERME ALBINO, na qualidade de Membro.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3.º- Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 079/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 079/2016

Concede Função Gratificada a Servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora CHARLENE APARECIDA RAQUEL JUNKES, ocupante do cargo de Assessora de Gabinete, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 080/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 080/2016

Concede Função Gratificada a servidora FABIANA DE ANDRADE.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder a servidora FABIANA DE ANDRADE, ocupante do cargo de Bibliotecária, a Função Gratificada de FG-1 Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 081/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 081/2016

Concede Função Gratificada ao servidor GUILHERME ALBINO.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 053/2009,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder ao servidor GUILHERME ALBINO, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário - ESF, a Função Gratificada de FG-1 Membro da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**PORTARIA N.º 082/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 082/2016

Admite em Caráter Temporário ADRIANA VIEIRA para o cargo de Professora II.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO, Prefeito Municipal e.e. de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ADRIANA VIEIRA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 032/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2016.

**RECLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015 TARCISIO PFLEGER**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2016, TARCISIO PFLEGER, foi colocado no final da lista dos aprovados no Processo Seletivo nº. 001/2015, relativo ao cargo de Motorista II, classificação nº. 08, haja vista, não ter assumido o referido cargo.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

**TERMO DE DESISTÊNCIA PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015 ALDÉCIO FORSTER**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE DESISTÊNCIA

PROCESSO SELETIVO EDITAL N.º 001/2015

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de 2016, ALDÉCIO FORSTER por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovado no Processo Seletivo Edital nº. 001/2015, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Trabalhador Braçal, classificação 02, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de fevereiro de 2016.

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2016-FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000  
- SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 02/2016-FMS

PROCESSO Nº. 02/2016-FMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de fraldas geriátricas e infantis para atender a demanda da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de março de 2016 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de março de 2016 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 18 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 – GAB/PMS

Convocação Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MAGALI FAUSTINO DA SILVA, inscrita no CPF sob nº. 584.572.240-34, aprovada em 17º lugar no Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 19 de fevereiro de 2016, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 13.5 e 13.6, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Orlando Tecilla  
Secretário de Saúde

### DECRETO Nº 3.669/2016 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº 3.669/2016 de 16 de fevereiro de 2016  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.148/2015 de 2 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS

03.04 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

03.04.04.122.3001.2.305 - Manutenção da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças

3.3.90.35.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Serviços de Consultoria R\$ 160.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK ELMER SANDRO QUADROS  
Prefeito Municipal Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 09/2016-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 09/2016-PMS

Dispensa de Licitação nº. 06/2016-PMS - Processo nº. 21/2016-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: DIGICROM ANALITICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 60.160.546/0001-31, estabelecida na rua dos Marianos, nº 227, Campo Grande, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.691-110.

Objeto: Constitui o presente contrato a contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e calibração de medidor de pH portátil, modelo DM, 2P, marca digimed, número de série 44917 da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Manutenção corretiva e calibração de medidor de pH portátil, modelo DM, 2P, marca digimed, número de série 44917	01	Unid.	2.617,50	2.617,50
TOTAL R\$					2.617,50

Valor do contrato: R\$ 2.617,50 (dois mil, seiscentos e dezessete reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 17/02/2016 – Vigência: 31/12/2016

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 6.443/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.443/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a necessidade de adequação do corpo docente da rede Municipal de Ensino;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Joélma Maia Brandão, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, percebendo o nível salarial nº 21 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 139/2013, de 15/10/2013, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 6.444/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.**

PORTARIA Nº 6.444/2016, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido de demissão da servidora, Sra. Leonilda Decker Jarschel (40h semanais), em 1º de fevereiro de 2016;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº. 001/2015-SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.363/2015, de 1º de julho de 2015, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Araci da Silva, para exercer o cargo de Professora A, subárea Ensino Fundamental Anos Iniciais, percebendo o nível salarial A-Inicial, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010 e alterações, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº. 001/2015/SECEL/PMS, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de fevereiro de 2016.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CMDCA**

RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - CMDCA

Dispõe sobre a aprovação das contas referentes ao exercício de 2015.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 de e na Lei Municipal nº 2.097/2015, e:

#### **CONSIDERANDO:**

I – A Resolução do CONANDA nº 137, de 21 de janeiro de 2010, que dispõe sobre parâmetros para criação e funcionamento dos Fundos Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências;

II – Que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA - deliberar e controlar as ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente e deliberar acerca da utilização dos recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA;

III – Que cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA fiscalizar o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e definir as políticas de captação de recursos, administração e a aplicação dos mesmos em cada exercício;

IV – A reunião ordinária realizada na data de 16 de fevereiro de 2016;

#### **DELIBERA:**

Artigo 1º: Aprovar totalmente as contas do Fundo da Infância e Adolescência de Schroeder – FIA, referentes ao exercício de 2015.

Artigo 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2016.

Teresinha Tomaselli Tecilla	Silvania Ferreira	
Presidente do CMDCA	Vice Secretária do CMDCA	

### **RESOLUÇÃO Nº 001/2016 - FMAS**

Resolução nº. 001/2016.

Dispõe sobre a aprovação das Contas do Fundo Municipal de Assistência Social, referente ao exercício de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei Municipal nº. 971 de 30/12/1975, alterada pelas Leis nº. 1.050 de 10/04/1997, e nº. 1.578 de maio de 2007 em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, da Norma Operacional Básica – NOB/SUAS;

Considerando a reunião ordinária, realizada na data de 16 de fevereiro de 2016;

#### **Resolve:**

Art. 1º Aprovar totalmente as Contas referentes ao exercício de 2015, referente aos recursos do Piso Básico Fixo, Piso Fixo de Média Complexidade, IGD SUAS, IGD Bolsa Família, BPC Escola, Benefício Eventuais – Estado, Proteção Social Básica – Custeio (Estado), Proteção Social Básica – Investimento (Estado), Média Complexidade – Custeio (Estado), Média Complexidade – Investimento (Estado) e Recursos Próprios do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 16 de fevereiro de 2016.

Ercílio Silvio Ramos  
Presidente do CMAS



**TERMO ADITIVO Nº. A10/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A10/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 396/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 396/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 14/2015-PMS, Processo nº. 209/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Bauer, Trecho II (estaca 15 à estaca 40+16m), Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 516m e área total de 5.403m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2122/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de supressão no valor de R\$ 165.623,10 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e dez centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 suprimido ao contrato o valor de R\$ 165.623,10 (cento e sessenta e cinco mil seiscentos e vinte e três reais e dez centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 538.527,26 (quinhentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 396/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00



**TERMO ADITIVO Nº. A11/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A11/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 394/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 394/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 12/2015-PMS, Processo nº. 207/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Dom Pedro, trecho II, Bairro Rio Hern, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 716 m e área total de 7.318 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM – Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2124/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de supressão no valor de R\$ 217.625,86 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação da supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 suprimido ao contrato o valor de \$ 217.625,86 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 689.037,63 (seiscentos e oitenta e nove mil, e trinta e sete reais e sessenta e três centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 394/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 053.350.739-18 CPF nº. 047.563.299-00

**TERMO ADITIVO Nº. A12/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A12/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 395/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 395/2015-PMS, celebrado em 24 de novembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 13/2015-PMS, Processo nº. 208/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Guilherme Zastrow, estaca 0 até estaca 11, Bairro Sossego, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 220 m e área total de 2.260,75m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2123/2015 que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de supressão no valor de R\$ 64.074,02 (sessenta e quatro mil setenta e quatro reais e dois centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 suprimido ao contrato o valor de R\$ 64.074,02 (sessenta e quatro mil setenta e quatro reais e dois centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 187.087,07 (cento e oitenta e sete mil oitenta e sete reais e sete centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 395/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

**TERMO ADITIVO Nº. A13/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A13/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 318/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 318/2015-PMS, celebrado em 26 de outubro de 2015, proveniente do Processo de licitação nº. 205/2015–PMS, Modalidade Tomada de Preços nº. 10/2015–PMS, para contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Cristina Bauer, trecho I, Centro Norte, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 342 m e área total de 3.420 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2126/2015 fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de supressão no valor de R\$ 137.896,54 (cento e trinta e sete mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do Arquiteto Otoniel as Silva, CAU–SC 051.856-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 suprimido ao contrato o valor de R\$ 137.896,54 (cento e trinta e sete mil oitocentos e noventa e seis reais e cinquenta e quatro centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 270.137,75 (duzentos e setenta mil cento e trinta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 318/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

**TERMO ADITIVO Nº. A9/2016 – PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A9/2016 – PMS

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 407/2015– PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.620.927/0001-12, estabelecida a rua Anélio Nicocelli, nº. 1720, Bairro Figueirinha, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representado pelo Senhor Mauricio Vogelsanger, inscrito no CPF sob o nº. 638.924.309-00, e portador da carteira de Identidade nº. 2/R-2.191.067 SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 407/2015-PMS, celebrado em 01 de dezembro de 2015, Modalidade Tomada de Preço nº. 11/2015-PMS, Processo nº. 206/2015 - PMS, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 23 de março, trecho I, Bairro Itoupava-Açú, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 530 m e área total de 4398 m², de acordo com o programa de transferência 2013000640, proposta transparência 12934, FUNDAM –Fundo Estadual de Apoio aos Municípios, projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, com fulcro nas Leis Municipais nº. 2.000/2014 e Lei nº 2125/2015 e que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria Obras e Serviços Urbanos, frente ao pedido de supressão no valor de R\$ 192.488,64 (cento e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), conforme parecer em anexo.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização do senhor Otoniel da Silva, CAU/SC A60922-6/SC, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação da supressão pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta “do valor total do contrato” no item 4.1 suprimido ao contrato o valor de R\$ 192.488,64 (cento e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), passando a ser o valor do contrato inicial de R\$ 504.402,52 (quinhentos e quatro mil, quatrocentos e dois reais e cinquenta e dois centavos).

Cláusula 2ª – Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 407/2015-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de fevereiro de 2016.

CONTRATADA:

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

Mauricio Vogelsanger

CPF sob o nº. 638.924.309-00

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 031/2016

DECRETO Nº. 031/2016 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE WILLIAN JUNIOR SIQUEIRA DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001, Lei Municipal nº. 684/2005 de 13/12/2005 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir desta data, o Sr. Willian Junior Siqueira dos Santos, portador do CPF nº.075.239.369-38, RG nº. 5.438.966-6, para o Cargo de Diretor de Departamento de Esportes, com lotação junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Nível CC – 03, do Grupo VII – Cargos em Comissão, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com dedicação integral.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme Art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001 de 10/09/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de Fevereiro de 2016.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PROCESSO SELETIVO N° 001/2016****ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016****HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES****Atenção!**

A prova escrita/objetiva será realizada no dia **20 de fevereiro de 2016 das 09h00min às 12h00min** no Centro Municipal de Educação, sito à Rua Sete de Setembro, n.º 530, Centro, no Município de Serra Alta (SC).

O candidato deverá comparecer ao local de prova **com antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

**ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, excluído do certame.

O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.**

**Obs.: O Boleto NÃO serve como Comprovante de Inscrição.**

O Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, Sr. Francisco Artur Both, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Homologação das Inscrições** referente ao Processo Seletivo n.º 001/2016, destinado ao provimento de vagas para o Poder Público Municipal.

1. Ficam homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, conforme segue:

**Legenda:**

**AZUL = INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**  
**VERMELHO = INSCRIÇÕES NÃO HOMOLOGADAS**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
10	DANIELA SIGNOR	08154876906
15	ELAINE LUFT PELICOLI	06092286920
17	ELOIZE DAMO CERIZOLLI	07615259983
6	FABIANA PARIZOTTO	07481267910
16	MARINA FLOSS	08026767900





ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092

14	RAFAEL JUNIOR BETTU	09646294960
----	---------------------	-------------

Inscritos no cargo: 6

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
4	ALESANDRA CAVALHEIRO DA SILVA	86462172053
3	CAMILA ANTINES	07813939905
12	DANRLEI CECATTO	09144295901
9	MARILEI LUBENOW SENHOR	03996416962
18	SIMONE DE OLIVEIRA STEFFENS	08435869903
7	TATIANE ANTUNES DO AMARAL	05834280960

Inscritos no cargo: 6

2. Não foram homologadas as inscrições dos candidatos relativas ao Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, em virtude da não confirmação do **pagamento da taxa de inscrição** (item 4.7 do Edital de Abertura), conforme segue:

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
11	CAMILA SIQUEIRA	08154882973
5	JORACI COPATI	67434479949
13	PATRICIA BIESDORF	08487496938

Inscritos no cargo: 3

PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL DE 1ª A 4ª SÉRIE		
N.º INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF
2	PRISCILA WERNER GASSEN	03246630992
8	TATIANA MAHL	08754070996

Inscritos no cargo: 2

3. Do total de 17 candidatos que realizaram suas inscrições no Processo Seletivo n.º 001/2016, para os cargos referenciados em Edital de Abertura, 12 tiveram as inscrições homologadas e 05 não tiveram as inscrições homologadas.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****MUNICÍPIO DE SERRA ALTA****Av. Dom Pedro II, 830 – Fone (49) 3364-0092**

4. Os candidatos que não tiveram as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo Processo Seletivo, Alternative Concursos, exclusivamente através do e-mail [recursos@alternativeconcursos.com.br](mailto:recursos@alternativeconcursos.com.br), no prazo de **18 de fevereiro de 2016**, conforme Formulário de Recurso constante em Anexo V, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do Edital.

5. A publicação da **HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS APRECIÇÃO DOS RECURSOS** e o **ENSALAMENTO** serão divulgados no dia **19 de fevereiro de 2016**, ambos no site [www.alternativeconcursos.com.br](http://www.alternativeconcursos.com.br), bem como no Mural Oficial e site do Município de Serra Alta (SC), [www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br).

6. Não houveram pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva.

7. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

8. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Serra Alta (SC), 17 de fevereiro de 2016.

**FRANCISCO ARTUR BOTH**  
**Prefeito Municipal**

# Sombrio

## PREFEITURA

### 031/2016

PORTARIA Nº 031 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFI-  
CA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### RESOLVE:

Conceder a 3ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sr. VALMIR DO AMARAL BOFF, Odontólogo, com Carga Horária de 10 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
877	2003 à 2008	01/02/2016 a 31/03/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 032/2016

PORTARIA Nº 032 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFI-  
CA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, usando da competência privativa que lhe concede a Lei Orgânica do Município de Sombrio – SC, e em conformidade com a Lei 1.414 de 20 de maio de 2003, (Estatuto do Servidor Público Municipal).

#### RESOLVE:

Conceder a 2ª Licença Prêmio ao servidor efetivo, Sra. VERA LUCIA DOS SANTOS, Técnica de Enfermagem, com Carga Horária de 40 horas semanais, como segue:

MATRICULA	PER. AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
3615	2011 à 2016	01/02/2016 a 31/03/2016

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretario Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 033/2016

PORTARIA Nº 033 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO POR APOSENTADORIA E DÁ OU-  
TRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com a Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### RESOLVE:

Exonerar, por aposentadoria junto ao INSS, a contar de 01/02/2016, a Senhora KATIA MARIA COELHO DOS SANTOS, matrícula nº 291, admitida através da Portaria nº 048, de 16 de maio de 1990, para o Cargo de professor, com carga horária de 40 horas semanais.

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

### 058/2016

DECRETO Nº 058 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor EDUARDO RAUPP CANDIDO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo da Educação, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 128, de 01 de julho de 2015 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.  
Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**061/2016**

DECRETO Nº 061 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, o Senhor VALDEMAR NAZÁRIO, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Esportes, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 030, de 18 de fevereiro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

**077/2016**

DECRETO Nº 077 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016.  
EXONERA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de Abril de 1990, e o artigo 30, Item II, alínea “d” da Lei nº 1.414 de 20 de Maio de 2003.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado, a Senhora PATRÍCIA EUZÉBIO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Prevenção, Erradicação de Doenças Onfecto-Contagiosas, Nível DAI – 02.

Art. 2º. Fica revogado o Decreto nº 190, de 03 de setembro de 2014 e demais disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação..

Município de Sombrio - SC, 01 de fevereiro de 2016.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

# Tigrinhos

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 009-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 009/2016.  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a contratação dos serviços abaixo discriminados: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE RECAPAGENS DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA MUNICIPAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016. O recebimento das propostas e documentação será até as 09h00min do dia 03/03/2016, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h10min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064.

Tigrinhos (SC), 17 de Fevereiro de 2016.  
RUDIMAR FRANCISCO GUTH  
Prefeito Municipal

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 22/2016

DECRETO Nº 22, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

#### ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

#### DECRETA:

Art. 1º. - Fica admitida no Quadro de Pessoal Temporário do Município de Timbé do Sul, Marilda Turossi, CPF nº 042.549.929-47 e RG nº 4.209.294, no Cargo de Monitor de Creche e Pré Escolar.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL – SC, 16 de fevereiro de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DA LICITAÇÃO 01\_2016 DL\_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 01/2016 - Dispensa De Licitação

Do objeto: Aquisição de medicamentos para hipertensos e diabéticos, medicamentos controlados e da farmácia básica para atender as necessidades dos munícipes de Timbé do Sul, para o exercício de 2016.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do valor: O valor global previsto dos produtos adquiridos importa em R\$ 120.413,36 (cento e vinte mil, quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos).

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Timbé do Sul/SC, 17 de fevereiro de 2016.

Lurdete Velho Ghellere

Presidente da Comissão de Licitação

### EXTRATO DA LICITAÇÃO 02\_2016 DL\_FMS

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Fundo Municipal de Saúde

#### Extrato de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório nº 02/2016 - Dispensa De Licitação

Do objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2016.

Do fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do valor: O valor global estimado dos serviços importa em R\$ 285.589,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e nove reais).

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: Por o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Timbé do Sul/SC, 17 de fevereiro de 2016.

Lurdete Velho Ghellere

Presidente da Comissão de Licitação



# Timbó

## PREFEITURA

### AVISO LEILÃO Nº 126 2015 PMT - ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE Leilão Nº 126/2015

OBJETO: alienação de 03 (três) veículos, 01 (uma) sucata de veículo, 02 (dois) caminhões, 01(uma) Tobata, 01(um) trator, 01(um) distribuidor de esterco, 01(um) enxada rotativa, sucatas de ferroza, iluminação pública, óleo queimado, madeira e bens inservíveis (materiais de informática, cadeiras, carteiras e outros). ENTREGA DOS DOCUMENTOS e ABERTURA: dia 10 de março de 2016 as 10h00min. INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10 de março de 2016 as 10h10min Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

TIMBO (SC), 17/02/2016  
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI  
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 17 2015 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 17/2015 – FMS

A Central de Licitações convoca, através do presente, a licitante IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES, CNPJ n.º 33.255.787/0001-91 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 23/02/2016  
HORÁRIO: Nos dias 18 e 19/02 entre as 07hs e as 13hs e no dia 22/02 das 08hs as 12hs e das 14hs as 17h.

Timbó, 17 de fevereiro de 2016  
ROSE MERY DALCANALE  
Central de Licitações

### DECRETO Nº 4091, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

DECRETO Nº 4091, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016 e estabelece outras providências.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, V da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05/04/1990, e

Considerando a necessidade de serem expedidas regras claras que versem sobre a probidade e moralidade administrativa dos agentes públicos no período eleitoral de 2016;

Considerando o disposto nos art. 73 a 78 da Lei nº. 9.504, de 30 de setembro de 1997 c/c a Resolução TSE nº 23.457, de 15 de dezembro de 2015, Resolução TSE nº 23.450 de 03 de dezembro de 2015 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, que fixam as condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais;

Considerando que o pleito eleitoral recomenda posturas morais, corretas e éticas de servidores e agentes públicos, inclusive para o fim de garantir a igualdade e o equilíbrio entre todos os candidatos;

Considerando a imperiosa necessidade de proteger e tornar eficaz o princípio igualitário entre partidos e candidatos, assim como resguardar a probidade administrativa, a moralidade (em especial no âmbito do exercício do mandato), a normalidade da prestação dos serviços públicos municipais e a própria legitimidade das eleições.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Municipal para as Eleições de 2016, nos termos do Anexo Único deste Decreto.

Parágrafo Único - O Manual de que trata este Decreto será divulgado por meio de publicação na imprensa oficial e na página eletrônica oficial do Município.

Art. 2º - O Manual instituído neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos do Município, inclusive aos representantes governamentais nos conselhos municipais.

Parágrafo Único - O acompanhamento, avaliação e orientação quanto a pedidos de auxílio financeiro, distribuição gratuita de bens ou benefícios, no período eleitoral do ano corrente, ficará a cargo das Unidades de Controle Interno e de Assessoramento Jurídico do Município.

Art. 3º Eventuais comportamentos funcionais inadequados ao disposto no Manual e/ou em qualquer das demais disposições normativas atinentes à espécie, serão passíveis de procedimento disciplinar e aplicação de punições de acordo com a legislação federal pertinente, sem prejuízo da incidência nas disposições contidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei Complementar nº 01 de 22/10/1993).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCÍZIO BONA  
Prefeito de Timbó/SC em exercício  
ANEXO ÚNICO

MANUAL DE COMPORTAMENTO DOS AGENTES  
PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
PARA AS ELEIÇÕES DE 2016

1. CONCEITO DE AGENTE PÚBLICO

O conceito de agente público para a aplicação da legislação eleitoral é amplo e abrange, inclusive aqueles que não são servidores públicos.

Para enquadramento nesta definição e para fins de conceituação adota-se o § 1º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, abaixo transcrito:

“Art. 73. [...]

§ 1º Reputa-se agente público, para efeitos deste artigo, quem exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional.”

Portanto, no âmbito municipal será considerado agente público, para os fins da legislação eleitoral, aquele que mesmo de forma transitória ou sem remuneração exercer:

a) mandato: eleito (Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador) ou escolhido, a exemplo dos Conselheiros Tutelares e Membros de Conselhos da Administração Municipal;

b) cargo: nomeado por concurso público, por contratação temporária de excepcional interesse público ou em comissão;

c) emprego: contratado pelo regime celetista, por concurso público ou por contratação temporária de excepcional interesse público; e

d) função: desempenha serviço determinado para o Poder Público, mesmo que não tenha cargo ou emprego. Exemplos: o componente de Comissão da Administração Municipal, os terceirizados e outros.

## 2. OBJETIVO DA VEDAÇÃO DE DETERMINADAS CONDUTAS

Ao disciplinar as condutas vedadas aos agentes públicos, o art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 deixa claro que o seu objetivo é não permitir que seus atos venham “a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais” e, assim, influenciar no resultado das eleições.

A simples prática da conduta vedada gera presunção desta desigualdade e, conseqüentemente, conduz à aplicação das penalidades previstas na referida Lei.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral:

1. A configuração da prática de conduta vedada independe de potencialidade lesiva para influenciar o resultado do pleito, bastando a mera ocorrência dos atos proibidos para atrair as sanções da lei.  
2. O elemento subjetivo com que as partes praticam a infração não interfere na incidência das sanções previstas nos arts. 73 a 78 da Lei nº 9.504/197.

3. O juízo de proporcionalidade incide apenas no momento da fixação da pena. As circunstâncias fáticas devem servir para mostrar a relevância jurídica do ato praticado pelo candidato, interferindo no juízo de proporcionalidade utilizado na fixação da pena (TSE, ARESPE nº 278961/SP, em 18/11/2009).

1. O exame das condutas vedadas previstas no art. 73 da Lei das Eleições deve ser feito em dois momentos. Primeiro, verifica-se se o fato se enquadra nas hipóteses previstas, que, por definição legal, são “tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais”. Nesse momento, não cabe indagar sobre a potencialidade do fato.

2. Caracterizada a infração às hipóteses do art. 73 da Lei 9.504/97, é necessário verificar, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, qual a sanção que deve ser aplicada. Nesse exame, cabe ao Judiciário dosar a multa prevista no § 4º do

mencionado art. 73, de acordo com a capacidade econômica do infrator, a gravidade da conduta e a repercussão que o fato atingiu. Em caso extremo, a sanção pode alcançar o registro ou o diploma do candidato beneficiado, na forma do § 5º do referido artigo. (TSE, Representação n. 295986/DF, em 21/10/2010)

Convém salientar que é fundamental o respeito à intenção da lei. Ainda que a conduta do agente público não esteja claramente enquadrada nas vedações legais, mas se verifique que criará desigualdade entre os candidatos, ele deve pautar-se pelos princípios do Direito Eleitoral e Administrativo, abstendo-se da prática do ato.

## 3. CONDUTAS VEDADAS

A Lei Federal nº 9.504/97 estabelece as condutas vedadas aos agentes públicos na campanha eleitoral, as quais serão descritas e analisadas neste Manual, sem prejuízo da vinculação e aplicação das demais normas, condições e proibições administrativas e penais e da necessidade de observância aos princípios dos Direitos Eleitoral, Administrativo e Constitucional.

### 3.1. USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

O art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 define como proibido “[...] I - ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção partidária.”

Está proibida a cessão e o uso de bens móveis ou imóveis em benefício de candidato, partido político ou coligação, ressalvada para realização de convenção partidária. A vedação é imposta a todos os entes da Federação, não havendo distinção entre eleições municipais, estaduais ou federais. Ademais, constitui proibição a ser observada permanentemente, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Em síntese, são vedadas a realização de reuniões políticas em escolas públicas, auditórios de órgãos públicos e o deslocamento, com veículo oficial, até o local da reunião política. Se o imóvel é normalmente cedido à comunidade, mediante solicitação formal e pagamento de taxas, também o poderá ser aos candidatos, desde que observados requisitos legais e que o espaço seja disponibilizado em condições de igualdade para todos os candidatos (TSE – REspe 24865 e EDAI 5135). Nas dependências do Poder Legislativo, a veiculação de propaganda eleitoral fica a critério da Mesa Diretora.

É igualmente vedada a propaganda eleitoral de qualquer natureza (Lei Federal nº 9.504/97, art. 37) veiculada nos bens sujeitos à cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum (postes de iluminação pública, sinalizadores de tráfego, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, bem como a pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, cavaletes, bonecos e assemelhados, nestes mesmos bens), seja através de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas ou assemelhados.

Bens de uso comum, para fins eleitorais, são os assim definidos pela Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (tais como rios, mares, estradas, ruas e praças) e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.

É proibida, ainda, a colocação de propaganda eleitoral em árvores e jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes cause danos.

O desrespeito a esta vedação, sujeita o responsável, após a notificação e comprovação, à restauração do bem e, caso não cumprida no prazo, a multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, R-Rp nº 425109-DF) que a utilização de correspondência eletrônica por meio de correio eletrônico funcional, para fins de divulgação de mensagem em favor de candidato, configura utilização de bens públicos em prol de candidato, conduta vedada, sem questionar-se da potencialidade lesiva da atitude em influenciar o resultado do pleito.

Em consequência, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

Quanto à fiscalização em si da propaganda eleitoral, registra-se que o Município não possui poder para tanto, uma vez que o poder de polícia nas eleições será exercido pelos juízes eleitorais e pelos juízes designados pelo Tribunal Regional Eleitoral, consoante disposto no art. 41, § 1º, da Lei nº 9.504/97.

Ressalva-se, por fim, que a Lei Eleitoral permite a colocação de mesas para distribuição de material de campanha e a utilização de bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos. A mobilidade referida nestes casos estará caracterizada com a colocação e a retirada dos meios de propaganda entre as seis horas e as vinte e duas horas.

Portanto, é expressamente proibido veicular todo tipo de propaganda, de qualquer natureza, por meio de bens públicos.

### 3.2. UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...] II - usar materiais ou serviços, custeados pelos Governos ou Casas legislativas, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que integram; (Lei Federal nº 9.504/97).”

A vedação abrange a utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político, de materiais ou serviços que sejam pagos pela administração pública, e é voltada aos três Poderes.

Além disso, é proibido o uso dos recursos ou equipamentos de propriedade do Poder Público em benefício de candidato, coligação ou partido político, tais como telefones fixos ou celulares, computadores, cadastro de endereços eletrônicos, aparelhos de fax, conta de e-mail institucional, sites oficiais, blogs, redes sociais, sítios de mensagens instantâneas e assemelhados.

Por exemplo, não pode o agente fazer uso do telefone ou rede social do órgão público ou do e-mail institucional para convocar ou informar sobre reunião de cunho político, ou qualquer assunto afeto a este tema.

Vale ainda salientar que é proibido o uso de e-mail particular em computadores do Município para fins de utilização, em favor de qualquer candidato, coligação ou partido político.

### 3.3. CESSÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...] III - ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (Lei

Federal nº 9.504/97).”

Sublinhe-se que a proibição acima destacada deve ser observada permanentemente pelos agentes públicos, não estando circunscrita aos períodos eleitorais.

Anote-se, por seu turno, que não se ajusta à proibição descrita na legislação de regência acima especificada a cessão de servidores que se encontrem devidamente licenciados (licença concedida de acordo com as regras insertas no regime jurídico a que vinculados), estiverem fora do horário de expediente (ocasião em que lhes será lícito manifestar a sua predileção por determinada candidatura) ou no gozo regular de férias (consoante entendimento sufragado pelo TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL no RESPE 27.927, de 21.08.2008 – rel. Min. Arnaldo Versiani)

Assim, o servidor público, durante o horário de expediente, está proibido de participar de atividade político-partidária, tais como comparecer ao comitê eleitoral de qualquer candidato, ir a comícios ou participar direta ou indiretamente de campanha eleitoral.

Já decidiu o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina:

“RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTA VEDADA - ART. 73, I E III, DA LEI N. 9.504/1997 - USO, NA PROPAGANDA DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO, DE PRÉDIOS IMAGENS CAPTADAS EM ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS COM A COLABORAÇÃO DE SERVIDORES EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE - CONFIGURAÇÃO - RECURSO PROVIDO. A realização de propaganda para o horário eleitoral gratuito no interior de policlínicas e escolas públicas, mediante captação de imagens que só puderam ser obtidas pela colaboração dispensada por servidores públicos que ali executavam suas atribuições, em espaços aos quais não teriam livre acesso outras equipes de filmagem, configura as condutas vedadas do art. 73, incisos I e III, da Lei n. 9.504/1997.” (TRE/SC, Acórdão n. 23.583, de 14/04/2009)

Entretanto, se estiver de licença, férias, ou fora de seu local de trabalho e/ou horário de expediente, poderá exercer plenamente sua cidadania e participar de ato político-partidário, não podendo beneficiar-se da função ou do cargo que exerce.

### 3.4. USO PROMOCIONAL DE PROGRAMAS SOCIAIS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...]IV - fazer ou permitir uso promocional em favor de candidato, partido político ou coligação, de distribuição gratuita de bens e serviços de caráter social custeados ou subvencionados pelo poder público; (Lei Federal nº9.504/97).”

Os programas sociais custeados ou subvencionados pelo Poder Público, tais como a distribuição de cestas básicas, livros didáticos e auxílios financeiros, não podem ser utilizados com a finalidade de beneficiar candidato, coligação ou partido político.

O Tribunal Superior Eleitoral, por ocasião do julgamento do RESPE 25.890 (Rel.Min. José Delgado), reconheceu configurar violação ao disposto no preceito normativo em apreço o uso de programa habitacional do poder público, por agente público, em período eleitoral, com distribuição gratuita de lotes com claro intuito de beneficiar candidato que se está apoiando .

A vedação não proíbe a continuidade dos programas sociais, mas sim a indevida utilização deles para ganho político. Tal restrição deve observar ainda os ditames do §10 do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97, que adiante será objeto de exame.

Dessa forma é proibido, por exemplo, que durante a entrega de medicamentos ou cestas básicas seja anunciado ou informado que

determinado candidato é o responsável pelo seu fornecimento à população, por meio de discursos, "santinhos" ou faixas.

Neste item, importante ressaltar que é possível a divulgação de material de "prestação de contas" desde que tenha caráter pessoal. Também é possível a divulgação de notícias de interesse público no site da Prefeitura, Rádio e Jornal, desde que tratem de interesse geral da comunidade.

### 3.5. ADMISSÃO E DEMISSÃO DE SERVIDOR

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido "[...] V - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, nos três meses que o antecedem e até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados: a) a nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança; [...] c) a nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até o início daquele prazo; d) a nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo; [...]"

As restrições para nomeação, admissão, demissão e movimentação de servidores públicos são aplicáveis ao Município a partir de 02 de Julho de 2016.

A regra, no caso, destina-se a evitar contratações de cunho eleitoral e perseguições por motivos eleitorais.

De ressaltar, novamente, que os atos descritos não podem ter finalidade ou potencialidade de influenciar no pleito municipal.

Por exemplo, é proibido nomear servidores para ampliar Quadro em determinado município e anunciar em entrevistas e discursos que a medida foi feita por determinado partido ou coligação.

Contudo, fica ressalvada a possibilidade de nomear e/ou exonerar cargos em comissão bem como designar ou dispensar funções de confiança; nomear aprovados em concurso público homologado até 2 de julho de 2016; e nomear ou efetivar a contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo.

No contexto da terceira exceção, segundo decidiu o Supremo Tribunal Federal no Mandado de Injunção nº 712, para determinação do que seja "serviço público essencial" aplica-se o disposto na Lei nº 7.783/89, in verbis:

"Art. 10 São considerados serviços ou atividades essenciais:

I - tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis;

II - assistência médica e hospitalar;

IV - funerários;

V - transporte coletivo;

VI - captação e tratamento de esgoto e lixo;

Art. 11, Parágrafo único. São necessidades inadiáveis, da comunidade aquelas que, não atendidas, coloquem em perigo iminente a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população."

Além disso, o inciso V, do art. 73 da Lei nº 9.504/97 já foi objeto de aplicação pelo Tribunal Superior Eleitoral, como se observa a seguir:

"Essa norma não proíbe a realização de concurso público, mas, sim, a ocorrência de nomeações, contratações e outras movimentações

funcionais desde os três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito. Pode acontecer que a nomeação dos aprovados ocorra muito próxima ao início do período vedado pela Lei Eleitoral, e a posse poderá perfeitamente ocorrer durante esse período." (TSE, Resolução nº21.806, julgado em 08/06/2004)

"AGRAVO REGIMENTAL. REPRESENTAÇÃO. CONDUTA VEDADA. ART. 73, V, DA LEI Nº 9.504/97. 1. A dificuldade imposta ao exercício funcional de uma servidora consubstanciada em suspensão de ordem de férias, sem qualquer interesse da administração, configura a conduta vedada do art. 73, V, da Lei nº 9.504/97, ensejando a imposição de multa." (TSE, Acórdão n. 11.207, de 17/11/2009)

"1. Contratação temporária, pela Administração Pública, de professores e demais profissionais da área da educação, motoristas, faxineiros e merendeiras, no período vedado pela lei eleitoral. (...)3. Em sentido amplo, todo serviço público é essencial ao interesse da coletividade. Já em sentido estrito, essencial é o serviço público emergencial, assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde ou segurança da população. 4. (...) Daqui resulta não ser a educação um serviço público essencial. Sua eventual descontinuidade, em dado momento, embora acarrete evidentes prejuízos à sociedade, é de ser oportunamente recomposta. Isso por inexistência de dano irreparável à "sobrevivência, saúde ou segurança da população". (TSE, RESP Eleitoral n. 27563, de 12/12/2006)

Alcance da vedação: entendeu o Tribunal Superior Eleitoral que sequer a área da educação enquadra-se em exceção, entendendo como vedada a contratação temporária de professores e demais profissionais da área da educação (motoristas, faxineiros e merendeiros) nos três meses que antecedem as eleições até a posse dos eleitos.

Do mesmo modo, o Tribunal Regional Eleitoral, ao enfrentar a aplicação do mesmo dispositivo, estabeleceu que:

"RECURSO - REPRESENTAÇÃO - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS - EXONERAÇÃO DE SERVIDOR - FALTA DE JUSTA CAUSA - TRÊS MESES ANTES DA ELEIÇÃO - VEDAÇÃO - ART. 73, V, DA LEI N. 9.504/1997 - NULIDADE - DESPROVIMENTO. A teor do art. 73, V, da Lei n. 9.504/1997, é vedado aos agentes públicos exonerar servidor, na circunscrição do pleito, no período dos três meses que o antecedem até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade." (TRE/SC, Acórdão n. 19.436, de 21/09/2004)

"RECURSO - REPRESENTAÇÃO - PRÁTICA DE CONDUTA VEDADA ART. 73, V, LEI N. 9.504/97 - CARACTERIZAÇÃO - DESPROVIMENTO DO RECURSO. A renovação do contrato de prestação de serviços durante o período de 3 (três) meses que antecedem ao pleito importa em conduta vedada ao agente público, se não contemplada nas exceções previstas nas alíneas de "a" a "e" do inciso V do art. 73 da Lei n. 9.504/97." (TRE/SC, Acórdão nº 17051, de 05/09/2001)

Por outro lado, mesmo nas exceções ressalvadas, deve-se atentar ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/00), que assim dispõe:

"Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda: I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição; II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20."



Convém ressaltar que de acordo com o RESP Eleitoral nº 27563 de 12/12/2006 o Tribunal Superior Eleitoral entendeu que “em sentido estrito essencial é o serviço público emergencial assim entendido aquele umbilicalmente vinculado à sobrevivência, saúde e segurança da população, o que resulta não ser a educação um serviço público essencial.”

Eventuais prorrogações de contratos de ACT devem ser efetivadas antes do período de três meses que antecedem o pleito. Esta situação deve ser planejada pelo setor de Recursos Humanos. (TRE/SC Acórdão nº 17.051 de 05/09/2001).

### 3.6. TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIA DE RECURSOS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...] VI - nos três meses que antecedem o pleito: a) realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para a execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.”

A conduta proibida pela legislação eleitoral aplica-se também à União e aos Estados, ainda que as eleições sejam para cargos municipais. Ela atinge apenas as transferências voluntárias, excluindo-se deste conceito, por força do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, as transferências determinadas constitucionalmente e as destinadas à Saúde.

Assim, segundo a Resolução -TSE nº 23.370, de 13 de dezembro de 2011, para estas eleições, a partir da data de 7 de julho de 2012, estão vedadas as transferências voluntárias de recursos entre os entes federados, ressalvadas as exceções legais.

Constitui ressalva a esta exceção, a transferência dos recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

Observe-se que “A teor do disposto no artigo 25 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), deve-se entender por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente integrante da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde. Vê-se, pois, que a legislação eleitoral, em face do que determina o comando normativo em destaque, não coíbe a realização de transferências obrigatórias (por exemplo, a participação do Município nas receitas obtidas a partir da cobrança de impostos de competência de outros organismos políticos federados) por força da Constituição da República ou de outros diplomas legislativos. Avulta observar que se o convênio tiver sido celebrado antes dos três meses que antecedem o pleito, e se houver previsão de um cronograma de desembolso de recursos, em contrapartida à realização de uma obra ou à prestação de um serviço pela entidade beneficiária, então os recursos relativos a esse convênio podem ser repassados, mesmo que esse repasse já ocorra dentro dos três meses imediatamente anteriores à eleição. Cuida-se de entendimento prestigiado na esfera jurisprudencial e que desfruta do beneplácito de significativa corrente doutrinária.”

Portanto, na hipótese de convênios celebrados por entes públicos, são três as situações a serem analisadas:

1. convênios celebrados antes dos três meses anteriores à data do pleito eleitoral e que prevêm o repasse de verbas somente

poderão ter a transferência concretizada se forem destinados à execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma pré-fixado;

2. convênios cuja execução de obra ou serviço não esteja em andamento e com cronograma pré-fixado, ainda que celebrados antes dos três meses anteriores ao pleito eleitoral, não poderão receber transferência de verbas. Nesse sentido destaca-se que a mera realização de processo licitatório no período citado não configura a situação que autoriza o repasse de verbas previstas em convênio. A obra ou serviço deve estar fisicamente iniciado e com cronograma pré-fixado; e

3. convênios celebrados no período de três meses anteriores ao pleito eleitoral terão transferências de verbas vedadas.

É vedada, ainda, a transferência voluntária de verbas para outros objetos que não sejam obras ou serviços, como o repasse para custear festas municipais. Dessa forma, somente podem ser efetuadas transferências voluntárias decorrentes de convênios celebrados para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado.

É possível a transferência de recursos quando as obras estiverem efetivamente iniciadas, em caso de reconhecimento de emergência ou calamidade e transferências obrigatórias. (TSE, Res. nº 21.908 fr 31/08/2004/ TSE Ac. 25.324 de 07/06/2006.)

### 3.7. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL E PRONUNCIAMENTOS EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...] VI - nos três meses que antecedem o pleito: [...] b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral; c) fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.”

Neste caso, a vedação vigora a contar de 02/07/2016 e abrange toda a publicidade institucional municipal, produzida por ela própria ou por terceiros. Logo, a contar de 02/07/2016 deve ser suspenso todo e qualquer contrato de publicidade, programa de rádio ou espaço publicitário em televisão, rádio, jornal, internet, outdoor, placas, faixas, etc. Inclusive deve ser retirado o link de notícias da página oficial do Município, fazendo constar apenas as notícias de relevante interesse público. Ou seja, somente nos casos excepcionais (casos de grave e urgente necessidade pública), e após autorização da Justiça Eleitoral, será permitida a publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta.

### 3.8. DESPESAS COM PUBLICIDADE

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido “[...] VII - realizar, no primeiro semestre do ano da eleição, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei Federal nº 9.504/97 com redação dada pela Lei nº 13.165, de 2015).”

A média a que alude a Lei é obtida levando-se em conta as despesas

do primeiro semestre dos anos anteriores - não desaprovadas oficialmente - em relação ao lapso de tempo (três anos que antecederam o ano eleitoral), no primeiro semestre do ano eleitoral, em que a permissão é dada. Ou seja, não pode o agente, neste um único semestre (janeiro a junho) de 2016, investir em publicidade mais que o valor correspondente ao que empregou lícitamente em média nos primeiros semestres dos três anos anteriores, achado tal limite em operação que tome por referência a média do gasto realizado no primeiro semestre dos três anos que antecedem o pleito (2013, 2014 e 2015).

### 3.9. REVISÃO DA REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define como proibido "[...] VIII - fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir do início do prazo estabelecido no art. 7º desta Lei e até a posse dos eleitos (Lei Federal nº 9.504/97).

Tal conduta é proibida a partir de 05/04/2016, ou seja, eventual lei que trata desta matéria, para ter validade deve ser publicada antes de 10/04/2012, sendo que apenas é possível a reposição de perdas ao longo do ano da eleição e nunca do ano anterior à eleição. (TCE, prejulgado nº 1565 de 26/04/2006/ TRE/SC Resolução nº 7.190 de 05/06/2000)

Essa restrição se aplica aos agentes públicos municipais a contar de 05/04/2016, ou seja, a partir desta data é vedada a concessão de revisão geral e/ou de reajuste geral aos servidores públicos, exceto se o índice limitar-se a recomposição da perda do poder aquisitivo da remuneração ao longo do período transcorrido no ano de 2016 (inflação do ano corrente).

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral, "O encaminhamento de projeto de lei de revisão geral de remuneração de servidores públicos que exceda à mera recomposição da perda do poder aquisitivo sofre expressa limitação do art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504/97, na circunscrição do pleito, não podendo ocorrer a partir do dia 9 de abril de 2002 até a posse dos eleitos, conforme dispõe a Resolução/TSE nº 20.890, de 9.10.2001. A aprovação do projeto de lei que tiver sido encaminhado antes do período vedado pela lei eleitoral não se encontra obstada, desde que se restrinja à mera recomposição do poder aquisitivo no ano eleitoral." (TSE, Resolução nº 21.296, julgado em 12/11/2002, rel. Min. Fernando Neves).

### 3.10. LIMITE DE DESPESA COM PESSOAL

De acordo com o art. 21 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, é nulo de pleno direito o ato que resulte em aumento de despesa com pessoal expedido nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder ou órgão referido no art. 20.

### 3.11. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define que "[...]§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da administração pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei Federal nº 9.504/97).

A norma não faz distinção entre as modalidades de utilização gratuita dos bens públicos. Destarte, tem-se que é vedada a sua

disponibilização gratuita, seja através de cessão de uso, permissão de uso ou outra modalidade prevista na legislação. De acordo com o mencionado parágrafo, ao estenderem-se pelo "ano em que se realizar eleição", as vedações vigoram, inclusive, após a realização das eleições, pois seu comando é claro ao abranger todo o ano do pleito eleitoral.

Chama-se a atenção para as três condutas proibidas:

1. distribuição gratuita de bens;
2. distribuição gratuita de valores; e
3. concessão de benefícios.

Excetuam-se três hipóteses legais:

1. estado de calamidade pública;
2. estado de emergência; e
3. programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Ademais, existe a presunção de lesividade do ato no caso de descumprimento da vedação, senão vejamos:

"(...) 4. Mesmo que a distribuição de bens não tenha caráter eleitoral, incide o § 10 do art. 73 da Lei das Eleições, visto que ficou provada a distribuição gratuita de bens sem que se pudesse enquadrar tal entrega de benesses na exceção prevista no dispositivo legal." (TSE, AgR-REspe nº 35.590, de 24/5/2010).

"(...) Para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoral ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito". (TSE, RESP n. 36.026, rel. Min. Aldir Passarinho Junior).

"CONDUTA VEDADA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES OU BENEFÍCIOS. 1. À falta de previsão em lei específica e de execução orçamentária no ano anterior, a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, em ano eleitoral, consistente em programa de empréstimo de animais, para fins de utilização e reprodução, caracteriza a conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97." (TSE, Recurso Ordinário nº 149655, de 13/12/2011)

Por outro lado, a Justiça Eleitoral adota pronunciamento restritivo na resposta as consulta formulada sobre o dispositivo, como segue:

"CONSULTA - PREFEITO - LEGITIMIDADE - CONHECIMENTO - CONDUTA VEDADA A AGENTE PÚBLICO - ART. 73, § 10, DA LEI DAS ELEIÇÕES - VEDAÇÃO À AGENTE PÚBLICOMUNICIPAL QUANTO À DISTRIBUIÇÃO DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS AOS ADMINISTRADOS EM ANO ELEITORAL, AINDA QUE SE TRATE DE PLEITO ESTADUAL-RESPOSTA NEGATIVA.(...) Com essas considerações, conheço da consulta e a ela responder que a conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei das Eleições, não contém restrição quanto ao seu alcance, sendo aplicável a todos os agentes públicos da esfera municipal, estadual e federal, independentemente da circunscrição do pleito (estadual, municipal ou federal), nos termos acima consignados". (Resolução nº 7.779, do TRE/SC, julgado em 26/04/2010)

"Doação de bens - Ano eleitoral. A teor do disposto no artigo 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997, é proibida a doação de bens no ano em que se realizarem as eleições." NE: "Então, não há como considerar legítima a possibilidade de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, integrante da Administração Pública, proceder a doações de bens. O argumento referente à origem e à natureza perecível não é suficiente a excepcionar-se a regra proibitiva, fora de previsão dela constante." (TSE, Resolução n. 23.291, de 1/7/2010, rel. Min. Marcos Aurélio).



"CONSULTA - SORTEIO ENTRE CONTRIBUINTES – INCENTIVO AO PAGAMENTO DE TRIBUTOS - § 10 DO ART. 73 DA LEI N. 9.504/1997 - CONDUTA VEDADA - SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS - NÃO-CONFIGURAÇÃO - RESPOSTA NEGATIVA. A teor do disposto no § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997, à Administração Pública é vedada a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior." (TRE/SC, Consulta nº 2285, em 07/04/2008)

"CONSULTA - INCENTIVOS À IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA - FORMULAÇÃO EM TERMOS AMPLOS – NÃO-CONHECIMENTO. Não se conhece de consulta formulada em termos amplos, passível de diversas interpretações. (...) Não obstante, tenho que a concessão de benesses a empresas no ano da eleição sem estar devidamente amparada em lei específica, e, ainda, sem obedecer aos requisitos e às exigências da Lei Complementar n. 101/2000, bem como, da Lei n. 8.666/93, poderá subsumir-se na regra insculpida no § 10 do art. 73, caracterizando distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública." (TRE/SC, Res. nº 7.560, julgado em 12/12/2007)

Destarte, são excepcionados os repasses aos programas destinados a efetivar os direitos sociais estabelecidos pela Constituição da República de 1988, desde que especificados em lei e em execução orçamentária no exercício anterior, considerando inclusive que não exceda os valores executados no ano que antecede ao pleito, com as seguintes observações: (a) nesses casos o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa; (b) mesmo quando houver legalidade no repasse, respeitar o quanto se disse no item 3.4, "Uso promocional de programas sociais".

Alcance da vedação:

a) entendeu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, Petição nº 100080-DF) que a doação de bens na forma vedada abrange inclusive bens perecíveis;

b) segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE, AgR-REspe nº 36026-BA), "para a configuração da conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/97 não é preciso demonstrar caráter eleitoreiro ou promoção pessoal do agente público, bastando a prática do ato ilícito".

### 3.12 ENTIDADE VINCULADA A CANDIDATO QUE EXERÇA PROGRAMAS SOCIAIS

O art. 73 da Lei Federal nº. 9.504/97 define que "(...) § 11. Nos anos eleitorais, os programas sociais de que trata o § 10 não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida (Lei Federal nº 9.504/97)."

Em complemento ao parágrafo transcrito no item anterior, foi editada vedação que impede o exercício e, por consequência, qualquer repasse de verba pública, para entidade mantida ou nominalmente vinculada a candidato participante do processo eleitoral.

A proibição é absoluta e não comporta exceções. Enquanto na situação anterior eram estabelecidas medidas para evitar que os programas sociais fossem utilizados para influenciar o pleito eleitoral, neste caso tem-se a presunção absoluta de que o desequilíbrio ocorreria. A restrição deve ser observada durante todo o ano da eleição.

### 3.13. CONTRATAÇÃO DE SHOWS PARA INAUGURAÇÕES DE OBRAS

O art. 75 da Lei Federal nº. 9.504/97 define que " Nos três meses que antecederem as eleições, na realização de inaugurações é vedada a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei Federal nº 9.504/97)."

É proibida, a partir de 02/07/2016, a contratação de shows artísticos para inauguração de obras, serviços, instalações e etc., e sua inobservância caracteriza abuso do poder econômico (LC nº 64/90, art. 22).

### 3.14. SOLENIDADES DE INAUGURAÇÕES

O art. 77 da Lei Federal nº. 9.504/97 define "É proibido aos candidatos a cargos do Poder Executivo participar, nos três meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas (Lei Federal nº 9.504/97).

Assim como na hipótese anterior, a partir do dia 02/07/2016, é vedada a qualquer candidato a participação em inaugurações de obras públicas. Muito embora o dispositivo transcrito não seja tão abrangente, a Resolução TSE nº 23.450/2015 é taxativa ao impedir que os postulantes aos cargos do Poder Legislativo e Executivo não participem das solenidades.

A violação da norma poderá implicar na cassação do registro do candidato. É importante salientar que o dispositivo veda a participação de candidatos em inaugurações nos três meses que antecedem as eleições, mas não veda as inaugurações em si.

A legislação visa a evitar que o ato de inauguração seja utilizado em favor de qualquer candidato, transformando-se em palanque político. A inauguração de obra não deve ser caracterizada como festividade, mesmo que esteja incorporada ao calendário tradicional de festividades culturais e turísticas. Mesmo sem discursar ou subir em palanque, a simples presença física do candidato em inauguração de obra financiada com recursos públicos implica vedação estabelecida na Lei eleitoral.

É proibida, também, a participação de representantes, assessores emissários ou mandatários do candidato nos atos de inauguração.

Por fim, é vedado a qualquer participante fazer discurso em ato de inauguração de obra louvando o trabalho do candidato ou do seu partido ou coligação.

### 4. DEMAIS VEDAÇÕES

Será vedada, durante todo o dia da votação e em qualquer local público ou aberto ao público, a aglomeração de pessoas portando os instrumentos de propaganda referidos na legislação eleitoral pertinente, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

Constitui captação ilegal de sufrágio a doação, o oferecimento, a promessa, ou a entrega, pelo candidato, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição.

### 5. PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS VEDAÇÕES

Sem prejuízo das demais sanções penais, civis, administrativas e eleitorais, o § 7º do art. 73 da Lei Federal nº 9.504/97 caracteriza a violação das condutas enumeradas no mesmo artigo como atos de improbidade administrativa e, portanto, sujeitam o infrator às penalidades previstas na Lei nº 8.429/92.

#### 5.1. CONSTITUEM CRIMES ELEITORAIS

Além das demais orientações contidas neste Manual de Comportamento, registre-se aos agentes públicos que são considerados crimes eleitorais as seguintes condutas:

a) No dia da eleição, o uso de alto-falantes e amplificadores de som ou a promoção de comício ou carreata e a distribuição de material de propaganda política, inclusive volantes e outros impressos, ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor; Observação: não caracteriza este crime a entrega ou a distribuição de material de propaganda eleitoral no interior das sedes dos partidos políticos e comitês eleitorais, a quem o solicite (Resolução – TSE 21.235, de 05.10.2002);

b) O uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista. (Lei nº 9.504/97, art. 40);

c) Divulgar, na propaganda, fatos que se sabem inverídicos, em relação a partidos ou a candidatos, capazes de exercerem influência perante o eleitorado. (Código Eleitoral, art. 323);

d) Caluniar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe falsamente fato definido como crime (Código Eleitoral, art. 324), ou quem, sabendo falsa a imputação, a propala ou a divulga (Código Eleitoral, art. 324, § 1.º);

e) Difamar alguém, na propaganda eleitoral ou visando a fins de propaganda, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação (Código Eleitoral, art. 325);

f) Inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. (Código Eleitoral, art. 331);

g) Impedir o exercício de propaganda (Código Eleitoral, art. 332);

h) Utilizar organização comercial de vendas, distribuição de mercadorias, prêmios e sorteios para propaganda ou aliciamento de eleitores (Código Eleitoral, art. 334);

i) Fazer propaganda, qualquer que seja a forma, em língua estrangeira (Código Eleitoral, art. 335).

## 6. APLICAÇÃO DA LEI PARA OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

É importante salientar que, sem necessidade de modificações legislativas, as inovações tecnológicas também são atingidas pelas proibições legais referentes aos agentes públicos. Dessa forma, o agente público deve cuidar para não descumprir as normas referidas nos itens anteriores quando utilizar-se de ferramentas tecnológicas como a Internet e a Intranet. Dentre os exemplos de condutas vedadas, tem-se:

- a) a utilização de computador ou notebook/netbook, smartphones ou tablet profissional para atos voltados à eleição;
- b) o uso do e-mail profissional para questões de campanha ou propaganda eleitoral;
- c) a divulgação ou aproveitamento de cadastro de endereços eletrônicos e catálogo de e-mails formados ou obtidos na atividade pública; e
- d) a alimentação de páginas eletrônicas, Twitter ou quaisquer redes sociais em desconformidade com as orientações deste Manual, como, por exemplo, utilizar-se de Twitter ou Facebook pessoal para vincular programa social a determinado partido político ou candidato.

## 7. DIRETRIZES PARA AS CONDUTAS DOS AGENTES PÚBLICOS

As condutas vedadas aos agentes públicos descritas neste Manual decorrem de determinações legais e são de observância obrigatória para todos os agentes públicos, sem prejuízo da obrigação de observância ou atendimento de outras vedações legais não contempladas, bem como de novas orientações que possam vir, possibilitando, inclusive, o incremento do presente Manual. Em outras

situações não previstas expressamente pela legislação, o agente público depara-se com decisões que nitidamente podem influenciar o pleito eleitoral.

Nesses casos, sem prejuízo da possibilidade de elaboração de consulta sobre a legalidade do ato a ser praticado e da plena observância das normas cabíveis, recomenda-se que as condutas sejam pautadas pelos princípios do Direito Administrativo, Eleitoral e Constitucional, especialmente:

a) isonomia entre os candidatos: as normas eleitorais são feitas justamente para evitar que o equilíbrio das eleições seja perdido. Por isso, o candidato não pode ser beneficiado e se sobrepõe aos demais por abuso de poder político e econômico, sob pena de impedir que a sociedade escolha os candidatos de forma livre e isenta;

b) impessoalidade do agente público: os atos praticados pelo agente público no exercício de sua função são realizados pelo próprio Estado. Assim, vinculam-se ao Poder Público e não devem ser revertidos em propaganda para candidato, partido político ou coligação. Por esse motivo, a publicidade institucional sempre deve ser feita em prol do ente público e da sociedade, sem influenciar nas eleições;

c) separação do público e do privado: os bens públicos são disponibilizados aos agentes públicos exclusivamente para que possam exercer suas funções e atuar em benefício do interesse comum. O patrimônio público não pode ser confundido com o patrimônio pessoal dos agentes públicos. Logo, os bens públicos não podem ser utilizados para participação na campanha eleitoral; e

d) sufrágio universal e exercício da cidadania: com essas ressalvas, deve-se lembrar, por outro lado, que a Constituição da República assegura aos cidadãos brasileiros, salvo nas poucas exceções legais, a ampla participação no processo político. Por esse motivo, o agente público deve respeitar a isonomia entre os candidatos, mas não pode ser proibido pelos seus colegas e superiores de ter suas próprias convicções políticas e participar do processo eleitoral, desde que fora do horário de expediente, sem a utilização de bens públicos e quando não estiver legalmente impedido.

## 8. CALENDÁRIO ELEITORAL

· 1º de janeiro – sexta-feira (início do ano da eleição)

1. Data a partir da qual fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público Eleitoral poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 10).

2. Data a partir da qual ficam vedados:

a) Os programas sociais executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, ainda que autorizados em lei ou em execução orçamentária no exercício anterior (Lei nº 9.504/97, art. 73, § 11);

b) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado (Lei nº 9.504/97, art. 73, inc. III);

c) Ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, ressalvada a realização de convenção

partidária;

d) Realizar despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam a média dos gastos no primeiro semestre dos três últimos anos que antecedem o pleito (Lei nº 9.504/97, art. 73, inciso VII).

· 02 de abril - sábado (seis meses antes da eleição)

1. Início dos prazos de desincompatibilização: Data a partir da qual alguns agentes políticos devem se desincompatibilizar ou se afastar dos cargos, empregos ou funções públicas para conservar sua elegibilidade.

Importante destacar que o Tribunal Superior Eleitoral – TSE disponibilizou em sua página na internet ferramenta de pesquisa, no qual dispõe dos prazos de desincompatibilização para os cargos eletivos no pleito de 2016. Esta informação é encontrada no endereço: <<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/prazos-de-desincompatibilizacao>>.

· 5 de abril – sábado (180 dias antes)

1. Data a partir da qual, até a posse dos eleitos, é vedado aos agentes públicos fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VIII).

· 2 de julho – sábado (3 meses antes)

1. Data a partir da qual são vedadas aos agentes públicos as seguintes condutas:

I - nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os casos de:

a) nomeação ou exoneração de cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança;

b) nomeação dos aprovados em concursos públicos homologados até 2 de julho de 2016;

c) nomeação ou contratação necessária à instalação ou ao funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais, com prévia e expressa autorização do chefe do Poder Executivo;

d) transferência ou remoção ex officio de militares, de policiais civis e de agentes penitenciários.

II - realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou de serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.

2. Data a partir da qual é vedado aos agentes públicos das esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa na eleição (Lei nº 9.504/97, art. 73, VI, b e c, e § 3º):

I - com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral.

II - fazer pronunciamento em cadeia de rádio e de televisão, fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

3. Data a partir da qual é vedada, na realização de inaugurações, a contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos (Lei

nº 9.504/97, art. 75).

4. Data a partir da qual é vedado a qualquer candidato comparecer a inaugurações de obras públicas (Lei nº 9.504/97, art. 77).

5. Data a partir da qual órgãos e entidades da administração pública direta e indireta poderão, quando solicitados, em casos específicos e de forma motivada, pelos tribunais eleitorais, ceder funcionários à Justiça Eleitoral (Lei nº 9.504/1997, art. 94-A, inciso II).

· 2 de outubro - domingo: dia das eleições – Primeiro Turno.

· 30 de outubro - domingo: dia das eleições – Segundo Turno.

Observação: este calendário indica algumas das principais datas do cronograma eleitoral. Ele não substitui a observância do restante do Manual e das demais vedações e condições legais. Sua elaboração teve como base a Resolução TSE nº 23.450 de 03/12/2015, que pode ser consultada para maior detalhamento.

## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 08 2015 FMS - MATERIAIS DE ENFERMAGEM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 08/2015 FMS

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde..

OBJETO: Registro de preços para aquisição de material de enfermagem destinado às unidades de saúde, salas de vacina, CAPS, Policlínica de referência e SAMU.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Metromed Com. De Material Médico Hospitalar Ltda; Produvale Produtos Hospitalares Ltda; Fufa SC Distribuidora de Hospitalar Ltda; Prosaude Distribuidora de Medicamentos Ltda e Biotextil Indústria e Comércio Ltda.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 310.420,03 (trezentos e dez mil quatrocentos e vinte reais e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/02/2017

Timbó, 16/02/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

## OFÍCIO APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 08 2015 - FMS

Ofício: Nº 020 - 01/2015. Timbó, 04 de fevereiro de 2016.

Administrativo Financeiro.

Destino: Setor de Licitações

A/C: Rose Mery Dalcanale

Assunto: Verificação de amostras – Registro de Preço nº 08/2015

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos por meio do presente informar o resultado da análise de amostras do Registro de Preço nº 08/2015.

Nº Item	Item	Fornecedor	Resultado da análise
23	ATADURA DE CREPOM 06 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 13,3 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AIS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: BIOTÊXTIL  Apresentada duas amostras.  Primeira pesagem = 16 gr  Verificado que as ataduras possuíam comprimento maior que o solicitado, foi efetuado o corte à 1,8mt e realizada nova pesagem, sendo constatado que as ataduras possuíam apenas 11 e 13gr.  REPROVADO
24	ATADURA DE CREPOM 08 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 17,8 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: BIOTÊXTIL  Apresentada duas amostras.  Primeira pesagem = 20 gr  Verificado que as ataduras possuíam comprimento maior que o solicitado, foi efetuado o corte à 1,8mt e realizada nova pesagem, sendo constatado que as ataduras possuíam apenas 13 e 14gr.  REPROVADO
25	ATADURA DE CREPOM 10 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 21,8 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Metromed Com. De Material Médico Hospitalar	MARCA: MDA Têxtil  Apresentada duas amostras, porém ambas não possuem o peso solicitado.  Peso verificado: 19 gr  REPROVADO
26	ATADURA DE CREPOM 12 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 26,0 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: BIOTÊXTIL  Apresentada duas amostras.  Primeira pesagem = 30 gr  Uma das amostras apresentava falha na trama.  Verificado que a segunda amostra possuía comprimento maior que o solicitado, foi efetuado o corte à 1,8mt e realizada nova pesagem, sendo constatado que esta possuía apenas 23gr.  REPROVADO



27	ATADURA DE CREPOM 15 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 32,7 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: BIOTÊXTIL  Apresentada duas amostras.  Primeira pesagem = 37 gr  Verificado que as ataduras possuíam comprimento maior que o solicitado, foi efetuado o corte à 1,8mt e realizada nova pesagem, sendo constatado que as ataduras possuíam apenas 25 e 26gr.  REPROVADO
28	ATADURA DE CREPOM 20 CM DE LARGURA X 1,8 MT DE COMPRIMENTO EM REPOUSO, 13 FIOS POR CM², PESO MÍNIMO 42,8 GRAMAS, CONFECCIONADA EM TECIDO 100% ALGODÃO CRU OU MISTO, COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, SEM FIOS SOLTOS, ESPESSURA E TEXTURA UNIFORME, ELASTICIDADE E MACIEZ ADEQUADA A SUA FINALIDADE, UNIFORMEMENTE ENROLADA, ISENTA DE FALHAS E LANUGEM, NÃO ABRASIVA, AMOLDÁVEL, ABSORVENTE, AERADA, RESISTENTE AOS MEIOS DE ESTERILIZAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONFORME ABNT NBR 14.056, APRESENTAR CERTIFICADO RDC 59. COM DADOS DO FABRICANTE E NÚMERO DO REGISTRO NA ANVISA.	Metromed Com. De Material Médico Hospitalar	MARCA: MDA Têxtil  Apresentada duas amostras.  Primeira pesagem = 44 gr  Verificado que as ataduras possuíam comprimento maior que o solicitado, foi efetuado o corte à 1,8mt e realizada nova pesagem, sendo constatado que as ataduras possuíam apenas 38 e 41 gr.  REPROVADO
55	COMPRESSA CIRÚRGICA 23X25 CM, PCTE COM 50 UNIDADES, CONSTITUÍDO DE 04 (QUATRO) CAMADAS DE GAZE SOBREPOSTAS, CONTENDO 15 (8X7) FIOS POR CM² APROXIMADAMENTE EM CADA CAMADA, COR BRANCA, BORDAS ACABADAS ATRAVÉS DO PONTO OVERLOCK, FORMATO RETANGULAR, PROVIDO DE ALÇA, CANTOS ARREDONDADOS.	Metromed Com. De Material Médico Hospitalar	MARCA: CREMER  Apresentada duas amostras.  Quantidade do pacote está de acordo com o solicitado, porém o tamanho das compressas não condiz com a etiqueta do pacote.  Amostras possuíam tamanho 46x35cm.  Além do mais, as compressas de uma das amostras não possuía a alça solicitada na especificação.  REPROVADO
56	COMPRESSA CIRÚRGICA 45 CM X 50 CM, PCT C/ 50 UND. CONSTITUÍDO DE 4 CAMADAS DE GAZE SOBREPOSTAS, CONTENDO 15 (8X7) FIOS POR CM² APROXIMADAMENTE EM CADA CAMADA, COR BRANCA, BORDAS ACABADAS ATRAVÉS DO PONTO OVERLOK, FORMATO RETANGULAR, PROVIDO DE ALÇA, CANTOS ARREDONDADOS. DEVERÁ ATENDER AS NORMAS DA ABNT NBR 14767/2009.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: Biotêxtil  Produto possui as especificações do Edital.  APROVADO
57	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA 10X10 CM, QUANDO ABERTA COM DIMENSÃO DE 20X40CM, 13 FIOS/CM², 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS, ISENTAS DE FIAPOS, RASGOS, FUROS, MANCHAS E IMPUREZAS, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL, POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO, PACOTE COM 500 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 900 GRAMAS POR PACOTE. TRAZER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: Biotêxtil / Hemogaze  Produto possui as especificações do Edital.  APROVADO

58	COMPRESSA CIRÚRGICA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5 CM, QUANDO ABERTA COM DIMENSÃO DE 15X30CM, 13 FIOS/CM², 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 5 DOBRAS E 8 CAMADAS, ISENTAS DE FIAPOS, RASGOS, FUIROS, MANCHAS E IMPUREZAS, COM ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL, POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO, PACOTE COM 500 UNIDADES, PESO MÍNIMO DE 500 GRAMAS POR PACOTE. TRAZER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NUMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	Metromed Com. De Material Médico Hospitalar	MARCA: MDA Têxtil Produto possui as especificações do Edital. APROVADO
73	GAZE EM ROLO, TIPO QUEIJO, NÃO ESTÉRIL, 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, 91MT X 91 CM, COMPOSTA POR 3 DOBRAS E 8 CAMADAS, 13 FIOS, PESO MÍNIMO 1,7KG, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, ALTO PODER DE ABSORÇÃO, NÃO ESTÉRIL. EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE, CONTENDO: IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, LOTE E VALIDADE.	Biotêxtil Indústria e Comércio Ltda.	MARCA: Biotêxtil / Hemogaze Produto possui as especificações do Edital. APROVADO

Tendo em vista que alguns itens não foram aprovados, solicito que seja chamado o próximo na ordem de classificação para que apresente a amostra, de acordo com o prazo estabelecido no Edital.

Solicito, ainda, que, tendo em vista a necessidade de celeridade no processo de análise de amostras, seja automaticamente eliminado o próximo classificado que possua marca igual à reprovada. Nesses casos, deve-se chamar o próximo que possua marca diferente da reprovada.

Atenciosamente,

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

#### **PORTARIA NO 1833, DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA No 1833, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Dispensa da Função Gratificada Servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 02/01/2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º DISPENSAR da Função Gratificada as Servidoras abaixo relacionadas, a contar de 02 de janeiro de 2016:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
NOME	PORTARIA QUE DESIGNOU
Ivone Roepke Trainotti	1652/2015
Maria de Lourdes Ochner Zink	1652/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó/SC

#### **PORTARIA NO 1840, DE 12 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA No 1840, DE 12 DE JANEIRO DE 2016

Concede exoneração à Servidora Pública Municipal Ivana Dorlete Dallabona, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social (Fundo Municipal de Assistência Social), a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração à Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar desta data:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
(Fundo Municipal de Assistência Social)

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Ivana Dorlete Dallabona	Assessor de Serviços-Nível I / CC-5	020, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 12 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1847, DE 20 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA No 1847, DE 20 DE JANEIRO DE 2016

Altera a Portaria nº 1825, de 16 de dezembro de 2015, que designa a Servidora Pública Municipal Maysa Angeli Rossi para prestar serviços junto ao Cartório da 32ª Zona Eleitoral da Comarca de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, VII, e XXV, combinado com art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

#### **RESOLVE:**

Art.1º ALTERAR para 04 de fevereiro do corrente, a designação da Servidora Pública Municipal Maysa Angeli Rossi, pela Portaria nº 1825, de 16 de dezembro de 2015, para prestar serviços junto ao Cartório da 32ª Zona Eleitoral da Comarca de Timbó, pelo prazo de um ano, conforme § 1º do art.2º da Lei nº 6.999, de 07 de junho de 1982.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 20 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA NO 1852, DE 29 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA No 1852, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Designa o Servidor Público Municipal Rodrigo Orde Salvador, para prestar serviços junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a contar de 07 de janeiro de 2016.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e

Considerando-se o disposto na Lei Municipal nº 2703, de 28 de fevereiro de 2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR o Servidor Público Municipal RODRIGO ORDE SALVADOR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para prestar serviços junto ao Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, a contar de 07 de janeiro de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1857, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA No 1857, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gian Telles, lotado na Fundação Cultural de Timbó, a contar de 02 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo 50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder exoneração ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar de 02 de fevereiro do corrente:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Gian Telles	Assessor de Serviços-Nível I / CC-5	097, de 01/02/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1860, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA No 1860, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Prorroga por 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do processo Administrativo Disciplinar 01/2015, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "f", da Lei Orgânica do Município, e Parágrafo Único do art.136 da Lei Complementar nº 01/93, e,

CONSIDERANDO a solicitação feita pelo Presidente da Comissão Processante Especial – Comunicado Interno datado em 01 de fevereiro do corrente,

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR por 60 (sessenta) dias, a contar desta data, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2015, estabelecido na Portaria nº 1815, de 01/12/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA NO 1861, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA No 1861, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Exonera a Servidora Pública Municipal Bruna Regina Valcanaia Junkes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16 de fevereiro do corrente.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso I da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, a contar de 16 de fevereiro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Bruna Regina Valcanaia Junkes	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil/CC-4	008, de 02/01/2013

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

**PORTARIA Nº 1834, DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1834, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Nomeia Servidoras Públicas Municipais para exercer Cargo em Comissão na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 11 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 11, inciso II e §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98, e arts. 27 e 28 da Lei Complementar nº 196, de 29/12/2000,

**RESOLVE:**

Art.1º NOMEAR as Servidoras abaixo relacionadas, a contar de 11 de janeiro do corrente:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
NOME	CARGO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Charlene Voltolini Alves de Souza	Coordenadora de Núcleo de Educação Infantil Vida de Criança / CC-4	52
Kethlin Schakowoski	Supervisora da Divisão de Alimentação Escolar / CC-3	61

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do

Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1858, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1858, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa a Servidora Pública Municipal Carla Tatiana Raduenz Geisler para ocupar, em substituição, o Servidor Waldir Girardi, no cargo em comissão de Diretor Presidente do SAMAE, por motivo de férias, no período de 15/02/2016 a 29/02/2016.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR a Servidora CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, ocupante do cargo de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, para ocupar em substituição o servidor Waldir Girardi, no cargo em comissão de Diretor Presidente do SAMAE, Símbolo DAS-1, por motivo de férias, no período de 15/02/2016 a 29/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

### **PORTARIA Nº 1859, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1859, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa a Servidora Pública Municipal Keli Francieli Cattoni para ocupar, em substituição, a Servidora Carla Tatiana Raduenz Geisler, no cargo em comissão de Diretora de Departamento-Administrativo/Financeiro do SAMAE no período de 15/02/2016 a 29/02/2016.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

#### **RESOLVE:**

Art.1º DESIGNAR a Servidora KELI FRANCIELI CATTONI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Administrativos, para ocupar em substituição à CARLA TATIANA RADUENZ GEISLER, o cargo em comissão de Diretora de Departamento Administrativo/Financeiro, Símbolo CC-2, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto-SAMAE, no período de 15/02/2016 a 29/02/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de fevereiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

### **PORTARIA Nº 1835, DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1835, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Remove de Ofício Servidoras Públicas Municipais lotadas na Administração Direta, a contar de 02 de janeiro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II e VII, combinado com o disposto no art. 70, inciso II, alíneas "a" e "b", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no Art. 51, "caput" e § Único, inciso I, e art.54, da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998,

#### **RESOLVE:**

Art.1º REMOVER DE OFÍCIO as Servidoras Públicas Municipais a seguir relacionadas, a contar de 02 de janeiro do corrente:

NOME	DE	PARA
Ellen M.M. Habeck	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente
Joice Andretti Silva	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social
Silvia Fernanda Brandt Dalagnolo	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1836, DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1836, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Designa Pregoeiro e compõe Equipe de Apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão no âmbito do Município de Timbó – SC e dá outras providências.

O Prefeito de Timbó, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 50, c/c art.70, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município e considerando o Decreto nº 445, de 16/03/2006,

#### **RESOLVE:**

Art.1º Designar para atuar como Pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito do Município de Timbó, o servidor JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS, matrícula 658260.

Parágrafo único. O Edital indicará em cada certame licitatório o Pregoeiro.

Art.2º Ficam designados para atuarem como membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Timbó, os servidores:

Nome do servidor; ELENISE PISETTA, matrícula 1528.8

Nome da servidora: BRUNA DE ANDRADE, matrícula 26084.3

Nome do Servidor: SILVIA SAUL MUSEKA, matrícula 274950

§ 1º Em caso de ausência do Pregoeiro Jean Messias Rodrigues Vargas, fica designada como Pregoeira a Servidora Silvia Saul Museka, matrícula 274950.

§ 2º O Edital indicará os membros da Equipe de Apoio para atuarem no certame, com um mínimo de dois integrantes.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Art.4º Ficam revogadas as Portarias nº 845, de 03/02/2014, nº 1328, de 03/09/2015 e nº 1680, de 01/07/2015

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

### **PORTARIA Nº 1851, DE 29 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº 1851, DE 29 DE JANEIRO DE 2016

Designa a Servidora Pública Municipal Barbara Hochheim para compor a Comissão Permanente de Licitações, como substituta nos casos de ausência de algum dos membros, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base nos artigos 6º, Inciso XVI, e 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações,

RESOLVE:

Art.1º Designar a Servidora Pública Municipal BARBARA HOCHHEIM para compor a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1832, de 04 de janeiro de 2016, como substituta nos casos de ausência de algum dos membros, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de janeiro de 2016; 146º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

DARCIZIO BONA

Prefeito de Timbó/SC, em exercício

### **PORTARIA Nº FME-35, DE 04 DE JANEIRO DE 2016**

PORTARIA Nº FME-35, DE 04 DE JANEIRO DE 2016

Autoriza a contratação de Servidora em caráter temporário para a Fundação Municipal de Esportes.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelo Decreto nº 3083, de 15/03/2013, nº 3506, de 13/06/2014, nº 3679, de 01/12/2014, nº 3852, de 1º de junho de 2015 e nº 4047, de 15/12/2015,

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE para o cargo abaixo discriminado:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES				
Cargo: Auxiliar Operacional I (SG-08)				
Nome	Data Nasc.	CPF	Jornada Semanal	Período
Rosilene Alves de Souza (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Conc.Público/Processo Seletivo)	11/08/73	895.535.199.20	44h	04/01/2016 a 01/03/2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de janeiro de 2016; 146o ano de Fundação; 81o ano de Emancipação Política.  
MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

### **TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 41 2015 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº.41/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de Preços de serviço de transporte de atletas, alunos, grupos apoiados pela Administração Direta e Indireta e usuários do sistema de saúde municipal, dentro e fora do Estado de Santa Catarina,

EMPRESA FORNECEDORA: Reantur Transportes Ltda Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 354.832,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e dois reais)

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 14/05/2016

Timbó, 15/05/2015  
ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

DEISE A. N. MENDES  
Secretária de Assistência Social

FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

JORGE R. FERREIRA  
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da Fundação de Esportes

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 01/2016**

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei Complementar n.º 01/2016 – Altera o valor do prêmio eficiência instituído pela Lei Complementar n.º 397, de 17 de março de 2011.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Laércio Demerval Schuster Júnior  
Relator: Vereador Reimar Raddatz

#### **I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito Municipal que pretende alterar a Lei Complementar nº 397, de 17 de março de 2011, que dispõe sobre o prêmio eficiência aos servidores públicos municipais de Timbó.

Respectivo projeto foi protocolizado Secretaria Legislativa desta Casa no dia 10 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora o despachou essa Comissão no dia 16 de fevereiro, em Sessão Ordinária, conforme determina o §1.º do art. 122 do Regimento Interno, tendo o mesmo seguido imediatamente a Assessoria Jurídica para elaboração de parecer.

No dia 17 de fevereiro a Comissão teve como pauta o presente em sua reunião ordinária, exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

#### **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Almeja o Poder Executivo, alterar a Lei Complementar n.º 397/2011, que instituiu o prêmio eficiência aos servidores públicos municipais.

No que tange à técnica legislativa, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal nº 95 de 1998, respeitado, portanto, o §5º do art. 101 do Regimento Interno.

No mérito, vislumbra-se que a matéria, objeto da presente proposição, é de interesse local, sendo, portanto, competência do Município legislar sobre a mesma, nos termos do inciso I do art. 30 da Constituição Federal e do inciso I do art. 10.º da Lei Orgânica Municipal.

Dispõe o art. 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Timbó que compete privativamente ao Prefeito Municipal dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, sendo-lhe exclusiva a competência para deflagrar o processo legislativo nos projetos que disponham sobre servidores públicos municipais, seu regime jurídico, provimento de cargos e de sua remuneração, nos termos da alínea "b" do inciso II do §1.º do art. 30, também da Lei Orgânica Municipal. Assim, infere-se constitucional e legítima a iniciativa do Executivo para a proposição em análise.

Em razão de a proposição acarretar aumento de despesa pública, necessário se faz a observância dos requisitos elencados pelos incisos I e II do art. 16 e art. 17 da Lei Complementar Federal n.º 100/2000, qual sejam, estudo de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que a proposição deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Pelo que se observa da proposição em análise, a mesma vem acompanhada da documentação referida (documentos de folhas 07 e 08 dos autos) cumprindo-se, portanto, com as exigências legais.

Assim, não existem óbices a tramitação regimental do presente Projeto nessa Casa Legislativa.

### III - CONCLUSÃO

#### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei Complementar n.º 01/2016.

Esse é o voto.

#### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Guilherme Voigt Júnior

Sala das Comissões, 17 de fevereiro de 2016.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

REIMAR RADDATZ GUILHERME VOIGT JÚNIOR

Relator Membro



# Timbó Grande

## PREFEITURA

**07/2016**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE

ATO AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE Tomada de Preço Nº 02/2016

Processo Licitatório 07/2016

Objeto: Tomada de Preço – O município de Timbó Grande torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Tomada de Preço, com objetivo de contratar empresa para Pavimentação Com Pedras Irregulares na Rua CLAUDIANO ALVES DA ROCHA. Acesso pública terá início às 11 horas, do dia 08 de março de 2016, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maiores informações no setor ou pelo telefone 49-3252-1278, dias úteis das 14:00 às 16:30 horas ou pelo e-mail: licitacoes@timbogrande.sc.gov.br

Almir Fernandes  
Prefeito Municipal

Timbó Grande-SC, 17 de fevereiro de 2016.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PP 10/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA □ MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 10/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de pavimentação com paralelepípedo ou pedra irregular, totalizando 6.000 m² em vias públicas do município de Treze Tílias, conforme descrição constantes do anexo do presente edital.

O recebimento dos envelopes contendo a □ proposta □ e □ documentação □ será até as 09h00 min do dia 01/03/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH  
Prefeito

### II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 65-2014

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO AO CONTRATO 65/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: TRANSPORTES JERRY ANSILIEIRO LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para a execução dos serviços de transporte de pessoas no município de Treze Tílias, de segunda feira a sábado, e em dias especialmente estabelecidos pela Administração Municipal, (inclusive feriados), em conformidade com as condições estipuladas no edital e seus anexos.

VIGÊNCIA: O prazo contratual fica prorrogado até a data de 31 de dezembro de 2016, a partir do dia 01 de janeiro de 2016. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

### III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03-2013

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2013

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: VALTUR TRANSPORTES COLETIVOS LTDA

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 50/2012 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na execução dos serviços de transporte escolar intermunicipal, de acordo com o Calendário Escolar das instituições, em conformidade com as condições estipuladas no edital e seus anexos cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 6%;

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2016 dias a partir de 01/01/2016, conforme ano letivo de 2016. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

### III TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04-2013

EXTRATO DO III TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2013

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias.

CONTRATADO: TRANSPORTES JERRY ANSILIEIRO LTDA ME

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 50/2012 no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na execução dos serviços de transporte escolar intermunicipal, de acordo com o Calendário Escolar das instituições, em conformidade com as condições estipuladas no edital e seus anexos cujos valores ficam alterados com a aplicação do percentual de 6%;

VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência para até 31/12/2016 dias a partir de 01/01/2016, conforme ano letivo de 2016. Todas as demais cláusulas permanecem inalteradas

DATA ASSINATURA: 22/12/2015.

TREZE TÍLIAS, 22 de Dezembro de 2015.

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### 028/2016

PORTARIA 028/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal Sr. CELSO MARCELINO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Controlador Interno, licença para tratamento de saúde por 15 dias, conforme atestado médico emitido, a partir do dia 11 de fevereiro de 2016, Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

MARIANE FERNANDES DA ROSA BONI

Secretária de Administração e Finanças Interina

### 029/2016

PORTARIA 029/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO.

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a comissão de avaliação dos servidores públicos municipais em estágio probatório na Secretaria Municipal da Assistência Social e Habitação, conforme descrito abaixo:

Hanelore Hedler – Secretária Municipal da Assistência Social e Habitação Designada.

MARCIA DEBATIM – Auxiliar Administrativo

RONALDO KRUGER - Tesoureiro

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

### 030/2016

PORTARIA 030/2016 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

DESIGNAR SERVIDOR.

SILVIO VENTURI, Prefeito Municipal de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de Julho de 2000.

CONSIDERANDO: O excepcional interesse público;

CONSIDERANDO: O inadiável funcionamento do período escolar;

CONSIDERANDO: Os Artigos 14º Inciso V, e Artigo 20º da Lei Complementar nº 1250 de 07 de Julho de 2000.

#### RESOLVE:

Artigo 1º- DESIGNAR a servidora Municipal Sra. ZENILDA PEREIRA BITTENCOURT, ocupante do quadro efetivo de Professora, a responder pela Direção junto ao C.E.B. ERICA HASSE, a partir de 25 de janeiro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de Fevereiro de 2016.

SILVIO VENTURI

Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

### EXTRATO CONTRATUAL FMS 001/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: BRUNO HOCHAPFEL ME

Valor ..... : 177.309,00 (cento e setenta e sete mil trezentos e nove reais)

Vigência ..... : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO GINECOLOGISTA E MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016.

**EXTRATO CONTRATUAL FMS 002/2016**

Contrato Nº.: 002/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: PEREIRA &amp; ZIZEMER MEDICOS ASSOCIADOS LTDA

Valor ..... : 60.500,00 (sessenta mil quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PEDIATRA, MÉDICO GINECOLOGISTA E MÉDICO CLÍNICO GERAL PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAUDE DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL FMS 003/2016**

Contrato Nº.: 003/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ELENIEZI AUERICA DE ANDRADE ALMEIDA

Valor ..... : 14.300,00 (quatorze mil trezentos reais)

Vigência ..... : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ODONTOLÓGICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL FMS 004/2016**

Contrato Nº.: 004/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: GERALDO CESAR BEIMS

Valor ..... : 11.324,28 (onze mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ODONTOLÓGICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL FMS 005/2016**

Contrato Nº.: 005/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ETIENE TENFEN

Valor ..... : 30.177,40 (trinta mil cento e setenta e sete reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 27/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO EM FISIOTERAPIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR ODONTOLÓGICO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAL FARMACÊUTICO PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAUDE DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL PMTC 001/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 001/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA

Valor ..... : 24.646,97 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos)

Vigência ..... : Início: 26/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL PMTC 002/2016**

Contrato Nº.: 002/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Valor ..... : 21.215,10 (vinte e um mil duzentos e quinze reais e dez centavos)

Vigência ..... : Início: 26/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL PMTC 003/2016**

Contrato Nº.: 003/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: COMERCIAL AGRICOLA ALTO VALE LTDA ME

Valor ..... : 35.092,24 (trinta e cinco mil e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos)

Vigência ..... : Início: 26/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL PMTC 004/2016**

Contrato Nº.: 004/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME

Valor ..... : 60.595,20 (sessenta mil quinhentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 26/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 3/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS (MERENDA) PARA MANUTENÇÃO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO

Trombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016

**EXTRATO CONTRATUAL PMTC 005/2016**

Contrato Nº.: 005/2016

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE TROMBUDO CENTRAL

Contratada...: SUPERMERCADO 4J LTDA - ME

Valor ..... : 21.000,00 (vinte e um mil reais)

Vigência ..... : Início: 29/01/2016 Término: 31/12/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CESTAS BASICAS PARA FORNECI-  
MENTO À POPULAÇÃO ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
SOCIALTrombudo Central, 17 de Fevereiro de 2016  
-----

# União do Oeste

## PREFEITURA

### RGF 2º SEM/2015 - CADASTRO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Betha Sistemas  
Exercício de 2015  
Página: 1/1

(R\$ 1,00)

Data-base: 31/12/2015

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE

Anexo III - Cadastro de Operações de Crédito

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o Saldo da Dívida Consolidada.  
Artigo 32, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000.

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LRF, Art. 32, § 4º

Demonstrativo das Operações de Crédito que compõem o saldo da Dívida Consolidada

#### I) Valor dos Precatórios incluídos no orçamento e não pagos:

(Art. 2º, Resolução 43/SF)

#### II) Valor da Dívida Mobiliária:

#### III) Operações de Crédito com saldo na data-base

a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado:	500.000,00	
b) Saldo devedor na data-base:	83.333,54	
c) Taxa de juros:		
d) Indexador:		
e) Período de carência:		a
f) Vencimento final:	00/00/0000	
g) Periodicidade e sistema de pagamento:		
h) Finalidade do crédito:	Nº Contrato 2011027201,	
g) Garantias:		
a) Valor original contratado, assumido ou refinanciado:	477.601,95	
b) Saldo devedor na data-base:	99.579,73	
c) Taxa de juros:		
d) Indexador:		
e) Período de carência:		a
f) Vencimento final:	00/00/0000	
g) Periodicidade e sistema de pagamento:		
h) Finalidade do crédito:	Nº Contrato 2011027101,	
g) Garantias:		

Total da Dívida Consolidada:

182.913,27



**RGF 2º SEM/2015 - DESPESA COM PESSOAL (CONSOLIDADA)**

**MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.126.962,37	0,00
Pessoal Ativo	5.674.184,18	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	166.538,80	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	286.239,39	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>6.126.962,37</b>	<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>11.483.855,59</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>6.126.962,37</b>	<b>53,35</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>6.890.313,35</b>	<b>60,00</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</b>	<b>6.545.797,69</b>	<b>57,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</b>	<b>6.201.282,02</b>	<b>54,00</b>
<b>FONTE:</b>		

## RGF 2º SEM/2015 - DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

**MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)  (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)			
Alienação de bens destinados a outros programas	44.368,67	0,00	0,00	0,00	722,42	43.646,25	0,00	0,00
Alienação de bens destinados a outros programas - superávit	37.452,06	0,00	0,00	0,00	0,00	37.452,06	37.452,06	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	22,96	0,00	0,00	0,00	0,00	22,96	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - Civil	1.071,45	0,00	0,00	0,00	0,00	1.071,45	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	1.969,79	0,00	0,00	0,00	0,00	1.969,79	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	1.465,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.465,30	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Prefeitura	4.083,55	0,00	0,00	0,00	0,00	4.083,55	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	610,00	0,00	0,00	0,00	(610,00)	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo e Transf.de Comp.Financeira p/ Explor.	645,26	0,00	0,00	0,00	0,00	645,26	0,00	0,00
Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento de PAB	105,63	0,00	0,00	0,00	0,00	105,63	0,00	0,00
PAB	0,00	7.537,00	0,00	0,00	0,00	(7.537,00)	0,00	0,00
Salário-Educação	14.309,31	0,00	0,00	0,00	41,50	14.267,81	0,00	0,00
Superávit - Transf. Convênios União/Outros	88.167,21	0,00	0,00	0,00	0,00	88.167,21	88.167,21	0,00
Transferência de convênios - Educação	0,00	0,00	0,00	1.179,03	24.291,01	(25.470,04)	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	848,47	(848,47)	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Educação	19.756,27	0,00	0,00	0,00	6.416,90	13.339,37	18.099,47	0,00
Transferências de Convênios – União/Outros	64.169,84	0,00	0,00	0,00	0,00	64.169,84	0,00	0,00
Transferências de Convênios – União/Saúde	586,94	0,00	0,00	0,00	0,00	586,94	0,00	0,00
Transferências de Convênios - Estado/Outros	153.273,27	0,00	0,00	0,00	0,00	153.273,27	136.536,01	0,00
Transferências do Fundeb - 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	868,40	(868,40)	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/FE	28.731,10	0,00	0,00	0,00	0,00	28.731,10	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Assistência Social - União	17.177,22	0,00	0,00	0,00	0,00	17.177,22	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	111.805,23	0,00	3.788,52	0,00	0,00	108.016,71	0,00	0,00
Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado	9.594,33	0,00	0,00	0,00	0,00	9.594,33	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (f)	598.755,39	8.147,00	3.788,52	1.179,03	33.188,70	552.452,14	280.254,75	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	3.775,90	0,00	1.032,04	0,00	3.026,86	(283,00)	0,00	0,00
Receitas Impostos e Transf. de Impostos-Saúde	26.286,55	0,00	1.061,90	0,00	6.575,54	18.629,11	0,00	0,00
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.984,27	(1.984,27)	0,00	0,00

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 2/2  
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	(b)			(c)			
	(a)		(b)	(c)	(d)	(e)			
Recursos de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	0,00		23.741,24	0,00	0,00	0,00	(23.741,24)	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	0,00		0,00	0,00	0,00	(24.053,11)	24.053,11	3.640,00	0,00
Recursos Ordinários	422.416,31		0,00	0,00	0,00	3.494,45	418.921,86	0,00	0,00
RECURSOS ORDINARIOS	3.640,00		13.604,30	17.994,79	4.250,00	0,00	(32.209,09)	95.636,07	0,00
Recursos Ordinários - Superavit	0,00		2,52	0,00	0,00	0,00	(2,52)	0,00	0,00
Superavit Fin. Ordinário	238,91		0,00	0,00	0,00	238,91	0,00	0,00	0,00
Transferências do Fundeb - 40%	7.485,31		0,00	0,00	0,00	0,00	7.485,31	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	463.822,98		37.348,06	20.088,73	4.250,00	(8.733,08)	410.869,27	99.276,07	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.062.578,37		45.495,06	23.877,25	5.429,03	24.455,62	963.321,41	379.530,82	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES*	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: \* A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atual.

**RGF 2º SEM/2015 - DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>676.535,44</b>	<b>504.776,37</b>	<b>182.913,27</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	676.535,44	504.776,37	182.913,27
Interna	676.535,44	504.776,37	182.913,27
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>1.558.322,89</b>	<b>1.349.020,21</b>	<b>993.206,06</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.694.341,52	1.815.781,45	1.062.578,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	136.018,63	466.761,24	69.372,31
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-881.787,45</b>	<b>-844.243,84</b>	<b>-810.292,79</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.308.320,90</b>	<b>11.415.155,93</b>	<b>11.483.855,59</b>
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,98%	4,42%	1,59%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-7,80%	-7,40%	-7,06%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>13.569.985,08</b>	<b>13.698.187,12</b>	<b>13.780.626,71</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>12.212.986,57</b>	<b>12.328.368,40</b>	<b>12.402.564,04</b>

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)</b>	<b>676.535,44</b>	<b>504.776,37</b>	<b>182.913,27</b>
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	160.289,05	155.196,66	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	160.289,05	155.196,66	0,00
Previdenciárias	160.289,05	155.196,66	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	516.246,39	349.579,71	182.913,27

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	26.885,85	98.184,69	24.455,62
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	497.087,36	2.922.595,78	384.959,85

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00
<b>REGIME PREVIDENCIÁRIO</b>			
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FONTE:

**RGF 2º SEM/2015 - GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)			R\$ 1,00	
GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
<b>EXTERNAS (I)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>INTERNAS (II)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV</b>	<b>11.308.320,90</b>	<b>11.415.155,93</b>		<b>11.483.855,59</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>2.487.830,60</b>	<b>2.511.334,30</b>		<b>2.526.448,23</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>2.239.047,54</b>	<b>2.260.200,87</b>		<b>2.273.803,41</b>
<b>CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>				
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre	
<b>EXTERNAS (V)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>INTERNAS (VI)</b>				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00		0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
<b>MEDIDAS CORRETIVAS:</b>				
<b>FONTE:</b>				



**RGF 2º SEM/2015 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/SEMESTRE JULHO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
<b>SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
<b>NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)</b>	<b>155.196,66</b>	<b>155.196,66</b>
Parcelamentos de Dívidas	155.196,66	155.196,66
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	155.196,66	155.196,66
Previdenciárias	155.196,66	155.196,66
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>11.483.855,59</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>1.837.416,89</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>1.653.675,20</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>803.869,89</b>	<b>7,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)</b>	<b>155.196,66</b>	<b>1,35</b>

FONTE:

**RGF 2º SEM/2015 - SIMPLIFICADO DA RGF**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Semestre de 2015

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,0

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	11.483.855,5	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.126.962,37	53,3
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	6.890.313,35	60,0
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.545.797,69	57,0
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-810.292,79	-7,0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	13.780.626,71	120,0
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.526.448,23	22,0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.837.416,89	16,0
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	803.869,89	7,0
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE D CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO DO EXERCÍCIO)
Valor Total	379.530,82	963.321,4

FONTE:

00

—

—

59

—

—

—

35

00

00

—

—

—

06

00

—

—

—

00

00

—

—

—

00

00

00

00

—

—

0E

0S

—

11

—

## RREO 6º BIM/2015 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
				No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
R\$ 1,00								
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA AGROPECUÁRIA OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS TRANSF. DE CONV. OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE BENS ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	12.810.000,00 12.809.983,00 548.350,00 420.200,00 73.150,00 55.000,00 26.400,00 26.400,00 95.805,00 95.805,00 2.200,00 2.200,00 149.600,00 11.839.340,00 11.708.340,00 131.000,00 148.288,00 17.270,00 24.200,00 22.000,00 84.818,00 17,00 0,00 0,00 0,00 17,00 17,00	12.810.000,00 12.809.983,00 548.350,00 420.200,00 73.150,00 55.000,00 26.400,00 26.400,00 95.805,00 95.805,00 2.200,00 2.200,00 149.600,00 11.839.340,00 11.708.340,00 131.000,00 148.288,00 17.270,00 24.200,00 22.000,00 84.818,00 17,00 0,00 0,00 0,00 17,00 17,00	2.494.769,12 2.213.151,49 120.101,52 110.955,29 4.391,20 4.755,03 12.411,82 12.411,82 29.117,29 29.117,29 0,00 0,00 5.748,15 2.032.690,51 1.996.650,15 36.040,36 13.082,20 2.061,80 0,00 11.020,40 0,00 281.617,63 145.800,00 145.800,00 0,00 135.817,63 135.817,63	19,48 17,28 21,90 26,41 6,00 8,65 47,01 47,01 30,39 30,39 0,00 0,00 3,84 17,17 17,05 27,51 8,82 11,94 0,00 50,09 0,00 1.656,574,29 0,00 0,00 0,00 798,927,24 798,927,24	13.013.202,10 11.483.855,59 502.816,31 439.110,80 55.211,22 8.494,29 33.582,32 33.582,32 149.050,75 149.050,75 0,00 0,00 20.197,26 10.739.190,83 10.653.316,97 85.873,86 39.018,12 11.084,63 1.187,67 26.745,82 0,00 1.529.346,51 145.800,00 145.800,00 4.101,73 1.379.444,78 1.379.444,78	101,59 89,65 91,70 104,50 75,48 15,44 127,21 127,21 155,58 155,58 0,00 0,00 13,50 90,71 90,99 85,55 26,31 64,18 4,91 121,57 0,00 8.996,155,94 0,00 0,00 0,00 8.114,381,06 8.114,381,06	-203.202,10 1.326.127,41 45.533,69 -18.910,80 17.938,78 46.505,71 -7.182,32 -7.182,32 -53.245,75 -53.245,75 2.200,00 2.200,00 129.402,74 1.100.149,17 1.055.023,03 45.126,14 109.269,88 6.185,37 23.012,33 -4.745,82 84.818,00 -1.529.329,51 -145.800,00 -145.800,00 -4.101,73 -1.379.427,78 -1.379.427,78	
	RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
	SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)		12.810.000,00	12.810.000,00	2.494.769,12	19,48	13.013.202,10	101,59
	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>2.494.769,12</b>	<b>19,48</b>	<b>13.013.202,10</b>	<b>-203.202,10</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	—	—	—	—	—	—
TOTAL VII = (V + VI)	12.810.000,00	12.810.000,00	2.494.769,12	19,48	13.650.363,00	-840.363,00
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)</b>	—	931.968,63	—	—	868.596,55	—
Superávit Financeiro	—	931.968,63	—	—	868.596,55	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.547.940,30</b>	<b>1.352.821,61</b>	<b>13.650.363,00</b>	<b>1.897.577,30</b>	<b>2.603.444,49</b>	<b>13.270.832,18</b>	<b>2.277.108,12</b>	<b>13.246.954,93</b>	<b>379.530,82</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.580.832,00</b>	<b>12.487.760,23</b>	<b>1.335.920,26</b>	<b>11.046.765,64</b>	<b>1.440.994,59</b>	<b>2.051.516,81</b>	<b>10.950.087,76</b>	<b>1.537.672,47</b>	<b>10.927.865,51</b>	<b>96.677,88</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.025.047,50	6.621.014,89	1.316.063,36	6.162.924,56	458.090,33	1.358.005,75	6.162.924,56	458.090,33	6.162.924,56	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	102.000,00	102.000,00	-18.446,31	67.597,50	34.402,50	5.066,03	67.597,50	34.402,50	67.597,50	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.453.784,50	5.764.745,34	38.303,21	4.816.243,58	948.501,76	688.445,03	4.719.565,70	1.045.179,64	4.697.343,45	96.677,88
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.207.168,00</b>	<b>3.038.180,07</b>	<b>16.901,35</b>	<b>2.603.597,36</b>	<b>434.582,71</b>	<b>551.927,68</b>	<b>2.320.744,42</b>	<b>717.435,65</b>	<b>2.319.089,42</b>	<b>282.852,94</b>
INVESTIMENTOS	860.167,00	2.693.179,07	22.977,37	2.265.171,85	428.007,22	496.372,36	1.982.318,91	710.860,16	1.980.663,91	282.852,94
INVERSOES FINANCEIRAS	2.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	345.000,00	345.000,00	-6.076,02	338.425,51	6.574,49	55.555,32	338.425,51	6.574,49	338.425,51	0,00
<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	<b>22.000,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>22.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.547.940,30</b>	<b>1.352.821,61</b>	<b>13.650.363,00</b>	<b>1.897.577,30</b>	<b>2.603.444,49</b>	<b>13.270.832,18</b>	<b>2.277.108,12</b>	<b>13.246.954,93</b>	<b>379.530,82</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS <sup>2</sup> (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XI)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.547.940,30</b>	<b>1.352.821,61</b>	<b>13.650.363,00</b>	<b>1.897.577,30</b>	<b>2.603.444,49</b>	<b>13.270.832,18</b>	<b>2.277.108,12</b>	<b>13.246.954,93</b>	<b>379.530,82</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.547.940,30</b>	<b>1.352.821,61</b>	<b>13.650.363,00</b>	<b>—</b>	<b>2.603.444,49</b>	<b>13.270.832,18</b>	<b>—</b>	<b>13.246.954,93</b>	<b>379.530,82</b>

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 10.287,58



## RREO 6º BIM/2015 - DESPESA POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (I)	12.810.000,00	15.547.940,30	1.352.821,61	13.650.363,00	100,00	2.803.444,49	13.270.632,18	100,00	379.530,82
Legislativa	755.000,00	755.000,00	114.560,71	714.825,23	5,24	215.199,84	711.185,23	5,36	3.640,00
Ação Legislativa	755.000,00	755.000,00	114.560,71	714.825,23	5,24	215.199,84	711.185,23	5,36	3.640,00
Administração	1.649.210,00	1.880.837,02	198.034,80	1.760.681,27	12,90	278.946,74	1.759.482,19	13,26	1.189,08
Administração Geral	1.480.710,00	1.700.827,30	165.501,51	1.594.331,75	11,88	245.899,74	1.593.142,67	12,00	1.189,08
Administração Financeira	168.500,00	180.009,72	32.533,29	166.349,52	1,22	33.047,00	166.349,52	1,25	0,00
Segurança Pública	22.020,00	43.751,18	4.340,88	22.888,41	0,17	8.454,40	22.888,41	0,17	0,00
Policiamento	22.020,00	43.751,18	4.340,88	22.888,41	0,17	8.454,40	22.888,41	0,17	0,00
Assistência Social	548.501,00	918.641,42	115.393,22	749.046,31	5,49	232.882,13	604.378,52	4,55	144.667,79
Assistência ao Idoso	30.000,00	30.000,00	0,00	18.012,19	0,13	0,00	18.012,19	0,14	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	16.000,00	16.000,00	-23,74	3.536,26	0,03	218,36	3.536,26	0,03	0,00
Assistência Comunitária	502.501,00	872.641,42	115.416,96	727.497,86	5,33	232.663,77	592.830,07	4,39	144.667,79
Saúde	2.999.937,50	3.242.084,31	327.598,74	2.781.642,06	20,38	523.106,10	2.781.642,06	20,96	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.716.976,50	2.888.042,27	288.071,25	2.522.239,25	18,48	480.871,26	2.522.239,25	19,01	0,00
Vigilância Sanitária	110.550,00	172.600,29	33.945,13	151.339,08	1,11	34.076,04	151.339,08	1,14	0,00
Vigilância Epidemiológica	17.860,00	42.363,32	3.903,72	23.327,52	0,17	4.280,42	23.327,52	0,18	0,00
Alimentação e Nutrição	12.000,00	12.027,43	0,00	9.170,46	0,07	0,00	9.170,46	0,07	0,00
Abastecimento	78.550,00	78.550,00	1.778,64	71.065,75	0,52	3.878,38	71.065,75	0,54	0,00
Educação	2.582.590,50	3.560.398,81	266.909,09	3.215.390,32	23,56	595.471,57	3.197.260,85	24,09	18.089,47
Ensino Fundamental	2.161.579,50	3.113.549,48	170.930,83	2.821.978,21	20,57	484.345,42	2.803.876,74	21,13	18.089,47
Ensino Superior	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	377.001,00	415.913,81	95.978,26	362.446,59	2,66	100.006,47	362.446,59	2,73	0,00
Educação Especial	32.000,00	30.935,52	0,00	30.935,52	0,23	11.119,68	30.935,52	0,23	0,00
Cultura	113.000,00	140.000,00	26.448,77	51.534,77	0,38	30.580,77	51.534,77	0,39	0,00
Urbanismo	786.793,00	841.479,56	128.365,94	687.136,33	4,89	203.727,06	667.136,33	5,03	0,00
Infra-Estrutura Urbana	151.003,00	239.599,39	75.004,55	147.529,60	1,08	106.287,77	147.529,60	1,11	0,00
Serviços Urbanos	627.950,00	594.080,17	53.361,39	517.106,73	3,79	95.439,29	517.106,73	3,90	0,00
Transporte Rodoviário	7.840,00	7.840,00	0,00	2.500,00	0,02	0,00	2.500,00	0,02	0,00
Habituação	10.501,00	7.984,00	0,00	7.982,40	0,06	0,00	7.982,40	0,06	0,00
Habituação Urbana	10.501,00	7.984,00	0,00	7.982,40	0,06	0,00	7.982,40	0,06	0,00
Saneamento	501,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	501,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão Ambiental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	1.254.002,00	1.688.507,36	91.966,05	1.485.592,93	10,88	247.614,30	1.485.592,93	11,19	0,00
Promoção da Produção Vegetal	30.002,00	280.199,00	0,00	280.199,00	2,05	50.098,00	280.199,00	2,11	0,00
Extensão Rural	1.224.000,00	1.408.308,36	91.966,05	1.205.394,93	8,83	197.516,30	1.205.394,93	9,08	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (d-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	Até o Bimestre (d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.810.000,00	15.547.940,30	1.352.821,61	13.650.363,00	1.897.577,30	100,00	13.270.832,18	2.277.108,12	379.530,82
Indústria	15.002,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Promoção Industrial	15.002,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00	0,00	2,00	0,00
Comércio e Serviços	3.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Turismo	3.001,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00	0,00	1,00	0,00
Transporte	1.214.451,00	1.394.663,02	91.193,19	1.236.053,47	148.609,55	9,06	1.144.204,67	8,62	91.848,80
Transporte Rodoviário	1.214.451,00	1.394.663,02	91.193,19	1.236.053,47	148.609,55	9,06	1.144.204,67	8,62	91.848,80
Desporto e Lazer	183.500,00	475.589,62	20.968,85	433.619,22	41.970,40	3,18	313.533,54	2,36	120.085,68
Desporto Comunitário	183.500,00	475.589,62	20.968,85	433.619,22	41.970,40	3,18	313.533,54	2,36	120.085,68
Encargos Especiais	647.000,00	597.000,00	-32.958,63	524.000,28	62.999,72	3,84	524.000,28	3,95	0,00
Outros Encargos Especiais	647.000,00	597.000,00	-32.958,63	524.000,28	62.999,72	3,84	524.000,28	3,95	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
Reserva de Contingência	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00	0,00	22.000,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>12.810.000,00</b>	<b>15.547.940,30</b>	<b>1.352.821,61</b>	<b>13.650.363,00</b>	<b>1.897.577,30</b>	<b>100,00</b>	<b>13.270.832,18</b>	<b>2.277.108,12</b>	<b>379.530,82</b>

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 6º BIM/2015 - PARCERIAS PÚBLICAS PRIVADAS

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024

NADA A DECLARAR

FONTE:

UNIAO DO OESTE, 17/02/2016

**RREO 6º BIM/2015 - PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**

Município de UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2014 a 2088

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00

**Município de UNIAO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2014 a 2088**

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/12/2015 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

**RREO 6º BIM/2015 - RECEITA COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

Município de UNIAO DO OESTE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	1.100,00	162.398,05	-161.298,05
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	145.800,00	-145.800,00
RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA	1.100,00	16.598,05	-15.498,05
<b>TOTAL</b>	<b>1.100,00</b>	<b>162.398,05</b>	<b>-161.298,05</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
Despesas de Capital	121.787,00	120.687,00	83.234,94	83.234,94	37.452,06	0,00	38.552,06
Investimentos	121.787,00	120.687,00	83.234,94	83.234,94	37.452,06	0,00	38.552,06
<b>TOTAL</b>	<b>121.787,00</b>	<b>120.687,00</b>	<b>83.234,94</b>	<b>83.234,94</b>	<b>37.452,06</b>	<b>0,00</b>	<b>38.552,06</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2014 (h)	Em 2015 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	79.163,11	79.163,11

FONTE:



**RREO 6º BIM/2015 - RECEITA CORRENTE LIQUIDA**

**Município de UNIAO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Set/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	TOTAL (ULT. 12 MES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.239.613,50</b>	<b>1.165.735,58</b>	<b>1.040.246,58</b>	<b>1.125.305,58</b>	<b>1.279.253,77</b>	<b>1.059.481,70</b>	<b>1.056.138,24</b>	<b>975.334,88</b>	<b>954.106,00</b>	<b>1.041.955,57</b>	<b>1.104.055,30</b>	<b>1.455.631,67</b>	<b>13.532.157,72</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	15.585,28	40.155,34	31.874,22	72.250,87	114.855,90	17.281,79	25.818,09	16.387,52	14.321,01	34.224,77	25.249,50	94.852,02	502.816,31
IPTU	0,00	2.253,89	5.859,46	31.611,64	83.878,89	2.473,85	2.408,40	66,34	355,93	1.185,93	618,79	593,79	131.256,91
IPR.F	0,00	5.174,49	302,40	16.188,79	0,00	0,00	9.435,63	5.656,15	0,00	17.425,15	0,00	58.450,82	112.833,23
I.S.S.	7.144,02	6.546,52	21.946,92	4.016,20	15.462,99	12.849,39	10.000,08	7.445,25	7.579,55	8.522,78	18.168,81	29.405,97	149.301,06
Outras Receitas Tributárias	840,00	10.395,61	1.429,00	14.363,68	679,36	440,00	803,99	2.402,51	5.284,00	4.888,72	3.543,31	200,00	45.280,58
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	7.601,26	15.847,63	2.203,44	6.068,56	14.834,86	1.488,55	2.361,99	817,27	1.101,53	2.101,19	2.917,59	6.228,64	63.705,51
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	2.691,36	4.378,53	2.615,70	0,00	8.340,24	0,00	3.144,67	0,00	0,00	9.088,81	3.323,01	33.582,32
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.722,73	12.329,48	18.550,33	12.263,32	5.171,83	13.100,10	12.447,01	9.813,13	7.561,09	15.254,44	21.650,26	7.467,03	149.050,75
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	641,58	782,76	1.883,66	281,75	875,27	3.227,59	1.163,23	517,74	1.531,05	3.544,48	4.053,00	1.685,15	20.197,26
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.207.694,58	1.103.090,42	979.106,97	1.037.195,33	1.157.094,86	1.059.783,56	1.002.920,56	944.896,54	927.117,61	986.459,76	1.039.463,88	1.338.780,11	12.787.462,56
Cota-Parte do FPM	596.335,67	611.805,61	445.610,52	480.593,64	591.411,98	514.388,38	381.036,57	445.646,92	371.534,26	422.874,40	477.458,26	549.022,36	5.891.283,70
Cota-Parte do ICMS	381.731,66	338.472,56	339.263,67	390.969,33	341.598,94	327.331,69	332.402,72	315.490,13	331.317,02	342.578,33	344.634,39	336.440,94	4.093.181,38
Cota-Parte do IRPVA	9.468,05	13.955,01	17.415,27	17.285,54	17.897,61	17.730,92	17.432,38	16.976,76	20.877,74	14.534,30	7.901,37	3.667,89	174.948,84
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	14,40	62,84	6,57	49,49	0,00	30,71	466,73	855,22	0,00	140,88	1.716,74
Outras Transferências Correntes	116.832,53	50.510,04	83.755,31	77.051,96	108.145,32	106.833,31	182.247,58	75.551,63	115.911,64	111.639,53	117.473,06	396.887,75	1.507.919,66
Transferências da LC 61/1989	7.828,17	4.657,27	4.598,58	4.784,90	5.397,89	5.141,51	4.736,37	5.039,73	5.025,41	5.623,04	5.310,80	5.244,08	63.553,75
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	5.715,31	1.428,83	1.428,83	1.428,83	1.428,83	1.428,83	1.428,83	1.428,83	1.428,83	17.145,95
Transferências do FUNDEC	92.498,50	85.659,69	83.539,22	90.395,81	91.227,92	86.679,81	83.641,50	84.652,83	81.355,86	86.320,11	85.253,05	85.927,28	1.038.157,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.969,33	3.796,22	5.021,87	679,36	1.295,91	1.108,27	5.445,72	662,28	3.375,24	2.472,12	4.537,85	8.544,35	39.918,12
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>198.672,53</b>	<b>193.977,95</b>	<b>161.372,31</b>	<b>173.949,35</b>	<b>191.542,13</b>	<b>173.253,97</b>	<b>147.408,76</b>	<b>155.920,86</b>	<b>145.971,00</b>	<b>157.699,79</b>	<b>167.346,60</b>	<b>179.188,88</b>	<b>2.048.302,13</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	198.672,53	193.977,95	161.372,31	173.949,35	191.542,13	173.253,97	147.408,76	155.920,86	145.971,00	157.699,79	167.346,60	179.188,88	2.048.302,13
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.039.940,97</b>	<b>971.757,63</b>	<b>878.874,27</b>	<b>951.356,23</b>	<b>1.087.711,64</b>	<b>886.227,73</b>	<b>908.731,48</b>	<b>818.414,02</b>	<b>808.135,00</b>	<b>884.255,78</b>	<b>936.708,70</b>	<b>1.276.442,79</b>	<b>11.483.855,59</b>
FONTE:													<b>12.805.983,00</b>

RREO - ANEXO 3 (RF, Art. 53, inciso I)

**RREO 6º BIM/2015 - RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS EM SAÚDE**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

**RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)</b>	437.910,00	437.910,00	448.942,29	102,52
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	138.600,00	138.600,00	131.295,91	94,73
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	28.600,00	28.600,00	45.280,58	158,32
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	154.000,00	154.000,00	149.901,08	97,34
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	99.000,00	99.000,00	112.633,23	113,77
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	990,00	990,00	405,54	40,96
Dívida Ativa dos Impostos	14.300,00	14.300,00	7.727,11	54,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.420,00	2.420,00	1.698,84	70,20
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	11.508.000,00	11.508.000,00	10.241.515,36	88,99
Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	5.891.258,70	87,80
Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	1.716,74	78,03
Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	174.648,84	87,32
Cota-Parte ICMS	4.510.000,00	4.510.000,00	4.093.181,38	90,76
Cota-Parte IPH-Exportação	61.600,00	61.600,00	63.563,75	103,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	24.200,00	24.200,00	17.145,95	70,85
Desoneração ICMS (LC 87/96)	24.200,00	24.200,00	17.145,95	70,85
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>10.690.457,65</b>	<b>89,49</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
<b>TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS</b>	722.800,00	722.800,00	644.606,48	89,18
Provenientes da União	722.800,00	722.800,00	644.606,48	89,18
<b>TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS</b>	2,00	2,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	750,00	750,00	283,98	37,86
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>723.552,00</b>	<b>723.552,00</b>	<b>644.890,46</b>	<b>89,13</b>

**DESPESAS COM SAÚDE**  
(Por Grupo de Natureza da Despesa)

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	2.580.336,50	2.978.909,03	2.642.797,31	88,72	2.642.797,31	88,72	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.571.000,00	1.790.178,66	1.731.670,90	96,73	1.731.670,90	96,73	0,00
Outras Despesas Correntes	1.009.336,50	1.188.730,37	911.126,41	76,65	911.126,41	76,65	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	134.352,00	100.226,28	54.279,00	54,16	54.279,00	54,16	0,00
Investimentos	134.352,00	100.226,28	54.279,00	54,16	54.279,00	54,16	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	<b>2.714.688,50</b>	<b>3.079.135,31</b>	<b>2.697.076,31</b>	<b>87,59</b>	<b>2.697.076,31</b>	<b>87,59</b>	<b>0,00</b>
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	649.552,00	864.977,83	661.722,71	24,53	661.722,71	24,53	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	649.000,00	864.425,83	661.722,71	24,53	661.722,71	24,53	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	552,00	552,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)</b>	<b>649.552,00</b>	<b>864.977,83</b>	<b>661.722,71</b>	<b>24,53</b>	<b>661.722,71</b>	<b>24,53</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	<b>2.065.136,50</b>	<b>2.214.157,48</b>	<b>2.035.353,60</b>	<b>75,47</b>	<b>2.035.353,60</b>	<b>75,47</b>	<b>0,00</b>
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>							
<b>(VII%) = (Vi / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% <sup>4</sup></b>							
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(Vi) - (15 x IIIb)/100]</b>							
<b>431.784,95</b>							

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE							
INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS		PAGOS									
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2011		0,00		0,00		0,00							
TOTAL		0,00		0,00		0,00							
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º													
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2011		SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)							
		0,00		0,00		0,00							
		0,00		0,00		0,00							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26													
		SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)							
		-		-		-							
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)		DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
						Até o Bimestre (l)		% (j/Total i) *100		Até o Bimestre (m)		% (n/Total m) *100	
		2.711.078,50		2.862.144,27		2.522.239,25		93,21		2.522.239,25		93,21	
		110.550,00		172.600,29		151.339,08		5,59		151.339,08		5,59	
		17.860,00		42.363,32		23.327,52		0,86		23.327,52		0,86	
		12.000,00		12.027,43		9.170,46		0,34		9.170,46		0,34	
		TOTAL		2.851.488,50		3.089.135,31		100,00		2.706.076,31		100,00	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE:

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "l" ou com a coluna "h+l" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total l".

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Os valores apresentados nesta Demonstração são os valores líquidos, ou seja, os valores líquidos após a dedução dos valores de impostos e taxas. O limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício, deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

**RREO 6º BIM/2015 - RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO DO ENSINO**

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

<b>RECEITAS DO ENSINO</b>				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	437.910,00	437.910,00	448.942,29	102,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	154.550,00	154.550,00	141.035,80	91,26
1.1.1- IPTU	138.600,00	138.600,00	131.295,91	94,73
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	550,00	550,00	313,94	57,08
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	13.200,00	13.200,00	7.727,11	58,54
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.200,00	2.200,00	1.698,84	77,22
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	28.600,00	28.600,00	45.280,58	158,32
1.2.1- ITBI	28.600,00	28.600,00	45.280,58	158,32
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	155.760,00	155.760,00	149.962,68	96,30
1.3.1- ISS	154.000,00	154.000,00	149.901,08	97,34
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	440,00	440,00	91,60	20,82
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.100,00	1.100,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	220,00	220,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	99.000,00	99.000,00	112.633,23	113,77
1.4.1- IRRF	99.000,00	99.000,00	112.633,23	113,77
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.508.000,00	11.508.000,00	10.241.515,36	88,99
2.1- Cota-Parte FPM	6.710.000,00	6.710.000,00	5.891.258,70	87,80
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.710.000,00	6.710.000,00	5.891.258,70	87,80
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.510.000,00	4.510.000,00	4.093.181,38	90,76
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	24.200,00	24.200,00	17.145,95	70,85
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	61.600,00	61.600,00	63.563,75	103,19
2.5- Cota-Parte ITR	2.200,00	2.200,00	1.716,74	78,03
2.6- Cota-Parte IPVA	200.000,00	200.000,00	174.648,84	87,32
2.7- Cota-Parte IOF-Quero	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>11.945.910,00</b>	<b>10.690.457,65</b>	<b>89,49</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	193.750,00	193.750,00	194.201,49	100,23
5.1- Transferências do Salário-Educação	110.000,00	110.000,00	125.835,81	114,40
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	33.000,00	33.000,00	28.594,00	86,65
5.4- Transferências Diretas - PNATE	48.000,00	48.000,00	35.842,62	74,67
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.750,00	2.750,00	3.928,66	142,87
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	99.003,00	99.003,00	812.630,37	820,81
6.1- Transferências de Convênios	99.003,00	99.003,00	812.630,37	820,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	256.630,00	256.630,00	343.443,51	133,83
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>549.383,00</b>	<b>549.383,00</b>	<b>1.350.275,37</b>	<b>245,78</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	2.301.600,00	2.301.600,00	2.048.302,13	88,99
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.342.000,00	1.342.000,00	1.178.252,65	87,80
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	902.000,00	902.000,00	818.635,30	90,76
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	4.840,00	4.840,00	3.429,14	70,85
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	12.320,00	12.320,00	12.712,79	103,19
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	440,00	440,00	343,30	78,02
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	40.000,00	40.000,00	34.928,95	87,32
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.056.600,00	1.056.600,00	1.049.934,82	99,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.050.000,00	1.050.000,00	1.038.157,94	98,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.600,00	6.600,00	11.776,88	178,44
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>-1.251.600,00</b>	<b>-1.251.600,00</b>	<b>-1.010.144,19</b>	<b>80,71</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

Continua 1/3



MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	943.960,00	943.960,00	933.518,61	98,89	933.518,61	98,89	0,00
13.1- Com Educação Infantil	240.000,00	240.000,00	229.819,98	95,76	229.819,98	95,76	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	703.960,00	703.960,00	703.698,63	99,96	703.698,63	99,96	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	112.640,00	112.640,00	109.799,30	97,48	109.799,30	97,48	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	112.640,00	112.640,00	109.799,30	97,48	109.799,30	97,48	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.056.600,00	1.056.600,00	1.043.317,91	98,74	1.043.317,91	98,74	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							0,00
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							0,00
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							1.043.317,91
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							88,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							10,46
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							0,63
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 *							0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	2.986.477,50		2.986.477,50		2.672.614,41	89,49	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	240.000,00	240.000,00	229.819,98	95,76	229.819,98	95,76	0,00
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.038.277,50	2.050.777,50	1.907.298,13	92,55	1.907.298,13	92,55	0,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	816.600,00	816.600,00	813.497,93	99,62	813.497,93	99,62	0,00
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.221.677,50	1.244.177,50	1.093.800,20	87,91	1.093.800,20	87,91	0,00
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.278.277,50	2.300.777,50	2.137.118,11	92,89	2.137.118,11	92,89	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							-1.010.144,19
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)							11.776,88
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO *							-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)							-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)							-998.367,31
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)							3.135.485,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %							29,33
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	111.100,00	125.835,81	114.454,04	90,96	114.454,04	90,96	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	182.753,00	1.136.399,98	964.284,76	84,85	946.185,29	83,26	18.099,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	293.853,00	1.262.235,79	1.078.738,80	85,46	1.060.639,33	84,03	18.099,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.572.130,50	3.563.013,29	3.215.856,91	90,26	3.197.757,44	89,75	18.099,47

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (i)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		20.721,43	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.040.235,39	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.065.248,39	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.065.248,39	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		11.776,88	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		7.485,31	0,00

UNIAO DO OESTE, 17/02/2016

## FONTE:

<sup>1</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup>Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup>Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup>Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup>Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup>Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.  
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup>Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO 6º BIM/2015 - RECEITAS E DESPESAS COM REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		14.520,00	10.287,58		0,00
RECEITAS CORRENTES	9.680,00	14.520,00	10.287,58		0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00		0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00		0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00		0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00		0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00		0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00		0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00		0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00		0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00		0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00		0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00		0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00		0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00		0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	9.680,00	14.520,00	10.287,58		0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00		0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>9.680,00</b>	<b>14.520,00</b>	<b>10.287,58</b>		<b>0,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4



Continuação 2/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III - VI)</b>	<b>9.680,00</b>	<b>14.520,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>10.287,58</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
APORTES REALIZADOS								
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR								
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS								
Plano Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras								0,00
Recursos para Formação de Reserva								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
Plano Previdenciário								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro								0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual								0,00
Outros Aportes para o RPPS								0,00
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA								
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS								
Valor								0,00

Continua 2/4





Município de UNIAO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	2015		2014
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre/2015 Até o Bimestre/2014
<b>RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>			
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS CORRENTES (VIII)</b>	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (IX)</b>	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b> <b>(XI) = (VIII + IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Continua 3/4



Continuação 4/4

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO 6º BIM/2015 - RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidadas	Pagos	Cancelados	Saldo (b)				
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014								
PODER/ÓRGÃO															
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)															
EXECUTIVO															
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	110.261,59	25.757,04	25.754,52	64.769,05	45.495,06	111.561,25	385.166,11	369.825,57	369.825,57	121.472,76	5.429,03	50.924,09			
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	110.261,59	25.757,04	25.754,52	64.769,05	45.495,06	111.561,25	280.823,14	266.707,67	266.707,67	120.247,69	5.429,03	50.924,09			
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	0,00	23.535,09	23.535,09	0,00	0,00	0,00	600,00	600,00	600,00	0,00	0,00	50.924,09			
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENT	8.297,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.260,00	0,00	0,00	1.260,00	0,00	0,00			
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA E ESPOR	850,30	0,00	0,00	6.060,00	2.237,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.237,00			
SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA E ESPOR	850,30	0,00	0,00	0,00	850,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	850,30			
SECRETARIA DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORT	0,00	1.780,97	1.778,45	0,00	2,52	107.311,25	40.906,74	39.568,12	39.568,12	107.470,84	1.179,03	1.181,55			
SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	0,00	63,03	63,03	0,00	0,00	0,00	1.185,42	913,62	913,62	271,80	0,00	0,00			
SECRETARIA DE SAÚDE	81.601,29	0,00	0,00	49.713,05	31.888,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.888,24			
SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERV. I	0,00	94,64	94,64	0,00	0,00	0,00	235.988,13	225.205,93	225.205,93	10.782,20	0,00	0,00			
SECRETARIA MUNICIPAL FINANÇAS E PLANEJAMENTO	5.524,00	0,00	0,00	0,00	5.524,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.524,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISNCIA SOCIAL	830,00	0,00	0,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	830,00			
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	55,00	283,31	283,31	0,00	55,00	0,00	882,85	420,00	420,00	462,85	0,00	55,00			
SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	13.104,00	0,00	0,00	8.996,00	4.106,00	4.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.250,00	8.398,00			
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.342,97	103.117,90	103.117,90	1.225,07	0,00	0,00			
CAMARA DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	104.342,97	103.117,90	103.117,90	1.225,07	0,00	0,00			
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	110.261,59	25.757,04	25.754,52	64.769,05	45.495,06	111.561,25	385.166,11	369.825,57	369.825,57	121.472,76	5.429,03	50.924,09			

ONTE:

FONTE:

**RREO 6º BIM/2015 - RESULTADO NOMINAL**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	676.535,44	393.996,27	182.913,27
DEDUÇÕES (II)	1.558.322,89	1.196.791,53	993.206,06
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.694.341,52	1.773.937,01	1.062.578,37
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,01	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	136.018,63	577.145,49	69.372,31
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-881.787,45	-802.795,26	-810.292,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-881.787,45</b>	<b>-802.795,26</b>	<b>-810.292,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Dez 2015 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-7.497,53</b>	<b>71.494,66</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Out 2015 (B)	Em 31 Dez 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

**RREO 6º BIM/2015 - RESULTADO PRIMÁRIO**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014				
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.714.178,00	11.334.804,84	11.189.957,71				
Recarga Tributária	548.350,00	502.816,31	629.071,57				
I.P.T.U.	138.600,00	131.295,91	123.210,17				
I.S.S.	154.000,00	149.901,08	275.587,61				
I.T.B.I.	28.600,00	45.280,58	43.392,80				
I.R.R.F.	99.000,00	112.633,23	100.257,00				
Outras Receitas Tributárias	128.150,00	63.705,51	86.623,99				
Recarga de Contribuição	26.400,00	33.582,32	19.531,36				
Recargas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00				
Outras Contribuições	26.400,00	33.582,32	19.531,36				
Recarga Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00				
Recarga Patrimonial	95.805,00	149.050,75	118.363,19				
(-) Aplicações Financeiras	95.805,00	149.050,75	118.363,19				
Transferências Correntes	11.839.340,00	10.739.190,83	10.469.365,34				
F.P.M.	5.368.000,00	4.713.006,05	4.522.990,50				
I.P.V.A.	160.000,00	139.719,89	124.909,30				
I.C.M.S.	3.608.000,00	3.274.546,08	3.257.500,65				
Convênios	131.000,00	85.873,86	99.494,33				
Outras Transferências Correntes	2.572.340,00	2.526.044,95	2.464.470,56				
Demais Receitas Correntes	300.088,00	59.215,38	71.989,44				
Dívida Ativa	22.000,00	26.745,82	23.169,17				
Diversas Receitas Correntes	278.088,00	32.469,56	48.820,27				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	17,00	1.529.346,51	2.333.552,08				
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	4.101,73	117,84				
Alienação de Ativos (V)	0,00	145.800,00	203.300,00				
Transferências de Capital	17,00	1.379.444,78	2.130.134,24				
Convênios	17,00	1.379.444,78	2.130.134,24				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	17,00	1.379.444,78	2.130.134,24				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.714.195,00	12.714.249,62	13.320.091,95				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2014	Em 2015	Em 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.487.760,23	11.046.765,64	10.557.834,77	10.950.087,76	10.542.013,70	96.677,88	15.821,07
Pessoal e Encargos Sociais	6.621.014,89	6.162.924,56	5.376.673,77	6.162.924,56	5.376.673,77	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	102.000,00	67.597,50	118.970,28	67.597,50	118.970,28	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.764.745,34	4.816.243,58	5.062.190,72	4.719.565,70	5.046.369,65	96.677,88	15.821,07
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.385.760,23	10.979.168,14	10.438.864,49	10.882.490,26	10.423.043,42	96.677,88	15.821,07
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.038.180,07	2.603.597,36	2.747.478,65	2.320.744,42	2.378.133,61	282.852,94	369.345,04
Investimentos	2.693.179,07	2.265.171,85	2.402.977,12	1.982.318,91	2.033.632,08	282.852,94	369.345,04
Inversões Financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Em 2015	Em 2014
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.038.180,07</b>	<b>2.603.597,36</b>	<b>2.747.478,65</b>	<b>2.320.744,42</b>	<b>2.378.133,61</b>	<b>282.852,94</b>	<b>369.345,04</b>
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	345.000,00	338.425,51	344.501,53	338.425,51	344.501,53	0,00	0,00
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.693.180,07</b>	<b>2.265.171,85</b>	<b>2.402.977,12</b>	<b>1.982.318,91</b>	<b>2.033.632,08</b>	<b>282.852,94</b>	<b>369.345,04</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>22.000,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS (XVII)</b>	<b>0,00</b>	-	-	-	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>15.100.940,30</b>	<b>13.244.339,99</b>	<b>12.841.841,61</b>	<b>12.864.809,17</b>	<b>12.456.675,50</b>	<b>379.530,82</b>	<b>385.166,11</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-2.386.745,30</b>	<b>-530.090,37</b>	<b>478.250,34</b>	<b>-150.559,55</b>	<b>863.416,45</b>	<b>12.334.718,80</b>	<b>12.934.925,84</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	<b>868.596,55</b>	<b>0,00</b>	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	868.596,55	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL							VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>							0,00

FONTE:

**RREO 6º BIM/2015 - SIMPLIFICADO DA RREO**

Município de UNIAO DO OESTE - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		12.810.000,00	
Previsão Atualizada		12.810.000,00	
Receitas Realizadas		13.013.202,10	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		868.596,55	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		12.810.000,00	
Créditos Adicionais		2.737.940,30	
Dotação Atualizada		15.547.940,30	
Despesas Empenhadas		13.650.363,00	
Despesas Liquidadas		13.270.832,18	
Despesas pagas		13.246.954,93	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		379.530,82	
Superávit Orçamentário		0,00	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		13.650.363,00	
Liquidadas		13.270.832,18	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		379.530,82	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		11.483.855,59	
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		10.287,58	
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		10.287,58	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>	<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>
Resultado Nominal	0,00	71.494,66	0,00
Resultado Primário	0,00	-530.090,37	0,00
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
<b>RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS</b>	<b>496.727,36</b>	<b>121.472,76</b>	<b>369.825,57</b>
EXECUTIVO	280.823,14	12.936,44	266.707,67
LEGISLATIVO	104.342,97	1.225,07	103.117,90
EXECUTIVO	111.561,25	107.311,25	0,00
<b>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS</b>	<b>136.018,63</b>	<b>64.769,05</b>	<b>25.754,52</b>
EXECUTIVO	136.018,63	64.769,05	25.754,52
<b>TOTAL:</b>	<b>632.745,99</b>	<b>186.241,81</b>	<b>395.580,09</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>	
		<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado até o Bimestre</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	3.135.485,42	25%	29,33
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	933.518,61	60%	88,91
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de UNIAO DO OESTE - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida				2.603.597,36	434.582,71
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)				0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)				0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)				0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				145.800,00	-145.800,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				120.687,00	1.100,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.035.353,60	15,00		19,04
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)					0,00

**FONTE:**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**RREO 6º BIM/2015 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**

Município de UNIAO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO<sup>1</sup> (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	3.038.180,07	2.603.597,36	282.852,94
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>3.038.180,07</b>	<b>2.603.597,36</b>	<b>282.852,94</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-3.038.180,07</b>	<b>-2.603.597,36</b>	<b>-434.582,71</b>

FONTE:

Notas:

<sup>1</sup> Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.<sup>2</sup> Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

# Urussanga

## PREFEITURA

### EDITAL PR 13/2016/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016/PMU

Objeto: aquisição parcelada de material de construção. Entrega dos envelopes: até as 09h30 dia 02/03/2016, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: Às 09h30 dia 02/03/2016, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade, no ícone PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. Outras informações através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

Rosane Zatta-Pregoeira

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS FISCAIS - 3º QUADRIMESTRE DE 2015

CONVITE

A Presidente da Câmara Municipal de Urussanga,  
Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori;

o Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Tributação e Orçamento,  
Vereador Omero De Bona;

e o Coordenador do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Urussanga,  
Senhor César Roberto Michels;

convidam Vossa Senhoria para participar de Audiência Pública que tem como objetivo demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre do ano de 2015, do Município de Urussanga, conforme determina o art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Data: 29 de fevereiro de 2016

Horário: 14h

Local: Câmara Municipal de Urussanga (Travessa da Imigração, nº 63, Centro)

# Videira

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 12.769/16**

DECRETO Nº 12.769/16, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

**RESOLVE**

Art. 1º Nomear, CELIO DE JESUS CAMPOS, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 002/2015, homologado em 04 de setembro de 2015, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no Programa de Agentes Comunitários de Saúde no Bairro Farroupilha, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.771/16**

DECRETO Nº 12.771/16, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Exonera, a pedido, servidora pública

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 2594/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar, a pedido, JAZIELA DA SILVA LISBOA, do cargo de provimento efetivo de Técnica em Enfermagem, admitida pela Portaria nº 1828/08.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 15 de fevereiro de 2016.

Videira, 16 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.772/16**

DECRETO Nº 12.772/16, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 227.110,13 (duzentos e vinte e sete mil, cento e dez reais e treze centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

13 – Fundo Municipal de Saneamento Básico	
01 – Fundo Municipal de Saneamento Básico	
2.073 – Manutenção do Fundo Municipal de Saneamento Básico	
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 – Aplicações Diretas	194.717,39
4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0304.0 – Aplicações Diretas	32.392,74
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	227.110,13

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

**DECRETO Nº 12.773/16**

DECRETO Nº 12.773/16, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.554/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 2780/2016,

**RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.554/15, que nomeou MAIRA VIEIRA CONCI, para exercer o cargo de Médico Ginecologista



Obstetra, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.776/16

DECRETO Nº 12.776/16 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15 de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, crédito adicional no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

15 – Fundo Municipal da Saúde - FMS	
01 – Fundo Municipal da Saúde	
2.064 – Ações de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.17 – Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	200.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de Fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.777/16

DECRETO Nº 12.777/16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Convoca a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Estadual nº 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa

nº 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades;

DECRETA

Art. 1º Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 14 de abril de 2016.

Art. 2º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "A Função Social da Cidade e da Propriedade" e como lema: "Cidades Inclusas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º A Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal Wilmar Carelli e no seu impedimento, pela servidora Vanessa Figueroa de Souza Santos Oltramari.

Art. 4º O Presidente da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade ou no caso de não haver Conselho da Comissão Preparatória Municipal.

Parágrafo Único: O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 6ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### DECRETO Nº 12.778/16

DECRETO Nº 12.778/16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

07 – Secretaria Municipal de Educação	
02 – Departamento de Ensino Fundamental	
2.036 – Transporte Escolar – Ensino Fundamental	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.001 – Aplicações Diretas	78.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	78.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de Fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de Fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **DECRETO Nº 12.779/16**

DECRETO Nº 12.779/16, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia Comissão Municipal de Recebimento, a fim de receber em doação o bem móvel que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 121 da Lei Orgânica Municipal, o Decreto Municipal n.º 8.937/08, o Pregão Presencial nº 13/2015 – PMV, a Comunicação Interna do Departamento de Licitações, datada de 30 de dezembro de 2015 e do Memorando nº 102/SAU, de 15 de fevereiro de 2016, da Secretaria de Saúde e Ação Social;

#### **DECRETA**

Art. 1º Designar as servidoras CAMILA STRAPAZZON, MARINÊS DE FÁTIMA CANALLE e MARILDA GERALDINA BELLOZUPKO para comporem a Comissão Municipal de Recebimento do seguinte bem móvel: 01 (um) aparelho processador de filmes de mamografia seminovo, da marca KODAK, a ser doado pela empresa Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda-EPP, a fim de:

I - exame da documentação comprobatória da doação (termo de doação, correspondência do doador, Nota fiscal com a natureza específica da operação de "doação" ou "simples remessa", entre outros);

II - verificação física do bem (estado, funcionamento, características físicas);

III - atestar o recebimento na documentação;

IV - dar a devida destinação à mesma.

§1º Em hipótese alguma o processo de aceitação deve ser concretizado se alguma irregularidade for detectada durante o recebimento

§ 2º Quando se fizer necessário conhecimento de alta especialização, a comissão poderá assessorar-se de pessoas aptas a prestá-lo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 17 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0064/16**

PORTARIA nº 0064/16

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 1625/2016,

#### **RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional do servidor MANOEL KEI DA SILVA, Calceteiro, o qual será computado em dobro, totalizando 152 (cento e cinquenta e dois) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 16/04/1990 a 30/06/1994.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de fevereiro de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de fevereiro de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

### **PORTARIA Nº 0069/16**

PORTARIA nº 0069/16

Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1331/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MIRIAM PASTORE VIELLEI, ALVAIR LIRIO BARZOTTO e WOLMAR ERDMANN para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 1331/2016.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao  
16 dia do mês de fevereiro de 2016

LUCIANE MARIA DOS SANTOS  
Secretária de Administração

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 09/2016 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES DIVERSOS E TIPO SAMU, ROUPAS DE CAMA, MOCHILAS/BOLSAS E CALÇADOS DE SEGURANÇA, PARA SEREM UTILIZADOS PELOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 22/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de fevereiro 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016 – PMV  
REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 22/2016 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO FUTURA, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADOS, DE CLÍNICA VETERINÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DE CASTRAÇÃO DE FÊMEAS DE CÃES E GATOS, PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 21/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de fevereiro 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 23/2016 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS DIVERSOS E CONDICIONADORES DE AR COM INSTALAÇÃO, PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E SEDE DO NOVO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15h00min do dia 04/03/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 15h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 17 de fevereiro 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

### **RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016 – FMS

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que ficam alterados itens da planilha orçamentária e descrições do memorial descritivo, bem como ficam alterados itens do edital de Tomada de Preços nº 01/2016 - FMS, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÕES MECÂNICAS DO SISTEMA DE GASES MEDICINAIS (AR COMPRIMIDO MEDICINAL, OXIGÊNIO MEDICINAL E VÁCUO CLÍNICO) PARA A UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, ÁREA TOTAL DE 1.747,27M², PELA SECRETARIA DE SAÚDE. Ficam alterados também a data e horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 07/03/2016 as 15h00min. O Edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados na home page: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Licitações". Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9032.

Videira/SC, 17 de fevereiro de 2016.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 019/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0019/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA  
CNPJ: 01.258.027/0001-41  
OBJETO: LICENCIAMENTO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA, PARA ATENDER DE-MANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL.

PRAZO VIGÊNCIA 10/02/2016 a 10/02/2017  
VALOR: R\$ 207.447,20 (duzentos e sete mil, quatrocentos e qua-  
renta e sete reais e vinte centavos).

Vitor Meireles - SC, 10 de fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0020/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICU-  
LOS AUTOMOTORES LTDA  
CNPJ: 59.104.422/0103-84  
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO AQUISI-  
ÇÃO DE VEICULO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CON-  
FORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA  
11347.201000/1140-01.

PRAZO VIGÊNCIA 15/02/2016 a 15/02/2017  
VALOR: R\$ 104.000,00 (Cento e quatro mil reais).

Vitor Meireles - SC, 15 de fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0021/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: LORIVAL FELICIANO 00342755927  
CNPJ: 10.197.991/0001-06  
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO CONTRATA-  
ÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS  
ELETRICISTA PARA MUNUTENÇÃO DOS PREDIOS DO MUNICÍPIO  
DE VITOR MEIRELES.

PRAZO VIGÊNCIA 11/02/2016 a 11/02/2017  
VALOR: R\$ 41.900,00 (quarenta e um mil e novecentos reais).

Vitor Meireles - SC, 11 de fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2016

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 0022/2016  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES.

CONTRATADA: MARCENARIA GUTO FERREIRA LTDA  
CNPJ: 10.197.991/0001-06  
OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO  
DE MÓVEIS PLANEJADOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA  
11347.201000/1140-01.

PRAZO VIGÊNCIA 17/02/2016 a 17/02/2017  
VALOR: R\$ 15.700,00 (quinze mil e setecentos reais).

Vitor Meireles - SC, 17 de fevereiro de 2016.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal.

### RESOLUÇÃO N. 001/2016 CMAS

VITOR MEIRELES - SC

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)  
MUNICÍPIO DE. VITOR MEIRELES  
RESOLUÇÃO Nº 001, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.  
Dispõe sobre a aprovação das contas do Fundo Municipal, Estadual  
e Federal da Assistência Social de Vitor Meireles – SC no exercício  
de 2015.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Vitor Meireles, no  
uso de suas atribuições, fundamentadas na Lei Federal nº 8.742  
de 07 de dezembro de 1993 e suas alterações através da Lei nº  
12.435/2011 e conferidas, na Lei Municipal nº 293 de 16 de no-  
vembro de 1995 em Assembleia ordinária da Ata nº 72 do dia 16  
de fevereiro 2016.

#### CONSIDERANDO

· A Lei Orgânica de Assistência Social- Lei 8.742/1993 e suas alte-  
rações;  
· A Política Nacional de Assistência Social através da Resolução/  
CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, e a NOB/SUAS – Norma  
Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social;

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que  
dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência  
Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito  
de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

#### RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o balancete Fiscal das contas do fundo Municipal,  
Estadual e Federal da Assistência Social do Município de Vitor

Meireles – SC do exercício de 2015.

Art. 3º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vitor Meireles 16 de fevereiro 2016

MARLENE HOWE

Presidente CMAS

### **RESOLUÇÃO N. 001/2016 CMDCA**

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.		VITOR MEIRELES - SC
--	--	---------------------

RESOLUÇÃO N. 001/2016,

Dispõe Sobre a Prestação de Contas dos Recursos Provenientes Do fundo da Infância e Adolescência (FIA) do Ano de 2015, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) do Município de Vitor Meireles - SC.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), em reunião ordinária realizada no dia 16 de fevereiro de 2016, às 15 horas, nas dependências da Casa da Cidadania de Vitor Meireles, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente lei nº. 297 de 12 de dezembro de 1995 e suas alterações.

RESOLVE:

Aprovar por unanimidade dos presentes, sendo que estes representam a maioria dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), a Prestação de Contas dos Recursos Provenientes do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) do ano de 2015.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Elvira Kammer

Presidente do CMDCA

Vitor Meireles/SC.

Vitor Meireles, 16 de fevereiro de 2016.



# Xanxerê

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 0016/2016**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0016/2016, tendo como objeto o Registro de preços para Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Levantamento Topográfico Georreferenciado, Estudos Ambientais e Elaboração de Projetos de melhorias em estradas vicinais rurais com revestimento primário (cascalhamento) com extensão de 400,00 km. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 02/03/2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 16 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini - Prefeito Municipal.

### **PREGÃO RP 0015/2016**

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0015/2016, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Materiais de Construção (material de alvenaria, ferro, material de acabamento, material hidráulico e material elétrico e tintas) destinadas a construção de uma sala de assepsia e uma rampa de lavagem para as viaturas, da 1ª Companhia de Bombeiros Militar do 14º BBM, sede Xanxerê. O recebimento das propostas será até as 09:45h, do dia 03/03/2016 no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site [www.xanxere.sc.gov.br](http://www.xanxere.sc.gov.br). Xanxerê-SC, 17 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.

### **RETIFICAÇÃO PUBLICAÇÃO ATA CREDENCIAMENTO DA IL Nº 0002/2016**

#### **RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO DA ATA DE CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS DA IL Nº 0002/2016**

O Município de Xanxerê-SC neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Ademir José Gasparini, retifica a publicação realizada no dia 16/02/2016, no Diário Oficial dos Município (DOM), Edição nº 1933, página nº 884. Onde se lê abre prazo recursal de 03 (três) dias úteis a contar da publicação da presente Ata, Lê-se abre prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação da presente Ata. Xanxerê-SC, 16 de fevereiro de 2016. Ademir José Gasparini – Prefeito Municipal.



# Xavantina

## PREFEITURA

**PE 002/2016 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA – SC

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2016 FMS

Objeto: Contratação de empresa para o fornecimento de veículo van nova, para 09 lugares com acesso para cadeirante para o Fundo Municipal de Saúde de Xavantina, conforme especificações do anexo "A" deste edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 01/03/2016, no site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Abertura: dia 01/03/2016, às 09:00 horas, no site [www.cidade-compras.com.br](http://www.cidade-compras.com.br).

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de fevereiro de 2016.

OSMAR DERVANOSKI,  
Gestor do FMS.

**PP 007/2016 PMXV**

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

## AVISO DE LICITAÇÃO

## PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016 PMXV

Objeto: Contratação de empresa(s) para prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das redes municipal e estadual de ensino, conforme especificações constantes nos Anexos "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 15:00 horas do dia 01/03/2016.

Abertura: dia 02/03/2016, às 09:00 horas.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0\*\*49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 18 de fevereiro de 2016.

MAURO JUNES POLETTO,  
Prefeito Municipal.

## Associações

### AMESC

#### EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 001/2016

O Presidente da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), Prefeito de Jacinto Machado, Antônio João de Fáveri, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 9º do Estatuto, convoca os Senhores Prefeitos integrantes da Associação para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se nas dependências da AMESC, sito, Rua Giacomo Mazzuco 33, Cidade Alta em Araranguá- SC, com início impreterivelmente às 19h00min (dezenove horas) do dia 25 (Quinta-Feira) de Fevereiro de 2016, tendo a seguinte ordem do dia:

a) Apresentação do relatório de atividades e prestação de contas referente ao exercício ano de 2015;

b) Eleição e Posse dos Membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal da Associação na forma do artigo 13 do Estatuto;

c) Outros assuntos.

Araranguá, SC, 17 de Fevereiro de 2016.

Antônio João de Fáveri

Presidente da AMESC

### AMURC

#### 048/2015 INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL DE VEÍCULO S10

RESOLUÇÃO 0048/2015

"PROMOVE A INCORPORAÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTIVO NO ROL PATRIMONIAL DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

José Antonio Guidi, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, DETERMINA:

Art.1º. Que seja incorporado ao ROL PATRIMONIAL DA AMURC, Associação dos Municípios da Região do Contestado, o veículo automotivo camionete GM/S10 COLINA D 4X4, ano de fabricação 2005 e modelo 2006, 140CV, de cor branca, Placa MEG5878 e Chassi 9BG138JJ06C409218.

Art.2º. O referido bem foi recebido em doação por iniciativa da Receita Federal do Brasil – Delegacia de Lages e sua transferência operacionalizada por intermédio da doação do equipamento ao Município de Curitiba e póstuma transferência à Amurc por intermédio da Lei Municipal de Curitiba n. 05535/2015 de 07 de Agosto de 2015, fixando-lhe o valor de lançamento contábil de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art.3º. Promover-se-á a imediata incorporação patrimonial e averbamento legal, mediante transferência de domínio e registro do bem em favor da Amurc.

Art.4º. Fica autorizada a realização das despesas inerentes a empacotamento, impostos e taxas.

Art.5º. Fica determinada a imediata securitização do bem mediante contratação dos serviços de seguro resguardo da propriedade e a imediata revisão técnica do equipamento bem como a implantação de acessórios necessários.

Art.6º. O veículo será utilizado nas atividades da Secretaria Executiva da Amurc e disposição prioritária para os programas de gestão tributária e fiscalização.

Art.7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 25 de Setembro de 2015.

JOSÉ ANTONIO GUIDI - Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 28 (vinte e oito) de Setembro de 2015.

Rui Braun

Secretário Executivo da Amurc

#### 049/2015 FÉRIAS FRANCIELE WOLLINGER E LUANA FERREIRA

RESOLUÇÃO 0049/2015

"DETERMINA GOZO DE FÉRIAS DA SERVIDORA FRANCIELE WOLLINGER ROCHA E LUANA FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

José Antonio Guidi, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, determina:

Art.1º. DETERMINA as providências legais e financeiras para o gozo de férias legais à servidora Franciele Wollinger Rocha em face de haver cumprido os requisitos legais, com início no dia 01 (primeiro) de Dezembro de 2015.

Art.2º. DETERMINA as providências legais e financeiras para o gozo de férias legais à servidora Luana Ferreira em face de haver cumprido os requisitos legais, com início no dia 25 (vinte e cinco) de Janeiro de 2016.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, SC, 01 de Dezembro de 2015.

JOSÉ ANTONIO GUIDI - Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 01 de Dezembro de 2015.

Rui Braun

Secretário Executivo da Amurc

**050/2016 INCORPORA BENS 2009-2013 AO CONTROLE CONTABIL DA AMURC**

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.

Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitibaanos, SC.

**RESOLUÇÃO 0050/2015**

"INCORPORA NO ROL DE CONTROLE PATRIMONIAL E CONTÁBIL BENS E DIREITOS DA AMURC ADQUIRIDOS NO PERÍODO 2009/2013, REGISTRADOS EM SISTEMAS CONTÁBEIS ANTERIORES, PROMOVENDO SEU REGISTRO E COSOLIDAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JOSE ANTONIO GUIDI, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições e sob providências técnicas da Secretaria Executiva da Amurc fixa os seguintes critérios de consolidação do controle patrimonial da Amurc, fazendo-o em vista das seguintes considerações:

Considerando que o controle patrimonial da Amurc no período 2009 a 2013 foi promovido em sistema de controle contábil e patrimonial distinto do atualmente utilizado e que o balanço anual 2013 não discrimina o controle de bens e direitos;

Considerando que no evento da migração de sistema contábil não decorreu a automática transferência e identificação nominal do rol de bens e direitos inscritos até aquele período, oferecendo dificuldade ao registro e controle permanente;

Considerando que em 01 de Janeiro de 2014, conforme fixa a Resolução 0020/2013, decorreu migração obrigatória do controle contábil e fiscal da Amurc para a CONTABILIDADE COMERCIAL;

Considerando que é de interesse público e responsabilidade administrativa e eficiência zelar pela transparência da administração de bens e valores;

**RSOLVE:**

Art.1º. Promover a inscrição individualizada de bens do período 2009 a 2013 no controle patrimonial vigente da Amurc em conformidade com o ANEXO I, parte inseparável da presente resolução, a título de BENS ADQUIRIDOS NO PERIODO 2009 A 2013.

Art.2º. Serão inscritos bens caracterizados pela sua plena utilização e disposição na presente data, ressalvadas as baixas ocorridas naquele período administrativo, conforme controles específicos em arquivo.

Art.3º. Cabe a Secretaria Executiva da Amurc zelar pelo controle de documentos patrimoniais do período anterior, inclusive controle de baixas.

Art.4º. Os responsáveis pela escrita fiscal da Amurc farão a incorporação técnica dos bens no rol patrimonial mediante avaliação simbólica de valores e passarão a promoverão sua depreciação em conformidade com a legislação vigente e o ANEXO I.

Art.5º. A metodologia de depreciação de bens deverá ser transcrita em anexo ao balanço anual da entidade, devidamente acompanhada de ampla publicização da matéria.

Art.6º. Após a incorporação patrimonial e a análise e aprovação do balanço anual 2015, a Secretaria Executiva da Amurc promoverá a publicação, em Diário Oficial, do rol consolidado de bens e direitos da Amurc.

Art.7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, SC, 01 de Dezembro de 2015.

JOSÉ ANTONIO GUIDI - Presidente da AMURC

Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 15 de Dezembro de 2015.

Rui Braun

Secretário Executivo da Amurc

**ANEXO I – Resolução 0050/2015****RELAÇÃO DE PATRIMÔNIO****ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO**

No período 2009 a 2013 conforme resolução 0050/2015

QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR	PERIODO
01	COMPUTADOR DESKTP, LG, INTEL PENTIUM, ALBATEC, ano 2011, utilizado pela gerência tributária	R\$ 400,00	Bens 2009-2013 inscritos em 21.12.2015
01	MONITOR SAMSUNG, ALBATEC, 13 polegadas, serial Z0PAHXKB101052, ano 2011, utilizado pela gerência tributária	R\$ 150,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2013
01	COMPUTADOR INTEL, CORE 5, ano 2011, serial 011130171010333002824, utilizado na recepção da Amurc	R\$ 400,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015

01	MONITOR AOCLCDMONITOR, ano 2011, 13 polegadas, serial T7684JA006614, utilizado na recepção da Amurc	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	COMPUTADOR DESKTOP LH, PAUTA, ALBATEC, ano 2011, 13 polegadas, utilizado pela gerencia de administração.	R\$ 450,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	MONITOR SAMSUNG, ALBATEC, ANO 2011, 13 polegadas serial 0118hqaz4z404111t , utilizado pela gerencia de administração.	R\$ 150,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	COMPUTADOR DESKTOP SAMSUNG, ACER, VISION AMD, ano 2012, COM VÍDEO INTEGRADO, serial 000194-923-622-258 vvq8c 9x2ff mthrx 8fbp4 r27t2,utilizado na sala de reuniões da Amurc.	R\$ 600,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	IMPRESSORA SAMSUNG SCX 4200, jato a tinta, ano 2012, utilizado pela gerencia de administração.	R\$ 300,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	FRIGOBAR CONSUL compacto, 120 litros, adquirido em 2013	R\$ 350,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
02	ARMÁRIOS PARA ARQUIVO MORTO COM DUAS PORTAS INFERIORES FECHADAS E DUAS PRATELEIRAS SUPERIORES ABERTAS; ano 2011; cor MARFIM, utilizadas na gerência de administração.	R\$ 600,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
02	MESAS (kits em L) com CONEXÃO e 3 GAVETAS E PORTA CPUE, cor MARFIM, ano 2012	R\$ 550,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	GAVEREIRO ARVY COM DUAS PORTAS, FECHADO, FORMICA, ano 2011	R\$ 250,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	MESAS EM L COM FORMICA MARROM E INOX (RECEPÇÃO), ano 2011	R\$ 250,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	MESA EM L, FORMICA PRETA E MARROM, ano 2011, disponível na sala de reuniões da amurc	R\$ 250,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
02	CONJUNTOS DE GAVETEIROS COM DUAS GAVETAS PEQUENAS E UMA GRANDE, FECHADO, FORMICA MARROM, ano 2011	R\$ 250,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	MESA DE REUNIÃO DE 2,40 x 1,30 FORMICA MARROM, disponível na sala de reuniões da Amurc	R\$ 600,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	ARMARIO SIMPLES PRA GUARDE DE UTENSILIOS DE LIMPEZA, FORMICA	R\$ 150,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	ARMARIO/BALCAO COM DUAS PORTEAS, FORMICA BRANCA, BAIXO, ano 2011	R\$ 150,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	BEBEDOURO ÁGUA MASTER FRIO NEO, ano 2011	R\$ 200,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
04	AQUECEDORES com função desumidificadora, marca NILKO, ano 2012	R\$ 300,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	VENTILADOR BRITANIA PRETO, ano 2013	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	CAFETEIRA PHILIPS WALITA, ano 2013	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	CADEIRA GIRATORIA COM ENCOSTO GRANDE EM CORVIN, ano 2012	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
08	CADEIRA GIRATÓRIA SIMPLES COM REVESTIMENTO EM TECIDO,ANO 2011	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	Retro PROJETO LG, SVGA, DLP, serial 3264542802 acompanhado de tela, ano 2012,	R\$ 800,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	TELEFONE INTELBRAS RECEPÇÃO TI NK 2165, ano 2011	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015
01	CÂMERA DIGITAL FUJIFILM, FINEPIX, S2950, serial 1rb09977, ano 2011	R\$ 100,00	Bens 2009-2013 inscritos em 31.12.2015

Rui Braun  
Secretário Executivo da Amurc

## 051/2016 EXONERAÇÃO DA SERVIDORA DÉBORA ALMEIDA

### RESOLUÇÃO 0051/2016

“DETERMINA A EXONERAÇÃO DE DÉBORA APARECIDA ALMEIDA, GERENTE DE ESTUDOS E PROJETOS DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOSE ANTONIO GUIDI, Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado, AMURC, no uso das suas atribuições, em especial, da Resolução 0035/2014, faz saber os seguintes procedimentos:

Art. 1º. Determinar as providencias legais para a exoneraçã de DEBORA APARECIDA ALMEIDA para o cargo de GERENTE DE ESTUDOS E PROJETOS DA AMURC.

Art. 2º. Os efeitos da exoneração far-se-ão a partir do dia 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º. Delega-se a Secretaria Executiva promover as medidas administrativas tangentes à exoneração e indenização.

Art. 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Resolução 0035/2014.

Curitibanos (SC), 29 de Janeiro de 2015.  
JOSÉ ANTONIO GUIDI - Presidente da AMURC  
Associação dos Municípios da Região do Contestado

Esta resolução foi registrada na Secretaria da Amurc e fixada em mural em 01 (primeiro) de Fevereiro de 2016.

Rui Braun  
Secretário Executivo da Amurc

## **052/2016 IMPLANTA O ORÇAMENTO FINANCEIRO 2016 DA AMURC**

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.  
Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba-  
nos, SC, Tel. (49) 3241 0292

RESOLUÇÃO Nº 052/2016

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO-AMURC PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

O Presidente da Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC), no uso das suas atribuições, faz saber que conforme a ata 001/2016 de 11 (onze) de Fevereiro de 2016, a Assembleia Geral da Amurc homologou o Orçamento 2016, em conformidade com a proposta apresentada pela Secretaria Executiva da Amurc, fazendo promulgar a peça orçamentária por intermédio da seguinte Resolução:

Art.1º. O Orçamento da Associação dos Municípios da Região do Contestado (AMURC), para o Exercício Financeiro de 2016, Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 461.500,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos reais), conforme estabelece o ANEXO I da presente resolução, parte integrante da presente Resolução de Assembleia.

Art.2º. O Orçamento da Associação para o Exercício Financeiro de 2016, destinará dotações orçamentárias necessárias à implantação, estruturação, funcionamento e manutenção da entidade, conforme demonstra o Anexo I.

Art.3º. A Receita da Associação, será realizada mediante a arrecadação das contribuições que lhes serão transferidas e repassadas pelos Municípios Associados, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor.

Art.4º. A despesa da Associação, será realizada segundo a apresentação do Anexos I desta Resolução, obedecendo a classificação institucional e funcional-programática estabelecidas pelos preceitos da contabilidade comercial e suas correspondentes normativas e metodologia.

Art.5º. A destinação de recursos financeiros, vinculados a dotações orçamentárias, aprovadas para o Exercício Financeiro de 2016, poderão ser movimentados, remanejados, transpostos e transferidos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, mediante prévia autorização concedida pela Diretoria da

Amurc.

Art.6º. As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa da Associação.

Art.7º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, quando de seu ingresso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

Art. 8º. Comprovado o interesse público da Associação, durante o Exercício Financeiro de 2016, o Presidente poderá celebrar convênio, acordos e ajustes, com órgãos integrantes da Administração Pública Federal e Estadual ou com órgãos, entidades e associações de natureza privada, desde que o convênio, acordo ou ajuste seja celebrado mediante prévia autorização concedida em Assembleia Geral.

Art. 9º. Esta Resolução retroage seus efeitos a 01 de Janeiro de 2016.

Art.10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 11 de Fevereiro de 2016.  
JOSE ANTONIO GUIDI  
PRESIDENTE DA AMURC

José Antônio Guidi  
Presidente  
CPF – 352.219.259-15

Osni Batista Alberton  
Vice Presidente  
CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior  
Conselho Fiscal  
CPF - 522.097.689-34

Silvio Granemann Calomeno  
Conselho Fiscal  
CPF –304.320.149-34

Sisi Blind Rui Braun  
Conselho Fiscal  
CPF - 538.607.219-68

Secretário Executivo  
CPF 621.152.199-53

Esta resolução foi registrada na Secretaria Executiva da Amurc em 17 de Fevereiro, fixada em mural, distribuída aos municípios e Publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), nos termos da Resolução 0014/2013.

Rui Braun  
Secretário Executivo da Amurc

## **053/2016 FIXA VALOR DE CONTRIBUIÇÕES, REGRAS DE COBRANÇA E GERENCIAMENTO DE CONTAS 2016 DA AMURC**

AMURC - Associação dos Municípios da Região do Contestado.  
Rua Barão do Rio Branco, 359, Centro, CEP: 89.520.000, Curitiba-  
nos, SC, Tel. (49) 3241 0292

RESOLUÇÃO 0053/2016

“ESTABELECE VALORES E MECANISMOS DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES MENSIS DOS MUNICÍPIOS; FIXA FORMAS E RESPONSABILIDADES PELO GERENCIAMENTO DAS CONTAS BANCÁRIAS DA AMURC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Os prefeitos da Amurc, Associação dos Municípios da Região do Contestado, na forma do Estatuto vigente, com base na autonomia deliberativa da Assembleia Geral realizada em 11 de Fevereiro



de 2016, conforme Ata 001/2016, estabelecem valores e mecanismos de cobrança das contribuições mensais dos municípios da Amurc e fixam formas e responsabilidades pelo gerenciamento das contas bancárias, nos seguintes termos:

Art.1º. Em conformidade com o orçamento aprovado em Assembleia Geral, as contribuições mensais dos Municípios filiados à Associação dos Municípios da Região do Contestado para o exercício de 2016 ficam fixados com os seguintes valores:

I- O Município de Curitibaanos contribuirá mensalmente com a importância de R\$ 12.450,00 (doze mil quatrocentos e cinquenta reais);

II- O Município de Santa Cecília, contribuirá mensalmente com a importância de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais);

III- O Município de São Cristóvão do Sul, contribuirá mensalmente com a importância de R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais);

V- O Município de Ponte Alta do Norte, contribuirá mensalmente com a importância de R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais);

V- O Município de Frei Rogério, contribuirá mensalmente com a importância de R\$ 5.750,00 (cinco mil setecentos e cinquenta reais);

Parágrafo primeiro: as contribuições do mês de janeiro e fevereiro prevalecem com valores iguais ao fixado para o ano de 2015, conforme o orçamento, ANEXO I da presente resolução.

Parágrafo segundo: cabe a cada município associado promover, no início do ano fiscal, o empenho e programação financeira das contribuições em conformidade com o orçamento e lei autorizativa de contribuição à Amurc.

Art.2º. A cobrança das contribuições se dará preferencialmente por meio de retenção em conta de ICMS com desconto bancário automático, fixada para o dia 10 de cada mês sendo que a contribuição paga neste dia corresponde ao mesmo mês de competência.

Parágrafo único: a Secretaria Executiva da AMURC providenciará que cada Associado apresente novo documento de autorização de desconto das contribuições, devidamente assinada pelo mandatário e responsável pelo tesouro municipal.

Art.3º. A cobrança das contribuições mensais será efetuada preferencialmente através do sistema de débito automático e alternativamente através de boletos de cobrança devidamente registrados conforme normas do Bacen – Banco Central do Brasil.

Parágrafo único: as modalidades de cobrança serão firmadas em conformidade com as normas legais e atendimento a legislação bancária.

Art.4º. A Associação, através da Secretaria Executiva, expedirá os recibos ou comprovantes das contribuições promovidas pelos Municípios, em modelo próprio, entregando os mesmos junto aos serviços de contabilidade de cada Município, devidamente assinadas pelo Secretário Executivo da Associação.

Parágrafo único: periodicamente, ou ao final do ano fiscal a Secretaria Executiva da Amurc apresentará relatório de atividades.

Art.5º. As contas bancárias da Amurc serão administradas pelo seu presidente e, quando este fixar, em conjunto com o Secretário Executivo da entidade.

Art.6º. A Presidência da Amurc fica autorizada a firmar convênios bancários com a rede oficial de bancos, preferencialmente Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, tendo por critério aquela que melhor cumprir os requisitos exigidos à boa administração

financeira da Amurc.

Parágrafo primeiro: é obrigatória a utilização de sistema de gerenciamento eletrônico das contas bancárias mediante assinatura do presidente e de seu auxiliar nomeado, e vedada a utilização de cheques.

Parágrafo segundo: O Secretário Executivo da Amurc está autorizado a manter uso de chave de acesso ao Gerenciador Financeiro e a promover as movimentações administrativas nos termos e limites estabelecidos.

Parágrafo terceiro: O Secretário Executivo da Amurc tem poderes para preparar e programar pagamentos de despesas sendo que estas serão obrigatoriamente finalizadas pela assinatura autorizativa (e finalizadora) da Presidência da Amurc.

Parágrafo quarto: o Secretário Executivo da Amurc está autorizado a atuar livremente em atos de gestão administrativo, emissão de extratos, análises, emissão de relatórios, programação e anulação de pagamentos, atos inerentes as rotinas tangentes à administração financeira, controle e relatórios inerentes ao gerenciador financeiro em uso pela entidade.

Parágrafo quinto: o Presidente poderá autorizar a manutenção de conta, adiantamento para provimento de pequenas despesas em locomoção ou provimento de atividades cotidianas da Amurc, sendo obrigatória a prestação de contas mensal mediante registro contábil.

Parágrafo sexto: o Secretário Executivo da Amurc tem poderes para promover e movimentar a aplicação de recursos da Amurc em poupança ou outros mecanismos de aplicação financeira.

Art.7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário e alteradas as disposições da Resolução 0023/2013.

Curitibaanos, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

José Antônio Guidi  
Presidente  
CPF – 352.219.259-15

Osni Batista Alberton  
Vice Presidente  
CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior  
Conselho Fiscal  
CPF - 522.097.689-34

Silvio Granemann Calomeno  
Conselho Fiscal  
CPF –304.320.149-34

Sisi Blind  
Conselho Fiscal  
CPF - 538.607.219-68

Rui Braun  
Secretário Executivo  
CPF 621.152.199-53

Esta resolução foi registrada na Secretaria Executiva da Amurc em 17 de Fevereiro, fixada em mural, distribuída aos municípios e Publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM), nos termos da Resolução 0014/2013.

Rui Braun  
Secretário Executivo da Amurc

## **ASSEMBLEIA 001/2016 ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA E ELETIVA DA AMURC -11.02.16**

ATA N.001/16 – 1ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sede da AMURC, situada a Rua Barão do Rio Branco, nº 359, em Curitibaanos, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária da AMURC os prefeitos municipais de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno, a prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. Sisi Blind, o Prefeito de Santa Cecília Domingos Scariot Junior e o Prefeito de Curitibaanos Jose Antonio Guidi, bem como os colaboradores da associação. Presentes também, o Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Regional



de Curitiba, Sr. Roque Stanguerlin, Sr. Hélio Oky, Secretário de Administração de Frei Rogério, Sr. Claudio França, Procurador de Curitiba e Rui Braun, Secretário executivo da Amurc conforme demonstra a lista de presença do evento. Composta a mesa dos trabalhos, havendo quórum estatutário para deliberação, o Presidente da AMURC José Antonio Guidi saudou a todos e deu por aberto os trabalhos da Assembleia. Foi apresentada a ata da Assembleia anterior que lida, foi aprovada e assinada pelos presentes (ANEXO I). O presidente apresentou a pauta de trabalho fixada em edital de convocação publicado no Diário Oficial dos Municípios e passou às deliberações, conforme consta do ANEXO II da presente ata, repassando a tarefa ao Secretário Executivo, Rui Braun que apresentou o Relatório anual de atividades da Amurc composto de relatórios descritivo sobre as atividades anuais e relatórios sobre a gestão do movimento econômico, conforme os ANEXOS III e IV. Ambos os documentos, postos em análise, foram aprovados pela Assembleia e serão apresentados formalmente aos municípios para compor a prestação anual de contas da Amurc frente aos municípios em composição com a entrega de relatório de balanço anual. Ato contínuo, o Presidente chamou para a análise do balanço anual 2015, informando sobre os resumos de balanço distribuídos antecipadamente (ANEXO VI) e passando a palavra para as explicações do Sr. Osvaldo Antonio Fontana Junior e da Sra. Caroline Brocardo. O resultado patrimonial da entidade, no exercício 2015 resultou em superávit de R\$ 100.361,15 e imobilizado no valor de R\$ 71.274,13. O Saldo bancário em 31 de Dezembro é de R\$ 5.959,29. Constatou-se ainda como receita recebível do período o valor de R\$ 7.500,00 (contribuição de Dezembro do Município de Santa Cecília). A posição geral anota boa regularidade na arrecadação e evolução, especialmente considerando que os balanços anteriores ainda indicavam déficit de R\$ 36.755,70. Anotou-se ainda que no mês de Dezembro, decorreu incorporação de bens patrimoniais referentes ao período de 2009 a 2013, no valor de R\$ 10.850,00 que conforme Resolução 0050/2015 (ANEXO VII) foram nominalmente incluídos no controle contábil e patrimonial da Associação. Após as explicações passou-se a palavra para os membros do Conselho Fiscal, que recomendaram pela aprovação do balanço geral do exercício 2015, posição acatada favoravelmente pela unanimidade dos presentes. O balanço aprovado será publicado em diário oficial e registrado no cartório de documentos. Registrou-se agradecimentos a Consult Contabilidade e tratou-se ainda das novas obrigações impostas a Amurc em conformidade com a Instrução Normativa 20 do tribunal de Contas de Santa Catarina que aplica obrigações de prestação de contas. Neste sentido, a Secretaria Executiva detalhou providências técnicas e procedimentos que estão sendo adotados para assegurar a regularidade e transparência conquanto as informações. No passo seguinte, o Presidente Guidi requereu a apresentação do Plano de Trabalho 2016 que foi apresentado por Rui Braun conforme o ANEXO VIII E IX. O Plano de trabalho contendo 5 eixos de ação e um detalhamento de trabalho para a área de gestão tributária foi aprovado. Como decorrência do planejamento, a presidência apresentou a proposta orçamentária anual que conforme deliberação da ata anterior, foi preparado pela Secretaria Executiva. Em face da crise financeira, houveram ajustes de valores, comunicou-se que em janeiro decorreu exoneração de servidora e que o orçamento receberia apenas atualização de 5% (cinco) por cento. A proposta orçamentária restou aprovada e o orçamento fixado em R\$ 461.500,00 (quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos reais) conforme o ANEXO X. A peça orçamentária deverá ser publicada mediante divulgação em diário oficial. Ainda em preocupação com a administração orçamentária e financeira, a Secretaria Executiva apresentou a proposta de Resolução 0053/2016 que em seu teor trata da cobrança das contribuições mensais, data base, regras técnicas à cobrança, administração bancária da Amurc, utilização de gerenciador financeiro e responsáveis pela administração financeira. O presidente ressaltou que se faz necessária autorizar o Secretário Executivo Rui Braun à administração do orçamento e das finanças, delegando-lhe poderes conforme especificado na Resolução 0052/2016 que restou aprovada e integra a presente ata. Por

fim, o Prefeito e Presidente José Antonio Guidi passou ao tema das eleições para a Diretoria e Conselho Fiscal. Conforme estabelece os artigos 16 e 17 do Estatuto Social e devida previsão de edital de convocação publicado, passou-se à eleição da Diretoria da AMURC para o exercício 2016. Em face das restrições do ano eleitoral e das especificidades da Amurc (pequena associação), após debate optou-se em reeleger a diretoria da Amurc para o exercício 2016 e compor um grupo de trabalho que deverá em prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apresentar análise jurídica sobre a administração da Amurc no período eleitoral, tendo por cenário a possibilidade de impedimento da maioria dos mandatários. Neste horizonte, a comissão deverá analisar e atualizar o Estatuto da Amurc, podendo contratar assessoria jurídica para auxiliar na tarefa. Deste modo, restou reeleita, por manifestação oral de todos os cinco prefeitos presentes, a seguinte composição: a) para Presidente da Amurc, o Prefeito de Curitiba José Antonio Guidi, como vice Presidente o prefeito de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton; b) para Conselho Fiscal a Prefeita de São Cristóvão do Sul Sisi Blind, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno e o Prefeito de Santa Cecília Domingos Scariot Junior. Os assuntos diversos da Assembleia passarão em anexo específico postumamente assinado pelos presidentes. Sem Nada mais havendo a tratar o Presidente José Antonio Guidi declarou encerrada a Assembleia e foi lavrada a presente ata, que eu, Rui Carlos Braun, Secretário Executivo da AMURC, li e aprovada, foi assinada no ato. Curitiba, SC, 11 de Fevereiro de 2016.

José Antônio Guidi  
Presidente  
CPF – 352.219.259-15

Osni Batista Alberton  
Vice Presidente  
CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior  
Conselho Fiscal  
CPF - 522.097.689-34

Silvio Granemann Calomeno  
Conselho Fiscal  
CPF –304.320.149-34

Sisi Blind  
Conselho Fiscal  
CPF - 538.607.219-68

Rui Braun  
Secretário Executivo  
CPF 621.152.199-53

## ATA 001/2015 ASSEMBLÉIA GERAL ELETIVA DA AMURC

ATA N.001/15 – 1ª ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC  
Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às catorze horas, na sede da AMURC, situada a Rua Barão do Rio Branco, nº 359, em Curitiba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária da AMURC os prefeitos municipais de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno, a prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. Sisi Blind, o Prefeito de Santa Cecília Domingos Scariot Junior e o Prefeito de Curitiba José Antonio Guidi, bem como os demais colaboradores da associação. Se fizeram presentes ainda no ato o Presidente da FECAM Sr. José Claudio Caramori, Prefeito de Chapecó, o Diretor de Articulação Institucional da FECAM Sr. Celso Verdano e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Curitiba Sr. Roque Stanguerlin. Composta a Mesa dos Trabalhos, havendo quórum estatutário para a deliberação, a Presidente da AMURC Sisi Blind saudou a todos e deu por aberto os trabalhos da Assembleia, procedendo após a leitura da Pauta da Reunião. Sisi então solicitou ao Secretário Executivo que fizesse a apresentação dos relatórios de informações sobre as atividades da Presidência e da Secretaria Executiva do período. Secretário Executivo Rui Braun leu o relatório, efetuou todos os esclarecimentos necessários, sendo que houve manifestações dos Prefeitos sobre a qualidade do bom trabalho desenvolvido no período. Rui ainda apresentou o manifesto na forma de um documento, em conjunto

assinada pela AMURC, AMURES, AMMOC, AMPLASC e AMPLANORTE, no qual defende o pensamento dos Prefeitos e lideranças sobre a necessidade e importância da Reforma Política, sendo que um dos pontos principais é a eleição unificada em 2018 em âmbito municipal, estadual e federal. Sisi apresentou cenários das propostas apresentadas atualmente junto ao Congresso Nacional, e defendeu que seja uma bandeira também de nossos representantes no sentindo da pauta municipalista e do atual momento político que vivemos em sociedade geral. Em seguida passou a palavra ao Sr. Osvaldo Antonio Fontana Junior, que apresentou o balanço financeiro de 2014 da AMURC. No uso da palavra Osvaldo esclareceu sobre a adequação por que passou a Associação para ter uma contabilidade privada nas normas da Receita Federal e demais órgãos. Apresentou o balanço e o balancete e os números respectivos. Foi entregue a todos os prefeitos a cópia da documentação. Foi realizado outros esclarecimentos aos questionamentos apresentados. Prefeito Dudão questionou sobre a demais documentação contábil, ao que Rui e Osvaldo afirmaram que está realmente tudo arquivado de acordo com as normas. Rui ainda esclareceu que ao processo de migração para uma contabilidade do Terceiro Setor, foi necessário por força de impositivo legal, sendo que foi buscado assegurar a transparência. Após foi passado os balanços a análise do Conselho Fiscal, os quais aprovaram os mesmos. Em seguida foi apresentado parecer pela Aprovação a Assembleia de Prefeitos, e assim após manifestações e discussões, foi aprovado por unanimidade o Balanço de 2014 sem qualquer ressalva. Em pauta a eleição da nova diretoria da AMURC. Prefeito Dudão disse que se apresenta como candidato a Presidente, posto o rodízio entre os prefeitos, e disse que deseja ter o apoio e auxílio de todos para em conjunto com os demais valorizar o papel também do Conselho Fiscal. Prefeito Osni Alberton foi indicado como vice, e aceitou por um ano a missão em conjunto com os demais ser vice Presidente da AMURC. Assim se apresentou uma única chapa tendo como Presidente o Prefeito de Curitiba José Antonio Guidi, como vice Presidente o prefeito de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton e no conselho fiscal a Prefeita de São Cristóvão do Sul Sisi Blind, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno e o Prefeito de Santa Cecília Domingos Scariot Junior. Em seguida se abriu a votação ficando eleita a chapa apresentada tendo José Antonio Guidi como Presidente e Osni Batista Alberton Vice Presidente. Rui agradeceu a Prefeita Sisi pela confiança junto a equipe, permitindo um bom trabalho de todos, e disse ao novo Presidente Dudão que todos os colaboradores estão com o cargo a disposição, cientes de que faz parte do processo democrático e associativo. Dudão enalteceu o belo trabalho de manter a casa em dia, e de forma especial o representativo feito pela Presidente Sisi, dizendo que desde já deseja contar com sua experiência junto aos outros órgãos, expressando a alegria de ter Sisi como Vice Presidente da FECAM e que ela possa ainda inclusive chegar a Presidência no ano que vem da Federação. Sisi disse que foi gratificante poder trabalhar ao longo desses dois anos junto a AMURC, agradeceu a confiança dos demais Prefeitos, dos funcionários e colaboradores, e que sem dúvida a AMURC está no lugar onde merece estar, entre as principais Associações do Estado. Ato continuo se passou a análise do Planejamento Anual que foi lido, detalhado e explanado. Prefeito Dudão disse que é importante planejar, e que deseja o envolvimento de todos nas causas municipalistas, mas todavia entende que não se deve aprovar nessa assembleia o planejamento anual de forma finalizada, sugerindo a retirada de Pauta para que na próxima assembleia, com todos cientes, possam ate mesmo apresentar sugestões, ao que foi aprovado por todos a medida proposta ficando para aprovação posterior. Em pauta o trabalho da elaboração do Código Tributário dos Municípios da AMURC, que após o trabalho desenvolvido em 2014 e nesse inicio de 2015 está pronto para cada Município encaminhar para o respectivo Poder Legislativo, sendo que nessa fase a Assessoria contratada estará presente em reuniões onde for necessário junto aos edis. Ainda a Assembleia ratificou a autorização para o ano de 2015 do pagamento integral do trabalho de assessoria realizado, esclarecendo que no ano passado

houve deliberação para pagamento total, mas como houve readequação da agenda e nova data da entrega, fica autorizado para este ano o pagamento pelo trabalho realizado nos valores já aprovados, ou seja de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) sendo pagos em parcelas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) de cada Município. No tocante a área tributária, Dudão destacou que devemos sim ter coragem de fazermos o trabalho necessário e legal, pois nesta área cada município deve aplicar a justiça tributária, e que com isso certamente teremos um aumento de arrecadação própria, pois onde todos pagam o que é devido e legal o Município é que ganha. Sisi citou que a fiscalização deve ser constante, inclusive nas empresas do Simples, pois sem isso não conseguimos descobrir os problemas da tributação, que deve ter sempre os olhos para o interesse público. Nos assuntos diversos Sisi lembrou que no dia de amanhã haverá a inauguração da nova subestação da CELESC, que deverá melhorar a qualidade de energia para a região. Ainda se aprovou a entrega de moção a Presidência da Celesc sobre a necessidade de uma maior atenção a limpeza das áreas próximas as linhas de transmissão, evitando constantes quedas de energia que vem acontecendo em diversos municípios da região. Ainda se deliberou sobre montagem de agendas de programação para viagens a Brasília e Florianópolis em conjunto para o ano. Dando continuidade a Assembleia, foi instalada a Assembleia Extraordinária da FECAM, na forma de Pré Assembleia Regional das Associações de Municípios, conforme prevê o Estatuto da entidade e convocação específica realizada de forma itinerante. Fez uso da palavra o Presidente da FECAM José Claudio Caramori, que saudou a todos os prefeitos, e de forma especial a Sisi que é Vice Presidente da FECAM, e que espera com seu apoio no próximo ano seja ela Presidente da Federação. Após enalteceu que o associativismo é o caminho, citando o exemplo da Marcha dos Prefeitos a Brasília, do Congresso Catarinense e outros que demonstram resultado por meio da união de esforços. Disse ainda sobre a importância do trabalho da equipe técnica nos Municípios e das Associações, pois todo o político precisa de uma boa assessoria em todos os aspectos, para se poder otimizar o tempo suficiente para as decisões qualificadas em prol do interesse Público. Disse ainda Caramori que é preciso aproximar sempre mais a FECAM dos Municípios, pois somente com um trabalho voltado ao associativismo, seja nas Associações seja na Federação, possam utilizar ao máximo a estrutura que está a serviço de todos e do interesse público. É preciso valorizar esse trabalho para poder ver que as contribuições não são custos, mas sim um investimento necessário para uma melhoria do serviço Público. Em seguida passou ao Diretor de Articulação Institucional Celso Vedana que fez uma apresentação técnica saudando aos prefeitos presentes, reforçou as palavras de Caramori sobre o associativismo, dizendo que o municipalismo catarinense é modelo no Brasil, citando dificuldades na união em demais Estados da Federação. Destacou a estrutura da FECAM de quinze anos atrás, e a atual sobre a evolução em todas as áreas, assumindo o comando do municipalismo no Estado, fazendo com que haja um efetivo retorno de trabalho pela contribuição que é repassada. Realizou apresentação onde destacou os braços operacionais da FECAM, como a EGEM, CIGA e demais estrutura que está sempre a disposição dos Municípios. Na apresentação disse dos custos sobre a necessidade que se tem para compra de uma nova sede. Prefeito Dudão indagou sobre a mobilidade no prédio que está em negociação, diante do modelo de rampas. Celso esclareceu que o prédio era da RBS e inicialmente para um shopping. Após Caramori disse que do jeito que tá não pode ficar, e o ideal seria uma nova construção, mas que dentre as opções que se tem, aquele é o que mais se aproxima do ideal, pois o prédio teria toda estrutura da FECAM no local e a disposição dos Municípios. Rui colocou que reconhece os serviços da FECAM, e com relação a estrutura é pacífico que o local atual não atende mais a demanda, mas que se deve pensar em todas as opções antes de onerar os municípios, mas também de aprimorar e avançar em outras áreas do municipalismo. Conforme tabela anexo a esta Ata, foi apresentado o aumento das contribuições, ficando destacado que o valor específico de aporte de

capital será para a compra da nova sede, seja o prédio em negociação ou outro que atenda a demanda. Em discussão foi aprovado pelos Municípios da AMURC a proposta ad referendum apresentada pela FECAM às pré-assembleias regionais, com os valores ali propostos que fica em anexo a presente ata tabela geral e de cada município membro. Após Caramori agradeceu aos prefeitos pela acolhida e reforçou o convite para o Congresso Estadual dos Municípios que será em março em Florianópolis, sendo indispensável a presença de todos. Em seguida foi passada a palavra ao Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de Curitiba Sr. Roque Stanguerlin, que no uso da palavra destacou da importância das parcerias e que hoje se finaliza uma etapa que é a entrega dos Planos Municipais de Gestão Integrado dos Resíduos Sólidos. Roque ainda falou do bom trabalho realizado e convidou a todos para amanhã inauguração da subestação da CELESC. O representante da empresa se colocou a disposição dos Municípios e deu ênfase a todo o trabalho realizado e a agradeceu a todos. Prefeito Dudão agradeceu ao Governo do Estado na pessoa do Secretário Roque e disse que muitas outras parcerias serão sempre bem vindas para a região. Dudão e Sisi agradeceram a presença de todos os prefeitos dos municípios associados e todos em especial nesse dia em que Dudão foi conduzido como Presidente para o ano de 2015 e também a presença de José Claudio Caramori Presidente da Fecam e sua equipe nessa Assembleia. Sem Nada mais havendo a tratar a Presidenta declarou encerrada a Assembleia e foi lavrada a presente ata, e eu Rui Carlos Braun, Secretário Executivo da AMURC, lavrei a presente ata, que será lida e após sua aprovação assinada por todos.

Curitiba, 23 de fevereiro de 2015.

José Antônio Guidi	Osni Batista Alberton
Presidente	Vice Presidente
CPF – 352.219.259-15	CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior	Silvio Granemann Calomeno
Conselho Fiscal	Conselho Fiscal
CPF - 522.097.689-34	CPF –304.320.149-34

Sisi Blind	Rui Braun
Conselho Fiscal	Secretário Executivo
CPF - 538.607.219-68	CPF 621.152.199-53

## **ATA 002/2015 - ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA AMURC**

ATA N.002/15 – ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às 10h30min, na sede da AMURC, situada a Rua Barão do Rio Branco, nº 359, em Curitiba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária da AMURC os prefeitos municipais de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno, a prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. Sisi Blind, o Prefeito de Santa Cecília, Sr. Domingos Scariot Junior e o Prefeito de Curitiba e Presidente da Amurc, Sr. Jose Antonio Guidi, bem como os demais colaboradores da associação, conforme consta em lista de presença (anexo 1). Composta a Mesa dos Trabalhos, havendo quórum estatutário para a deliberação, o Presidente da AMURC saudou a todos e deu por aberto os trabalhos da Assembleia, conforme edital de convocação previamente publicado (anexo 2). Procedeu-se a apresentação da ata da Assembleia anterior, já aprovada à época em razão de seu conteúdo eletivo. O presidente Guidi informou à Assembleia sobre a situação financeira da Amurc, informando da regularidade de pagamentos e entrada de receitas. Informou, que conforme o orçamento, a gestão está providenciando fundo de reserva financeira. Ato contínuo, o presidente solicitou a apresentação de relatório de atividades da Secretaria Executiva, sendo apresentado pelo Sr. Rui Braun, o

relatório de atividades do período, conforme consta no anexo 3, contendo detalhamento de reuniões, atividades, treinamentos e agendas previstas. Destacou-se a demanda vindoura acerca da realização de diversas conferências regionais para a área da soberania alimentar, direitos da criança e adolescente, direito das pessoas idosas, mulheres, juventude e pessoas portadoras de deficiência. Estas ações serão realizadas nos próximos meses, assegurando a regularidade dos municípios da região sob a condição de que somente serão realizadas quando o evento suprimir a demanda municipal, razão de economia de recursos e energias. A seguir, o presidente explanou sobre a posição de acompanhamento da implantação do Curso de Medicina da UFSC em Curitiba, informando que a Amurc aguarda a apresentação de relatório diagnóstico realizado por equipe de trabalho da UFSC no que tange à infraestrutura de serviços de saúde e as demandas da região para assegurar a implementação do curso. O Secretário executivo da Amurc relatou sobre as atividades desenvolvidas no CODETER - Conselho de Desenvolvimento Territorial que integra a Amurc e a Amplasc, explanando sobre o desafio das entidades e organizações em produzirem propostas de desenvolvimento rural para a região. Destacou em especial que na próxima fase, em aliança entre o Colegiado de educação, CODETER e entidades acontecerá um processo de treinamento e planejamento do sistema de organização das licitações que tangem a merenda escolar e o envolvimento dos nutricionistas na organização de cardápios que integrem produtos da agricultura familiar produzida na região. O treinamento deverá acontecer entre agosto e setembro. A seguir, a Prefeita Sisi Blind relatou sobre a implantação da ala de segurança máxima junto a Penitenciária Regional de Curitiba. Demonstrou preocupação com os impactos da ampliação da unidade prisional em plano regional. Anotou-se grande preocupação com a precariedade dos serviços de segurança, a incapacidade financeira dos municípios em assumirem novas obrigações derivadas em especial na área da saúde e a inexistência de um planejamento de impactos para tal obra. Por unanimidade, a Assembleia posicionou-se em apoio ao município de São Cristóvão do Sul. Firmou-se que a Amurc participará de evento regional de entidades e lideranças que debaterá o tema e a Secretaria Executiva ficou encarregada de preparar documento de posicionamento e reivindicações da região sobre o tema. Ato contínuo, a secretaria executiva informou sobre as atividades dos colegiados da Amurc e expressou preocupação com o direcionamento das atividades estratégicas da Amurc, no sentido de assegurar a ênfase em projetos definidos como prioritários. Conforme o Secretário Rui, a questão merece ser avaliada e tratada no planejamento das atividades do próximo ano. Em conexão com as atividades dos colegiados, informou-se sobre ações realizadas pelos Secretários de Saúde em diálogo com a direção do Hospital Hélio Anjos Ortiz tangente dificuldades na qualidade e eficiência do atendimento realizado por algumas áreas médicas e de serviços. Na mesma linha informou-se que o Colegiado de Saúde está analisando proposta de adesão ao Consórcio CIMCatarina, visando a redução de despesas com aquisição de medicamentos. No momento seguinte, o Setor de Movimento Econômico da Amurc (MOVEC) apresentou relatórios e estatísticas sobre a evolução dos trabalhos e sobre a posição de evolução das receitas dos municípios no período, conforme anexo 4. No passo seguinte, o Secretário Executivo informou sobre o andamento dos trabalhos de finalização dos Códigos Tributários dos Municípios da Amurc. Sobre o tema, destacou que conforme a Assembleia de Prefeitos de Dezembro de 2014, a estruturação dos Códigos foi homologada pelos prefeitos, sendo então determinado um período de 60 (sessenta) dias para a realização de ajustes específicos, anotação de peculiaridades, taxas e demais especificidades de cada município. Informou-se que esta tarefa está atrasada por parte dos municípios. Reunião de rearticulação está sendo chamada para acelerar o processo. Anotou-se a preocupação com o prazo de apresentação da matéria à apreciação legislativa que ainda deve ser antecedida por checagem de fórmulas e testagem real de impactos e custos. Esta tarefa só pode ser realizada após a definitiva conclusão do trabalho dos municípios.



Neste sentido solicitou-se apoio dos prefeitos à aceleração do trabalho de conclusão dos anteprojetos dos Códigos Tributários, uma vez que se trata de tema estratégico para as atividades da gestão tributária regional. No plano seguinte, a Assembleia foi informada sobre o desenvolvimento do Projeto de Gestão Tributária da Amurc que está sendo desenvolvido com assessoria técnica da Federação Catarinense dos Municípios e Egem. Durante os últimos meses, a Amurc tem reunido agentes tributários, assegurado orientação técnica e prática, promovido cursos de capacitação e investido no suporte necessário à qualificação dos trabalhos deste setor estratégico. O projeto de atividades em gestão tributária consta em anexo, conforme anexo 5. Na mesma linha de trabalho, o Secretário de Administração de Curitiba, Sr. Amaury Silva explanou sobre a reunião e atividades periódicas do CONFAZ-M – Colegiado de órgãos fazendários de Santa Catarina, no qual representa a Amurc, ambiente no qual se tratam de temas de interesse da região, tais como regras tributárias, defesa de estratégias conjuntas na área, MOVEC, ITR e busca de gestão integrada estadual de defesa dos interesses tributários dos municípios. Na mesma linha, Amaury lembrou sobre a realização, em Lages, no dia 23 de junho, de treinamento técnico do Programa Saúde Fiscal para como qual todos os municípios da Amurc tem compromisso de enviar agentes. Em plano similar comentou sobre o programa COM NOTA FISCAL VAI LEGAL e a necessidade de retomar as atividades de fiscalização. Neste sentido, o Presidente da Amurc informou que logrou-se êxito no recebimento, em doação, de veículo da Receita Federal do Brasil (Delegacia de Lages), fator que quando consecutado, permitirá condições efetivas de fiscalização volante na região. No segundo de 2015, deverão acontecer instruções práticas de fiscalização e orientação. Finalmente, para acelerar as atividades de gestão tributária, o Presidente Guidi propôs a integralização do tempo de serviço da servidora Franciele Wollinger que até agora prestava serviços de 20 (vinte) horas semanais. Com a proposta aprovada, a funcionária atuará na Amurc, em tempo integral, tendo sua remuneração ajustada. No plano das atividades, informou-se ainda que a Secretaria Executiva da Amurc coordenará as atividades de preparação das provas unificadas de pré-qualificação dos candidatos a conselheiro tutelar dos municípios. As provas são derivadas de revisão das leis municipais e serão organizadas, sem custo, por equipe de trabalho a ser nomeada pela Presidência da Amurc. A Prefeita Sisi Blind efetuou relatório sobre as atividades do GPT 116 – Grupo de Trabalho Paritário da BR 116, destacando que nos próximos dias será apresentado aos prefeitos e sociedade o projeto de investimentos e duplicação da rodovia. A Assembleia tratou ainda sobre a necessidade de debates estaduais sobre o tema da desoneração da folha de pagamento, política coletiva que tanja a questão das readaptações e diálogo unificado sobre estes temas em plano de FECAM e poder judiciário. Há necessidade de enfrentar temas como regência, readaptação, horas extras, ajuste pontual de regras de avaliação, licenças e atestados. O tema precisa ser enfrentado em plano coletivo. Finalizando a reunião, o Prefeito José Antonio Guidi registrou ainda sobre a parceria e o trabalho da Prefeita Sisi Blind junto a federação Catarinense dos Municípios, onde esta atua na condição de representante da Amurc e tem assento como integrante da Diretoria estadual da FECAM. O Prefeito assinalou que esta função é importante na representação da região e destacou ainda que no ano de 2016, possivelmente, a Prefeita Sisi assumirá a presidência da entidade, merecendo o apoio incondicional dos prefeitos e da Amurc. Sisi discorreu sobre as atividades desenvolvidas na FECAM. Nada mais havendo, o Prefeito José Antonio Guido agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. Eu Rui Braun, Secretário Executivo da Amurc, lavei a presente que passa assinada pelos presentes. Curitiba, 18 de Junho de 2015.

José Antônio Guidi  
Presidente  
CPF – 352.219.259-15

Osni Batista Alberton  
Vice Presidente  
CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior  
Conselho Fiscal  
CPF - 522.097.689-34

Silvio Granemann Calomeno  
Conselho Fiscal  
CPF –304.320.149-34

Sisi Blind  
Conselho Fiscal  
CPF - 538.607.219-68

Rui Braun  
Secretário Executivo  
CPF 621.152.199-53

## ATA 003/2015 ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DA AMURC - SETEMBRO

ATA N.003/15 – ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO CONTESTADO – AMURC

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na sede da AMURC, situada a Rua Barão do Rio Branco, nº 359, em Curitiba, Estado de Santa Catarina, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária da AMURC os prefeitos municipais de Frei Rogério Sr. Osni Batista Alberton, de Ponte Alta do Norte Sr. Silvio Granemann Calomeno, a prefeita de São Cristóvão do Sul Sra. Sisi Blind, o Prefeito de Santa Cecília Domingos Scariot Junior e o Prefeito de Curitiba José Antonio Guidi, bem como os demais colaboradores da associação. Destacou-se ainda a presença do Diretor de Relações Institucionais da Fecam, Celso Vedana que, em conjunto com a 3º vice presidente da Fecam (Sisi Blind) em ato contínuo da Assembléia da Amurc coordenarão os trabalhos da Assembléia Regional de Prefeitos da Amurc. Composta a mesa dos trabalhos, havendo quórum estatutário para a deliberação, o Presidente saudou a todos e deu por aberto os trabalhos da Assembleia, conforme fixa o edital de convocação (ANEXO I) da presente ata. Ato contínuo passou a palavra a Rui Braun, Secretário Executivo da Amurc, para a apresentação do relatório de trabalho do período que o fez por intermédio da apresentação de um relatório detalhado de atividades do período de julho a setembro, conforme demonstra o ANEXO II da presente ata. O relatório aborda atividades relacionadas ao curso de medicina, treinamento de servidores, capacitação sobre a Lei 13019, demandas técnicas, realização de conferências e demais atividades da Amurc. Foram repassadas informações sobre as diversas conferências regionais organizadas pela Amurc em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), dentre elas, Conferência da Segurança Alimentar; Conferência do Idoso; Conferência para Pessoas Deficientes; Conferência da Criança e Adolescente e Conferência Regional de Políticas para Mulheres. Sobre esta a Prefeita Sisi Blind relatou que o município de São Cristóvão do Sul está organizando o evento e contará com a palestra principal por parte da Secretaria de Estado da Assistência Social, Angela Albino, no dia 18 de Setembro. No momento seguinte, abriu-se espaço para tratativas sobre o Programa de Combate à Pirataria mediante a entrega, pela FECAM, de Cartilhas de Orientação sobre a regulamentação das feiras itinerantes no âmbito municipal. Na mesma linha, a presidência da FECAM também registrou a intenção de realizar eventos regionais para debates de atividades específicas sobre a Jornada da Simplificação do Programa Santa Catarina Bem Mais Simples; Combate à pirataria; Segurança Alimentar; entre outros assuntos. No momento seguinte, a Secretaria Executiva da Amurc informou que se alcançou acordo com CIGA (Consórcio de Informática na Gestão Pública) para assegurar a implantação do programa de nota eletrônica no Município de São Cristóvão do Sul. O Presidente da Amurc reforçou sobre os custos altos com softwares e a insatisfação com os serviços prestados pelas empresas de cessão de softwares públicos e a importância do apoio da FECAM/CIGA no desenvolvimento de softwares de baixo custo para a administração pública. O Secretário Executivo comentou e recomendou ainda a análise e possibilidade de uso do sistema do CIGA para gestão da área de projetos de engenharia já em utilização pelo Município de Ponte Alta do Norte e apresentação técnica realizada na Amurc nas últimas semanas. No momento seguinte informou-se sobre a

obrigatoriedade do E-Social no ano de 2017 e restou a proposta de se discutir, em plano regional, a unificação de pagamentos e procedimentos para os municípios da AMURC. A Secretaria Executiva reforçou ainda a importância da participação de técnicos dos municípios na capacitação em Recursos Humanos sobre Temas polêmicos e a modernização estatutária que acontecerá no dia 15 de setembro em Curitiba com inscrições subsidiadas pela Amurc. O Presidente da Amurc informou que a Amurc, por solicitação de Assembléia anterior preparou moção e documentos que reivindicam a pavimentação da Estrada Velha Curitiba ao São Cristóvão do Sul (via UFSC) e a Estrada da Liberata, sentido Frei Rogério a Fraiburgo, ambas de interesse estratégico da Região da Amurc e que merecerão acompanhamento continuado nos próximos meses. O Secretário da Amurc informou ainda que no dia 04 de Outubro acontecerá a eleição dos Conselheiros Tutelares em todos os municípios e que a Amurc está coordenando o processo de qualificação dos candidatos mediante aplicação de provas, conforme prevê a legislação. A atividade está sendo realizada sem custo para os municípios. A seguir, os prefeitos trataram sobre as polêmicas na mídia nacional sobre as greves e problemas com a infraestrutura da UFSC. Apesar das significativas obras no campus da UFSC prevalecem notícias negativas e que questionam a implantação do Curso de Medicina. Não obstante é necessário que a Amurc continue acompanhando e defendendo com determinação a implantação do Curso de Medicina bem como a garantia da continuidade da melhoria da infraestrutura em geral. Apesar dos desafios, não se pode recuar na defesa desta importante causa regional. Neste sentido, o Presidente da Amurc fixa uma importante tarefa da Associação para a próxima fase: fixar regras e procedimentos para que os futuros estudantes de medicina possam atuar nos municípios da Amurc, bem como, assegurar o ingresso de alunos da mesorregião em condições diferenciadas pelo desenvolvimento econômico e histórico. Este tema deve pautar a estratégia central em 2016. A seguir, o Presidente da Amurc informou que uma parceria com a Receita Federal do Brasil e a Amurc resultou na doação de um veículo em favor da Amurc. Explicou que o bem será repassado por intermédio do Município de Curitiba que o transferirá através de lei autorizativa à Amurc. O processo garantirá melhorias na implantação do programa de saúde fiscal e fiscalização e decorre das atividades de conscientização e atuação destacada da Amurc no plano da gestão tributária. Conexo à este tema, tratou-se do Imposto Territorial Rural (ITR), plano onde a Amurc efetuou destacado trabalho de regionalização da fixação de regras e valores, em pleno atendimento às determinações da Receita Federal. O tema contém potencial capacidade de arrecadação e interessa à composição da receita tributária dos municípios. Nesta ligação, registrou-se que a Amurc cogita realizar evento regional de contadores e setores interessados, com participação do Ministério Público, para tratar de regras e procedimentos de arrecadação que tangem os impostos e obrigações. Nesta esteira, a presidência assinalou sobre a importância de finalizar uniformemente os textos da proposta dos Códigos Tributários da região. O trabalho foi realizado com recursos dos municípios e Amurc, decorre do Diagnóstico Tributário financiado pela Amurc no ano de 2014 e agora precisa ser finalizado pelos municípios mediante detalhamento de taxas e aspectos peculiares de cada municipalidade. Concluiu-se para que os municípios finalizemos códigos e, se necessário, requeiram auxílio da Amurc para tanto. Na linha da gestão tributária apontou-se ainda para o andamento dos cursos dos fiscais, consultoria tributária. A Amurc, durante todo o ano disponibilizou recursos e cursos para qualificar a atuação dos técnicos em gestão tributária. Neste ambiente destaca-se a necessidade de aprofundar a atuação na área do Simples Nacional onde se registra grande sonegação fiscal e renúncia de receita e pouca atuação sistêmica dos municípios. A Presidência da Amurc comentou sobre a necessidade de acompanhar continuamente a regularidade das empresas no Simples Nacional. Anotou que os recursos do CIGA permitem esta atividade e que é necessário melhorar o controle da dívida ativa e da regularidade contributiva dos contribuintes. Nesta perspectiva, o

Secretário executivo da Amurc retomou sobre a importância de todos os fiscais dos municípios terem o e-CPF para fiscalizar o simples nacional, como ferramenta indispensável para acessar os dados da Receita Federal e compor o trabalho de verificação, acompanhamento e auditoria de dados, combinando as ferramentas do CIGA e da RFB. A seguir a servidora Franciele Wolinger Rocha, analista tributária da Amurc distribuiu relatórios de acompanhamento da receita dos municípios com destaque para ICMS, FPM, ITR, ITBI dentre outros, conforme o ANEXO III. Informou-se mais uma vez aos prefeitos que o trabalho de auditoria e acompanhamento de receitas da Amurc está a disposição dos municípios e que os secretários e técnicos podem recorrer continuamente a esta assessoria que atua com qualidade e já começa a apresentar resultados financeiros mensuráveis em plano de arrecadação, conforme sinalizam os relatórios. Finalizando as abordagens de ordem tributária, o Rui Braun informou que a Amurc tem participado das discussões do CONFAZ-M, Colegiado de órgãos Fazendários de Santa Catarina através da presença de Rui Braun e Amaury Silva, Secretário de Administração de Curitiba. Os indicativos destes representantes demonstram a necessidade de aprofundar os debates sobre temas da arrecadação e acompanhamento de receita e inclusive, a melhoria das ações integradas deste órgão e da Fecam em benefício dos interesses dos municípios. A seguir, o Prefeito Osny Batista Alberton levantou a discussão acerca de medidas para diminuir custos e gastos da prefeitura, dentre eles, a hipótese da diminuição da jornada de trabalho e racionalização de despesas. Como encaminhamento, fixou-se a imediata realização de uma reunião técnica para a troca de experiências, análises e produção de medidas, a título de recomendação que deverá ser socializada pela Secretaria executiva. No momento seguinte, a Prefeita Sisi Blind relatou sobre viagem a Brasília referente a articulações da BR 116 junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A atual posição é de intensas negociações entre Amurc, Amures e Ampla-norte, com participação da concessionária visando organizar obras de infraestrutura e duplicação da rodovia que dependem de autorização da ANTT e imputam custos adicionais ao pedágio. Informou que no dia 21 de Setembro haverá reunião com a ANTT e a Banca Catarinense de Deputados para definição de prioridades, que no caso da AMURC definiu como sendo aquelas obras de investimento nos perímetros urbanos da rodovia. No momento seguinte, o Sr. Adir Faccio, Diretor Executivo da Aris - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, órgão que atua na regularização e fiscalização do saneamento básico e faz também atualização dos planos de saneamento, convidou os municípios da Amurc para se filiarem à agência. O Município de São Cristóvão do Sul comunicou imediata adesão à ARIS. Sem haver mais assuntos relacionados a Amurc, o Presidente José Antonio Guidi encerrou as atividades da Assembléia da Amurc e repassou o processo à Presidência da Fecam. Os atos da Assembléia Regional da Fecam estão registrados em documento próprio conforme ANEXO IV. A vice presidente da Fecam, Sisi Blind, representando o presidente José Claudio Caramori, comentou sobre as novas visitas às associações de municípios e sobre os desafios de integração e orientação técnica em áreas específicas dos municípios. Informou-se sobre modificações no estatuto, que foram aprovadas pelos presentes. Tratou-se de mobilização sobre o Fundo de Participação dos Municípios, FPM e o diálogo municipalista sobre a unificação da alíquota do ICMS que acontecerá em Florianópolis. A Fecam apresentou aos municípios a prestação de contas da aquisição da nova sede em Florianópolis e tratou sobre a contribuição extra dos municípios à FECAM. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada às 12h00' e eu Franciele Wolinger Rocha, ad hoc, lavrei a presente Curitiba, 10 de Setembro de 2015.

José Antônio Guidi  
Presidente  
CPF – 352.219.259-15

Osni Batista Alberton  
Vice Presidente  
CPF – 569.572.629-87

Domingos Scariot Junior  
Conselho Fiscal  
CPF - 522.097.689-34

Silvio Granemann Calomeno  
Conselho Fiscal  
CPF - 304.320.149-34

Sisi Blind  
Conselho Fiscal  
CPF - 538.607.219-68

Rui Braun  
Secretário Executivo  
CPF 621.152.199-53

## **DIVULGA O PLANEJAMENTO ANUAL 2016 DA AMURC**

Planejamento Amurc 2016

Plano de ação com ênfase em demandas técnicas e políticas, focando projetos prioritários da linha de trabalho da Amurc em 2016.

<p>Eixo prioritário I ENCERRAMENTO DE MANDATO, NOVA GESTÃO TREINAMENTOS E CAPACITAÇÕES</p> <p>São ações prioritárias, de nível técnico, relacionadas ao treinamento e qualificação das áreas e ações de interesse estratégico dos prefeitos, delineadas pela Assembleia e conexas com o planejamento dos colegiados.</p>	
TREINAMENTO CONSELHEIROS TUTELARES	Oferecer treinamento regional para os Conselheiros Tutelares eleitos, visando fortalecer a qualificação jurídico-pedagógica dos mesmos. (fevereiro a junho)
ANO ELEITORAL E CONTROLE DA GESTÃO	Promover seminário de capacitação de servidores para as demandas do encerramento de mandato e período eleitoral. (Março e abril)
GRUPO DE MONITORAMENTO	Organizar grupo de trabalho de técnicos e agentes dos municípios visando a troca de informações e monitoramento de demandas e obrigações do período eleitoral e encerramento de mandatos.
LDO E ORÇAMENTO 2017	Realizar seminário de orientações sobre Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento 2017 com ênfase na qualificação do orçamento, projetos/atividade, IN20, etc.
NOVOS DESAFIOS DO TCE RELATÓRIOS DE ATIVIDADE E IN 20	Organizar mecanismos de construção e qualificação de relatórios atividade em conformidade com a IN do TCE
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	Proporcionar treinamento aos agentes tributários e setor jurídico sobre as inovações do Código de Processo Civil na área da gestão tributária.
TREINAMENTO CONTADORES E CONTROLADORES	Organizar eventos de treinamento de contadores e controladores, com ênfase na área contábil, patrimonial e encerramento de mandatos.
CAPACITAÇÃO EM COMUNICAÇÃO	Seminário de orientação e qualificação na área da comunicação.
GESTÃO TRIBUTÁRIA	Manter os eventos permanentes de apoio, orientação e qualificação das atividades da gestão tributária, conforme programa específico do setor.
SAÚDE	Organizar capacitação para a gestão do Programa e-SUS
LEI 13.019 – PARCERIAS PÚBLICAS COM A SOCIEDADE CIVIL	Oferecer mecanismos de implantação das normas e rotinas decorrentes da Lei 13.019 quanto as parcerias públicas com a sociedade civil. IN 20 DO TCE/SC (Vigência das normas 2017)

AMURC E A TÉCNICA ADMINISTRATIVA

Promover ações de apoio a técnica de administração, mediante organização de manuais, rotinas e treinamentos.

Eixo prioritário II

GESTÃO TRIBUTÁRIA E RECEITA PRÓPRIA

São ações prioritárias, de nível técnico-tributário, tangentes à administração e incremento da receita tributária, gestão de tributos, dívida ativa, campanhas de conscientização e fiscalização de impostos, treinamento de agentes tributários, programa "Saúde Fiscal" e Com Nota Fiscal Vai Legal (ver detalhamento em anexo)

GESTÃO DE TRIBUTOS E AUMENTO DA RECEITA PRÓPRIA	Investir no apoio das atividades dos departamentos de tributos e ação rotineira dos agentes tributários para a qualificação de ações rotineiras de gestão tributária nos municípios, visando incremento de receita (acompanhar e aprofundar as ações cotidianas da gestão tributária).
METODOLOGIA E PROCESSOS	Criar metodologia permanente de gestão de receitas mediante acompanhamento de rotinas, manuais de procedimento, check list de tarefas, mecanismos de gestão da nota de produtor rural, controle de prazos e obrigações e apoio à atividade dos agentes tributários.
CAMPANHA DE EDUCAÇÃO FISCAL	Manter e aprofundar as campanhas de conscientização relativas a área de educação fiscal, em especial, nota de produtor rural, ITR, Simples Nacional e educação nas redes de ensino. Manter a parceria com a Receita Federal no que tange ao Programa de Educação Fiscal. Atuar em parceria como MPSC.
POTENCIALIZAÇÃO DO USO DE FERRAMENTAS DE GESTÃO TRIBUTÁRIA -	Assegurar a maximização de uso das ferramentas do CIGA (Consórcio de Informática na Gestão Pública) como ferramentas de gestão, controle e auditoria permanente das tarefas tributárias, especialmente do Simples Nacional.
PROGRAMA "COM NOTA FISCAL VAI LEGAL"	Efetivar as operações de conscientização e orientação de campo do Programa "Com Nota Fiscal Vai Legal".
MOVEC/ICMS – MOVIMENTO ECONÔMICO	Manter as atividades de acompanhamento ao MOVEC mediante representação junto a Fazenda Estadual por intermédio de ações de auditoria e monitoramento de empresas junto ao SAT, defesa dos interesses dos municípios da região e auditoria fiscal.
IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	Manter as atividades de monitoramento e controle do ITR, fixar valores referenciais de preços praticados na região e iniciar o processo de auditoria e acompanhamento da arrecadação.
METAS ISS E SIMPLES NACIONAL PROGRAMA DE AUMENTO DE RECEITA	Preparar programa de metas e índices regionais de arrecadação para a gestão 2017/2010
CONVENIO SAÚDE FISCAL	Monitorar as obrigações do convênio e implementar a fase de treinamento proposto pelo COT/MPSC



COT/MP (ORIENTAÇÕES)	Organizar eventos de orientação e esclarecimento com contadores e interessados na área fiscal.
CODIGO TRIBUTÁRIO	Monitorar a fase de implantação da nova legislação dos Códigos Tributários da região.

## Eixo prioritário III

## AÇÕES POLÍTICAS E DEFESA DOS TEMAS REGIONAIS

São ações de ordem política e defesa dos interesses da região que exigem organização regional com relação a temas da infraestrutura, desenvolvimento regional, parcerias e atividades relacionadas com a sociedade civil e outros entes federativos.

MEDICINA : CONSOLIDAÇÃO, ACESSO ESPECIAL DA MESOREGIAO AO CURSODE MEDICINA	A Amurc deve liderar localmente a organização da proposta de inclusão de alunos da macrorregião no curso de medicina mediante mecanismos de ingresso diferenciados.
RODOVIAS: ESTRADA DA LIBERATA E ESTRADA VELHA	Promover as negociações políticas (projeto e recursos) para a viabilização das duas vias de interesse estratégico da região da AMURC.
ARTICULAÇÕES EM BRASILIA E FLORIANOPOLIS	Manter a estratégia de viagens de articulação.
AMURC E A SOCIEDADE CIVIL	Participar das iniciativas regionais de interesse comum: FIESC, segurança pública, UFSC, ADRs
FERROVIA DA INTEGRAÇÃO	Liderar o processo de acompanhamento aos estudos do traçado e organizar as audiências regionais em defesa do traçado pelo planalto
BR 116 - BR 470	Acompanhar e finalizar o processos de reivindicação da duplicação da BR 116 e construir iniciativas sobre a BR 470 - reformas e duplicação.
TERRITORIO DE CIDADANIA - CODETER	Construir propostas concretas para o território mediante levantamento de potenciais produtivos regionais com participação da UFSC.
AMURC E O PLANALTO	Continuar participando dos processos regionais: BRs, economia e unificação da defesa dos temas comuns (transporte escolar, etc)
AMURC E OS MUNICÍPIOS	Elaborar textos e artigos contendo causas regionais: regularização, gestão digital, unificação da legislação.
AMURC E A FECAM	Marcar posicionamentos junto a entidade estadual.
PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO	Participar das estratégias para a implementação do Plano de Desenvolvimento.
PROJETO TURISTICO	Rediscutir a tarefa e estratégia visando 2017/2020

## Eixo prioritário IV

## UNIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO - CONEXÕES REGIONAIS

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA - CÓDIGOS	Aprovar a legislação tributária e assegurar sua implementação imediata
PLANOS DE CARREIRA	Estruturar, em plano regional, elementos comuns dos planos de carreira para os municípios da Amurc.(magistério, agentes de saúde regras de licenças médicas, horas extras).
SISTEMAS DE ENSINO	Implantar a legislação educacional produzida pela AMURC nos municípios (legislação já está ok).

PLANOS DE RESIDUOS SÓLIDOS	Assegurar a aprovação legislativa e o registro dos Planos no Ministério das Cidades
CONFERENCIA DAS CIDADES	Realizar a Conferência Regional das Cidades, tema obrigatório para todos os municípios.

## Eixo prioritário V

## QUESTÕES ESTRUTURAIS DA AMURC - ORGANIZAÇÃO

REVISÃO DO ESTATUTO DA AMURC	Revisão do Estatuto da Amurc e adequação a novas obrigações e demandas (transparência, contribuição, conselho de administração, etc)
FORTELECIMENTO DA COMUNICAÇÃO	Qualificar a estrutura de comunicação e capacidade de promover a região por intermédio de notícias, informações e articulação
PORTAL E REDES SOCIAIS	Investir na melhoria do portal e dos sistemas de rede social.
CONCURSO DE FOTOGRAFIAS	Implantar o sistema do concurso de fotografias e mantê-lo como espaço continuado de troca de imagens como forma de valorização da identidade regional.
ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS	A função do Secretário executivo deve ser focada em produção de conteúdos, articulação dos temas, presença nos municípios e FECAM
FORTELECIMENTO DA EQUIPE	Finalizar o organograma de funções e fortalecer a equipe de trabalho da AMURC
QUADRO DE PESSOAL	Elaborar quadro de pessoal, atribuições e remuneração da Amurc.
PROGRAMA DE BOLSISTAS	Criação de programa de manutenção de bolsistas com ênfase em comunicação, controle de tributos e produção de textos.
ROTINAS INTERNAS	Formalização das rotinas, tarefas e prazos da equipe
CONTROLE LEGAL E TRANSPARÊNCIA	Aprofundar o controle legal, medidas de transparência e publicidade de atos.

# Consórcios

## CIGA

### Extrato de Contrato n. 100 - Prefeitura Municipal de Passo de Torres

EXTRATO DE CONTRATO Nº 100/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Passo de Torres

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Passo de Torres

CNPJ: 95.782.793/0001-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 25/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 28 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 101 - Prefeitura Municipal de Apiúna

EXTRATO DE CONTRATO Nº 101/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Apiúna

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Apiúna

CNPJ: 79.373.767/0001-16

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 32/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.260,00 (sete mil e duzentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 12 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### Extrato de Contrato n. 102 - Prefeitura Municipal de Barra Bonita

EXTRATO DE CONTRATO Nº 102/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Barra Bonita

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Barra Bonita

CNPJ: 01.612.527/0001-30

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada

com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.240,00 (nove mil e duzentos e quarenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 15 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 103 - Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta  
CNPJ: 95.990.198/0001-04  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 09/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas

de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 13 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 104 - Prefeitura Municipal de Porto Belo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 104/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Porto Belo  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Porto Belo  
CNPJ: 82.575.812/0001-20  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 105 - Prefeitura Municipal de São João do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São João do Sul  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul  
CNPJ: 82.547.274/0001-60  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 106 - Prefeitura Municipal de Santiago do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santiago do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santiago do Sul

CNPJ: 01.612.781/0001-38

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução

tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 107 - Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

CNPJ: 83.009.910/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 10.140,00 (dez mil e cento e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA



**Extrato de Contrato n. 108 - Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Balneário Barra do Sul

CNPJ: 95.954.509/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 1.860,00 (um mil e oitocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 109 - Prefeitura Municipal de Bombinhas**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 109/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bombinhas

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bombinhas

CNPJ: 95.815.379/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 5.010,00 (cinco mil e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de

2016.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 110 - Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

CNPJ: 01.613.120/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 02/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 5.460,00 (cinco mil e quatrocentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 111 - Câmara Municipal de Irineópolis**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Irineópolis

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Irineópolis

CNPJ: 83.529.958/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas

Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 11 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 112 - Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

CNPJ: 79.373.775/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.020,00 (sete mil e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 113 - Prefeitura Municipal de Erval Velho**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 113/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Erval Velho

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Erval Velho

CNPJ: 82.939.422/0001-91

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 13/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 29 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 114 - Prefeitura Municipal de São José do Cedro**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 114/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São José do Cedro

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José do Cedro

CNPJ: 83.026.781/0001-10

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado



à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 115 - Prefeitura Municipal de Botuverá**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Botuverá  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Botuverá  
CNPJ: 83.102.350/0001-96  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 11/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:  
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados

de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 03 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 116 - Prefeitura Municipal de Tunápolis**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Tunápolis  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Tunápolis  
CNPJ: 78.486.198/0001-52  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 8.160,00 (oito mil e cento e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 117 - Prefeitura Municipal de Treze de Maio**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 117/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treze de Maio

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treze de Maio

CNPJ: 82.928.672/0001-26

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 23/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 3.870,00 (três mil e oitocentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 118 - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 118/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Miguel do Oeste

CNPJ: 82.821.174/0001-80

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a

gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 20.670,00 (vinte mil e seiscentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 06 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 119 - Câmara Municipal de Passos Maia**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Passos Maia

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Passos Maia

CNPJ: 95.993.085/0001-62

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 01 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 120 - Prefeitura Municipal de Ascurra**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ascurra

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ascurra

CNPJ: 83.102.772/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 08/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o Regin, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.770,00 (sete mil e setecentos e setenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 05 de fevereiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 121 - Prefeitura Municipal de Xaxim**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Xaxim

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Xaxim

CNPJ: 82.854.670/0001-30

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do

município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o Regin, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 17.580,00 (dezesete mil e quinhentos e oitenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 122 - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 122/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

**OBJETO:** prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 123 - Prefeitura Municipal de Rio das Antas**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio das Antas

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio das Antas

CNPJ: 83.074.294/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 06/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12



OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

VALOR: R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 124 - Prefeitura Municipal de Rio das Antas**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 124/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio das Antas

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio das Antas

CNPJ: 83.074.294/0001-23

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 07/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 3.840,00 (três mil e oitocentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 125 - Prefeitura Municipal de União do Oeste**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 125/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de União do Oeste

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de União do Oeste

CNPJ: 78.505.591/0001-46

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 21 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 126 - Prefeitura Municipal de Quilombo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 126/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Quilombo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Quilombo

CNPJ: 83.021.865/0001-61

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 5.970,00 (cinco mil e novecentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 127 - Prefeitura Municipal de Arroio Trinta**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 127/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Arroio Trinta

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Arroio Trinta

CNPJ: 82.826.462/0001-27

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 05/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 128 - Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 128/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

CNPJ: 83.102.806/0001-18

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 15/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 22 de janeiro de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

**Extrato de Contrato n. 129 - Prefeitura Municipal de Modelo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 129/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Modelo

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Modelo

CNPJ: 83.021.832/0001-11

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 12/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

VALOR: R\$ 5.760,00 (cinco mil e setecentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 25 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 130 - Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 130/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo  
CNPJ: 01.612.888/0001-86  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação;

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a

serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.990,00 (nove mil e novecentos e noventa reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 131 - Câmara Municipal de Imaruá**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 131/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Imaruá  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Imaruá  
CNPJ: 01.538.680/0001-64  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 01/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 132 - Prefeitura Municipal de Campo Alegre**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 132/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Campo Alegre  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Alegre  
CNPJ: 83.102.749/0001-77  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 8/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços



continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 9.660,00 (nove mil e seiscentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 07 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 133 - Câmara Municipal de São João do Itaperiú**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 133/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de São João do Itaperiú  
CONTRATANTE: Câmara Municipal de São João do Itaperiú  
CNPJ: 95.954.467/0001-87  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 03/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos.

VALOR: R\$ 2.808,00 (dois mil e oitocentos e oito reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 04 de janeiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 134 - Prefeitura Municipal de Imbituba**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 134/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Imbituba  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Imbituba  
CNPJ: 82.909.409/0001-90  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 19/2016  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública

Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 21.450,00 (vinte e um mil e quatrocentos e cinquenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de fevereiro de 2016.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 32 - Prefeitura Municipal de Paulo Lopes**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 32/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Paulo Lopes  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes  
CNPJ: 82.892.365/0001-32  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 32/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços

continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 17 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 548 - Prefeitura Municipal de Treze Tílias**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 548/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treze Tílias  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treze Tílias  
CNPJ: 82.777.251/0001-41  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 88/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 10.860,00 (dez mil e oitocentos e sessenta reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 550 - Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 550/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul  
CNPJ: 80.989.965/0001-98  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 185/2015  
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 7.320,00 (sete mil e trezentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

#### **Extrato de Contrato n. 551 - Prefeitura Municipal de Chapecó**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 551/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Chapecó  
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Chapecó  
CNPJ: 83.021.808/0001-82  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 693/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 70.290,00 (setenta mil e duzentos e noventa reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 16 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 552 - Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 552/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio  
CNPJ: 83.102.434/0001-20

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 74/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados

de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA

### **Extrato de Contrato n. 553 - Prefeitura Municipal de Nova Trento**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 553/2016  
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Nova Trento

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Trento  
CNPJ: 82.925.025/0001-60

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 116/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal  
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil);

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais;

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional;

VALOR: R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais)  
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 18 de dezembro de 2015.  
GILSONI LUNARDI ALBINO  
Diretor Executivo do CIGA



**CIMVI****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 23ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Timbó, 11 de fevereiro de 2016.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, no uso de suas atribuições, CONVOCA os consorciados para a 23ª Assembleia Geral Ordinária a acontecer no dia 18.02.2016 (dezoito de fevereiro - quinta-feira), às 11h00min, tendo por local o Gabinete do Prefeito do Município de Indaial, sito à Avenida Getúlio Vargas, nº 126 - Centro, Município de Indaial-SC.

**ORDEM DO DIA**

1. Contrato de Programa/Convênio
2. Apreciação de Contas – Exercício de 2015
3. Alteração da sede do Consórcio
4. Assuntos Gerais

Hatwig Persuhn  
Presidente

**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 008/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2015 PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

FORNECEDOR: Projesan Saneamento Ambiental Ltda

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para tratamento do líquido percolado gerado no Aterro Sanitário.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 45.427,20 (quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e sete reais e vinte centavos).

VALIDADE DA ATA: até 31 de dezembro de 2015.

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações](http://www.cimvi.sc.gov.br/publicações/licitações)

Timbó, 18 de novembro de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS  
Presidente

**REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 008/2015 - PRORROGAÇÃO VALIDADE DA ATA**

PRIMEIRA ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – LICITAÇÃO Nº 008/2015

Considerando-se o resultado do Processo Licitatório nº 008/2015 – Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços, a sujeição mútua às normas constantes nas Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02, e demais legislações pertinentes, a proposta vencedora e as cláusulas da Ata de Registro de Preços;

Considerando-se a necessidade de manutenção do registro dos preços de produtos químicos para o próximo exercício a fim de viabilizar a perfeita operação da Estação de Tratamento de Efluentes e a previsão de prorrogação da Ata de Registro de Preços, conforme item 2.1 de sua Cláusula Segunda e artigos 15, § 3º, III, e 57, II, da Lei nº 8.666/93 e art. 12, caput, do Decreto Federal nº 7.892/13;

As partes, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Cidade de Timbó - SC, representado por seu Presidente, Sergio Almir dos Santos, Prefeito do Município de Indaial - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, PROJESAN SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 80.696.479/0001-81, com sede à Rua Vidal Flávio Dias, nº 635 – bairro Belchior Baixo, cidade de Gaspar – SC, representada por Carlos Alberto Pereira, portador do CPF sob o nº 309.202.489-34, doravante denominada simplesmente FORNECEDORA, resolvem, de comum acordo, celebrar ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - LICITAÇÃO Nº 008/2015 (registro de preços para aquisição de produtos químicos para tratamento do líquido percolado gerado no Aterro Sanitário do CIMVI), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:**

1.1 - O prazo de validade previsto na Cláusula Segunda da Ata de Registro de Preços da Licitação nº 008/2015, firmada em 18/11/2015, fica prorrogado por este Termo, passando a vigorar até 18 de novembro de 2016.

**CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:**

2.1 - As demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços da Licitação nº 008/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Timbó, 30 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE	FORNECEDORA
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI	Projesan Saneamento Ambiental Ltda

**Testemunhas:**

Patricia Barbaresco  
CPF nº 095.555.009-24

James Schmitt  
CPF: 648.520.169-68

**CIS NORDESTE****TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013**

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2013  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Origem: Dispensa de Licitação  
Processo Administrativo nº 27/2012

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMUNESC  
Contratada: JAMS INFORMÁTICA LTDA – EPP (CNPJ 81.874.026/0001-60)

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato para mais 02 (dois) meses; Reajustar o valor mensal da prestação de serviços de manutenção do sistema CIS/WEB e integração online (via internet) para o CISNORDESTE/SC, municípios consorciados e prestadores

de serviços de saúde credenciados ao Consórcio em 10.7063%, correspondente à variação do IPCA no período; Ratificar demais cláusulas não alteradas.

Fundamento Legal: Art. 57, inciso II da Lei nº 8.666/93 e seu § 2º, Art. 65, § 8º da Lei nº 8.666/93 c/c item 5.5 do Contrato Original.  
Valor do aditivo: R\$ 3.762,67 (três mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos) ao mês  
Vigência: 13/02/2015 a 13/04/2016.

Data do Aditivo: 12 de fevereiro de 2016.

José Chaves	José Alberto Rosa Andrade
Prefeito Municipal de Garuva	JAMS Informática Ltda
Presidente do CISNORDESTE/SC	CONTRATADA
CONTRATANTE	

**CIS/AMUREL****EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 01/2016 - PESCARIA BRAVA**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Rateio nº. 01/2016

Município: Pescaria Brava

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel.

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 04/01/2016.

Assinantes: Antônio Avelino Honorato Filho e Daiane Dozol de Andrade Goulart pelo Município e Antônio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

**EXTRATO DE CONTRATO DE RATEIO 13/2016 - SANTA ROSA DE LIMA**

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato de Rateio nº. 13/2016

Município: Santa Rosa de Lima

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel.

Objeto: A definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas do Consórcio Público, inclusive as despesas a serem realizadas com os serviços que serão contratados e disponibilizados ao MUNICÍPIO.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 27/01/2016.

Assinantes: Dilcei Heidemann e Graziela Schueroff Schmidt pelo Município, e Antônio Felipe Sobrinho pelo Consórcio.

**CIS/AMURES****EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2016**

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: O Contrato 001/2016 tem como objeto a locação de imóvel comercial situado no endereço Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, no Município de Lages, Objeto da matrícula nº4.900, do 1ª Ofício de Registro de Imóveis desta comarca, no livro 2, fls.01/03 para abrigar as instalações do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO: 01/2016

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CIS/AMURES

CONTRATADA: IMPRESE DI FRATELLI HOLDING LTDA

CRÉDITOPELOQUALOCORRERÁADESPESA: 3.3.90.39.10.00.00.00

DATA DE INÍCIO DO CONTRATO: 01 de Fevereiro de 2016

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais.

Lages, 17 de Fevereiro de 2016.

Pe. Edilson José de Souza

Presidente CIS/AMURES